PERNAMBUCO

Traje dos habitantes de Pernambuco por Albert Meyer, publicado por Pieter van der Aa, em **Galerie Agréable du Monde** (1729). A vista do Recife, ao fundo, é de autoria de Frans Post (1645)

tempo dos flamengos

Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS, 50

Mello, José Antônio Gonsalves de
Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. / José Antônio Gonsalves de Mello; prefácio de Gilberto Freyre. — 3 ed. aum. — Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.
294 p.: il. — (Estudos e Pesquisas, 50)

Inclui bibliografia e índice onomástico

ISBN 85-7019-117-0

1. BRASIL - HISTÓRIA. 2. BRASIL - HISTÓRIA - DOMÍNIO HOLANDÊS. I Freyre, Gilberto, pref. II Título III. Série

CDU 981
981 "1624-1654"

tempo dos flamengos

Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil

José Antônio Gonsalves de Mello

gráfico de Gilberto Freyre

2ª EDIÇÃO AUMENTADA

com o apoio técnico e financeiro d
MinC – Pró-Memória
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

RECIFE
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – EDITORA MASSANGANA
1987

ISBN 85-7019-117-0

Foi feito o depósito legal

© 1987 José Antônio Gonsalves de Mello

Reservados todos os direitos desta edição
Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização da
Editora Massangana - Fundação Joaquim Nabuco

Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana
Rua Dois Irmãos, 15 - Apipucos
52.071 - Recife - PE - Brasil

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Conselho Editorial

Fernando de Mello Freyre (Presidente)
Aluízio Bezerra Coutinho
Bráulio do Nascimento
Clóvis Vasconcelos Cavalcanti
Frederico Pernambucano de Mello
Gilberto de Mello Kujawski
José Geraldo Nogueira Moutinho
Leonardo Dantas Silva
Luiz Antônio Barreto
Maria do Carmo Tavares de Miranda
Tânia Bacelar

Direção Executiva da Editora Massangana

Leonardo Dantas Silva - Diretor Geral
Maria da Conceição Luna Rodrigues — Gerente Administrativo
Sílvio Bentzen Pessoa — Diretor da Editoração
Evandro Viana — Diretor do Estúdio de Arte
Evaldo Donato — Diretor de Comercialização.

Capa: *Detalhe de Maurícia assinado por Frans Post, datado de 25 de agosto de 1657, segundo reprodução de Alcir Lacerda.*

Ilustrações: *Fotos de Clarival do Prado Valladares (p. 86A, 152A, 176A e 188A) e reproduções de Leonardo Dantas Silva.*

Sumário

Nota à segunda edição 11

Prefácio de Gilberto Freyre 13

Prefácio do autor. 21

Os holandeses e a vida urbana 35

Os holandeses e a vida rural 129

Atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão 175

Atitude dos holandeses para com os índios e a catequese. 197

Atitudes dos holandeses para com os portugueses e os judeus e as religiões católica e israelita 227

Memoire 265

Fontes e bibliografia 269

Índice onomástico 279

Índice de assuntos 291

"Quem quer que jornadeando
pelo interior...
ao deparar com vetusta ruína
de considerável edifício...
inquirir dos moradores próximos
a sua origem,
quais os seus primitivos construtores,
terá sempre como resposta:
— É obra do tempo dos framengos"

ALFREDO DE CARVALHO,
PHRASES E PALAVRAS

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Esta edição foi revista no seu texto e em algumas das suas notas, mas não se tentou atualizá-la na sua documentação e bibliografia: permanece o livro, basicamente, como foi publicado em 1947. O autor reconhece que o livro envelheceu, mas eram tão constantes os apelos de alunos, de amigos e até de desconhecidos que, por fim, concordou em reeditá-lo, trinta e um anos depois da primeira edição e trinta e quatro depois de concluído. A informação do livro tem por limite, portanto, o ano de 1944.

Baseia-se ele na documentação que compõe a coleção José Hygino do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, recolhida na Holanda em 1885-86; para os que desejarem compulsar diretamente na Holanda as fontes aqui utilizadas, indica-se na bibliografia as correspondentes cotas do Arquivo Geral do Reino, na Haia, todas consultadas pelo autor posteriormente à publicação da primeira edição deste livro. As aquisições de documentação feitas pelo Arquivo referido após a pesquisa de José Hygino não foram utilizadas.

Um jornalista insistia, a propósito do título deste livro — que se abona em expressão popular recolhida em Pernambuco por Alfredo de Carvalho — que "flamengo" é designação incorreta para os naturais das Províncias Unidas. O jornalista estava certo, geograficamente; historicamente, porém, estava errado. Um grande historiador holandês, R. Fruin, não se irrita com isso e explica: "Como a Holanda foi, no mundo dos negócios, a sucessora do Brabante e da Flandres, a herdeira da glória que estes tinham conquistado para si, os primeiros navios holandeses que apareceram no Oceano Glacial Ártico foram designados pelos russos como navios brabantinos; os primeiros holandeses que desembarcaram em Java foram considerados pelos portugueses como sendo flamengos" (*Tien Jaren uit den Tachtigjarigen Oorlog, 1588-98*, Haia, 1904, p. 172). Não apenas em Java; os documentos portugueses rela-

tivos ao Brasil, dos séculos XVI e XVII, mencionam freqüentemente "flamengos" para designar os naturais das Províncias Unidas. Autores holandeses participantes das guerras do Brasil vez por outra transcrevem frases em português estropiado que eram gritadas pelos luso-brasileiros para ofender aos contrários. Uma delas: "caciores de flamengos!" Em certo documento (*Doc. Hist.* xiv, p. 40) aparece curiosamente um João Flamengo de Olanda.

A ortografia holandesa foi simplificada — embora não tantas vezes quanto a nossa. Palavras usadas repetidamente neste livro — com "dagelijksche", "boschlooper", "boschneger" e outras, que hoje são grafadas "dagelijks", "boslooper", "bosneger" etc. — foram mantidas na forma como aparecem na documentação consultada

Recife. fevereiro de 1978

À memória
de meus pais

PREFÁCIO

A literatura brasileira já conta, entre originais e traduções, com um número de modo nenhum desprezível de estudos e ensaios sobre a ocupação do norte do país pelos holandeses: ocorrência do século XVII que deixou na face de um Brasil ainda socialmente adolescente cicatrizes honrosas: quase do mesmo gênero daquelas de que se gabavam outrora os estudantes alemães. Cicatrizes de combate. Sinais de resistência. Marcas de luta.

Foi, com efeito, durante esses vinte e quatro anos de dominação de grande parte da América portuguesa pelos holandeses, que se esboçou entre nós aquela "consciência de espécie" — no caso, a luso-brasileira — hoje afirmada em consciência nacional. O invasor despertou-a.

Esse o sentido dramaticamente político da invasão. De ponto-de-vista mais largo, foi um contato entre grupos e culturas antagônicas que tiveram, entretanto, suas zonas de confraternização ou, pelo menos, de interpenetração, marcando-se uns aos outros com sinais até de sangue. Não foram raros os invasores, alguns hereges, que para escândalo do Marquês de Basto e de outros ortodoxos da fé e do sangue, casaram com mulheres da terra: só de Dona Ana Paes se sabe que desposou dois flamengos. E deve haver sangue de brasileira, talvez morena e porventura brasiliana, isto é, indígena, em mais de uma família hoje placidamente holandesa. Por outro lado, só os Wanderleys são no Brasil legião. Só eles bastam para assegurar a sobrevivência de olhos azuis e de sangue flamengo em nosso país, embora, em certos casos, já tão diluído noutros sangues que há até mulatos quase negros, e não apenas sararás esbranquiçados, entre os descendentes do insigne Gaspar. Mas há também Wanderleys cujos filhos ainda hoje nascem louros e cor-de-rosa como os menino-Jesus nos quadros dos pintores

holandeses. E a maioria deles, isto é, dos mais endogâmicos, que são os do sul de Pernambuco (Serinhaém, Rio Formoso, Palmares, Água Preta, Barreiros) envelhecem vermelhos e ruivos como meu tio Manoel da Rocha Wanderley, falecido há pouco aos sessenta e tantos anos e que era também tipicamente Wanderley pelo arrastado da voz fanhosa, pela lentidão dos gestos semelhantes aos dos fidalgos arruinados, pelo gosto de bebidas fortes, de cavalos grandes e de mulatas quase negras, faltando-lhe para ser o completo tipo clássico de Wanderley de Serinhaém ou Rio Formoso a gordura flamenga do irmão, o velho Sô, célebre pelas botas de montar a cavalo que conservava até em casa, nu da cintura para cima. Figura que já recordei a propósito dos Wanderleys evocados pelo Sr. Júlio Bello em suas Memórias.

As marcas que a ocupação holandesa do Norte deixou no Brasil são das que dificilmente desaparecem não só do corpo como da consciência — e do inconsciente — de um povo. Pois se a consciência de nação começou a levantar-se no Brasil contra o holandês herege e a favor da ortodoxia luso ou hispano-católica, há sociólogos que supõem, como Arthur Orlando, ter "o contato com os filhos de Holanda" deixado "no espírito dos nossos antepessados, ideais que mais tarde deviam fazer explosão". Esses ideais teriam sido o do "pensamento livre" segundo Arthur Orlando, o de "espírito de independência", conforme Alfredo de Carvalho, o de "tolerância, a melhor das virtudes", na opinião de Oliveira Lima, o de "liberdade de comércio" e o de "liberdade de consciência", na síntese um tanto derramada de Joaquim Nabuco: "o que a Holanda trouxe para este país novo, para este norte do Imperio — disse Joaquim Nabuco no Parlamento brasileiro — foram certos princípios generosos que compararei às luzes cambiantes de um farol alumiando os mares da América no século XVII: a liberdade do comércio e a liberdade de consciência"

O certo é que o primeiro gosto de governo democrático e largamente representativo, experimentaram-no os brasileiros durante o domínio nolandês e sob a administração de um príncipe alemão da casa de Nassau, João Maurício. Foi também Nassau quem se esmerou em criar no Brasil holandês um ambiente de tolerância religiosa escandalosamente novo para a gente da América portuguesa e irritante para os próprios calvinistas do seu séquito. Nassau quem primeiro cuidou sistematicamente de libertar a economia da área brasileira produtora de açúcar, da monocultura, para desenvolver entre nós a policultura.

Quando Alfredo de Carvalho escreve do domínio holandês no Brasil que deixou de sua passagem "profundos sulcos, perceptíveis ao mais negligente exame", destacando "a disposição topográfica especial" do Recife, "a característica arquitetônica dos seus prédios alterosos", "flagrantes vestígios no direito pátrio" das "instituições jurídicas dos invasores", "apelidos de família" que atestam "seu íntimo congraçamento com o povo conquistado" e admitindo a sobrevivência na "psicologia do pernambucano" de "indícios apreciáveis do tenaz espírito de independência que foi a feição mais rasgada do caráter nacional dos seus efêmeros dominadores", traça o programa para uma obra não apenas histórica mas sociológica ou psicossociológica de indagação sistemática da influência holandesa na vida e na cultura do Brasil. Obra que, do ponto de vista brasileiro, não foi ainda feita, nem sequer esboçada ou tentada. Realiza-a agora, com surpreendente vigor, o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto.

É certo que o próprio Alfredo de Carvalho, Varnhagen, Joaquim Caetano, José Hygino, Oliveira Lima, Arthur Orlando, João Ribeiro contribuíram, alguns de modo notável, para que se esclarecessem aspectos daquela influência ou se considerasse a importância, em conjunto, dos vinte e quatro anos de contato do norte do Brasil com uma cultura européia violentamente diversa da hispano-católica. Certo, também, que o Professor Hermann Wätjen escreveu seu excelente ensaio histórico acerca do domínio holandês no Brasil, depois de ter estado em Pernambuco e de ter aqui se inteirado, com pachorra germânica, de pontos de vista e, ao mesmo tempo, de fontes brasileiras de informação sobre o assunto. Certo, ainda, que documentos holandeses em particular e extra-portugueses ou extra-brasileiros, em geral, que esclarecem aspectos significativos da ocupação holandesa do Brasil, vêm sendo ultimamente traduzidos e comentados com inteligência por um jovem pesquisador brasileiro, especializado no estudo daquela fase de nossa formação social e agora mesmo enriquecido no saber de sua especialidade por longos meses de contato com os arquivos norte-americanos: o Sr. José Honorio Rodrigues.

Mas a visão sociológica de conjunto do período holandês, ou como diz ainda hoje a gente do povo, *flamengo* ou *framengo*, da formação brasileira e, ao mesmo tempo, a indagação sistemática dos seus aspectos particulares de maior importância para o Brasil, indagação em fontes holandesas e israelitas — algumas delas virgens — e não apenas brasileiras, portuguesas, espanholas, alemãs e francesas, quem primeiro a apresenta num livro

que não é exagero nenhum considerar obra notável, é o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto. É o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, no seu *Tempo dos Flamengos — Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*.

Nunca um estudo histórico-sociológico foi no Brasil menos do que este, coisa improvisada. O que há nele de estrutural, de ósseo, de sólido, a repontar angulosamente da quase nenhuma carne literária de que se reveste, resulta de uma preparação longa e concentrada no assunto: preparação que vem da meninice do autor. Era ele ainda menino de treze ou quatorze anos, mas já cheio de interesse pelos estudos de história social do seu país e da sua província, quando um amigo mais velho deu-lhe o conselho que seria quase religiosamente seguido: "aprenda holandês antigo para especializar-se no conhecimento do período flamengo da história brasileira". Iniciado desde criança no conhecimento da língua e da cultura alemãs, no qual é proveto, por quinze ou dezesseis anos o adolescente esquivo a festas e a brilhos, o hoje moço arredio de muitos folgares e cantares que surge com obra tão profunda de pesquisa histórica e de interpretação sociológica sobre o "tempo dos Flamengos", vem se esmerando com uma tenacidade que se diria aprendida com seus mestres holandeses e seus professores alemães, no estudo da língua dos invasores, na tradução e às vezes decifração de documentos, alguns inéditos, por eles deixados acerca da conquista e da ocupação do Brasil e de assuntos brasileiros. Sobre esse conhecimento longo e minucioso, que talvez degenerasse em bisantinismo germânico se o pesquisador não animasse e orientasse um sentido sociológico de pesquisa histórica antes inglês do que alemão, é que se baseia o estudo que se segue. Estudo um tanto sem qualidades latinas, ou antes francesas, de nitidez e ordem na distribuição do material nem de elegância e graça literária na sua exposição, mas sólido, denso e rico de informações e interpretações como nenhum trabalho até hoje aparecido sobre o assunto: nem mesmo o do Professor Wätjen.

Com este seu trabalho, o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, contribui, num país ainda hoje vítima da improvisação de competências, para dar aos estudos sobre o passado social do Brasil dignidade, seriedade, profundidade. Com ele se estende a uma das zonas mais significativas do mesmo passado — o curto mas intenso período de dominação do Brasil pelos holandeses — a ocupação segura e definitiva por pesqui-

sador brasileiro de trecho da nossa história até agora mal dominado pelos historiadores oficiais.

Há quase meio século escrevia Alfredo de Carvalho que "quem quer que jornadeando pelo interior do Estado [Pernambuco], ao deparar com vetusta ruína de considerável edifício, abraçada de floridas lianas e acolchoada do veludo esmeraldino das parietáreas, inquirir dos moradores próximos a sua origem, quais os seus primitivos construtores, terá sempre como resposta:

— É obra do tempo dos *framengos*.

E a informação, ministrada de boa fé, ouvirá quem do sertanejo rústico indagar dos autores dos enigmáticos litóglifos e petrografias esculpidas e pintadas em tão grande número na face de rochedos espalhados por todo o território pátrio".

Ainda observava o autor de *Aventuras e Aventureiros no Brasil:* "...como a legenda tem feito entre nós do holandês o tipo da opulência e do maior adiantamento artístico, a miúdo se encontram, no âmbito das antigas ruínas ou junto às pedras dos letreiros que o vulgo lhes arroga, vastas e profundas escavações feitas a desoras, no silêncio das noites trevosas, em vã pesquisa de maravilhosos tesouros ocultos".

A lenda persiste. Ainda há pouco encontrei-me face a face com ela, viajando por terras de Alagoas outrora ocupadas pelos holandeses. "Coisa do *tempo dos framengos*", disse-me mais de um homem rústico diante de ruínas perdidas entre o mato gulosamente tropical. E não faz muitos anos que, nos arredores de Leopoldina, surpreendi homens sisudos em "vastas e profundas escavações" na "vã pesquisa de maravilhosos tesouros" do *tempo dos framengos*. O *tempo dos framengos* continua igual na imaginação do nosso povo ao *tempo dos mouros* na imaginação dos portugueses. À legenda holandesa no Brasil, não falta sequer o equivalente das *mouras encantadas:* a lenda da *alamoa*.

O Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, nos aparece agora com um livro de quem na meninice se deixou fascinar pelo que há de lendário, de romântico, de misterioso nas sugestões da frase do povo do norte do Brasil: *tempo dos framengos*. Mas em vez de ir procurar tesouros ao pé de ruínas de fortes e igrejas, que visitou conscienciosamente, resolveu procurá-los em arquivos, alguns em parte ainda virgens. Encontrou-os. Seu livro é um livro revelador. Pela primeira vez, tem-se a idéia exata e em conjunto, de ponto de vista brasileiro, do que foi o *tempo dos framengos*.

Caracteriza-o o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, nos seus aspectos principais, sem esquecer os pitorescos. Como que decifra enigmas guardados não em "pedras com letreiros", mas em papéis escritos em quase cabalístico holandês antigo. Recolhe de documentos até hoje desprezados ou ignorados, aparentes insignificâncias cujos significados sociais torna evidentes, através de felizes interpretações sociológicas. Retifica com documentação farta interpretações levantadas sobre material precário. E faz-nos viver o tempo dos flamengos; faz-nos participar dele como de um tempo histórico e não da Carochinha ou do Trancoso; faz-nos conhecer com particular minúcia as ruas do Recife, capital do Brasil holaodês, o sistoma de arquitetura desenvolvido pelos invasores, o material de construção dos sobrados altos e estreitos, o interior das casas, os hábitos e recursos de alimentação dos intrusos, suas relações com os judeus, com os portugueses, com os luso-brasileiros, com os indígenas, com os negros, com os senhores de engenho, com a metrópole holandesa, com a África, com as plantações de cana e com os engenhos de açúcar, com a Igreja Católica, com o clero, com as várias ordens religiosas já estabelecidas no país. Faz-nos conhecer as doenças que mais afligiram os homens, o sistema de abastecimento d'água, o de limpeza pública, o de administração e de governo (Câmara de Escabinos, Escolteto, Conselho Político), os mercados — o de peixe, o de verduras, o de escravos — as igrejas protestantes, os bordéis, os hospitais do Recife holandês.

A influência holandesa sobre a arquitetura do Recife, particularmente sobre o sobrado, fixa-a o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, em traços magistrais. Salienta a importância que o tijolo passou a ter, com os holandeses, nas construções brasileiras, pelo menos na zona de ocupação, substituindo em grande parte a pedra e a taipa. Ficamos sabendo que "tijolos, como as pedras de Portugal, chegaram ao Brasil, da Holanda, como lastro dos navios que em Pernambuco era trocado por valiosas caixas de açúcar". Também que para "uma terra tão rica em madeiras" como o Brasil "vieram da Holanda... traves ...e toda a espécie de caibros". Dá-nos mais o autor de *Tempo dos Flamengos* pormenores interessantes sobre a construção da primeira ponte de larga envergadura que aqui se construiu: os operários foram "50 negros boçais" e parece que alguns holandeses. Nos dois extremos da ponte levantaram-se os arcos por tanto tempo característicos da fisionomia do Recife.

O Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, vai além. Até figuras da vida oculta da capital do Brasil holandês ele

nos faz conhecer em páginas de verdadeira ressurreição de um lado morto do passado brasileiro: certa francesa, Anna de Ferro, que parece ter tido influência nefasta sobre a moral da comunidade; a mulher terrível vinda da Holanda, talvez com roupa de homem, e que no Brasil "desencaminhou muitas pessoas honradas"; a mulata igualmente terrível contra a qual os anciãos da "nação judaica" pediram, alarmados, providências. E, baseado em depoimento conhecido, recorda do apóstata Manoel de Moraes que duas vezes casou-se com flamengas: apesar de "feio, preto [*sic*], cara de chim" casou-se na Holanda "com uma das mulheres mais formosas do país".

Leva-nos à presença do fundador da família Wanderley no Brasil: o "ritmeester" Gaspar van Niehof van der Ley, fidalgo sempre retirado da cidade em algum dos seus engenhos do Cabo: Algodoais, Utinga de Baixo, Utinga de Cima. Era "pessoa acatada". Em Algodoais foi visitá-lo o próprio Alto Conselho ao qual o grande senhor dispensou um tratamento que vem exaltado em documento holandês da época: "tratamento senhorial".

Destaca outros holandeses casados com mulheres da terra, como Gaspar van der Ley com uma Mello: Jan Wijnants, de Haarlem, senhor do Engenho Ipitanga, que se casou com uma filha de Luciano Brandão, senhor do Engenho Nossa Senhora do Rosário de Goiana e "se manteve na religião reformada"; Tapper, Garstman. Ao contrário de Wijnants, houve os que, como Diederik van Hoogstraten e, segundo o Professor Wätjen, o próprio van der Ley, tornaram-se católicos.

Ainda o autor de *Tempo dos Flamengos* salienta as coisas ou valores brasileiros que mais prenderam os holandeses ao Brasil; não só moças bonitas como cavalos de Pernambuco, dos quais o Conde de Nassau levou consigo alguns para a Holanda e dos quais escreveu Soler que eram tão "bons quanto os de Espanha" com a vantagem de "não precisarem de ferrador"; os limões, os cajus, as mangabas, os abacaxis, os araçás, as noites frescas, o azul dos fins de tarde e o verde das matas e das várzeas surpreendidos pelo olhar de Frans Post e fixados em telas hoje preciosas, as frutas confeitadas e os doces também de Pernambuco, o tabaco, o pau-brasil, o pum violeta, o jacarandá. Além das moças e dos cavalos, outros desses valores foram levados pelos flamengos, para a Europa com particular carinho: o pau-brasil por exemplo. Vários animais do mato. Adornos de indígenas. Negros e mulatos de Pernambuco foram enviados a São Paulo de Loanda para lá levantarem uma fortaleza de pedra. E negros, índios e mestiços foram retratados pelo pin-

tor Wagner, figurando hoje os desenhos e retratos deles em museus da Europa.

Em compensação, vieram-nos da Holanda, durante o tempo dos flamengos, além de muito queijo e de excelente manteiga, animais para criação, "gatos... para dar combate aos ratos dos armazéns", "300 cães ingleses ["bouledogues"]" que auxiliariam os soldados na captura de negros e índios, velas de cera, tecidos, couro da Rússia, chapéus e sapatos ingleses para os indivíduos mais requintados. E gente. Soldados, artistas, técnicos, rabinos, pregadores evangélicos. Gente de vários países do norte da Europa e não apenas da Holanda. Judeus. Nórdicos e judeus dos quais alguns deixariam descendência numerosa no Brasil e afetariam de vários modos os estilos de vida e de cultura da América luso-católica.

Por toda essa riqueza de informações e pela segurança de suas interpretações sobre os fatos de contato e de interação social e de cultura que aqui ocorreram no tempo dos flamengos é que o estudo do Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto — escrito com vigor e vivacidade e num português sem pedantismo que sua leitura se torna verdadeiramente um encanto — junta-se às melhores obras de pesquisa histórica e de interpretação sociológica do passado brasileiro. Sobre o "tempo dos flamengos" no Brasil é a sua a obra mais completa, mais minuciosa e mais compreensiva que hoje existe em qualquer língua. O que confere a pesquisador ainda jovem como o Sr. José Antonio Gonsalves de Mello, neto, não só uma autoridade raramente atingida em sua idade como uma grave responsabilidade intelectual: a de se conservar à altura de tão invulgar estréia

GILBERTO FREYRE

Santo Antônio de Apipucos
Maio de 1944.

PREFÁCIO DO AUTOR

Desde 1934 venho procurando examinar a vasta bibliografia sobre o período da dominação holandesa em Pernambuco.

Minhas pesquisas tinham sido até agora conduzidas, principalmente, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tive oportunidade de ler os valiosos panfletos holandeses guardados naquela biblioteca e de percorrer os documentos Mss. copiados na Holanda por iniciativa de Joaquim Caetano da Silva.

Se bem que esses Mss. encerrem uma documentação de valor, cedo compreendi que, sem uma pesquisa em fontes mais ricas, o trabalho que poderia levar a efeito não passaria de um estudo em que manejaria com dados e fatos por demais sabidos e repetidos. (1) Havia, entretanto, material virgem a ser utilizado.

Em 1942, de volta a Pernambuco, pude ler com vagar a grande coleção de documentos trazidos, em cópia, da Holanda,

(1) Joaquim Caetano da Silva, bem como Pieter-Marinus Netscher e Francisco Adolfo de Varnhagen examinaram os documentos pertencentes ao Arquivo dos Estados Gerais das Províncias Unidas (o primeiro para extrair cópias para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os dois últimos para a elaboração dos livros **Les Hollandais au Brésil**, Haia 1853 e **História das Lutas Com os Holandeses no Brasil**, Viena 1871) isto é, a correspondência dirigida do Brasil aos Estados Gerais no período 1623-1655, a qual, pela natureza do destinatário, não comportava a extensão e minúcias da correspondência com o Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais. A parte mais rica da documentação — que a pesquisa de José Hygino abrangeu e sobre a qual se baseia este trabalho — só foi posta ao alcance dos estudiosos em 1859, quando entraram para o Arquivo Real de Haia os documentos pertencentes à Câmara da Zeelândia daquela Companhia — que se presumia tivessem sido dispersados mas, que, de fato, estavam guardados no Ministério das Colônias da Holanda: vide a correspondência de Ramiz Galvão datada do Rio de Janeiro 29 de maio de 1874, publicada no **Diário Oficial** (Rio) de 10 de setembro do mesmo ano e o ofício de José Hygino ao Conselheiro Quintino José de Miranda, datado de Haia, 26 de maio de 1885 e o seu "Relatório" de 9 de maio de 1886, transcrito in RIAP nº 30, Recife 1886.

por José Hygino Duarte Pereira (1847-1901). É sabido que, durante pouco menos de um ano, esse professor da Faculdade de Direito do Recife se dedicou, em Haia principalmente, por comissão do Instituto Arqueológico Pernambucano, a tirar cópias dos documentos mais preciosos que, havia pouco, tinham sido postos à disposição dos estudiosos. E é conhecido o excelente relatório que apresentou quando de volta de sua missão. Aí ele refere que os Mss. que teve em mão eram desconhecidos do nosso representante diplomático Joaquim Caetano da Silva e os que trouxe copiados não faziam parte — na grande maioria — da coleção pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 9 de maio de 1886, José Hygino fez entrega dos volumes copiados na Holanda ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e este pode ter orgulho de se considerar, desde então, o possuidor da mais completa coleção existente, fora da Holanda, de documentos sobre o período da dominação neerlandesa do nordeste brasileiro. Nem sobre outra documentação é que se baseou-o, sob certo aspecto, melhor trabalho sobre o assunto: o livro do professor da Universidade de Münster Dr. Hermann Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*. O próprio José Hygino tomou a peito demonstrar a grande riqueza do material reunido: no seu interessante relatório, que constitui hoje uma preciosidade bibliográfica, e em traduções para jornais e revistas históricas. Não realizou, porém, nenhum estudo de conjunto como aconteceu, também, com o seu seguidor próximo, outro pernambucano ilustre, o Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho (1870-1916). Este enriqueceu vários números da *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* e outras revistas com traduções e estudos detalhados em que abordava determinados temas: minas de ouro e prata, criação da imprensa no domínio holandês, brasões d'armas, moedas obsidionais, Jacob Rabe, etc. (2)

Desde a morte de Alfredo de Carvalho, em 1916, — de fato, desde 1910, quando quase deixou de colaborar em revistas e jornais — os documentos trazidos da Holanda dormiram nas estantes do Instituto Arqueológico de Pernambuco. Fui encontrá-los empoeirados e roídos de bicho, com as encadernações soltas, alguns exemplares com falta de páginas. E mais grave:

(2) Procurei sempre confrontar os textos dos documentos holandeses com as traduções respectivas, da autoria de José Hygino, Pedro Souto Maior ou Alfredo de Carvalho e outros; alguns enganos ou omissões foram corrigidos e na ocasião oportuna vão referidos.

faltando um volume. Volumes de documentos que hoje não se sabe se serão ainda encontrados na Holanda, talvez tendo tido o fim de tanta coisa valiosa, durante esta segunda grande guerra. Os documentos compreendem duas coleções principais: uma intitulada "Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilië" (Livro de atas do Alto Conselho do Brasil) em 12 volumes e a outra "Brieven en Papieren uit Brazilië" (Cartas e Papéis do Brasil), em 15 volumes, cada um dos quais contendo cerca de 400 páginas Mss. A primeira coleção compreende os anos de 1635 a 1654 e a segunda inicia-se em 1630 e abrange até 1653.

Além dessas coleções, há outras menores, como os "Register van Uitgaande Brieven" (Registro de cartas enviadas pelo Conselho dos XIX ao Brasil), em 2 volumes, outra contendo documentos sobre a rendição de 1654 e também cartas e papéis vários, não encadernados em volume. (3)

A coleção das "Brieven en Papieren uit Brazilië" foi percorrida por José Hygino e Alfredo de Carvalho e disso encontrei sinais em todos os volumes. O mesmo não aconteceu, porém, com as "Dagelijksche Notulen", cujos volumes, só agora, estou certo, foram percorridos página por página. Tanto uma quanto a outra coleção encerram documentos e informações da maior importância e para muitos deles chamo a atenção dos estudiosos pela primeira vez. Mas, incontestavelmente, a coleção "Dagelijksche Notulen" constitui um repositório de dados a que poucas épocas da vida colonial brasileira podem se equiparar em riqueza de documentação. (4). Se se disser que aí estão referidos, dia por dia, todas as questões levadas à decisão do

---

(3) Para facilitar o confronto dos documentos citados aqui, com as cópias do Instituto Arqueológico — com exceção das "Dagelijksche Notulen" e das "Uitgaande Brieven" — darei a indicação das coleções com as seguintes abreviaturas: os volumes que contêm as "Brieven en Papieren uit Brazilie", BPB; o que contém os documentos sobre a rendição de 1654, Von.; o que contém relatórios diversos, RD.; o que contém cartas de Nassau e as Nótulas Secretas, BSN.; os documentos não encadernados e que estão arquivados em armário com o rótulo "Documentos Holandeses", DH.

(4) É interessante observar que Waetjen pouco se serviu das "Notulen", se bem que mencione a coleção entre os documentos que examinou, não se tendo dado conta de valiosos dados que aí se encontram. Em conseqüência, muitos pontos de importância ficaram-lhe desconhecidos e são agora revelados. É claro que não tenho a pretensão de ter chamado a atenção para todos os fatos de interesse para a história do Brasil em geral e de Pernambuco em particular, contidos nos Mss. que tive em mão, estando os documentos ao alcance de qualquer pesquisador.

Conselho Político, à princípio (1630-1636), (5) do Alto e Secreto Conselho (1637-1646) e do Governo Supremo (1647-1654) compreender-se-á a importância dessa coleção de Mss. Todos os problemas adminitrativos, políticos, sociais, econômicos, urbanos, que eram trazidos à presença do Conselho — que dirigia todo o Brasil holandês — aí estão referidos e pode-se ler a deliberação tomada sobre cada um deles. Pelas "Dagelijksche Notulen" vê-se passar todos os grandes momentos desses 24 anos de luta ininterrompida pela libertação. Todos os grandes momentos de alegria do Brasil holandês e também os de tristeza e abatimento: a vitória de Arciszewsky sobre o Arraial Velho, a chegada do Conde, a construção das pontes, a edificação de Maurícia, as grandes façanhas dos guerrilheiros e campanhistas pernambucanos, a retirada de Luís Barbalho Bezerra, a revolta de 1645, a entrega do Pontal, o cerco da Casa-Forte — ou engenho do Sr. de With, com interessantes referências a D. Ana Paes — a grande fome de 1646, as duas batalhas dos Guararapes, a entrada de Barreto de Menezes no Recife e as relações deste com o Governo Holandês durante os três meses concedidos para a partida dos flamengos.

Ao lado destes fatos, que são marcos no período que aqui se estuda, há outros de menor repercussão histórica mas de não menor importância. Para estes é que me voltei principalmente.

Mas não somente os documentos holandeses nos fornecem dados sobre o período 1630-1654, como trazem luz sobre o período anterior, sobre o qual são mais raros os documentos. Assim é que se pode ficar conhecendo com detalhes a organização dessa associação tão lusitana, que é a Santa Casa de Misericórdia. Sobre a de Olinda informações valiosas surgem nas "Notulen".

Sobre a economia maranhense as "Brieven" fornecem dados curiosos, como naquela em que se conta que o pano de algodão corria como dinheiro (recorde-se o Padre Vieira: "no Maranhão novelas e novelos"). E o valor correspondente, em varas de pano, de objetos de uso, de alimentação, de animais domés-

(5) O Conselho Político que constituía o governo civil da colônia, permaneceu depois de 1637 com funções judiciárias, como instância superior aos Conselhos ou Câmaras de Escabinos. Manteve depois daquela data as suas "Notulen", mas não consta que se encontrem em alguma biblioteca ou arquivo holandês. Também não há menção da existência das "Notulen" das Câmaras de Escabinos, fundadas no mesmo ano de sua chegada, pelo Conde de Nassau; há informações oficiais de que eram redigidas e era determinação superior que extratos deviam ser enviados regularmente, de 3 em 3 meses, ao Conselho dos XIX (Dag. Notulen de 19 de novembro de 1641, 14 de agosto e 18 de dezembro de 1642, etc.) Nem José Hygino nem Waetjen a elas se referem.

ticos etc. Isto referido por "três dos principais maranhenses" ao Conselheiro Político P. J. Bas.

Nas atas do Conselho do Brasil estão transcritos os editais sobre a organização interna da Nova Holanda — como foi chamada, menos em documentos oficiais holandeses do que pelos cronistas da época, a faixa do Nordeste ocupada pelos flamengos — e surgem personagens importantes para as quais não se tem chamado a devida atenção: Gaspar Dias Ferreira, Fr. Manuel do Salvador — ou simplesmente Fr. Manuel — "Domino" Vicente Joaquim Soler, predicante calvinista, Dr. Johan Bodecheer Benningh, poeta e jurista, Gaspar van der Ley e outros.

As cartas são, porém, de maior interesse humano e refletem tipos muito interessantes, como Jodocus a Stetten, Johan Ghijselin, D. van Waerdenburch, Arciszewsky, o já citado Soler.

Na coleção intitulada "Brieven en Papieren uit Brazilië" estão reunidas as "Generale Missiven" que o governo holandês em Pernambuco enviava periodicamente ao Conselho dos XIX e que são verdadeiros relatórios sobre a colônia e suas necessidades. (6). E mais: cartas de oficiais de terra e mar, de predicantes, de exploradores, de comissários, de particulares, algumas do Conde de Bagnoli a Waerdenburch que são cartas em que o italiano se curva em mesuras ao batavo. (7) São das raras em que o holandês não é a língua usada, pois são escritas

(6) As "Generale Missiven" eram geralmente longas cartas e levavam vários dias sendo redigidas. Acontecia anunciar-se doença em algum membro do governo em certa carta e, folhas adiante da mesma carta, ser noticiada a sua morte (como no caso do Dr. Sebastiaen Hogeveen, na Gen. Missive de 5 de março de 1639 ou como no caso da Gen. Missive de 4 de setembro de 1645, quando se elogia a fidelidade de Gaspar van der Ley e pouco adiante noticia-se ter o mesmo se passado para os insurgentes). Havia um protocolo complicado para o tratamento dos vários membros do governo, de oficiais etc. Os Estados Gerais eram chamados "Muito Poderosos Senhores", os membros do Conselho dos XIX tinham direito ao tratamento de "Honrados, Prudentes e muito Discretos Senhores". Os do Alto Conselho do Recife deviam ser tratados: "Nobres, Honrados, Sábios, Piedosos, Leais". Era portanto justa a queixa que estes fizeram aos chefes da insurreição por lhes ter sido dirigida uma carta por Vidal e Vieira com o seguinte sobrescrito: "Aos Senhores Cabeças que governão as tropas do Recife" (Dag. Notule de 26 de junho de 1645).

(7) Uma das de Bagnoli diz: "Monsieur, J'ay receu vostre lettre avec le petit anfant et ajudant que Vous me aves faict faveur de me envoier. et je confaisse que tout cela viend de vostre generosité, et je Vous asseure que je gardere tousiours memorie de cela, pour Vous servier en toute occasion. En quand al ajudant a faict for mall de se aprocher à vostre fortifications et merite d'estre for bien castige, comme je procurerai, que ce castige conforme est raison. Je vous envoye Pedro Alvares deseant que Vous parties avec luy, avec la confiance que je espere et je Vous asseure que tout cela vient de la volonte que J'ay de Vous servier et de la affection que J'ay

em francês e italiano. Escritas em francês são cinco cartas que o predicante Soler enviou à Câmara da Zeelândia criticando o governo holandês da colônia. (8)

Ao lado das cartas à Holanda há papéis vários: atas de assembléias religiosas, jornais de viagens, cartas interceptadas aos portugueses, depoimentos de prisioneiros, requerimentos, exposições, que via de regra seguiam como apensos às "Generale Missiven". Preservou-se, para os estudiosos, toda esta enorme coleção de documentos — o governo holandês em Pernambuco não se cansava de solicitar à Holanda papel de carta, tinta e penas — que, aproveitada agora, permitiu deixar esclarecidas muitas dúvidas sobre a história do Brasil holandês em geral e a de Pernambuco em particular. (9)

---

a vostre nassion. Monsieur, Vostre plus affectione y oblige serviteur. Du quartier ce premier de Novembre 1632". A carta de Waerdenburch sobre o ajudante preso diz: "Un des mes cornels qui avait le commande l'a arresté en mon absence ce qu'ayant entendu a mon retour et sachant fort bien que c'est contre l'ordre de la guerre que cela arrivé, et que je pouvois avec toute raison retenir ycy, je l'ay toute fois a cause de la courtosye que je desiere tousiors d'observer en vostre endroict a vous renvoyé franc et libre, tesmoignant qu'il m'est indifferent sy mes fortifications sont visitees on non, sachant fort bien qu'elles sont en tel estat que les finesses des personnes suspectes ne me peuvent prejudicer. Encore que tous les abitans ou Bresil en auroyent la cognoissance" (datada de Antonio Vaz, 29 de outubro de 1632). Outra de Bagnoli, de 25 de julho de 1632, diz: "Ho receuuto una lettera de V. Sa. per il suo tamborro á la quale non respondeo in Francese per che se che V. Sa. intendo molto bene italiano".

(8) As cartas oficiais ou dos vários departamentos do governo colonial eram entregues aos cuidados do "schipper" ou capitão do navio. As dos particulares estavam sujeitas a censura (exceto durante o tempo em que foi permitido o comércio livre, "Artikelen en Ordonnantien", datados do Conselho dos Estados Gerais em Haia, 24 de novembro de 1647, artigo CXX). Iam, também, por intermédio de conhecidos ou amigos que viajavam e algumas levam indicações: "Per Vriendt" (isto é, por um amigo) ou como aparece noutra: "Par amy qui Dieu gaerde" (carta de Joos Bouwensen aos Diretores da Companhia, datada de bordo do "Navio Domburch. 26 de maio de 1636"). Muitas eram escritas às pressas e o missivista, para justificar o alinhavado, não deixava de ajuntar no fim da carta: "Met der haest gedaen" ou simplesmente "Met haest" (isto é, "feita às pressas", ou "às pressas"). Outras levam dísticos: "Laus Deo" ou "Laus Deo Semper". Quando havia perigo de encontro com piratas dunquerqueses ou se se tratava de cartas importantes que, pelo conteúdo, se quisesse evitar o risco de serem interceptadas no Canal da Mancha, os navios entregavam-nas em La Rochelle, na França, a certo senhor David de la Croix "comerciante na Rochela" que, como se fosse qualquer carta sem importância, remetia-a, via-terrestre, endereçadas aos Srs. Jacob Thiboul e Cia., "comerciantes em Amsterdam": veja-se carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho do Brasil, datada de Amsterdam, 24 de outubro de 1630.

(9) Este estudo, baseando-se na vasta documentação Ms. do Instituto Arqueológico, recorre raramente aos trabalhos históricos de Netscher, Driesen, Varnhagen, Waetjen, etc. O que se explica com o fato de ter sido reexaminada a documentação Ms. de que se serviram. O próprio Waetjen pareceu desconhecer a imensa riqueza contida nas "Dagelijksche Notulen", apesar de citar essa coleção entre as que foram objeto de sua pesquisa.

Sobre essa documentação Ms. é que se baseia este trabalho. Trabalho que não pretende o mérito de estudo definitivo dos aspectos sociais da colônia holandesa, porque o Autor se reconhece, sem falsa humildade, simples pesquisador — pesquisador cheio de interesse pelo social e pelo humano e olhando com olhos de míope para o que seja meramente político ou administrativo ou de puro aspecto cronológico.

Sou o primeiro a lamentar no estudo que se segue o fato de que lhe faltam quase completamente dados provenientes de fontes judaicas. Sabe-se hoje o enorme valor da nação judaica do Recife holandês e que aqui nasceu a cultura sefardínica na América. Vultos da maior importância no mundo dos judeus ibéricos reuniram-se em Pernambuco e, em um primeiro andar de certo sobrado da rua dos Judeus, fundaram a sua sinagoga, onde não faziam somente rezar as suas orações, mas redigiam memoriais e consultas e mantinham estreita ligação com outros centros judaicos: Constantinopla, Amsterdam, Salonica.

Parece que muitos deles eram adepins de Sabbathai Zevi; esses adeptos guardaram por longos anos tradições e reminiscências ibéricas e foi entre eles que Menendez Pidal foi encontrar trechos inteiros de antigos romances espanhóis. A Isaac Aboab da Fonseca, rabino de grande nomeada no seu tempo, deve-se um poema sobre a insurreição pernambucana que M. Kayserling publicou.

A outro estudioso judeu, Jacob S. da Silva Rosa, devem-se pesquisas de valor sobre os de Pernambuco. Na qualidade de bibliotecário do "Portugeesch-Israëlietisch Seminarium Ets Haim", de Amsterdam, teve em mãos documentos valiosos e organizou, há anos, uma exposição dos trabalhos de Aboab da Fonseca. Pesquisas a serem conduzidas nesse Seminário e, possivelmente, em outros centros, talvez possam trazer luz sobre a população judaica do Recife no tempo da ocupação neerlandesa.

Uma desinteligência que surgiu entre a mesma população é referida nas "Dagelijksche Notulen" ao despacharem os Conselheiros um pedido dos anciãos da nação judaica do Recife, de que se não consentisse levar a efeito a construção de uma sinagoga em Maurícia, projeto de alguns membros da nação.

* * *

A bibliografia do domínio holandês do nordeste brasileiro é das mais vastas da História do Brasil. Não está senão incompletamente feita por alguns estudiosos: Tiele, Knuttel Wulp, Petit, Asher, J. C. Rodrigues, Alfredo de Carvalho, José Honório

Rodrigues. A parte, no Brasil, menos accessível — não pela língua, mas pela raridade — são os chamados panfletos ou brochuras impressos na Holanda antes e durante o período da ocupação holandesa. São em boa parte de pequeno interesse ou de interesse subsidiário; versam principalmente assuntos de caráter mercantil.

Alguns, porém, são de maior importância, e descrevem a vida econômica da colônia e são, em primeiro plano, O Machadão do Brasil *(De Brasilsche Breede-Byl)* e o Saco de Ouro do Brasil *(Brasilsche Gelt-Sack)*. Raro, talvez único, um com o interesse social do *Cort ende Sonderlingh Verhael* da autoria do predicante de língua francesa Soler e para o qual fui um dos primeiros a chamar a atenção. (10). Alguns panfletos, como refere Asher, são de inspiração anti-holandesa, como aqueles custeados pela embaixada portuguesa na Holanda. (11). Um outro contém cartas de um índio brasileiro, Antônio Paraupaba; e um relatório dos vexames sofridos pelos moradores pernambucanos dos chefes flamengos. Outro, de 1624, traz uma gravura das mais antigas de Olinda e do Recife, há pouco reproduzida na tradução brasileira de Nieuhof.

Ao lado da documentação Ms. — que aguarda a sua publicação — e dos panfletos, há os livros conhecidos, os "quase-clássicos" do período: De Laet, Baerle, Nieuhof, Moreau, Duarte de Albuquerque Coelho, Calado, Raphael de Jesus, Brito Freyre

Alguns deles merecem uma referência especial: entre estes o muito caluniado Brito Freyre a quem Varnhagen acusou de se ter aproveitado do material reunido pelo Marquês de Basto. (12). O que me parece um exagero. Acusou-o, ainda, de escrever em um estilo ultra culto e muito guindado. No que, também, há exagero. É verdade que, em certos trechos, o autor se deixa arrebatar pela eloqüência; não se pode negar, também, que o livro hauriu muito das *Memórias Diárias* — e, como estas, abrange o período 1630-1638; não seria possível que sendo aquelas *Memórias* a melhor relação cronológica, delas não se tivesse servido o General Brito Freyre. Que este muitas outras fontes teve em mão, vê-se do texto. Que muita experiência pessoal dos lugares, sabe-se. Que muitas notícias e informações pessoalmente recolheu, é coisa que também se vê do livro. E, acrescen-

(10) "A Situação Do Negro Sob o Domínio Holandês", in **Novos Estudos Afro-Brasileiros,**" Rio 1937, pp. 201/221.

(11) G. M. Asher **A Bibliographical And Historical Essay**, Amsterdam 1854/1867. pp. **183/200**.

(12) F. A. de Varnhagen, **História das Lutas com os Holandeses no Brasil**, citado p. XII.

te-se, que algumas lendas veiculou, como a da morte heróica do Almirante Pater.

Várias razões levaram Brito Freyre a escrever os sucessos da "guerra brasílica", a que não era alheio o desejo de contrapor a sua às obras publicadas na Holanda e o orgulho da vitória luso-brasileira: "Acumulando sobre o mesmo argumento, volumes grandes, as elegâncias estrangeiras, enquanto o fim do sucesso, não emudeceu o orgulho de Olanda". (13). E também o fato de se ter achado presente ao período final da guerra e de ter sido testemunha de vista: "Não só esta confiança me animou esta ocupação, mas parecerem-me melhor os limitados talentos que nalguma se empregão, do que os grandes sujeitos que passão em silêncio a vida; disfarçando por encolhimento modesto o que é frouxidão ociosa". Revela-se por essas firmes palavras, Brito Freyre, uma personalidade para quem os acontecimentos e a própria vida criavam obrigações. O fato de se ter achado presente à guerra levou-o a escrever o sucesso dos seus patrícios contra o invasor. Ele, que tinha sido sempre um soldado, "aparou a pena com a espada" e lançou-se ao grande trabalho. Bem certo estava ele que do "ócio oeupado" — como chamava ao seu trabalho intelectual — poderia resultar grande serviço à Pátria: "a qual muitas vezes tirou mais fruito do ócio ocupado de alguns, que do suor inutil de outros".

A respeito das fontes de sua *História* diz: "Successos raros, mas fielmente escritos, por quem exercitando os postos mayores [refere-se a si mesmo] em quantos acidentes lhes pre-

(13) Está claro o intúito de contrapor o livro à edição latina do **Rerum per Octennium**: na introdução de "O Impressor Aos Que Lerem", disse: "Tanto que consegui licença de Francisco de Brito Freyre para sair com a sua História da Guerra Brasílica, trouxe de novo a esta Corte, esta nova officina; e mandei vir de Amsterdão, letras novas de toda a sorte, só a fim de imprimir no modo mais decente, um livro tão esperado da curiosidade universal". De fato, são excelentes as letras vindas de Amsterdam, excelente a impressão e excelente o papel — "papel de grande marqua", proclama o impressor Galrão — e sente-se o desejo de Brito Freyre em responder de Portugal, do melhor modo possível, ao acontecimento que foi na Holanda, o aparecimento do livro de Baerle. Bem diz o General contrapondo o seu livro ao do poeta, à "latinissima obra": "E por que na estampa que faz rosto ao nosso argumento, parecerá menos vulgar a letra **Qua non patet orbis**, adverte-se, que o Conde João Mauricio de Nassau, sendo General no Brasil das armas Olandezas, trazia por empresa nas suas (como ainda se vê em todas as obras públicas dos anos que governou as Capitanias do Norte; tão ostentosamente escritos, na avultada História de Gaspar Barleu) **Qua Patet orbis**. Pelo que (deixando as circunstâncias que os Leitores per sy mesmos alcançarão facilmente) acrescentamos ao mote do Conde o **non** que o Imperador Carlos Quinto, tirou ao **non plus ultra** das colunas de Hércules". Claro que não conseguiram o seu intento o autor e o impressor Galrão, mas não deixa de ser um dos mais belos livros portugueses a Guerra Brasílica e a Viage da Armada.

cederão, teve tantas testemunhas, como forão as pessoas que nelles se acharão, da nossa parte e da contrária. Porque indo antes, e voltando depois, ao Estado do Brasil, no mar duas vezes Capitão General das Frotas, e na terra três annos Governador daquelas províncias, alcançou as íntimas circunstâncias, que faltarião a hum particular, para conseguir a verdadeira notícia do que determina escrever. Examinando, e conferindo os discursos diários & relações, que fazião a El Rey os Cabos principaes. Informando-se dos que estiverão presentes nas ocasiões, em que se não achou. E vendo cõ pessoal atenção os sítios, aonde nos succederão feliz, ou desgraciadamente, os acontecimentos prósperos, e adversos, das primeiras, e últimas guerras". (14)

Outro livro que tem sido menosprezado e que me parece deve ser reabilitado é o do Marquês de Basto, Duarte de Albuquerque Coelho: *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*. (15). É documento da maior importância para um estudo sobre o "exército pernambucano" — trabalho a ser feito e para o qual há muito material interessante; e o seu caráter de crônica pernambucana da guerra empresta ao livro um valor único. Trechos há em que se sentem ainda hoje a emoção, o cheiro e a lassidão de tantos anos de luta. Mas o seu principal valor é, sem dúvida, o caráter de crônica regional: repleto de nomes de pessoas, de lugares, de engenhos pernambucanos e paraibanos. Mostra com que unanimidade os naturais da terra correram a defender a sua capitania, os seus engenhos, as suas capelas, os seus rios. Os varões de famílias inteiras entravam a servir como campanhistas, como os cinco filhos de Francisco Monteiro Bezerra, da Várzea, os cinco filhos de uma viúva nobre, D. Maria Barrosa, esposa de Francisco de Barros Rego. O Capitão Gregório Lopes de Abreu com quatro irmãos e com outros tantos o capitão João Amorim. Outros cinco irmãos, filhos de D. Beatriz de Albuquerque, viúva de Paulo Gomes de Lemos. Os Viana, cinco irmãos, todos mortos pelo inimigo. Gonçalo Velho e D. Maria de Souza tinham seis filhos e um genro: perderam na luta três filhos e o genro. Uma companhia de

(14) Vê-se por aí que Brito Freyre teve em mão relatórios, cartas, testemunhos, etc. E não somente os da facção portuguesa. Refere-se aos "volumes grandes, elegantes estrangeiras" que na Holanda se publicaram; e explicitamente cita o Barleus por Ostentum e a Descrição do Novo Mundo de De Laet.

(15) Há uma tradução para o português da autoria de Alexandre José de Melo Moraes e Ignácio Accioly de Cerqueira e Silva (Memórias Diárias da Guerra do Brasil, Rio, 1856). Um exame atento desse livro revela enganos de leitura do texto original e descuidos na própria tradução e também espanholismos descabidos. De um modo geral: deve ser desprezada tal tradução.

emboscada era composta de treze irmãos: eram os Baptista, comandados pelo mais velho, capitão Manoel Baptista.

Um dos documentos mais preciosos da bibliografia em língua portuguesa é o *Valeroso Lucideno*, ou *Triumpho da Liberdade* da autoria de Frei Manuel Calado, pregador da Ordem de S. Paulo da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa. Calado, como se sabe, é o nome com que se refere a si próprio Frei Manuel do Salvador, personagem bastante conhecido entre holandeses — nas "Dagelijksche Notulen" aparece referido como "o frei Manuel" — e portugueses, entre os quais, morador que era lá para as bandas de Giquiá, era chamado de Frei Manuel dos Óculos. (16). O seu livro, publicado pela primeira vez em 1648, depois de sofrer censura eclesiástica — tendo incorrido na pena de inclusão no *Index Librorum Prohibitorum* — reapareceu em 1668 para continuar sofrendo fortes ataques de estudiosos brasileiros e estrangeiros. O bom Frei Manoel fez-me pressentir, graças ao tom de espontaneidade em que está redigido o seu livro, a veracidade de suas afirmações; depois, no que pude confrontar muitas de suas narrativas com documentos holandeses, principalmente as "Dagelijksche Notulen", não tenho dúvida em referir que no *Valeroso Lucideno* está o mais importante testemunho sobre Pernambuco sob o domínio holandês. (17)

A bibliografia contemporânea em língua holandesa é, sem dúvida, mais rica que a portuguesa e de grande valor documental. Abrange todo o período, a começar por Johan de Laet, antuerpiano cheio de interesse pela história, geografia e história natural das Américas e do Brasil em particular, cujo livro *Iaerlyck Verhael* abrange o período dos primeiros seis anos da conquista. Segue-se-lhe o livru de Baerle que se encerra em 1644. Daí em diante os testemunhos mais importantes são os de Nieuhof e Moreau; Hendrik Haecxs conta os últi-

(16) Frei Manoel do Salvador depondo em 1646 no processo intentado pelo Santo Ofício contra o Padre Manoel de Moraes, S. J., diz que "é de idade de 46 annos". É citado no início do depoimento como "frei Manoel Callado do Salvador" e assinou-se "o mestre frei Manoel Callado do Salvador": "Processo de Manoel de Moraes", RIHB nº LXX, parte I, Rio 1908.

(17) Apesar de revelar um espírito apaixonado — ou talvez por isso — o seu livro é um dos mais importantes depoimentos sobre o período que antecedeu a revolta de 1645. Arciszewsky chama-o "homem inteligente". Tem sofrido ataques de vários historiadores; um dos primeiros o enxundioso Frei Raphael de Jesus. Também de Varnhagen, Souto Maior, Waetjen. Capistrano de Abreu ("Memórias de um frade", in RIAP nº 65, Recife 1907. p. 47/83) mostrou interesse pelo Valeroso Lusideno, mas não reconheceu, seja dito de passagem, o enorme valor do testemunho do frade português.

mos sucessos da colônia holandesa no Brasil. Além destes há outros testemunhos que compreendem períodos menores e alguns são de grande importância. Há, também, narrativas de capitães de navios, de viajantes que aqui se encontraram por pouco tempo e nos deixaram as suas impressões: são os Nicolaes de Graeff, os Jacques Joosten, os Michiel Hemmersam, os Cuthbert Pudsey, os Lorenz Simon, os Zacharias Wagener.

* * *

Quero deixar aqui consignados os meus agradecimentos aos que me auxiliaram na elaboração deste trabalho. Ao Professor Dr. Hermann Wätjen — Hermann Julius Eduard Wätjen (1876-1944) — os conselhos e avisos que gentilmente me ofereceu através de correspondência; é um mestre com verdadeiro prazer em auxiliar os novos. Ao meu amigo José Honório Rodrigues, o inestimável auxílio de sua colaboração na Biblioteca Nacional, cujo rico acervo tão bem conhece. Ao Dr Olympio Costa Júnior, diretor da Biblioteca Pública de Pernambuco, a ajuda solícita que o estudioso brasileiro não está acostumado a encontrar nas nossas bibliotecas, mesmo nas maiores; a ele devo o acesso à parte mais valiosa de documentação deste trabalho, a saber, a documentação Ms. Ao Dr. Robert C. Smith, diretor da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, diversas facilidades para a obtenção de microfilmes de folhetos e artigos raros. Ao Prof. Dr. Engel Sluiter, do Departamento de História da Universidade da Califórnia (Berkeley), autoridade no estudo da expansão holandesa no século XVII, a boa vontade que comigo demonstrou, colaborando neste trabalho com sugestões, através de uma convivência de algumas semanas e de uma larga correspondência. Ao Padre Frei Bonifácio Harink, da Ordem do Carmo, os esclarecimentos para a tradução de muitos trechos duvidosos em língua holandesa. Constituíram para mim um prazer as tardes passadas no velho Convento do Carmo do Recife — que domina matriarcalmente todo um largo recifense dos mais característicos da cidade — na sua cela nº 26, "Protetor: São José, Primário da Ordem". A ele devo, também, o ter percorrido a biblioteca e o arquivo do Convento; neste último, pouco ou quase nada há a examinar da época que é o campo de pesquisas deste trabalho; a enorme documentação que deve ter possuído o Convento foi, na maior parte, devastada pelas traças em conseqüência da má conservação. Com isto muito sofreu a própria Ordem, como

outras no Brasil possuidora de bens imóveis, cujos títulos de propriedade não pode hoje apresentar.

No Convento do Carmo do Recife é onde se encontra o torreão que se diz ter sido o do palácio da Boa Vista; não havendo, porém, documento que o confirme positivamente. (18). A fotografia do torreão histórico de linhas inegavelmente portuguesas, com predominância do horizontal sobre o vertical, característica, também, do velho solar de Megaípe, aparece, pela primeira vez, ilustrando estas páginas.

Falta-me referir ao mestre a quem devo a minha iniciação nas pesquisas históricas. Gilberto Freyre influenciou decisivamente toda uma geração de brasileiros. Descobriu nos da minha geração capacidade para pesquisas sociais ou históricas. Para trabalhos de biblioteca ou investigações de campo.

É um mestre que nos lega ao lado de seus livros — "há de se dizer: vida intelectual brasileira antes e depois de C. G. & S.", segundo Mário Marroquim — um exemplo de altas virtudes cívicas que não se abatem frente a qualquer provação. O exemplo que nos transmite é o do estudo honesto e desinteressado, de um grande amor pelo Brasil que não exclui o espírito crítico e de destemor ao combater doutrinas e homens, inimigos da "cultura luso-brasileira", que para ele não é nenhuma causa estreitamente nacionalista. O mestre de Apipucos revive o espírito do senhor de engenho do século XVII, também de Apipucos, Gaspar de Mendonça, que se atreveu a clamar, "que se desse sepultura à Justiça que morreu nesta terra e não há quem a enterre honradamente".

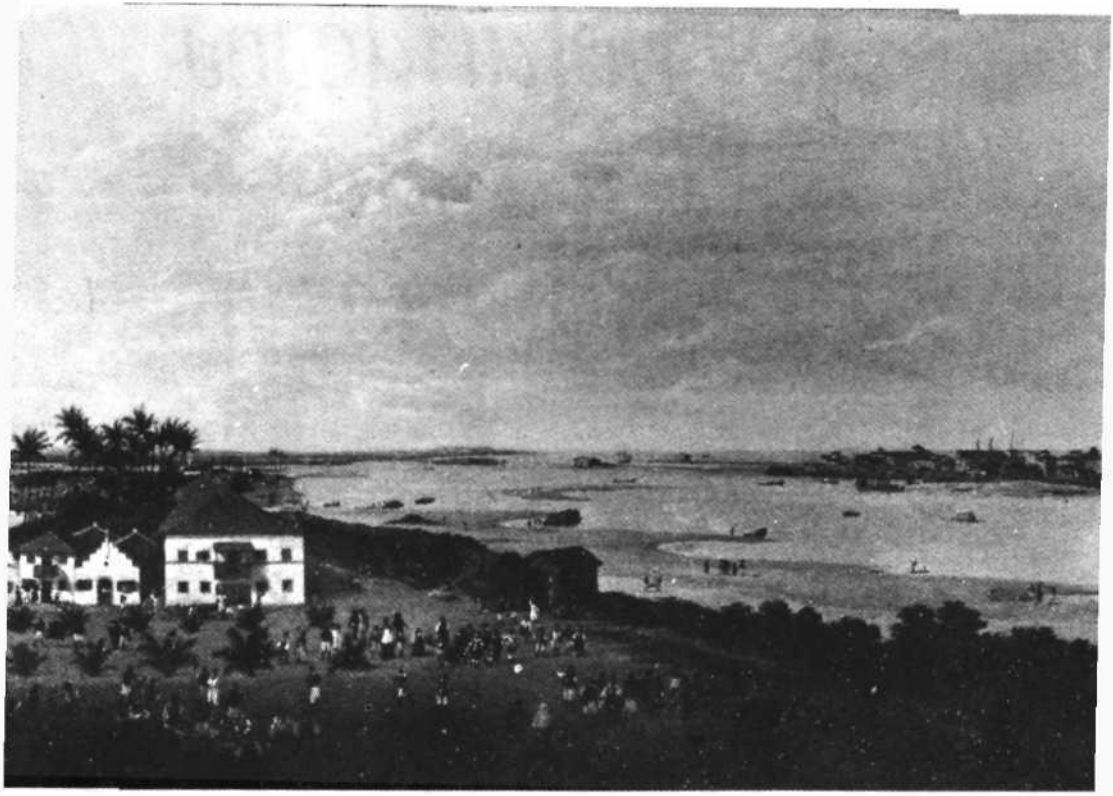
Recife, maio de 1944

(18) O Convento de N. S. do Carmo, mais do que qualquer outra casa religiosa de Pernambuco, está ligada à vida e à história do Estado. As largas tábuas dos seus corredores e as pedras de suas escadas estão amaciadas pelos pés de muitas gerações de pernambucanos: por pernambucanos que demandavam o Liceu Provincial, o Hospital Militar, a Sociedade de Medicina, a Faculdade de Medicina, a Escola de Ensino Mútuo, a Biblioteca Pública, o Instituto Arqueológico, que todas nasceram ou viveram durante certo período nas suas salas ou nas suas celas. O Convento deveria merecer um tratamento condigno das autoridades, porque se trata, de fato, de uma das casas mais ligadas à nossa vida de pernambucanos. Os seus frades, os mais acolhedores dos frades, estão sempre prontos a franquear aos estudiosos os infelizmente raros documentos do seu arquivo.

Vista do Recife, a partir dos arrecifes, publicada por Pieter van der Aa (1729) com base no desenho de Frans Post para o livro de Gaspar Barlaeus (gravura nº 35) publicado em Amsterdam (1647).

Os holandeses e a vida urbana

Maurícia e o Recife, panorama de Frans Post (46 x 83cm.), assinado e datado (25.8.1657). Coleção Marcondes Ferreira (São Paulo), tomado nas proximidades do Terreiro dos Coqueiros. Casas portuguesas e holandesas, estas com frontões em escadinha. Detalhes reproduzidos na capa, contra-capa e páginas internas desta edição (Souza Leão, **F. Post,** 1973, nº 25)



Parece que o Recife — que os documentos antigos chamam simplesmente de "povo" — era um triste burgo nos primeiros anos do século XVII. Burgo triste e abandonado, que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda.

O Recife foi, porém, desde os primeiros tempos uma tentação para os piratas mais afoitos, de olhos compridos nas riquezas da terra. De um deles diz-se que escreveu, filosoficamente, nos arrecifes, um pensamento: "le monde va de pis en pis". Porque o Recife era, apesar de tudo, a porta de entrada da Capitania. Para o porto do Recife é que convergiram as naus da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais que, na manhã de 15 de fevereiro do ano de 1630, surgiram no horizonte. "Uma das maiores armadas que já cruzou a equinocial", dizem os documentos. E com os mais vastos projetos. Com justeza afirmou José Honório Rodrigues que após terem tentado dominar o centro político da colônia portuguesa — a Bahia — tentaram os flamengos apossar-se do seu centro econômico no século de seiscentos.

Prepararam-se longamente e à frente das tropas e comandando os navios puseram os seus chefes militares mais experimentados: Lonck, um dos vencedores da "silver vloot" — cuja medalha comemorativa do apresamento ostenta orgulhosamente no retrato que lhe fez, aos 62 anos, Isaacq Mijtens e que Willem Hondius gravou, naquele mesmo ano de 1630 — Ita, Jol — o Houtebeen, sempre no seu *yacht* "de Otter" — Lichthardt — então no começo de sua carreira que seria toda "brasileira" — Banckert, Kat, Sickes, Uitgeest; também Arcis-

zewsky e Schkoppe — que já surgem em documentos de 1630 (1).

Há anos que vinham sendo reunidos na Holanda dados e informações sobre a capitania de Pernambuco, a configuração da sua costa, os portos, desembarcadouros, regime dos ventos; a sua riqueza, a sua agricultura.

Navios holandeses visitavam pacificamente portos pernambucanos prontos sempre, porém, para se transformar em piratas (2).

Há relações detalhadas em documentos de origem holandesa sobre a costa pernambucana. Uma das mais importantes é a de Hessel Gerritsz, que descreve o desembarcadouro de

(1) George Edmundson, "The Dutch Power in Brazil. II. The First Conquest", in **The English Historical Review**, vol. XIV, October, 1899, Londres. Schkoppe, diz a Generale Missive ao Conselho dos XIX, sem data (mas citada no índice do volume correspondente como sendo de 12 de março de 1638), serve no Brasil desde a tomada de Olinda. Sobre Arciszewsky ver o interessante estudo de J. C. M. Warnsinck "Christoffel Artichewsky" no IV vol. da reedição do livro de J. de Laet, **Iaerlyck Verhael van de Verrichtingen der Geoctroyeerde WIC.**, Haia 1937, p. XXVII.

(2) Como os "três grandes navios holandeses" que se encontravam no Recife quando do ataque de James Lancaster, em 1595; parte do botim foi transportado em urcas flamengas, conforme o documento intitulado "Bem concertada e próspera viagem do sr. James Lancaster,... intentada contra Pernambuco, porto da cidade de Olinda, no Brasil" traduzido por Alfredo de Carvalho, "O Corsário James Lancaster, em Pernambuco, 1595", in **RIAP** n.º 73, Recife 1908, p. 441 e segs. Aliás é um estudo a fazer o que se refere à freqüentação de navios holandeses — ou não ibéricos — a portos brasileiros. Os arquivos portugueses e espanhóis devem conter valiosas informações a respeito. Parece que chegou a haver um tráfego regular. Quando do ataque de Withrington e Lister à Bahia (abril de 1587) entre os navios que se encontravam no porto "estava uma urca de Duarte Osquer, mercador flamengo que aqui residia, com marinheiros flamengos" que a tripulavam. Esse Osquer ou Osquis era "casado com portuguesa e antigo na terra": Frei Vicente do Salvador, **História do Brasil**, 3.ª ed., São Paulo, pp. 266, 331, 376 e a carta do Padre Amador Rabelo, de novembro de 1587, citada pelo Padre Serafim Leite, **História da Companhia de Jesus no Brasil** vol. II, Lisboa, 1938, p. 137. Em outra urca flamenga, o "Grifo Dourado" é que veio de Lisboa para o Brasil Gabriel Soares de Sousa e quatro Carmelitas (vide o "Aditamento" de Varnhagen no **Tratado Descritivo do Brasil em 1587** de Gabriel Soares 3.ª ed., São Paulo 1938). George Edmundson estudou, mas sem proficiência, o assunto no "The Dutch Power in Brasil. I. The Struggle for Bahia, 1624-1627", in **The English Historical Review**, nº 42, vol. XI, Londres 1896 e "The Dutch on the Amazon and Negro in the 17th. Century", na mesma Revista, vol. XVIII, Londres 1903. De grande importância é o *Ms.* "Deductie vervattende den oorspronck ende progres van de vaert ende handel op Brasil uyt dese Landen", referido por Waetjen, no **Das holländische Kolonialreich in Brasilien**, Gotha, 1921, p. 28 e também no seu artigo "Brasilie" no **Gedenkboek van het Algemeen Nederlandsch Verbond, 1898-1923**, p. 172 e depois publicado e comentado por J. W. Ijzerman, no **Journael van de reis naar Zuid-Amerika (1598-1601) door Hendrik Ottsen**, vol. XVI das publicações da Linschoten Vereeniging, Haia, 1918. Ver também S. P. L'Honoré Haber, **De Nederlanders in Guinee en Brasilie (Geschiedkundige Atlas van Nederland)**, Haia,

Pau Amarelo, onde as tropas de Waerdenburch puseram pé em terra em 16 de fevereiro de 1630 (3). Essas informações colecionadas por Gerritsz — e datadas por ele de bordo do navio Zutphen, 20 de julho de 1629 — incluem preciosos depoimentos de vários navegantes holandeses, tais como Dirk Symonsen (1626), Jan Bautista Syens, (viagem em 1600), Hendryck Hendryckssen Cop, traficante e do capitão Claes Adriaensen Cluyt (viagem em 1610) e ainda dados fornecidos por índios levados por Boudewyn Hendriksz, para a Holanda, como Gaspar Paraupaba e André Francisco do Ceará, Pedro Poty, Antonio Guiravassauai, Antonio Francisco e Luiz Gaspar, da Baía da Traição.

Holandeses surgem nas denunciações do Santo Ofício em Pernambuco, alguns com profissões comerciais, mantendo relações, talvez com patrícios na Europa; nem falta uma "mulher do mundo" lusitanamente chamada de Maria d'Almeida (4).

É um estudo interessante a tentar um pesquisador pachorrento, o de reunir dados sobre a capitania de Pernambuco provenientes de fontes holandesas, anteriores a 1630. Pesqui-

---

1931, Engel Sluiter, **The Dutch Archives and American Historical Research, Haia, 1938** e Walter Arnt, **Das Eindringen des niederlandischen Elementes in der Kolonisation Brasiliens unter spezieller Beleuchtung der niederlaendischen Kolonisation in Guayana, 1600-1674**. Tese da Universidade de Berne. Biel, 1918, especialmente o capítulo "Das erste Auftreten des niederlaendischen Elementes in Brasilien und Westindien", p. 1/25.

(3) "Journaux Et Nouvelles Tirées de la Bouche de Marins Hollandais et Portugais de la Navigation aux Antilhes et sur les côtes du Brésil", tradução de E. J. Bondam, nos **Anais da Biblioteca Nacional** nº **XXIX** de 1907, pág. 142 e segs.

(4) André Pedro "flamengo de nação... solteiro mercador, respondente a mercadores moradores em Alemanha" (p. 253). Alberto Roiz, "framengo criado do dito André Pedro" (pág. 85), Antonio Vilhete "framengo de nação, mancebo sem barba que parece ser de alguns vinte anos, caixeiro. ... lá ladino no portugués" (p. 167). Manuel Nunes "framengo" (p. 332). Padre João Batista, S. J. que "dixe seer framengo de nação natural de Olanda" (p. 468) e Maria d'Almeida "framenga molher do mundo moradora nesta villa" (p. 356) de quem o denunciante, Pedro Gomes, diz ter "recebido della boas obras": **Denunciações de Pernambuco, Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil**. São Paulo 1929. Além destes sabe-se que por muitos anos (desde 1618 ou 1620) residiu em Pernambuco Adriano Verdonck, autor de uma "Memória Dirigida Ao Sr. Presidente e Demais Srs. do Conselho desta Cidade de Pernambuco", entregue ao Conselho Político em 20 de maio de 1630 (e traduzida por Alfredo de Carvalho, "Descripção das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande" in RIAP n.º 55, Recife, 1901, p. 216 e segs). Residia, também, na Capitania por ocasião da invasão, o engenheiro Pieter van Buren, que Waerdenburch contratou para servir nessa qualidade junto ao exército holandês: carta de Waerdenburch ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 3 de abril de 1630 e carta dos XIX a Waerdenburch, datada de 17 de junho de 1630. Também a carta de Pls. Serooskercke ao Conselho dos XIX datada de 1 de junho de 1631, do Recife de Pernambuco.

sas conduzidas em arquivos dos Países Baixos e da Bélgica, poderão trazer muita luz sobre as relações entre a América Portuguesa e a Europa não ibérica (5). Mesmo em documentos impressos os holandeses se detinham em conjecturas sobre a vida da colônia, principalmente sobre a sua produção e rendas. Usselinx, apesar dos seus vastos projetos, ainda achava tempo para se demorar no estudo da produção e do valor do açúcar pernambucano. Outro estudioso é Jan Andries Moerbeck, autor de um trabalho importante sobre os *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil e isto quanto antes* (impresso em Amsterdam, 1624); um autor anônimo publicou uma *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente*, folheto raríssimo, sem data (posterior a 1623); afora outros estudos, como um *Reysboeck van het rijcke Brasilien, Rio de la Plata ende Magallanes... haren handel ende wandel... alles met copere platen uytghebeelt...* (1624).

Liga-se, também, grande importância à colaboração dos judeus na remessa de informações para a Holanda. Parece que cristão novo era Ambrósio Fernandes Brandão, a quem se atribui modernamente a autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* (6), uma das cópias dos quais se foi encontrar, depois, na Biblioteca de Leyden (7). As razões de tal colaboração são bastante conhecidas para serem repetidas aqui. O fato é que, com a ocupação holandesa, muitos judeus encobertos residentes em Pernambuco, se declararam como tais, mudaram os nomes cristãos para outros mais caracteristicamente israelitas e circuncidaram-se.

(5) Documento valioso para tal estudo são as "Instruções secretas dadas ao General Hendrick Cornelissen Lonck, as quais deve abrir depois de ter partido [da ilha] de São Vicente e passado o Equador" (determinam o ataque a Pernambuco), datadas do "Conselho dos XIX em Middelburg na Zeelândia, de 18 de agosto de 1629" (in "Secrete Notulen van de Vergaderinge van XIX in Middelburch" in BSN). Mostram-se os Conselheiros muito bem informados sobre o desembarcadouro de Pau Amarelo — cujo local, para desembarque, vinha determinado da Holanda — sobre o rio Tapado, a largura da praia até Olinda — "estamos informados de que a praia tem largura suficiente para marcharem, sem embaraço, 40 homens lado a lado" — o porto e fortes do Recife, as passagens da Barreta e da Barretinha, colégio dos Jesuítas — "pensa este Conselho que o Convento dos Jesuítas em um monte e dominando a cidade [de Olinda] e o interior, deve ser transformado em um forte", etc.

(6) Os **Diálogos das Grandezas do Brasil** têm tido várias edições: a RIAP. publicou-os nos seus números 28, 31, 32 e 33. A Academia Brasileira de Letras, Rio 1930, tirou-os pela primeira vez em livro, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia.

(7) João Ribeiro, **O Fabordão**, Rio 1910.

A conquista de Olinda e do Recife pôde ser consumada em poucos dias; a força atacante era bastante forte e militarmente superior — note-se que há referências ao emprego de novas armas de guerra — e os habitantes preferiram se retirar; mesmo os que mais tinham a perder com o saque da cidade: os ricos de quem fala Calado com tanto desprezo: "os de barrigas inchadas". O mesmo não aconteceu com a conquista do interior, nem mesmo com a dos lugarejos mais próximos à costa.

Parece que os pernambucanos sentiram logo o caráter de "permanência" com que puseram os flamengos pé em terra. Não se tratava de uma simples expedição de piratas; o vulto da esquadra estava mostrando o contrário. Mas, como lidavam com empregados de uma companhia de comércio, (8) parece que supuseram que o dinheiro poderia fazê-los demover da empresa iniciada, desde que os lucros fossem compensadores. Os documentos falam veladamente de uma pessoa enviada pelos pernambucanos ao governador Waerdenburch a qual — narra uma carta de Carpentier — "entre outras coisas disse ter incumbência especial de Duarte de Albuquerque, Senhor da Capitania de Pernambuco e de Mathias de Albuquerque, Governador, de nos expor ou nos sondar se aceitaríamos ou conviríamos em um acordo: os Albuquerques nos entregariam algumas mil caixas de açúcar ou as que nós estipulássemos, com a condição de deixarmos este país, e a isto respondemos que a intenção de VV.SS. e a nossa incumbência não era esta e que nós, segundo o nosso juramento, estávamos obrigados a empregar todos os meios possíveis a fazer deste país uma conquista duradoura" (9). Parece que o encarregado de tal negociação foi um certo Pedro Álvares que procurou Waerdenburch com uma carta de apresentação da parte de Bagnoli, escrita em francês: "Je vous envoye Pedro Álvares deseant que Vous parties avec luy, avec la confiance que je espere et je vous asseure que tout cela vient de la volonté que j'ay de Vous servier et de la affection que j'ay a vostre nassion" (10). A embaixada malogrou-se e consta que o enviado levou uma contraproposta irônica do holandês: por quanto entregariam os Al-

(8) Já houve quem dissesse (Goulart de Andrade, **Algumas Notas Sobre Domingos Fernandes Calabar**, Maceió 1907) que a Companhia das Índias Ocidentais só tinha de comercial o nome.

(9) Carta de Servaes Carpentier ao Conselho dos XIX, datada de 10 de novembro de 1632; a carta refere-se quase toda a esta "embaixada" — palavra textual da carta — dos Albuquerques.

(10) Carta datada "Du quartier ce premier de novembro de 1632", e assinada "Giovanni Vint° son felicx Comto de Bangiole".

buquerques a Capitania? Mas estes não desanimaram. Com a chegada dos diretores-delegados Ceulen e Ghijselin voltaram à proposta, pelo mesmo enviado, com resultado idêntico (11).

Apesar da recusa de abandonar Pernambuco, a situação dos holandeses era então de quase desespero. Viviam em uma faixa de terra que nada produzia; as despesas eram enormes. Nos primeiros anos nada que pudesse compensar tamanhos gastos chegou à Holanda; e os invasores não se descuidavam de enviar qualquer coisa que representasse valor, que encontrassem em terra ou apresassem no mar. Uma das primeiras que enviaram à metrópole foi, ao que parece, os sinos das igrejas de Olinda e do Recife. É o que nos faz saber a seguinte declaração assinada por certo Jan Cornelissen: "Eu, abaixo assinado, capitão, pela graça de Deus, do navio chamado Overijsel, ancorado no Poço do Recife de Pernambuco, declaro que recebi no dito navio, para entrega aos nobres Senhores Diretores da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais da Câmara de Amsterdam:

1 sino no qual está: *Deum laudamus te*.
1 dito onde está: *Laudate eum in cymbalis bene sonantibus*.
1 dito onde está: *Virgo dulcis ave domino quam gratia replet*.
1 dito onde está: *Henderyck wegevaert goet mij in de Stadt Campe Anno 1600* (12).
1 dito onde está: *Salvator mundi salve me*
8 mais sem marcas, grandes e pequenos e, finalmente, 27.900 libras de pau-brasil" (13).

Os sinos olindenses bem podiam levá-los os holandeses, para transformá-los em canhões: o que não ousavam fazer era

(11) É a que se refere uma carta do Conselho dos XIX aos diretores-delegados Ceulen e Ghijselin, datada de Amsterdam, 8 de julho de 1633: "Vimos que outra vez o inimigo, quando da chegada do Sr. van Ceulen, enviou a VV.SSas. o seu antigo embaixador Pedro Álvares para renovar o oferecimento de alguns milhares de caixas de açúcar, se VV.SSas. quisessem abandonar o país".

(12) Isto é, "Henderyck Wegevart fundiu-me na cidade de Campen no ano de 1600". Parece que os Wegevart ao lado da fundição de canhões fundiam sinos: no Museu do Estado da Bahia há um destes, pequeno, onde se lê "Henderick Wegewart de Jonge maete me in Deventer Anno 1615" (H. W., filho, fez-me em Deventer, no ano de 1615).

(13) A declaração está datada: "Feita no Recife em 27 de setembro de 1630"; Alfredo de Carvalho, "Sinos Antigos", Almanack de Pernambuco para 1906 (de Júlio Pires Ferreira) p. 123.

afastar o pé da faixa de terra desde Olinda — pelo istmo — até o Recife e da ilha de Santo Antônio (14), a apanhar laranjas, limões, cajus. Viam bem próximas as árvores, mas escondidos nas suas espessuras estavam os guerrilheiros da terra (15).

A situação alimentar chegou a extremos terríveis; durante três longos anos os documentos estão cheios de súplicas e queixas: "vivemos em uma ponta de terra, sem liberdade de nos dirigir para o interior, pois a falta de refrescos e de madeira, tanto para construção, como para a cozinha, é suficiente para nos manter aqui sem possibilidade de realizar ulteriores ataques; sem refrescos, a tropa não se sustentando senão com alimentos vindos da Pátria, é vítima do escorbuto, como se verifica diariamente e não se obtendo nem verdura nem água fresca, necessariamente definha até a morte, sem que neste areial possa ser empregado qualquer expediente, tal qual como se estivéssemos em um deserto" (16). Alguns soldados com escorbuto que receberam limões vindos de Olinda "atribuíram a sua cura a eles, abaixo de Deus" (17).

Outro documento narra o trabalho para se obter um pouco de lenha para cozer os alimentos: "atualmente há 3 ou

(14) Com o nome de Santo Antônio está em documentos holandeses de 1630: carta de Pieter de Vroe, secretário do Conselho Político e em nome deste, aos XIX datada: "Escrita em 2 de abril de 1630 na cidade de Olinda, no Convento dos Jesuítas"; carta de Adolpho van Els aos diretores da Câmara de Dordrecht: "Escrita na ilha de Santo Antônio em 3 de abril de 1630", etc. Mas já em outro documento de 3 de abril de 1630 está: "ilha de Antônio Vaz": algumas vezes, relembrando o nome antigo e confundindo-o com o em uso, escreviam: ilha de Sto. Antônio Vaz: Sentença contra Hendrick Schilt, de 30 de outubro de 1637; Generale Missive de 15 de janeiro de 1638, endereçada aos XIX; descrição da 2.ª batalha dos Guararapes, por M. van Goch, datada do Recife, 22 de fevereiro de 1649.

(15) Ambrósio Richshoffer, **Brasilianisch und West-Indianische Reisse Beschreibung**, Strassbourg, 1677, reeditado por S. P. L'Honoré Naber na coleção **Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegsleuten**, vol. 1, Haia, 1930 p. 69 e traduzido por Alfredo de Carvalho, **Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais, 1629-1632**, Recife, 1897, p. 93. E Johan Baers, **Olinda Ghelegen int Landt van Brasil**... Amsterdam, 1630, traduzido por Alfredo de Carvalho **Olinda Conquistada**, Recife 1898. Também carta de Marten Thijssen ao Conselho dos XIX, datada "No dia 11 de fevereiro de 1631 no navio **As Provincias Unidas**, ancorado no porto de Olinda de Pernambuco".

(16) "Parecer" de Johannes van Walbeeck sobre a situação da conquista, datado do Recife, 27 de novembro de 1631.

(17) Idem. "A ração parca e ruim cria aborrecimento e revolta entre os soldados; o pão, carne e toucinho são distribuídos em menor quantidade que o estipulado, o bacalhau também e na maior parte das vezes estragado, pelo que é lançado fora; quase todos os víveres são velhos de dois anos... é impossível e mesmo contra a natureza manter este povo com alimentos velhos, sem refrescos... a maior dificuldade temos em evitar o escorbuto", diz Johannes van Walbeeck em carta aos XIX, datada do Recife, 6 de janeiro de 1632.

4 navios com soldados, com a incumbência de buscar lenha, porque ela é tão escassa aqui [no Recife] que os soldados muitas vezes precisam cavar uma hora ou mais para poder obter a raiz de alguma árvore para cozinhar o seu alimento" e "muitas vezes os que não se aplicam a esse trabalho têm de comer os alimentos crus" (18). "Aqui — diz outra carta — não há, por enquanto, víveres da terra, de modo que nós e todos os que aqui estamos depositamos todas as esperanças de vida em prontas remessas de tantos víveres quanto VV. SSas. possam imaginar que temos precisão; queiram VV.SSas. enviar-nos juntamente com vinho de Espanha, um forte vinho francês, tanto branco como tinto, alguma cerveja... e especialmente aparas de madeira ["rijs", para lenha], favas turcas [isto é, milho] cevada, passas de Corinto e sobretudo grande quantidade de farinha de trigo" (19). Aliás, é possível documentar, ano por ano, durante todo o período da ocupação holandesa, essa escassez de víveres, mesmo os da terra. Houve momentos verdadeiramente dramáticos em que muitas pessoas, no Recife e em Maurícia, morreram de pura inanição. Ainda em 1635, o exército holandês sofreu redução na ração que passou a ser distribuída pela metade da que era fornecida até então (20).

Nos documentos dos três primeiros anos da conquista abundam as informações sobre o escorbuto. Quase não há carta oficial ou particular que não descreva aos chefes na Holanda a lastimosa situação dos invasores. Richshoffer, que deixou um livro cheio de flagrantes interessantes, descreve o escorbuto e refere-se, também, a uma outra doença que parece pode ser identificada com a hemeralopia ou cegueira noturna: uma doença em que os pacientes nada viam à noite, nem mesmo uma vela acesa tão chegada aos olhos que queimava-lhes as pestanas (21). Richshoffer dá como causa do escorbuto — que os holandeses foram os primeiros a estudar, provindo a palavra escorbuto do holandês "scheurbuik" — que sobreveio aos tripulantes do navio em que viajou, o fato de terem ficado expostos à umidade os biscoitos que foram servidos à tropa. Dos documentos Mss. examinados, parece que se pode concluir que os holandeses — mesmo os chefes — não ligavam o tratamento do escorbuto a determinados frutos, como a laranja ou o limão

(18) Carta do Conselho Político ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de novembro de 1632.

(19) Carta de Pieter de Vroe, secretário do Conselho Político e em nome deste, ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 2 de abril de 1630.

(20) Dag. Notulen de 29 de maio e 13 de junho de 1635.

(21) Richshoffer, livro citado.

— mas em geral a qualquer fruto fresco, referidos sob o nome comum de refrescos ("verversinge") — e aos legumes.

Em uma das primeiras cartas escritas de Olinda — e datada do Convento dos Jesuítas — o secretário do Conselho Político, Pieter de Vroe, descreve os pomares de Olinda: "em toda parte há lindas árvores, como laranjas, limoeiros, coqueiros, tamarineiras e outras muitas cujos nomes e virtudes ainda nos são desconhecidos e nos foi dito que fora dos limites da cidade [i. é, de Olinda] se encontra muito maior variedade e quantidade de frutos"; "alguns particulares têm próximo às suas casas, parreirais, mas atualmente há pequenas uvas ainda verdes" (22). Apesar desta quantidade de árvores — inclusive laranjeiras e limoeiros — o escorbuto afetou gravemente a tropa holandesa (23). Cortavam-se a navalha as gengivas inchadas dos doentes (24). Mas não só o escorbuto: também a disenteria sangüínea ou câmaras de sangue ("roode loop") e outras enfermidades mais vagamente descritas (25). As informações sobre o número de doentes faz-nos calcular que aproximadamente 1/3 da tropa estava impossibilitada de prestar serviço (26). As árvores que podiam proporcionar refresco estavam à vista, mas atrás delas havia o risco de uma emboscada e estas os holandeses temiam enormemente: Waerdenburch e outros chefes referem-se com horror a essa tática dos pernambucanos (27).

Waerdenburch empregou a ilha Fernando de Noronha como local de convalescença e tratamento dos seus homens. Em umas "Instruções" de dezembro de 1630, na qualidade de "Governador e Chefe das tropas por parte da WIC, em Olinda", ordenou a Jean Lormiére a ir no navio Meerminne, "à

(22) Carta ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 2 de abril de 1630.

(23) Carta de Pieter van der Hagen aos Diretores da WIC, datada de Olinda, 26 de julho de 1630; Parecer de Johannes van Walbeeck datado do Recife, 27 de novembro de 1631 e carta do mesmo ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 6 de janeiro de 1632.

(24) Pierre Moreau, **Histoire des derniers troubles du Brésil**, Paris 1651.

(25) Carta de Adolph van Els aos Diretores da Câmara de Dordrecht, datada da ilha de Santo Antônio (Antônio Vaz), 3 de abril de 1630.

(26) Carta supra de van Els e também carta de D. van Waerdenburch ao Conselho dos XIX datada de Olinda, 3 de abril de 1630.

(27) Carta de Pieter van der Hagen aos Diretores da WIC, datada de Olinda, 26 de julho de 1630; idem de Marten Thijssen ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 11 de fevereiro de 1631 e muitas outras.

ilha Fernando ou Pavônia", (28) levar os soldados doentes, que ali deveriam ser tratados: "para lá proporcionar-lhes refrescos" (29). E não somente soldados: muitos negros atacados de escorbuto foram levados para a ilha para tratamento (30). E que a estada na ilha valeu a muitos, confirma uma carta de Jan Mast: "no *yacht* Rotterdam voltou da ilha Fernando uma grande parte da tropa e dos marinheiros que havia sido enviada em conseqüência do escorbuto e a maioria se apresenta com a robustez anterior" (31).

Apesar de que, com o correr do tempo, a situação dos holandeses tivesse melhorado, com o domínio de todo o Nordeste, grassaram sempre entre eles muitas moléstias, sendo verdadeiramente enorme a mortalidade (32). Era comum ao chegarem ao Brasil serem acometidos de "certa moléstia do país" ("seeckere lantsieckte") que matava a muitos. O próprio Nassau foi atacado por ela (33).

(28) Trata-se de fato da ilha de Fernando de Noronha (como se vê da carta do Conselho Político ao Conselho dos XIX datada do Recife, 6 de novembro de 1631). O nome de "Pavônia" provém do fato de que esteve arrendada a um dos diretores da Companhia, Michiel de Pauw, cujo apelido latinizado em Pavônia foi dado à ilha — como fez com a colônia que arrendou no atual Estado de Nova York, nos Estados-Unidos (J. R. Brodhead, **History of the State of New York**, vol I, Londres 1853, pp. 202/208). A ilha foi dada em arrendamento em 15 de outubro de 1629: S. P. L'Honoré Naber, **De Nederlanders in Guinee en Brasilie** (Haia 1931) p. 24 nota. A respeito do arrendamento de Fernando de Noronha por De Pauw vejam-se as cartas do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco datadas de novembro de 1631 e Amsterdam, 30 de outubro de 1631.

(29) "Instructie ende Ordre" assinada por D. van Waerdenburch e datada do Recife, 21 de dezembro de 1631.

(30) Carta do Conselho Político, de Waerdenburch e do Almirante Thijssen ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 9 de abril de 1632.

(31) Carta de Jan Mast ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 8 de maio de 1632. Waerdenburch em carta ao mesmo Conselho, datada de Antonio Vaz, 12 de abril de 1632, diz que na "Ilha Fernando" se encontravam 170 soldados com escorbuto: "não sei quantos voltarão, pois muitos morrem". Parece que as mezinhas de mestre Gerard Carpentier, "pharmacope", pouco efeito faziam em doenças que não eram conhecidas dos invasores: carta do mesmo G. Carpentier ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 8 de abril de 1632.

(32) Certa carta de Servaes Carpentier ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 18 de abril de 1634, refere: "em Afogados grassou de tal modo certa doença que por três vezes tivemos de mudar as guarnições ali e houve companhia de 150 homens que tendo estado um mês lá, não tornaram a marchar mais de 60 homens sãos". Schkoppe declarou que "em cada companhia ainda há atualmente 20 a 30 doentes": carta ao Conselho dos XIX, datada de Antonio Vaz, 3 de junho de 1634.

(33) Segundo Moreno Brandão, Nassau foi vítima do impaludismo (**Monografia do Município de Penedo**, Maceió 1936, p. 3). Os holandeses reconheciam a superioridade do médico português ou da terra no tratamento dessas moléstias do país. O próprio Nassau — é verdade que na falta de médico holandês — tratou-se com um deles: Gen. Missive ao Con-

As instruções com que partiram os chefes da frota que se destinava a conquistar Pernambuco, determinavam que, tomada a "cidade" — assim era chamada Olinda nos documentos holandeses dos primeiros anos — fortificassem os seus pontos mais altos e, especialmente, o Convento dos Jesuítas devido à sua situação. E com pé firme ai, poderia a esquadra iniciar novos ataques: ao Rio de Janeiro, em primeiro lugar ("julgamos tal cidade no sul tão aproveitável e útil à Companhia quanto a cidade de Pernambuco [i, é, Olinda] no Norte") e "no caso de mau sucesso, o que Deus não permita, e que a nossa tentativa contra Pernambuco fracasse, deverão seguir para o Rio de Janeiro e procurar dominar a cidade por todos os meios", bem como a Paraíba; no caso, porém, em que a direção dos ventos não permitisse atingir o Rio de Janeiro "deverão velejar para a Baía de Todos os Santos e procurar subjugar a cidade do Salvador, fortificar-se e ocupar a cidade" e, finalmente, "deverão ainda apossar-se da cidade de Buenos Aires, fortificá-la e guarnecê-la e os bens aí obtidos enviá-los para aqui" (Holanda) (34). Outra parte da esquadra deveria partir para a ilha de Santa Helena a esperar e aprisionar três naus portuguesas cuja vinda das Índias Orientais era esperada ("e no caso de aprisionamento dever-se-á ter cuidado que nenhum diamante ou outras coisas de valor sejam subtraídas"). Projetos tão vastos, porém, falharam devido principalmente a um fato: o pequeno poder defensivo da cidade de Olinda. Desde os primeiros momentos viram os holandeses a impossibilidade de fortificar os morros da cidade. Além disto viam-se circunscritos a um pequeno trecho do litoral, sem qualquer acesso ao interior, esperando a qualquer momento um ataque decidido dos da terra ou a chegada de uma frota restauradora, como

selho dos XIX datada do Recife, 25 de agosto de 1637. Muitos soldados que se achavam no hospital do Recife foram mandados para o interior para obedecerem ao tratamento de certo médico referido como sendo português, Dr. Rodrigo Gonçalves (Dag. Notule de 2 de abril de 1642), que acabou como empregado da Companhia, especializado no tratamento de tais doenças e sôb a direção terapêutica de Piso e mestre Abraham Duurcoop (Dag. Notule de 19 de abril de 1642).

(34) "Instruções dadas ao General Hendrick Cornelissen Lonck", datadas do Conselho dos XIX em Middelburg na Zeelândia, 18 de agosto de 1629. E ainda: "Instruções secretas para o General... Lonck.. para com bom ou mau sucesso na empresa de Pernambuco, com os seus navios atacar o Rio de Janeiro", mesmo local e data; "Instruções secretas" etc., para o ataque à cidade de Salvador, Bahia, mesmo local e data; "Instruções secretas" para o ataque à Paraíba, idem idem (serviria de prático para a entrada no rio certo piloto Emanuel Garcia, que se encontrava em um dos navios holandeses, o Orange; um mapa do rio acompanhava as Instruções), tudo em BSN.

a de d. Fadrique de Toledo no caso da Bahia. Todas as determinações do Conselho dos XIX foram postas de lado à vista da necessidade de manter guarnecida a conquista que era o objetivo principal do empreendimento (35).

Waerdenburch, os seus subordinados e os engenheiros que serviam na tropa foram unânimes em reconhecer a grande dificuldade de manter, sem perigo para a segurança da conquista recente, a cidade de Olinda. Solicitaram imediatamente permissão para destruí-la e concentrarem-se no Recife e na ilha de Antônio Vaz. Estes, sim, diz o coronel van Els, escrevendo de Antônio Vaz, é que "são lugares próprios para, com oportunidade, fundar-se uma cidade" e "penso que ninguém que da Holanda vier para aqui quererá ir morar em Olinda" (36). Em Olinda não havia garantia suficiente para os invasores: morros dominando-se mutuamente, espaços livres, casas dispersas, distâncias grandes a circunvalar e fortificar. Já em cartas dos primeiros dias, Waerdenburch, governador e comandante do exército, relatava tais inconvenientes aos XIX. E informava as providências tomadas para fortificar o Recife e o projeto de transformar o convento de Santo Antônio, na ilha de Antônio Vaz, em um forte (37).

---

(35) "Resposta à exposição do Sr. General H. C. Lonck", referente à expedição contra o Rio de Janeiro, datada do Recife, 8 de abril de 1630.

(36) Carta de Adolph van Els aos Diretores da Câmara de Dordrecht, datada de 3 de abril de 1630.

(37) Carta de Waerdenburch ao Conselho dos XIX datada de Olinda, 3 de abril de 1630; idem de Adolph van Els citada. O projeto já em 29 do mesmo mês era realidade: nesse dia expediram-se as "Especificações e ordem segundo as quais deverá ser feito um forte na ilha de Antônio Vaz, em torno do convento ali". A obra — que incluía um fosso de 24 pés da largura e 8 de profundidade — foi empreitada por Jan Coymans, de Haia, sargento da companhia de van Els, que faria o lado sul da fortificação, Crisstoffel Deterson, soldado da companhia de Waerdenburch, que construiria o lado ocidental, sendo que o lado norte foi contratado por Hans Willem Louys, aspirante da companhia de Rembach; o lado oriental — isto é, o que olha para o Recife, não foi fortificado: "o lado que fica em frente ao Recife ainda está fechado com o velho muro do convento", diz o relatório de Servares Carpentier ao Conselho dos XIX, sem data, estando a 2.ª parte, porém, datada de 11 de junho de 1636. Estes os construtores do forte Ernesto (não é verdade, como diz Netscher, que assim se chamasse em homenagem ao irmão do Conde de Nassau, morto no Brasil; com tal denominação surge em documentos muito anteriores à chegada do Conde: Netscher, p. 175). A 24 de maio de 1630 expediam-se novas "Especificações" para o contrato de construção de um hornaveque "ao sul das casas de Antônio Vaz". No dia seguinte, 25 de maio, as "Especificações" para outra obra: a de um forte no "Rapport". 1.ª parte, de Servaes Carpentier, dirigido aos XIX, sem Ludolf Nieuwenhuysen, alferes do Capitão Ellert, e Joris Bos, sargento do Capitão Craij.

Na Holanda, porém, a sugestão para abandonar Olinda não encontrou boa acolhida. Em carta de 17 de junho de 1630, dirigida a Waerdenburch, o Conselho dos XIX dá conta de uma entrevista com Sua Alteza o Príncipe de Orange a respeito de Olinda: "tratamos a respeito de Olinda com S. Exa. o Sr. Príncipe de Orange, o qual, se bem que reconhecendo que isto tenha sua dificuldade, pensa, entretanto, que tal lugar não deverá ser abandonado, mas, pelo contrário, tão fortificado quanto o exigir a situação, o que confiamos que V. S. realizará; para tal fim recomendamos aos nossos Conselheiros aí a empregar tudo quanto for possível, quando julgarem oportuno, com o parecer do nosso Conselho de Guerra, para maior serviço da Companhia" (38). Apesar disto, em Pernambuco, os holandeses resolveram não fortificar Olinda, o que já era uma razão para abandoná-la; engenheiros opinaram, também, neste sentido (39). Sabe-se que os invasores usaram de tal resolução para fazer propostas de paz aos moradores da Capitania — ameaçando, no caso de que as não aceitassem, com o incêndio da cidade — por um edital dirigido pelo Conselho Político a Matias de Albuquerque, eclesiásticos, burgueses, brasilianos, moradores e naturais de Pernambuco (40).

Mas, ainda em outubro de 1631, Waerdenburch urgia, em carta ao Conselho dos XIX, por uma decisão: a situação militar agravara-se com o desembarque de 1.000 homens da frota de D. Antônio de Oquendo (41). Entretanto, desde fevereiro

(38) Carta do Conselho dos XIX a D. van Waerdenburch, datada de 17 de junho de 1630; idem, do mesmo Conselho ao Conselho Político, na mesma data.

(39) Carta do Conselho Político aos diretores da WIC, datada de Olinda, 23 de setembro de 1630 e "Parecer" dos engenheiros Pieter van Bueren e Andreas Drewisch, datado de Antônio Vaz, 31 de janeiro de 1631, no qual, considerada a impossibilidade de fortificar a cidade ("aqui não há nem cal nem pedras, devendo o necessário para isso vir da Holanda" pelo que "se pode facilmente conjecturar que enormes despesas isto acarreterá") opinavam: "Finalmente, é nosso parecer e idéia, no que concerne a fortificação da cidade de Olinda, que, consideradas as grandes despesas, o longo tempo e outras razões, nos voltemos, com menor despesa, para o Recife e Antônio Vaz e, fortalecidos estes lugares, de modo que estejamos seguros de que, com a ajuda do poderoso Deus, o inimigo não possa, sem grande e longo esforço, tomar a entrada do porto, julgamos então, recomendável abandonar definitivamente a cidade e arruiná-la".

(40) O Edital, de parte do Conselho Político, está assinado por Pieter de Vroe, e datado: "Feito no Colégio do Conselho Político, com a presença dos altos oficiais, no Recife de Pernambuco, 4 de outubro de 1630". Concedia um prazo de 14 dias, isto é, até 18 de outubro, sob pena de ser incendiada a cidade de Olinda.

(41) Carta de D. van Waerdenburch aos XIX, datada de Antônio Vaz, 7 de outubro de 1631.

do mesmo ano os XIX haviam escrito que tinham tratado novamente a respeito com o Príncipe de Orange e "S. Exa. foi de opinião que autorizássemos V. S.ª e o Conselho de Guerra, no caso em que o inimigo desembarcasse com grandes forças e que V. S.ª não encontrasse meios de defender a cidade no todo ou em parte, a abandoná-la com toda a ordem, demoli-la e inutilizá-la inteiramente" (42). Waerdenburch não teve dúvidas quando do desembarque dos soldados de Oquendo: em 24 de novembro de 1631 evacuou a cidade de Olinda e em seguida incendiou-a (43).

Olinda transformou-se em um símbolo para os moradores da terra: símbolo da resistência aos invasores. Apesar de, mais tarde, ter se transformado o Recife no centro comercial e a ilha de Antônio Vaz no local de residência dos burgueses ricos e do Conde de Nassau, sente-se o desejo dos pernambucanos de fazer ressurgir a sua velha capital, reedificá-la e restituir-lhe o antigo esplendor. Verdade seja dita que não o conseguiram, mas tentaram-no. Mais tarde foram impedidos de reconstruir em Olinda por um edital do Conde.

Evacuada e incendiada Olinda, passou o governo a residir no Recife. Uma população enorme, calculada em mais de 7.000 pessoas, teve de se comprimir no Recife e em Antônio Vaz. Aí as casas eram em número insuficiente e muitos dos

(42) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Haia, 15 de fevereiro de 1631 e também a datada de Middelburg, 30 de maio de 1631, in BSN.

(43) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Amsterdam, 17 de abril de 1632. Tanta insistência em solicitar a evacuação de Olinda foi criticada pelos XIX em carta a Waerdenburch na qual o acusavam de "medo ou temor", parecendo-lhes "que tinha procurado fugir da cidade para o Recife", e diziam "que não sabiam das razões que o tinham movido a abandoná-la": carta de Waerdenburch aos XIX, datada de Antônio Vaz, 6 de janeiro de 1632. Em carta de Middelburg, 7 de setembro de 1630 (in BSN) os XIX dirigiram-se aos Conselheiros Políticos de Pernambuco veementemente contra o propósito de abandonar Olinda, acusando-os com palavras rudes de "desencorajar aos que VV.SSas. com exemplar coragem deveriam preceder, para cujo fim VV.SSas., como chefes, foram enviados". Na mesma carta os XIX dão instruções detalhadas para a construção de paliçadas e fossos para a defesa de Olinda, indicando os locais nos quais deveria ser embasada a artilharia. Mesmo antes de evacuada a cidade de Olinda o Conselho Político e o próprio Waerdenburch tinham passado a residir no Recife ou Antônio Vaz, de onde são datadas as suas cartas: Edital do Conselho Político, Recife, 4 de outubro de 1630, carta do mesmo Conselho ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 12 de outubro de 1630, idem, do Recife, 22 de outubro de 1630, idem, do Recife, 2 de novembro de 1630; carta de Adriaen Jansen Pater, do Recife, 4 de agosto de 1631, carta de Waerdenburch, de Antônio Vaz, 7 de outubro de 1631, etc.

armazéns tinham sido incendiados (44). Não há informações precisas sobre o problema de alojamento que teve de ser enfrentado pelos holandeses. Não havia senão os materiais da cidade incendiada para construir: a cal devia vir da Holanda ou da ilha de Itamacará, tijolo pouco havia, nem material com que os fabricar. (45). Entretanto o Recife e a ilha de Antônio Vaz pareceram logo aos conquistadores capazes de se transformar em uma grande cidade: Adolph van Els, um dos coronéis da milícia, não acreditava que as pessoas vindas da Holanda preferissem morar em Olinda mas sim no Recife e na ilha de Santo Antônio, os quais "são locais apropriados para, com o tempo, se levantar neles uma cidade" (46).

O aumento da cidade do Recife fez-se, ao que parece, rapidamente, graças ao incêndio de Olinda e ao porto. Aí deveriam se sentir os holandeses mais garantidos, junto ao mar, perto dos seus navios, do que em Olinda, a uma milha do porto, cujo acesso, pelo istmo, era local preferido para as emboscadas do inimigo (47).

Conhecem-se poucas vistas e mapas do Recife e de Antônio Vaz da época anterior a Nassau (48) Mesmo assim, com as que existem, pode verificar-se o aumento que teve o Recife a partir de 1630. A gravura que leva o título "T Recif de Pernambuco" — sem data, (49) nem autor — nos mostra o Recife bastante edificado, sobressaindo casas com dois andares; há verdadeiros palacetes como as residências dos Conselheiros Po-

(44) Carta de Waerdenburch aos XIX, datada de Olinda, 3 de abril de 1630. Note-se que Adriano Verdonck, na sua "Memória" datada de 20 de maio de 1630, não se refere senão rapidamente ao Recife, sem lhe dar qualquer importância: "Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande", tradução do holandês de Alfredo de Carvalho (que cotejamos com o Ms. in BPB), RIAP n.º 55, Recife 1901.

(45) O Conselho Político em carta de Olinda, 2 de abril de 1630, dirigida aos XIX, pedia "milhares de tijolos, 2 ou 3 bons engenheiros e um bom número de pedreiros e carpinteiros". Waerdenburch diz: "aqui não há nada a não ser faxina e areia, pouca cal e tijolos, nem material com que os fabricar": carta aos XIX datada de Olinda, 3 de abril de 1630. Vejam-se também a Dag. Notule de 13 de novembro de 1635 e outras do mesmo ano.

(46) Carta de Adolph van Els aos Diretores da Câmara de Dordrecht, datada de 3 de abril de 1630.

(47) Richshoffer, livro citado.

(48) A do "Roteiro de todos sinais, etc.", da Biblioteca da Ajuda, a do **Reys-boeck van het rijcke Brasilien**, s. l., 1624, a do cartógrafo João Teixeira, Atlas de 1630, a de Piscator, a de Hessel Gerritsz, reproduzida por F. C. Wieder, **Monumenta Cartographica**, vol. IV, Haia 1932, p. IX, etc.

(49) Como há a indicação: "Casa de Walbeeck", na gravura, pode-se conjecturar que o desenho seja anterior a 8 de março de 1633, data da partida do Recife desse Conselheiro Político em companhia de Waerdenburch: Joh. de Laet, **Iaerlyck Verhael**, citado, vol. III, pp. 141/142.

líticos Carpentier e Walbeeck; também casas — talvez armazéns — queimadas. Outra, o panorama tirado do ancoradouro e que se encontra no mapa de Nicolau Ioannis Piscator — que deve ser das primeiras vistas gravadas da cidade — nos mostra o Recife e Antônio Vaz com muitas casas e já cercado da paliçada. Diz o mapa que a gravura foi "desenhada, ao vivo, do porto, no ano de 1630" ("Aldus na 't leven op de Rede afgeteyckent anno 1630").

O mapa do engenheiro Andreas Drewisch — sobre quem aparecem referências em documentos por nós examinados dos anos de janeiro de 1631 a maio de 1635 — sendo mais uma carta topográfica não indica os arruados do Recife. Um mapa existente no livro de Baerle mostra com clareza a situação do Recife e Antônio Vaz por volta de 1637: "já se observa com nitidez a ação do tráfego definindo as ruas, na direção do continente" observou neste mapa Joaquim Cardoso (50). Em tal mapa comprova-se porém, que Antônio Vaz não acompanhou o Recife no seu rápido crescimento. Até o ano de 1635 — quando se verificou a derrocada da resistência dos da terra, com a rendição dos fortes de Nazaré e do Arraial — era perigosa a residência na ilha. É verdade que as casas estavam no interior de paliçadas e redutos com apoio no forte Ernesto. Dentro dessas paliçadas e garantida por esses redutos é que se fundou, mais tarde, a parte da cidade chamada verdadeiramente de cidade Maurícia.

A ilha constituía, para segurança do Recife, um ponto que devia ser mantido a todo custo; além das razões militares, aí é que se abasteciam d'água os habitantes. Havia as célebres cacimbas de Ambrósio Machado — que surgem com a indicação "Putei" no mapa do ano de 1637 do livro de Baerle — mas o abastecimento d'água do Recife anteriormente ao domínio holandês era feito principalmente no Varadouro de Olinda. Documentos de 1630 dão toda a importância a esta necessidade de acesso à água: em setembro desse ano anunciava o Conselho Político aos XIX: "dentro dos entrincheiramentos de Antônio Vaz foram cavados poços que fornecem uma água mais ou menos boa". (51) E a primeira idéia de ponte entre o istmo e a ilha esteve ligada a tal necessidade: "foi examinado o projeto de se lançar uma ponte sobre o rio que corre entre o

(50) Joaquim Cardoso, "Observações em torno da história da cidade do Recife, no período holandês", **Revista do SPHAN**, vol. IV, p. 289.

(51) Carta do Conselho Político aos Diretores da Companhia, datada de Olinda, 23 de setembro de 1630.

Recife e a ilha de Santo Antônio e por este meio transportar a água daqui para ali". (52)

Até 1635, como dissemos, poucas eram as casas existentes na ilha de Antônio Vaz. Entretanto já havia quem desprezasse o perigo de tal local e as dificuldades de comunicação com o Recife e se aventurasse a morar na ilha. Aí o ambiente era mais desafogado do que no Recife, o qual por essa época, já estava muito construído e povoado. Na calma meio rural da ilha muitos gostavam de residir. É verdade que os aluguéis das casas aí eram mais baratos do que no Recife. Em 1635 comerciantes, ainda em início de sua atividade, alugaram casas pertencentes à Companhia em Antônio Vaz. Cornelis Metsu Danielsz e Nicolaes de Haen contrataram o aluguel de uma casa onde havia morado o defundo doutor — diz o documento; possivelmente o Dr. Jacob Stalpart van der Wiele — por um ano, por 250 fls. (53) Aluguel muito módico. Outro negociante, este português, também no início de sua carreira, que seria uma das mais movimentadas do tempo, veio solicitar do Conselho que lhe alugasse a casa em que havia morado Jan den Backer: Gaspar Dias Ferreira "comerciante português". O Conselho concordou, pagando ele o aluguel de 400 florins por ano. (54)

Parece que a ilha não era um local esquecido pela administração; pelo contrário: há indícios de que o Conselho olhava-a com carinho; já em 1636 proibia que se deixassem animais soltos pelo povoado, dentro das fortificações. Quem tivesse o seu gado ou os seus porcos que não os deixassem pastar livremente: arriscava-se a perdê-los para a Companhia pois esta era a pena a que estavam sujeitos os contraventores. (55) Também proibiu-se abrigar-se cavalos nos armazéns da Companhia em Antônio Vaz. (56)

Entretanto o povoado não cresceu no mesmo ritmo que o Recife; pelo contrário: o mapa referente ao ano de 1637 (Baerle) mostra-nos que a ilha estava escassamente construída. Isso é confirmado por documentos da época: deve haver exagero na afirmação de J. Grevinhgh ao dizer que antes da chegada de Nassau não havia em Antônio Vaz "senão três ou quatro armazéns e um convento" mas permite-nos conjecturar

(52) Carta de Pieter de Vroe, secretário do Conselho Político e em nome deste, ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 2 de abril de 1630.

(53) Dag. Notule de 12 de outubro de 1635.

(54) Dag. Notule de 10 de setembro de 1636.

(55) Dag. Notule de 16 de agosto de 1636.

(56) Resolução na mesma Dag. Notule.

que deviam ser poucas as casas. (57) O próprio Nassau, em carta oficial aos XIX, diz: "em Antônio Vaz constrói-se atualmente e com o tempo chegará a estar toda construída, mas há poucas casas de preço ("costelycke huysen"): são na maioria tavernazinhas de contrabandos ("smockelherberchgens")". (58) Mas nem por isto deixou o Conde de fixar residência — logo após a sua chegada a Pernambuco — na ilha. Uma de suas primeiras cartas, escrita em francês, aos Estados Gerais, está datada de "D'Antoni Waez du Pernambuco en Bresil ce 3 févr. 1637" (59)

No Recife, pelo contrário, por esta época, era difícil, senão impossível, encontrar um terreno vago. Com justeza tinha dito van Els que ali era o local apropriado para se construir uma cidade: veio a ser de fato a primeira cidade brasileira com característica de uma grande cidade. (60)

A partir de 1632 os cidadãos livres — os "vrijeluijden" como os chamam os documentos holandeses da época designando os que não estavam a serviço da Companhia — começaram a aumentar, pois os soldados chegados em 1630 tiveram o seu prazo de engajamento no exército — que era de três anos — terminado, e muitos solicitavam e obtinham licença para passar a cidadãos livres, na qualidade de artesãos, comerciantes, taverneiros etc. (61) E tão rapidamente cresceu esse número que, já em começo de 1634, podia-se arregimentar, somente no Recife, duas companhias de burgueses, com efetivo de oitenta homens cada uma. (62)

Há referência, às vezes nominal, a esses soldados que passaram à condição de "vrijeluijden": um deles um judeu *sefardi*, que acabou um dos comerciantes mais prósperos do Recife: Moisés Navarro. (63) Para comerciar em companhia de

(57) Carta de J. Grevingh (que era despenseiro de Nassau) datada de Vrijburg em Maurícia, 1 de setembro de 1643.

(58) Generale Missive datada do Recife, 15 de janeiro de 1638.

(59) Textualmente em Netscher, p. 153/154. Em trad. port., devida a Alfredo de Carvalho in **RIAP** n.º 56, Recife 1902, p. 23/24.

(60) Carta de Adolph van der Els à Câmara de Dordrecht, datada de Sto. Antônio, 3 de abril de 1630.

(61) Richshoffer, livro citado. Quanto à expressão "cidadãos livres" ("vrijeluijden") convém esclarecer: os moradores do Brasil holandês eram distinguidos nos documentos oficiais como "vrijeluijden", indivíduos livres, com economia independente da Companhia e "dienaeren", isto é, empregados da Companhia.

(62) Carta de S. Carpentier aos XIX, datada do Recife, 18 de abril de 1634, carta de Mathias van Ceulen aos seus colegas diretores da WIC, datada do Recife, 18 de abril de 1634.

(63) Dag. Notule de 24 de maio de 1635. Esse judeu havia servido na qualidade de aspirante ("adelborst") na companhia do capitão Bouet.

Isaac de Rasiére é que Samuel Gerritsz solicitou dispensa do cargo que exercia, de comissário dos víveres na Paraíba. (64) Aproveitando o surto de construções o mestre pedreiro empregado da Companhia, Jan Jansz, de Leiden, pediu dispensa, "visto que, atualmente, há mais o que fazer para os particulares do que para a Companhia". (64a) Em certa "Notule" há uma pequena lista de empregados ou soldados da Companhia que passaram a cidadãos livres, a qual ilustra bem a diversidade de procedência dos elementos recrutados na Europa: há holandeses, alemães, noruegueses e escoceses. (65)

Houve, também, um princípio de colonização com gente recrutada na Europa e que chegou ao Recife sob a direção do "mestre Jan Harrison", para a qual o Conselho Político estudou o projeto de fixá-la em Itamaracá ou no Rio Grande do Norte, para o cultivo da terra. (66) Outro grupo de colonos ("coloniers") chegou ao Recife em 1638 sob a chefia de um Manuel Mendes de Crasto, judeu. (67) Estes, que deviam ser em número elevado — pois chegaram em dois navios — acabaram se dispersando e dissolvendo-se na população da cidade, tendo falecido o próprio Manuel Mendes de Crasto. (68)

Além desses colonos e soldados, muitos empregados da Companhia traziam as suas famílias. Já nos tempos inseguros do governo de Waerdenburch — 1630 a 1633 — em que o futuro da colônia holandesa ainda não estava assegurado — há referências a mulheres vindas em companhia de oficiais ou empregados; um deles, o cirurgião Jeuriaen Janszoon Vroom. (69)

---

(64) Dag. Notule de 18 de outubro de 1635.

(64a) Dag. Notule de 22 de outubro de 1635.

(65) Dag. Notule de 26 de julho de 1636: Opken Pieter, de Groeningen; Juriaen Gerritsz, Jan Dircsen e Jan Roeloffsz, todos de Amsterdam, Pieter Hardy, escocês, Jan Andriesen, norueguês, Pieter Bac, de Buijcksloot, Hendrick Jansz, de Bremen, Claes Jansz, de Enkhuijsen, Jan Jansz, de Dort.

(66) Carta do Conselho Político aos XIX, datada do Recife, 2 de setembro de 1634; Elias Herckmans, "Descrição geral da Capitania da Paraíba", **RIAP** n.º 31, Recife 1886, p. 259.

(67) Generale Missive ao Conselho dos XIX, sem local nem data (mas, segundo o índice Ms. do volume, de 19 de março de 1638).

(68) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 23 de maio de 1638.

(69) Waerdenburch enviou-o de volta à Holanda com a mulher, pois não eram casados: "mando-os de volta para evitar os concubinatos pois aqui há poucas mulheres" (carta de Waerdenburch aos XIX, datada

Com a rendição do Arraial e a retirada dos portugueses para o sul aumentou consideravelmente o número de imigrantes; há referência à chegada de navios trazendo mulheres e meninos; (70) em outro vinham imigrantes especializados em plantação de tabaco. (71) Gente pobre, na maioria, essa chegada da Holanda: vinha tentar fortuna nas novas terras conquistadas. É de presumir que muitos viriam seduzidos pelas notícias fantásticas dos agentes encarregados de arrebanhar recrutas e imigrantes, aos quais se refere Moreau. (72) Mas não era esta gente, de mãos abanando, que os do Conselho Político do Recife julgavam conveniente para a colônia recém-fundada. Jacob Stachhouwer diz, em carta de agosto de 1635: "os particulares que aqui chegam são todos gente de poucos recursos, aos quais temos que manter logo que desembarcam, com grande inconveniente e gastos para os nossos armazéns, pelo que é aconselhável obter melhor gente para enviar para cá, gente que tenha o necessário para começar e se aplicar em alguma coisa". (73) A maior parte desses imigrantes e dos soldados licenciados deixava-se ficar na cidade, criando problemas difíceis de alojamento.

Pela mesma época (1635-1636) parece ir crescendo o número de judeus no Recife; em documentos de 1636 surge a pri-

---

de Antônio Vaz, 9 de maio de 1632). Idêntica providência tomou com um casal recém-chegado ao Recife: "Mando-os de volta por não serem casados e para evitar todas as facilidades; seria bom que VV.SSas. não enviassem mais mulheres, a não ser algumas esposas de oficiais que têm possibilidade de melhor alojamento" (carta de Waerdenburch aos XIX, datada de Antônio Vaz, 16 de agosto de 1632). Essa falta de mulheres parece ter sido grande: há referências a desadouros de soldados holandeses com negras escravas recém-desembarcadas dos navios negreiros. Brito Freyre refere também que "de violências nefandas não escapou o sexo varonil", nos primeiros anos da conquista.

(70) Dag. Notule de 9 de novembro de 1635; o próprio almirante Lichthardt trouxe mulher e filhos: Dag. Notule de 13 de julho de 1636.

(71) Dag. Notule de 8 de agosto de 1635.

(72) Moreau, **Histoire des derniers troubles**, cit. Moreau descreve-os chamando-os de "vendedores de Cristãos": "a sua arte consiste em sugestionar os jovens estrangeiros que observam para resolvê-los a se alistarem para a viagem às Índias, que os seduzem e lhes descrevem os países afastados como um Paraíso terrestre que proporciona todas as felicidades desejáveis, prometem uma grande fortuna, retêm-nos em suas casas com fartos jantares, pagam-lhes as extravagâncias até a partida e fazem apreender e embargar as soldadas desses parvos logo após o seu embarque, para pagamento das despesas feitas por eles em suas casas, as quais elevam ao quádruplo do seu valor".

(73) Carta do Conselheiro Político Jacob Stachhouwer ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 23 de agosto de 1635.

meira notícia de que eles estavam a construir ali a sua sinagoga.

Com esse afluxo de gente — a maior parte da qual se comprimindo no Recife — foi-se tornando angustiosa a falta de casas. Muitas pessoas moravam em casas e armazêns da Companhia, naturalmente em grupos. (74) Em 1635 alguns particulares mostraram-se dispostos a construir as suas próprias casas e como todos os terrenos e casas haviam passado, em virtude de confiscação, ao poder da Companhia, a ela se dirigiram e deram conta de sua pretensão. (75) Devidamente estudado o pedido, venderam-se alguns terrenos: o Sr. la Mars comprou um referido como sendo o da bateria — no Recife — por 600 florins, "para construir no mesmo". Um comerciante, Isaac de Ragare (Rasiére?) comprou outro por 600 florins carlinos ("carolus guldens"), com a condição de, ao construir a casa, "levantar no fundo do terreno um muro para conter a água". (76)

Não se descuidava o governo holandês no Recife de obras de interesse público. Assim é que, já em 1635, projetava-se a construção de um mercado, considerando-se que "o limite e área do Recife é pequeno para acomodar as necessidades e negócios dos comerciantes livres", pelo que foi resolvido "vender um terreno de 80 pés de comprimento e 60 pés de largura, (77) situado além da porta onde é feita a guarda, a Duarte Saraiva, negociante aqui, por 450 reais de 8, para construir uma casa para serventia deles e... para aí venderem por conta própria" ("tot sijnen profijte te vercoopen"). (78) Pouco depois era estudado no Conselho Político o projeto para a cons-

(74) Dag. Notulen de 31 de outubro de 1635 e 14 de julho de 1636.

(75) Dag. Notule de 31 de outubro de 1635: "Particulares aqui no Recife estando dispostos a construir casas ("om te timmeren ende huijsen te bouwen") nas quais possam morar com maior comodidade e a fim de devolver, com menores inconvenientes para a Companhia as suas casas e armazéns;... para esse efeito foram marcados os trechos não construídos que os particulares tinham apontado e foram também indicados alguns outros".

(76) Dag. Notule citada.

(77) As dimensões do terreno, isto é, os 80 e 60 pés correspondem em metros — no caso em que se trate de pés matemáticos — a, respectivamente. 29m, 68 e 2.m. 26 e a uma área de 660 m2, 67; no caso, porém, de que se trate de pés renanos as medidas são 25m, 12 e 18m, 84 e a área de 473m2, 26.

(78) Dag. Notule de 9 de novembro de 1635. O mercado estava situado no istmo, além da porta — ou fora de porta ("buyten de poort", diz textualmente o documento) — chamada de Terra.

trução do mercado de peixe ("vismarckt") no Recife, que se tornou realidade pois há mais de uma referência a ele no decorrer das Dagelijksche Notulen. (79)

Outro serviço público importante foi o que criou o serviço de extinção de incêndios, no Recife. Vê-se, também, que, nesta ocasião, o Recife já devia contar com um número relativamente grande de construções, pois a cidade foi dividida, para o referido fim, em dois distritos: o do Norte e o do Sul. Encarregados dele (na qualidade de "brantmeesters") foram inicialmente Johan Schaep, do primeiro e do segundo Cristoffel Eyerschettel, aos quais foi incumbido: "devem exercer a fiscalização segundo as instruções e fazer uma relação do que cada casa deve dar para mantença dos vigias". Estes eram em número de quatro e deviam vencer 18 florins por mês. (80)

Outra medida importante foi a que determinou que "todas as ruas devem ser cobertas com areia, para torná-las viáveis — as quais, em conseqüência das chuvas, ficam encharcadas — duas vezes em cada 24 horas, sob pena de serem multados em 6 florins os que deixarem de fazê-lo em frente aos seus terrenos". E mais: "dagora em diante não se lance mais lixo às ruas, mas deve ser levado para fora do Recife, sob a mesma pena". (81)

Pela mesma época (1636), resolveram os Senhores do Conselho Político construir a Casa da Câmara, que surge sobranceira entre os demais edifícios do Recife nas gravuras do tempo. (82) Aí queriam trabalhar calmamente os chefes holandeses, "afastados do ruído e da movimentação de todo o mundo". Para isso resolveram aproveitar, melhorando-a, a casa em que morava o subchefe da equipagem e alguns mari-

(79) Dag. Notule de 16 de agosto de 1636.

(80) Dag. Notule de 7 de agosto de 1636. Os vigias — ou alertadores ("clappermans") — eram: Domborch, Jan Cardinael van Hasselt, Campen e Philip Oudijn. Veja-se, também, Dag. Notule de 28 de agosto de 1636.

(81) Dag. Notule de 14 de agosto de 1636.

(82) É a "Raethuys", vizinha da igreja do Corpo Santo; nos mapas com letreiros latinos do livro de Baerle surge com a indicação de "Curia Supremi Senatus". Em uma das gravuras do livro famoso — a que representa o palácio de Vrijburg — vê-se tal indicação em certo ponto do bairro da Boa Vista — aproximadamente nas Salinas — o que pode causar dúvidas: creio poder explicar o caso indicando que nesse local existia não a "Curia Supremi Senatus" — localizado no bairro do Recife — mas um curral pertencente aos Srs. do Alto Conselho (ou Conselho Supremo). É o que nos indica o importante mapa da cidade de autoria de Cornelis Golijath, "cartógrafo de S. Exa. João Maurício de Nassau", onde se lê: "Corael van de H. Hooge Raden".

nheiros, "preparando-se uma boa sala do Conselho e, do lado Sul, sala para a secretaria, tesouraria e para uma futura contadoria geral". Isto, no primeiro andar, pois a parte baixa, ou térrea, deveria ser transformada "em cadeia para a gente criminosa". A parte superior do prédio seria reservada para "um bom miradouro" ("bequaem uijtsicht") e para alojamento dos empregados e chefes da secretaria e tesouraria. Encarregado de reunir o material necessário — madeira, cal e pedra — foi o Conselheiro Ippo Eijssens que recebeu ordem de apressar a obra. (83)

Também projetou-se a construção da paliçada em torno do Recife, cujo acesso era feito por arcos ou portas — a que temos de nos referir adiante, pois surgem referências a três delas nos manuscritos holandeses. (84)

Outro assunto que preocupou os Senhores do Conselho, no mesmo ano de 1636, foi o da reconstrução da cidade de Olinda, mas nada de definitivo foi resolvido sobre isto senão no

(83) Diz a Dag. Notule de 18 de março de 1636: "sendo considerado o grande inconveniente que advém da falta de um lugar apropriado no qual se possam realizar as reuniões, com decência, para, afastados do ruído e da movimentação de todo o mundo, serem tomadas as boas resoluções de que necessitam os negócios do governo e a boa ordem destas terras do Brasil e sendo considerado ainda que, para desrespeito do mesmo Conselho, nenhuma ordem pode atualmente ser suficientemente mantida na condução dos negócios e expedientes e que, por isso, é muitíssimo necessário escolher um local conveniente para construção de uma digna ("solemnel") e bem construída sala do Conselho: bem maduramente examinado o caso resolveu-se aproveitar a casa onde mora o subchefe da equipagem e alguns marinheiros, preparando-se do lado do sul uma boa sala para a Secretaria, Tesouraria e uma de reserva para a Contadoria Geral. Os altos da casa deverão ser adaptados para um bom miradouro ("voor een bequaem uijtsicht") e para alojamento dos empregados do mesmo Conselho e chefes da Secretaria e Tesouraria e a parte baixa [da casa] para cadeia para gente criminosa. Para cujo fim o Sr. Eijssens encarregou-se de reunir o material — madeira, cal e pedra — tanto quanto possível e apressar o início desta obra tão necessária". Essa primitiva Casa do Conselho ruiu; em 1641 Nicolaes Bradle foi encarregado de cortar 4.000 pedras "para a construção da Casa do Conselho" (Dag. Notule de 17 de outubro de 1641), da qual, em 1642, se enviou ao Conselho dos XIX a "planta da nova Casa do Conselho, como nos parece que deve ser construída, de modo a ter reunido em um só local toda a direção dos negócios da Companhia": Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(84) Dag. Notule de 4 de abril de 1636: se bem que se fizessem pregões para convidar empreiteiros para contratar a obra, para o dia seguinte (5 de abril) às 9 hs., parece que ela não chegou a ser iniciada, o que só teve lugar em 1638: Dag. Notulen de 19 de outubro e 1 de dezembro de 1638.

governo do Conde de Nassau. (85) Estava o assunto em suspenso quando da chegada deste. Considerava o Conselho Político que Olinda, sendo a capital de Pernambuco, lá deveria estar situada a sede do Governo — se bem que pouco antes houvessem mandado construir, no Recife, a Casa do Conselho.

Quando da chegada do Conde (1637), o Recife deveria ser bem diverso daquele dos primeiros anos da conquista. Um dos Altos Conselheiros que acompanhou Nassau, Johan Ghijselin, que havia estado aqui anteriormente como Diretor, juntamente com Mathias van Ceulen, (1633-1634), notou com admiração: "encontro aqui no Recife, desde a minha partida, uma mudança extraordinária em casas de comerciantes, nos negócios e construções que diariamente se iniciam em grande número, tão belas como na Pátria, de modo que dificilmente há lugar para nos alojarmos e muito menos para construir, já estando ocupados os melhores pontos; alguns portugueses já moram aqui". (86)

Já devia haver alguns portugueses — a referência a "portugueses" nos documentos holandeses inclui tanto os brasileiros, desde que brancos (ou brancóides) quanto os lusitanos — residindo no Recife; mas o observador diz que eram poucos. Referimo-nos acima ao fato de que, com o incêndio de Olinda, a antiga capital transformou-se em um símbolo para os da terra. A reconstrução dela e o simples fato de morar ali, parece que era um modo de demonstrar reação ao invasor, de não conformidade e antagonismo às suas idéias.

Logo que se convenceram da derrota de suas forças, os brasileiros que não puderam emigrar aceitaram as condições oferecidas pelos flamengos e começaram a retornar à capital. Iniciou-se logo um movimento no sentido de ser reconstruída a cidade de Olinda. A carta de Serooskercke já citada (nota 85) esclarece-nos que nessa época (julho de 1636) estava-se "em

(85) Carta de P. Serooskercke aos Diretores da Câmara da Zeelândia, datada do Recife, 25 de julho de 1636. Diz aí o missivista: "procurarei ficar no Recife, pois mesmo no caso em que Olinda venha a ser a sede do Conselho, pode-se facilmente ir e voltar diariamente de lá e penso que no Recife estarei melhor situado para ser de mais préstimo à Companhia e à nossa Câmara".

(86) Carta de Johan Ghijselin ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de março de 1637. Em uma das primeiras Gen. Missiven escritas no governo de Nassau reparam os Conselheiros que os terrenos do Recife "já estão construídos com lindas casas": Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife. 28 de março de 1637. Neste ano já estaria, certamente, revogada a proibição de entrarem portugueses na área do Recife (Dag. Notule de 29 de maio de 1635) ou de aí permanecerem à noite (Dag. Notule de 18 de janeiro de 1636).

grandes deliberações sobre a reconstrução da cidade [i. é, Olinda], não havendo em contrário à idéia senão Artichau". Este mostrava-se favorável à construção da capital do Brasil holandês não nos morros de Olinda, mas na ilha de Itamaracá. Mas é Servaes Carpentier — uma das figuras mais interessantes do tempo, médico, empregado da Companhia, senhor do engenho Três-Paus, onde viveu o resto de sua vida (87) — quem nos dá informações preciosas sobre esse movimento em favor da reconstrução de Olinda. Em relatório apresentado ao Conselho dos XIX datado de junho de 1636, descrevendo as principais localidades de Pernambuco, diz: "A vila de Marin d'Olinda (88) é a capital de toda a região; atualmente, em conseqüência da guerra, está toda destruída, transformando-se em um amontoado de pedras ("steenhoop"); porém, desde a tomada do Arraial e do Cabo, dizem os portugueses que, se obtiverem consentimento para reconstruí-la, *desejam fazê-la mais bonita do que jamais foi*: houve oposição durante muito tempo, pois não se queria deixar reconstruir uma cidade que não podia ser fortificada: entretanto antes da minha partida (1636) começou o Conselho a mostrar-se inclinado em consentir na sua reconstrução, para reunir em um só lugar muitos portugueses que nos serviriam de fiadores da fidelidade dos outros

(87) Servaes — que alatinava o nome em Servatius — Carpentier era médico em Utrecht quando foi convidado para ocupar o cargo de Conselheiro Político, devendo viajar juntamente com a frota que ia atacar Pernambuco. No exercício do referido cargo esteve em Pernambuco até 1636 quando foi em missão do Conselho à Holanda a expor a situação da colônia (tendo redigido então dois interessantes relatórios, in **BPB**). De volta ao Recife — já agora com Nassau, como assessor do Supremo Conselho — em 1637, adquiriu neste mesmo ano o engenho Três Paus e a engenhoca Tracunhaém de Cima, ambos em Goiana. Desempenhou vários encargos de importância, como a redação de umas instruções para os escoltetos e escabinos, com matéria de direito civil e criminal (1637), fez parte de uma comissão que apurou a responsabilidade de senhores de engenho brasileiros em certa conspiração contra o governo (1638). Em 1639 foi designado chefe de todas as companhias de burgueses do Recife e em 1641 das do Recife e Maurícia. Em 1639 pediu demissão do cargo de assessor para se dedicar inteiramente ao seu engenho. Em 1645, com a revolta, os Conselheiros Supremos mandaram buscá-lo no seu engenho para assumir as funções de coronel das companhias de burgueses (27 de agosto de 1645), vindo a falecer pouco depois no Recife (18 de setembro de 1645). Carpentier tinha em 1634 dois irmãos no Recife: o farmacêutico Gerrard e o comissário de mercadorias, Johannes. Sobre a família ver Edwin Jaquett Sellers, **Genealogy of the De Carpentier Family of Holland** (Philadelphia, 1909) pp. 25/31.

(88) Assim no texto.

que moram no interior do país; mas esperam a este respeito o parecer e ordem de nossos chefes". (89)

De fato, o Conselho vacilou tanto na escolha do local em que deveria ser localizada a capital, que acabou não resolvendo nada a respeito. Um dos temas que, por determinação do Conselho, deveria tratar na Holanda o seu enviado Carpentier, era exatamente este: onde localizar a sede do Governo holandês no Brasil. Punha a escolha entre o Recife e Antônio Vaz, Itamaracá e Olinda. E mostrava-se favorável à ilha de Itamaracá. (90)

Os XIX nada decidiram a respeito, mas incumbiram disso Nassau e os Altos Conselheiros que o acompanharam. Dizia o artigo 5º de suas Instruções que deviam examinar com cuidado a questão, "porque nos foi mostrado com boas razões que a cidadezinha Schkoppe na ilha de Itamaracá é mais conveniente para esse fim sede do governo do que o Recife, onde, até agora, tem o Conselho a sua sede". (91)

Não se descuidaram os governantes e logo em agosto de 1637 informaram aos XIX que, para mudar a capital, "não achavam suficientes as razões apresentadas". O Recife contava com vantagens inegáveis: já estava fortificado e bastante construído e tudo isto tinha que ser imeiado na ilha, sendo ainda o seu porto muito bom, "nunca se tendo perdido navio algum ao franqueá-lo". E por estas e outras razões decidiram: "assim, como não se vê porque se deva mudar a nossa sede, S. Exa., juntamente conosco, resolveu continuar aqui". (92)

(89) Segunda parte do "Relatório acerca da situação da conquista feita em terras do Brasil... como a deixou Servaes Carpentier, Conselheiro Político ali, incumbido de apresentá-lo pelo Alto Conselho", referente "à situação civil do comércio e da produção do país", datado do Conselho dos XIX, 11 de junho de 1636. O trecho sublinhado é do Ms.

(90) "Instruções dadas a Servaes Carpentier de parte do Alto Conselho do Brasil", datadas do Recife, 20 de fevereiro de 1636. Especialmente o 32.º item. Carpentier não deixou de obedecer às instruções e na 2.ª parte do seu Relatório cita as vantagens que aconselhavam tal escolha: a) pode ser bem fortificada; b) tem boa água; c) o terreno é produtivo; d) há abundância de madeira para construções e lenha; e) há boas pedras e cal; f) o mar próximo é piscoso e na ilha podem ser criados alguns milhares de animais; g) possui um bom porto com 16 a 17 pés d'água e é seguro e no qual os navios podem ser reparados, limpados e calafetados; h) a ilha está situada a meio caminho das quatro capitanias conquistadas: Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

(91) Instruções para o Conde de Nassau e os Altos Conselheiros, outorgadas pelo Conselho dos XIX; sem local nem data (mas do 2.º semestre de 1636, in BSN).

(92) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, Recife 28 de agosto de 1637. Diz a Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 15 de janeiro de 1638 que Itamaracá é lugar salubre, mas o Recife não tem mo-

Afastada Itamaracá, parece que não foi tão fácil a decisão entre Olinda e o Recife. Os chefes na Holanda já haviam se mostrado favoráveis "a que a cidade de Olinda fosse reconstruída", considerando "que muitos particulares e negociantes se mudam para o Brasil diariamente, os quais por si mesmos ou por seus chefes pediram-nos algumas casas" e lembravam que se verificasse quais as casas e terrenos de Olinda abandonados pelos seus donos e, depois de escolhidos alguns para armazéns, fosse o restante vendido em leilão. (93) Mas nenhuma decisão final foi tomada; só com a chegada de Nassau e que se começou a estudar tais problemas. Os luso-brasileiros estavam ansiosos para obter autorização oficial para iniciarem as reconstruções na cidade. Três meses após a chegada do Conde, a Câmara de Olinda — instituição da colônia portuguesa que permaneceu em função até 1637 — dirigiu-se a ele consultando-o, entre outras coisas, se cada um podia ocupar os seus terrenos e construir neles, consulta que obteve resposta afirmativa. (94) Mas por outros documentos vê-se que naquele mesmo tempo já se faziam reconstruções na capital incendiada. (95)

Tudo permite crer que Nassau tivesse decidido conservar Olinda como capital de Pernambuco, se bem que o governo holandês continuasse com a sua sede no Recife. Só posteriormente, por ocasião de um litígio acerca da competência de tribunais judiciais, é que ficou resolvido fazer-se do Recife e da cidade que nascia na ilha de Antônio Vaz, a capital de Pernambuco.

Mas até lá, Olinda continuou com as honras de capital, tendo havido mesmo, da parte dos holandeses, um movimento

léstias extraordinárias senão quando elas dominam em outras guarnições. Itamaracá tem boa água; o rio Beberibe não está senão a menos de meia milha do Recife, onde os negros recolhem boa água; Itamaracá é rica em madeiras; estas, também, não estão afastadas do Recife. Se bem que a experiência tenha mostrado mais tarde que muitas das razões favoráveis ao Recife — como o acesso à água potável e às matas — não correspondiam à realidade, parece-nos que a permanência da sede do governo no Recife foi mais conveniente do que a sua mudança para a ilha: talvez a dificuldade de acesso à ilha tivesse criado ainda maior distância entre os dois mundos que se sente bem separados no período holandês: o urbano e o rural.

(93) Carta do Conselho dos XIX, ao Conselho Político do Recife, datada de Amstèrdam, 1 de agosto de 1635.

(94) Exposição dos "Srs. da Câmara de Olinda de Pernambuco" in Dag. Notule de 4 de maio de 1637.

(95) Carta de Johan Ghijselin aos XIX, datada do Recife, 1 de maio de 1637.

a favor de sua reconstrução. É o que nos mostram os documentos, o mais antigo dos quais é uma Generale Missive de maio de 1637: aí se dá notícia da resolução que foi tomada, a pedido dos moradores, de deixar construir na velha capital — não sem razões políticas — tendo sido fixado um prazo para que os donos das casas e terrenos viessem fazer prova de suas propriedades, a fim de que, depois, os terrenos e casas não reclamados pudessem ser vendidos em leilão. (96)

Parece que algum melhoramento trouxeram à cidade tais resoluções: já em uma nótula de dezembro de 1637 há a indicação de que em Olinda realizavam-se comédias e sátiras, que os tristonhos ministros reformados não achavam oportuno

(96) Diz a Generale Missive aos XIX, datada do Recife, 6 de maio de 1637: "A Câmara e os moradores de Pernambuco, insistiram várias vezes que lhes fosse concedido poder construir de novo na cidade [i. é, Olinda], mostrando quão necessário é isto para os moradores e vantajoso para a Companhia. Nós, entretanto, considerando a situação da cidade e que a mesma dificilmente poderá ser defendida, por muito tempo, mostramo-nos contrários até que pudéssemos submeter o caso à apreciação de S. Exa. [Nassau]; assim reconhecendo-se que o Recife é um lugar baixo e insalubre, onde nem água nem lenha se obtêm, e que ultimamente está tão construído que não é possível levantar mais casas aí; a cidade, pelo contrário, é um local salubre onde tudo se pode obter, onde há água e lenha suficientes e onde os portugueses com prazer virão morar, parecendo que virá a ser um lugar muito populoso, o qual, além dos proveitos que advem dos impostos que se cobram em tais lugares, ainda possibilitará o reunir junto a nós a melhor gente ["de kaerne"] que há no país, com o que poderemos fazer tudo o que desejarmos e manter todo o país sob o nosso poder sem que possamos ver que inconvenientes poderão advir à Companhia se a cidade for reconstruída, a não ser termos de manter a cidade aberta, sem estar cercada de paliçada com portas, não ficando o povo desconhecendo que não pensamos em fortificá-la nem mesmo em defendê-la. Tendo, pois, assim considerado com S. Exa., S. Exa. não encontrou motivo para que não consentíssemos em deixar reconstruir na cidade. Por isto fez-se publicar que todos os que tivessem alguma casa na cidade, deviam vir fazer-nos cientes disto no prazo de 14 dias, para que ninguém ficasse prejudicado quando da venda dos terrenos. À vista do que muitos portugueses vieram indicar-nos as suas casas, resolvidos a reconstruí-las; cada um pôs a sua marca na sua casa e muitos estão ocupados em limpá-las. Ao mesmo tempo muitos negociantes livres e também alguns empregados da Companhia mostraram-se inclinados a construir na cidade e fizeram marcar casas e limpá-las. De modo que quase duas terças partes da cidade está marcada ou em exame... e o que não era mais que amontoados de pedras muito em breve tornará a ser uma bela cidade e os moradores voltarão de novo para as suas moradias". A Dag. Notule de 27 de setembro de 1637 diz: "Item, como a reconstrução da cidade de Olinda estava sendo conduzida muito vagarosamente, pela razão de que os holandeses não podiam começar [a construir] porque não eram bem conhecidas as casas e propriedades que tinham nesta terra os seus proprietários, e os portugueses agem com vagar, com receio de que nós os façamos pagar muito pelas suas propriedades, assim sugeriu-se a S. Exia. que, para o progresso da construção da cidade, era necessário que cada português tivesse as suas casas livres e sem ter algo que pagar por elas, consentindo-se as construções com a condição de que isto tenha lugar no prazo de seis meses contados consecutivamente. Depois do qual prazo to-

em "tão nova comunidade" e pediram fossem proibidas, considerando-as causa "de escândalo e imoralidade". (97)

Também os carmelitas, muito caladamente, começaram a reconstruir o seu convento — atingido pelo incêndio, ao contrário do que alguns estudiosos da história pernambucana conjecturavam. (98) Os ministros reformados procuraram, ao mesmo tempo, construir um templo para as suas prédicas, tendo realizado pregações ali o ministro de língua francesa Vincent Joachim Soler. (99)

Tratou-se, ainda em 1638, segundo é referido nas Dagelijksche Notulen, da construção de uma cadeia e de um chafariz em Olinda. (100)

Mas no mesmo ano de 1638 iniciou-se o movimento que tirou de Olinda o título e prerrogativa de capital de Pernambuco. Movimento que parece ter surgido no segundo semestre daquele ano. O Recife era referido em cartas particulares e documentos oficiais como o "Recife d'Olinda", subordinando-

---

das as casas e propriedades que não tivessem as suas construções iniciadas, seriam entregues aos holandeses e outros para que as reconstruíssem, sem que os proprietários depois do dito tempo possam reclamar. O que sendo maduramente deliberado e considerado, a saber, que aqui os holandeses estariam impossibilitados de iniciar logo as construções ao lado dos portugueses e que estes estavam bastante satisfeitos com as nossas ordens anteriores em relação à preferência que eles pudessem manifestar pelas suas próprias casas, a qual eles, entretanto, negligenciaram de nos fazer conhecer. Assim resolveu-se fazer publicar um edital, que deverá ser afixado em toda parte: que todo e qualquer proprietário que desejar construir as suas casas e propriedades deverá fazê-lo e nenhuma taxa pagará por isto. Com a condição de que os portugueses que quiserem reconstruir as suas próprias casas, devem vir manifestar isto no prazo de três semanas após a publicação do edital. E todo aquele que não possuir casa na cidade mas que esteja inclinado a construir ali, deve vir igualmente manifestar que propriedades ou casas deseja reconstruir. Com a condição de que, tanto uns quanto os outros, no prazo de seis meses após a publicação do edital, devem ter iniciado de modo inequívoco a construção das mesmas casas ou propriedades. E os que, ao expirar o prazo, não tenham iniciado de modo manifesto a construção de suas casas ou propriedades, não terão revalidada a autorização para construir, cancelando-se o registro respectivo; de modo que S. Excia. e o Alto Conselho depois de expirados os ditos seis meses disporão de todos os terrenos na cidade que forem encontrados não construídos. Fica compreendido, porém, que aqueles que já tiverem construído na cidade antes da publicação do edital, terão mantidas as suas propriedades, mesmo que os donos delas estejam aqui na terra".

(97) Dag. Notule de 2 de dezembro de 1637.

(98) Dag Notulen de 11 e 14 de setembro de 1638.

(99) Dag. Notulen de 11 de setembro, 22 de novembro de 1638 e 19 de maio de 1639. Também "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 29 de outubro de 1638), p. 736.

(100) Dag. Notule de 8 de novembro de 1638.

se aquele a esta. Em outubro de 1638, Nassau, projetando os brasões para as várias capitanias e principais povoações do Brasil holandês, idealizou o de Pernambuco, que é descrito do modo seguinte em uma Generale Missive: "A Capitania de Pernambuco tem uma donzela que admira a própria beleza em um espelho, simbolizando a formosura da terra e a situação e o nome de sua capital — Olinda — e tendo na mão uma cana-de açúcar". (101)

Entretanto uma pendência entre juristas veio levar o governo holandês a se decidir em favor do Recife e de Antônio Vaz, abandonando-se a antiga capital ao seu destino. E mais: proibindo-se de se efetuar ali qualquer construção nova.

Logo que Nassau chegou ao Recife, criou câmaras de escabinos e uma nova autoridade: o escolteto, uma espécie de burgomestre. Os escabinos tinham funções semelhantes às dos membros das Câmaras na colônia portuguesa. A primeira câmara de escabinos do Nordeste foi a de Olinda, que tinha sob a sua jurisdição o Recife e Antônio Vaz. (102)

Determinou-se aos escabinos que deviam residir em Olinda e aí conceder audiência. (103) Entretanto os moradores do Recife não se conformaram com a necessidade de ir a Olinda para tratar dos seus interesses, sendo que a alçada dessas Câmaras atingia os papéis civis e criminais em primeira instância, podendo multar sem apelação até 120 florins.

Muitos dos moradores do Recife começaram, porém, a apresentar os processos que deveriam ser iniciados perante os escabinos — que, como já dissemos, representavam a primeira instância judicial — ao Conselho Político, que indevidamente

(101) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 7 de outubro de 1638, citada também por Alfredo de Carvalho, "Os Brasões d'Armas do Brasil Holandês, 1638", **RIAP** n.º 63, p. 581.

(102) A jurisdição da Câmara de Olinda iniciava-se no rio Jaguaribe, ao Norte e ia terminar no rio Serinhaém, ao Sul: Gen. Missive datada do Recife, 5 de março de 1639. Os primeiros escabinos de Olinda — nomeados por um ano — foram escolhidos por Nassau de uma lista de nomes organizada pelos eleitores de Olinda (para tal designados, entre os principais moradores da jurisdição, pelo Conselho Político). Foram eles: Wilhelm Doncker, Jacques Hack, Francisco de Brito Pereira, Gaspar Dias Ferreira e João Carneiro de Mariz (Dag. Notule de 24 de setembro de 1637); foram substituídos por Gaspar van der Ley, Samuel Halters e Luis Braz Bezerra, continuando, do período anterior, Wilhelm Doncker e Gaspar Dias Ferreira (Dag. Notule de 25 de junho de 1638). Findo o prazo foram substituídos por Antônio de Bulhões, Paulo de Araújo de Azevedo e Christoffel Eyerschettel, continuando Samuel Halters e Luis Braz Bezerra (Dag. Notule de 23 de junho de 1639). Estes os que serviam quando da mudança da sede da Câmara de Escabinos, de Olinda para Antônio Vaz.

(103) Dag. Notule de 24 de setembro de 1637.

os recebia. Tal o fato que deu causa à transferência da sede da capital de Pernambuco de Olinda para o Recife e Antônio Vaz, ambos compreendidos sob o nome de Maurícia.

Os da Câmara protestaram energicamente perante Nassau e os Altos Conselheiros porque os burgueses do Recife não queriam reconhecê-los como juízes em primeira instância, mas iniciavam os seus processos no Conselho Político, que os aceitava, quando só deviam conhecê-los em segunda instância, apesar de "saberem que o Recife pertence à jurisdição da cidade como sempre pertenceu". O Alto Conselho foi de parecer, porém, que o Recife — "que atualmente possui maior população e cujos moradores não podem ir a Olinda seguir processos de pouca importância" — deveria ser desligado da jurisdição da cidade, passando a sua jurisdição a ser limitada, do lado de Olinda, pelo reduto de Bruyn ou por um marco a ser estabelecido, incluindo tudo quanto estivesse compreendido pelos rios e fortes que o cercavam, inclusive o forte Waerdenburch, a ilha de Antônio Vaz e os Afogados. (104)

É referida longamente em uma Generale Missive de março de 1639 a decisão que havia sido tomada por Nassau e pelos Conselheiros em caráter provisório, até que, ouvido o Conselho dos XIX, este pudesse dar solução definitiva ao assunto. Vê-se que a solução do governo holandês em Pernambuco inclinava-se a favor do Recife, pois que sendo a sede do Alto Conselho e "o lugar de maior importância e valor de toda esta conquista", bem merecia a dignidade de "ter os seus próprios juízes dentro das suas defesas e redutos". Além do mais, continuar mantendo os escabinos em Olinda era "deixar a nossa burguesia em situação inferior à dos moradores portugueses" de Olinda. Vale ser ressaltado o fato de que os tais "moradores portugueses" continuavam no seu amor pela velha capital, com projetos de "fazê-la mais bela do que jamais foi", lá preferindo residir, enquanto que o Recife e Antônio Vaz eram por eles desprezados "e somente habitados por holandeses" — diz a Generale Missive, cujo trecho a que vimos nos referindo traduzimos abaixo. (105)

---

(104) Dag. Notule de 23 de novembro de 1638.

(105) "Os Nobres Senhores Conselheiros Políticos tiveram durante certo tempo divergências com os escabinos da cidade de Olinda a respeito de diversos pontos, alguns dos quais foram decididos por nós; entre os que não foram decididos está o concernente à jurisdição sobre o Recife e Antônio Vaz e seus moradores. Os escabinos de Olinda pretendem que esses lugares e seus moradores estão, desde há muito tempo, sob a competência da sua Câmara, pelo que a ela estão sujeitos em primeira

A título provisório decidiram Nassau e os Conselheiros autorizar o Conselho Político a receber os processos dos moradores do Recife, os quais ficavam sujeitos ao julgamento em uma só instância, não cabendo apelação; entretanto todo aquele que desejasse apresentá-los à Câmara de Escabinos — que con-

---

instância. Os Nobres Senhores Conselheiros Políticos, pelo contrário, sustentam que os moradores estão subordinados não aos Escabinos, mas diretamente ao seu colégio e a ninguém mais, procurando basear isto no art. 27 das Instruções Gerais, alegando que não há razão alguma para que os moradores do Recife — que no Recife podem alcançar decisão nos seus pleitos — com grandes gastos, às vezes em processos de pequena importância, com perda do seu tempo e dos seus negócios, sejam obrigados a ir a Olinda para acompanhar as suas causas, com muitas outras razões alegadas por ambos os lados.

Pesados os "pro et contra", inclinamo-nos em favor do Recife, que terá os seus limites no reduto de Bruyn ou no local entre o Recife e Olinda no qual assentarmos um marco, compreendendo toda a ilha de Antônio Vaz, fazendo desmembrá-lo da jurisdição de Olinda e erigindo-o em jurisdição à parte, com os seus escabinos e escolteto próprios. As razões por que empreendemos este desmembramento são que o Recife pouco falta para estar completamente construído e Antônio Vaz quase todo edificado, de modo que em breve teremos que nos antecipar, para o que se faz necessário reunir os dois lugares por meio de uma ponte, o que já está começado e juntos são, ou virão a ser, uma cidade importante, com uma grande população, somente habitada por holandeses. Assim pensamos — para animar tantos moradores, pela esperança de honrarias, à prática da virtude — que eles merecem que dentro de sua cidade seja fundado um Conselho de Escolteto e Escabinos, ficando os nossos holandeses desobrigados de sair de tão populoso lugar para ir a Olinda — ainda pouco habitada — com grandes gastos e perda de tempo, para prosseguirem nas suas causas; que tão numeroso povo deve ter os seus próprios juízes dentro das defesas e redutos de sua cidade. Ainda porque, o Recife é o lugar de maior importância e valor em toda esta conquista. Além disso, a jurisdição de Olinda estendendo-se do rio Jaguaribe, três milhas ao Norte daqui, até o rio Serinhaém, mais de 14 milhas ao Sul, ainda fica bastante grande e os escabinos de Olinda terão muito que fazer com prover a justiça dos moradores do distrito mais populoso de toda esta conquista.

As razões por que não achamos boas as justificativas apresentadas pelo Conselho Político de que aqui no Récife não deve ser criada uma câmara subalterna [de justiça] são estas: Entre os moradores do Recife e Antônio Vaz estão alguns que foram escolhidos para eleitores de Olinda e outros que este ano exercem as funções de escabinos, de modo que se dividirmos as jurisdições não poderão os eleitores que moram aqui no Recife ser convocados para a escolha dos escabinos de Olinda, de modo que essas honradas pessoas estariam sujeitas a chacotas, parecendo que foram desconsideradas e afastadas de suas funções. Por outro lado, pensamos que o Colégio dos Conselheiros Políticos acumulará muito trabalho com os processos que ou por apelação feita para eles, ou com os que, por privilégio conforme o artigo 8.º das instruções do foro da Holanda, em primeira instância, lhes forem apresentados para decisão; isto, além das outras atribuições que poderão ser impostas a cada um dos Conselheiros que aqui residem, já se tendo verificado que eles têm tanto que fazer com os processos que pouco tempo têm para as atribuições referidas, onde são entretanto muito necessários. Em 3.º lugar vem em consideração a razão já acima referida: que se aqui no Recife não vierem a ser escolhidos escabinos e todas as causas de seus moradores forem levadas perante o Conselho Político então nenhuma dignidade poderá advir para a nossa burguesia que ainda ficará em situação inferior à dos moradores

tinuava com sede em Olinda — poderia fazê-lo, permitindo-se-lhes a apelação para o Conselho Político. (106) Sugeriam, finalmente, os governantes do Recife, aos seus chefes na Holanda, o desmembramento do Recife, Antônio Vaz e zona circunjacente, da jurisdição de Olinda, passando a constituir outra, por sua parte.

A solução do Conselho dos XIX datada de 28 de junho de 1639 não tardou em ser comunicada ao Brasil; entretanto não a conhecemos senão indiretamente, (107) pela decisão final do caso, verificada no Recife. (108)

Trata-se, verdadeiramente, de uma decisão histórica, aqui tomada em 14 de novembro de 1639 pelo Conde de Nassau e o Alto Conselho: resolveu-se transferir a Câmara de Escabinos de Olinda para a ilha de Antônio Vaz: não houve, portanto, desmembramento de jurisdição, mas transferência somente de sede da Câmara, deixando Olinda de ser a capital de Pernambuco. Também o Recife foi posto de lado: "não foi

---

portugueses do Brasil. Alguns notáveis moradores do Recife são de opinião de que não é um privilégio para eles poder levar as suas causas em primeira instância perante os Conselheiros Políticos, mas pelo contrário, uma desvantagem. Dizem eles que não esperando senão uma sentença, por mais injusta que seja, não poderão mais contestar e, por isso dizem preferir apresentar-se perante os escabinos para aí terem os seus casos debatidos e julgados, o que pode provocar novas razões; à vista destas ponderações julgamos necessário instituir escabinos no Recife e Antônio Vaz perante os quais sejam levadas as causas em primeira instância.

Contra isto os Nobres Senhores Conselheiros Políticos sustentam, como ficou dito acima, que no lugar em que tem sede o seu Colégio não se pode criar um conselho subalterno. E mais, que sobrecarregaríamos sem razão os moradores do Recife, obrigando-os a dois processos com as respectivas custas, porque quando obtiverem a sentença dos escabinos virão apresentar apelação a eles, em vez de resolver tudo com um só processo.

Essa disputa era sustentada com ardor: mas como se trata de um ponto de direito e que só pode ser decidido pela autoridade Soberana, não quisemos entrar na questão; resolvemos deixá-la como estava até que tendo submetido o caso a sua apreciação, VV.SSas. quisessem dispor a respeito no seu alto entender e sobre isto esperamos a sua resposta com brevidade. Provisoriamente — considerando que os escabinos de Olinda de um tempo para cá não vinham concedendo audiência em razão da disputa — ordenamos que os moradores do Recife e Antônio Vaz só ficassem subordinados aos Conselheiros Políticos a não ser que algum quisesse, livremente, em primeira instância, levar o seu processo perante os escabinos de Olinda. E que todos os moradores do interior, dentro da jurisdição de Olinda, só poderiam apresentar as suas causas, em primeira instância, aos escabinos daquele lugar". Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639.

(106) Generale Missive citada.

(107) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Conselho, datada de Middelburg 24/30 de junho de 1639. A resolução constava do anexo "A" da carta, o qual — como todos os anexos — não consta dos Mss. por nós examinados.

(108) Dag. Notule, de 14 de novembro de 1639

julgado cômodo o Recife, uma vez que não é possível obter uma casa satisfatória para Paço da Câmara, todos os terrenos estando ocupados" mas "Antônio Vaz, pelo contrário, é um lugar muito bem situado, o qual se pode atingir, de todos os pontos do País, mais facilmente para os holandeses do Recife do que Olinda e para os moradores do interior do que Olinda ou o Recife". E ainda: "será, também, uma ocasião muito oportuna para construir uma Casa da Câmara que, desse modo, será beneficiada e o povo, por isto, construirá lá com mais gosto e será o lugar, juntamente com o Recife, considerado como se devendo converter muito rapidamente em uma cidade notável ("naemhaftige Stadt")". Além disto, Antônio Vaz era o local preferido para as novas construções: "todo aquele que quer construir, constrói em Antônio Vaz". (109)

(109) Todos os trechos referidos constam da Dag. Notule supra, de 14 de novembro de 1639, que é traduzida em seguida: "São lidos certos extratos dos registros das resoluções do Conselho dos XIX, datados de 28 de junho de 1639, contendo a decisão de SS. NObrezas concernente à disputa sobre a jurisdição da cidade de Olinda e o Recife, entre o Conselho Político e os Escabinos, e por estes iniciada, e a resolução do mesmo Conselho sobre o número de escabinos e o local da sede; o que maduramente estudado e considerado parece que a dita resolução está enganada no seu pensamento: que SS. Nobrezas tinham pensado que os Escabinos de Olinda eram domiciliados na cidade, o que não é assim, mas que os Escabinos com grande dificuldade devem viajar até lá, dos seus engenhos ou moradias, o que é um grande inconveniente não somente para elas mas para aqueles que deles necessitam; além disso, ocorre que a cidade ainda está pouco reconstruída e não tem nenhum progresso, nem é de esperar que tenha, porque todo aquele que quer construir, constrói em Antônio Vaz. Que também a cidade poderá estar sujeita a ataques de bandidos se a guarnição dali for retirada. Que se for confirmada a primeira instância em favor dos escabinos será uma coisa muito penosa necessitarem ir os moradores de locais tão populosos como o Recife e Antônio Vaz, a procurar o seu direito na cidade [i. é, Olinda], para prejuízo deles e sem nenhuma vantagem para a comunidade. Quanto à divisão de cinco escabinos em Olinda e cinco no Recife, foi julgada desnecessária e que deveremos antes pôr escabinos em maior número para atender tanto a uma quanto ao outro, mas deverão residir, os mesmos, no Recife ou em Antônio Vaz. O Recife não é julgado cômodo, uma vez que não é possível obter uma casa satisfatória para isso, todos os terrenos estando ocupados. Antônio Vaz, pelo contrário, é um lugar bem situado, para o qual se pode vir de todos os pontos do país de modo mais cômodo: para os holandeses do Recife do que Olinda e mais cômodo para os moradores do interior do que Olinda ou o Recife.

"Será, também, uma ocasião muito oportuna para construir uma casa do Conselho que por esse meio será beneficiado e o povo, por isso, construirá lá com mais gosto e será o lugar, juntamente com o Recife, considerado como devendo converter-se muito rapidamente em uma cidade notável. Resolveu-se, finalmente, que devemos reunir os eleitores e, além dos cinco escabinos, que anualmente servem, devemos escolher mais quatro, de modo que sejam em número de nove, compondo-se de cinco holandeses e quatro portugueses; que os atuais escabinos sendo três portugueses e dois holandeses deveremos fazer escolher mais 3 holandeses e um português".

Decidiu-se, finalmente, aumentar o número de escabinos, de cinco para nove, dos quais cinco seriam holandeses e quatro dos da terra (110). Entretanto deve ser observado que até a atribuição do nome da capital de Pernambuco isto é, Cidade Maurícia, em dezembro de 1639, os escabinos continuaram a ser chamados "Escabinos de Olinda". (111)

A mudança da sede da Câmara representou um terrível golpe para Olinda, que, pouco a pouco, ia sendo reconstruída. Não a abandonaram, porém, os da terra: "de tempos em tempos muitos moradores, tanto portugueses quanto holandeses, mostram-se inclinados a ir morar e construir lá", diz um relatório dos Escabinos de Maurícia dirigido aos Altos Conselheiros (112). Estes, sem dúvida depois de ouvida a opinião de Nassau, manifestaram-se logo contrários a construções na antiga capital e fizeram notificar aos Escabinos "que não achamos conveniente que a cidade de Olinda seja reconstruída, não só porque isto tende em prejuízo do Recife e Maurícia, cuja construção por isto necessariamente será prejudicada, como a cidade de Olinda não é segura e em tempo de guerra dará ao inimigo um bom pouso e cômoda situação para atacar a estes lugares partindo dali e praticar estragos e ainda por outras razões consideráveis"; e ainda porque era necessário aproveitar as pedras das ruínas de Olinda para as construções do Recife e de Maurícia. (113)

Entre as "razões consideráveis" contrárias à reconstrução de Olinda estaria a do perigo que representaria para a sede do governo holandês a existência próxima de uma povoação habitada na sua maioria por brasileiros e portugueses, em cuja fidelidade, com razão, parece que os flamengos nunca acreditaram. Já ficou referido o interesse manifestado pelos antigos senhores da terra em morar em Olinda, evitando residir na nova capital, "somente habitada per holandeses".

Não foi considerada suficiente a notificação aos Escabinos; fez-se publicar, em nome de João Maurício, um edital em holandês e português no qual era proibido terminantemente "que ninguém, quem qder que seja, construa casa d'agora am-

(110) Foram designados como novos escabinos além dos cinco já em função em 1639 e referidos na nota 102 à pág. 71 — Theodosius l'Empereur, Abraham François Cabeljau, Bartholomeu van Ceulen e Gaspar Dias Ferreira. Dag. Notulen de 24 e 26 de novembro de 1639.

(111) Dag. Notule de 23 de dezembro de 1639.

(112) Dag. Notule de 17 de agosto de 1641.

(113) Dag. Notule de 19 de agosto de 1641.

diante em Olinda, ou, aproveitando ruínas, reconstrua, sob pena de que tudo o que houver sido feito ou reparado, seja de novo derrubado"; justificando-se tal medida com o interesse do governo de fazer do Recife e de Maurícia uma grande capital e o perigo que Olinda, ocupada por inimigos, representaria para a segurança desses dois lugares (114). Esta, a história de Olinda — uma espécie de vida, paixão e morte — sob a dominação holandesa.

Entrementes ia se agravando o problema de habitação no Recife, apesar de que, com a chegada de Nassau e com o fato de ter fixado residência em Antônio Vaz, a ilha tivesse tido um considerável aumento de construções, que desagravou, decerto, o problema no Recife.

Na história do período da dominação holandesa em Pernambuco correm como verdadeiras muitas afirmativas — repetidas em todos os autares que estudaram o referido período — que não encontram apoio nos documentos. E são tão antigas tais afirmativas e passaram por tantas mãos que é quase impossível encontrar-lhes a origem. É naturalmente um dos vícios da antiga historiografia, que parece considerava mais importante a lição dos "mestres" do que a dos documentos. Uma destas afirmativas é a de que Nassau adquirira às suas custas a ilha de Antônio Vaz para nela construir a que depois se chamaria cidade Maurícia. É uma asserção que não tem, absolutamente, confirmação nos documentos. A ilha, pelo direito de confiscação, passou a pertencer à Companhia das Índias Ocidentais (115). A própria Companhia — e não o Conde — vendeu vários terrenos da ilha e, quando da restauração, surgiram muitos dos primitivos donos de vários trechos de terra ali (116). Dos documentos por nós examinados constam como propriedade de Nassau em Pernambuco: o palácio Vrijburg, a casa Boa Vista, a ponte entre a ilha e o continente, além de possuir direitos sobre a ponte entre o Recife e Maurícia. A própria casa que, inicialmente, o Conde ocupou na mesma ilha — e que Zacharias Wagener desenhou — não lhe pertencia, mas à Companhia.

---

(114) Dag. Notule de 12 de setembro de 1641.

(115) A própria cidade de Olinda caiu por confiscação em poder da Companhia: Dag. Notule de 4 de maio de 1637, artigo 5.º.

(116) Conf. **Inventário das Armas... e dos Prédios, Recife 1940.** Alguns dos antigos proprietários de terras da ilha: Antônio Vieira (§ 296), Belchior Álvares (§ 301), Gaspar de Souza Uchôa (§ 329), Manuel Francisco (§ 452) este proprietário dos chãos onde estava edificado o palácio Vrijburg.

Apesar, porém, do interesse que Nassau demonstrou em transformar Maurícia em uma grande cidade, ela não chegou a resolver o problema da habitação na capital do Brasil holandês. E um dos maiores empecilhos — compreendeu-o Nassau — era a falta de um meio de comunicação rápido e seguro com o Recife que era o centro de toda a colônia, sede do governo holandês — não esquecer que Vrijburg era simplesmente residência do Conde — grande empório comercial, onde eram armazenados os açúcares e por onde transitavam todas as mercadorias que demandassem o porto ou nele fossem desembarcadas, principal centro abastecedor de todo o interior, das demais capitanias conquistadas e das colônias holandesas na África. Era ainda o centro religioso de maior importância — a antiga Matriz do Corpo Santo transformada em igreja do culto reformado, não decaiu de prestígio apesar da construção da Igreja Francesa. No antigo templo católico eram realizados os enterros de maior pompa e onde se pagavam, pelos jazigos, os maiores preços. Aí se enterraram os senhores Codde, Carpentier, João Ernesto, Lichthardt e outras importantes figuras do tempo. Também centro religioso israelita, o mais importante das Américas, onde se elevaram vozes respeitadas no mundo judaico.

A falta de tal meio seguro e rápido de comunicação entre o Recife e Maurícia concorreu muito fortemente para criar um terrível problema de habitação — e, em conseqüência, sanitário — no Recife. Quando tal falta, com a construção de uma ponte, foi remediada, muito mais tarde do que geralmente supõem os autores que se repetem — em 1644, com maior precisão: no domingo, 28 de fevereiro de 1644 (117) — já havia se iniciado a decadência do Brasil holandês.

Quem puser os olhos no mapa que acompanha o estudo de Béringer poderá verificar que o Recife, no século XVII, representava 1/3 do atual bairro. Diz o mesmo Béringer, que estudou detidamente o assunto do ponto de vista topográfico, que "o istmo não passava de uma estreita zona limitada pela rua dos Guararapes e a parte leste pela rua do Farol" e "terminava na igreja da Madre de Deus e as defesas estabelecidas na própria margem da praia para a proteger, estavam aquém das ruas da Restauração, D. Maria Cezar, da praça do Apolo e da rua do Amorim", por onde "se vê quanto a cidade atual se desenvolveu à custa do porto e do rio", deste tendo invadido "mais de 150 metros do leito". Pelo mapa que acompanha o

(117) Nassau partiu do Recife, a caminho da Paraíba, de volta para a Holanda, na quarta-feira, dia 11 de maio de 1644.

estudo de Béringer podemos calcular a área aproximada do Recife no século XVII: uns 100.000 metros quadrados.

Verifica-se, assim, como era pequena a área para uma população que parece ter sido grande. Infelizmente não possuímos elementos seguros para um cálculo da população do Recife e Maurícia ao longo do período de ocupação. Os documentos não fornecem indicações a esse respeito, se bem que conste ter sido feito um recenseamento — parece que somente do elemento masculino, para fins militares (118). Arciszewsky em carta aos XIX, de 1636, informava que no Recife e fortes próximos havia 1.809 pessoas — "soldados, pessoal do trem, operários, caixeiros, empregados nos armazéns, como também marinheiros e brasilianos a nosso serviço, negros, pajens, mulheres, etc." alimentados à custa da Companhia (119). Um *Diário da rebelião dos Portugueses* — cujo autor é desconhecido — refere que 8.000 pessoas esperavam auxílio da Holanda para subsistir (junho 1646) (120), mas não indica se este número se refere somente à capital de Pernambuco ou a todos os centros de resistência dos holandeses no Brasil (121). Outra indicação preciosa consta de um documento de 1646, que esclarece que em

(118) Dag. Notule de 18 de desembro de 1642.

(119) Carta de "Chrestofle Artischofsky" aos XIX datada do Recife, 20 de julho de 1636. Refere aí o número de pessoas que viviam à custa dos armazéns da Companhia: "Pedi a lista do comissário dos víveres e achei que ele no mês de julho de 1636 tinha dado um grande número de rações, não havendo porém uma distinção entre as que tinham sido distribuídas a soldados e as distribuídas a outra gente. Segundo ele estavam incluídos soldados, gente do trem, operários, escriturários e empregados dos armazéns; bem como marinheiros e brasilianos a nosso serviço, negros, pajens, mulheres etc., no Recife e fortes circunjacentes, exceto Afogados, ao todo 1.809 pessoas; em Afogados 312, no Rio Grande 180, em Goiana 80, na Paraíba 700, em Itamaracá 350, no Cabo 400, em S. Lourenço 100, em Paripueira 452, na Muribeca 100, no engenho do Sr. Governador [isto é, de Von Schkoppe] 36, nos quartéis, diz a minha lista que está correta, 2.908. Quanto à marinha, em 47 navios grandes e pequenos, 2.500, não estando compreendidos o séquito do Sr. Governador, dos nove Conselheiros Políticos, do Coronel, Fiscal, e outras pessoas menores que perfazem mais de 100 pessoas; enfim em toda a lista do comissário de víveres há mais de 10.000 contemplados".

(120) **RIAP** n.º 32, p. 190.

(121) É de presumir que se refira à população dos centros holandeses que ainda resistiam aos insurretos. A Gen. Missive do Alto Conselho ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 15 de fevereiro de 1650, referindo-se a certa quantidade de víveres que havia chegado da Holanda, diz: "todas as bocas que estão aqui, da milícia, marinha, burguesia, mulheres e crianças, ainda excluindo os brasilianos e negros, tanto fora como no Recife, perfazem o número de mais de 7.000". Conf. também Carta do mesmo Conselho ao príncipe de Orange, data supra, na qual acrescenta que os brasilianos e negros "são em número de 3.000 a 4.000". Finalmente, em outra carta da mesma data aos "Muito Poderosos Estados Gerais" os Altos Conselheiros inflicam que os soldados eram em n.º de 3.052.

conseqüência da revolução os "particulares estão em número notavelmente reduzido e de 1.500 nem 600 há aqui no Recife" (122). Estes os elementos que nos fornecem os documentos. Parece-nos, porém, que não será exagerado conjecturar que, no período nassoviano, a população civil do Recife, Maurícia e circunjacências, tenha totalizado umas 5.000 pessoas, sem contar os soldados e marinheiros, com os quais o número talvez se elevasse a 6.000 (123).

Com uma área de cerca de 100.000 m.² e uma população, somente no Recife, de aproximadamente 2.700 pessoas — o que representaria um índice de 27 mil pessoas por km.² —

(122) Generale Missive do Alto Conselho ao Conselho dos XIX, datada do Recife em 4 de dezembro de 1646. Este trabalho já estava terminado quando encontramos entre os Mss. copiados por letra de próprio José Hygino o seguinte recenseamento realizado em 1645/1646, agora in DH. Ver a respeito a Dag. Notule de 18 de setembro de 1645. "Lista da população que se encontra na conquista do Brasil sob a jurisdição do muito poderoso Sr. Principe de Orange e da WIC:

Soldados, segundo a relação feita a 29 de setembro de 1645 e em 4 de janeiro seguinte	2.017
Pessoal do trem e marujos	1.093
Brasilianos, dos quais cerca de 200 estão em serviço e por isto recebem ração e estão próximos ao Recife ou em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Ao todo	1.383
Particulares no Recife, segundo a relação feita em outubro de 1645, sendo 855 homens, 452 mulheres e 397 meninos, somam	1 704
Homens, mulheres e meninos em Maurícia	585
Negros em serviço (da Companhia)	59
Negros e negras da Companhia empregados em serviço dos diversos comissários e nos fortes cerca de	200
Negros dos particulares tanto no Recife como em Maurícia, inclusive as negras e meninos	1.962
Em Itamaracá, homens mulheres e meninos	150
Idem, mulheres e meninos brasilianos (os homens já incluídos no item supra) cerca de	1.000
Na Paraíba, particulares, homens, mulheres e meninos	150
Brasilianos, mulheres e meninos como acima	600
No Rio Grande, particulares	200
Brasilianos como acima	600
Em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, negros, negras e meninos, cerca de	450
Mulheres e meninos de pessoas a serviço da Companhia cerca de	500
Total de pessoas	12.703

(123) Pelo Inventário das Armas... e dos Prédios pudemos verificar que havia, em 1654, 280 casas no Recife, e contando como unidades 250 sobrados — em rigor mais de 250 — que estas casas possuíam, tem-se 540 pisos habitáveis que, ocupados em média por cinco pessoas — escravos inclusive — dá uma população de 2.700 pessoas, somente no Recife. Em Maurícia o cálculo seria naturalmente falseado pelo fato de terem sido derrubadas muitas casas em 1645 e anos posteriores.

pode-se compreender a que extremos não chegou o problema de habitação aí.

Com a crescente afluência de imigrantes, às vezes de comunidades inteiras — como a que acompanhou o grande rabino *sefardi* Aboab da Fonseca — o problema tornou-se agudo. Já em março de 1637 Ghijselin podia escrever que não havia alojamento disponível no Recife, nem terreno vago onde construir (124).

Em outubro de 1638 levou-se a efeito uma taxação de todos os terrenos ocupados por particulares, no Recife — devendo-se pagar um imposto correspondente à área e à localização, melhor ou pior, do terreno (125). Assim fica-se sabendo quais as ruas e praças mais nobres ou melhor situadas, do Recife, com seus antigos nomes holandeses: a rua do Mar (Seestraet), a rua da Balsa (Pontstraet), a rua do Carcereiro (Geweldigers Straet) a rua Nova (Nieuwe Straet), o Mercado, o dique Orange e o dique do Porto (Havensdijck) seriam decerto as principais, seguindo-se a rua Real (Heerestraet) e a rua do Vinho (Wijnstraet) e, por último, pequenos becos não relacionados pelo nome. (126)

Em documento oficial de 1639 declara-se que, no Recife, "todos os terrenos estão ocupados" (127). A procura de casa por parte de comerciantes e outros particulares era muito grande; a Companhia, sempre ávida por dinheiro, não deixou de aproveitar tal oportunidade para vender as que possuía no Recife — a maioria das quais meio arruinadas — obrigando os seus empregados, que as ocupavam, a procurar novos alojamentos já superlotados.

---

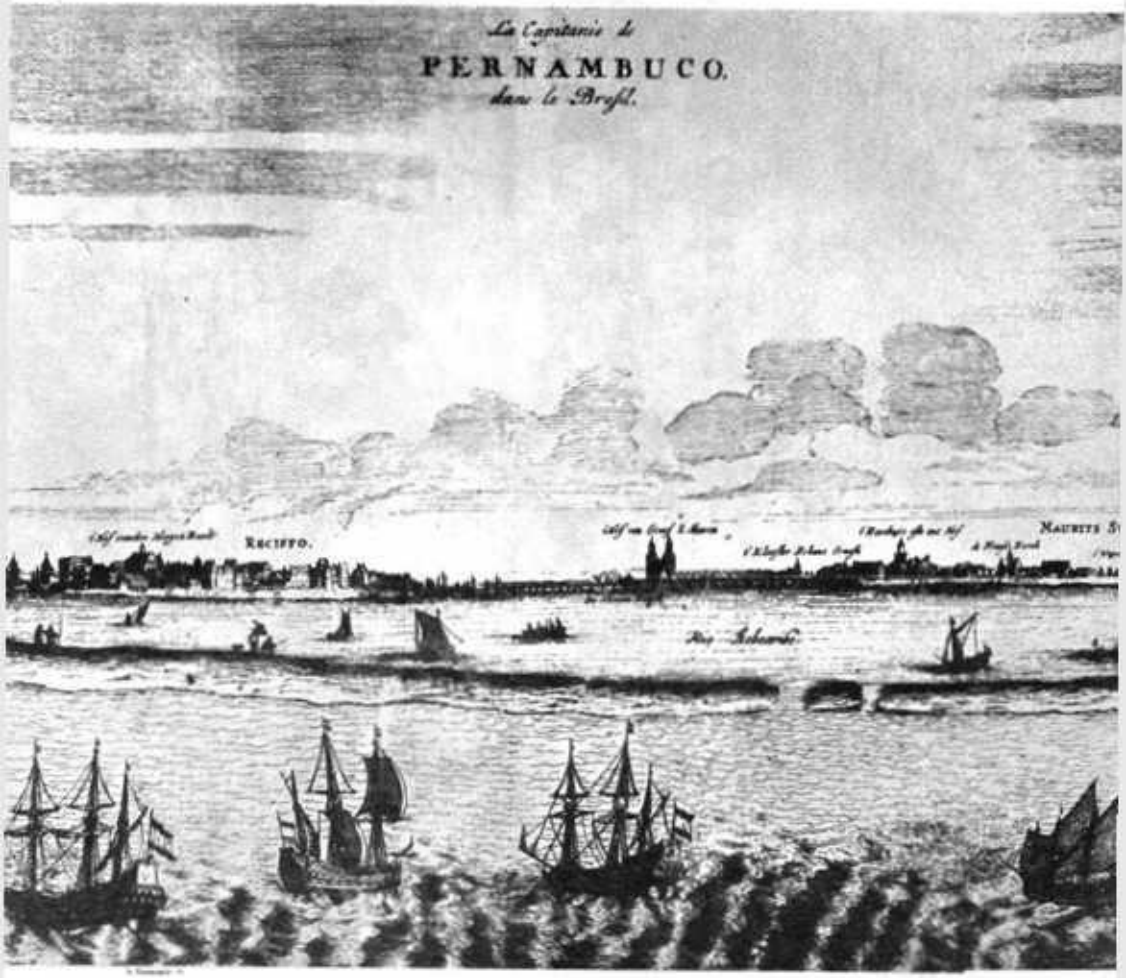
(124) Carta de Ghijselin ao Cons. dos XIX, datada do Recife 20 março de 1637: "naulijx platse is voor ons te lodgeren, veel min om yet nieus te timmeren".

(125) Dag. Notule de 22 de outubro de 1638.

(126) Dag. Notule de 22 de outubro de 1638. Os terrenos situados nas principais ruas foram taxados em 25 **stuivers** por pé quadrado; os situados na rua Real e na rua do Vinho em 22 1/2 **stuivers** e os localizados com frente para os becos ("cleyne Steegen") em 20 **stuivers**. O imposto deveria ser pago, metade em fevereiro e o restante em maio de 1639. Aproveitaram os chefes holandeses a grande procura de terrenos e casas; diz a Dag. Notule: "com o fechamento do comércio [i. é, com o monopólio comercial da WIC] os terrenos e casas estiveram em desestima por um certo tempo e os particulares desinteressados, mas agora, pelo contrário, com a reabertura do comércio livre e com a chegada de particulares vindos da Pátria, os terrenos e casas estão novamente muito procurados".

(127) Dag. Notule de 14 de novembro de 1639.

t'Hof vanden Hoogen Raedt
RECIFFO.



Pormenor de gravura do Recife, na qual aparecem invertidos com legendas em holandês (da esquerda para direita): Castelo do Mar; Arrecifes que secam com a baixa-mar, Palácio do Alto Conselho (construído em 1642-43), cujo detalhe é mostrado na página anterior; A ponte nova; O convento e o Forte Ernesto; A Casa da Câmara ou Palácio Velho; A Igreja Francesa; Cidade Maurícia; Arsenal ou armazém. Do livro de Pieter van der Aa, **La Galerie Agréable du Monde.**

Por meio de tal documento fica-se a ver o enorme preço de tais casas: variavam, em média, de 5.000 a 6.000 florins, tendo atingido uma o preço de 14.300 florins (128). Deve ser considerado o fato de que os vencimentos médios da classe do funcionalismo da WIC no Brasil orçava em 60 florins mensais. (129)

Muitos funcionários graduados, como Lichthardt, contentavam-se com casinhas ("huijskens"); o almirante holandês adquiriu, em 1636, uma dessas por 1.400 florins. (130)

A solução para tal problema de habitação parece ter sido desde o início o sobrado. Sobrado de um e dois andares. Muitos com sótãos. De 290 prédios recenseados no Recife pelo almoxarife do Rei, quando da capitulação dos holandeses, cerca de 200 são de dois andares (i. é, térreo e primeiro andar) e cerca de 50 de três andares. A cidade ganhava assim em altura o que não contava em espaço horizontal. Fizeram-se estudos para aumentar a área do Recife; o engenheiro Pistor dedicou-se ao assunto e deixou vários planos para isso (131). Parece que a solução era avançar no leito do rio, tendo sido iniciados mesmo aterros em determinados pontos. (132)

Condições topográficas e econômicas — especialmente o elevado preço dos terrenos — do mesmo modo e quase pelas mesmas razões que na Holanda — condicionaram no Recife — e com menos vigor em Maurícia propriamente dita — um tipo curioso de sobrado que persistiu até o século XIX: o sobrado alto e magro. Gilberto Freyre, que chamou a atenção para eles, determinando-lhes a formação, comparou esses sobrados alongados do Recife a um grupo de pessoas apertando-se para sair em retrato de revista. (133)

Os documentos confirmam o que disse Gilberto Freyre: pela lista dos terrenos e casas vendidos vê-se que, na maioria, os sobrados mediam de frente, 20 pés, que corresponde a 7m42.

---

(128) Dag. Notule de 15 de setembro de 1642.

(129) Waetjen, **Das holl. Kolonialreich** citado, p. 191.

(130) Dag. Notule de 13 de abril de 1636.

(131) Quando da morte do engenheiro Pistor, foram encontrados entre os seus papéis "diversos desenhos com projetos para aumentar e fortificar o Recife" ("diverse desseynen om 't Recife te vergrooten ende fortificeren"): Dag. Notule de 2 de julho de 1648.

(132) Dag. Notule de 27 de maio de 1641 e **Inventário das Armas e dos Prédios**, p. 189.

(133) Gilberto Freyre, **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**, Recife 1934.

Muitos, porém, com 16 pés, ou 5m93. Os menores com 13 pés (4m82) (134). Como na Holanda, esses sobrados eram também alongados no sentido frente-fundo (135). "Se alguém tivesse podido sobrevoar alguma típica cidade holandesa há 300 anos atrás, as casas dariam a impressão de pequenas arcas de Noé ligadas umas às outras, lado a lado, com as proas para as ruas" (136). Esse alongamento é, também, confirmado pelos mesmos documentos: eram comuns os terrenos medindo 18 e 19 pés de frente com 46 de fundo e mesmo 60 (137). Sobrados que atingiam duas ruas, com saídas para ambas. Muitas dessas casas davam a impressão de mais altas em conseqüência do frontão ou da elevação da empena lateral, o que causava uma grande inclinação do telhado. É um aspecto da influência inegavelmente holandesa na arquitetura do Recife e que se conservou até o século XIX. O frontão é uma das características da casa holandesa e os técnicos referem variantes, como o frontão em escadinha, o "klokgevel", de curvas côncavas, o "tuitgevel", de curvas convexas, etc.

Há predominância dessas variantes em determinadas cidades holandesas. Entre nós, porém, — pelo menos é o que se pode verificar em quadros e gravuras e que a persistência do tipo parece confirmar — foi mais comum a elevação da empena lateral. O desenho de Wagener que representaria a rua dos Judeus, ilustra bem o que fica dito: os telhados apoiam-se nas paredes dianteira e traseira da casa e, se não fosse a diferença na altura das empenas, pareceriam o telhado de uma só casa muito larga. Talvez alguma dificuldade na solução do

(134) Isto no caso de que se trate de pés matemáticos; tratando-se de pés renanos, as medidas serão 6m,28, 5m00, 4m,06.

(135) Falando da Holanda diz Thomas Jefferson Wertenbaker, **The Founding of American Civilization**, New York 1938: "The character of the urban architecture was shaped in part by the costliness of building lots. The narrow limits within the walls and the fact that the land often had to be built up over boggy lowlands, gave to even the narrowest frontage on the Vismarckt at Groningen or the Hout Wallen at Hoorn an extremely high valuation. So the thrifty burgher built his warehouse or his shop or his residence with a very narrow front, securing needed space by raising his building to three or four stories, and by stretching it out behind", p. 42. Na observação do mesmo fato, isto é, o reflexo da mesma tendência de construção no Brasil holandês, Gilberto Freyre antecipou-se a Wertenbaker, conforme se conclui do que diz o historiador brasileiro sobre o assunto no seu **Sobrados e Mucambos**, São Paulo 1936.

(136) Wertenbaker, obra cit., p. 42.

(137) Dag. Notule de 15 de setembro de 1642. O **Inventário dos Prédios** faz referência a "humas casas de dous sobrados muito apertadas... fabricadas por flamengos", § 98.

problema do escoamento das águas pluviais, tivesse condicionado essa modificação. Mas não se pense que faltem exemplos da arquitetura holandesa mais típica.

Outra característica holandesa, com persistência, é a do telhado em duas águas. O uso português que se vinha fixando, propendia para o telhado em quatro águas. Aquele — certamente por motivos técnicos e pela dificuldade muitas vezes encontrada, de madeira, para o sistema de travejamento menos simples, como o é o do telhado em quatro lances — parece ter predominado durante a dominação holandesa. Contribuía, também, para o aproveitamento de um espaço habitável suplementar, a saber, para a construção de sótãos. Está por ser estudado, por quem tenha conhecimentos técnicos indispensáveis, esse problema do desenvolvimento de variantes arquitetônicas em Pernambuco, por influência holandesa, que nos parece inegável. Essas variantes afiguram-se-nos ser as seguintes:

a) prédio magro (causas topográficas e econômicas);

b) elevação da empena lateral e telhado em 2 águas muito inclinado;

c) emprego de uma área habitável suplementar (sótão).

Outra influência holandesa — não arquitetônica — foi a do emprego do tijolo mais largamente do que era feito até então. Porque não se deseja negar que antes dos holandeses não se usasse este material — como parece ser o pensamento do Sr. Lúcio Costa (138) — mas afirmar que, por intermédio deles, o tijolo passou a ocupar o lugar de um material mais caro e mais difícil — a pedra — e a substituir outro de qualidade inferior: o barro ou taipa.

Davam-se ao luxo, os pernambucanos, de empregar no piso de suas casas e nas calçadas, blocos de pedra portuguesa. Muitas vezes, nas casas, eram de pedra as paredes principais, ou o marco das portas e janelas, o mais de taipa (139). Pelo menos isso é que se surpreende em um livro precioso para o

(138) Lúcio Costa, "Arquitetura dos Jesuítas no Brasil" na **Revista do SPHAN** nº V. Rio 1941. p. 14. O próprio Nassau declara em carta à Holanda: "cada engenho tem a sua olaria e também fazem tijolo ("backensteen"), mas são muito porosos ("valt den selven doch heel sacht") e têm muito que fazer com a fabricação das suas formas" ("formen", de açúcar): Generale Missive datada do Recife, 7 de outubro de 1638.

(139) "Os umbrais de todas as portas e janelas são de pedra dura e pesada", reparou das casas de Olinda o ministro reformado Johan Baers, **Olinda Conquistada**, p. 40. A propósito vale recordar a afirmativa de Raul Lino, **L'architecture domestique au Portugal** (Lisboa, 1937): "Depuis bien des siècles, ou ne saurait concevoir une maison portugaise dont les ouvertures ne seraient pas garnies d'encadrements de pierre", p. 21.

estudo do assunto. Após a retirada dos flamengos, o Escrivão da Fazenda Real, Francisco Mesquita, passou a inventariar os prédios existentes no Recife e em Maurícia. E são inúmeras as vezes em que faz a identificação do construtor pelo material de construção: "casa de pedra e cal, obra portuguesa"; casas que "mostravam ser obra de portugueses", ou então "paredes e portais ao uso antigo português". De outra diz: "a fronteira e os portais das portas mostravam ser obra de portugueses no tempo da bela paz". Ou diz simplesmente: "obra de Judeu ou Flamengo". Também reconhecia o escrivão quando havia acréscimo feito por judeu ou flamengo: "é obra portuguesa até onde chega o cunhal de pedras e daí para cima flamenga", ou "casas com seus portais de pedra; por cima foram fabricadas por flamengos". A distinção notada pelo olho do escrivão real deveria ser, principalmente, de material de construção.

Vale ter salientado o fato de que eram construídas de taipa ("leem mueren") muitas das casas de purgar e das caldeiras dos engenhos de Pernambuco, o que parece demonstrar o pequeno uso do tijolo anteriormente ao período holandês, não sendo de presumir que os senhores possuindo material mais duradouro — e com a mão-de-obra escrava — dele não se tivessem servido. É o que nos demonstra um "Inventário dos engenhos situados do Rio de Jangadas para o Sul, até o Rio Una", de autoria do Conselheiro Willem Schott. (140)

Tijolos — como as pedras de Portugal — chegavam ao Brasil vindos da Holanda como lastro dos navios, que em Pernambuco era substituído por valiosas caixas de açúcar. Pedidos foram feitos desde os primeiros dias ao Conselho dos XIX. As solicitações foram se tornando mais freqüentes a partir de 1638 — como nos mostram os documentos, notadamente as "Cartas" — quando os terrenos do Recife e Antônio Vaz começaram a ser procurados por particulares e a imigração teve um grande aumento, com a liberdade do comércio. (141)

---

(140) Sem data, mas entre as "Brieven en Papieren uit Brazilie" de 1636. Algumas das casas das caldeiras e de purgar são indicadas como sendo de pedra (ou, em holandês "steen": palavra que tanto pode significar pedra como tijolo, se não vem indicado "gebacken steen" ou "mop"). Segundo o dito Inventário possuíam casas de pedra os seguintes engenhos: Velho (de João Paes Barreto), Pirapama, Serisacq (sic), Espírito Santo, Algodoais, Tabatinga, Bertioga, Maranguan (de propriedade de certo castelhano Juan Tenório), Santo Cosmo, Juanga (sic) e outro não nomeado, ao todo 11; possuíam-nas de barro 14 engenhos, a saber: da Guerra (de João Paes Barreto), Trapiche, Novo, Três Paus, S. José, Utinga, N. S. da Paz, dos Salgados, N. S. da Conceição, Sibiró de Riba, Taperosú, Cocau, de Rio Formoso e S. Jerônimo.

(141) Dag. Notule de 22 de outubro de 1638.

Em carta de 1638 Nassau e o Alto Conselho urgiam: "VV.SSas. queiram determinar que todos os navios que para cá se dirigirem tragam como lastro tijolos, pois temos grande necessidade deles... e os feitos aqui são tão caros que se faz melhor negócio mandando buscá-los na metrópole... e serão vendidos aqui com bons lucros aos que quiserem construir casa no Recife, Antônio Vaz ou na cidade de Olinda" (142). Com tão boa perspectiva não se descuidou o Conselho dos XIX: em princípios de 1639 noticiou que somente a Câmara de Amsterdam — além dos remetidos pela da Zeelândia — havia enviado mais de 300.000 tijolos, por diversos navios (143). Wätjen refere que no período de 16 de janeiro de 1641 ao fim de julho de 1643 a colônia brasileira importou grande quantidade de tijolos de construção e de pavimentação, a saber, 1.154.550 unidades (144). Parece que o governo holandês em Pernambuco favoreceu a construção de olarias: em cartas de junho de 1643 e maio de 1644 informava à Holanda que não era necessário continuar a remessa de tijolos — a não ser uns tijolos referidos como "vriesche" ou "vriese klincker"; isto é, tijolos da Frísia; possivelmente tijolos refratários à água — "uma vez que aqui estão sendo fabricados e podem ser obtidos por menor preço" (145). Há referência a holandeses donos de olarias: uma das mais conhecidas, a da Estância, de propriedade de Gaspar Kock. Como era de presumir, com a insurreição voltou o Recife a depender das remessas da Holanda. Desde 1646 os pedidos tornaram-se angustiosos: "os tijolos são aqui muito necessários e recomendamos a VV.SSas. que no-los forneçam por todos os navios;... a falta deles é tão grande que tivemos de comprar pedaços e tijolos partidos das casas vazias e derrubadas de Maurícia, à razão de 20 florins o milheiro" (146). Nesse mesmo

(142) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 7 de outubro de 1638.

(143) Carta do Conselho dos XIX ao Conde de Nassau, datada de Middelburg, 28 de janeiro de 1639. Que era, de fato, um bom negócio confirma-o uma Gen. Missive, da qual consta que o milheiro era vendido aqui a 40 fls. (Gen. Missive de 7 de maio de 1640). Não foram importados somente tijolos, mas, também, telhas. De Pernambuco pediram-se à Holanda, em uma só vez, 15.000 a 20.000 telhas (Gen. Missive, de 22 de agosto de 1641).

(144) Waetjen, obra cit., p. 306. Waetjen leu mal a sua fonte, pois supôs que o número de tijolos e ladrilhos fosse o do valor destes em florins.

(145) Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 12 de junho de 1643 e 10 de maio de 1644 e carta do Conselho dos XIX ao Alto Conselho, datada de 17 de setembro de 1644.

(146) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 29 de setembro de 1646.

ano (1646) o Conselho dos XIX comunicava que o pedido fora satisfeito: pelo navio 't Wapen van Delft seguiram 41.000 e pelos den Brouwer, 't Huijs te Breda e Gekroonde Lyeffde, 85.700 tijolos. (147)

Particulares menos abastados usavam, na construção de casas, o que as Generale Missiven chamam de "Noortsche deelen", isto é, pranchas do Norte. Era um dos vários artigos importados sob o nome comum de "Noortsche lasten", ou artigos do Norte e que compreendiam as tais pranchas e também alcatrão, enxofre, breu, etc. Com essas pranchas levantavam-se casas baratas e que surgem em número bastante grande no *Inventário dos Prédios:* são as "casas de tabuado fabricadas por Flamengo ou Judeu", ou "casas terreiras de tábuas"; uma outra "uma casa de tábuas com sua loja, cousa muito parca" e "uma casa de sobrado, de tábuas" e mesmo "casas grandes de tábuas de dois sobrados". (148)

Essas "pranchas do Norte", isto é, provenientes dos países bálticos, principalmente (149), parece que seriam de pinho (150). E como tal a duração delas no trópico não seria longa. De fato, no *Inventário* há referência a que algumas das casas construídas com esse material estavam arruinadas. Dessas pranchas deveriam ser certas casas vindas prontas da Holanda para serem armadas em Pernambuco. É o que se depreende de duas notícias bastante curiosas; uma delas diz que no Recife "há armazéns e janelas vindos da pátria segundo o modelo solicitado nas cartas à Companhia" (151). E a outra: "verificamos

(147) Carta do Conselho dos XIX ao Alto Conselho, datada de 20 de dezembro de 1646. Não deixaram os Altos-Conselheiros de insistir até o fim, pela remessa de mais tijolos: Gen. Missiven datadas do Recife, 9 de março de 1648, 9 de julho de 1648 e 20 de março de 1651.

(148) Essas tábuas eram muito procuradas para a carpintaria, construção de casas, embarcações e fortes (Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 7 de maio de 1640) e eram vendidas a 30 stuivers cada uma (Gen. Missive datada do Recife, 6 de março de 1639). Esta última Gen. Missive esclarece porque não eram aproveitadas as próprias madeiras do Brasil para tábua: "se bem que aqui no país também sejam serradas tábuas, o trabalho [i. é, a mão de obra] aqui é tão caro que mais vale pedi-las à metrópole; porque essas tábuas [da metrópole] são vendidas a 30 stuivers cada [isto é, 1 florim e 10 stuivers] e as serradas neste país a dois florins cada".

(149) P. J. Block, History of the People of the Netherlands, Londres e New York 1898.

(150) Uma casa de pinho surge no Inventário tantas vezes citado: "Humas casas de pinho e velhas de sobrado", § 148.

(151) Carta de J. Grevingh (despenseiro do Conde), datada de Vrijburg, Maurícia, 1 de setembro de 1642. Diz, em holandês "Hier sijn packhuijsen en vensters uijttet vaderland gecomen ende op 't selve fatsoen als de generale brieven voor de Compagnie versocht hadden".

que os nossos armazéns são insuficientes para guardar o açúcar, pelo que queiram VV.SSas. mandar fazer aí dois armazéns iguais aos que VV.SSas. já nos enviaram anteriormente... com os quais devem ser enviados carpinteiros para armalos, como fizeram os senhores Broun e Valckenborgh com a casa que trouxeram no navio Keijserinne". (152)

Mas não somente tijolos, telhas, tábuas, e mesmo casas e armazéns: para uma terra rica em madeiras como a nossa, vieram da Holanda para as construções recifenses traves ("balken") e "toda espécie de caibros" ("alherhande ribben"). É verdade que o pedido havia sido feito à Holanda em uma época em que os holandeses em Pernambuco não tinham acesso às matas: em 1648. (153)

E já que se fala em casas vale a pena referir quais os construtores mais importantes do Recife; devemos observar, porém, que a maioria das vezes as obras eram executadas por simples pedreiros ou práticos. Os engenheiros dedicavam-se de preferência às obras de fortificações, levantamento de mapas, etc. Uma das primeiras referências é a um mestre construtor ("fabricqmester") de nomb Siecke de Groot — que aqui se dedicou a construções, se bem que tenha sido contratado como mestre em fortificações e engenheiro (154); outro, um sobrinho do Alto Conselheiro Bullestrate, era certo Michiel Pietersz ou Michiel Pietersen Schilder e tinha o título de "opperfabricq" (construtor chefe), mas era pessoa que vivia embriagada e não merecia confiança (155). Um, referido como português e pessoa muito considerada pelos holandeses — que o encarregaram da fiscalização da construção da ponte do Recife, — era o mes-

(152) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 23 de maio de 1638: "Ende alsso wy sien dat onse packhuijsen alnier veel te cleijn vallen om de suijckeren te bergen, soo sullen UEdele aldaer twee packhuijsen gelieven te laten maecken, gelyck de packhuijsen die voor desen gesonden sijne geweest;... met dewelcke alsdan timmerluijden mochten gesonden werden, em deselve huijsen op te rechten, gelyck de Heeren Broun ende Valckenborgh hebben gedaen, nevens het huijs dat se met de Keijserinne hebben gesonden". A esses dois armazéns enviados da Holanda para Pernambuco refere-se a Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada de Recife 25 de agosto de 1637: "não temos no momento senão os dois importantes armazéns que há pouco tempo nos foram enviados da pátria". Um Willem van Valckenburgh era em 1637 auxiliar do Engenheiro Hendrick van Berchem: Dag. Notule de 22 de maio de 1637.

(153) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 26 de fevereiro / 9 de março de 1648.

(154) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político, datada de Amsterdam, 31 de outubro de 1631.

(155) Carta de J. Grevingh a um amigo, datada de Vrijburg, Maurícia, 1 de setembro de 1643 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 7 de maio de 1647.

tre Christovão Alvares, também construtor de fortificações: do Castelo do Mar (156) e do Arraial Velho do Bom Jesus. (157)

Apesar, porém, da construção de tantos sobrados e de tantas "casas terreiras", a obtenção já não dizemos de uma casa ou de um andar, mas de um simples quarto, era uma dificuldade no Recife. Se em 1637 Ghijselin já referira a dificuldade em obter alojamento, alguns anos depois a dificuldade passaria a ser impossibilidade. Lançou-se mão de todos os expedientes para remediar o caso. Construíram-se sótãos e sobrados por cima dos armazéns da Companhia para aposentar mais gente. Em 1641 a crise de habitação parece que atingiu o auge: os almirantes Jol e Lichthardt não encontraram onde se alojar: tiveram de se arranjar de "qualquer jeito" (158). Para os pobres funcionários da Companhia a situação é descrita — em documento oficial — com cores negras: "as casas da Companhia devem ser chamadas de pocilgas; nos altos de armazéns, onde todos os bens da Companhia devem ser guardados, em um só quarto, ou melhor dito pocilga, caixeiros, assistentes e escriturários são alojados em número de 3, 5, 7 e 8 como se fosse numa enfermaria; e se não fizermos assim, irão se alojar em tavernas que são os mais vis bordéis do mundo; os que aí morarem, apesar de todas as reprimendas e castigos que se lhes aplicar, nunca mais podem ser conduzidos a bom caminho, mas a natureza torna-se senhora deles até a perdição" (159). De modo que o Alto Conselho encarregava-se de distribuir toda sorte de empregados, escriturários, caixeiros e serventes em alojamentos já superlotados. Em 1642, em conseqüência da venda de muitas casas da Companhia, o problema agravou-se ainda mais para os pobres empregados; muitos foram desalojados e transferidos para locais já habitados; decidia-se sumariamente: "a casa em que mora o predicante Koninck pode ser vendida, uma vez que em cima da farmácia há um lugar onde o predi-

(156) Dag. Notule de 30 de setembro de 1637.

(157) Carta de "Christofle Artichofski" ao Conselho dos XIX, datada de Serinhaém, 13 de junho de 1636. Nessa longa carta Arciszewsky narra com minúcias a batalha em que venceu a D. Luiz de Rosas y Borja e o cerco e tomada do Arraial Velho, do qual remete uma planta: "envio junto a esta um desenho do Arraial, que eu obtive ao tempo do ataque, de certo Christovão Alvares que na construção do forte foi o principal chefe".

(158) Generale Missive ao Conselho dos XIX datada do Recife, 31 de março de 1641.

(159) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de dezembro de 1641.

cante poderá morar provisoriamente" ou "o alojamento dos marinheiros da Rua Real, que caiu inteiramente e não pode mais ser usado, poderá ser vendido; os marinheiros, tanto os doentes como os que trabalham em terra, deverão ser transportados para junto de outros em outro local" (160). Mas não era tão fácil, como no papel, a arrumação de tanta gente em cômodos já tão cheios. Em 1643 consideraram os Senhores Altos Conselheiros que "os soldados aqui no Recife têm poucos alojamentos e muitos deles têm que ficar à noite pelas ruas, em conseqüência do que já se originaram muitas doenças entre eles". Mandaram-se construir aquartelamentos ("quartieren") ou palhoças ("hutten"), no total de 23. (161)

Os aluguéis das casas no Recife eram muito elevados: uma informação oficial indica que eram seis vezes mais altos do que em Amsterdam: "não há empregado que possa alugar um quarto pequeno, pois o seu salário e o que recebe para alimentação não é suficiente para pagar o aluguel". Por dois quartos e uma saleta pagava Jacob Alrichs, contador da Companhia no Recife, 120 florins por mês (162). Quando a Companhia, em um daqueles momentos em que a qualquer consideração sobrepunha o seu interesse imediato, proibiu que se desse alojamento gratúito aos seus funcionários — com o que criou uma situação de tumulto em todas as atividades administrativas na Colônia — expuseram os predicantes que tudo aqui era extraordinariamente caro "especialmente os aluguéis que não têm igual em todo o mundo e nos levariam quase todo o nosso vencimento". (163)

Como um desafogo para a situação, empreendeu Nassau a construção de uma cidade na ilha de Antônio Vaz. Era o Conde verdadeiramente um grão-senhor que não se sentia bem senão em palácios. Logo que chegou a Pernambuco passou a residir na ilha, em uma casa que é descrita no *Inventário dos Prédios* como "umas casas de sobrado, fronteiras à ponte que

(160) Dag. Notule de 25 de agosto de 1642.

(161) Dag. Notule de 5 de novembro de 1643.

(162) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de dezembro de 1641.

(163) "Exposição dos predicantes do Recife e Maurícia, das igrejas Francesa, Inglesa e Holandesa", dirigida ao Conde de Nassau e Altos Conselheiros e datada do Recife, 21 de agosto de 1642. Com a insurreição os aluguéis decresceram: em 1648 já se podia alugar 5 quartos por 75 florins e mesmo 2 quartos, 1 camarinha e cozinha por 50 florins (Dag. Notule de 18 de março de 1648). Os preços continuaram a baixar (Dag. Notule de 25 de julho de 1650).

vai para o Recife, com varandas de tábuas pela fronteira de pedra e cal, obra portuguesa e antiga". Não refere o *Inventário* o miradouro construído sobre o telhado da casa e que é representado por Wagener e Post. Porque não há dúvida de que representa tal casa o desenho de Wagener que tem a indicação "A Côrte de Sua Excelência". (164)

A nova cidade foi projetada por Nassau segundo planos urbanísticos definidos: ruas cortadas regularmente, saneamento da zona, escoamento das camboas, construção de pontes e diques. Já hoje põe-se em dúvida a estada de Pieter Post no Brasil; mas o fato é que, graças a ele ou a outro qualquer engenheiro — cordo, por exemplo, o engenheiro Pistor, ou mesmo Marcgrave — sob a assídua assistência do Conde, a futura capital foi iniciada com as características de cidade segundo a concepção norte-européia. Conta frei Manuel do Salvador que o próprio Nassau andava pela ilha de cordão em punho, traçando as ruas e praças, demarcando limites, construindo parques arborizados, "tudo à moda de Holanda". (165)

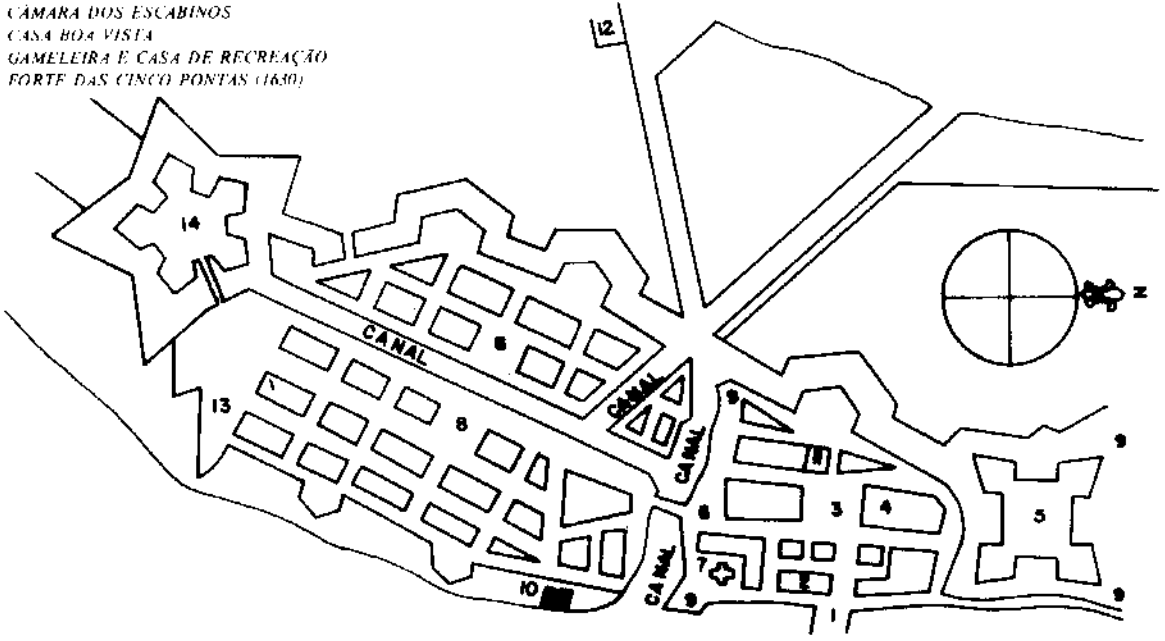
A princípio a nova cidade ficava circunscrita pelas estacadas e fossos que, partindo do lado Sul do forte Ernesto, tomavam o rumo Sudoeste e depois Sudeste e vinham chegar à margem do rio, em frente à Barreta, por detrás e não longe da atual igreja do Espírito Santo. Atingiria, segundo o mapa de Baerle que representa o Recife e Antônio Vaz em 1637, no

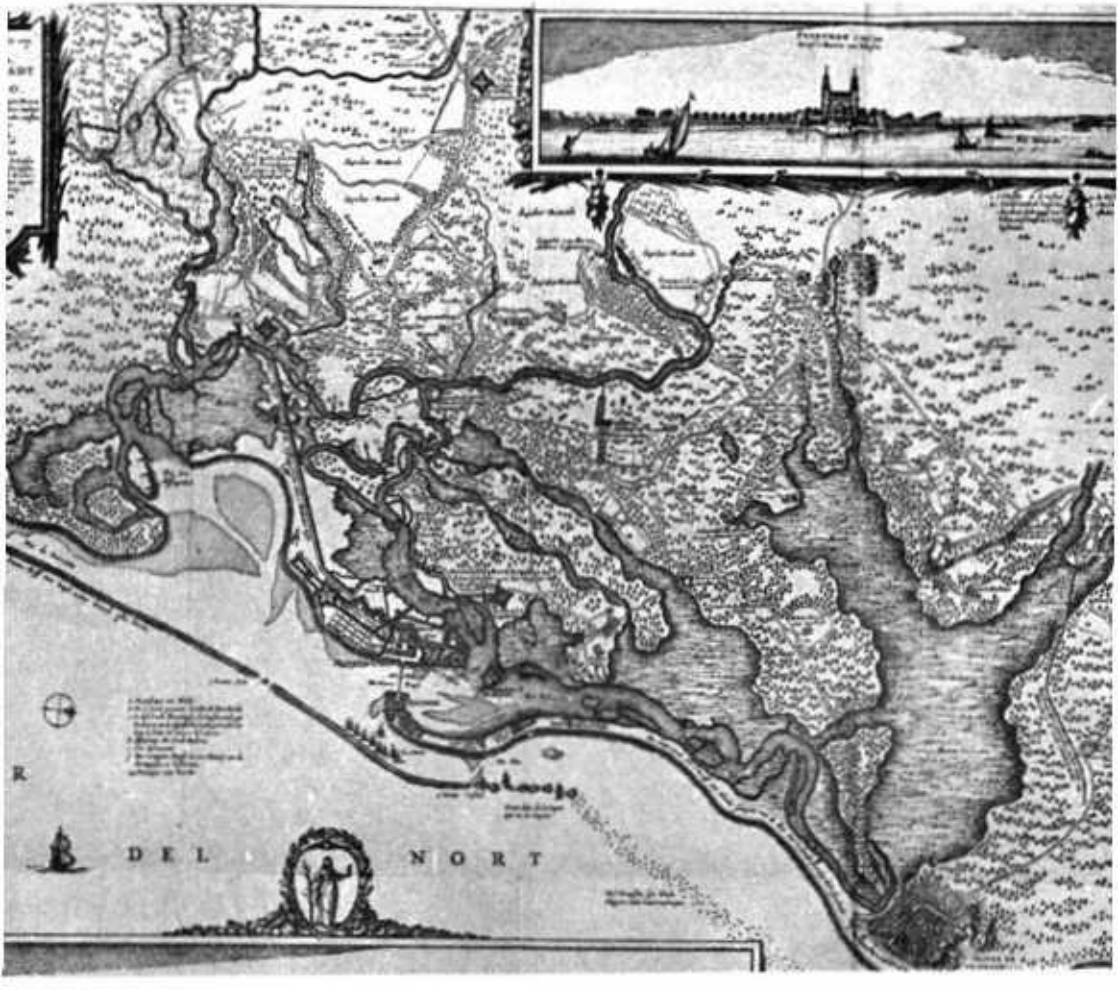
(164) **Inventário das Armas... e dos Prédios**, § 363. A arquitetura mostra características portuguesas: telhado em 4 águas, predominância de linhas horizontais sobre as verticais. A parte habitável era a superior, para a qual se subia por 2 escadas: uma que levava "à varanda de tábuas" e outra cuja entrada ficava por baixo de uma sacada que se apoiava sobre pilares. A gravura de Wagener é muito valiosa e mostra as "nove moradinhas de casas terreiras, fabricadas por Flamengos, na rua que vai do terreiro dos coqueiros para a ponte" (terreiro que se vê ao fundo da gravura). As moradinhas vão entestar "pela ilharga com a varanda de tábuas" (§§ 354/362). Conf. Theodor Kadletz, **Die alten Festungswerke von Pernambuco**, Recife 1933 e Joaquim Cardoso, "Observações em torno da história da cidade do Recife, no período holandês", in **Revista do SPHAN**, n.º 4, Rio 1940. Não é absolutamente como pretende o anotador da tradução brasileira do artigo de Otto Quelle ("Zacharias Wagener und sein Brasilien Werk", **Ibero-Amerikanisches Archiv**, ano X, n.º 1, 1936, in **Arquivos da Prefeitura Municipal do Recife, n.º 1, Recife 1942**), citando o prof. Kadletz — mas sem citar o trabalho desse professor — a casa-grande do engenho da Casa-Forte. O miradouro é um ótimo ponto de referência para se deixar de reconhecer a casa na gravura de Frans Post, in Baerle, p. 186 da ed. holandesa e p. 206 da ed. brasileira. Aí residiu Nassau a maior parte do tempo em que governou o Brasil.

(165) Talvez não seja mera coincidência — mas obediência a um plano de loteamento de terrenos na ilha — o fato de seis terrenos postos à venda em Maurícia medirem todos de frente 20 pés: Dag. Notule de 15 de setembro de 1642.

MAURÍCIA

1 *PONTE DO RECIFE (1644)*
2 *RESIDÊNCIA DE NASSAU (1637-1642)*
3 *MERCADO GRANDE OU TERREIRO DOS COQUEIROS*
4 *JARDIM DE NASSAU, DEPOIS DE CODDE VAN DER BURGH*
5 *FORTE ERNESTO (1630) E CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO (1612)*
6 *PORTA SUL: ZUIDPOORT, PELOS PORTUGUESES CHAMADA PORTA DE SANTO ANTÔNIO. LOCAL DA RENDIÇÃO (1654)*
7 *IGREJA FRANCESA (1642)*
8 *NOVA CIDADE MAURÍCIA*
9 *AREA DA VELHA CIDADE MAURÍCIA*
10 *ESTALEIRO*
11 *CÂMARA DOS ESCABINOS*
12 *CASA BOA VISTA*
13 *GAMELEIRA E CASA DE RECREAÇÃO*
14 *FORTE DAS CINCO PONTAS (1630)*





Mapa de Olinda, Maurícia, Recife e arredores, assinado por Cornelis Golijath e datado (1648), impresso nos Países Baixos por Claes Jansz. Visscher. O melhor mapa do Recife, sob o domínio holandês, é ilustrado com vistas do Palácio das Torrres (Friburgo) e um panorama do Recife e Maurícia, publicados por Gaspar Barlaeus (1647). Gravado em cobre por Pieter Hendricksz Schut e mede 46,5 por 56 cm. Na página anterior aparece detalhamento explicativo de Maurícia que se baseou neste mapa.

trecho mais profundo para Oeste, a uns 200 metros (166), aproximadamente, correndo a estacada na altura da matriz de Santo Antônio. Nesta área, sem dúvida pequena, é que se levantou a cidade Maurícia, capital não só de Pernambuco, mas, juntamente com o Recife, de toda a conquista holandesa no Brasil. (167)

Queremos referir aqui alguns dados inéditos respeitantes à capital.

Como já ficou dito anteriormente, em novembro de 1639 os escabinos de Olinda transferiram a sede de sua Câmara — por determinação de Nassau e do Alto Conselho (168) — para a ilha de Antônio Vaz, porém continuaram com o título de "Escabinos de Olinda". Isto certamente teria parecido inadequado a Gaspar Dias Ferreira, um dos Escabinos. E assim, em requerimento datado de 16 de dezembro de 1639, pediu licença para ser chamada a Câmara de "Câmara da cidade Maurícia", o que foi autorizado pelo Conde e Alto Conselho em 23 do mesmo mês, concedendo-se-lhes licença para: "de hoje em diante deverão intitular-se Escabinos da Cidade Maurícia e seu distrito". (169)

Deve ser observado que o nome proposto, partindo de um português, não foi de "Mauritsstad" mas "cidade Maurícia"; diz o próprio documento holandês: "dat de selve van huyden voortaen sullen geintituleert werden Schepenen van de Stad Mauritia, ende haer district". Nada portanto de Mauriciópolis ou Mauricéia, mas Cidade Maurícia. (170)

Sob o nome de Maurícia não se designava somente a cidade que nascia em Antônio Vaz, mas estava compreendido o atual bairro do Recife: era o nome de capital de Pernam-

(166) Tomando como correspondente à "vergae rhenolandiae" um comprimento de 3m. 767.

(167) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(168) Dag. Notule de 14 de novembro de 1639.

(169) Dag. Notule de 23 de dezembro de 1639. A data de 16 de dezembro deve ser considerada — pelo menos até que se encontre documento que indique o dia em que foi sugerido, pela primeira vez, o nome de Maurícia para a cidade — a data do batismo da cidade. Devemos observar que até 23 de dezembro de 1639 não há referência alguma na documentação oficial holandesa a "Maurícia", mas somente a "Antônio Vaz".

(170) Na Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datado do Recife, 2 de março de 1639 (sic, 1640) na qual é comunicada a mudança do nome, aos diretores na Holanda, diz-se: "ende alsoo de borgerije op Antônio Vaz, nu genaemt Mauricia"...

buco. Posteriormente restringiu-se ao bairro que ora se chama de Santo Antônio. Há duas referências — as que conhecemos — a isso e são ambas constantes de carta oficial dirigida ao Conselho dos XIX pelo Conde de Nassau e pelos Altos Conselheiros.

Diz uma delas: "Assim a burguesia da cidade Maurícia ("Stadt Mauricia") na qual está compreendido o Recife e Antônio Vaz, compõe-se de cinco companhias", etc. (171). E a outra: "Também os Escabinos pediram que o Recife e Antônio Vaz juntos deveriam levar o título de oidade, com o nome de Maurícia e que os escabinos em todos os papéis públicos fossem designados Escabinos da Cidade Maurícia, o que lhe foi autorizado, sujeito à aprovação de VV.SSas." (172)

A ilha não parece ter tido desenvolvimento igual ao do Recife, se bem que tenha se espraiado além da área onde se formou o núcleo inicial de Maurícia.

Em uma carta de janeiro de 1638 o governo holandês de Pernambuco reconhece que ali "há poucas construções de preço; são na maioria albergues de contrabandos ("smockel-herberchgens")", se bem que confie: "com o tempo ficará construída". (173)

Os terrenos e casas eram pouco valorizados na ilha, certamente devido ao fato de ser arriscada e dispendiosa a condução em botes, da ilha para o Recife, centro comercial de toda

(171) Gen. Missive citada, José Hygino traduziu assim esse trecho: "Assim a burguesia da cidade Maurícia, na qual se compreendem o Recife e Antônio Vaz" (**RIHB** n.º LVIII, Rio 1895, p. 9); em holandês: "Soodat de borgerye van Stadt Mauricia onder de welcke is begrepen het Reciff ende Antônio Vaz"... Com as mesmas palavras se exprime Adriaen van der Dussen no seu relatório ao Conselho dos XIX, datado de 10 de dezembro de 1639, in Baerle, ed. holandesa, p. 153.

(172) Em holandês: "Ende alsoo de schepenen versochten dat het Recife ende Antônio Vaz tsamen den titel van Cidade mochten voeren dat is een Stadt, ende den naem van Mauricia ende dat de Schepenen in alle publycque schriften mochten geintituleert werden Schepenen van de Stadt Mauricia, is hun sulcx op UEd. approbatie geconsenteert": Gen. Missive citada. Essa Gen. Missive está magistralmente traduzida por José Hygino e publicada com alguns senões e erros de tipografia, sob o título: "A Batalha Naval de 1640 e outras Peripécias da Guerra Holandesa no Brasil", in **RIHB** n.º LVIII, ãcima citada. O tradutor porém, talvez por descuido ou por lhe parecer estranho o caso, não incluiu o período acima transcrito, do original, o qual deveria entrar à p. 45 da citada **Revista**, em seguida à 35.ª linha, que terminou com a palavra "portugueses". Deve-se observar ainda, que na gravura de Post — in Baerle — que representa o Recife e Maurícia, estão estes dois bairros sob o nome comum de "Mauritiopolis".

(173) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 15 de janeiro de 1638.

O Recife visto da Cidade Maurícia, antes da construção da ponte. Vê-se o areal pelo qual, do lado do rio, se ingressava no Recife. Sobrados e mirantes. Note-se no meio do rio o alicerce do primeiro pegão da ponte, construído a título experimental em 1638. Pormenor de uma tela de Frans Post, datada de 1657. (Souza Leão, F. Post, 1973, nº 25)

a colônia. Terrenos com construções em Maurícia, vendidos em leilão em 1642, alcançaram preços muito baixos em comparação com os do Recife. Apesar de bem localizados, "próximos ao terreno do Senhor Secretário de S. Excelência", um deles alcançou 2.500 florins, outro 2.400, dois 1.800 florins, e dois outros 1.700 e 1.600 florins, quando no Recife terrenos e casas menores eram vendidos por 5.000 e 6.000 florins. (174)

Se bem que um documento oficial tenha informado que, em Pernambuco, "todo aquele que quer construir, constrói em Antônio Vaz" (175), o fato é que, em abril de 1643, diziam Nassau e os Conselheiros aos chefes na Holanda que as casas em Maurícia "na maior parte estão desocupadas e os terrenos pouco valorizados", e casas e terrenos "se encontram quase desertos". (176)

Precisamente para vencer esses obstáculos ao desenvolvimento da cidade, pela qual Nassau demonstrou sempre grande interesse, é que foram tomadas pelo governo duas medidas: uma a de proibir a construção de novas casas em Olinda e outra a de unir o Recife a Maurícia por meio de uma ponte.

Por edital de 12 de setembro de 1641 o Conde proibiu novas construções na antiga capital sob pena, no caso de transgressão, de ser derrubado o que houvesse sido levantado. Refere-se Nassau, nesse documento, ao seu interesse pela cidade que levava o seu nome: "a todos os moradores desta conquista são muito conhecidos quão grandes trabalhos e esforços temos empregado, há vários anos, para fazer da cidade Maurícia a principal cidade destas terras e particularmente, para o bem geral de todos os moradores, para fazê-la florescente e grande, para cujo fim mandamos aterrar os terrenos baixos e pantanosos, fazendo-os próprios à construção de casas, delimitando todo o terreno com ruas e canais e, finalmente, encerrando-a em fortificações eficientes para que os habitantes que aí quisessem se fixar pudessem fazê-lo com segurança para os seus teres e haveres". (177)

E quanto à necessidade da construção de uma ponte, com o mesmo fim, diz em uma carta ao Conselho dos XIX: "além dos benefícios que são de esperar para o Recife e Maurícia da

(174) Dag. Notule de 15 de setembro de 1642.

(175) Dag. Notule de 14 de novembro de 1639.

(176) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(177) Edital publicado em português e holandês: Dag. Notule de 12 de setembro de 1641.

construção da ponte, já foi dito a VV. SSas. e tornamos a repetir aqui, que a falta de uma passagem segura entre os dois lugares é o único empecilho ao progresso de Maurícia e causa da saída de seus moradores, pelo que as casas aí estão na maior parte desocupadas e os terrenos pouco valorizados; no Recife, pelo contrário, o aluguel das casas é geralmente tão alto que o povo não pode suportá-lo com os seus negócios, o que é causa do despovoamento deste lugar, o qual, sendo a capital de toda esta conquista, deveria contar com grande número de habitantes e com toda espécie de comodidades... o único meio para remediar isto, uma vez que o Recife não conta com o espaço necessário, é ligar Maurícia ao Recife por meio de uma ponte... os aluguéis diminuiriam para o povo e, além disto, as casas e terrenos em Maurícia se valorizariam, encontrando-se agora quase desertos". (178)

Nassau projetou construir, também, um bairro para os habitantes mais pobres da cidade: parece que essa era a finalidade de seu projeto pois os documentos se referem a essas construções chamando-as de "casinhas". Esse bairro estava localizado entre o canal que desembocava em frente à Barreta (ao lado da Igreja Francesa) e o Forte das Cinco Pontas. Na gravura de Post que representa o Recife e Maurícia — sob o nome comum de "Mauritiopolis" — está fixado o aspecto desse bairro visto do porto.

Em um mapa de Vingboons, datado de 1639, que faz parte da linda coleção de mapas que José Hygino adquiriu na Holanda ao célebre livreiro e bibliógrafo Frederik Muller, esse trecho da ilha leva a seguinte inscrição: "de nieu afgesteecken Stadt", isto é, "a nova cidade projetada" (179), o que faz saber a data em que se teriam iniciado as construções nesse local segundo os planos traçados. A localização é a do atual bairro de São José.

Somente em 1645 é que os documentos holandeses referem o nome desse bairro, quando as exigências da defesa de Maurícia exigiram a demolição de todas as suas casas, menos uma; referem-se ao bairro chamando-o de "Nieuw Maurits-

(178) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(179) O mapa tem o seguinte título: "Caerte van de Haven van Pharnambocque met de Stadt Mauritia, 't Dorp Reciffo en Bijleggende Forten met alle gelegenheden van dien. In 't Jaer Anno 1639".

stadt" ou "Nova Cidade Maurícia" (180). A velha Maurícia que nessa designação se subentendia, era o núcleo a que já nos referimos e que pode ser delimitado pelo triângulo formado atualmente por três igrejas: Convento de São Francisco, Matriz de Santo Antônio e Igreja do Espírito Santo. Pois houve quem a chamasse de "Velha Maurícia". (181)

Por exigências da defesa foram todas as casas da "Nieuw Mauritsstadt" derrubadas, com exceção de uma, a de Jan den Rechter, no centro da cidade, "a qual pelas suas paredes e sólida construção pode servir de reduto" (182). Os moradores das casas derrubadas e os proprietários de casas de aluguel ali — como o "capitalista" Gillis van Luffel ou van Uffelen — protestaram contra a medida e exigiram indenização pelas perdas (183). Tal o motivo de não estarem essas casas relacionadas no *Inventário das Armas... e dos Prédios*.

Essa Nova Maurícia parece ter merecido da parte de Nassau o mesmo carinho que a velha Maurícia: os seus terrenos estão divididos em blocos, geometricamente traçados e cortados por canais. Nem jardins lhe faltavam, informa uma Dagelijksche Notule, a qual se refere aos "jardins em Nova Maurícia" ("de thuijnen in Nieuw Mauritsstadt"). (184)

---

(180) O "Diário ou Breve Discurso Acerca Da Rebelião E Dos Perfidos Designios Dos Portugueses Do Brasil... Escrito por um curioso que residia no Brasil no começo da rebelião a que ainda agora ahi mora". Arnhem 1647 (tradução de José Hygino, **RIAP** n.º 31, p. 121 e sgs.) refere em data de 17 de agosto de 1645: "A 17 começamos a demolir as casas da nova Maurícia; esse espetáculo fazia dó e principalmente o da fugida da pobre gente que morava em torno desta praça". Quanto à localização da Nova Maurícia dizem os documentos: "foi proposto fazê-las demolir [as casas de Nova Maurícia] para que o inimigo não possa vir alojar-se aí e cortar-nos as Cinco Pontas e a água" (das cacimbas de Ambrósio Machado): Dag. Notule de 22 de agosto de 1645. Com o perigo de vir o inimigo a isolar "as Cinco Pontas de Maurícia" o Conselho de Guerra resolveu unanimemente mandar derrubar as casas em Nova Maurícia: Dag. Notule de 24 de agosto de 1645 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 4/14 de setembro de 1645. E ainda: "Nova Maurícia, entre a saída ("sortie") de Antônio Vaz [a porta de Santo Antônio] e o forte Frederik Hendrik, aliás Cinco Pontas": Gen. Missive ao Conselho dos XIX datada do Recife, 25 de maio de 1651.

(181) "Diário ou Breve Discurso" cit., p. 132: "as fortalezas de Bruyn, Frederik Hendrik, Ernestus e Príncipe Willem estão bastante fortificadas, bem como o Recife e a velha cidade Maurícia".

(182) Dag. Notulen de 24 e 29 de agosto de 1645.

(183) Dag. Notule de 24 de agosto de 1645. O protesto estava assinado por Paul Antoni Daems, Mathias Beck, Jacob Coets, Christoffel Eyerschettel, Samuel Halters, Albert Warnsingh, Gillis Crol, Eppo Gockinga, Lucas de Keyser, Gillis van Luffel, Killiaen Snyder, Hendrik Bruijnsvelt, H. Hamel de Jonge, Paulus van Alpen, Bartholomeus van Ceulen.

(184) Dag. Notule de 18 de janeiro de 1654.

Devemos observar, entretanto, que é de presumir que os mapas de Maurícia e de Nova Maurícia que se nos apresentam traçados de modo a fazer crer que ambas estivessem completamente construídas, não representem senão os projetos de loteamento e divisão dos terrenos da ilha. É inegável que se fizeram muitas construções, mas não tantas como se poderia admitir ao examinar-se os mapas mais conhecidos: os reproduzidos por Baerle. O já referido mapa de Vingboons tem uma nota que diz que tudo que nele está representado em linhas pontilhadas não está ainda construído (185): pois aí está pontilhado todo o plano da Nova Maurícia reproduzido tal qual por Baerle, Golijath, "cartógrafo de Sua Excelência", e por outras fontes, como se todo o projeto tivesse sido efetivamente realizado, o que se sabe que não aconteceu.

Béringer que examinou com atenção muitos mapas holandeses chegou à mesma conclusão: "é quase certo que os quarteirões da cidade [Maurícia] desenhados nos antigos planos não representam construções realmente feitas, mas, somente, projetos de alinhamento do arquiteto Post, projetos que, como tantos outros ainda dos nossos dias, foram modificados no decorrer da execução". Outra coisa parece ainda ser certa: a de que o levantamento da planta do bairro do Recife, completada com o projeto de construção da cidade Maurícia — e não com o plano das edificações realizadas nesta última — foi feito uma só vez, limitando-se os que reproduziam a planta original a completá-la e atualizá-la. Coisa idêntica reparou Béringer quanto ao porto, fazendo-o supor "que o levantamento do porto, em seu conjunto, teve lugar apenas uma vez, e que se limitaram, em seguida, a completar esse primeiro trabalho". (186)

(185) Diz a nota textualmente: "Nota dat alle 't geen niet en is gestipt uijtgesondert de Landen en Pallisaden, noch niet en is opgemaeckt" ou, traduzindo: Nota: tudo aquilo que não está pontilhado, exceto as terras e palissadas, ainda não está construído". Cremos que aquela primeira negativa está por engano, pois pontilhadas estão as pontes do Recife para Maurícia e desta para o Continente (terminadas ambas em 1644, sendo o mapa de 1639), um forte na cabeceira desta última ponte, no lado do bairro da Boa Vista, etc.

(186) Émile Béringer, "O Porto de Pernambuco E A Cidade do Recife No Século XVII", **Arquivos** da Prefeitura do Recife, n.º 2, Recife 1942, pp. 198 e 201. Com referência ao Recife e Maurícia, a planta primitiva que representa estes dois lugares no período nassoviano, parece ter sido a de que se utilizou Vingboons para a sua planta datada de 1639, pelo fato de conter a indicação de vários projetos ainda então em estudo (como as duas pontes, a Nova Maurícia, etc.). Posterior parece que é o "desenho cuidadoso ou mapa de Maurícia e do Recife com a ponte" que Nassau enviou ao Conselho dos XIX, em 1641 (Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 31 de março de 1641), remessa que coincide com

Trecho da Cidade Maurícia na proximidade do ponto de embarque na balsa para o Recife. Trajes de portugueses, holandeses e negros. Personagem ilustre (Nassau?), com sua guarda, recebe saudações. Pormenor da tela de Frans Post, datada de 1657 (Souza Leão, **F. Post**, 1973, nº 25)

Uma das partes do plano de Nassau para o desenvolvimento da cidade Maurícia — e sob este título incluiremos sempre a "Velha" e a "Nova", salvo indicação em contrário — foi, como já fizemos ver, a construção da ponte ligando o Recife à ilha.

De início, o serviço de transporte realizava-se em pequenas embarcações e era um dos serviços públicos arrendados a "contratadores". Havia um "veer" (serviço de barcos) e uma "pont" (ou balsa), usada pelos soldados e pessoal da Companhia, gratuitamente.

O contrato dos barcos era negócio rendoso e dá idéia do desenvolvimento de Maurícia: foi arrematado em abril de 1641, por um ano, por Jan Cardinael e Marten van Mevart, possuidores de boas embarcações, por 10.000 florins (187); em abril de 1642, pelo mesmo tempo, ainda por Jan Cardinael por 21.500 florins (188) e em abril de 1643, por 15 meses, por certo Symon Cornelisz Ruychveer, por 32.000 florins. (189)

---

notícias da partida de Cornelis Sebastiaenszoon Golijath "cartógrafo de S. Exa. J. Maurício de Nassau" e também alferes do exército holandês. Nessa ocasião não estavam senão projetadas as pontes, o que nos permite supor que Nassau mandou atualizar o mapa de Golijath, para publicá-lo em 1648, por intermédio de Claes Jaens Visscher. Parece que foi em 1641 que Goliath voltou à Europa, pois no ano seguinte o Conselho dos XIX (em carta datada de 18 de abril de 1642) recomenda a Nassau "que não se deve consentir que particulares partam de nossas conquistas em navios que vão para Portugal, França ou Índias Ocidentais; um C. S. Golijath, cartógrafo e alferes no Brasil, conhecedor de toda a situação dessa conquista, por este modo chegou a Portugal, o que preferíamos não tivesse acontecido". Ver, também, a Dag. Notule de 6 de setembro de 1641. Nassau e os Conselheiros tranquilizaram os seus chefes, informando que Golijath "entre Madeira e Lisboa caiu nas mãos dos turcos, com o que se tem a temer menos os seus conhecimentos" (Gen. Missive ao Conselheiro dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642). Veja-se, também, a carta do próprio Golijath ao Conde de Nassau, datada de Alger, 12 de janeiro de 1642, onde conta que ali "com muitos milhares de cristãos passa as maiores privações", in DH. É interessante observar a grande semelhança do mapa de Golijath e o incluído na obra de Baerle sob n.º 40, que talvez tenha sido baseado naquele. A obra cartográfica de Marcgrave parece ter sido a que representa a costa do Brasil holandês, publicada em conjunto no grande "tableau" sob o título "Brasilia qua parte paret Belgis" e, em pormenores, em diversos mapas em Baerle.

(187) Dag. Notule de 11 de abril de 1641.

(188) Dag. Notule de 30 de abril de 1642.

(189) Esse serviço em barcos deve ter sido mais antigo do que a balsa; há referência a que nos primeiros tempos os particulares procuravam burlar o contrato pelo qual era proibido transitar do Recife para Antônio Vaz a não ser nas embarcações dos contratadores; muitos aproveitavam-se da noite para fazer a travessia clandestinamente. De outra passagem, a de Afogados, há esta referência pitoresca: "o arrendatário do serviço de botes de Afogados na ilha de Antônio Vaz, queixa-se de que o

Quanto à balsa, essa era usada pelos soldados e empregados da Companhia· por se haver quebrado o cabo, em 1639, esteve a balsa sem funcionar; os soldados queixavam-se amargamente de que tinham que pagar passagens nos barcos o que era o mesmo "que se lhes tirar o pão da boca". O Sargento-Mór Cornelis Baijer e o Commandeur Andries Daultrij intercederam por eles perante o Alto Conselho; mas era muito difícil obter um cabo novo com o comprimento necessário; o tenente-almirante Willem Cornelissen não encontrou nenhum que pudesse servir para esse fim nem nos navios nem nos armazéns da Companhia (190). Mas há referência a que em 1640 a balsa funcionava regularmente. (191)

Quanto à ponte propriamente, ela já havia sido idealizada em 1630 pelos Conselheiros Políticos (192). Mas as obras só foram iniciadas ao tempo do governo de Ceulen e Ghijselin (1633-1634) (193) e continuaram, no início do período nassoviano, muito vagarosamente (194). O próprio Nassau e o Alto Conselho não acreditavam a princípio na viabilidade da construção. Em 1638 diziam: "opinam VV.SSas. que se devem unir o Recife e Antônio Vaz e fazer desses dois lugares uma cidade; mas há um grande espaço do rio que é muito fundo e o resto com a baixa-mar fica seco; o terreno não é arenoso, pelo

seu contrato não rende como tinha sido anunciado, pela razão que, com a vazante da maré, os negros atravessavam o rio a pé e os portugueses a cavalo e além disto ainda levam outros à garupa, prescindindo assim do bote. Resolveu-se que não seja permitida a passagem de duas pessoas em um só cavalo, sem pagar o preço da passagem": Dag. Notule de 16 de setembro de 1637.

(190) Dag. Notule de 11 de março de 1639.

(191) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 7 de maio de 1640.

(192) Carta de Pieter de Vroe, secretário do Cons. Político e em nome deste, ao Conselho dos XIX, datada do Convento dos Jesuítas em Olinda, 2 de abril de 1630.

(193) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 31 de março de 1641.

(194) Generale Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 5 de maio de 1639 e do Recife, 7 de maio de 1640, nas quais informam que os Escabinos de Maurícia lhes expuseram que considerando o serviço da Companhia e o conforto dos burgueses da capital e dos moradores de sua jurisdição "os mais notáveis e principais entre os de todas as Câmaras" não devia ser adiada a conclusão da ponte "pois era de esperar que esta capital crescesse em riqueza e número de moradores e que estes poderiam ser equiparados aos de uma cidade populosa e rendosa ("wel contribuerende") da Holanda". E sugeriam a criação de impostos para a conclusão da obra. Mas ainda no fim do ano de 1640 tudo continuava com o mesmo vagar: Dag. Notule de 11 de dezembro de 1640.

que há pouca possibilidade de se construir uma ponte, existindo além disto muita correnteza, principalmente no inverno, nos meses de chuva, quando descem as cheias" (195). Entretanto, no mesmo ano de 1638, fez-se uma experiência: João Maurício contratou com Manuel Costa, pedreiro português, a colocação de um pilar de pedra — de 12 pés de comprimento por 8 de largura — no rio, para se estudar a força da corrente e com o propósito de servir de prova para a construção projetada (196). Em janeiro de 1641 o caso tomou novo impulso: resolveu-se contratar a construção da ponte. Novamente à frente do negócio — como no caso do batismo de "Maurícia" — estava Gaspar Dias Ferreira. Em sua casa é que estavam depositados os planos e especificações da obra. Dizia o edital afixado no Recife, que marcava o dia 11 de fevereiro de 1641 para nele ser examinado o assunto na reunião do Alto Conselho: "o serviço da ponte atualmente iniciado na passagem do Recife para a cidade Maurícia será entregue àquele que desejar tomá-lo, sendo pessoa que a Sua Excelência e aos Senhores do Alto Conselho parecer competente para tomar a dita obra e efetuá-la. As pessoas que tiverem interesse nisso, devem na segunda-feira, dia 11 de fevereiro próximo, dirigir-se à chamada Casa do Alto Conselho, onde lhes será mostrado o projeto da referida obra e juntamente as instruções e condições que na dita obra devem ser obedecidas e que são as abaixo, com exceção das que se mencionam nas ditas instruções e projeto de obra, que podem ser vistos na casa do Sr. Gaspar Dias Ferreira". (197)

(195) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 15 de janeiro de 1638.

(196) Dag. Notule de 18 de outubro de 1638. O serviço foi contratado por 1.875 florins.

(197) Dag. Notule de 25 de janeiro de 1641. As principais instruções são as seguintes: 1 — "O empreiteiro da dita obra deverá apresentar garantia que satisfaça a S. Exa. e aos Altos Srs., de como ele se obriga a concluir o obra, a não ser por algum obstáculo invencível que possa desculpá-lo". 3 — "Três coisas deverão ser executadas nesta obra, cada uma das quais deverá ser apreciada cuidadosamente, a saber: uma cabeceira ("hooft") no Recife assim como uma igual em Mauritsstadt e será o comprimento das mesmas indicado, os pilares que deverão ser postos do mais raso para o mais fundo, assim como a carpintaria da referida ponte, e tudo deve ser feito seguindo a planta ("besteck"), que está à vista na casa do Sr. Gaspar Dias Ferreira". 4 — "O fiscal da dita obra será Christovão Alvares (Christoph Albres) a cujo contento e satisfação deverá a mesma ser feita, para cujo fim dever-se-á tomar o seu juramento solene de tratar disso em boa consciência, sem fraudar a república nem também os empreiteiros". 6 — "A empreitada não será arrematada pelo lance daquele que quiser tomá-la pelo menor preço, como se faz geralmente nas

No dia 11 de fevereiro, porém, não pôde ser resolvido o contrato pois se apresentaram poucos concorrentes; foi adiado para o dia 14 seguinte, quinta-feira. Nesse dia, depois de uma manhã toda de trabalho, novo adiamento, desta vez para o dia 18, segunda-feira (198). Então ficou definitivamente solucionado. Diz a Dagelijksche Notule que "de todas as pessoas que se apresentaram nenhuma pôde aceitar o preço pelo qual Balthasar da Fonseca prometeu realizar e levar a cabo semelhante obra". E havia ainda a favor de Fonseca o fato de

arrematações que se realizam na casa do Alto Conselho, para evitar que seja tomada por alguma pessoa que não tenha meios de levá-la a termo, mas sendo pessoa de posse e, satisfazendo, deverá tratar a respeito do preço no referido Alto Conselho e poderá ser entregue àquele mesmo que quiser oferecer o menor preço para fazê-la, sendo pessoa de conhecida responsabilidade". 7 — "Ficam especialmente designados por S. Excia. e pelo Alto Conselho para fazer face ao pagamento deste contrato o [imposto de] um por cento de açúcares que os Srs. de Engenho e lavradores dão para as obras públicas, o dizimo dos aluguéis da cidade de Olinda, Recife e Mauritsstadt, os stuivers dos negros e o prometido por outras Câmaras". 9 — "Esta obra deverá ser completada exatamente no prazo de um ano e devor-se-á acrescentar meio ano que pudemos permitir exceder". 12 — "O empreiteiro não poderá desistir de modo algum do contrato seja no todo ou seja em parte, antes que a obra iniciada esteja pronta, ou então perderá o que ele tiver apresentado como garantia". 13 — "As pedreiras e matas estarão livres em qualquer lugar que seja, sem que o empreiteiro tenha que pagar algo pela pedra ou pela madeira aos donos, uma vez que servirão à república; entretanto, deve-se proceder nisso com discrição e será tido por crime cortar madeira e quebrar pedra para outra construção com o pretexto da ponte". 14 — "Todos os operários qde forem necessários poderão trabalhar na dita obra pelo salário comum e não poderão escusar-se com a desculpa de não lhes ser possível, a não ser por justas razões". 15 — "O empreiteiro gozará de todos os favores possíveis para o bem da dita obra". 17 — "O empreiteiro está obrigado a apresentar à Câmara da Cidade Maurícia toda a pedra que já tiver sido trazida para a referida obra, tanto partida como não partida, da qual se calculará o preço, pelo Mestre Christovão Alvares ou outro entendido nisso". 19 — "O cimento necessário ao fortalecimento dos pilares deverá ser fornecido pela Companhia até quando ela o possuir, pelo preço que se combinar com o empreiteiro". Para o Conselho dos XIX, Nassau enviou em 1641 "uma gravura ou carta de Maurícia e do Recife ligados por uma ponte" (Gen. Missive datada do Recife, 31 de março de 1641). O Conselho dos XIX, recebendo o mapa, reparou: "o projeto da ponte mostra que é obra excessivamente cara; queiram VV.SSas. d'agora em diante não projetar obras dessa importância arm a nossa ordens e aprovação": carta do Caminho dos XIX, datada de 10 de junho de 1641 e Gen. Missive ao mesmo Conselho, datada do Recife, 20 de dezembro de 1641. Para evitar alguma solução contrária "aos interesses da Companhia" determinaram os XIX: "no que toca à Companhia não consentiremos de modo algum que das suas rendas seja tirado algo para o término da obra e no caso em que os moradores não concordem em fornecer os meios, por eles já aprovados, para completar o serviço, V. Excia. e VV.SSas. devem procurar uma solução para que seja o mesmo levado a cabo sem despesa para a Companhia ou então deixar a obra parada e continuar o serviço de transporte em barcos": carta do Conselho dos XIX, datada de 10 de outubro de 1642.

(198) Dag. Notulen de 14 e 18 de fevereiro de 1641.

ser "um homem que já tinha tido em mãos outras obras semelhantes, sendo entendido". Pelo que "finalmente, depois de muitas questões, contratou-se que ele faria a dita ponte e terminá-la-ia no prazo de 2 anos, pela soma de 240.000 florins e uma dádiva de 1.000 patacas em espécie para a sua esposa, no caso de vir a casar" (199). O construtor estava obrigado a dar como garantia "seus bens imóveis até a importância de 100.000 florins" e fiadores, tendo sido apresentados e aceitos dois judeus bem conhecidos: Gaspar Francisco da Costa e Fernando Valha (sic, Valle). (200)

A construção começou imediatamente do lado de Maurícia, com 50 negros "peças", recentemente chegados (201) e parece que também com operários holandeses exigentes e insubordinados (202). Caminhou, porém, muito lentamente. Ainda em 1641 Baltazar da Fonseca vinha propor modificações no projeto: sugeria que em vez de pilares se construíssem arcos de pedra "para maior duração". (203)

A sugestão não foi aceita e a construção continuou. Em fins de 1642 estavam prontos 15 pilares, a cabeceira de pedra do lado de Maurícia e a parte de madeira correspondente pronta para ser assentada, já estando postas várias vigas de um pilar para outro (204). Deveria ser então iniciada a cabeceira

(199) Dag. Notule de 18 de fevereiro de 1641 e Gen. Missive do Conselho dos XIX, datada do Recife, último de março de 1641. Em 30 de setembro de 1641 foram pagos 2.500 florins (quantia correspondente às 1.000 patacas ou "rijksdaalders") à mulher do contratador: Dag. Notule dessa data.

(200) Dag. Notulen de 18 e 19 de fevereiro de 1641.

(201) Fonseca pagou por cada negro 550 florins: Dag. Notule de 12 de março de 1641.

(202) Dag. Notule de 26 de novembro de 1641: assim explico o fato de ter Balthasar da Fonseca exposto que os operários não se contentavam com o salário que lhes era pago com toda a regularidade por semana, à razão de 12 reais por dia, com lenha, água e alojamento gratuitos e pedia que lhe fosse concedido contratar operários da terra.

(203) Dag. Notule de 31 de dezembro de 1641.

(204) Diz F. P. de Amaral (**Excavações. Factos Da História de Pernambuco**, Recife, 1884) que os pilares "não foram de pedras e sim de alvenaria entremeada de torrões de pedras e tijolos... Nós mesmos tivemos ocasião de presenciar o que acabamos de afirmar, quando se operava a sua demolição, para abrir espaço à ponte que hoje ali se vê". (p. 268). Alguns pilares de pedra, que ruíram em 1815, dos construídos por Baltazar da Fonseca, "fizeram patente a sua péssima construção", refere o Governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro em carta ao Marquês de Aguiar, datada do Recife 14 de setembro de 1815, "Correspondência da Corte 1813-16", da coleção de Mss. da Biblioteca Pública de Pernambuco.

do lado do Recife, tendo sido autorizado o pagamento ao empreiteiro, para compra de pedra, "material muito caro", de 40.000 florins. (205)

Entretanto, no começo do ano de 1643, sobreveio a paralisação da obra: diz Calado que os holandeses depois que tiveram a metade da ponte feita "armaram tantas tramóias" contra Balthasar da Fonseca "que foi o pleito à Holanda e ainda (1646) não está resolvido". Os documentos mostram, porém, outra coisa: o construtor não soube levar a obra avante quando chegou ao trecho mais profundo do rio: quiseram os holandeses obrigá-lo a continuar, mas foram tantas as tramóias e embargos jurídicos que a construção esteve parada — ou caminhando lentamente — por muito tempo. (206)

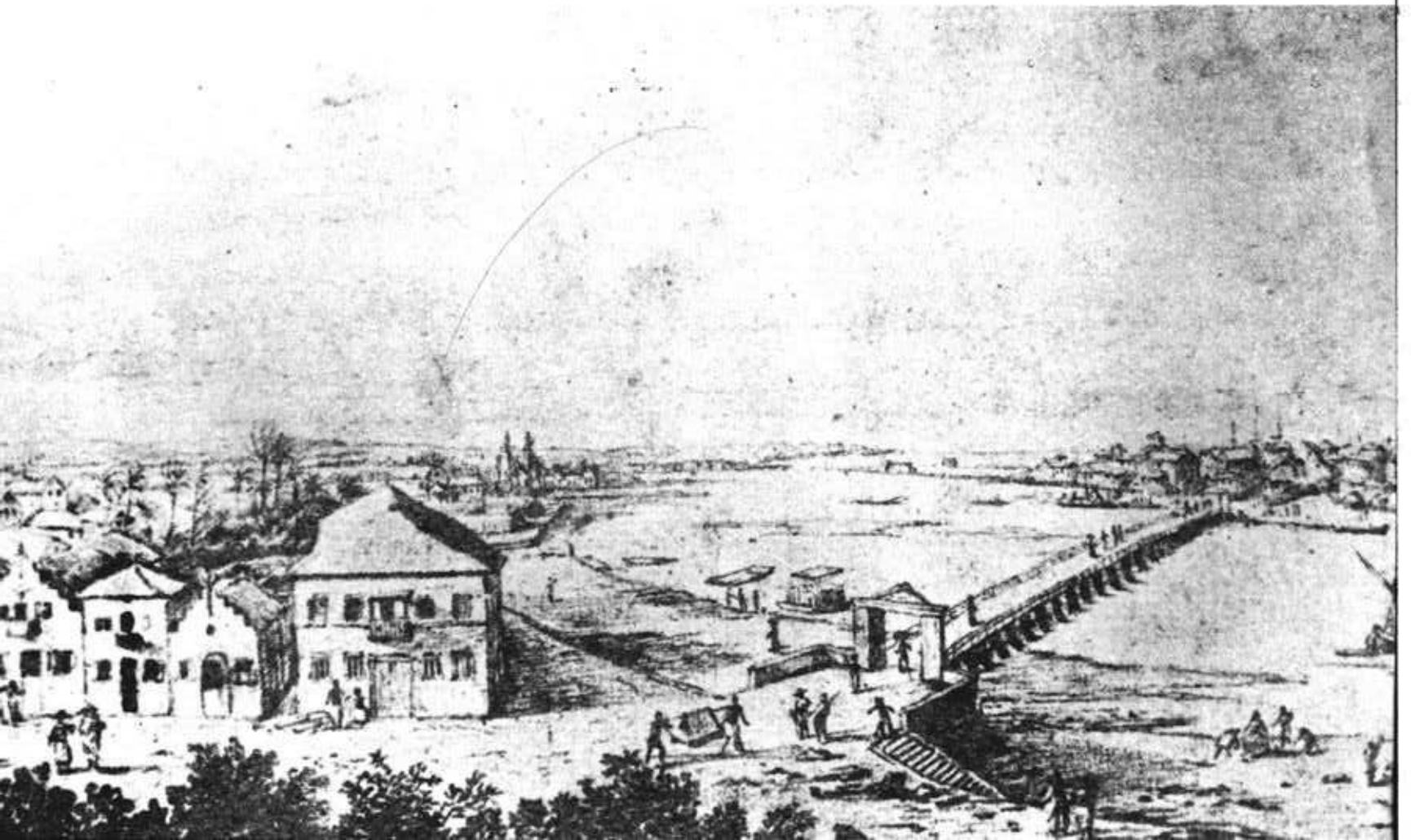
O Conselho dos XIX que tinha muitas queixas de Nassau, e, no caso da ponte em particular — porque nunca lhe pediu opinião ou mesmo autorização para construí-la — perguntou em 1643, em tom de zombaria, ao Conde e aos seus Conselheiros: "como não recebemos há muito tempo notícia da ponte faz-nos isto pensar que a mesma nunca será terminada". (207)

Essa observação, vinda da Holanda, talvez tenha decidido Nassau a pôr-se à frente da obra, desta vez sob a sua direção e à sua própria custa, pois a caixa da Companhia estava em situação muito precária. Em fevereiro de 1644 o Conde fez saber ao Alto Conselho e este fez constar o fato de sua Notule, que "ele tinha percebido há algum tempo que a ponte por diversos motivos que sobrevieram, dos quais se originou o processo, não sendo a escassez da Caixa da Companhia um dos menos importantes, estava sendo levada adiante muito lentamente, tanto que do seu acabamento o próprio Conselho dos XIX, na sua mais recente carta, parece desesperar; por isto à sua própria custa tinha tomado o serviço para completá-lo até o Recife, como ponte de madeira, pensando, também, nas razões e motivos que tinham decidido o Conselho a construí-la e que a sua honra e respeito ficariam diminuídos se uma grande obra iniciada no seu governo fosse deixada incompleta". não achando prudente, "em conseqüência da escassez da caixa da Companhia, completar os pilares de pedra, o que não pode

(205) Dag. Notule de 30 de agosto de 1642.

(206) Dag. Notulen de 27 de abril, 4 de julho e 19 de dezembro de 1643.

(207) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Alto Conselho datada de 24 de outubro de 1643.



Vista da Cidade Maurícia após a construção da ponte. Casas portuguesas e holandesas, estas com frontões em escadinha e "porta holandesa" dividida horizontalmente pelo meio. Desenho de Frans Post (17 x 29 cm), com uma data no verso de 1684 (?). Pertenceu à Coleção Joaquim Souza Leão (Souza Leão, **F. Post**, 1973, D. 63)

ser feito sem grandes gastos", ficando ele de solicitar depois indenização à Companhia, mediante composição com o empreiteiro (208). Poucos dias depois Nassau já podia avisar aos Altos Conselheiros — que guardaram queixa por não terem sido ouvidos ou consultados por Nassau, quando de sua resolução de completar a obra — que a ponte estaria concluída dentro de dois dias (209) De fato é uma data histórica: no domingo, 28 de fevereiro de 1644 — setenta e três dias antes do regresso de João Maurício — "a ponte estava tão adiantada que nesse dia, pela primeira vez, foi possível atravessá-la", podendo-se "cavalgar por ela ou atravessá-la a pé". A ponte tinha 2 cabeceiras e 15 pilares de pedra, faltando 10 para completá-la, segundo o plano inicial; a parte de madeira "confiamos que resistirá por alguns anos", dizem os Altos Conselheiros. (210)

Conta Calado que em uma das cabeceiras da ponte Nassau mandou por "de uma parte as armas do Príncipe de Orange e da Casa de Nassau, esculpidas em uma pedra, douradas e prateadas e com outras várias tintas, a quem o rigor do tempo não desfaz; e da outra parte outra larga pedra, e nela gravada este letreiro: "Fundabat me illustrissimus Heros Ioannes Mauricius Comes Nassaviae, Ec. Dum In Brasilia Terra Supremum Principatum, Imperiumque Teneret. Anno Dni. MDCXXXX". (211)

Em 24 de março de 1644 "foram examinados no Alto Conselho os projetos de um corpo-da-guarda e duas portas para a ponte nova entre o Recife e a Cidade Maurícia", cuja construção seria levada a hasta pública no dia seguinte (212). Quanto

(208) Dag. Notule de 3 de fevereiro de 1644 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644.

(209) Dag. Notule de 26 de fevereiro de 1644.

(210) Gen. Missive aos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644.

(211) Calado, vol. I, p. 277. Este letreiro induziu em erro os historiadores que supõem a ponte terminada em 1640. É interessante observar o costume de serem redigidos pelos holandeses os letreiros de suas obras públicas na primeira pessoa como se falasse a ponte, a casa ou o forte. Já vimos idêntico uso nos letreiros dos sinos, (pp. 38.39). Vale aqui recordar a acusação feita pelo Padre Antônio Vieira, no seu sermão de São Gonçalo, a propósito da administração portuguesa do Brasil: "Cousa é digna de grande admiração e que mal se poderá crer no mundo, que havendo 190 anos que dominamos e povoamos esta terra e havendo nela tantos rios e passos de dificultosa passagem, nunca houvesse indústria para fazer uma ponte": Sermões vol. VII (Lisboa, 1680) p. 326.

(212) Dag. Notule de 24 de março de 1644. A Dag. Notule de 31 de março informa que a cobrança do imposto de passagem na ponte foi contratado, pela primeira vez e por quatro meses, por Pieter van Huden, pela quantia de 9.500 florins. Com a revolução foi declarada livre a pas-

à ponte da Boa Vista — assim chamada porque servia diretamente ao palácio do mesmo nome — que ligava a ilha de Antônio Vaz ao continente, foi ultimada ao mesmo tempo que a do Recife, por iniciativa do Conde de Nassau, se bem que os documentos façam poucas referências à mesma. (213)

Além dessas duas pontes — as mais importantes, não só porque ligavam entre si o istmo e a ilha e esta ao continente, como também por serem as de maior extensão — havia outras pontes menores, talvez pontilhões, sobre os canais de Maurícia. Tal aquela ponte que do lado de Maurícia tinha a sua porta, "a porta de Santo Antônio da serventia que vem dos Afogados... fabricada por flamengos, de tijolo e pedra... e fica por baixo da dita ponte um dique" (214). Essa ponte, com a sua porta — esta com o seu "sino pequeno de bronze" (215) — ligava Maurícia à Nova Maurícia e era o caminho preferido para os Afogados. Estava situada nas proximidades da igreja do Espírito Santo. Mas havia outras pontes sobre os canais: quatro construiu-as de madeira Harman Hagenau à razão de 500 florins três delas e uma à razão de 900 florins. (216)

Outra ponte de importância foi a que se construiu sobre o braço do Capibaribe denominado de rio dos Afogados. Servia sobretudo ao forte Prins Willem e seguia a mesma direção do dique dos Afogados. Foi construída pelo mesmo Harman Hagenau por 6.000 florins, medindo o rio, em frente ao forte,

---

sagem: Dag. Notulen de 21 de julho e 18 de agosto de 1645. Há referência, mais tarde, a um grande desastre na ponte: na tarde do dia 11 de junho de 1649, estando levantada a ponte levadiça que havia sido feita há pouco, juntou-se de ambos os lados da ponte muita gente esperando poder passar; uns para um lado, outros para o outro; quando descida a ponte levadiça o povo começou a passar e como eram muitos e a ponte levadiça estava sem as correntes, aconteceu que a mesma arreou e foram jogadas ao rio 15 ou 16 pessoas, tanto homens como mulheres e meninos, tendo sido alguns salvos; no dia seguinte encontraram-se 9 cadáveres, entre os quais o de Balthazar von Dortmont, membro do Conselho de Contas e o de David Atsenborn, notário e procurador no Recife, "devedor de consi. derável soma à Companhia", indicam os documentos: Dag. Notule de 11 de junho do mesmo ano e Gen. Missive datada do Recife, 17 de junho de 1649.

(213) Dag. Notule de 10 de maio, 4 de julho de 1644 e 8 de maio de 1645 e outras.

(214) Inventário das Armas... e dos Prédios, § 302.

(215) Inventário, cit.: "Do que se achou na bateria do galo às portas de Santo Antônio".

(216) Dag. Notule de 22 de novembro de 1642. Não se faz referência à situação desses pontilhões. Um deles seria, provavelmente, o que conduziria ao dique dos Afogados, ao lado das Cinco Pontas.

30 braças ("roeden"), tendo servido de modelo para a mesma a ponte da Boa Vista (217). A ponte e o dique já estavam prontos em 3 de dezembro de 1644. (218)

O dique era uma obra verdadeiramente grande e proporcionava acesso fácil a Afogados; tiveram de ser drenados os pântanos que cobriam toda a zona, por meio de um canal que corria paralelo ao dique, em uma extensão de mais de dois quilômetros (219), da margem norte do Rio dos Afogados até o "Forte Frederik Hendrik, aliás Cinco Pontas".

Foi terminado pouco após a partida de Nassau, sendo, portanto, uma das muitas obras públicas que se lhe devem (220). A obra, como outras do mesmo gênero, foi realizada por empreitada, dela tendo se encarregado o Major Cornelis Baijer e Andries Falloo (221). A construção do dique permitia a passagem por ele de pedestres, cavaleiros e até carros.

Em 1650 uma cheia terrível estourou o dique e arrastou a ponte dos Afogados. Quanto ao dique sabe-se que "em conseqüência da extraordinária preamar ou pela força das águas em enchente, em diversos lugares, ou antes, em quase toda a extensão estourou e fundas brechas foram abertas, de tal modo que não pode ser utilizado por algum tempo". Providenciou-se logo a reconstrução da ponte, nada constando com relação às providências que, quanto ao dique, foram tomadas. (222)

Além das pontes outra contribuição de importância para o progresso de Maurícia realizou Nassau com a construção dos seus dois palácios: o Vrijburg e o Boa Vista.

Já vimos que logo ao chegar a Pernambuco o Conde fixou a sua residência em certo palácio em Antônio Vaz, do qual Zacharias Wagener nos deixou a gravura, ao fundo da qual se vê o chamado "terreiro dos coqueiros". Palácio localizado num

---

(217) Dag. Notulen de 29 de junho e 4 de julho de 1644; esta última fixa a data do início da construção da ponte, que em menos de cinco meses ficou concluída.

(218) Dag. Notule de 3 dezembro de 1644. Béringer, "O Porto de Pernambuco e a Cidade do Recife", cit., p. 202.

(219) Béringer ("O Porto de Pernambuco" etc., cit., p. 202) informa que "a rua Imperial assenta sobre esse terrapleno" ou dique.

(220) Dag. Notule de 8 de dezembro de 1644.

(221) Dag. Notulen de 3 e 31 de outubro de 1641 e 2 de setembro de 1642. Aqui, como no caso da ponte, um processo judicial impediu que fosse ultimada a construção do dique — que, entretanto, serviu ao tráfego por muitos anos — queixando-se os contratantes que a Companhia não forneceu o dinheiro a que, pelos termos do acordo, estava obrigada. O que os termos velados desta Dag. Notule parecem confirmar.

(222) Dag. Notulen de 1.º e 4 de abril e 13 de junho de 1650. A nova ponte dos Afogados que deveria medir 120 pés foi aumentada pelo construtor, passando a ter 134 pés.

ambiente ainda então meio rural, com sua senzala ao lado e sua cozinha. Nassau talvez não tenha achado suficiente o ambiente rural de seu palácio: quis se afastar ainda mais da cidade e passava dias em uma casa que o único documento que a ela se refere chama "a casa La Fontaine, que S. Exa. usa para seu prazer" ("tot sijn plaisier gebruijckt"). Perto havia uma pequena mata ("bosken"), que os holandeses ávidos por dinheiro venderam ao judeu Duarte Saraiva para as fornalhas do engenho de João de Mendonça Furtado, o Mendonça do engenho Madalena. Não devia, pois, ser longe daí a casa La Fontaine, em que Nassau talvez se sentisse quase um senhor de engenho (223). Dela voltaremos a tratar no capítulo IV.

Em Maurícia construiu Nassau dois palácios; um onde assistia continuadamente e outro, como local de repouso, um pouco afastado do bulício da capital. É interessante observar como são diferentes esses dois palácios: um, o de Vrijburg, verdadeiramente dominador, parecendo querer imprimir no espírito dos da terra a convicção da solidez com que os conquistadores se firmaram na colônia portuguesa; o outro, mais acolhedor, parecendo receber holandeses e brasileiros com espírito de igualdade. Em um, sente-se já o começo da influência do renascimento italiano; o outro, o da Boa Vista, construído ao modo português, de linhas predominantemente horizontais, com seus telhados baixos, de quatro águas, de janelas quadradas, pequenas, apesar, porém, de repontar aqui e ali certa influência famenga: os quatro bastiões dos ângulos, de telhados afunilados, a flecha do torreão com bandeira, etc.

Pelo de Vrijburg sente-se passar o novo gosto dos arquitetos holandeses do tempo; possivelmente Pieter Post projetou-o na Holanda (224), ele que dirigia a construção da Maurits-

(223) Dag. Notule de 14 de maio de 1630. Diz, no original: "Geaccordeert met Sr. Duarte Saraiva in den naeme van Juan de Mendonça Furtado Sor. d'Ingenio in de Vargas dat hij sal vermogen branthout te cappen voor sijn pannebackerie van huijden een jaer lang, ende tot behoeff van sijn Ingenio, soo veel als hij inde naeste saffras sal van nooden hebben, ende dat vant bosken gehoorende onder 't huijs la Fontaine, dat Sijn Excellentie tot sijn plaisier gebruijckt, waer voor hij ons sal betalen de somme van 1000 guldens eens". Parece que é a esta casa que se refere Balthazar van de Voorde em carta ao Conselho dos XIX (datada do Recife, 25 de maio de 1639) quando narra que Nassau ofereceu a sua "plaisir huijs int lant" (a sua casa de recreio no interior) para a convalescença do Arcizewsky. G.

(224) Não há prova alguma em toda a documentação examinada por nós — cerca de 20.000 folhas manuscritas — da estada de Pieter Post (1608-1668) em Pernambuco. Em 1638 sabe-se que estava na Holanda, com mais precisão, em Haarlem, onde casou nesse ano com Rachel Ridders (da qual teve vários filhos, a um dos quais, em homenagem ao seu protetor João Maurício, deu o nome de Maurits Post).

huis, isto é, da casa de Maurício, na Haia, que os diretores da WIC chamavam maliciosamente de "Palácio do Açúcar" — suikerpaleis" (225) Pieter Post era um dos discípulos preferidos do arquiteto a bem dizer oficial da Holanda, Jacob van Campen. Este, depois de uma viagem a Itália, deixou-se influenciar pelas obras do renascimento italiano e Palladio passou a ser o seu modelo. Através do mestre o discípulo (de cuja obra, diz Veegens, foram publicados, com texto e introdução em língua francesa, em 1715, vários projetos e desenhos, mas nenhum referente a Vrijburg) adquirira o gosto pela nova maneira, que se pode sentir tanto no palácio das Torres, como no " 't Suikerpaleis" e ainda em uma casa em Nova York, cujo projeto pode ser seu — não constando, porém, que tenha feito viagem à América do Norte durante a dominação holandesa e que muito se aparenta à Mauritshuis. (226)

Infelizmente os manuscritos que examinamos nao nos dão senão raras notícias sobre os dois palácios da ilha de Antônio Vaz. Tendo sido construídos por operários não dependen

(225) Maurício iniciara a construção de sua casa junto ao Vijver na Haia em 1633 e do Brasil enviou preciosas madeiras para a obra e não menos valiosas caixas de açúcar para fazer face às despesas. Ao seu amigo Constantyn Huijgens escrevia de Antônio Vaz, em 16 de janeiro de 1638: "Je vous prie de m'escrire si mon batiment s'avance. A cette fin j'ai donné ordre a Mr. Hoogenhouck scachant que Son Altesse se fachera en passant de voir rien faire. Mes baisemens à Mrs. vos beaufréres". E ainda de Antônio Vaz, 9 de maio de 1642: "Monsieur, J'ai eu l'honneur de recevoir vos lettres, par lesquelles j'entens vostre bonne disposition, ce qui me rejouit grandement. Je vous ay beaucoup d'obligation au soing que vous avez eu d'empescher que mes ne sont pas trop hastés à couvri ma maison d'ardoise. Car c'eust esté une incommodité insupportable d'avoir une maison mal couverte. Vous luy faites l'honneur (de quoy neantmoins vous et Mr. Van Campen en tirez la plus grand part de l'honneur) de la nommer la belle, trés belle, et bellissime maison. Messieurs les Directeurs à ce-qu'on m'a dit, la nomment la maison de sucre à laquelle neantmoins ils ont fort peu contribué: assi je ne les ay pas prié au compérage. Dieu soit loué qu'il est venu jusques lá. Chacun la peut nommer à cette heure comme il voudra. J'espere et vous prie d'y vouloir continuer a contribuer vostre oeil et bon conscien pour ce qui se faira d'oresenavant en dedans. Quant à moy je ne manqueray point d'envoyer de beau bois et sucre. Au rest je me rapporte au porteur de ceste-cy, mon page [o seu secretário Karel Tolner] duquel vous entendrez plus particuliérement ce qui ce passe par deçà. Aussi j'espére d'avoir l'honneur de vous revoir bientost, car mon temps s'en va finir à mon grand contentement": D. Veegens, **Historische Studien**, 1.ª parte, 's Gravenhage, 1885. Em particular os dois capítulos: "Het Mauritshuis en het Huis van Huijgens" e "Die Stichting Der Oranjezaal (Het Huis in 't Bosch)".

(226) Thomas Jefferson Wertenbaker, **The Founding of American Civilization**, cit. p. 56/57. Ver as gravuras 5 e 6 do mesmo livro.

tes da Companhia e com material pago pelo próprio Nassau (227), pode-se compreender que por esse motivo nada conste dos documentos oficiais, cartas e nótulas, existentes no arquivo da WIC.

Pode-se, entretanto, fixar a data aproximada em que foi terminada a construção de Vrijburg (a data da construção do palácio da Boa Vista deve ser aquela que está mencionada na inscrição da sua fachada: "Anno 1643"). Em maio de 1642 uma comissão do Conselho Político, composta de Elias Herckmans e de With, foi expor ao Alto Conselho os inconvenientes que tinha a casa onde se reuniam em sessão e pediram que, quando Nassau se passasse para a "sua casa recém-construída", lhes fosse concedido o uso "da *atual* residência do Conde" (228). Não somente os Conselheiros: os escabinos de Maurícia — apesar de possuírem prédio próprio para a Câmara, comprado ao mordomo de Nassau, Pieter Bonjour — também pleitearam em setembro de 1642 "o *antigo* alojamento de S. Exa. para servir de Casa da Câmara" (229), o que permite admitir que nesse tempo já se houvesse o Conde passado para Vrijburg. Pode concluir-se que entre maio e setembro de 1642 estaria terminada a construção do Palácio das Torres. (230)

Servindo ao palácio e, ao mesmo tempo, a toda a comunidade, construiu Nassau um grande parque, que não deve ser confundido com o "terreiro dos coqueiros", que tantas vezes surge mencionado no *Inventário dos Prédios* e que estava situado atrás do antigo alojamento de Nassau, como se vê nas gravuras de Wagener e de Post que representam a cidade Mau-

(227) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643

(228) Dag. Notule de 20 de maio de 1642.

(229) Dag. Notule de 29 de setembro de 1642. Acabaram por obter o que desejavam; já então o antigo paço corria perigo de se arruinar. Foi-lhes concedido ocuparem a parte da frente da residência, entregando eles a casa que até então ocupavam: Dag. Notule de 20 de janeiro de 1643. Não podemos afirmar que se tenham mudado pois em 22 de janeiro do mesmo ano deram ciência ao Alto Conselho que o antigo paço estava tão arruinado que sem reparações não podiam ocupá-lo, tendo os Conselheiros se recusado a realizá-las.

(230) A data exata parece ser 1.º de julho de 1642, porque é a contar dessa data que Nassau pretendeu receber da Companhia a verba destinada ao pagamento do aluguel da casa de residência do governador holandês no Brasil. Tendo Nassau passado a residir em casa própria, construída a sua custa, achava-se com direito a receber a importância da verba, isto é, 12.000 florins por ano. Documento s/d in DH.

rícia. Nesse "terreiro dos coqueiros" existia em 1642 um mercado: o "mercado grande de Maurícia". (231)

Tendo adquirido em 1639, segundo o seu biógrafo Baerle, o terreno onde construiu Vrijburg (232), Nassau teria talvez iniciado logo a construção do palácio — que levaria, nesta hipótese, três anos em construção — e juntamente a plantação do seu grande parque. Deste, o momento mais importante teria sido, sem dúvida, o em que realizou a transplantação de coqueiros em pleno desenvolvimento, fazendo-os arrancar a três e quatro milhas de distâneia, com cuidado, e transportar em chatas para Antônio Vaz, com a ajuda de trezentos homens. Todos os seus contemporâneos referem-se a essa experiência coroada de êxito que, segundo Baerle, veio diminuir a fé do provérbio antigo: "árvores velhas não são de mudar". Marcgrave narra a história dessas transplantações com admiração e para não pairar dúvidas declara que é dos que não escrevem "coisa alguma que não tenha visto e observado". E depois conta: "vi ser transplantados uns grandes [coqueiros], isto é, de vinte e quatro ou mais anos com bom resultado, no ano de 1640, em Maurícia, sendo empregado neste trabalho trezentos homens". (233) Baerle acrescenta que assim se transplantaram 700 coqueiros, "árvores setuagenárias e octogenárias", e que "logo no primeiro ano do transplante deram frutos copiosíssimos". (234) Calado descreve que Nassau fez aterrar o seu parque com "terra frutífera e muita soma de esterco" e os coqueiros foram plantados em "carreiras compridas e vistosas, a modo de alameda de Aranjuez". (235) Grevingh, que foi despenseiro do

(231) Dag. Notule de 2 de agosto de 1642. O mapa de Vingboons (1639) indica nas proximidades do "terreiro dos coqueiros" a existência de um jardim: "o jardim de S. Exa.", isto é de Nassau. O que nos faz crer que João Maurício, no seu amor pela jardinagem, tenha preparado, antes de construir o parque do palácio Vrijburg, o jardim em questão. Mapa posterior dá ao mesmo jardim outra indicação: "jardim do Sr. Codde vander Burgh" (que foi Alto Conselheiro): "Caerte van de Haven van Pharnambocque met de Stadt Mauritius en Dorp Reciffo" existente no Arquivo de Haia, fazendo parte de um volumoso atlas intitulado: "Verzameling van Pas-Karten dienende tot de Vaart naar Oost-en West-Indien" etc.; cópia na coleção de mapas do Instituto Arqueológico, trazida da Holanda por Béringer.

(232) Baerle, **História**, p. 150 (ed. in 4.º).

(233) Marcgrav, **História Natural**, p. 139/140.

(234) Baerle, **História**, p. 150/151 (ed. in 4.º)

(235) Calado, **Valeroso Lucideno**, I, p. 113/114, James Henderson, **A History of the Brazil** (Londres, 1821) supõe que os coqueiros que viu naquele local, no começo do século XIX, fossem dos transplantados pelo Conde: p. 393.

Conde, diz ainda que "Nassau foi o iniciador ("eerste vinder") da transplantação de coqueiros com 40 e 50 anos de idade e com 40 e 50 pés de altura... e os portugueses mais experimentados não acreditavam antes no sucesso do propósito". (236)

Mas não somente coqueiros foram plantados no parque de Vrijburg. Baerle faz a relação: 252 laranjeiras "além de 600, que, reunidas graciosamente umas às outras, serviam de cerca", 58 limoeiros de frutos grandes, 80 pés de limões doces, 80 romãzeiras e 66 figueiras e árvores da terra: mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cabaceiras, cajueiros, ubaias, palmeiras, pitangueiras, bananeiras, tamarineiras etc. (237). O próprio Nassau comprazia-se "nesta rusticação, entregando-se à contemplação da Natureza", diz o seu biógrafo e Grevingh acrescenta que "ele pratica diariamente, no plantar, o que há de novo". (238) Havia ainda grande número de animais e aves em todo aquele parque, vindos de quase todo o Brasil e África. Aí seria o centro dos estudos de história natural de George Marcgrave e aí teriam sido desenhadas as folhas que compõem aquele belo livro de pinturas que se chama *Theatrum Rerum Naturalium* e as que Wagener pintou para o seu *Thierbuch*. E as que compõem a obra clássica *História Naturalis Brasiliae*, que era um trecho da "obra começada felizmente e igualmente terminada com o favor de Deus depois de muitos trabalhos, na nova cidade Maurícia, situada no Brasil, região da América Austral, pelo Autor Jorge Marcgrave de Liebstad germano" como dizia um dos títulos que Marcgrave pusera ao seu livro muito doutoral e que seria intitulado *Progymnastica Mathematica Americana*. (239)

E não só um centro de estudo, mas um centro mundano e artístico "com algumas casas de jogos e entretenimentos, adonde iam as damas e seus afeiçoados a passar as festas no verão e a ter seus regalos e fazer suas merendas e beberetes, como se usa na Holanda, com seus acordes instrumentos" e "o gosto do Príncipe era que todos fossem ver suas curiosidades e ele mesmo por regalo as andava mostrando". (240)

---

(236) J. Grevingh em carta datada de Vrijburg, Maurícia, 1 de setembro de 1643. Da autoria de Nassau é uma interessante "Memoire Comme le Prince Maurice de Nassau par la longue esperance et observation a trouvé le moyen de replander toute sorte d'arbres tant grands que petits" (1679), in DH, que reproduzimos em apêndice.

(237) Baerle, p. 181.

(238) Grevingh, carta citada

(239) Na Introdução à História Naturalis Brasiliae: "João de Laet. Antuerpiano, aos Benevolentes Leitores".

(240) Calado, Valoroso Lucideno, I, p. 114.

No livro de Baerle há um mapa dos terrenos do parque e uma planta de Vrijburg. Aí verifica-se que de um lado e do outro do palácio estavam situadas as plantações de legumes, uvas, (241) laranjas, limões, etc., tendo do lado oposto ao forte Ernesto a casa do hortelão e entre o forte e Vrijburg, o estábulo — com 24 animais —, um pombal, uma enorme senzala — "hospitio nigritarum" — uma olaria, uma grande cacimba e um local para estender roupa lavada — "campus siccandis linteis". Ao fundo grandes viveiros de peixes, uma plantação de bananeiras e o galinheiro. Para o trato e administração de todos esses serviços havia uma multidão de empregados: 18 escravos, 10 turcos, 3 jardineiros, 2 cozinheiros, a governanta e sua filha, um índio tupi do Maranhão e o pessoal das cavalariças. Fora 10 estribeiros, 6 marinheiros da barca do Conde, 2 trombeteiros e o pessoal da guarda de palácio. (242)

O palácio da Boa Vista não teve, porém, a grandiosidade do outro: já salientamos os traços de influência portuguesa nesse palácio, cujo torreão central muito se assemelha ao da casa-grande do engenho Megaipe, anterior ao período holandês (243). E deve ser acentuado que o nome holandês que lhe é

(241) Diz Grevingh referindo-se a Vrijburg, carta citada: "somente a vinha, o que é raro, produz nos jardins de S. Excia. sete vezes em cada dois anos".

(242) Documento in **DH**. A revista **De Navorscher**, 28 Jaargang. Utrecht 1898, pp. 557/561 reproduz este documento do qual constam quais as pessoas que tinham autorização de participar da mesa no palácio de Vrijburg em 1.º de abril de 1643. Ao todo 46 pessoas das quais 19 com empregados ("jonge"). Entre elas: Frans Plante, o doutor Piso, 3 fidalgos não identificados, Albert Eckhout e Frans Post, "pintores, ambos com criados", o cartógrafo Georg Marcgrave, também com criado, o conselheiro André Pfiltz, Pieter Persijn, chefe dos tapuias depois da morte de Roelof Baro, o chefe da guarda, o secretário e outra gente de menor categoria: o mordomo do castelo, o mestre do canto, o tesoureiro, 2 escriturários, 2 alfaiates. De outro documento, Dag. Notule de 8 de março de 1642, consta a "lista das pessoas que recebem de S. Excia. o sustento": Hendrick van Haus, capitão, Pieter Bonjour, capitão, Christopher Lindenau, capitão, Frederich Stembor, nobre, Anthony Uytenhoven, nobre, Christopher Schetski, Jean Bonjour, Gerrit Ploos, Hendrick van Witbergen, Balthazar van Linschoten, Philips Lodewichs, Hendrick Zeecamp de Bremen e Christiaen Hartman, todos tenentes, Hans van der Lip, Jan Lissebon, Wilhelm Wilhelmsen, Cornelis Martensen, Berent Matthuijsen e Christopher Quadenau, todos trombeteiros e mais dez alabardeiros, dez palafreneiros e seis marinheiros".

(243) Este torreão cuja foto se acha à página seguinte pode ser o que ainda existe hoje, fazendo parte de uma das alas — a leste-oeste — do Convento do Carmo do Recife. Fizemos pesquisas nos arquivos do convento — com a bondosa ajuda de frei Bonifácio Harink — mas nada nos foi possível encontrar que viesse confirmar tal afirmativa. Esta se baseia principalmente nos seguintes fatos, compendiados pelo grande estudioso da história pernambucana, Francisco Augusto Pereira da Costa: "Depois da restauração de Pernambuco ocorrida em 1654, os religiosos carmelitas aproveitando uma grande parte desse palácio [Boa Vista] levantaram o seu primitivo convento, que desapareceu com a construção do atual, mas

atribuído, "Schoonzicht", é de pura invenção dos autores. Surge sempre nos documentos por nós examinados, de origem holandesa, com o nome de Boa Vista. E um deles é bem claro quando diz: "'t huijs Boa Vista genaemt" (a casa chamada Boa Vista) (244). De "Boa Vista" era chamada também a ponte que, defronte do palácio, ligava a ilha ao continente. Esse palácio tem uma das características mais constantes das construções do Nordeste dos primeiros anos: o caráter de fortaleza. Era sem dúvida uma "sterkhuis" ao mesmo tempo que uma casa de recreio. "lusthuis". (245)

---

deixando ainda ver pronunciados vestígios daquele edifício holandês do século XVII no pavilhão com que termina a sua fachada lateral, precisamente o pavilhão central do alcáçar da Boa Vista, ainda muito bem caracterizado. Mas como este nosso conceito vai de encontro à opinião de alguns escritores, que assinalam diferente local ao palácio da Boa Vista, correspondente à atual topografia da cidade do Recife, indicando-se geralmente, ora o local em que hoje se levanta o edifício da Casa de Detenção, ora o espaço que fica entre este edifício e as casas vizinhas, concluímos transcrevendo o seguinte documentos, que desfaz todas as dúvidas a respeito, firmando precisamente o verdadeiro local em que campeava o palácio: "Senhores do Nobre Senado. Com a informação do escrivão deste Senado se pode deferir aos reverendos suplicantes, porque consta a posse e domínio imemorial dos mesmos, e passando eu a examinar alguns documentos antigos, consta ter sido o convento fundado pelos antecessores dos mesmos reverendos suplicantes há mais de 116 anos, muito adiante da casa que este Senado deu para a fundação da dita ordem, no **lugar então denominado Hospício da Boa Vista, hoje Carmo Velho**, sendo todo aquele terreno alagado, de maneira que a casa indicada estava nas enchentes da maré cercada d'água... Olinda, 20 de setembro de 1820. O procurador do Conselho, Francisco Esteves de Abreu": do "Histórico Sobre o Carmelo Pernambucano", inédito existente no arquivo do Convento do Carmo do Recife. "Foi assim o convento fundado nas próprias terras doadas aos religiosos em 1679 e junto ao vistoso palácio da Boa Vista, de cujo edifício se aproveitaram eles em grande parte, vindo daí a denominação de Boa Vista, vulgarmente dada ao Convento e ao sítio, nomeadamente a escritura de 19 de agosto de 1683, da venda de uma propriedade situada no bairro continental da Boa Vista, em que se declara que ficava "defronte de N. S. do Carmo da Boa Vista, de outra banda do rio, junto à ponte"; uma outra escritura de 1696, firmada pelos padres do convento e a mesa regedora da Ordem Terceira, na qual se lê que foi lavrada "neste convento de N. S. do Carmo da Reforma do Arrecife, sito na povoação de Santo Antônio, na Boa Vista" e enfim, uma informação do procurador do Conselho de Olinda, prestada à respectiva Câmara em 1820, sobre a legítima posse que tinham os padres "dessas terras da Boa Vista", doadas por aquela mesma Câmara "no lugar então denominado Hospício da Boa Vista e depois chamado Carmo Velho", pelo fato da construção de outro convento nas suas vizinhanças, que é o atual": do artigo sobre "A Basílica de N. S. do Carmo do Recife", no **Diário de Pernambuco** de 21 de setembro de 1922.

(244) Dag. Notule de 31 de dezembro de 1653; vejam-se também as Dag. Notulen de 10 de maio de 1644. 13 de setembro de 1645, 5 de outubro de 1651 e muitas outras.

(245) Na Dag. Notule de 13 de setembro de 1645 diz-se do palácio da Boa Vista: "hetselve een sterck huijs is" ("é uma casa forte"); e diz Calado que Nassau ia à Boa Vista "a se recrear".

A construção desses dois palácios é uma demonstração do espírito público do Conde de Nassau, que não hesitou em despender do seu próprio bolso para incrementar a construção de Maurícia, cidade pela qual demonstrou sempre grande interesse. No Recife, pelo contrário, parece que os serviços públicos foram geralmente realizados por iniciativa particular: dos burgueses e comerciantes ricos. Parece que houve mesmo um movimento em favor de melhoramentos em determinadas ruas onde esses comerciantes tinham as suas lojas e residências.

Com os holandeses no Brasil inicia-se um período idêntico ao que Gilberto Freyre estudou, com referência ao século XIX, em *Sobrados e Mucambos:* o do "prestígio da rua". Pode-se afirmar que grande número de resoluções do governo holandês como as "posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua". Várias medidas foram tomadas tendentes a coibir usos em desacordo com as boas práticas urbanas. Já nos referimos às proibições de deixar animais soltos no perímetro de Maurícia (246); de lançar sujeiras nas ruas e à obrigação de serem estas aterradas no caso que a chuva as alagasse. (247)

Também foram obrigados todos os moradores a varrer a rua defronte de suas casas e a não despejar as imundícies senão nas praias (248). E mais: organizou-se um serviço de limpeza pública, autorizando-se o "commandeur" no Recife a empregar nesse serviço os presos: o lixo deveria ser lançado no lado oeste do bairro Recife, fora das paliçadas, com o fim, também, de "aterrar os mangues ali existente e com isto ganhar terreno, podendo mais tarde serem construídas casas aí" (249). Pouco depois esse serviço de limpeza e conservação das ruas foi contratado por Jacob Hoorn e Ritschart Houwater, que ganhariam um "schelling" por mês por cada casa, isentas as da Companhia. (250)

Iniciou-se, ainda, no tempo de Nassau, a pavimentação de algumas ruas do Recife, com tijolos holandeses. É fato digno

(246) Dag. Notule de 16 de agosto de 1636.

(247) Dag. Notule de 14 de agosto de 1636.

(248) Dag. Notule de 7 de novembro de 1637.

(249) Dag. Notule de 27 de março de 1641.

(250) Dag. Notule de 8 de junho de 1641. Deu-se ordem aos contratadores para multar os moradores que lançassem imundícies às ruas: Dag. Notule de 11 de julho de 1641. Um "schelling" equivalia a seis "stuivers", sendo que vinte destes perfaziam um florim.

de ser salientado e que mostra a que ponto chegou a urbanização no período flamengo. Os proprietários de casas na rua da Balsa (Pontstraet), que documento português indica que era a "rua que vai para a ponte" (atual Avenida Marquês de Olinda), solicitaram e obtiveram licença para pavimentar a sua rua (251). Dois documentos holandeses registram que na pavimentação da rua da Balsa foram aplicados 224.000 tijolos, na rua do Mar (Zeestraet) 188.000, na praça em frente à igreja do Corpo Santo, ou "praça de palácio", que era a principal do Recife (Plein) 160.000 (252). A fim de se não estragar a pavimentação proibiu-se o tráfego, no Recife, de carros de boi que transportavam caixas de açúcar (253). Os tais carros conduziam as caixas de açúcar até à "praça de palácio" onde se achava a balança. (254)

Organizou-se, também, o serviço do porto do Recife, que ficou sujeito a certo regulamento. Segundo este, era proibido despejar o lastro no porto, ou mesmo qualquer sujeira, que devia ser levada em botes para a terra. Isto para "não diminuir ou prejudicar a boa condição do ancoradouro". Proibiu-se, ainda, manter fogo aceso a bordo depois das 9 horas da noite, dar tiros sem licença especial e amarrar barcos na paliçada do Recife, do lado do mar. O primeiro capitão do porto ("havenmeester") foi Sijmon Janssen Uijtegeest. (255)

(251) Dag. Notulen de 8 de junho de 1641 e 7 de janeiro de 1642.

(252) Dag. Notule de 3 de junho de 1641 e "Memorie oft Notitie vande steen geconsumeert tsedert den 10 aprill Anno 1641" e "Notitie vande steenen... verbruyckt tsedert 2 July 1642 tot ultimo Juny 1643".

(253) Dag. Notulen de 23 de maio de 1641 e 21 de janeiro de 1642.

(254) Em 1647 esteve encarregado de receber o imposto pela pesagem dos açúcares, na balança do Recife, "Johannes Nieuhof, atualmente caixeiro do serviço do açúcar e que, como tem agora pouca ou nenhuma ocupação, foi encarregado disso", diz a Dag. Notule de 31 de janeiro de 1647. Nesses vagares talvez fosse redigindo a sua **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. Dois anos depois Nieuhof estava às voltas com a justiça holandesa no Recife "que age contra o caixeiro Jan Nieuwhof para o recebimento dos direitos da Companhia sobre uma certa quantidade de mercadorias desimpedida pelo referido caixeiro sem ter realizado devidamente o recebimento dos direitos", diz a Dag. Notule de 14 de junho de 1649. A 28 do mesmo mês e ano Nieuhof solicitou demissão do cargo e licença para voltar á Pátria, o que lhe foi consentido (Dag. Notule dessa data), tendo partido na fragata d'Eendracht a 23 de julho de 1649. A casa da balança ("wage") vê-se na gravura de Post que representa o Recife, sob a indicação: "Novae librae domus".

(255) Edital in Dag. Notule de 15 de janeiro de 1641. O desembarcadouro ou ponte de desembarque foi construído em 1638 pelo tenente René de Monchy, pelo preço de 2.300 florins: Dag. Notule de 1 de dezembro de 1638.

Promoveu-se ainda a colocação de paliçadas em torno do Recife, em 1638, tendo-se encarregado do serviço René de Monchy, pelo preço de 1.200 florins (256). Mas essa estacada de madeira não podia durar muito. Nassau propôs a construção de uma muralha, mas como era despesa de vulto não se levou a efeito (257). Posteriormente, durante a insurreição pernambucana, cortada toda a comunicação com o interior e as matas mais próximas, foram levantadas paliçadas, à falta de madeira menos nobre ou valiosa, de pau-brasil, que se achava depositado nos armazéns da Companhia: em torno de Maurícia, do forte do Brum (Bruyn) (258) e do Recife (259). Fato que liga o pau-brasil ainda mais à história de Pernambuco à qual já se acha tão ligada a ponto de ser conhecida a melhor variedade brasileira da ibirapitanga como "Pau de Pernambuco" Existe mesmo certa tinta avermelhada, usada pelos pintores com o nome de "Pernambuco. (260)

O ingresso no Recife no período aqui considerado, tinha lugar por três portas existentes na sua estacada, as quais são várias vezes referidas nos documentos holandeses e, especialmente, nas Dagelijksche Notulen. São elas a "Lantpoort" (a porta de terra) a "Pontpoort" (a porta da balsa) e a "Waterpoort" (a porta da água ou porta do mar). Os seus próprios nomes já indicam as suas situações: a primeira ficava na extremidade norte da estacada, no caminho de Olinda, no local onde depois foi construído o arco do Bom Jesus; a segunda no local de acesso à balsa que ligava o Recife a Maurícia, nas proximidades da cabeceira da ponte construída por Nassau e, final

(256) Dag. Notulen de 4 de abril de 1636 e 13 de outubro de 1638. A estacada estava pronta no mesmo ano de 1638: Dag. Notule de 1 de dezembro de 1638.

(257) Dag. Notule de 10 de setembro de 1642. Nassau expôs como era importante para toda a colônia holandesa que o Recife estivesse bem fortificado, pois aí "está o armazém geral dos víveres e munições de guerra".

(258) Dag. Notule de 24 de agosto de 1645.

(259) Dag. Notule de 23 de dezembro de 1653. A carta de D. Reisel aos Estados Gerais, datada de Haia, 23 de julho de 1654, indica que a paliçada foi terminada em 21 de dezembro de 1653 e "começava das baterias até à Câmara e daí até a ponte, correndo pela praia", isto é, possivelmente, do sítio do futuro arco do Bom Jesus pela praia até o palácio do Supremo Conselho, daí infletindo para a ponte, acompanhando a praia in Von.

(260) Informação de Cícero Dias a Gilberto Freyre que ma transmitiu. Vide, também, A. L. Pereira Ferraz. Terra da Ibirapitanga. Rio 1939/1941.

mente, a terceira porta, a Waterpoort, estava situada no desembarcadouro e por ela tinham entrada no recinto fortificado do Recife os que desembarcavam dos navios no porto: o desembarcadouro estava situado aproximadamente na atual praça Alfredo Lisboa. (261).

Construída a ponte ligando o Recife a Maurícia, mandou Nassau levantar duas portas nas extremidades da ponte, não constando dos documentos holandeses os nomes que tiveram então. Diz a Dagelijksche Notule que as portas tinham por fim "manter a ponte em segurança e evitar toda a desordem". (262)

Outra porta, em Antônio Vaz, é a que surge referida como a "Zuijtpoorte" ou Porta Sul e não deve ser outra senão a "Porta de Santo Antônio" referida no *Inventário dos Prédios*. Essa porta estava caída em 1652, tendo sido feita então "uma nova porta de pedra", diz uma Notule (263). Pereira da Costa que identifica os dois nomes — Porta Sul e Porto de Santo Antônio — como sendo de uma mesma porta (264), engana-se, a nosso ver, na indicação da sua localização que não é, como supõe, em São José, na "rua do Jardim", próxima à fortaleza das Cinco Pontas, mas em Santo Antônio, servindo à passagem sobre o canal que desembocava próximo à atual igreja do Espírito Santo. O *Inventário dos Prédios* mostra isso claramente (265). Estava pois tal porta nas cercanias da Praça

(261) Sobre a situação das portas ver: **Landpoort:** Dag. Notulen de 2 de agosto de 1642, 5 de novembro de 1643, 22 de junho de 1645, 19 de maio de 1648 e Gen. Missive de 28 de fevereiro de 1648. **Pontpoort:** Dag. Notulen de 10 e 15 de setembro de 1642, 5 de novembro de 1643 e 22 de junho de 1645. **Waterpoort:** Dag. Notulen de 8 de fevereiro de 1641, 4 de fevereiro de 1643, 31 de março de 1643 (e § 198 do Inventário dos Prédios) e 5 de novembro de 1643. E ainda: F. A. Pereira da Costa, "As Portas da Cidade do Recife, o Arco e a Capela do Bom Jesus", **RIAP** n.º 42, Recife 1891, pp. 285/299.

(262) Dag. Notule de 24 de março de 1644.

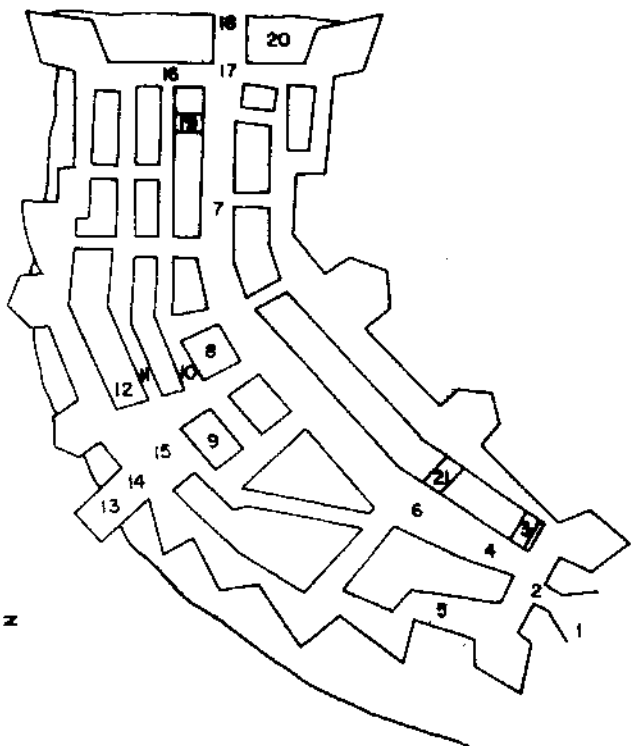
(263) O nome e outras indicações sobre essa porta, na Dag. Notule de 8 de janeiro de 1652. A esta porta, reconstruída em 1652, como ficou indicado, deve ter pertencido a laje de mármore com a inscrição em holandês e a data de 1652 referida por Manuel Ayres do Casal, **Corografia Brasílica** 2 vols. (Rio de Janeiro, 1817) II p. 131.

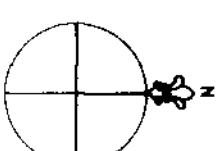
(264) F.A. Pereira da Costa, "As Portas da Cidade do Recife, o Arco e a Capela do Bom Jesus", citado, pp. 285 e 296.

(265) Diz o **Inventário dos Prédios**, § 302: "Na porta de Santo Antônio está a porta da serventia, que vem dos Afogados, na qual assiste um Capitão de Infantaria, com as portas fabricadas por flamengos, de tijolo e pedra, e se cerca para a banda do rio e do mar com trincheiras e fica por baixo da dita ponte um dique". E em seguida, §§ 303/304: "Duas moradas de casas de sobrado fabricadas por flamengos, com suas lojas, ao

RECIFE

1 *MERCADO DE PEIXE NO ISTMO (1636-1647)*
2 *PORTA DE TERRA: LANDPOORT*
3 *CASA DA PÓLVORA*
4 *RUA DO BODE, DEPOIS DOS JUDEUS: BOCKESTRAAT/JODENSTRAAT*
5 *RUA DO VINHO: WIJNSTRAAT*
6 *MERCADO (1635-1654)*
7 *RUA DA BALSA: PONTSTRAAT*
8 *IGREJA DO CORPO SANTO, EM FRENTE À QUAL ESTEVE SITUADO O PRIMITIVO MERCADO; O LOCAL ERA CONHECIDO COMO O MERCADO VELHO*
9 *PALÁCIO DO ALTO CONSELHO, DEPOIS DO ALTO GOVERNO*
10 *RUA REAL: HEERSTRAAT*
11 *RUA DO MAR: ZEESTRAAT*
12 *BALANÇA*
13 *PONTE DE CARGA E DESCARGA*
14 *PORTA DO MAR: WATERPOORT*
15 *PRAÇA: PLEIN*
16 *RUA DO CARCEREIRO: GEWELDIGERSTRAAT*
17 *PORTA DA BALSA: PONTPOORT*
18 *PONTE (1644)*
19 *CADEIA*
20 *MERCADO DE PEIXE (1648)*
21 *SINAGOGA ZUR ISRAEL (1636), LOCAL APROXIMADO*





Detalhe do mapa de Cornelis Golijath, onde aparece o Recife e a Cidade Maurícia datado de 1648. Na página anterior aparece detalhamento explicativo do Recife que se baseou neste mapa.

17 e aí, e não em São José, é que ocorreu o encontro dos dois chefes militares, o português e o holandês, no dia 28 de janeiro de 1654.

Está portanto localizado erradamente o obelisco comemorativo mandado assentar pelo Instituto Arqueológico Pernambucano, na Praça da Restauração. (266)

Uma investigação que pede estudo pachorrento é a concernente à identificação e localização das ruas e lugares do Recife holandês, como a rua do Mar (Seestraet), a rua da Balsa (Pontstraet), a rua do Carcereiro (Geweldigerstraet) a rua Nova (Nieuwestraet), o Mercado, o dique Orange, o dique do Porto, a rua Real (Heerestraet), a rua do Vinho (Wijnstraet) a rua do Bode (Bockestraet), o Mercado Velho, a rua ou travessa do Mouro (Moriaensteech) (267). Alguns desses logradouros e ruas conseguimos localizá-los: assim a rua dos Judeus antes de ser chamada tal (e era raramente chamada assim) era denominada de rua do Bode (talvez uma referência injuriosa aos seus moradores israelitas); a rua da Balsa, a mais importante do Recife, toda pavimentada, era, sem dúvida, como mostra o seu nome, a "rua que vai para a ponte", atual Avenida Marquês de Olinda. Paralelamente à rua da Balsa corriam, a leste, a rua Real (Heerestraet) e a rua do Mar (Seestraet); ambas desembocavam em frente ao Palácio do Alto Conselho. A rua do Carcereiro (Geweldigerstraet) estava localizada no extremo sul do istmo, ao pé da Porta da Balsa. A rua do Vinho (Wijnstraet) corria paralela à rua do Bode, da banda

---

entrar da dita porta... Estas casas são colégio dos Padres da Companhia de Jesus" (portanto, no local do depois chamado "Cais do Colégio" em Santo Antônio) e § 305: **"E por detrás das ditas casas** está a Igreja dos Franceses, que foi fabricada à ordem dos flamengos". Estava pois a porta Sul ou porta de Santo Antônio próxima ao Colégio dos Jesuítas e por detrás deste ficava a Igreja Francesa, cuja localização em Santo Antônio está indicada nos mapas holandeses contemporâneos.

(266) Pereira da Costa, "As Portas" etc., p. 286 citando Varnhagen, **História das lutas com os holandeses no Brasil**, Viena 1871, pp. 261 e 262, diz que foi nas portas da Cidade Maurícia — que ele identifica como sendo a Porta Sul ou Porta de Santo Antônio — o local da rendição em 1654 e que, apeado, Barreto de Menezes acompanhou Schkoppe até o bairro do Recife. O que nos parece engano; já vimos que a "Nova Maurícia" estava toda demolida (salvo raras casas) e não seria desde quase as Cinco Pontas, até o bairro do Recife, que viria a pé Barreto de Menezes, mas teria sido recebido por Schkoppe — apeando-se então — nas proximidades da atual igreja do Espírito Santo.

(267) A rua do Mouro está referida no **Inventário das Armas**, p. 54 e nas Dag. Notulen de 18 de junho e 21 de agosto de 1645. Quanto às demais ruas, vide Dag. Notulen de 22 de outubro de 1638, 25 de agosto de 1642, 15 de setembro de 1642, 4 de fevereiro de 1643, 18 e 22 de junho de 1645, 21 de agosto de 1645 e 18 de março de 1648.

do mar. Aí estavam certamente localizadas as tais "bodegas, os mais vis bordéis do mundo", a que se refere um documento holandês do tempo. O "dique do porto" (Havensdijck) estava situado no extremo Norte das paliçadas do Recife: o mapa de Baerle que representa o Recife e Maurícia indica-lhe a localização sob o título: "suggestus lapideus". (268)

Os mercados são mais fáceis de localizar. Havia vários mercados, como o mercado do peixe, o mercado do Recife, o mercado de carne, o de verduras e o Mercado Grande de Maurícia, no "terreiro dos coqueiros".

O mercado de peixe estava situado a princípio (1636) fora de portas, no istmo e depois no lado externo das paliçadas do Recife em frente à ponte (1648), tendo sido mudado em 1650 para "o sul da primeira bateria, na praia, dentro da primeira paliçada do Recife" (269). Em Maurícia vendia-se peixe a princípio no próprio Mercado Grande "situado sob os coqueiros" (270). Depois (1648) fundiram-se os mercados de peixe do Recife e Maurícia, ficando localizado junto à ponte, no lado do Recife, servindo a ambos os bairros. Uma das razões para a mudança foi que, fora de portas, no Recife, o mercado servia melhor aos judeus — que moravam próximo a ele, na rua do Bode (depois dos Judeus) — do que aos cristãos. Ainda no largo diante da ponte — mas, ao contrário do mercado de peixe, dentro das paliçadas do Recife — instalou-se no mesmo ano o açougue (ou mercado de carne, "vleysmarct") e a venda de hortaliças ("groenmarct"), cuja situação anterior não é indicada pelos documentos examinados (271). No Recife esteve lo-

(268) Com relação à localização das ruas do Recife holandês — tentada à vista das informações fornecidas pelos Mss. da época e outros documentos — veja-se o mapa I. As fontes consultadas foram as seguintes: Dag. Notulen de 25 de agosto e 15 de setembro de 1642 (que contém relações de casas postas à venda), o Inventário dos Prédios, cit., e o documento intitulado "List of houses which the WIC had in Brazil on the Recief and in Mauries Stadt", traduzido para o inglês e publicado por Herbert I. Bloom, "A Study of Brazilian Jewish History, 1623-1654", Publications of the American Jewish Historical Society n.º 33 (1934). Em 1639 construiu-se um mercado junto à Porta de Terra onde era feita a "bocke. wacht" (Dag. Notule de 9 de novembro de 1638) sendo esse mercado referido depois como o mercado diante da "Bockestraet" (Dag. Notule de 22 de junho de 1645), mercado localizado por Vingboons (1639) exatamente na rua depois chamada dos Judeus.

(269) Dag. Notulen de 16 de agosto de 1636, 2 de agosto de 1642, 27 de agosto de 1648 e 30 de novembro de 1650.

(270) Dag. Notule de 2 de agosto de 1642.

(271) Dag. Notule de 27 de agosto de 1648. Era proibido então mercadejar pelas ruas.

calizado primitivamente o mercado — no lugar referido como o "mercado velho" — na praça diante da igreja do Corpo Santo (272), havendo referência ainda a um mercado na "rua do Bode". O mercado de escravos representado em aquarela por Zacharias Wagener não pudemos localizá-lo com base em documentos; supõe Alfredo de Carvalho que seria na rua dos Judeus, no mesmo local onde por muitos anos depois se expuseram escravos à venda. (273)

Diz muito comumente a nossa gente de muitas igrejas do interior do Estado e em geral de todas as "vetustas ruínas de considerável edifício", no dizer de Alfredo de Carvalho, que são de construção holandesa, "obra de flamengos". Tal o caso da "antiga casa de oração protestante, construída pelos holandeses e que serve hoje de capela católica do Engenho Penedo de Baixo" mencionada pelo *Diário de Pernambuco* de 2 de novembro de 1867. O fato é que tais construções são na maioria dos casos obra da gente da terra.

Quanto a igrejas construídas por holandeses só há referência a uma: a Igreja Francesa, em Maurícia. É verdade que adaptaram várias ao culto reformado, tanto na capital quanto no interior. No Recife, a do Corpo Santo e em Maurícia, o Convento de São Francisco (274). Todas elas possuíam os seus cemitérios.

A mais importante de todas foi a do Corpo Santo que é referida sempre como "a igreja", em todos os documentos (275). Aí é que foram levadas a enterrar as principais figuras do tempo falecidas em Pernambuco: Pieter Codde (f. em 1633)

(272) Dag. Notulen de 25 de agosto e 15 de setembro de 1642.

(273) Alfredo de Carvalho, "O Zoobiblion de Zacharias Wagner", **RIAP** n.º 60, Recife 1904, p. 191, nota 1, depois repetida a informação por quase todos os autores.

(274) A igreja do Convento de São Francisco sofreu reparos para a sua adaptação ao culto reformado, sendo o serviço religioso realizado aos domingos, de manhã e à tarde: Dag. Notule de 7 de junho de 1641.

(275) A igreja do Corpo Santo era pequena e em 1641 não comportava o número de fiéis: Dag. Notule de 7 de junho de 1641. Tinha uma só torre sineira, mas de pouca altura, sendo em 1643 autorizada a "construção da torre", para a qual já havia um desenho, a ser custeada por contribuições dos fiéis, de modo que as pessoas que moravam um pouco afastadas da igreja não ouviam o toque. Promoveu-se a elevação da torre e colocação de "um bom relógio" embora em 1651 ainda não estivesse a torre de todo concluída: Dag. Notulen de 2 de janeiro de 1643 e 25 de maio de 1651. A esta torre holandesa refere-se Frei Jaboatão ao recordar "uma torre de maior altura da que pediam os seus fundamentos que, ao lado da capela-mor, levantaram os holandeses, quando dominantes da terra": **Novo Orbe Seráfico Brasílico** 4 vls. (Rio 1858-62) I p. 402. O sino indicava as horas a todo o bairro do Recife, e às seis horas da tarde marcava o fim da jornada de trabalho para todos: Dag. Notulen de 6 de agosto de 1641 e 3 de fevereiro e 31 de outubro de 1642.

Dirk Codde van der Burgh (f. em 1644), Servaes Carpentier (f. em 1645), Lichthardt (f. em 1646), João Ernesto de Nassau (f. em 1639) e parece que Elias Herckmans (f. em 1644). (276)

(276) Os enterros tinham os preços regulados pelo Alto Conselho. Assim.

No Recife:	
Enterro na igreja	150 florins
Enterro no cemitério	25 "
Em Maurícia:	
No Convento	75 florins
No cemitério do Convento	12 "
Na "nova" Igreja Francesa	75 "
No cemitério desta Igreja	12 "

"E pagará sendo criança de menos de 12 anos, a metade dessas importâncias": Dag. Notule de 4 de outubro de 1642.

Em novembro de 1645, como aumentasse o número de enterramentos, resolveram os Conselheiros fixar nova tabela de preços:

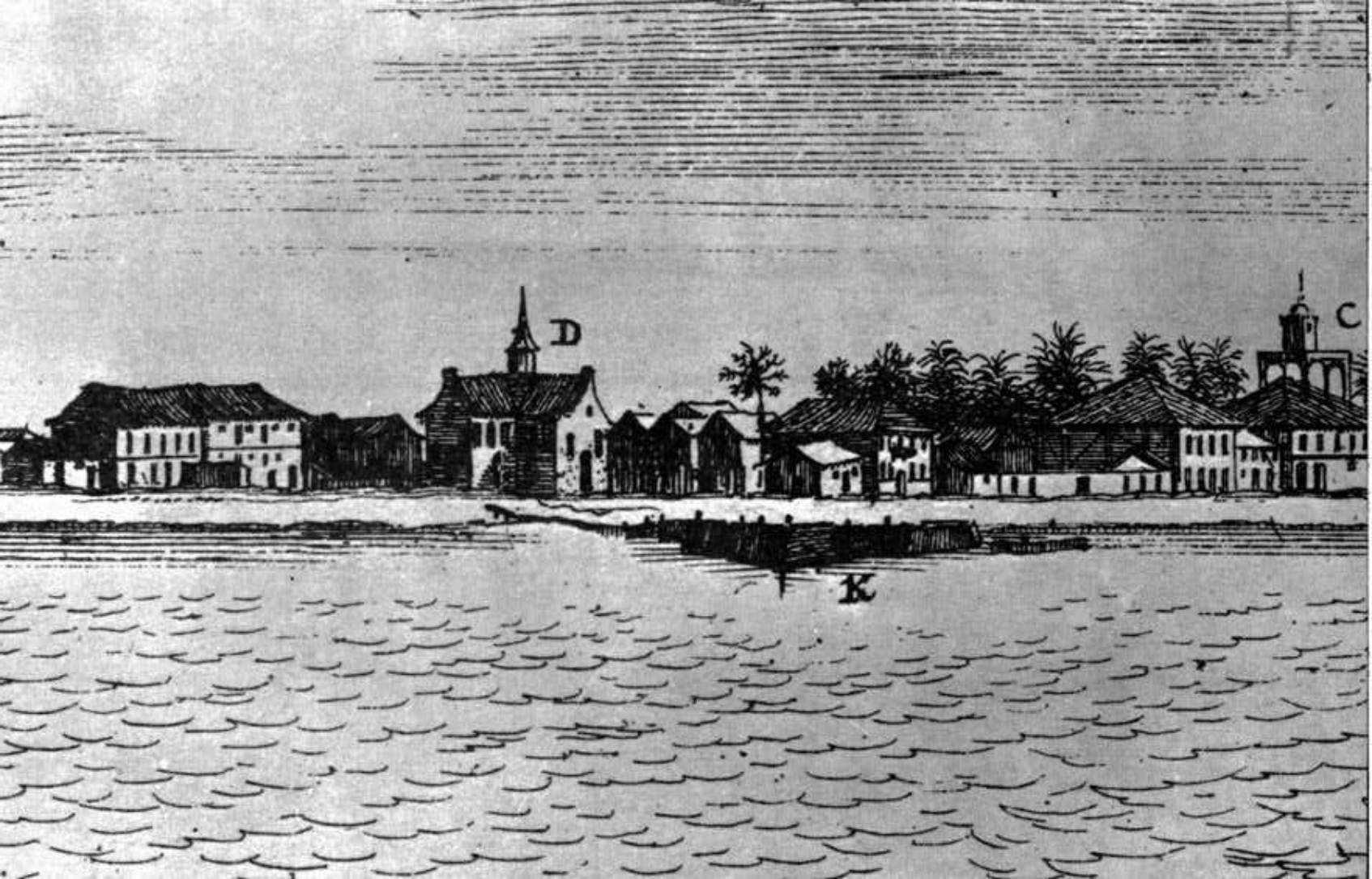
Por um túmulo na Igreja do Recife	70 florins
Idem na Igreja em Maurícia	35 "
Idem nos cemitérios	12 "
Padiola para carregar o corpo	2 "
Luto para cobrir a padiola	1 "
Por abrir e fechar um túmulo nas Igrejas	12 "
Idem nos cemitérios	6 "
Mortalha de boa qualidade	6 "
Idem de qualidade inferior	4 "
Encomendações nas Igrejas	8 "
Idem nos cemitérios	4 "

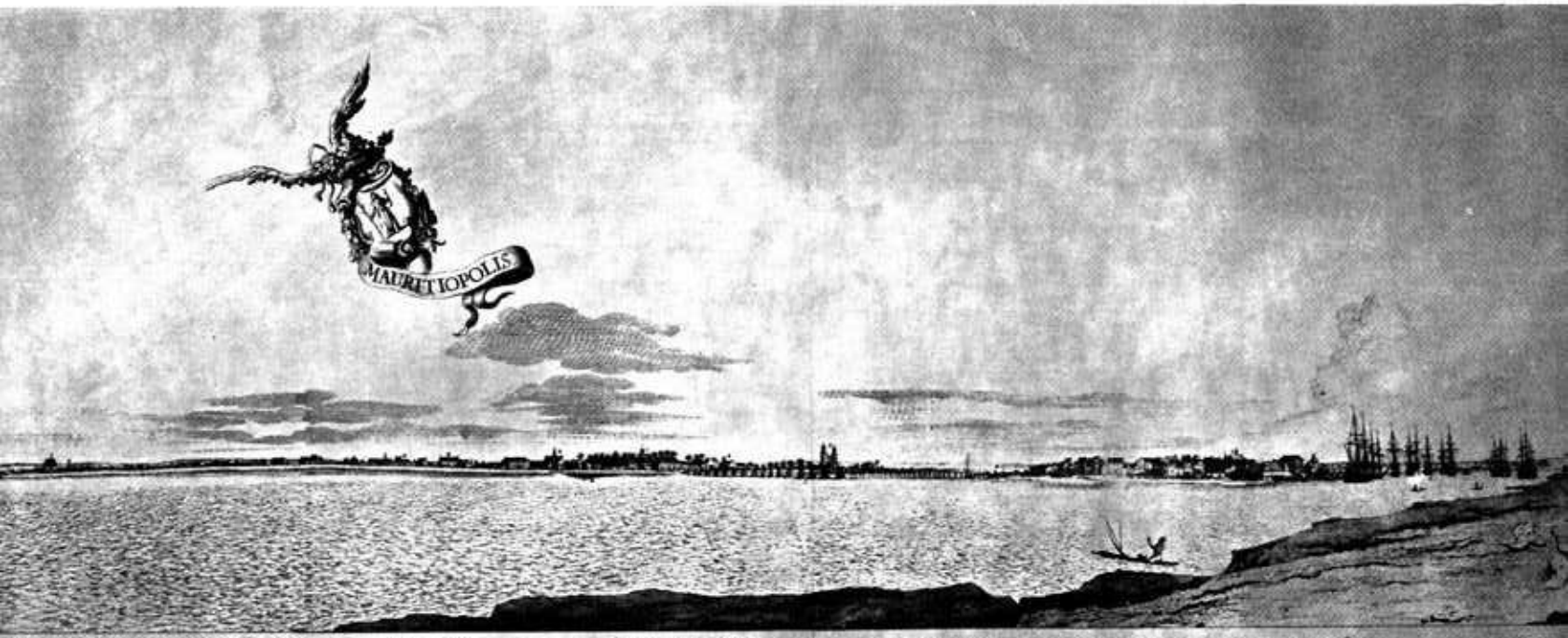
"Os meninos de menos de 12 anos pagarão a metade de tudo": Dag. Notule de 30 de novembro de 1645.

"Como há abusos diariamente nos enterramentos, assim como no cemitério — a que agora se junta, de novo, a Igreja do Recife — onde nenhuma taxa é cobrada, resolveu-se prover a isto e fica estabelecido que o enterro de um cadáver de adulto no dito cemitério pagará 18 florins e por um de menor idade, 9 florins. Para designar o momento de se levar a enterrar, duas vezes por dia far-se-á tocar sino, a saber: de manhã de 7 1/2 até às 8 horas e de tarde de 5 1/2 até às 6 horas, dentro do qual espaço de tempo dever-se-á levar a enterrar, sob as penas seguintes:

Chegando à Igreja do Recife depois do término do toque (dos sinos)	fls. 13 : — : —
Idem à Igreja Francesa e à do Convento	6 : 10 : —
Idem no cemitério do Recife	5 : 12 : —
Idem no cemitério de Antônio Vaz	3 : 5 : —

Chegando meia hora depois do toque, marcada pelo relógio de areia, incorrerá em multa dupla e no caso de esgotado o relógio pela segunda vez, então o enterramento não será atendido. E como esta nova obrigação representa mais serviço para os sineiros do Recife e de Antônio Vaz, tendo os mesmos solicitado aumento, concedeu-se aos mesmos, que são em número de três, uma melhoria de 50 florins por ano, cujo pagamento os tesoureiros das igrejas efetuarão": Dag. Notule de 12 de fevereiro de 1650. Entretanto um folheto da época, o Brasyls Schuyt-Praetjen (sem lugar de impressão, 1649) diz que os coveiros não abrem túmulos sem o pagamento prévio de 60 florins, nas igrejas e 30 florins nos cemitérios, e quem não tiver esse dinheiro terá que levar os seus a enterrar na praia, nas proximidades do hospital.


D
C
K


MAURETIOPOLIS

A Igreja Francesa foi construída em 1642, com o auxílio de 8.000 florins, fornecido metade pelo Conselho dos XIX, a pedido dos reverendos franceses la Riviére e Auton, na qualidade de deputados do Sínodo realizado nesse ano em Delft e metade por ordem de Nassau, proveniente de uma multa imposta a certo judeu blasfemador. (277)

Em Pernambuco a comunidade francesa, que era bastante numerosa, encabeçada nessa ocasião por um comerciante rico, Jean Aragon, por Pierre James e pelo predicante Soler — tipo que merece um estudo especial — esforçou-se pelo projeto, solicitando e obtendo licença para o início imediato das obras (278). Infelizmente pouco sabemos mais a respeito, nem se foi da autoria de Pieter Post a planta da igreja (279). Pela gravura do irmão Frans (280) vemos que era um belo edifício com uma planta em forma de cruz grega, muito bem situado em Maurícia, ao lado do canal que desembocava nas proximidades do porto, na atual Praça 17.

Em outubro de 1642 estava concluída, pois surge em documento desse mês referência "à nova Igreja Francesa". Aí pregava o ministro de língua francesa Soler, um pregador sem papas na língua e que não se cansava de elogiar Pernambuco e de comer mangabas. Também outro ministro: Gilbert de Vaux.

Com a partida de Soler, na mesma frota em que Nassau voltou para a Holanda, não ficando predicante algum em língua francesa, senão um leitor, os holandeses começaram a usar a igreja para os da sua língua. Ainda então era mesário o seu fundador Jean Aragon. (281)

(277) Dag. Notulen de 31 de janeiro de 1641 e de 29 de julho e 30 e agosto de 1642. A Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife 13 de fevereiro de 1645 refere que Belchior Alvares Camelo foi o empreiteiro da construção.

(278) Dag. Notule de 5 de abril de 1642. Jean Aragon e Pieter Jansen Baven foram os primeiros mesários ("kerkmeester") da Igreja Francesa: Dag. Notule de 4 de outubro de 1642. Mas foi Soler, na qualidade de Deputado da Comunidade Francesa, quem recebeu o crédito concedido pelo Conselho dos XIX para a construção da Igreja: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(279) Ludwig Driesen, Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau Siegen, Berlim 1849, p. 99.

(280) Surge com destaque nas Dag. Notulen e nas Generale Missiven outro Post, Matheus, funcionário de categoria da Companhia, pessoa displicente, mas conhecedora dos serviços a seu cargo.

(281) Dag. Notulen de 13 e 21 de maio de 1644. Os franceses continuaram a usá-la na hora costumada, isto é, aos domingos, das 9 às 11 horas da manhã, sendo cedida aos holandeses às tardes, no mesmo dia.

Na igreja do Convento de São Francisco — que merece um estudo especial, separado, pois o material de origem holandesa a respeito de sua história é importante — tinha lugar o culto reformado em língua inglesa. (282)

Aí pregava o reverendo Samuel Bataelaer, "Ecclesiastes Anglicanus Mauritstadii". E não se pense que era pequeno o número de ingleses no Brasil holandês. Há referências a uma companhia de soldados — 150 a 180 homens — composta de ingleses, sob o comando de John Godlad, inglês com um nome de guerra: Bon Garçon (283). Outros chefes militares da mesma nação serviram no Brasil holandês, como Sedneum van Points, veferano da Guerra dos Trinta Anos, James Henderson, Coronel com longa folha de serviço aqui, conquistador de Angola 1641), Philip Andrewe e vários mais. (284)

Já disse certa vez Gilberto Freyre que o domínio holandês no Brasil oferece oportunidade para um estudo dos dais tipos de colonização: a rural e a urbana. Tentaremos fixar alguns dos aspectos mais característicos. Um destes é o da separação das duas zonas, a rural e a urbana. Constituiram-se em "dois mundos distintos, duas zonas artificiosamente agregadas". (285)

Na cidade encontravam-se os diretores da Companhia e os agentes de firmas da Holanda, dos quais dependiam os senhores de engenhos.

A maioria destes, quando da invasão, se retirou para o Sul, para Adagoas ou Bahia; muitos dos que regressaram tiveram que comprar os seus antigos engenhos, que haviam sido confiscados pela Companhia.

Em geral todos perderam os seus negros e os bois de trabalho, durante a campanha. Sem eles não seria possível por os engenhos a moer. A solução foi tomar emprestado grandes somas à Companhia e aos particulares para pagamento em açúcar. Esse fato, aliás, nada teria de importante — porque endi-

(282) Dag. Notule de 12 de maio de 1644. O serviço religioso era realizado aos domingos pela manhã.

(283) "Rapport" de Servaes Carpentier, 2.ª parte, dirigido ao Conselho dos XIX e datado de 11 de junho de 1636.

(284) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643. A companhia do Capitão Bon Garçon esteve aquartelada durante certo tempo no forte Margarida, na Paraíba. Vê-se por esse caso a impossibilidade de identificar a nacionalidade de certas pessoas da época pelo nome: Sedneum van Points, Bon Garçon, etc.

(285) Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, Rio 1936, pp. 35 e 36.

vidados tinham vivido até então os senhores de engenho — se eles não tivessem perdido ao mesmo tempo o poder político. As câmaras de escabinos criadas em 1637 por Nassau, vieram abalar enormemente a força política da aristocracia das casas-grandes.

Antes da invasão de 1630, gozavam os senhores de engenho de prestígio econômico e de poder político, por intermédio das Câmaras. Por muitas providências e atitudes dessas Câmaras pode-se conhecer os interesses e objetivos desses senhores. As Câmaras continuaram funcionando até começos de 1637. Deste ano é uma representação da de Olinda aos Conselheiros Supremos. Nessa representação podemos verificar o interesse dos seus membros — elementos ligados ao canavial, quando não senhores de engenhos — em saber se os direitos de que tinham gozado até então, sob o rei de Portugal, lhes seriam mantidos. E não somente os direitos, mas indagam em primeiro lugar sobre os seus "privilégios": se continuariam a lhes serem assegurados. (286)

A dominação inicia para os senhores de engenho do Nordeste um período de declínio e de desprestígio político e econômico. Muitos se viram tão apertados pelos seus credores — tendo acumulado dívidas sobre dívidas, contando, para pagá-las, com o produto de futuras safras, sempre menores do que eram avaliadas, em conseqüência de pragas, enchentes, epidemias de bexigas, falta de gado de trabalho, incêndios, depredações, ataques de salteadores — que preferiram abandonar tudo e fugir. Outros tão endividados que se lhes concedia, para se verem isentos da prisão pedida pelos credores, um salvo-conduto especial que proibia fossem presos, para virem à cidade comprar escravos. Muitos sofreram vexames em seus próprios engenhos, de soldados e inferiores do exército holandês ou dos escoltetos e escabinos.

Algumas vezes sentiram os Conselheiros a necessidade de proteger os senhores de engenho contra credores tão impiedosos, que não consideravam senão a necessidade de enviar aos seus chefes na Holanda o resultado do emprego de capital. Os do governo compreendiam que toda a economia da Companhia estava basenda no açúcar e que uma política de conciliação dos devedores com os credores só podia ser benéfica à própria Companhia. Iniciaram então, os discutidos "acordos" pelos quais a WIC encampou as dívidas de muitos senhores de

(286) Dag. Notulen de 4, 5 e 25 de maio de 1637. consultas idênticas da Câmara da Paraíba encontram-se na Dag. Notule de 2 de julho de 1637.

engenho e realizou encontros de conta com os credores particulares dos mesmos senhores.

Mas, apesar de tudo isto, tinha fugido aos senhores de engenho o poder político — e devemos ver na revolução restauradora, também, um movimento tendente a retomá-lo, como de fato aconteceu. Revolução principalmente do "canavial" ou de elementos ligados a ele, como é o caso do Padre Frei Manuel do Salvador. Revolução nascida nas casas-grandes. A própria senha dos revolucionários, "açúcar", segundo o depoimento de certo judeu, mostra-nos a preponderância dos interesses canavieiros na chamada "guerra da liberdade divina". (287)

O poder político tinha-lhes escapado, passando para as mãos dos moradores da cidade e, principalmente, para as dos comerciantes ricos, para a dos agentes de firmas da Holanda, para as dos judeus. Todos eles, em um governo nitidamente burguês — com várias instituições a restringir o poder do Príncipe de Orange — passaram a predominar e a influir nas resoluções e nas diretrizes dos Conselheiros Supremos do Brasil.

O instrumento mais valioso para isso foram as Câmaras de Escabinos, a mais influente das quais foi, necessariamente, a de Maurícia. O processo para a escolha dos escabinos é interessante: o escolteto, no Recife, ou o diretor nas demais Capitanias conquistadas, selecionava certo número de pessoas — tanto holandeses quanto brasileiros: eram os chamados eleitores. Esses eleitores, em reunião, indicavam vários nomes dentre os seus, os quais, em uma lista, eram submetidos à apreciação de Nassau (e, depois de 1644, à junta que o substituiu) que fazia a designação definitiva para a função de escabino. Esses escabinos eram substituídos anualmente. Dessas Câmaras faziam parte brasileiros e portugueses, a maior parte dos quais senhores de engenho; a verdade, porém, é que nunca estavam presentes às sessões — ocupados com os seus negócios. Ou deixavam-se ficar em casa respeitando dias santos, em número muito grande, do que se queixavam os holandeses, que chegaram a propor que a Câmara de Maurícia fosse toda composta de flamengos. (288)

Esses escabinos, claro é, tinham um enorme prestígio. Todas as representações dos particulares — que eles o eram,

(287) Depoimentos de 11 de novembro e 29 de dezembro de 1644 (sem indicação dos depoentes), in **RPB**

(288) **Carta dos Escabinos de Maurícia, Paul Antoni Daems, Samuel Halters, Jacob Coets, Hans van der Goes, Albert Warnsinck, Gillis Crol, ao Conselho dos XIX, datada de Maurícia, 11 de junho de 1643.** Ver, também, a tese de **Júlio Pires Ferreira, Instituições Jurídicas Coloniais. Influência Holandesa, Recife 1956.**

também — eram encaminhadas por intermédio deles ao Conde de Nassau ou ao Conselho. Muitas vezes o Alto Conselho ou o Conselho de Justiça reclamavam que eles defendiam certas causas em interesse próprio, dado o fato de que, como particulares, lhes diziam diretamente respeito, desprezando ou ignorando os interesses superiores da Companhia (289). Tal o caso da representação dos comerciantes contra os judeus; ou o caso da divisão da jurisdição da Câmara de Maurícia para a criação de uma outra em Santo Antônio do Cabo. É de lamentar o desaparecimento das nótulas diárias dessas Câmaras de Escabinos; as da de Maurícia seriam particularmente valiosas.

O prestígio dos Escabinos baseava-se em uma nova classe que surge com a dominação holandesa: uma classe burguesa. Ou melhor, o "povo". Os estudiosos da nossa formação reconhecem no período anterior a 1630 a existência de duas classes, a dos senhores e a dos escravos, não tendo expressão social o número ralo de oficiais mecânicos e uns poucos técnicos na sociedade de então. No período holandês aquela classe se elevaria muito, não só em quantidade, como também em poder econômico. Pertencentes a esta classe eram os comerciantes ricos, os capitalistas, os donos de sobrados, os negociantes de escravos. Eram os Hugo Graswinckel, os Joost van Bullestrate, os Abraham de Vries, os Jean Aragon, os Frederik Vuirberg, os Hendrick Haecxs — que antes de ser Conselheiro Supremo fora comerciante no Recife — os Pieter Marissingh, os Anthony d'Engremont, os Gaspar Dias Ferreira. E os judeus: os Moisés Navarro, os Duarte Saraiva, os Francisco da Costa, os Joseph Francês, os Salomão Dormido, os Moisés Zacuto. Mas não somente esta classe economicamente poderosa: também os fer-

(289) Carta do Conselho de Justiça de Pernambuco ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644. Queixavam-se aí os conselheiros de que os escabinos excediam-se tanto nas suas verdadeiras atribuições que pareciam querer "ter na mão o governo do país". Referiam ainda que os escabinos lançavam à cadeia pessoas presas por dívidas, às vezes pessoas respeitáveis "no mesmo local onde estavam criminosos, negros, ladrões e assassinos, pelo que não só a saúde daquelas pessoas muito se ressentia, como ficavam tão intimadas que preferiam fugir para os matos, abandonando tudo, do que satisfazer a Companhia e a outros credores". Os Altos Conselheiros queixavam-se de que os escabinos sendo negociantes etc., sobrepunham os seus interesses aos da Companhia: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644. Vide também, as cartas do Conselho de Justiça de Pernambuco ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 1 de outubro de 1644 e 25 de março de 1645.

(289 bis) Observação idêntica faz Herbert I. Priestley a propósito da colônia holandesa estabelecida no território dos atuais Estados Unidos da América: esta, como a do Brasil, "was in fact a bourgeois enterprise... it was not a rich or aristocratic Dutch dependency": **The Coming of the White Men (A History of American Life, I)** (New Iork, 1930) p. 335.

reiros, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, que viviam dos seus salários, e cujos nomes não surgem nos documentos de então, mas que nem por isto deixaram de influir na sua época. Os que moravam nas "casas terreiras de tábuas", os que se amontoavam em pequenos quartos nos sobrados. Os caixeiros, os comissários, os encarregados de serviços da Companhia.

Esse povo teve também o seu prestígio militar. Dele é que se formavam as inúmeras "companhias de burgueses" que foram criadas em muitas cidades brasileiras. E que foram fortes no Recife e em Maurícia. Também por intermédio dessas "companhias de burgueses" fez-se sentir a voz do povo. Nos momentos dramáticos da revolução, em 1645, elas fizeram exigência. E exigências grandes, em tom de voz forte: que se derrubassem as cavalariças, as senzalas, as árvores e os jardins de Vrijburg. E o próprio palácio (290). Que lhes mostrassem os Conselheiros Supremos as cartas que escreviam para a Holanda, a fim de verificarem se expunham toda a verdade a respeito da situação (291). E foram atendidos em tudo (menos no que se refere ao arrasamento de Vrijburg). É sempre a voz do povo, dos burgueses e dos artesãos, que se sente através dos senhores da Câmara de Escabinos, que algumas vezes se afoitaram a se dirigir ao Conselho dos XIX, protestando contra resoluções do Conde ou expondo a triste situação da colônia. Entretanto essa classe burguesa ou povo não tinha bases econômicas sólidas, que no caso eram as da agroindústria açucareira. Estava sim concentrada na cidade, no Recife e em Maurícia. Isto lhe tirava muito de sua força. Nunca conseguiram os holandeses — e parece mesmo que não se interessaram por isso, com exceção de Nassau — uma imigração rural de importância. A maioria dos imigrantes deixava-se ficar nas cidades. Alguns grupos de colonos — como os chefiados pelo inglês John Harrison e os de Manuel Mendes de Crasto — dissolveram-se na população urbana.

O Conde de Nassau compreendeu desde o início a necessidade de levar elementos holandeses ao interior e fixá-los aí. Foi um dos seus primeiros pedidos feitos do Brasil: "escrevi ao Conselho dos XIX, pedindo-lhe mandasse para aqui os re-

(290) Dag. Notulen de 21 de julho, 17, 19 e 24 de agosto de 1645. Também Nieuhof, Memorável viagem, cit., pp. 208/210.

(291) "Alguns deputados da burguesia exigiram ontem que lhes mostrássemos o que havíamos escrito ao Conselho dos XIX, a respeito do estado e situação desta conquista, estando inquietos de que a necessidade de socorro não tenha sido suficientemente indicada", diz a Dag. Notule de 15 de setembro de 1645.

fugiados alemães, que, desterrados e com os bens confiscados, se acolheram na Holanda... sem colonos nem podem as terras ser úteis à Companhia, nem aptas para impedir as irrupções do inimigo... desejaria eu que se abrissem as prisões de Amsterdam e se mandassem para cá os galés, para que, revolvendo a terra com a enxada... lavem com suor honesto a anterior infâmia e não se tornem molestos à República, mas úteis" (292) Pedido que não deixou de repetir outras vezes, mas aos quais a Companhia fazia ouvidos surdos (293). Procurou Nassau promover a colonização de Sergipe realizando um contrato com Nuno Olferdi, que se encarregaria de obter os colonos, em troca de certas facilidades no cultivo e exploração da terra. O projeto e o contrato provisório foram desaprovados pelos XIX e a colonização não foi avante (294). A de Alagoas, também, não teve sorte diferente; todas as tentativas fracassaram, pois a Companhia não fazia concessões que visassem a facilitar uma iniciativa de particulares. (295)

(292) Baerle, **História**, cit. p. 45/46. Veja-se também a carta de Maurício de Nassau ao Conselho dos **XIX**, datada de Antônio Vaz, 15 de agosto de 1637.

(293) Gen. Missiven ao Conselho dos **XIX**, datadas do Recife, 15 de janeiro de 1638, Recife, 31 de maio de 1641, 24 de setembro de 1642 (a remessa de colonos para o cultivo da terra "é o único meio de assegurar para nós esta conquista"). É verdade que o Conselho dos **XIX** concedeu certos favores aos holandeses que quisessem cultivar a terra: isenção de pagamento do dízimo por certo tempo, etc.: Cartas do Conselho dos **XIX** ao Governo do Recife, datadas de 18 de abril de 1642, Amsterdam, 21 de maio de 1643 e Amsterdam, 15 de abril de 1645 e Gen. Missive datada do Recife, 10 de maio de 1644, na qual anunciavam que haviam sido afixados no Recife os boletins impressos vindos da Holanda contendo as concessões feitas aos holandeses que quisessem ir morar no interior. Também Dag. Notulen de 12 de julho de 1642 e 5 de outubro de 1643.

(294) Sobre a proposta de Nuno Olferdi para a colonização de Sergipe vejam-se as Dag. Notulen de 22, 24 e 26 de fevereiro de 1642 e Gen. Missiven ao Conselho dos **XIX**, datadas do Recife, 28 de fevereiro de 1642 e 25 de junho de 1642. Os termos do acordo provisório entre Nassau e Olferdi para o povoamento de Sergipe encontram-se in **BPB**, datado do Recife, 28 de fevereiro de 1642. Segundo o acordo, Olferdi obrigava-se a transportar para Sergipe 80 famílias holandesas, compostas cada uma, no mínimo, de homem e mulher. O Conselho dos **XIX** desaprovou o acordo, por carta dirigida a Nassau, datada de 14 de junho de 1642: "estudamos maduramente o assunto e não podemos compreender como a nossa conquista possa por esses ou semelhantes meios ser devidamente povoada" Ainda sobre o assunto veja-se Gen. Missive ao Conselho dos **XIX**, datada do Recife, 2 de abril de 1643, onde são expostas as razões que levaram Nassau a realizar o contrato e o requerimento de Domingos da Cruz Porto Carreiro ao Conde in **BPB**, onde se relacionam os currais existentes em Sergipe (sem data, mas de 1642).

(295) Quanto ao povoamento de Alagoas: Nassau, por edital, concedeu vários favores a todos os que quisessem cultivar terras em Alagôas Dag. Notule de 26 de março de 1642. Veja-se, também, a Gen. Missive ao Conselho dos **XIX**, datada do Recife, 31 de agosto de 1643.

O Conde chamou mais de uma vez a atenção para o fato de que sem uma população rural de importância nunca seria possível evitar os terríveis ataques dos campanhistas, que se afoitavam, mercê do auxílio que lhes era prestado pelos da terra, a incendiar canaviais na Várzea e em Apipucos — e do Recife avistava-se o enorme clarão no céu. Quando maiores motivos não houvesse, pelo simples fato de proteger o território conquistado dos ataques dos inimigos — era o argumento de Nassau a pedir lavradores ou a se empenhar pela colonização de Alagoas ou Sergipe.

A chamada "Assembléia Legislativa de 1640" representa a confissão de um erro da Companhia: Nassau viu-se obrigado a recorrer aos moradores e senhores de engenho de Pernambuco para solicitar-lhes a criação de uma frente contra os campanhistas e incendiários, já que não podia, com os holandeses, vencê-los ou expulsá-los. Foi um dos motivos da convocação dessa Assembléia, motivo aliás não encoberto (296). Sérgio Buarque de Hollanda notou essa diferença entre a colonização portuguesa e a ocupação holandesa: enquanto no Brasil português a defesa urbana era por vezes um sério problema devido à escassez de habitantes, a população sendo na maioria rural, no Pernambuco holandês deu-se exatamente o contrário (297). De fato, pode comparar-se a rapidez com que foram ocupados Olinda e o Recife em 1630 e as dificuldades que teve o invasor de se apossar do interior, mesmo dos lugares mais próximos às cidades. E, em 1645, o contrário: os flamengos entregaram em poucos dias o domínio do interior — as derrotas foram em lugares próximos do Recife: Casa Forte, Tabocas, Guararapes — concentrando-se nas cidades ao longo do litoral. Outra conseqüência, acrescente-se, dessa falta de orientação da Companhia — que mostra claramente a sua política de exploração comercial, sem a capacidade colonizadora, onde se pudesse sentir a intenção de estabelecer aquí as bases de uma futura nação, como no caso da colonização portuguesa, inegavelmente superior, em contrário da opinião comumente admitida sem exame — foi o erro fatal de deixar praticamente sob domínio dos senhores de engenho o interior do país, em fácil ligação com a Bahia, onde se prepararam todos os planos

(296) "Atas da Assembléia Geral", in **RIAP** n.º 31, Recife 1896, p. 180: a primeira proposta de Nassau é a seguinte: "A primeira coisa que vos é proposta e segundo parece a mais necessária é o remédio a opor contra os ladrões que se têm levantado e diariamente roubam as comunas... se os próprios moradores não quiserem opor-se contra os salteadores, nenhum outro remédio há"... etc.

(297) Sérgio Buarque de Hollanda, **Raízes do Brasil**, cit. p. 54 e 56.

e para onde haviam emigrado muitas famílias da terra e os veteranos da companhia de 1630-1635, "as relíquias do exército pernambucano", da frase do padre Vieira.

E, ainda, outro erro, do ponto de vista holandês: o ter sido deixado em mãos dos pernambucanos a cultura da cana e o fabrico do açúcar, isto é, a base da riqueza da terra, sobre cuja economia se apoiava a própria Companhia.

Nassau compreendeu este erro e, já que lhe era impossível remediá-lo, chamou a atenção dos Estados Gerais para o fato de que sem os luso-brasileiros o Brasil seria de nenhum valor para a Companhia. E isto porque "sendo o negócio mais importante aí, o fabrico de açúcar, isto só pode ser levado a efeito com muito esforço e conhecimentos especiais,... pelo que são indispensáveis os portugueses, especialmente os de menor condição". Nassau recomendou tratamento especial para os portugueses — cortesia, benevolência e boas maneiras — no seu "Testamento Político", mas não esqueceu de lembrar a necessidade de "com o tempo e em boa ocasião expulsá-los do país", principalmente os mais poderosos e qualificados. (298)

O holandês não revelou no Brasil, como o colonizador português — observou também Gilberto Freyre — habilidade para se adaptar a novo meio, a novas condições de vida. Continuou rigidamente dentro de suas antigas atitudes, com a mesma dieta, o mesmo tipo de casa. Da Holanda vinha-lhes todo o necessário à subsistência: a carne de boi e de carneiro salgadas, toucinho, presunto, língua, salmão, bacalhau salgado e seco, arenque, farinha de trigo, vinhos de Espanha, francês e do Reno, cerveja, queijo, manteiga, azeite, azeitonas, alcaparras, figos, passas, amêndoas, etc. (299). Mas não somente gêneros alimentícios: tijolos, tábuas, casas inteiras.

A dieta do exército holandês era proveniente da metrópole: aveia, feijão, ervilhas, carne salgada e toucinho (300).

(298) Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Wezel, 29 de janeiro de 1646

(299) Segundo a lista apresentada por Soler, Cort ende Sonderlingh Verhael, citado.

(300) Sobre a dieta do exército holandês ver: Dag. Notule de 17 de janeiro de 1636 carta "Exposição" feita a Nassau e ao Alto Conselho (sem data, mas entre os documentos de 1643, in [illegible]) versando principalmente sobre a milícia seu pagamento e sua alimentação, Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644 e muitos outros documentos da coleção José Hygino. Certo documento (in DH) intitulado "Regulamento que o despenseiro deverá observar na distribuição dos vi-

Algumas vezes a carne era substituída por bacalhau (301) — tendo havido mesmo um comércio regular, direto, entre a Terra Nova e o Recife (302). Os próprios soldados em guarnição no interior eram alimentados com essa dieta. Holandeses senhores de engenho mandavam comprar todo o necessário à sua mesa na cidade. (303)

O tipo de casa urbana manteve-se o mesmo da Holanda, na forma de sobrados às vezes transformados em sobrados-cortiços e sobrados-bordéis, acrescenta Gilberto Freyre. E os documentos por nós agora examinados só fazem confirmar essa sua generalização.

Para satisfazer a flamengos menos propensos a exotismos, veio da Holanda um número considerável de prostitutas, que surgem constantemente nos documentos de então como "mulheres fáceis" ("lichte vrouwen" ou "vuijle vrouwen"). E muitas são referidas pelos seus próprios nomes: Christinazinha Harmens, Anna Loenen, Janneken Jans, Maria Roothaer (isto é, Maria Cabelo de Fogo), Agniet, Elisabeth, apelidada Adnnrael, Maria Krack, Jannetgien Hendricx, Wyburch van den Cruze, Sara Douwaerts, uma apelidada A Senhorita de Leyden e

---

veres para o paço [de Maurício de Nassau] e quais os que deverá entregar diariamente à cosinha", fas-nos ver a dieta do Conde e seus comensais:

"100 libras de carne de vaca ou 50 libras de carne salgada e
50 de carne de vaca;
20 ou 25 libras de toucinho, segundo a necessidade;
12 libras de manteiga;
4 galinhas e pombos, segundo a necessidade;
2 litros de vinho espanhol;
2 litros de vinho francês;
4 litros de cerveja;
1 1/2 litro de azeite;
4 litros de vinagre;
14 pãezinhos brancos e para cada uma das mesas tantos pãezinhos quantas pessoas houver, exceto a mesa de S. Exa., onde haverá pão e bebida sem conta certa.
3 litros de sagu;
5 litros de ervilha;
12 libras de carne de fumeiro".

A relação está datada de Maurícia, 1 de março de 1646 e foi publicada na revista De Navorscher, citada.

(301) Dag. Notulen de 8 e 28 de junho de 1646.

(302) Cartas do Conselho dos XIX ao Conselho de Pernambuco, datadas de 17 de julho de 1630, 18 de abril de 1642, 6 de maio de 1645 e muitas outras. O comércio com a Terra Nova foi mais tarde considerado livre, podendo ser empreendido por particulares: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1642.

(303) Dag. Notule de 13 de julho de 1639.

outra a Chalupa Negra (de Swaerte Chaloepe) e Sijtgen, esta "culpada e convicta de levar uma vida desregrada, escandalosa e libertina". E quando se fez o *Inventário dos Prédios*, em 1654, após a rendição, surgiram ainda umas mulheres suspeitas morando sozinhas em sobrados; uma delas pagando aluguel não em cruzados ou mil réis mas em florim: um florim por mês. Outra, uma francesa, que talvez tenha tido a sua história: Anna de Ferro.

Os predicantes calvinistas não se cansavam de solicitar medidas contra a entrada de tais mulheres vindas da Holanda; muitas embarcavam sem conhecimento do Conselho dos XIX (como Christinazinha Harmens) e outras (como Sara Hendricx) vinham disfarçadas em trajes de homem (304); muitas delas eram mulheres terríveis, como uma "que desencaminhou muitas pessoas honradas" e "muitos jovens" (305). Ou como "certa mulata" contra a qual pediram providências os anciãos representantes da nação judaica no Recife. (306)

Editais foram publicados, de parte dos Altos Conselheiros, a respeito de casamentos — "matéria em que sobretudo se observam grandes desordens" e "onde se escondem muitas desonras" (307); a respeito de prostituição — "que dia-a-dia aumenta"; a respeito de incestos — edital cuja publicação "sem demora" foi julgado ser muito necessária (308). Esses editais, porém, nunca eram cumpridos e tudo continuava no mesmo (309). Providências especiais foram tomadas contra as mulheres de soldados que viviam longe dos maridos e que se prostituíam. Muitas foram castigadas, mas logo voltavam à vida antiga. (310)

A vida moral do Brasil holandês é descrita por contemporâneos com cores negras. Nos "bordéis mais vis do mundo"

(304) Carta do Conselho Eclesiástico ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 19 de agosto de 1637.

(305) Dag. Notulen de 4 de junho e 6 de agosto de 1643.

(306) Dag. Notule de 23 de março de 1645.

(307) Dag. Notulen de 24 de setembro de 1637, 15 de janeiro de 1638, etc.

(308) Dag. Notule de 8 de novembro de 1638. Esses e outros "abusos escandalosos dia-a-dia aumentam" diz a Dag. Notule de 17 de outubro de 1640. Os holandeses consideravam como "incesto" os casamentos entre consangüíneos próximos — como tio e sobrinha — os quais no mundo português eram freqüentes.

(309) Relatório de Francisco Plante entregue ao Conselho dos XIX, datado de 18 de julho de 1644.

(310) Dag. Notulen de 1 de agosto de 1639, 18 de janeiro de 1641, etc.

— os do Recife, diz uma Generale Missive de 1641 (311) — misturavam-se todos os elementos de que se aproveitou a colonização holandesa: o inglês, o francês, o alemão, o índio, o negro, o judeu, o português. Todas as raças de que se compunha o exército flamengo. O terrível problema de habitação no Recife favoreceu a essa dissolução moral. É bem conhecido o trecho de Pierre Moreau que diz, referindo-se ao Brasil holandês: "tous les vices y estoient en vogue, les temples de l'un e l'autre religion peu ou point frequentez... Les Juifs s'adonnaient bien mieux à intruire les leur en leur creance, mais tous indiferemment menoient une vie lascive e scandaleuse, Iuifs, Chrestiens, Portugais, Hollandois, Anglois, François, Allemands, Negres, Bresiliens, Tapoyos, Molates, Mamelus e Criolles habitoient pesle-mesle, sans parler des incestes e pechez contre nature, pour lesquels plusieurs Portugais conuaincus furent executez à mort" (312). E o predicante Soler diz em cartas escritas em francês, falando do Recife: "Il n'y a trace aucune de crainte de Dieu, point de justice, et les vices y fourmillent. En un mot, il me semble que je suis dans Sodome, et encore pis" (313). E em outra carta chama a atenção dos Diretores que é necessário "pour vostre propre interest, que vous remediez á tant de desordres,... Votre magasin estretien le luxe de vos officiers et de leurs putains, les quelles foisonnent merveilleusement en ce pays. L'excés ne se peut representer par parolles" (314). Nada mais natural, portanto, que o Recife se tivesse transformado em um foco de disseminação da sífilis. Marcgrave, apesar da gravidade com que escreveu a sua *História das Plantas*, não se esqueceu de indicar certa cana como remédio para a gonorréia: "é um remédio notável, porquanto mastigando-se freqüentemente a cana e engulindo-se o suco, sem nenhum outro medicamento, fica-se curado, dentro de oito dias" (315). Willem Piso descreveu a infecção, citando os medicamentos adotados na região pelos portugueses. (316)

(311) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de dezembro de 1641.

(312) Pierre Moreau, **Histoire des dérniers troubles**, citado O Padre Antônio Vieira recorda, na história da missão da Serra da Ibiapaba: "No Recife de Pernambuco, que era a corte e empório de toda aquela nova Holanda, havia Judeus de Amsterdão, Protestantes de Inglaterra, Calvinistas de França, Lutheranos de Alemanha e Suécia e todas as outras Seitas do Norte": **Vozes Saudosas**, Lisboa 1736, p. 16.

(313) Carta de Soler à Câmara da Zeelândia, datada do Recife, 8 de junho de 1636.

(314) Carta de Soler à Câmara da Zeelândia, datada do Recife, 16 de julho de 1636.

(315) Marcgrave, **História Naturalis Brasiliae**, cit., p. 43.

(316) Piso, **Historia Naturalis Brasiliae**, cit., p. 35.

Aliás parece ter grassado muitas doenças no Recife holandês: já vimos que muitos flamengos eram acometidos de "certa doença do país", para o tratamento da qual Piso pediu o auxílio de um médico português: Rodrigo Gonçalves. Nassau e Arciszewsky foram acometidos dessa "doença do país". Certamente a situação de subalimentação em que viveu sempre a população do Brasil holandês contribuiu para o grande número de moléstias a que se referem os documentos de então. O escorbuto grassou terrivelmente no exército, assim como a hemeralopia. Desinterias sangüíneas ("roode loope" chama-a certa carta de 1630, "root melesoen" diz outra de 1646, "ventris fluxibus", diz Piso), moléstias do fígado, gripes, mataram um número enorme de soldados, empregados da Companhia e particulares. Cartas referem-se ao grande número de baixas; eram necessários constantes reforços para a tropa "em conseqüência das mortes que se verificam diariamente e que são muitas" (317). Em 1646 somente no Recife e Maurícia, diz uma carta, havia mais de 500 doentes de febres, desinterias sangüíneas e de acometidos da "doença do país". (318)

Fundaram-se hospitais: um no Recife — o mais antigo — e outro em Maurícia. O do Recife estava localizado no forte de São Jorge ou Castelo de Terra, no istmo (319), e o de Maurícia em local não referido. (320)

O tratamento dos doentes era realizado por barbeiros-cirurgiões; Piso, Dr. Carolus Menedeth, Dr. Mathias Grausius, mestre Abraham Duurcoop, mestre Jacques, mestre Jan Codde, mestre Johannes Pretorius, Rodrigo Gonçalves, trabalharam também no hospital do Recife. Possivelmente aí Piso teria realizado algumas de suas necrópsias.

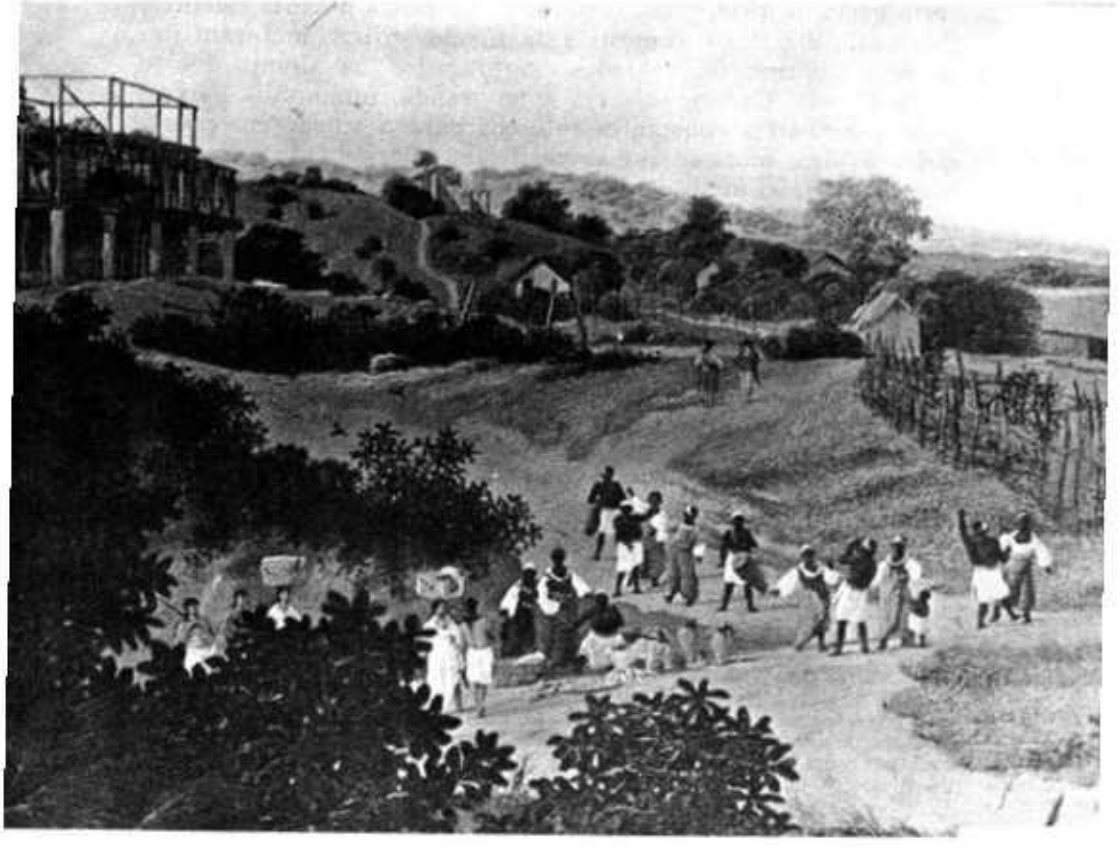
---

(317) Gen. Missive ao Conselho dos XIX datada do Recife, 15 de janeiro de 1638. Como muitos soldados andavam descalços (às vezes por não haver sapatos nos armazéns da Companhia) isto era causa de haver muitos soldados "inválidos e incapazes de marchar e machucam os pés com pancadas ou têm-nos cheios de bichos", diz a Gen. Missive datada do Recife, 5 de março de 1639.

(318) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 4 de dezembro de 1646. Ver também: Gen. Missiven datadas do Recife de 10 de dezembro de 1645, 27 de fevereiro de 1646, etc.

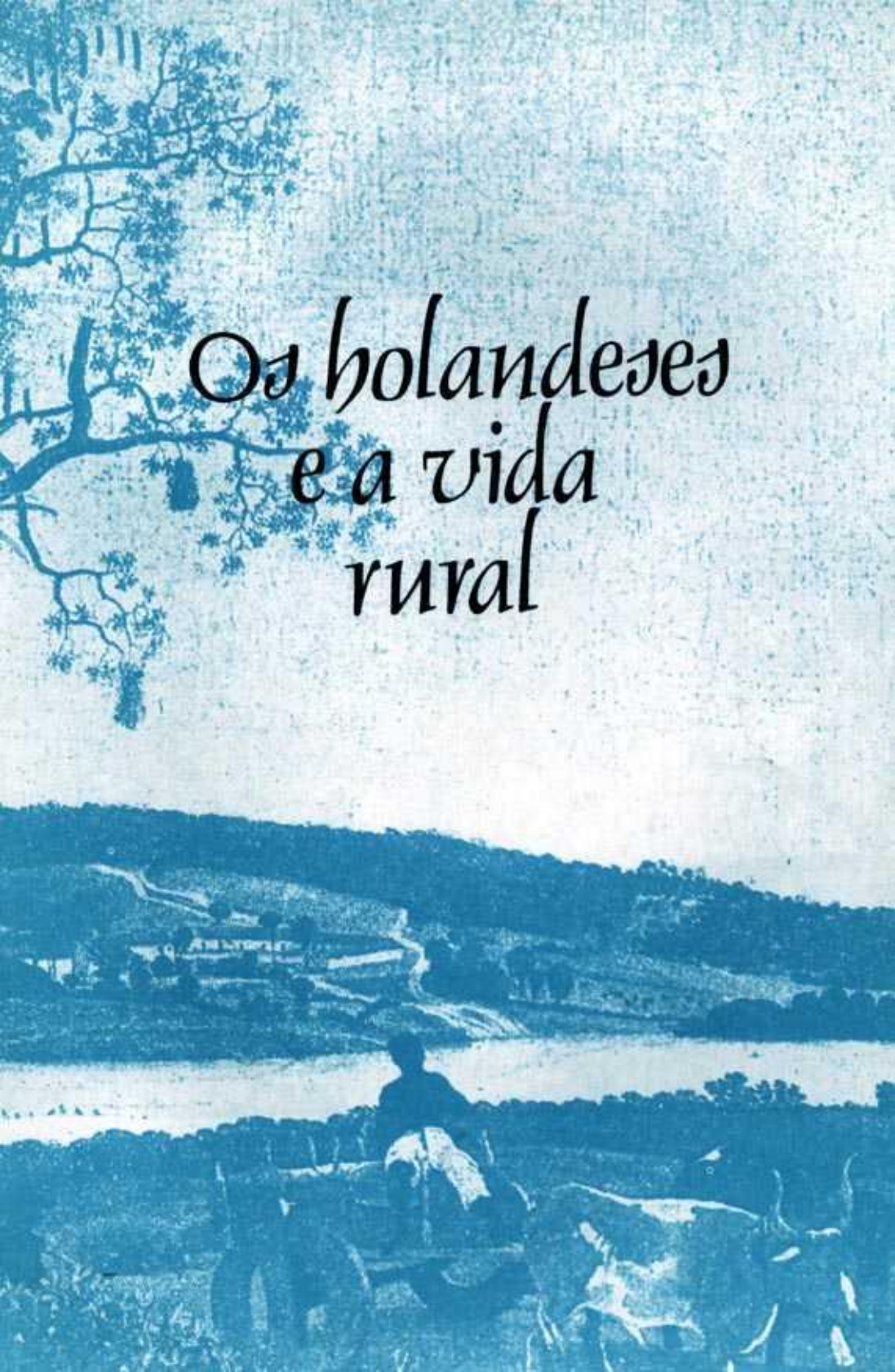
(319) Dag. Notule de 28 de junho de 1641.

(320) Dag. Notule de 23 de julho de 1648. Neste hospital, em Maurícia, estiveram em tratamento no período de 19 de abril (batalha dos Guararapes) a 11 de julho de 1648, inclusive, 1.440 soldados. Posteriormente este segundo hospital foi incorporado ao do Recife, como medida de economia: Dag. Notule de 9 de junho de 1649.



Detalhe de tela de Frans Post (46 x 70 cm), no qual aparece uma casa grande em construção, negros com maracás e atabaques, dançando, índios com volumes sobre as cabeças, pormenor do caminho ladeado por cerca típica do interior de Pernambuco. (Souza Leão, **F. Post,** 1973, nº 89)

Os holandeses e a vida rural



Pormenor de tela de Frans Post (61 x 88 cm), na qual aparece um escravo sentado num carro de boi, transporte ainda hoje usado no interior do Nordeste (Souza Leão, **F. Post**, 1973, nº 3)

OS HOLANDESES E A VIDA RURAL

Depois da tentativa malograda de se fixarem na Bahia, empreenderam os holandeses a conquista de Pernambuco. Movia-os principalmente a grande indústria açucareira que florescia nessa Capitania. Já referimos o conhecimento circunstanciado que possuíam os flamengos da cultura e exploração da cana no Nordeste brasileiro. E, melhor ainda, sabiam da procura do produto na Europa.

Antecipando-se ao conselho dirigido ao rei da Espanha, em 1609, por Diogo de Menezes — de que "as verdadeiras minas do Brasil são açúcar e pau-brasil, de que V. Majestade tem tanto proveito, sem lhe custar de sua fazenda um só vintém" (1) — escreveu em 1608 Willem Usselinx, brabantino exilado na Zeelândia, um memorial no qual procurou provar que a verdadeira vantagem no ataque ao Brasil consistia não na busca e exploração de minas de ouro e prata, mas no cultivo de seus produtos agrícolas, o principal dos quais o açúcar. E lembrava que para dominar os centros produtores, deveriam ser fundadas colônias ali. (2)

Outras publicações holandesas mostram o interesse manifestado na Holanda pelo açúcar, principal fonte de riqueza da Nova Lusitânia. Mais de um autor afoitou-se a elaborar cálculos detalhados dos rendimentos que os canaviais de Pernambuco dariam a quem se aventurasse a conquistá-los. Uma das

(1) Diogo de Menezes ao Rei; carta datada da Bahia, 22 de abril de 1609. "Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes, 1608-1612", **Anais da Biblioteca Nacional**, 1935, vol. LVII, Rio 1939, p. 54.

(2) Willem Usselinx, **Vertoogh, hoe nootwendich, nut ende profijtelick het sij voor de Vereenighde Nederlanden te behouden de Vryheijt van te handelen op West Indien, indem vrede meten Coninck van Spaignen**. Deste panfleto há um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

mais interessantes dessas publicações é a *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente* (cerca de 1623); estudo que revela pessoa bem informada no assunto, possivelmente algum corretor judeu português (observe-se o emprego — mais tarde generalizado — de certas palavras portuguesas: Ingênios, Arobes, Branco, Mascavado, Panellen (açucares), Florijnen (em vez de *guldens*). (3)

O açúcar e não a esperança de descobrimento de minas pode-se afirmar que foi o motivo principal do ataque a Pernambuco.

Não me parece com razão José Honório Rodrigues quando diz que os holandeses "tinham, naquela época [da conquista], apenas a idéia de assenhorear-se do comércio de açúcar" e não de ocupar-se da produção do açúcar (4). Afirmativa que alguns documentos parecem contestar: um deles, a carta dirigida pelo Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, em junho de 1630, onde se indaga "se na ilha de Antônio Vaz não se poderiam construir engenhos" e sugerindo que se ocupasse logo a várzea do Capibaribe, "uma ilha [*sic*], o mais produtivo terreno desses lugares, onde estão situados muitos e belos engenhos, a fim de começarmos a explorá-los" (5). Outro, a lista dos engenhos vendidos em 1637 e 1638 na qual está indicado o grande número de holandeses que adquiriram engenhos confiscados (6). Alguns deles batizados com nomes flamengos: Straetsburg, Haerlem, Rotterdam, Nassau. Mais tarde os holandeses foram, de fato, abandonando a vida agrícola — salvo exceções, como no caso de Servaes Carpentier e de Gaspar van der Ley — e vendendo as suas propriedades — o caso de Jacob Stachhouwer e outros — passando à especulação no comércio açucareiro.

(3) Documento reproduzido em fac-símile e traduzido pelo P. Fr. Agostinho Keijsers, O. C. e por José Honório Rodrigues, Documentos Históricos, I. Os Holandeses no Brasil, Rio 1942.

(4) E o autor acrescenta: "Tanto assim, que Alfredo de Carvalho afirma que só depois da conquista foi que o açúcar mereceu as mais desveladas atenções ("Minas de Ouro e Prata", in Aventuras e Aventureiros)". No que há engano do autor, pois o que afirma Alfredo de Carvalho é que "só depois da chegada dos holandeses [ao Brasil] foi que o assunto [minas] mereceu as mais desveladas atenções". (Confere Alfredo de Carvalho, "Minas de Ouro e Prata no Brasil Oriental. Explorações Holandesas no Século XVII", RIAP n.º 64 dez.º 1904, p. 769; artigo reeditado in Estudos Pernambucanos, Recife 1907, p. 2 e in Aventuras e Aventureiros no Brasil, Rio 1930; p. 110) José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, A Civilização Holandesa no Brasil citado p. 87.

(5) Carta datada de 17 de junho de 1630.

(6) RIAP n.º 34, dezembro de 1907. Recife, 1907.

Entretanto, ao mesmo tempo que os conquistadores procuravam obter engenhos — com o que esperavam lucros rápidos — não se descuidavam de fazer longas investigações sobre minas. O trabalho de Alfredo de Carvalho já citado resume o que, no decurso dos 24 anos da ocupação, ocorreu a respeito. Uma das informações mais interessantes é a da carta de Crestofle Arciszewsky ao Conselho dos XIX, na qual surgem referências ao cronista do *Valeroso Lucideno*, Frei Manuel Calado. O frade contou patranhas ao polaco, que as reproduziu na carta. (7)

Logo após a rendição do Arraial e da fortaleza de Nazaré houve, por parte dos holandeses, uma verdadeira corrida para a obtenção de engenhos. O açúcar prometia fortunas. As principais figuras do governo civil e militar da conquista adquiriram engenhos: Jacob Stachhouwer, Balthazar Wijntges, Servaes Carpentier, Willem Schott, Hendrik Schilt, todos eles Conselheiros Políticos, Segismundt von Schkoppe, Joris Gartsman, chefes militares, Willem Doncker, comissário, Nicolaes de Ridder, fiscal, Elbert Crispyns, Jacques Hack, Jan van Ool, Hans Willem Louisen, Isaac de Rasiére e alguns judeus: Moisés Navarro, Duarte Saraiva, Vicente Rodrigues Vila Real e Diogo Dias Brandão. Até predicantes cultivaram partidos de cana, como Daniel Schagen (8): "au lieu de cultiver le champ du Seigneur, rempli de mauvaises herbes, cultivant les terres et les champs", reparava Soler de alguns deles. (9)

(7) Carta de "Christoffel d'Artichiau" ao Conselho dos XIX, datada "São Gonçalo de Paripueira, 4 de novembro de 1635". Aí refere-se ao rio São Francisco salientando a sua importância por várias razões: 1) pelo atual comércio de salitre "mais rico que o do açúcar", 2) pela vizinhança das minas de prata de Sergipe, 3) pela facilidade de acesso ao interior do Brasil, podendo ser atingido o Peru. Sobre esses pontos escreveu uma memória "certo padre, que sabe falar latim e que já viajou por esse rio, o qual está atualmente entre nós e goza de autoridade entre os moradores; chama-se magister Manuel Adomino Salvatore frataro ordinis St. Pauly. E português e homem inteligente ("verstandich"). No que respeita ao primeiro ponto, o que trata do salitre, diz... que em certo lugar há um grande campo... coberto com o mais belo salitre... o que o dito padre afirma ter visto com os próprios olhos e tocado com as suas mãos... que o rio São Francisco provém de certo lago chamado Lacus Ouluis, nos montes do Peru, em cujo lago há muito ouro... e nele crê-se que tem origem também o rio da Prata e o Grão Pará ou Orenoco, de modo que pelo rio São Francisco não somente se pode alcançar o Potosi mas toda a América".

(8) Schagen possuía um partido de cana no Engenho São Tomé, de Antônio de Souza Moura: Dag. Notule de 26 de agosto de 1637 e Carta do Conselho Eclesiástico do Recife ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 19 de agosto de 1637. As "Actas da Classe" de 5 de janeiro de 1638 (RIHB, C. de História I, p. 729) referem que "são muitos os engenhos de açúcar comprados por neerlandeses que neles passam a residir".

(9) Carta de Soler aos Diretores da Câmara da Zeelândia, datada do Recife, 8 de junho de 1636.

Mostrando o seu interesse pela restauração dos engenhos arruinados ou abandonados, nomeando um governador para dirigir e auxiliar essas realizações — o conselheiro político Willem Schott, ele próprio senhor de engenho — deixaram patente os holandeses um programa de política colonial (10). Programa que pouco durou, sendo substituído por outro de simples exploração e domínio do comércio.

Gilberto Freyre mostrou como os portugueses no Brasil abandonaram sua política de criação de entrepostos comerciais, que usaram na Índia, para apossar-se do solo e cultivá-lo. Os portugueses encontraram aqui uma cultura primitiva — a ameríndia — e tiveram que organizar, eles próprios, a base econômica da colônia. (11)

Os holandeses, pelo contrário, encontraram o Brasil já organizado economicamente, com o seu sistema de produção — a monocultura latifundiária — e o seu sistema de trabalho — a escravidão; e o Nordeste com a sua organização econômica, baseada no açúcar e no negro, funcionando plenamente.

Muitos dos conquistadores flamengos ingressaram na vida rural, mas cedo reconheceram a impossibilidade de se manter assim: era-lhes necessário um conhecimento especializado da lavoura e do fabrico do açúcar, que não possuíam. Sem a ajuda e a experiência dos da terra e dos portugueses, os engenhos não poderiam ser administrados nem movimentados. Pouco a pouco a lavoura canavieira foi voltando às mãos dos velhos senhores de engenho, dos feitores, dos administradores brasileiros ou lusos. E a tal ponto que um conselheiro de justiça, holandês, escreveu em 1643 aos seus chefes: "nós governamos a terra e os moradores, mas os portugueses governam os nossos haveres". (12)

Este movimento processou-se, segundo parece, entre 1640 e 1643. Em 1636 um documento oficial chamava a atenção dos XIX para a necessidade dos engenhos serem entregues aos holandeses (13). A esperança de um lucro fácil acendeu a ambição dos conquistadores, de modo que a situação em 1638 está

(10) Relatório apresentado ao Conselho dos XIX por Servaes Carpentier, 2.ª parte, datado de 11 de junho de 1636 e "Inventário dos engenhos situados entre o rio Jangadas e o Rio Una, pelo Conselheiro Schott", sem data, mas entre os documentos de 1636, in **RPB**.

(11) Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**, Rio 1934.

(12) Carta de **Balthasar van de Voorde** aos Diretores da Companhia na Câmara da Zeelândia, datada do Recife, 9 de junho de 1643.

(13) "Instruções dadas pelo Conselho Político do Brasil ao enviado Servaes Carpentier", datadas do Recife, 2 de fevereiro de 1636.

assim definida em certa carta: "os holandeses, tanto os comerciantes quanto os empregados da Companhia, adquirem muitos partidos ou terras para plantar cana, especialmente desde que correu a notícia da liberdade de comércio; os portugueses vendem muitos de seus engenhos e partidos aos holandeses, de modo que estes começam a criar raízes e aqueles a se retirar, fato este que contribui para garantia e segurança deste Estado". (14)

De fato, altos funcionários da WIC e mesmo Conselheiros Políticos esqueciam as suas obrigações, todos voltados para o trato dos seus engenhos. Nassau e o Alto Conselho referindo-se, em uma Generale Missive, à morte dos Coaselheiros Eijsens e Jongknecht, diziam que "os demais ou a maior parte dos atuais Conselheiros Políticos acham-se às voltas com a administração de engenhos, partidos e negócios particulares que tais, com o que ficam de tal modo ocupados que os seus deveres e as suas obrigações para a Companhia são negligenciados", o que era prejudicial ao governo holandês e aos moradores. (15)

É sabido que um engenho moente e corrente implica em um grande número de ofícios e tarefas especializadas, e esses ofícios e tarefas especializadas nunca mereceram dos holandeses a devida atenção. Holandês algum chegou a exercer com perícia as funções de mestre purgador, de feitor, de chefe de moenda. Nenhum aparece exercendo essas profissões nos documentos que examinamos. Um relatório oficial de 1637/1638 diz que "o trabalho não agrada à maior parte dos holandeses do Brasil que procuram somente manter-se com uma ocupação fácil". A espécie de gente enviada para cá não era capaz de um esforço sério e persistente, "é uma gente miúda, inútil, homens na pátria muito preguiçosos para se dedicarem ao trabalho". Os que foram fixados em Itamaracá nenhum resultado apresentaram: "ficaram devendo grandes somas aos armazéns, que nunca pagarão; a agricultura nenhum particular adiantamento teve e os colonos, reduzidos à miséria, fizeram-se pela maior parte soldados" (16). De sorte que a fabricação do açúcar continuou a depender exclusivamente dos brasileiros e portugueses. Disse Adriaen van der Dussen, Alto Conselheiro, no seu excelente relatório de 1639, que "os portugueses que se

(14) Generale Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 7 de outubro de 1638 e "Breve Discurso Sobre o Estado Das Quatro Capitanias Conquistadas" (1638), in **RIAP** n.º 34, p. 169.

(15) Ge. Missive ao Conselho dos XIX, datada do ano de 1637.

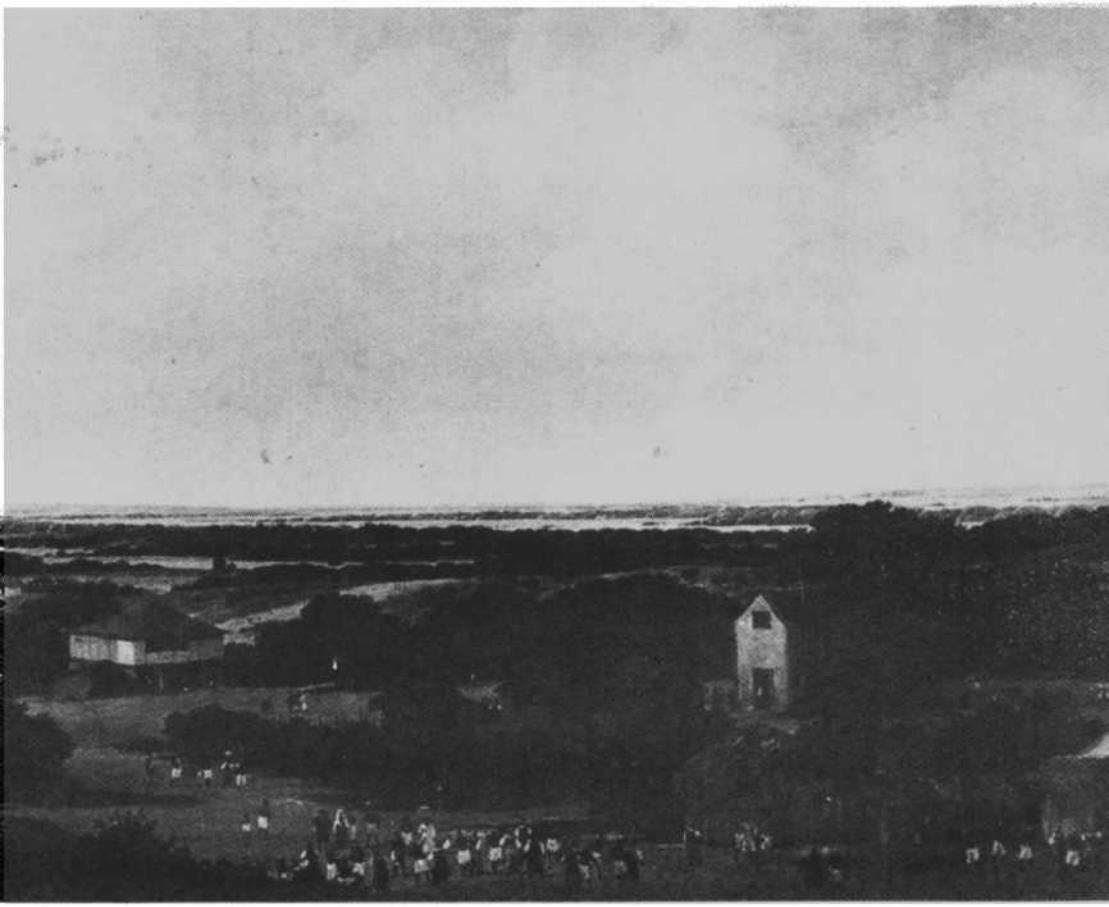
(16) "Breve Discurso Sobre o Estado Das Quatro Capitanias Conquistadas" in **RIAP** citado, p. 167.

achavam aqui no país e que se submeteram à nossa soberania, são os principais elementos da cultura desta terra. Alguns permaneceram na posse de seus próprios engenhos, outros compraram muitos dos engenhos confiscados, outros são lavradores de canaviais, outros servem em todos os ofícios nos engenhos, entre os quais aqueles para os quais holandês algum pôde ser admitido, uma vez que nunca foram experimentados neles nem os entendem, a saber: temperar e purgar o açúcar. A todas as outras artes e ofícios estão habilitados os holandeses, mas para essas duas especialidades não se apresentou nenhum para aprendê-las". E também os portugueses "sabem fazer trabalhar os seus negros melhor do que os nossos, com a vantagem, porém, de que se servem de negros já de há muito acostumados ao trabalho e os holandeses de negros novos e inexperientes" (17). O próprio Nassau repete a informação em documento de 1646, quando o Conselho dos XIX pediu-lhe o parecer sobre como se devia haver com a revolução no Brasil. Lembrou em primeiro lugar, que se fizesse um edital de perdão geral "porque a conquista do Brasil sem os portugueses trará poucas vantagens à Companhia. Sendo o principal negócio ali o fabrico do açúcar, faz-se necessário para isso muitos esforços e singular conhecimento, porque a um engenho são indispensáveis um mestre de açúcar, cuja função é de verificar quando a substância que foi espremida das canas está suficientemente aquecida, sem espuma e purificada e no seu devido ponto para ser levada às formas. Ele tem um banqueiro ou ajudante; além disto são necessários os purgadores que fazem o açúcar branco, os escumadores, carreiros, feitores que dirigem os negros. Todos esses serviços exigem conhecimentos próprios que foram adquiridos após longa aprendizagem. Para eles os holandeses, em tão pouco tempo, não estão habilitados". E também "a plantação, a limpeza dos canaviais, da mandioca, tabaco e tudo que o solo produz, tem que ser aprendido com os portugueses. Assim, necessariamente, a lavoura necessita dos portugueses, principalmente dos da classe média". (18)

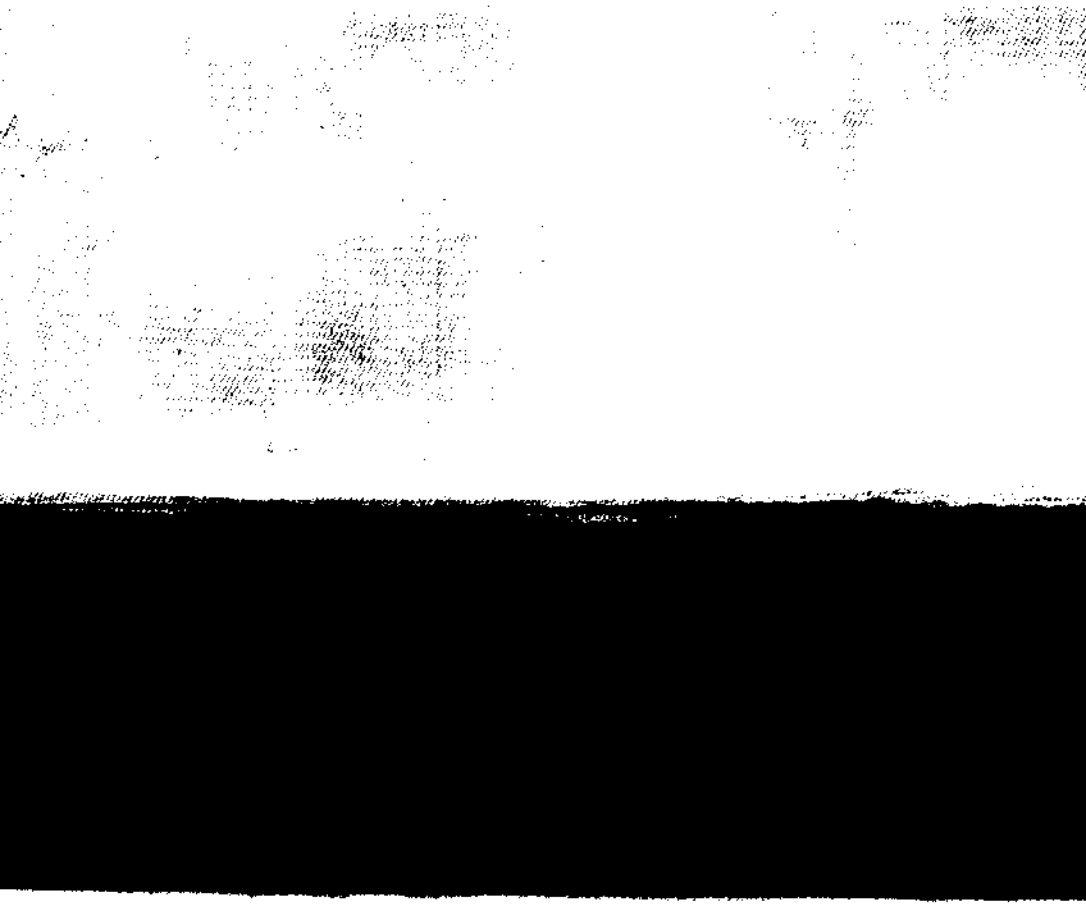
(17) Gaspar van Baerle, **Rerum per Octennium**, tradução holandesa da autoria de Samuel Pierre L'Honoré Naber, Haia 1923, pp. 160/161. O Relatório de van der Dussen é transcrito quase integralmente nas páginas 150 a 199 e está datado "A bordo do Overijssel, 10 de dezembro de 1639". O relatório em questão foi apresentado ao Conselho dos XIX em 4 de abril de 1640. O Instituto Arqueológico possui dele uma cópia completa, in **DH**.

(18) Carta de "J. Maurice Conte de Nassau" aos Estados Gerais, datada de Wesel, 29 de janeiro de 1646. A observação repete-a Gaspar Dias Ferreira em um dos seus valiosos pareceres (sem data) para os quais José Hygino chamou a atenção: "e se quisermos dizer que a terra se po-

Casa-grande de engenho construída de taipa. Pormenor de tela de Frans Post (55 x 84 cm.) datada de 1660. (Souza Leão, **F. Post**, nº 32).



Casa-grande de engenho construída de taipa. Pormenor de tela de Frans Post (55 x 84 cm.) datada de 1660. (Souza Leão, F. Post, nº 32).



A todo momento surgem da documentação provas de que, apesar de submetidos, os brasileiros e portugueses dos engenhos dominaram a vida rural do Brasil holandês. Assim é que em muitas casas de moenda de engenhos pertencentes a flamengos, padres católicos vinham, como dantes, sob o rei de Portugal e da Espanha, benzer a nova botada (19). Os predicantes reformados escandalizavam-se com tamanha tolerância dos seus fiéis, para com tais "idolatrias". Como a maioria dos predicantes reformados — não faltando exceções — esses que reclamavam contra tais usos certamente desconheciám as razões sociais do fato.

Pode-se afirmar, também, que todo o vocabulário português referente à lavoura canavieira e outras lavouras e à fabricação do açúcar, permaneceu dominando a língua dos conquistadores. Todos os flamengos usaram-no: o Alto Conselho, o Conde de Nassau, o próprio Conselho dos XIX, na Holanda (20). Quem se der ao trabalho de percorrer, mesmo ligeiramente, os documentos holandeses do tempo há de se surpreen-

---

voará de framengos cultores e que não faltarão novos negros para isso, se os portugueses a desampararem e destruírem e levarem os negros velhos, é um engano tão patente para quem sabe o Brasil que aos mesmos framengos que lá estiveram remeto a resposta deste;... O certo é que Deus criou as nações dos homens e cada uma com suas inclinações e capazes de diferentes ocupações para repartição e comunicação do Universo que lhe deu por morada e que à nação holandesa não deu préstimo para o Brasil. Se esta informação não parecer certa, mostrem-me um holandês que em Pernambuco até hoje seja oficial de fazer açúcar ou o queira aprender, ou de qualquer outro ofício em engenho, sendo que um engenho tem quatro oficiais brancos, só para fazer o açúcar: mestre, banqueiro, que é ajudante, escumeiro e purgador, além dos outros". O padre Vieira faz a mesma observação em carta ao conde de Ericeira: "nesta circunstância tão justa e que se não podia negar, de tal modo dávamos Pernambuco aos holandeses que juntamente lhe o ficávamos tirando; porque eles nunca tiveram indústria para tratar negros, nem lavouras ou engenhos de açúcar e que sem os lavradores portugueses nenhuma utilidade podiam tirar daquela terra": carta datada da Bahia, 23 de maio de 1689. Mathias Beck é, porém, contrário a esta opinião. Diz ele: "Il y a beaucoup de gens mal disposées qui pretendent que le Bresil ne saurait être d'aucune utilité pour la Compagnie sans les Portugais, parce qu'pa ne possede pas comme ces derniers l'art et l'experience de cultiver et de porter à leur état de perfection les sucres. Le contraire est prouvé par les iles, surtout Barbados, qui d'ailleurs n'est point une place et bien moins un pays a être comparé avec le Bresil, et cela n'empeche pas cependant que j'ai vu du sucre blanc plus beau que le Bresil n'en a jamais produit, qui avait été fabriqué sur Barbados sans qu'une main portugaise y avait touché". (Carta de Beck aos Estados Gerais, datada de Barbados, 8 de outubro de 1654, publicada por Varnhagen, **História das Lutas**, etc. cit., pp. 357/58).

(19) As queixas do Conselho Eclesiástico na Dag. Notule de 15 de janeiro de 1638.

(20) É desnecessário citar referências: encontram-se em todas as cartas, nas nótulas, nos panfletos holandeses do tempo.

der com o grande número de palavras portuguesas neles utilizadas: (21) engenho, senhor de engenho, safra, negro, lavrador, morador, partido (de cana), "form" (forma), "koraal" (curral), "covas de mandiocqua", "rossas" (roças), "bitjos" (bichos), "ambarcasoins", "novelho" (novilho), "visigas" (bexigas, doença), vigário, "capitein de campo", freguesia, dízimo, miunça, contratador, aldeia, sertão, salina, farinha (de mandioca; a de trigo distinguiam-na chamando-a de "meel"), "graep" (garapa), "bagasse" (de cana), "assude", mata, várzea, "circade" (cercado), "rebellie" (rebelde), etc. (22) A maioria das palavras provém de coisas da vida rural. Apesar de dominarem os holandeses a terra e os moradores, estes dominavam a economia do país, a economia sobre a qual se baseara a própria Companhia das Índias Ocidentais. Dizem-no os membros do Conselho dos XIX em carta a Nassau e ao Alto Conselho em 1643: "consideramos que a nossa conquista no Brasil há tanto tempo vem ocupando a nossa atenção que a Companhia baseou nos frutos e rendas da mesma a sua estabilidade e fundamento". (23)

Continuando embora como fatores da principal fonte de riqueza da terra, foi durante a dominação holandesa que os senhores de engenho do Nordeste receberam a primeira quebra do seu prestígio e autoridade.

Uma das primeiras consultas dirigidas a Nassau, depois de sua posse em 1637, foi a da Câmara de Olinda, na qual se indagava se seriam mantidos os privilégios concedidos pelo rei de Portugal aos senhores de engenho e se continuariam a viger as Ordenações do Reino. Ao que respondeu o Alto Conselho que indicassem quais os privilégios de que gozavam e acrescentou que eles estavam subordinados aos usos, ordenações e costumes imperiais da Holanda, Zeelândia e Frísia Ocidental (24). Idêntica consulta foi feita, também, pela Câmara da Paraíba. (25)

---

(21) Na verdade foram os holandeses forçados a aprender a língua do povo dominado e não o contrário.

(22) Seria interessante verificar quais as palavras portuguesas utilizadas no "papiamento" (linguagem dos negros de Curaçao) que teriam origem brasileira.

(23) Carta do Conselho dos XIX ao Conde de Nassau e Alto Conselho, datada de outubro de 1643. Diz textualmente: "hebben onder anderen geconsidereert dat de Brasilsche conqueste altijt in soodanige achtinge is geweest dat de Compie, op desselfs vruchten en effecten de principaelste staet ende fondament gemaect heeft".

(24) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político do Recife datada de Amsterdam, 1 de agosto de 1635 e Dag. Notulen de 4, 5 e 25 de maio de 1637.

(25) Dag. Notule de 2 de julho de 1637.

Outra decisão do Conde foi a de reduzir os direitos dos senhores de engenho sobre os seus escravos: permitiu-se-lhes castigá-los com chicote, vara e correia de couro, usar o tronco e correntes no pescoço e nas pernas, cabendo à autoridade pública, depois de certos trâmites, a decisão sobre a mutilação de algum membro, marcação a ferro e a morte. Proibiu-se-lhes derrubar cajueiros (26) e lançar imundícies aos rios (27). Foram obrigados a plantar mandioca, eles que só se ocupavam com plantar cana.

As dívidas foram outra causa de quebra ou diminuição do prestígio dos senhores de engenho. Depois da conquista do Arraial e do forte de Nazaré pelos holandeses, quando se iniciou a restauração dos engenhos, muitos deles estavam arruinados ou abandonados, roubados os seus cobres, devastados os seus canaviais, fugidos os seus negros, abatidos os seus bois de carro, seus açudes arrombados (28). Chegaram depois os campanhistas, os salteadores; também os negros aquilombados. Os incêndios de canaviais eram praticados em largas extensões do território ocupado. Na Paraíba, André Vidal de Negreiros deixou atrás de si um rasto de fogo: queimou canaviais inteiros, casas-grandes, casas de purgar, armazéns de açúcar (29). Outros se afoitaram a queimar plantações na Várzea e em Api-

(26) Dag. Notule de 11 de julho de 1641, que diz: "resolveu-se tornar pública a proibição de que nenhum senhor de engenho, queimadores de cal, oleiros, fabricantes de cerveja ("brouwers") ou quem quer que seja, permita-se derrubar algum cajueiro, sob multa de cem florins por cada árvore, visto que o seu fruto é um importante sustento dos índios". Vejam-se, também, as Dag. Notulen de 11 de outubro de 1640 e 17 de maio de 1641.

(27) Proibiu-se lançar imundícies aos rios bem como bagaço de cana, conforme o edital transcrito na Dag. Notule de 4 de março de 1644, mas já decidido desde 1642, Dag. Notule de 5 de março de 1642. Nas "Notas do que se passou na minha viagem desde 13 de dezembro a 24 de janeiro de 1642", diz Adriaen van Bullestrate que alguns senhores de engenho e moradores de Santo Antônio do Cabo e de Ipojuca fizeram "grandes queixas" contra a prática de outros senhores de engenho de deitar o bagaço das canas aos rios "o que estraga as águas e causa sérias moléstias". Tal uso, conta-se aí, tinha sido objeto de uma proibição por parte do Rei da Espanha: "Notas" citada, dias 17 e 18 de dezembro de 1641, in DH.

(28) "Cópia fiel de algumas verbas do testamento com que faleceu o governador João Fernandes Vieira" na RIHB, tomo XXIII, Rio 1860, p. 393.

(29) Ver, especialmente, a Dag. Notule de 19 de janeiro de 1640, onde está uma "Lista Geral dos danos causados por Vidal, com incêndios, na Capitania da Paraíba". Verifica-se por esse documento que "foram queimados todos os canaviais dos seguintes engenhos: o de Duarte Gomes da Silveira, o de Jerônimo Cadena, o Inhobi e o do Meio de Isaac de Rasière, o de João Souto, o de Menso France, o de Antônio Carreira Valada,

pucos. Os clarões dos incêndios eram avistados do Recife (30). Essas partidas de incendiários entravam em território ocupado com os seus objetivos prefixados; um campanhista preso descreveu em 1638, ao Alto Conselho, as missões de cinco partidas de incendiários vindas de Sergipe e composta de 150 homens ao todo, dos quais 50 brancos e o restante mulatos e negros de Henrique Dias, "Capitão e governador dos negros", com atribuições de queimar os canaviais entre Serinhaém e a Várzea. (31)

Havia também os salteadores ("boschloopers", como são chamados nos Mss.) que tanto eram moradores da terra como bandos de franceses desertados das fileiras do exército invasor, soldados holandeses, negros fugidos. Eram indivíduos perigosos que cometiam tropelias em toda a zona açucareira (32). Alguns deles, os mais temidos, surgem referidos pelos nomes. Um "boschlooper" português referido como "da Silva" tinha a alcunha de "Diabinho" (33). Havia um, holandês, que era célebre: Abraham Platman, de Dordracht. (34)

Adotaram-se várias medidas para combater os campanhistas, os salteadores, os incendiários. O principal objetivo da chamada Assembléia Legislativa de 1640 foi este: solicitar o

---

res, o Santo André (exceto um partido) o de Francisco Camelo (idem), o de Antônio Pinto de Mendonça (idem), o Jongeneel (idem) e o de Manuel Correia Pestana (idem). Também foram queimados a casa-grande, a casa de purgar e os açúcares encaixados dos engenhos Inhobi e do Meio e os passos de Manuel e de Paulo d'Almeida".

(30) Gen. Missive ao Conselho dos XIX datada do Recife, 10 de janeiro de 1641. Refere-se ao fato acontecido na noite de 10 de novembro de 1640. Observa Frei Manuel Calado que "o fogo em canaviais é como se fora em estopas", **O Valeroso Lucideno** I p. 163.

(31) Dag. Notule de 5 de janeiro de 1638. As partidas eram a de Gonçalo do Vale, com ordem de incendiar os canaviais de Serinhaém, a de Antônio Gomes Taborda os de Ipojuca, a de Antônio Rodrigues de Sá os do Cabo, a de Pedro Duarte os da Várzea, a de Bento Dias os de Muribeca. O título de "Governador dos Negros" somente foi outorgado a Henrique Dias em 4 de setembro de 1639 (Antônio Joaquim de Melo, **Biografias de Alguns Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco**, vol. 2, Recife 1858, p. 230).

(32) Dag. Notule de 22 de de novembro de 1641.

(33) Dag. Notule de 27 de março de 1641.

(34) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1 de outubro de 1644; outro, também holandês, chamava-se Pieter Piloot; foi preso e enforcado: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644; também a carta do Conselho de Justiça ao Conselho dos XIX datada do Recife, 1 de outubro de 1644. Na Paraíba outro bando de 30 homens era chefiado por certo Hans Nicolaes: Dag. Notule de 21 de junho de 1641.

apoio dos senhores de engenho para o combate a esses grupos (35). Ordens foram dadas para que os canaviais fossem cortados por largos aceiros para impossibilitar a propagação do fogo e facilitar o movimento das tropas incumbidas de dar caça aos incendiários (36). Foram colocadas tropas em vários pontos de Pernambuco, nos engenhos, nos caminhos para a Bahia (37). Correu o sangue holandês em defesa dos canaviais pernambucanos. Essas medidas, porém, revelaram-se ineficazes. Em janeiro de 1641 — quando ainda não era conhecida no Brasil a restauração de Portugal — Nassau estava disposto a entrar em entendimento com o governo da Bahia para a concessão de quartel entre os combatentes e a cessação dos incêndios (38). O que de fato realizou, enviando uma embaixada a Salvador. (39)

A restauração dos engenhos só podia ser realizada com grandes gastos. O governo holandês e os particulares, confiando nos lucros do comércio, adiantaram vultosas quantias a senhores de engenho, a rendeiros, a lavradores de partidos de cana. Todos os engenhos confiscados foram vendidos a prazo; a prazo foram vendidos os negros. Um documento de 1638 diz que "o açúcar subiu a tão alto preço que estimula a todos a plantar cana com muita resolução, e inspira grande confiança aos mercadores para com aqueles que dispõem de engenhos ou canaviais". (40)

---

(35) "Atas da Assembléia Geral" (1640) in **RIAP** n.º 31, outubro de 1886, Recife 1886. pp. 179 e segs.; também Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de setembro de 1640.

(36) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 26 de novembro de 1640.

(37) Dag. Notule de 3 de outubro de 1640 e Gen. Missive de 26 de novembro de 1640, citada.

(38) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de janeiro de 1641. Diz a carta: "sabedores de quanto importa à Companhia e a todo este Estado a conservação desta safra, não julgamos errado entrar em entendimento com o inimigo sobre concessão de quartel e cessação de incêndios como também manter inativas, por meio deste entendimento, as tropas enviadas pelo inimigo, apressando entrementes a moagem das canas".

(39) Sobre a embaixada à Bahia ver: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de fevereiro de 1641, carta de Hendrik Hamel aos Diretores da Câmara da Zeelândia datada do Recife, 15 de março de 1641 e o Diário do Conselheiro Dirck Codde van der Burgh e outros enviados ao Vice-Rei da Bahia, datado de 12 de abril de 1641. Aí está dito que Montalvão trouxera da Espanha, entre outros títulos, o de Restaurador de Pernambuco, fato também referido pelo Padre Antônio Vieira no sermão da Visitação de Nossa Senhora que pregou quando da chegada do vice-Rei à Bahia: **Sermões: Sexta Parte** (Lisboa, 1690) p. 390.

(40) "Breve Discurso" cit., p. 169.

Foi nesse período mais prestigioso do açúcar que o "ritmeester" Gaspar van Niehof van der Ley adquiriu o engenho Algodoais, no Cabo. E, mais tarde, na mesma zona, os engenhos arruinados Utinga de Cima e Utinga de Baixo. Os documentos que examinamos contêm informações valiosas sobre o célebre "capitão de cavalos" que residiu muitos anos no Cabo e aí casou com uma filha do senhor de engenho Manuel Gomes de Melo, descendente do fundador da família dos Mello senhor do Trapiche (41). O holandês que casou com uma pernambucana fidalga e cuja família dominou engenhos e cidades inteiras do sul de Pernambuco está a exigir um estudo minucioso não só sobre a sua própria pessoa, como também sobre os seus descendentes. Gilberto Freyre já sugeriu o estudo antropológico e histórico que se deveria levar a efeito em Serinhaém, Rio Formoso e Ipojuca sobre os Wanderleys que aí "conservaram pela endogamia o tipo louro e de olhos azuis dos avós holandeses". (42)

Raro um holandês que se tenha fixado à vida rural como van der Ley. Parece que o "ritmeester" apreciava o conforto que desfrutava nos seus engenhos e raramente aparecia no Recife, onde, aliás, era pessoa acatada (43). Deixava-se ficar gostosamente no seu engenho Algodoais, onde, uma tarde, recebeu a visita dos membros do Alto Conselho. O tratamento que lhes dispensou — diz, textualmente, o documento — foi senhorial (44). Deixou-se prender à vida da sua vila e encheu-se

(41) A. J. V. Borges da Fonseca, **Nobiliarchia Pernambucana**, vol. I, Rio 1935. Títulos "dos Wanderleys" e da "Família dos Mellos da Casa do Trapiche do Cabo de Santo Agostinho de Pernambuco".

(42) Prefácio de Gilberto Freyre às **Memórias de um Senhor de Engenho**, de Júlio Bello (memórias cheias de referências aos Wanderleys dos séculos XIX e XX). Rio 1938, pp. XII/XV.

(43) Dag. Notule de 27 de agosto de 1645 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 4 de setembro de 1645. Ancião da igreja reformada do Cabo, excusou-se de comparecer à reunião do Conselho Eclesiástico de 1641, deixando-se ficar no seu engenho: "A Religião Cristã Reformada", cit. (Classe de 17 de outubro de 1641), p. 762.

(44) Dag. Notulas de 16, 17 e 18 de abril de 1641. Descreve-se aí a visita feita a alguns engenhos pelos Altos Conselheiros. Partindo do Recife, chegaram a 16 no engenho Santo André (dos Srs. Jan Heck e Jacob Coets) "onde foram muito bem tratados e passaram a noite aí"; no dia seguinte (17) foram a cavalo ao engenho da Guerra, de Wilhelm Doncker, "onde após um excelente jantar, passaram a noite" tendo seguido daí para o Cabo, a 18, chegando à tarde ao engenho Algodoais, de van der Ley, "que os recebeu muito amigavelmente e tratou-os senhorialmente". Ainda hoje (1944) podem ver-se as ruínas do engenho Algodoais: a estrebaria, o encaixamento, a casa de purgar, tudo com paredes de fortaleza. A capelinha ainda lá está, com o seu São Francisco. E o riacho Algodoais, d'água salgada.

de interesse por ela, como é de admirar em um homem transplantado. Fez inimigos no Conselho de Escabinos de Maurícia defendendo a criação de uma jurisdição que compreendia Santo Antônio do Cabo, Ipojuca e a Muribeca (45). Foi por muito tempo escabino no Cabo. (46)

Outro holandês que criou raízes no seu engenho foi Servaes Carpentier (Aachen 1599 — Recife 1646), médico, conselheiro político, assessor, membro influente do governo do Recife e que abandonou tudo pela vida no seu Engenho Três Paus em Goiana (47). Obrigado, durante a insurreição, a voltar ao Recife, logo faleceu, sendo enterrado no Corpo Santo. Não consta que Carpentier tenha fundado família em Pernambuco: em certa carta datada do seu "Engenho Três Paus, 11 de julho de 1645" diz que os únicos holandeses ali residentes erão ele e três empregados. Tinha casado em Utrechet em 1628, mas não consta ter trazido consigo a mulher para o Brasil, nem se havia enviuvado.

É de crer que muitos outros holandeses se tenham fixado em engenhos de Pernambuco e se deixado ficar depois da revolta de 1645. Uma testemunha — o procurador da Coroa e Fazenda Real, Dr. Antônio da Silva e Souza — diz que em Serinhaém concedeu-se que "aos flamengos que quisessem ficar logrando suas fazendas as terão assim como as tinham de antes e como se foram portugueses, gozando todos os privilégios que eles gozam" e que, em conseqüência, "alguns se fica-

(45) Dag. Notule de 6 de maio de 1642. É interessante observar que o requerimento entregue por van der Ley ao Alto Conselho, propondo a criação da jurisdição, estava escrito em português. Ver, também, a carta dos Escabinos de Maurícia ao Conselho dos XIX, datada de Maurícia, 25 de junho de 1642, Dag. Notule de 26 de junho de 1642 (data da criação da jurisdição) e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(46) Foi escabino no período de 1642/45: Dag. Notulen de 22 e 23 de julho de 1642, 25 de junho de 1643 e 22 de junho de 1644. Foi seu colega de Conselho certo holandês lavrador de canas de nome célebre: Hondius, Heyndrick Hondius (Dag. Notule de 22 de julho de 1644). Esperamos poder publicar, em breve, um estudo sobre Gaspar van der Ley, com informações inéditas e cartas.

(47) Dag. Notule de 20 de setembro de 1639. Sobre Servaes e outros Carpentier, ver Edwin Jaquett Sellers, **Genealogy of the De Carpentier Family of Holland** já citado. Carpentier — que falava o português, Dag. Notule de 19 de outubro de 1639 — foi substituído nas funções de assessor do Supremo Conselho por Johannes van Walbeeck, ex-conselheiro político (1630-1633) e conquistador da Ilha de Curaçao (1634). Sobre este ver o **Gedenkboek Nederland-Curaçao 1654-1934** (Amsterdam, 1934) pp. 28/31.

ram em suas lavouras e roças" (48). Pode-se presumir que muitos desses flamengos que se deixaram ficar estivessem ligados a pessoas da terra: por casamento ou por dependência econômica (o caso de Francisco de Brae). (49)

Ao contrário do que se presume, os documentos e testemunhos contemporâneos fazem ver que foi grande o número de holandeses casados com mulher da terra ou portuguesas (50). Dona Anna Paes, depois de morto Charles de Tourlon, casou com Gisbert de With (51). Casados com brasileiras eram

(48) Relação do Dr. Antônio da Silva e Souza dirigida ao Rei de Portugal, 1645, in **Anais da Biblioteca Nacional, 1935**, vol. LVIII. Rio 1939; Nieuhof, **Memorável Viagem**, p. 180/181. Também: "Informação de Jacob de Assene senhor de engenho Supapema", datada de 14 de junho de 1645, in **BPB**.

(49) Francisco de Brae, natural de Rotterdam, foi feito Alferes (26.X.1652) e capitão de Infantaria (13.X.1653) por Francisco Barreto de Menezes (A. J. de Mello, **Biografias de Alguns Poetas** citado, vol. I, Recife 1856 pp. 111/113) recebeu sesmarias e fez-se irmão da Misericórdia da Bahia (nota VI de Rodolfo Garcia na **História Geral do Brasil de F. A. de** Varnhagen, vol. 3.º da 3.ª edição, São Paulo, pp. 74/75). Casou duas vezes com portuguesas, tendo deixado descendência (Jaboatão, **Catálogo Genealógico**, in **RIHB**., vol. LII, parte 1.ª pp. 452/454).

(50) "Depoimento de Cosmo de Moucheron sobre o que se passou em Serinhaém" datado de 15 de agosto de 1645, **BPB**.

(51) Charles de Tourlon, o moço, serviu no Brasil desde os primeiros anos da conquista; em 1643 foi preso por Nassau, como suspeito de cumplicidade com brasileiros em uma revolta contra os holandeses: "fiz apreender alguns que se pensa serem os cabeças... e entre outros um Charles de Tourlon, ex-capitão da guarda, cujo pai há alguns anos se passou para o inimigo e se acha agora em Flandres. Este casou aqui com uma portuguesa e comprovou-se que se correspondia em termos obscuros não somente com o dito seu pai, mas com os da Bahia", diz Nassau, em carta datada de Maurícia, 3 de abril de 1643, dirigida aos Estados Gerais. Contra Tourlon, afinal, nada foi apurado, tendo-lhe sido permitido voltar como particular, para o Recife: Dag. Notule de 21 de novembro de 1643, dos Estados Gerais dos Países Baixos, in **DH**. Morto Tourlon em fevereiro de 1644, dona Anna Paes casou com o Conselheiro de Justiça Gisbert de With; consta da Dag. Notule de 29 de abril de 1645 que de With informou ao Alto Conselho a sua intenção de casar com dona Anna, dizendo que "a sua futura esposa já no tempo do seu anterior casamento tinha demonstrado ser mais favorável à nossa nação do que aos portugueses". Dona Anna Paes era uma mulher instruída. Uma carta sua ao Conde de Nassau é muito interessante: "Ilm. Snr. — Como nós devemos toda a obediencia a nossos superiores tanto mais a vosa ecelencya de quem temos resebydo tantas onras e merces, asim que este animo me faz tomar atrevymento de pedyr a vosa ecelencya queyra aceitar seys caixas de assuquere branco, perdoandome vosa ecelencya o atrevimento (que o meu ânimo é de servir a vosa ecelencya) e fico pedindo a Ds. aumente a vida e estado a vosa ecelencya para amparo de suas cativas. De vosa ecelencya a muito obediente cativa Dona Anna Paes". A **RIAP** n.º 30, Recife 1886, p. 68, publicou-a incompleta; nesta nota fica feita a retificação, tendo-se em vista a cópia da carta feita por letra de José Hygino.

ainda Gaspar van der Ley, Abraham Tapper, Joris Garstman (52), Johan Heck, Jan Wijnants, de Haarlem, senhor do engenho Ipitanga que casou com uma filha de Luciano Brandão, senhor do engenho Nossa Senhora do Rosário de Goiana (53) e se manteve na religião reformada (54). E não só em Pernambuco. Há referências em certa Dagelijksche Notule, que no Rio Grande "muitos de nossa nação [holandesa] casaram com viúvas de portugueses" (55). E apesar de tão curto domínio, também no Maranhão; conta o padre Vieira que algumas mulheres portuguesas, em 1642, "casavam já com eles", holandeses, e pior, que muitos portugueses e, certamente, portuguesas, iam se acomodando "aos costumes e ainda aos ritos dos holandeses"; possivelmente alguns casamentos teriam sido realizados por pregadores calvinistas (56). Um dos artigos da rendição em 1654, "consentia aos vassalos dos ditos Senhores Estados Gerais casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra, que fossem tratados como se fossem casados com holandesas", o que permite supor que os flamengos nas condições do artigo não fossem em pequeno número. (57)

(52) Frei Raphael de Jesus, **Castrioto Lusitano**, cit., p. 419. Luiz da Camara Cascudo cita o fato de que no Rio Grande do Norte há uma familia de nome Grascimans, de descendentes de Garstman, que ocupou, como se sabe, desde 1633, o comando do forte dos Reis Magos (castelo Ceulen): Discurso proferido em 12 de dezembro de 1933 perante o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, publicadh pelo **Diário de Pernambuco** de 19 de dezembro de 1933. Cândido Mendes de Almeida, diz com relação ao Maranhão que "da estada dos holandeses ficaram os Jansens, os Mullers e os Lappenbergs, conquanto os últimos sejam de progênie germânica e dinamarquesa": "Notas Para a História Pátria, 3.º artigo", in **RIHB**, n.º 40, parte II, Rio 1877, p. 313.

(53) Consta da Dag. Notule de 27 de março de 1635 que Wijnants comprou para a festa do casamento 4 pipas de vinho espanhol e uma caixa de farinha de trigo. Veja-se ainda: "Instruções dadas pelo Conselho Politico ao enviado Servaes Carpentier", datadas do Recife, 20 de fevereiro de 1636 item 55 e o "Breve Discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas". cit., p. 154. Sobre Heck ver: Barão de Studart, **Documentos para a História do Brasil** 4 vls. (Fortaleza, 1904-30) IV pp. 152/156.

(54) Relatório apresentado ao Conselho dos XIX por Servaes Carpentier, 2.ª parte, datado de 11 de junho de 1636.

(55) Dag. Notule de 20 de dezembro de 1645 e Relatório apresentado ao Alto Conselho por Adriaen van Bullestrate, acerca de sua viagem à Paraíba e Rio Grande. Sem data, mas do 2.º semestre de 1645. Também Pedro Souto Maior, discurso no Instituto Histórico Brasileiro, **RIHB** 75, 2.ª parte (Rio, 1913) p. 260 e do mesmo autor, **Fastos Pernambucanos** citado, pp. 178/179.

(56) Pe. Antônio Vieira, Resposta aos Capítulos, cit., p. 225.

(57) Artigo 5.º da rendição de 1654, conforme a redação holandesa apresentada aos Estados Gerais, juntamente com o seu relatório, pelo "extenente general Segismundt von Schkoppe" na sessão de 7 de agosto de

Algumas dessas pernambucanas ou portuguesas casadas com holandeses não hesitaram em deixar a religião católica e se fazer "calvinas" — como de D. Anna Paes refere o apóstata Manuel de Moraes, ele próprio duas vezes casado com flamengas e que, apesar de "feio, preto [*sic*], cara de chim" casou na Holanda com "uma das mulheres mais formosas do país" (58) — como também muitos holandeses se deixaram casar por padres católicos, como van der Ley e Abraham Tapper (59). O mesmo padre Moraes, S. J., refere-se a um "Francisco de Faria que se fez judeu por casar com uma judia". (60)

Pode-se supor sem dificuldade que muitos dos produtos identificados por Capistrano de Abreu como provindos da "mestiçagem brasilo-galicana" serão antes descendentes de elementos flamengos, alemães e também franceses estabelecidos no Brasil durante o período de 1630-1654. Filho dos Jacob Rabe, Roelof Baro, Pieter Persijn, como de outros elementos mais ligados do que estes à zona açucareira. (61)

Os documentos referem-se ao grande número de soldados holandeses que se passaram às fileiras ou ao campo dos insurrectos. Não só os que se bandearam no forte do Pontal, como

1654, in **Von**. Tal artigo, que não consta do texto em português publicado em primeiro lugar na **Breve Relaçam Dos Ultimos Sucessos Da Guerra Do Brasil**, Lisboa 1654, incluiu-a D. Francisco Manoel de Mello, **Epanáforas** (3.ª ed.) Coimbra 1931, pp. 412/413 e Raphael de Jesus, **Castrioto**, cit. p. 686.

(58) Processo de Manuel de Moraes, in **RIHB**, tomo LXX, parte 1, Rio 1908. Sobre a descendência na Holanda de Manuel de Moraes ver referência de Pedro Souto Maior, **RIHB** 75, 2.ª parte cit., p. 259. Outro caso está mencionado por Borges da Fonseca, **Nobiliarquia Pernambucana** cit., I p. 470.

(59) Borges da Fonseca, **Nobiliarchia Pernambucana**, cit., vol. I, p. 117, com relação a van der Ley e Dag. Notule de 11 de dezembro de 1643 com relação a Tapper. A Dag. Notule de 13 de fevereiro de 1637 diz que "alguns de nossa naçáe tinham casado com moças papistas perante os seus padres", contra o que protestavam, de parte do Conselho Eclesiástico, Soler e Serooskercke. O uso de "padres casarem pessoas de nossa nação" (holandeses) continuou, apesar do protesto da "Assembléia Sinodal", conforme as atas da referida Assembléia de 18 a 26 de julho de 1644 (sessão 9.ª, artigo 13) e Dag. Notule de 27 de setembro de 1644.

(60) Processo de Manoel de Moraes, citado.

(61) Deve ser salientado que muitas dessas uniões teriam concorrido desfavoravelmente para a miscegenação no Nordeste, bem como criado situações menos favoráveis aos seus descendentes. Deve ser considerado, porém, que muitas vezes os soldados, marinheiros e aventureiros holandeses, alemães, franceses etc., seriam belas figuras de homens, tipos vi-

os que abandonaram o Recife procurando os pernambucanos (62). Muitos se teriam possivelmente tornado católicos, como fez Diederik van Hoogstraten, de quem há notícia que ouvia missa (63). Como salientou Gilberto Freyre, a insignificância — social e econômica — da descendência desses flamengos explica o silêncio em torno da ascendência nórdica de muitos tipos louros ou avermelhados que é comum encontrar-se no Nordeste, especialmente nas suas zonas rurais. (64)

Muitos flamengos, alemães, franceses — súditos dos Países-Baixos — deixaram-se prender pelo encanto da terra pernambucana. É significativo que seja da autoria de um pintor holandês, Frans Post, — que uma vez assinou certo quadro com o seu nome traduzido para o português: F. Correo — o quadro onde melhor está apreendido o espírito da paisagem pernam-

---

gorosos e sadios, como aqueles que o sisudo Pedro Cadena de Vilhasanti viu mortos nos campos da Bahia quando da tentativa de invasão de 1638: "os mais fermosos homens que se virão nunca que parecião gigantes": Pedro Cadena Vilhasanti, **Reação Diaria do Cerco da Bahia de 1638**, Lisboa, 1941, p. 69. Também Gilberto Freyre, **Nordeste**, citado p. 168.

(62) Depoimento de Klaes Klaesz datado do Recife, 15 de novembro de 1645, no qual informa que entre os insurgentes havia 8 companhias de holandeses, a saber: em Pernambuco a companhia dele depoente, com 63 homens, a de Alexander Boeckholt, com 43, o de Antoni com 36, a de Jan de With com 40; em Goiana havia mais duas: a de Jorge Pires com 17 e a de la Coes com o mesmo número. Na Paraíba a de Pierre Gendre com 19 e a de Eduwart Ijersman com 20 homens, das quais o coronel era Hoogstraten e o major François de la Tour, ex-escabino de Serinhaém. Este de la Tour convocava os seus patrícios franceses a abandonar os holandeses por meio de proclamações, nas quais dizia: "Vous saves come ies flamands sont mal avec le Roy de france, servant les flamands vous saves que ce nest pas bien faict de servir avec enemis de son Roy tous ceux qui voudront venir se mettre avec nous se rendre soubs l'obeissance du Roy de Portugal vous ferez trés bien pour sauver vostre vie... et on vous faira conduire a la bahia... et de la en Portugal ou France si vous voules, et ceux qui desireront prendre party soubs les armes du Roy de Portugal on lui donnera bonne paye et bon traittement vous faisant savoir que ceux qui ne se viendront point rendre et attendront quils soyent faits prisonniers n'auront point de quartier. C'est ce que je vous dis en verité et celuy qui vous escrit la presente est le Sergent majeur français de nation, françois de la Tour", Ms. in DH.

(63) Depoimento de Klaes Klaesz, citado. Não só Hoogstraten ouvia missa, mas também Albert Gerritsz. Wedda.

(64) Engana-se José Honório Rodrigues (**A Civilização Holandesa no Brasil**, p. 223), ao dizer que "o marquês de Basto também declara que alguns holandeses casaram com brasileiras de famílias pouco importantes, Gilberto Freyre quer ver neste fato, acrescentado ao de não terem triunfado social e economicamente, a insignificância de sua descendência", quando o que sugere Gilberto Freyre, se bem o compreendo, é que a insignificância social e econômica dos descendentes desses flamengos explica o silêncio em torno de sua ascendência. Foi aliás Gilberto Freyre quem primeiro destacou o depoimento do Marquês de Basto acerca de casamentos de holandeses com brasileiras.

bucana, o mais belo dos quadros de assunto pernambucano: "a essência da paisagem da 'Várzea' está aí captada, nessa tela admirável", observou Joaquim de Souza Leão, filho. (65)

O próprio Nassau ao chegar proclamou-o "o país mais belo do mundo" (66) e "quando jornadeava, nem me incomodou o calor diurno, nem o frio noturno, conquanto as vezes me arrepiasse". (67) Um predicante calvinista, Soler, derrama-se em elogios ao clima, às brisas, ao prazer de se estar deitado de rede gozando a temperatura amena do ar: os meses quentes em Pernambuco, são iguais aos de julho e agosto na França. As noites, no inverno e no verão, tão frescas, que holandeses tremiam de frio, como fariam se estivessem na Holanda no mês de janeiro. (68)

Outros fazem grandes elogios aos limões, cajus, mangabas, abacaxis, araçás (69). Nassau apreciava muito os cavalos de Pernambuco. "São quase tão bons quanto os cavalos da Espanha, com a vantagem de não precisarem de ferrador", diz deles o mesmo Soler (70). O Conde ao partir de volta à Holanda levou consigo "alguns cavalos de raça e sangue brasileiro" (71), talvez de Serinhaém, que mereceu dele uma homenagem à bondade de seus cavalos. (72)

---

(65) **Frans Post, Seus Quadros Brasileiros**, Rio (1937).

(66) Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Antônio Vaz, 3 de fevereiro de 1637, citada por Netscher, **Os Holandeses no Brasil**, citado.

(67) Baerle, **História dos feitos**, cit., ed. in 4.º p. 45. No seu relatório aos Estados Gerais, Nassau descreve o Brasil quase no tom do **Porque me ufano do meu País**: "As capitanias do Norte, das quais Pernambuco é a principal, são extremamente saudáveis, gozando de um clima onde nao predomina nem o calor nem o frio, todas elas férteis (exceto os descampados e os locais pedregosos), tão ricas em culturas e pastagens que quem quer que se ponha a trabalhar encontrará, sem muito esforço, o sustento necessário para milhares de pessoas; os rios abundam em belos e deliciosos peixes, os bosques em muitas espécies de frutos estranhos e saborosos, em madeira de várias e lindas cores, diversas sortes de bálsamos, gomas e perfumosas resinas, de muitas raízes e plantas medicinais, cujas propriedades, efeitos e valor a experiência ensinou".

(68) Soler, **Cort en Sonderlingh Verhael**, citado.

(69) Relatório de Servaes Carpentier ao Conselho dos XIX, 2.ª parte, datada de 11 de junho de 1636; Soler, **Cort en Sonderlingh Verhael**, citado; Marcgrave compraz-se em superlativos ao descrever o abacaxi: "o fruto é de suavíssimo odor, de agradabilíssimo sabor, muitíssimo suculento".

(70) Soler, **Cort en Sonderlingh Verhael**, citado.

(71) Baerle, **História dos feitos**, cit., (ed. in 4.º), p. 330 e Calado, **Valeroso Lucideno**, cit., I, 272. De Laet escreve dos cavalos: "il y a maintenant une grande abondance de chevaux, & mesmes de si bons, qu'on en vend d'aucuns deux, voire trois cents ducats, desquels ils en envoyent un grand nombre en Angola", **Histoire du Nouveau Monde**, citado.

(72) O brasão de Serinhaém continha "um cavalo a paseo, com certeza aludindo aos excelentes animais de sela então criados naquela comarca", diz Alfredo de Carvalho, "Os Brasões d'Armas do Brasil Holandês 1638", in **RIAP** n.º 63, pp. 578, 580, 587.

Grandes elogios mereceram também as frutas confeitadas e os doces de Pernambuco. Soler diz que aqui, com "açúcar se fazem lindos doces de várias qualidades, tanto secos como em calda". Durante a dominação holandesa houve um verdadeiro comércio entre o Brasil e a Holanda, de doces de Pernambuco. A exportação desses doces era objeto de atenção e tanto a própria Companhia das Índias Ocidentais quanto os comerciantes livres, enviaram deles grande quantidade para a Europa e para a África (73). Em cartas particulares, do Recife, encontram-se muitas vezes referências a presentes de "caixas de doces", para amigos, para os diretores, para as esposas distantes (74). E tinham esses presentes, algumas vezes, intenções políticas. Certa vez, por ordem do Conselho dos XIX, serviram para adoçar, em favor dos holandeses, a disposição dos capitães de portos da Inglaterra. Diz a Generale Missive: "VV. SSas. nos escrevem ainda que devemos enviar alguns doces e pães de açúcar, para fazer presentes aos chefes dos portos da Inglaterra, em certas ocasiões". E dizia ainda a carta: "Procuraremos um bom confeiteiro, para a fabricação permanente de doces. E esperamos que VV. SSas. ordenem a quem devemos enviar naquele País tais presentes". (75)

O pau-brasil de Pernambuco mereceu, também, uma preferência especial. Estava cotado sobre todos os que procediam das demais Capitanias (76). Era chamado "Pau de Pernambuco", isto é, "Pernambucshout", e com este nome ainda é vocábulo encontrado nos modernos dicionários da língua holandesa, com o significado de "pau-brasil". O que demonstra a enorme importância de que gozou no século XVII (77). Era com recomendações especiais que os holandeses contratavam a exploração do pau-brasil. Determinava-se que as árvores a abater "fossem bonitas e de muita tinta, bem desgalhada e que

(73) Ver a tabela da exportação de doces in Waetjen, **Das hollaendische Kolonialreich**, pp. 323/324; aí estão relacionadas remessas que somam mais de 600 arrobas de doces no período 1631/1647. Ver também p. 278. Atendendo a um pedido do diretor em Angola, Hans Mols, enviou-se-lhe do Recife doces no valor de 2.000 florins, Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1 de outubro de 1644.

(74) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 25 de agosto de 1637; carta de Johan Ghijselin aos diretores da WIC, datada do Recife, 25 de agosto de 1637; carta do mesmo aos mesmos, datada do navio "Fama", 19 de outubro de 1640.

(75) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 23 de maio de 1638.

(76) A. L. Pereira Ferraz, **Terra da Ibirapitanga**, Rio 1939/41, especialmente o capítulo "A Ibirapitanga".

(77) Waetjen, **Das hollaendische Kolonialreich**, citado p. 279.

não seja de vales, mas de outeiros e de terreno pedregoso". (78)

Mais tarde veio ordem do Conselho dos XIX para que se não fizesse distinção entre o "Pernambucshout" e o pau das demais Capitanias. Que um valia tanto quanto o outro. Evidentemente a Companhia era prejudicada com a distinção que se fazia, cotando-se por menor preço o que não procedia de Pernambuco (79). O desta procedência tinha grande procura devido ao seu valor corante, e era vendido com facilidade (80). Decidiu, porém, o Alto Conselho do Recife, que a madeira do Rio Grande do Norte passasse a ser levada para Pernambuco, embarcando no Recife para a Holanda "e com esse embarque aqui, adquirirá o nome de Pau de Pernambuco". (81)

O pau-brasil era um dos monopólios da WIC. Permitia-se, porém, a contratadores derrubá-lo e trazê-lo para os armazéns do Recife. Eram uma boa fonte de lucro, esses contratos; sabe-se que João Fernandes Vieira, Balthazar da Fonseca — o da ponte — Roeland Carpentier, o licenciado Manoel de Moraes, obtiveram licença para "fazer pau". Aliás foi como "brasileiro" que Manoel de Moraes voltou da Holanda para o Nordeste (82), tendo deixado em Leyden mulher e filhos e amigos influentes na direção da Companhia, como Jan de Laet — que

(78) Dag. Notule de 8 de julho de 1637.

(79) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 29 de maio de 1638 e carta do Conselho dos XIX ao Conde e Alto Conselho, datada de Amsterdam, 22 de dezembro de 1640, onde se recomendava que o pau-brasil devia ser enviado à Holanda sem indicação do lugar de procedência "sob o nome simples de pau-brasil".

(80) Waetjen, Die holländische Kolonialreich, cit., p. 280 e carta do Conselho dos XIX ao Conde e Alto Conselho, datada de Amsterdam, 24 de outubro de 1639.

(81) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de janeiro de 1641.

(82) Cartas do Conselho dos XIX ao Conde e Alto Conselho, datadas de 10 de outubro de 1642, de Amsterdam, 25 de novembro de 1644 e Amsterdam, 6 de julho de 1645. Também Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 2 de abril de 1643, Recife, 10 de maio de 1644, Recife, 24 de março de 1645 (onde se diz que "ele [Moraes] ainda não fez entrega até esta data de qualquer quantidade de pau-brasil à Companhia, mas se queixou no começo de seu contrato de que a maior parte da madeira lhe tinha sido roubada, pelo que percebemos que do seu contrato não devemos esperar grande coisa") e Recife, 4 de setembro de 1645 ("Manoel de Moraes que contratou com VV. MM. a entrega à Companhia de certa quantidade de pau-brasil, sob determinadas condições, pelo que lhe fizemos entrega de negros, bois e outras coisas necessárias foi dos primeiros a se declarar a favor dos rebeldes, bandeando-se com eles os brasilianos que tinha sob as suas ordens. Ele trouxe daí um perdão do Papa para a sua apostasia do catolicismo, como mais tarde ele contou". Veja-se também o "Processo de Manoel de Moraes" in RIHB, citado.

louva a inteligência desse mameluco que se fez calvinista e estudou na Universidade de Leyden — e Alberto Coenradsz Burgh. Posteriormente, a exploração do pau-brasil ficou afeta à direção de um zelandês, Huybrecht Brest, que até a rendição residia no Recife.

Mas não somente o pau-brasil mereceu a atenção dos holandeses: outras madeiras brasileiras foram enviadas para a Holanda como o pau-violeta ("violentenhout") e o jacarandá ("palissanderhout") (83). Nassau referiu que enviou para a construção da Mauritshuis "belas madeiras" de Pernambuco. (84)

Procurou-se, também, incentivar o cultivo do índigo, monopólio da Companhia. Veio da Holanda um entendido, Gillis Venant, que, depois, foi às Antilhas especializar-se e trazer sementes (85). O Alto Conselho adquiriu um grande lote de terras na Mirueira e iniciou-se a plantação (86). Depois de várias peripécias, abandonou-se a cultura da planta, devido às formigas e à insurreição que se iniciara. (87). Teria sido este o único vegetal introduzido no Brasil por iniciativa dos holandeses.

---

(83) Sobre o jacarandá: carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político do Recife, datada de Haia, 15 de fevereiro de 1631 e Gen. Missiven ao Cons. dos XIX, datadas do Recife, 5 de março de 1639 e Recife, 10 de maio de 1644; sobre o pau-violeta: Dag. Notule de 18 de fevereiro de 1643.

(84) Carta do Conde de Nassau a C. Huijgens, datada de Antônio Vaz, 9 de maio de 1642, in Veegens, **Historische Studien**, 1.ª parte, citado.

(85) Gillis Venant havia morado durante certo tempo na ilha de Barbados e entendia da plantação de índigo: carta do Conselho dos XIX ao Conde e Alto Conselho, datada de Amsterdam, 21 de junho de 1643; carta de Venant ao Conselho dos XIX, datada da "Plantação da Companhia chamada Mirueira", 25 de março de 1645. Venant chegou ao Recife contratado pela Companhia em 9 de outubro de 1643, tendo em seguida partido para as Antilhas a buscar sementes, voltando em 12 de junho de 1644: Dag. Notule de 16 de junho de 1644. Venant trouxe a esposa a qual, segundo ele, nessa questão de índigo "sabe tanto quanto eu", diz na sua "Vorstellinge bij forme van induxtie" dirigida ao Alto Conselho do Recife e datada da Mirueira, 1 de março de 1645. Ver, ainda, J.H.J. Hamelberg, **De Nederlanders op de West-Indische Eilanden**, 4 vls. (Amsterdam 1901-09), IV p. 22.

(86) As terras estavam situadas entre Paratibe e Beberibe e eram chamadas da Mirueira, pertencentes a Philipe Paes Cabral, a quem foram adquiridas por 7.500 florins. Mediam 1 milha quadrada: Dag. Notulen de 29 de outubro e 3 de novembro de 1643. A 23 deste último mês iniciou-se a plantação com sementes trazidas da Holanda, que entretanto não deram resultado: Dag. Notulen de 23 e 27 de novembro de 1643 e 16 de junho de 1644. Ver, também, Johan E. Elias, **Het Voorspel van den eersten Engelschen Oorlog** 2 vls. (Haia, 1920) I p. 71 nota.

(87) Dag. Notule de 29 de outubro de 1644 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1 de dezembro de 1645.

As medidas adotadas por Nassau para obrigar os senhores de engenho a plantar farinha e hortaliças — mas, sobretudo, farinha — são das primeiras tentativas brasileiras para combater os efeitos da monocultura latifundiária e o Conde dos primeiros a ligar a deficiência alimentar dos brasileiros ao sistema de produção. Os documentos holandeses — sobretudo as Dagelijksche Notulen — estão repletos de informações, relatórios, editais do governo e representações de senhores de engenho sobre a cultura da farinha.

Sabe-se que Pernambuco era das Capitanias brasileiras onde os gêneros de primeira necessidade eram mais caros e quase todos deviam vir de fora. Aqui tudo estava dominado pela cultura da cana. Vários autores referem-se a essa situação; Jan de Laet, escrevendo o seu *Nieuvve Wereldt*, em 1630, diz, citando Lopo Vaz, que em Pernambuco "há grande falta de víveres, de modo que os habitantes têm de importá-los de Portugal ou de outros lugares da costa" (88). Asserção que, com novas informações, ampliou na edição francesa do mesmo livro, em 1640: "il n'y a ville en tout le Bresil qui ait plus de disette de vivres, et d'autres choses necessaires à la vie de l'homme, que cette-ci; de maniere qu'il y en faut bien souvent porter des autres gouvernements du Brasil et des Isles des Canaries, voire du Portugal mesme". (89)

Uma das antigas referências, ao problema criado pela falta de farinha, principal sustento dos moradores brasileiros e holandeses, é a que consta da exposição feita ao Alto Conselho pela Câmara de Olinda, em 1637, na qual se dizia que os moradores plantariam nesse ano pouca mandioca, uma vez que todos os seus negros estavam empregados ou alugados para a plantação de canaviais, pelo que era de esperar sobreviesse "fome por todo o país". E sugeriam a expedição de um edital pelo qual se obrigasse a todos os senhores de escravos empregados no cultivo da terra, a plantar, por cada um deles, 200 covas de mandioca, metade em janeiro e a outra metade em agosto (90). O alvitre foi aceito, tendo Nassau mandado expedir o edital em janeiro de 1638 (91). A quota foi aumenta-

(88) J. de Laet, **Nieuvve Wereldt ofte Beschrijvinghe van VVest Indien, 2.ª ed., Leyden, 1630**, capítulo XIII "Descrição da Capitania de Pernambuco". Lopo Vaz é autor, segundo Hakluyt, de "A discource of the West Indies and South Sea" e está publicado na **Hakluyt's Collection of the early Voyages, Travels and Discoveries of the English Nation** 5 vls. (Londres, 1809-12) IV p. 298.

(89) J. de Laet, **Histoire du Nouveau Monde**, citado

(90) Dag. Notule de 14 de dezembro de 1637.

(91) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639.

da, mais tarde, por sugestão de Gaspar Dias Ferreira e Pero Lopes de Vera, para 500 covas por cada negro que os senhores de engenho e lavradores possuíssem e os moradores que não fossem nem senhores de engenho nem lavradores de cana e tivessem os negros trabalhando no cultivo da terra, ficavam obrigados a plantar 1.000 covas por cada escravo, a metade em agosto e a outra metade em janeiro. Quem desobedecesse ao edital seria considerado inimigo do Estado. (92)

Por ordem de Nassau passaram os escabinos e pessoas devidamente designadas a recensear todas as covas de mandioca existentes no Brasil holandês. Desse trabalho restam-nos algumas informações. Assim sabemos que na freguesia de Sirinhaém o coronel Hans van Koin encontrou 175.670 covas com 8 meses e mais de plantadas. A finta sobre elas daria à Companhia 3.200 alqueires de farinha (93). No distrito de Olinda, no mesmo ano de 1639, a finta fôra fixada em: Muribeca 878 alqueires, Santo Amaro 828, Várzea 253 1/2, Beberibe 76 1/2, Paratibe e Jaguaribe 285, ao todo 2.319 alqueires, o que foi julgado insuficiente para as necessidades. (94)

Os moradores e senhores de engenho sofriam terríveis vexames com esse sistema de fintas. O padre Manuel Calado refere casos em que portugueses e brasileiros foram vítimas de insultos quando autoridades holandesas visitavam-lhes as plantações de mandioca (95). A finta obrigava-os a entregar ao governo metade da farinha fabricada, em troca não de dinheiro, mas de títulos que o Alto Conselho afirmou que valeriam como dinheiro, o que depois se verificou não ser verdadeiro (96). Mas não ficava nisto: sendo insuficiente a farinha fintada, diz uma informação oficial, "e tendo-se necessidade de mais, de novo fizemos registrar todas as rocas e verificar rigorosamente se alguém tinha declarado menos do que possuía, e outra vez exigimos metade da farinha. Consumida esta e não vindo socorro da pátria, tivemos de vexar os moradores, deixando-os colher as suas roças tão fora de tempo que eles nos pediram lhes fosse permitido abandoná-las" e "atual-

(92) Dag. Notule de 22 de julho de 1639.

(93) Dag. Notule de 22 de julho de 1639.

(94) Dag. Notule de 23 de agosto de 1639.

(95) Depoimento confirmado pela Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de março de 1640. Esta Gen. Missive foi traduzida por José Hygino, profundo conhecedor da língua holandesa, e publicada in RIHB, tomo LVIII, parte I, Rio 1895, pp. 2/56.

(96) Gen. Missive citada, p. 31 da tradução, Dag. Notulen de 26 de julho e 10 de setembro de 1639 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de agosto de 1639.

mente não vem farinha de parte alguma, se não a mandarmos buscar à força" (97). Toda a farinha obtida era consumida tão rapidamente que uma Generale Missive diz que parece que os habitantes "comem com três bocas". (98)

Na Paraíba os escabinos, alegando que não era possível aos moradores fornecer a farinha necessária à manutenção da guarnição, pediram licença para que os mesmos pudessem comprá-la, com o seu dinheiro, nas capitanias vizinhas (99). A situação ali era verdadeiramente terrível. Uma carta do Diretor Daniel Alberti, da Paraíba, informava que os escabinos tinham percorrido toda a Capitania para examinar as roças e notaram tão grande falta de farinha em toda parte que mesmo as pessoas mais qualificadas sustentavam as suas famílias com milho e bananas (100). Em Pernambuco a situação não era melhor: apesar das fintas se sucederem e se fazer farinha com mandioca recentemente plantada, a "necessidade obriga-nos", diz uma Gen. Missive, "a fintar os moradores da jurisdição de Maurícia, para alimentação dos que se encontram no Recife, em 2.600 alqueires, durante o corrente mês". O escolteto e os escabinos percorreram o interior verificando a realização da finta, com ordem de executar prontamente os recalcitrantes na entrega. "Entretanto não se conseguiu até agora senão 200 alqueires. Não podemos mostrar o ponto a que chega a falta de alimentos senão informado que em algumas guarnições mais afastadas, gatos e cachorros são comidos e o dinheiro é recusado, pois nada se pode adquirir com ele". (101)

Apesar, porém, de todas as dificuldades, de todos os vexames suportados pelos moradores e da insuficiência das colheitas, Nassau persistiu na sua política de incrementar a produção de farinha, combatendo, como podia, os efeitos da monocultura. O primeiro edital nesse sentido, de janeiro de 1638, foi seguido de vários outros, como sejam os de janeiro e julho de 1639, janeiro, fevereiro e março de 1642 (102). Nassau compreendeu os empecilhos criados pela monocultura e

(97) Gen. Missive de 2 de março de 1640, citada, p. 30 da tradução. Em outra Gen. Missive datada do Recife, 8 de outubro de 1639, conta-se o mesmo fato, justificando-se as medidas enérgicas com a razão: "o povo precisa viver e não temos outra solução senão esta".

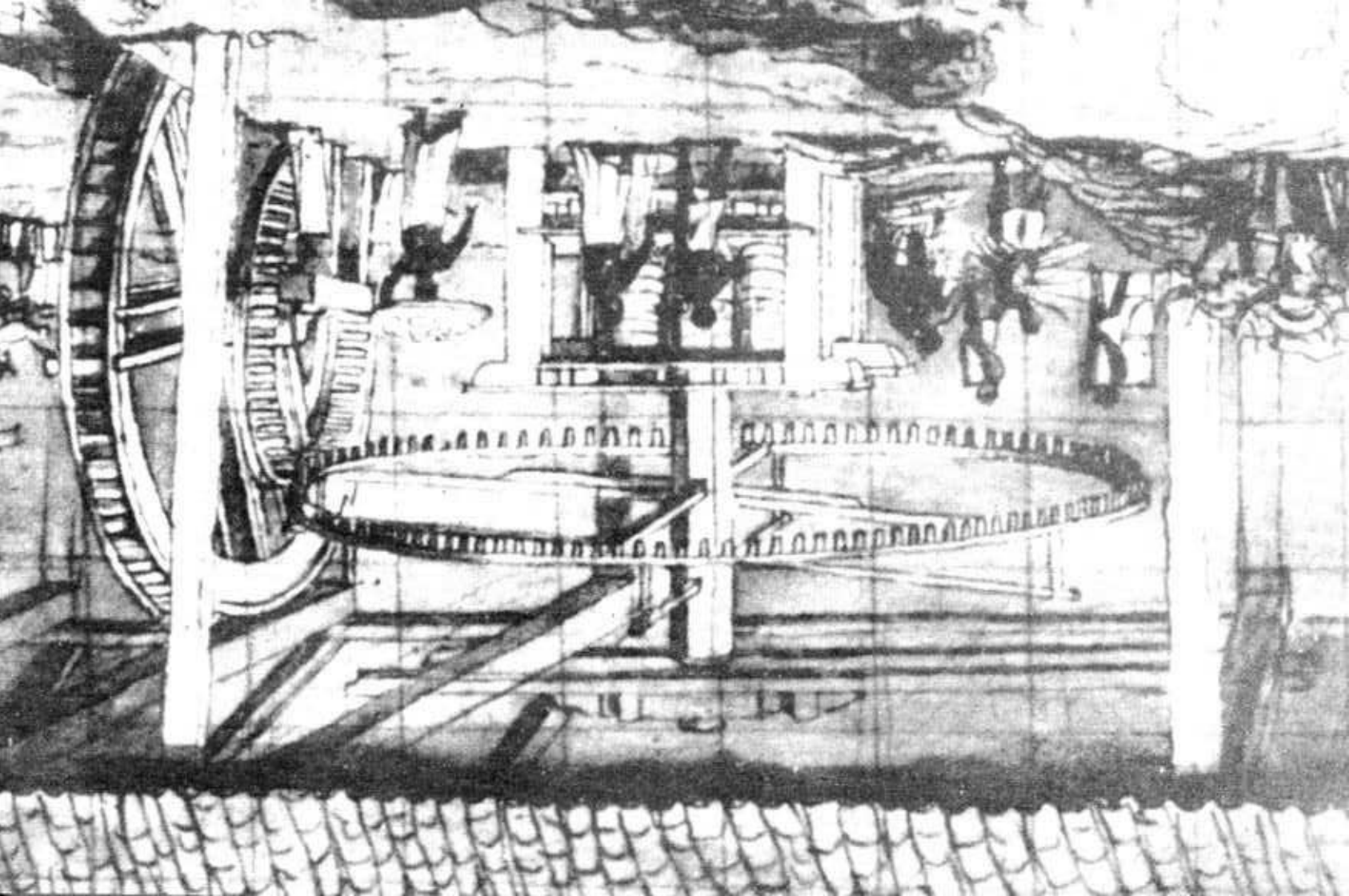
(98) Gen. Missive de 8 de outubro, citada.

(99) Dag. Notule de 21 de novembro de 1639.

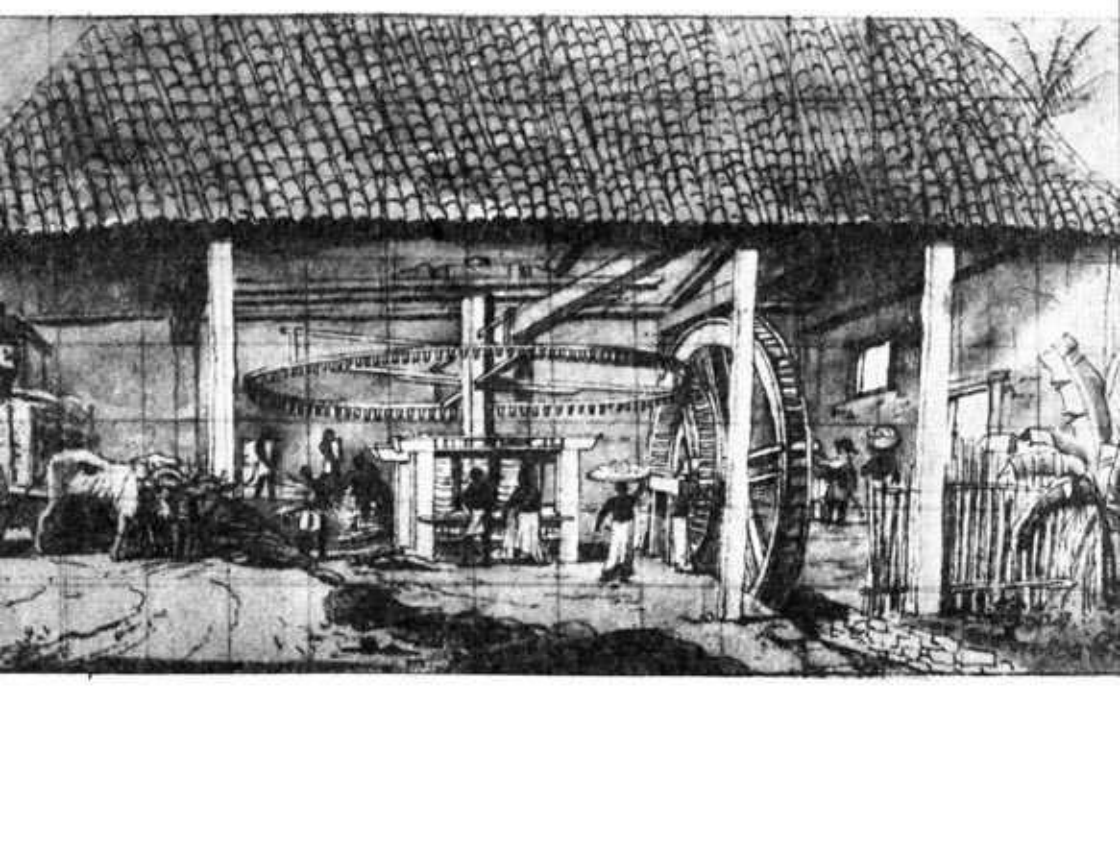
(100) Dag. Notule de 21 de dezembro de 1639.

(101) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada de Recife, 25 de outubro de 1642.

(102) Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 5 de março de 1639 e 5 de agosto de 1639 e Dag. Notulen de 22 de julho de 1639, 10 de janeiro, 4 de fevereiro e 20 de março de 1642.



Moenda de engenho, vendo-se o sistema de transmissão de força para os cilindros, a partir da roda d'água. Desenho de Frans Post (14,3 x 28,2 cm.), do acervo do Museu Real de Belas Artes (Bruxelas). (Souza Leão, F. **Post,** 1973, nº D 21)



sugeriu o aproveitamento de Alagoas para a plantação em larga escala de mandioca; a população pobre e o número reduzido de engenhos haviam permitido, em Alagoas, antes da invasão, a existência de pequenos plantadores, lavradores de roças de mandioca e milho e de fazendas de criação de gado. Adriano Verdonck, no seu relatório, diz que em Alagoas há "5 ou 6 engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda neste lugar existe grande quantidade de bois e vacas... os moradores possuem muito gado... Os moradores plantam ali grande quantidade de mandioca e a maior parte de farinha que vem para Pernambuco é desta procedência... além destes víveres produz a terra muitos outros gêneres mentícios... prepara-se considerável porção de peixes secos". (103)

Propôs Nassau ao Conselho dos XIX "o povoamento de Alagoas, esclarecendo que é o único modo de pôr este país a salvo da fome e que os portugueses dizem que enquanto Alagoas não foi povoada, esta parte do Brasil nunca se pôde manter com os seus próprios víveres, mas era preciso fazer vir o necessário de Portugal, Rio de Janeiro, e de outros lugares longínquos". E dizia mais que "não obstante os nossos editais sobre plantação de mandioca, o preço da farinha continua alto como dantes" (104). O Conde chegou a nomear um diretor para governar Porto Calvo, Alagoas e a zona do São Francisco, o ex-advogado fiscal Hendrik de Moucheron, e ele mesmo preparou-se para ir visitar a região. (105)

Uma das maiores oposições que Nassau teve que enfrentar no seu programa de impor a policultura, surgiu da parte dos senhores de engenho, justamente os que se sentiam mais atingidos pela inovação. Já ficou referido que, em 1637, os vereadores da Câmara de Olinda previram uma fome geral, porque os moradores haviam alugado os seus negros para a plantação de canaviais (106). Em 1639 os senhores de engenho e lavradores alegaram que não poderiam plantar, ao todo, 500 co-

(103) "Memória para os Snrs. Presidente e demais membros do Conselho Político de Pernambuco", de Adriano Verdonck, datado de 20 de maii de 1630. Alfredo de Carvalho traduziu-a sob a título de "Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande", citado. Essa tradução necessita de uma revisão; no trecho transcrito, Alfredo de Carvalho, por engano, traduziu "gedroochde vis" por carne seca.

(104) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 31 de agosto de 1643.

(105) Gen. Missive de 31 de agosto de 1643, citada.

(106) Dag. Notule de 14 de dezembro de 1637.

vas de mandioca por escravo (os demais moradores estavam obrigados a plantar 1.000 por cada um) nos meses de janeiro e agosto, porque em agosto e setembro os negros estavam ocupados com o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc. Por este motivo "resolveu-se consentir que em vez de 500 covas não fiquem obrigados a plantar senão 300 covas, permanecendo os outros moradores na sua primitiva taxa de 1.000 covas por cada negro" (107). Ficou referido acima o número de alqueires fornecido pela Várzea do Capibaribe, a região, do ponto de vista da produção açucareira, mais importante de Pernambuco. Por isso não se obteve ali senão uns minguados 253 1/2 alqueires de farinha (108). Outro documento refere a falta de terras na Várzea onde se pudesse plantar mandioca: estavam todas ocupadas pelos canaviais. (109)

Depois da partida de Nassau e sobrevindo a insurreição, o problema criado pela falta de farinha tornou-se agudo. O Alto Conselho tentou transformar a ilha de Itamaracá em uma espécie de celeiro do Brasil holandês (109a). Lotearam-se os terrenos e permitiu-se a vários candidatos a plantação de mandioca, hortaliças e frutos, tabaco, algodão, uvas, com exceção de cana de açúcar e índigo, como esclarecem as "Condições que

(107) Dag. Notule de 23 de agosto de 1639.

(108) Dag. Notule de 23 de agosto, citada.

(109) Dag. Notule de 20 de março de 1642, onde estão as "Instruções para os Srs. Escabinos do interior que forem designados para taxar os moradores sobre plantação de mandioca". Aí se recomenda: "Deve-se olhar com atenção a Várzea do Capibaribe, quanto à situação de cada terra e morada, porque esse local tem a maior falta de terras para o cultivo da mandioca, mas não obstante isso devem todos ser obrigados a plantar a mandioca que for possível".

(109a) Já em 1634 a ilha havia sido objeto de cuidado especial dos governadores holandeses do Recife, que procuraram implantar ali um regime de policultura. Servaes Carpentier que a mandado do Conselho Político inspecionou as plantações da ilha, descreve o que viu em carta dirigida ao Conselho dos XIX e datada do Recife, 18 de abril de 1634: "os colonos começam a aumentar em número; muitos soldados que anteriormente se encontravam em São Cristóvão e em outros lugares onde há colônias, tendo servido durante certo tempo, passaram a morar na ilha e na qualidade de particulares, a ganhar o sustento plantando. Lá há gente de várias nações: franceses, ingleses, alemães, holandeses, portugueses e alguns índios e todos plantam principalmente maniva ou mandioca para fazer farinha de pau... outras plantações e pomares há lá em grande número, tão belos e em abundância igual a de outras regiões do Brasil pacovas, bananas, batatas, abacaxis, jerimus, melões, mamãos, feijão etc. O tabaco também é bom e só inferior ao de Barra Grande... não se encontra em toda a ilha um pé de cana"...

se concedem aos que quiserem cultivar as terras da ilha de Itamaracá", datadas de 1648. (110)

Em 1649 esteve em inspeção na ilha o Alto Conselheiro Simon van Beaumont, e do que viu enviou ao Recife um relatório circunstanciado muito interessante (111). Quanto às plantações de mandioca calculou-se que representariam o seguinte:

Roça do Capitão Cosmo de Moucheron	20.000	covas
Idem de Pieter Marrising	40.000	"
Idem do "Commandeur" e Escolteto Johan Listry	30.000	"
Idem de Balthasar van Dortmont	60.000	"
Idem de Mathias Beck	40.000	"
Idem de Jean Arragon	30.000	"
Total	220.000	(112)

Poucos meses depois o Alto Conselho mostrava-se desanimado; o projeto não se apresentara compensador e muitos dos plantadores começavam a se retirar (113). Mais tarde sobreveio uma seca que durou dois anos e acabou com o resto das plantações que havia na ilha. (114)

Pode-se afirmar que, apesar de todos os esforços de Nassau e do Alto Conselho, nunca se chegou a um período de equilíbrio, em que o Nordeste pudesse atender às suas próprias necessidades. A monocultura sempre foi o principal entrave a esse equilíbrio. Em certa ocasião o açúcar foi distribuído à po-

(110) As "Condições" estão datadas do Recife, 21 de agosto de 1648. A Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 9 de julho de 1648, esclarece que a Companhia forneceu negros aos plantadores, devendo as colheitas serem entregues à Companhia. Há no Arquivo Geral do Reino (Haia, Holanda) uma planta de Itamaracá, datada de 1648, representando o loteamento das terras da ilha: P.A. Leupe, **Inventaris der Verzameling Kaarten berustende in het Rijks-Archief** (Haia, 1867) p. 110 n.º 707.

(111) Dag. Notule de 4 de fevereiro de 1649. Van Beaumont encontrou na ilha, exceto os soldados, 69 brancos (56 homens e 13 mulheres) e 465 brasilianos (sendo 143 homens, 242 mulheres, 80 meninos sob as ordens de Carapeba). Os brancos são referidos pelo nome; alguns deles antigos moradores do Recife, como Johan Listry, Jean Arragon, Hans Leonard le Bruyn, Pieter Marrissing, François Blonde, Mathias Beck, etc.

(112) Dag. Notule de 4 de fevereiro, citada.

(113) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 20 de abril de 1649.

(114) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 12 de agosto de 1652.

pulação do Recife e Maurícia em substituição à farinha, que faltara completamente. Diz a Dagelijksche Notule que a cada morador foi distribuída 1 libra de açúcar (115). Açúcar, em lugar de pirão.

Grande parte dos víveres para o sustento da população que se aglomerava no Recife e em Maurícia e mesmo da população rural, passou a vir da Holanda, desde a invasão de Pernambuco. E não beneficiavam somente os moradores da cidade. Tinham grande procura por parte dos senhores de engenho e habitantes do interior. Inclusive brasileiros e portugueses (116). Estes consumiam de preferência, diz certo documento, "toucinho, manteiga, azeite, vinho espanhol e aguardente". O mesmo documento urge pela remessa de víveres "que servirão não somente para os empregados no serviço da Companhia, como para os particulares e principalmente para os portugueses de toda esta região" (117). Tão grande era o consumo desses gêneros importados da Holanda, que mais de uma vez o governo holandês no Recife teve de proibir remessas para o interior do país, com receio de que viessem a faltar na cidade. Em 1639 essa proibição compreendia a carne salgada, o toucinho, a manteiga e o queijo, o peixe seco, o bacalhau, a farinha de trigo, o azeite e o vinho espanhol. (118)

Muitos documentos mostram que durante o período da dominação holandesa — e especialmente no período 1635/1645 — os brasileiros — senhores de engenho, lavradores e simples moradores — saborearam os melhores produtos da Holanda, peixe da Terra Nova, vinho francês, toucinho moscovita e cerveja, a "bira" referida por Frei Manoel Calado (119). Gilberto Freyre já acentuou a importância dessa contribuição holandesa à cozinha pernambucana, lembrando que "a única palavra holandesa que até hoje se identificou na língua do Nordeste é um nome de comida: brote. Um tipo de biscoito dure" É certo que o pão servido no Brasil holandês, como o da pró-

(115) Dag. Notule de 8 de junho de 1646. A mesma situação ocorria na parte dos luso-brasileiros: Documentos Históricos (da Biblioteca Nacional) vol. XVII (Rio, 1930) p. 61.

(116) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 25 de agosto de 1637.

(117) Gen. Missive de 25 de agosto, citada.

(118) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 5 de agosto de 1639.

(119) Quanto ao toucinho moscovita ("Moscovisch speck"), ver o "Depoimento de Cornelis Caron e Otto Keye", datado de Haia, 2 de fevereiro de 1655, in Von; Calado, Valeroso Lucideno II, p. 69.

pria Holanda, era escuro, da mistura de outros cereais além do trigo, pelo que a descrição que dele faz Frei Calado não é favorável embora verdadeira: "brotes são uns pães negros feitos de farinha de favas, lentilhas, cevada, feijões, que se parecem com os pães de farelos que se fazem para os cachorros" (120). E ao queijo e à manteiga da Holanda é que se afirma que Schkoppe atribuiu a diferença entre os guerreiros pernambucanos de 1635 e os de 1645. Conta pitorescamente Frei Raphael de Jesus que o comandante holandês exclamara "que nunca pudera imaginar, que a brandura do queijo e das manteigas de Holanda, com que criara os mochachos de Pernambuco, os fizesse tão destemidos e tão robustos, que com tanta glória vencessem, a quem sempre vencera". (121)

Receberam-se, também da Holanda, animais para criação, como galinhas, gansos, patos e porcos (122). Gatos foram enviados para dar combate aos ratos dos armazéns (123). Uma remessa de 300 cães ingleses foi anunciada para o Brasil pelo

(120) Gilberto Freyre, "Cozinha Pernambucana", artigo na revista **Espelho**, edição dedicada a Pernambuco, ano III, n.º 22, janeiro de 1937, p. XI. Calado, **Valeroso Lucideno**, II p. 304. Os holandeses usavam um pão duro ("hart broot") durante as viagens — já que não podiam prepará-lo a caminho ou a bordo; talvez esse "hart broot", resumido em "broot", tenha dado origem ao nosso brote, "uma espécie de biscoito duro". Ver também F. A. Pereira da Costa, "Vocabulário Pernambucano", in RIAP, n.º 159/160, Recife 1937, p. 123. Segundo ainda Pereira da Costa — que se apóia em Bluteau e Moraes — o vocábulo "Pechelingue", usado na língua portuguesa com a acepção de ladrão, é uma corrução de Vlissingen, porto da Zeelândia; daí partiram, durante os séculos XVI e XVII, os zeelandeses em incursões contra as Américas espanhola e portuguesa. "They were the great Amazon and Orinoco traders, and the Guiana coast settlers. The name of their chief port was corrupted to "Pichilingue" in the mouths of Spaniards, who soon applied it to all Zeelanders, then to all Dutchmen". (Engel Sluiter, **Dutch Archives and American Research**, citado). No porto do Recife havia "barcas pechilingues", dirigidas por Huijbrecht Brest, Zeelandês: veja-se a **Relaçam Diaria Do Sitio, e Tomada da forte praça do Recife; Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1654**, cuja autoria é atribuída a Antônio Barbosa Bacelar. Seriam talvez às tais barcas zeelandesas a que a carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Middelburg na Zeelândia, 7 de setembro de 1630, faz referência: "Enviaremos ainda 4 barcas de fundo chato, como as que se usam nas viagens entre Vlissingen e Breskens e a tripulação e as barcas serão remetidas pela Câmara da Zeelândia". Brote e pechelingue parece-nos que são as palavras que nos restam, oriundas do holandês.

(121) Fr. Raphael de Jesus, **Castrioto Lusitano**, p. 516.

(122) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de 17 de junho de 1630.

(123) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Amsterdam, 31 de outubro de 1631. Informam aí que recomendaram que "em todos os navios que seguirem para o Brasil, alguns gatos fossem enviados"

Conselho dos XIX: auxiliariam os soldados holandeses na captura de índios, negros e campanhistas. (124)

E não somente isto: outros artigos finos, flamengos, eram procurados com avidez por brasileiros e portugueses. Muitos senhores de engenho davam-se ao luxo de se alumiarem com boas velas holandesas de cera (125). De se vestirem com os melhores tecidos flamengos, com os mais finos panos de linho, de enfeitar chapéus com as mais bonitas plumas (126). É o que refere um empregado da Companhia, François Blonde, escrevendo de Barra Grande aos Diretores da Câmara da Zeelândia. E acrescenta que os portugueses viviam a aborrecê-lo a pedir "faysenten, faysenten", isto é, fazendas, fazendas (127). Também couro da Rússia e selas, eram muito procurados (128). Em plena guerra, Francisco Barreto de Menezes enviou um tambor ao Recife para pedir licença para comprar ali couro da Rússia e três selas; e os holandeses, num gesto de delicadeza, presentearam-no com os objetos pretendidos. (129)

(124) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Middelburg na Zeelândia, 7 de setembro de 1630. Diogo Lopes Santiago, "Historia da Guerra de Pernambuco" in **RIHB**, 38, Rio 1876, p. 84, informa que os holandeses saíram a campo acompanhados de "muitos cachorros grandes". Ver, também, Roelof Baro, **Relation ou Voyage** (Paris, 1651) p. 232.

(125) Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 25 de agosto de 1637 e Recife, 10 de julho de 1639. Nesta, pedem velas de cera pura, de diversas espessuras.

(126) Fr. Raphael de Jesus, **Castrioto Lusitano**, p. 445.

(127) Carta do "Commis" François Blonde ao Conselho dos XIX, datada do morro de São Bento (em Barra Grande), 12 de maio de 1635.

(128) De Pernambuco foram para a Holanda modelos de selas para serem ali confeccionadas, já que todos os pernambucanos cavalgavam à gineta e os holandeses a bastarda (Calado, **Valeroso Lucideno**, 1, p. 232) a que correspondem tipos diferentes de selas: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 15 de janeiro de 1638. Sobre esses tipos de sela ver Antonio Galvão de Andrade, **Arte de Cavalaria de Gineta e Estardiota, bom primor de serrar e alveitaria** (Lisboa, 1678).

(129) Dag. Notule de 10 de janeiro de 1650, tendo sido concedido o pedido, depois de ouvido o parecer de Schkoppe que nada teve a opor, dizendo que "é uma ninharia, e que coisas assim acontecem muitas vezes na Pátria". Os Conselheiros escreveram a Menezes enviando de presente as selas e o couro, acrescentando que "a cortesia de V. Exa. merece mais do que isto". No dia 15 do mesmo mês (Dag. Notule desta data) Menezes, em retribuição, enviou aos Conselheiros holandeses "algumas caixinhas com frutas do país, confeitadas", cujo recebimento foi acusado (Dag. Notule de 17 de janeiro de 1650).

Artigos de várias procedências eram também trazidos pelos flamengos para o Nordeste. Madeira dos países bálticos, chapéus e sapatos ingleses (130), especiarias das Índias Orientais (131), marfim e ouro da Guiné.

Mas o período da dominação holandesa no Brasil foi uma época de altos e baixos: períodos de prosperidade em que o Recife, segundo a expressão de certo documento, era "um monte de ouro" (132), sucediam e antecediam outros de penúria, em que se morria de fome pelas ruas. A palavra "fome" é das mais comuns nas Generale Missiven. Apesar da remessa constante de víveres da Holanda, no Recife e em Maurícia os burgueses e o povo passaram momentos de fome. As descrições e informações remetidas ao Conselho dos XIX parecem fábulas.

Em 1648 a população do Recife e Maurícia passou três meses sem carne (133). O povo pedia providências ao governo, que nada obtinha do Conselho dos XIX. Alguns mais exaltados entravam pelas casas e mesmo pelos quartos dos Altos Conselheiros no Recife pedindo comida. Outros, o soldo atrasado. Uma carta de 1650 nos transmite estas cenas: "é uma lástima e uma vergonha para o Estado ao qual os soldados prestaram juramento, vê-los ir pelas ruas, todos esfarrapados, com os trapos arrastando, muitos sem poder cobrir o corpo, mais parecendo mendigos que soldados. Apanham as imundícies das ruas, que nem os porcos querem comer, para acalmar a sua grande fome; e como lhes falta o imprescindível para o sustento são levados a condições abjetas; apanham trapos nas ruas e nos canais e consideram sorte quando encontram algum farrapo ou graveto ("stockje") para lenha, pelo caminho. Procura cada um, ao romper do dia, anteceder aos outros em percorrer as ruas e a praia a ver se encontra algo que lhe possa servir" (134). Muitos particulares, soldados e mesmo ofi-

(130) Gen. Missive ao Conselho dos **XIX**, datada do Recife, 4 de dezembro de 1646.

(131) Apud Waetjen, **Das holl. Kolonialreich**, p. 310.

(132) Requerimento de mercadores do Recife (Hans Lenart le Bruyn, Hans van der Goes, Gerrit Terbeeck, Jan Aragon, Jan Parent, David Aragon e Willem van Tongeren) aos Altos Conselheiros. Sem data, mas de 1644.

(133) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 9 de julho de 1648.

(134) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 15 de fevereiro de 1650. Também cartas do Governo Supremo aos Estados Gerais e ao Príncipe de Orange, ambas datadas do Recife, 30 de junho de 1650.

ciais holandeses saíam em jangadas a pescar ou a apanhar caranguejos pelos mangues. (135)

Antes dominados que dominadores, na zona rural, os holandeses não puderam dar cobro a tais extremos de penúria (136). Dependiam inteiramente da Holanda, como nos primeiros dias da invasão. Fizeram cunhar uma medalha comemorativa da chegada de dois navios com víveres que lhes garantiu a sobrevivência por algum tempo. Já referimos que a imigração holandesa fez-se, na sua maior parte, para as cidades. O interior do país continuou à mercê do elemento português, que não merecia, nem podia merecer, a confiança dos flamengos.

A base do sistema econômico do Brasil holandês foi o açúcar, e o elemento mais importante, o senhor de engenho. O elemento burguês que se aglomerava no Recife e Maurícia vivia do comércio do açúcar ou dele dependia para sua subsistência, direta ou indiretamente.

O governo holandês, que retirou dos senhores de engenho muito de seu prestígio e autoridade, não deixou de reconhecer neles os promotores da riqueza da terra e da própria Companhia. Procurou ajudá-los quando, vencidos os últimos focos da resistência pernambucana, iniciou a restauração dos engenhos arruinados. Brasileiros e holandeses senhores de engenho e lavradores mereceram do Conselho as mesmas facilidades e favores. Forneceram-lhes negros com pagamento a prazo. Financiaram obras de reconstrução, com pagamentos em açúcar. Os particulares também concederam grandes créditos aos plantadores, que aceitaram tudo que lhes fora oferecido e puseram-se a trabalhar. (137)

Entretanto no interior gozou-se de curtos momentos de trégua. Os negros, os campanhistas, os incendiários atacavam aqui e ali. As autoridades distritais holandesas abusaram dos moradores, extorquindo-os de todos os modos (138). Os tapuias,

(135) Dag. Notule de 13 de março de 1647.

(136) J. H. Duarte Pereira, Relatório, cit., **RIAP** n.º 30, p. 67, onde comenta e resume os valiosos pareceres de Gaspar Dias Ferreira, **RIAP** n.º 31, pp. 335/352.

(137) "Breve Discurso Sobre O Estado Das Quatro Capitanias Conquistadas", cit., p. 169.

(138) A respeito, uma pequena citação de um relatório sem data, de Gaspar Dias Ferreira, in **RIAP** n.º 31, p. 346: os moradores "acusam a Companhia de suas tiranas observações e governo intolerável, expondo seus absurdos e admoestando seus erros com tanta evidência, que bem podem servir ao mundo de admiração de que haja nele governo tão absurdíssimo"...

decididos aliados dos flamengos, não deixaram descansar os habitantes do Rio Grande, Ceará, Paraíba. É uma sensação que os documentos holandeses do período nos transmitem a da insegurança na vida rural.

Apesar de terem recebido da Companhia várias facilidades os senhores de engenho estavam descontentes. Grandes taxas foram criadas sobre o açúcar. Queixaram-se delas comparando-as com as que pagavam "no tempo do rei": que nunca houve dízimo sobre o mel e que Nassau o criara; que nunca se pagou, para trazer uma caixa de açúcar da Barreta para o Recife, mais de 15 *stuivers* e agora pagava-se um real de oito (600 réis) (139). Queixaram-se dos enormes juros a que os obrigavam os seus credores, nem sempre judeus. Hendrik Haecxs, que antes de ser Alto Conselheiro fora comerciante no Recife, emprestou a juros enormes: 38, 40 e 42% ao ano (140). Já em 1638 a situação dos senhores de engenho era lastimável. Tentaram uma revolta desesperada contra o governo holandês, conspiração nitidamente de elementos ligados ao canavial. Infelizmente faltam-nos maiores particularidades sobre o caso. mas sabe-se que nela tomaram parte Pedro da Cunha de Andrade, senhor de engenho na Várzea, João Carneiro de Mariz. senhor de engenho em Ipojuca, Philipe Paes Barreto no Cabo, Arnáo de Holanda em Maciape, Rodrigo de Barros Pimentel em Porto Calvo, Duarte Gomes da Silveira e João de Souto. senhores de engenho na Paraíba, Belchior Alvares, senhor de muitos currais no Rio São Francisco, Bernardim de Carvalho e Francisco Berenguer, lavradores de cana. (141)

As condições foram se agravando cada vez mais: em 1639 e 1640 as grandes incursões dos campanhistas realizadas simultaneamente com o ataque da esquadra do Conde da Tôrre destruíram canaviais e depósitos de açúcar. Recorrer aos credores, renovar empréstimos era a solução. De um senhor de engenho na Paraíba. Jorge Homem Pinto, diz-se pitorescamente que era "devedor ao mundo inteiro". (142)

(139) Dag. Notule de 2 de março de 1638. E mais: que nunca se pagou de direito de entrada de caixas de açúcar vindas do Cabo, Serinhaém, Porto Calvo, Goiana mais de 8,10,12 schellingen e aumentado agora para 10 florins, etc.

(140) "Jornal do Almirante de Witte" (Abril 1649), in **RD** e relatório de Nassau aos Estados Gerais (1644), in **DH**.

(141) Entre outros documentos: Dag. Notulen de 2 de agosto e 4 de dezembro de 1638 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 30 de julho de 1638.

(142) Carta do Conselho dos XIX ao governo de Pernambuco, datada de Amsterdam, 4 de abril de 1640.

Em 1642 escreveu Nassau que os senhores de engenho eram devedores de importância que montava a 75 tonéis de ouro ([143]), isto é, 7.500.000 florins. E em 1644 calculava o débito em 130 tonéis de ouro ([144]) ou 13.000.000 florins. Entretanto, a Companhia continuou a ajudá-los financeiramente: facilitando a reconstrução dos engenhos — como o Aratangi, de Miguel Fernandes de Sá e o Sibiró de Baixo, de Francisco Soares Canha — ou pagando dívidas particulares dos senhores — como no caso de Jorge Homem Pinto, da Paraíba, de João Carneiro de Mariz, de Ipojuca, de d. Catarina de Albuquerque, senhora do engenho Santo Antônio na Muribeca. ([145])

Parece que o maior devedor era o já referido Jorge Homem Pinto, o qual em 1645 veio solicitar da Companhia um segundo acordo, para o pagamento aos seus credores de 937.997 florins, dando como hipoteca os seus nove engenhos e pertences, 370 negros e cerca de 1.000 bois ([146]). Logo depois de Jorge Homem Pinto podemos colocar outro grande devedor: João Fernandes Vieira, pessoa de confiança do governo holandês do Recife, seu antigo agente de compras de açúcar e encarregado da captura de negros fugidos.

Vieira, escabino de Maurícia, compareceu em junho de 1642 perante o Alto Conselho e, por escrito e oralmente, diz a Dagelijksche Notule que seguimos, "declarou que é devedor à Companhia de uma considerável soma de dinheiro, pelo contrato dos dízimos e pensões do açúcar, compra de negros e outras coisas e por conta da compra que havia feito aos Srs. Stachhouwer e de Ridder, dos engenhos São Carlos, Sant'Ana e Ilhetas, tendo ficado obrigado a pagar à dita Companhia tudo quanto o Sr. Stachhouwer em particular e os dois juntos eram devedores à Companhia pela compra dos engenhos Sant'

(143) Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642, in BSN. Um "tonel de ouro" era a denominação dada ao valor de 100.000 florins.

(144) Relatório de Nassau aos Estados Gerais (1644) in DH.

(145) O auxílio financeiro foi assunto largamente discutido em papéis da época (entre outros: O Machadão do Brasil, o Saco de Ouro do Brasil, etc.) Vejam-se a Dag. Notule de 5 de abril de 1642, os requerimentos de João Carneiro de Mariz e de D. Catarina de Albuquerque, ambos sem data, mas de 1643, in BPR, a "Lista dos contratos realizados pelos Senhores do Alto Conselho com diversos senhores de engenho e lavradores portugueses, segundo os livros da WIC", publicado por Herbert I. Bloom, "A Study of Brazilian Jewish History, 1623-1654". Publications of the American Jewish Historical Society, n.º 33 (1934), pp. 111/119. O total dos débitos eleva-se a 4.642.196 florins.

(146) Dag. Notule de 16 de maio de 1642 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645.

Ana e Ilhetas, motivo por que a sua dívida ainda se tornou maior". Alegando os "seus notórios serviços a este Estado" e dando como garantia os seus cinco engenhos, expôs a sua dívida e propôs novo plano para pagamento das obrigações assumidas com a Companhia e com credores particulares:

a)	pelos contratos dos dízimos e pensões dos açúcares, transporte, passos e miunças e compra de negros e outras coisas deve	265.998	florins
b)	por conta de Jacob Stachhouwer e de Ridder, por prestações vencidas	83.279	"
c)	pela mesma conta, por duas prestações a vencer em 1643 e 1644	21.000	"
d)	ainda pela mesma, por prestações a vencer em 1642, 1643, 1644 e 1645	41.333	"
e)	por conta de Jacques Hack e restante de seu débito pela compra de engenho de que o mesmo Hack é devedor, em prestações a vencer nos 3 próximos anos	45.000	"
f)	por dois anos de contrato dos passos dos rios Capibaribe e Beberibe a vencer em 1.º de agosto de 1643 e 1644	16.000	"
g)	pagará a Companhia aos seus credores e ficará saldado de	39.000	"
h)	concedeu-se-lhe que nos leilões públicos de escravos possa comprar 60 negros que por cálculo se estima que montarão, com os juros de 2 anos a 1% ao mês, a	30.000	florins
	soma de toda a dívida	541.610	florins

A proposta foi aceita, passando Vieira a dever únicamente à Companhia, à qual entregaria em prazos então estabelecidos determinadas quantias de açúcar e de paú-brasil. (147).

Parece que pouco mais tarde a WIC, cansada de lidar com devedores tão morosos, resolveu agir com maior rigor: deu ordem aos Conselheiros de Finanças, em janeiro de 1643, para cobrar as prestações das dívidas dos senhores de engenho e moradores, recomendando-lhes "que em falta de pagamento devem proceder com execuções contra todos e cada um, sem entrar em acordo com ninguém a esse respeito" (148). Muitos desses devedores só encontraram uma solução: a fuga. Uns fugiram em barcaças de carregar açúcar, para a Bahia (149); outros refugiaram-se no interior ou nas matas (150). Muitos foram presos e trazidos para o Recife, suportando terríveis provações na cadeia da cidade, ao lado de vagabundos, desordeiros e ladrões. (151)

Não menos impiedosos eram os credores particulares. Alguns agiam com tal rigor que certo Conselheiro de Finanças — tribunal ao qual estava afeto o serviço de cobrança de dívidas — Pieter van der Hagen, pediu dispensa das funções, pois se recusava "a comer a carne e beber o sangue de viúvas e órfãos". (152)

Em 1644 concederam-se salvo-condutos a senhores de engenho que desejavam vir à cidade comprar escravos nos leilões da Companhia, com os quais ficavam ao resguardo da prisão pedida pelos credores. Fez-se saber por editais que "toda pessoa que vier de fora um dia antes e dois depois do leilão será considerada isenta de prisão e de qualquer inquietação. (153)

147) Dag. Notule de 30 de junho de 1642. Segundo a relação publicada por Bloom, op. cit., Vieira ficou devendo à Companhia 321.756 florins. Débito maior que o seu só o de Jorge Homem Pinto, que se elevava a 1.245.160 florins.

(148) Da. Notulen de 7, 20 e 21 de janeiro de 1643 e carta do Conselho de Finanças ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 9 de junho de 1643.

(149) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643

(150) Dag. Notule de 4 de março de 1644.

(151) Carta do Conselho de Justiça ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644.

(152) Carta de Pieter van der Hagen aos Diretores da Câmara de Amsterdam, datada do Recife, 28 de agosto de 1643.

(153) Edital in Dag. Notule de 19 de março de 1644.

Nassau compreendeu os riscos para a segurança do Estado que tais vexames aos moradores luso-brasileiros podiam acarretar. A sorte da Companhia estava na mão deles: eram maioria no interior e deles dependia a principal fonte de riqueza da região. O Conde aconselhou no chamado "Testamento Político", que "convém proceder com brandura em relação aos lavradores e aos senhores de engenho" (154). E tinha razão: as humilhações suportadas pelos moradores estão entre os motivos invocados pelos insurgentes de 1645 para a justificação do fato de tomarem arma. João Fernandes Vieira, que soube se servir da insurreição para o seu próprio interesse, "passou éditos em que aos que servissem na dita guerra fazia quites do que deviam aos holandeses", decisão que foi aceita por todos sem maiores investigações "se ele [Vieira] tinha poder para o fazer, o que se tinha por certo, ainda que eu não sei, pois não vi seus papéis", depôs o ex-Padre Manoel de Moraes, em 1646 (155). Apesar disto Vieira informava, em 1647, a Jacob Stachhouwer que "todos nós e cada um em particular queremos pagar as nossas dívidas" e de si mesmo diz: "pagarei o que devo e peço que V. S.ª me considere seu bom amigo" (156). Mas a verdade é que nada pagou, considerando-se quite com a Companhia pelas despesas feitas com presentes e jantares aos holandeses do Recife. (157)

A insurreição de 1645 foi preparada por senhores de engenho na sua maior parte devedores a flamengos ou judeus da cidade. Foi nitidamente um levante de elementos rurais, no qual tomaram parte negros escravos, lavradores, pequenos proprietários de roças, contratadores do corte de pau-brasil (como o ex-Pe. Manoel de Moraes), e outros. Um dos pontos já salientados aqui, foi o da exigüidade da imigração holandesa

(154) "Testamento Político de Maurício de Nassau" cit., p. 232 e Relatório de Nassau aos Estados Gerais (1644), in DH.

(155) Processo de Manoel de Moraes, in RIHB n.º 70, citado. Veja-se também o edital assinado por Vieira e Antônio Cavalcanti, datado do engenho Maciape, 29 de junho de 1645, in DH: "todo aquele que for devedor a judeu ou holandês será considerado quite dos débitos, uma vez que cumpra o seu dever", isto é, desde que se junte aos insurgentes.

(156) Carta de Vieira a Jacob Stachhouwer, datada do Arraial do Bom Jesus, 14 de fevereiro de 1647.

(157) Na verba 24.ª do seu testamento diz Vieira que os chefes holandeses lhe "são devedores de mais de cem mil cruzados... de peitas e dádivas a todos os governadores... e grandiosos banquetes que ordinariamente lhes dava pelos trazer contentes": "Cópia Fiel de algumas verbas do testamento do governador João Fernandes Vieira", in RIHB n.º 70, citado.

para a zona rural da colônia. Por este motivo pôde logo a revolta dominar todo o interior, de tal modo que, em 1646, o Alto Conselho informava que "o inimigo está tão próximo da cidade, que é possível avistar daqui as suas sentinelas". (158)

Um ponto que ainda não mereceu a atenção dos pesquisadores é o da influência da restauração de Portugal, em dezembro de 1640, sobre a insurreição de 1645. Influência quer na atitude da Companhia para com a sua colônia brasileira, quer na dos brasileiros em relação à sua antiga metrópole.

Uma das primeiras providências de D. João IV foi a de procurar a amizade e o auxílio dos Estados Gerais da Holanda, contra o inimigo comum que era a Espanha. Assinaram-se tréguas (Haia 12.VI.1644) e um tratado de aliança entre os dois países. Ordenaram os Estados Gerais que os portugueses fossem considerados como amigos (13.II.1641), o mesmo tendo feito o rei (20.III.1641) com relação aos flamengos. Confiado neste entendimento adotou o Conselho dos XIX várias medidas para execução no Brasil. Uma delas, a de reduzir o efetivo do exército aqui estacionado para 18 companhias, isto é, cerca de 3.000 soldados, dispensando-se os de nacionalidade inglesa, escocesa e francesa, conservando-se os holandeses e alemães (159). O Conde de Nassau escreveu imediatamente aos Estados Gerais — a quem fazia confidências pouco lisonjeiras em relação ao Conselho dos XIX da Companhia — com o pedido de "que o mais breve possível me avisem se devo obedecer inteiramente ao que determinam os XIX e também se isto é contrário ao pensamento de VV. Exas. e se consideram que isto pode ser realizado aqui sem prejuízo da Companhia. Não achei conveniente tratar desta matéria na carta que escrevi aos Diretores, uma vez que não se trata de questões de lucros e facilmente seria inscrita no 'livro do esquecimento' ("ende

(158) Carta do Alto Conselho aos Estados Gerais, sem data, mas anterior a 29 de setembro de 1646.

(159) Carta do Conselho dos XIX ao Conde de Nassau, datada de Amsterdam, 18 de abril de 1642, carta do Conde aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642 (aí diz que de "ingleses, escoceses e franceses é composto o grosso do exército") e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644 ("a redução do exército para 18 companhias — média de 150 homens cada uma — foi realizada"). Veja-se, também, a carta de Hendrick van Haus ao Conselho dos XIX, datada de Maurícia, 25 de julho de 1644. Haus chama a atentio para "a fraqueza do exército, havendo companhias que não têm 100 homens, pois muitos partiram com a última frota, isto é, cerca de 500 homens e nesta partirão 200 a 300 e da pátria só chegaram 68 soldados... as guarnições estão muito desfalcadas, os fortes e fortificações ruindo"...

lichtelyck in 't vergetelboek soude werden gestelt") (160). Não conhecemos a opinião dos Estados Gerais a respeito, mas o fato é que, mesmo com o parecer contrário do Governo holandês do Recife, foi levada a efeito a redução do exército. Determinaram ainda os XIX que se dispensassem os majores que serviam no Brasil, passando o maior posto militar a ser o de capitão (161). Os reparos e melhoramentos nos fortes passaram a ser autorizados na Holanda, com o que se perdia um largo tempo para o trabalho de que careciam (162). Todos esses fatos concorreram para o enfraquecimento do poder holandês no Nordeste e facilitaram as primeiras vitórias do levante de 1645.

Os brasileiros e o governo da Bahia também souberam aproveitar, pelo seu ladó, as vantagens que o tratado de aliança lhes oferecia. Parece que se iniciou logo certo intercâmbio entre a Bahia e o território ocupado pelos holandeses em Sergipe; foram dadas ordens pelo Alto Conselho flamengo de que se impedisse tal movimento (163). Pouco depois chegou ao Recife o grande campanhista, o sargento-mór André Vidal de Negreiros, na qualidade de enviado de Antônio Telles da Silva. Acompanhava-o o capitão Manuel Pacheco d'Aguiar (164). Trazia aquele da Bahia a exposição já redigida que apresentou aos Altos Conselheiros. Seria motivo de admiração o fato de católicos como Antônio Telles da Silva e os brasileiros em geral, proporem um maior contato e intercâmbio com hereges, se se não pudesse entrever a finalidade última de tal proposta. (165)

O que em primeiro lugar Vidal propunha da parte do governador da Bahia, eram providências para "firmar a comunicação entre os moradores das duas jurisdições [holandesa e portuguesa], a qual, de conformidade com os artigos 10.º

(160) Carta de Nassau aos Estados Gerais datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642.

(161) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643; havia então 6 majores na colônia: Cornelis Bayart, Cornelis Crail, Sedneum van Points, Ernest van Breme, Marten van Els e Charles van Dyck, que serviam respectivamente em Maurícia, no Rio São Francisco, Paraíba, Maranhão, Serinhaém e Muribeca.

(162) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(163) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(164) Dag. Notule de 18 de setembro de 1642.

(165) Dag. Notulen de 26 e 29 de setembro de 1642.

e 15.º do tratado de paz, devia ser realizada sem receio ou desconfiança e sem rememorar de qualquer modo as hostilidades e prejuízos anteriormente sucedidos, mas uma e outra nação ajudando-se mutuamente, com recíproca confiança. E para que isto possa ter lugar é necessário que VV. Exas. façam publicar que, durante o período de paz, podem os moradores de uma e outra jurisdição, sem empecilhos ou reservas, ir e vir de uma para a outra, porque esta é a amizade que o tratado de paz estabeleceu e isto estão VV. Exas. obrigados a proclamar". (166)

O Alto Conselho, depois de muito ponderar, respondeu por escrito a André Vidal e a Pacheco d'Aguiar que, de acordo com o artigo 25.º do tratado de tréguas, a liberdade de comércio só havia sido concedida aos habitantes das duas nações na na zona ao norte do Equador, pelo que não poderia ser estendida ao Brasil mas que estava pronto a colaborar com o governo da Bahia no cumprimento do referido tratado e que concederia passaportes aos que pretendessem entrar em seu território, vindos da jurisdição portuguesa. (167)

Esses entendimentos teriam facilitado o ingresso em território ocupado pelos flamengos de vários elementos portugueses ou brasileiros, que se transformaram em agentes da revolta. Deve ser observado que em três anos, graças a essas facilidades, preparou-se o levante, juntaram-se as armas e convocaram-se os habitantes.

A correspondência provinda do Brasil no período compreendido entre a revolta do Maranhão e a partida do Conde de Nassau, vai narrando, momento por momento, os preparativos da insurreição de 1645; e, quando do embarque do Conde, a situação era tão insegura que muitos moradores retiraram-se do Brasil certos de que a colônia não teria uma existência muito longa. Na mesma frota em que regressou João Maurício, partiram oficiais e soldados há muito tempo no país; (168) partiu Gaspar Dias Ferreira, que pediu licença para levar consigo a sua baixela de prata; (169) Joachimus Vicentius Soler parece

(166) Dag. Notule de 29 de setembro de 1642.

(167) Dag. Notule de 8 de outubro de 1642. Um segundo requerimento apresentado por Vidal consta da Dag. Notule de 13 de outubro de 1642. Veja-se também Dag. Notule de 14 de outubro de 1642. E já usando da aliança entre as duas nações, o Alto Conselho dirigiu-se ao governador da Bahia solicitando que lhe fosse permitido comprar farinha em Salvador: Dag. Notulen de 15 e 18 de outubro de 1642.

(168) Mais de 500 oficiais e soldados, como já vimos (nota 159), inclusive o major inglês Sedneum van Points.

(169) Dag. Notule de 27 de abril de 1644.

que deixou sem saudades a terra pernambucana, que tanto elogiou; (170) o doutor Willem Piso, apesar de uma proposta vantajosa que lhe foi feita pela "'Nação Judaica" do Recife se quisesse permanecer, embarcou para a Europa levando no seu baú as notas para a sua "De Medicina Brasiliensi". (171)

Em 1642 uma incursão ousada foi realizada por um capitão, Agostinho Cardoso. Os documentos holandeses narram o seu desembarque no Cabo de Santo Agostinho e os pormenores levam a crer que se tratava de uma missão especial para avivar o ânimo da população brasileira e preparar a revolta. Quem presta ao Conde de Nassau informações a respeito é o comandante militar de Serinhaém, Marten van Els, que realizou um inquérito rigoroso acerca do episódio. Aí está contado que Cardoso desembarcou ao norte do Cabo, ao pé do monte, no lugar que é chamado de "Caillette", isto é, da Calheta. Durante 14 dias ele percorreu a Capitania em direção ao sul e embarcou novamente na Barra Grande, próximo a Porto Calvo — depois de percorrer a zona mais densamente povoada e cultivada de Pernambuco rural. (172) Recriminações ásperas da parte do Governo do Recife foram feitas à Bahia por esse motivo e comunicações ao Conselho dos XIX para protesto ao embaixador português na Holanda. (173)

Como medida de precaução resolveu-se fazer desarmar os moradores portugueses que haviam obtido licença para possuir arma quando da reunião da chamada "Assembléia Legislativa de 1640". (174) Mais ou menos pelo mesmo tempo esteve em Pernambuco o Dr. Simão Álvares de la Penha, pessoa de grande influência na Bahia e que vinha protestar em nome do Governador pelo aprisionamento feito por um *yacht* holandês, o "de Groote Gerrit", da barca portuguesa "Bênção de Deus" (175). Desconfiaram os holandeses de que ele trazia incumbência de verificar a situação interna da colônia flamenga e a

(170) Dag. Notulen de 12 de outubro, 10 e 19 de novembro de 1643.

(171) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644.

(172) Carta de Marten tan Els ao Conde de Nassau, datada de Serinhaém, 20 de fevereiro de 1643, Dag. Notule de 9 de fevereiro de 1643 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(173) Carta do Conde e Alto Conselho ao Governador da Bahia, datada do Recife, 3 de março de 1643 e Gen. Missive citada.

(174) Dag. Notulen de 13 e 16 de dezembro de 1642 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(175) Dag. Notulen de 22 e 23 de maio de 1643.

disposição dos brasileiros em relação à administração da Companhia (176). Entretanto, não acreditavam, Nassau e os Altos Conselheiros, que os brasileiros pudessem intentar sem a ajuda de Portugal, um levante contra os holandeses. E Portugal não queria senão paz, para poder enfrentar a Espanha. (177)

Os documentos que examinamos mostram que a decisão final para início da insurreição foi tomada quando da chegada ao Recife de André Vidal de Negreiros, em 27 de agosto de 1644. Acompanhava-o o capitão Nicolau de Araújo e o Padre Ignácio, da ordem de São Bento. Eram portadores de uma carta de D. João IV (13 de janeiro de 1644) ao Alto Conselho, na qual o rei agradecia aos holandeses o tratamento que dispensavam aos brasileiros e portugueses e o fato de lhes permitir o exercício da religião católica. E de outra, do governador da Bahia, na qual este pedia permissão para Vidal e Araújo se locomoverem livremente na colônia, pois desejavam despedir-se de parentes e amigos, antes de partirem para Portugal, a serviço do rei (178). Passaportes foram concedidos aos três viajantes, permitindo-se-lhes circular sem empecilhos por toda a conquista, obrigando-se porém a nada atentarem contra o governo (179). Promessa que não cumpriram, pois se sabe que estiveram presentes a vários conciliábulos. (180)

São dos três últimos meses de 1644 e dos primeiros de 1645, vários depoimentos — a maioria de judeus portugueses — nos quais se denunciam os preparativos de um levante ar-

(176) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 2 de junho de 1643. Simão Alvares de la Penha foi posteriormente aprisionado pelos holandeses, juntamente com Francisco Barreto de Meneses. Sobre o preso o Conselho dos XIX ouviu na Holanda a opinião de Nassau: "S. Exa. ouvindo o nome do licenciado de la Penha disse que era o maior finório ("de quaeste schelm") de todo o Brasil e sem dúvida o animador e fomentador dos rebeldes do Brasil e que se devia dar ordem no sentido de que se evitasse a sua fuga pois sendo um homem de muito engenho e que tem o governo da Bahia na mão, é muito de recear que procure corromper alguém": carta do Conselho dos XIX ao Governo de Pernambuco, datada de Haia, 29 de agosto de 1647. Preso incomunicável, de la Penha queixou-se de melancolia, pelo que lhe foi concedida a companhia de um frade prisioneiro, Frei Mateus de São Francisco (Dag. Notule de 17 de setembro de 1647). Em 12 de julho de 1648, entre 10 e 11 horas da noite, escaparam ambos do sobrado onde estavam, descendo por uma corda: Dag. Notule de 16 de julho de 1648.

(177) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 12 de junho de 1643.

(178) Dag. Notule de 27 de agosto de 1644, Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1 de outubro de 1644.

(179) Dag. Notule de 29 de agosto de 1644.

(180) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645, publicada por Nieuhof, Memorável Viagem, cit., p. 105.

mado no interior de Pernambuco. Outras cartas contendo informações a respeito de certos movimentos suspeitos, começaram a ser recebidas quase diariamente do sul da Capitania ou das Alagoas. A confusão nas notícias era imensa.

Moisés da Cunha, por exemplo, denunciou que João Fernandes Vieira tinha enviado todas as suas jóias e serviços de prata para a Bahia, confiando-os à guarda de Antônio de Freitas; que não tratava mais de beneficiar os seus engenhos, vendendo os negros e os bois. Que os moradores da Várzea compravam armas a qualquer preço. Que o levante estava marcado para o dia em que se realizasse um leilão de escravos, esperando os insurgentes apoderaram-se também dos negros (181) Outro judeu, não nomeado, morador no interior, declarou que o salteador holandês Abraham Platman se encontrava nas matas de Camaragibe às ordens de Vieira (182). Notícia que outro judeu, de nome Moreno, confirmou. (183)

Outro informante contou que no engenho São Paulo estavam sendo "fabricadas muitas facas compridas, chamadas facões, que já começaram a ser distribuídas". Que o capitão de confiança de Vidal estava escondido nas matas e se chamava Manoel Torres, de cabelos louros, sendo a senha da revolta a palavra açúcar. Que os que estavam reunidos na mata indagaram do seu capitão que garantia tinham de socorro da Bahia e que não queriam ser tidos por salteadores, mas prestar serviço como soldados; ao que lhes foi respondido que da Bahia viria, sem falta, auxílio. (184)

Interessante é o depoimento de certo português, que informou ao Alto Conselho "que sua mulher tinha sabido por intermédio de uma amiga, uma senhora portuguesa, que tem grande amizade com o pessoal da casa dos pais de André Vidal e particularmente com a mãe de Vidal, um segredo contado pela mãe do dito Vidal", que era o do verdadeiro objetivo da viagem deste a Pernambuco. Sob pretexto de se despedir de amigos, viera de fato verificar a situação da colônia holandesa e qual o melhor modo de iniciar a revolta; "que durante todo o tempo, esses trabalhos e projetos realizaram-se nos engenhos e que Vidal trouxera cartas do rei de Portugal dirigidas a diversos moradores de Pernambuco, animando-os nos

(181) Depoimento datado de 14 de outubro de 1644, in RPB.

(182) Depoimento datado de 30 de outubro de 1644, idem.

(183) Depoimento datado de 7 de novembro de 1644, idem.

(184) Depoimento datado de 11 de novembro de 1644, idem.

seus bons desígnios". Que o padre Manoel Rodrigues, vindo de Angola e estante na Paraíba, tinha confessado e dado extrema-unção ao pai de André Vidal, que declarou: "Queira Deus conceder-me ainda um ou dois meses de vida que uma boa coisa está para acontecer aos portugueses, que é o voltarem todos à obediência do Rei de Portugal". (185)

Outra informação indicava que o dia marcado para a revolta era o de São João, em homenagem a Dom João IV. (186)

Uma indicação valiosa para a história das relações anglo-brasileiras, é a de que navios e tripulações ingleses ajudaram os revoltosos na campanha contra os holandeses. Nos documentos que examinamos surgem não dois ou três navios ingleses trazendo mantimentos e armas, mas inúmeros. Era uma forma de evitar envolver Portugal no conflito do Brasil. Em certa carta Francisco Barreto de Menezes insistia pela remessa de víveres e munições "por intermédio dos grandes navios ingleses, sem risco para o rei e por conta do povo, que pagará tudo em açúcar e voltarão com bons lucros". (187)

Mas já então navios ingleses faziam viagens para o Brasil. Pelas informações constantes de cartas oficiais holandesas fica-se sabendo que tais navios eram poderosamente artilhados e os flamengos não ousavam atacá-los. Um deles "tão armado que só em um lado tinha 16 canhões". Dois, porém, menos felizes, foram aprisionados, um pelos *yachts* "Leeuwerden" e "'t Wapen van Amsterdam" diante da Bahia, de nome "Concórdia", que vinha armado com 29 canhões pequenos e enviado por comerciantes ingleses e carregado, segundo constava da carta do afretamento feito com o rei de Portugal, "com uma boa quantidade de mercadorias, munições de guerra e 40.000 libras de pão duro, 15 pipas d'água destilada e cerca de 240 de vinho embarcado em Tenerife"; o segundo "depois de uma forte refrega" foi aprisionado ao sair da baía de Tamandaré. Chamava-se "O Comerciante Veneziano" e estava

(185) Depoimento datado de 23 de dezembro de 1644, idem.

(186) Depoimentos datados do Recife, 21 de junho de 1645 idem. Os depoentes eram dois judeus: Jacob Nunes e Moisés Aboab.

(187) A carta de Francisco Barreto está resumida na Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 27 de outubro de 1648. Nesta e nas seguintes Gen. Missiven há importantes informações que são usadas no texto: Gen. Missiven datadas do Recife, 19 de dezembro de 1648, Recife, 20 de abril de 1649, Recife, 23 de julho de 1649, Recife, 21 de novembro de 1650, Recife, 20 de dezembro de 1652 (a primeira desta data). Veja-se, também, a carta de Antônio Teles da Silva ao Rei de Portugal, datada da Bahia, 7 de junho de 1649, in **DH**.

armado com 22 canhões e tripulado por 35 ingleses e 18 portugueses e carregava 600 caixas de açúcar e algum pau-brasil.

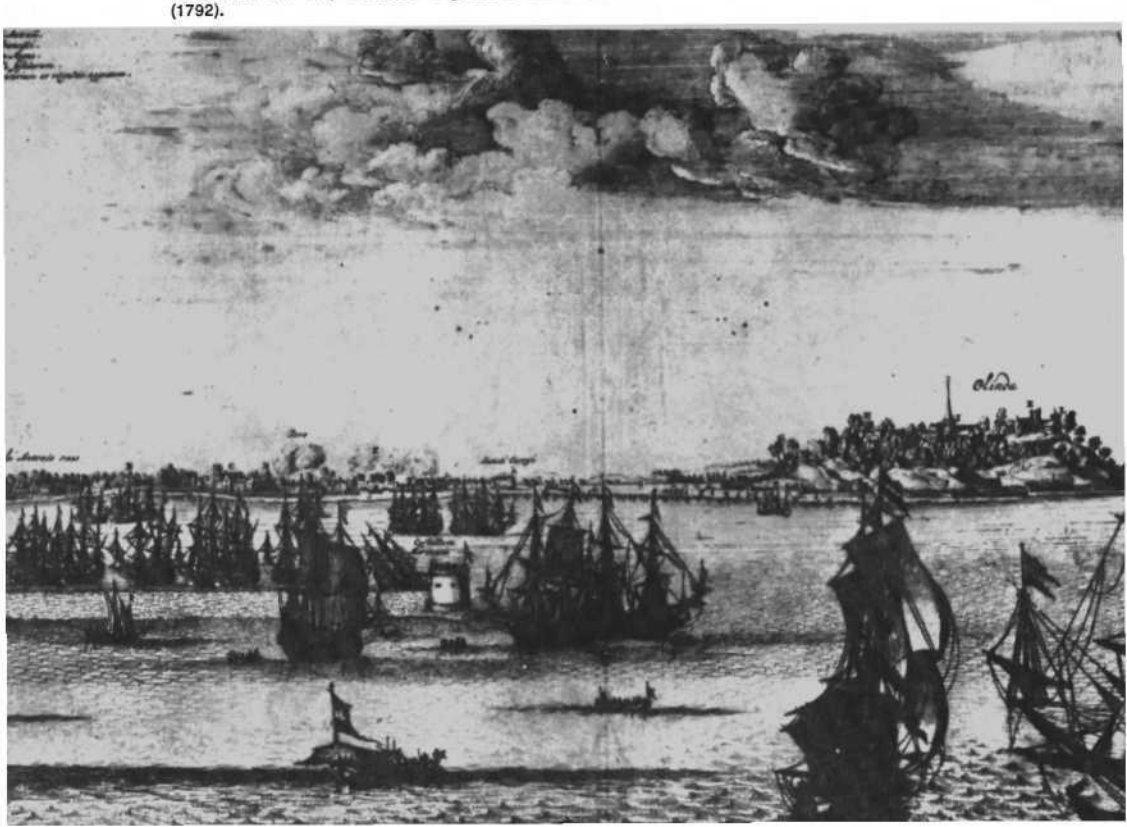
Em 1649 consta que "quatro navios pesados, de nação inglesa, abasteceram os portugueses no Cabo de Santo Agostinho". Outro trouxe peixe seco da Terra Nova para a Bahia. (188)

Há, também, referências a que vários navios franceses conduziam víveres e munições para os rebelados. O caso do aprisionamento de um deles, o "Villeroy", ocupa páginas e páginas das Dagelijksche Notulen de 1650. (189)

(188) Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 19 de dezembro de 1648, 20 de abril de 1649 e 20 de dezembro de 1652 (1.ª desta data); **Documentos Históricos** (da Biblioteca Nacional) vol. 20 (Rio, 1930) p. 263 e vol. 26 (Rio, 1934) p. 155.

(189) Dag. Notulen de 17 e 19 de setembro e 18 de novembro de 1650 (desta consta o interessante requerimento dos tripulantes do "Villeroy", os "pauvres et deplorables mariniers du Villeroy", metidos na cadeia) e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de março de 1651.

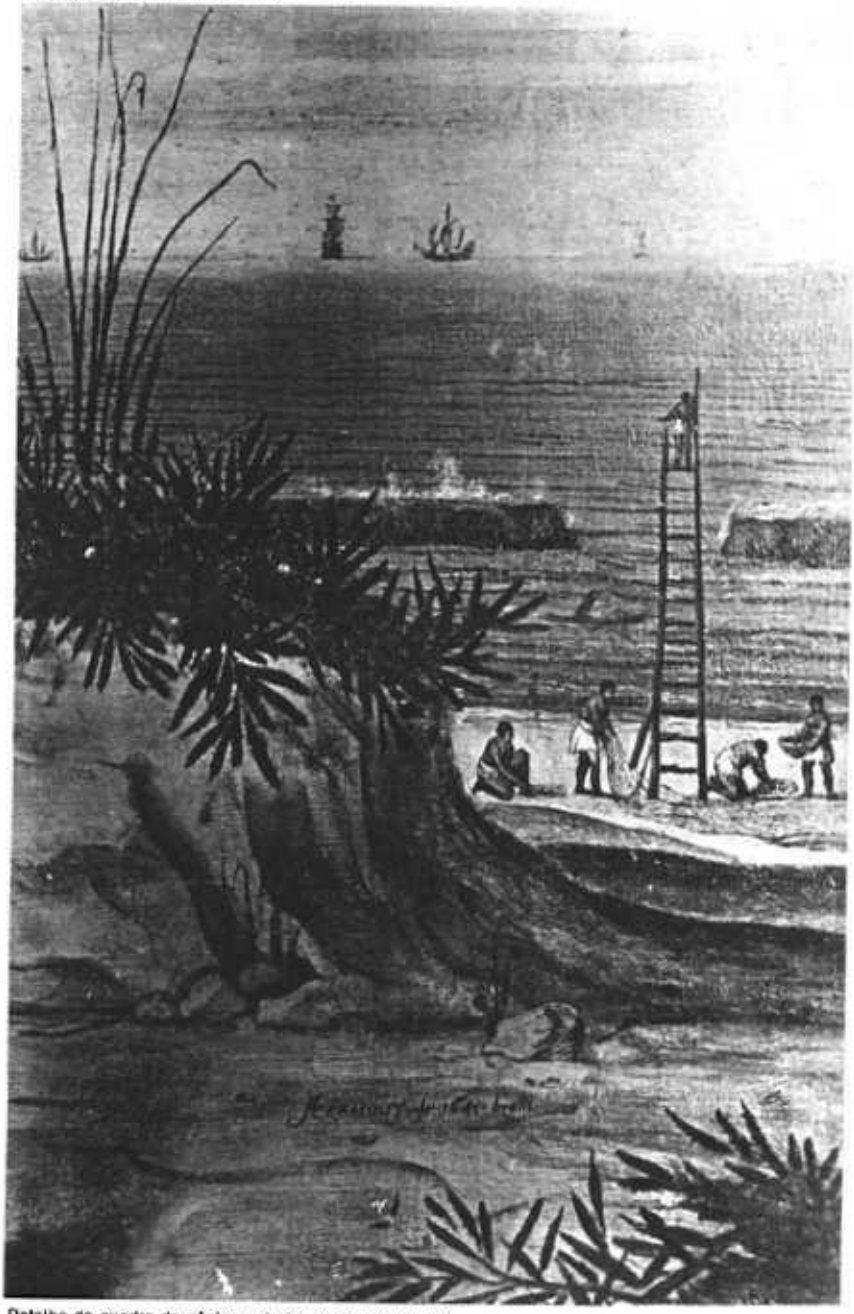
Armada da Companhia das Índias Ocidentais em assédio ao porto do Recife, 17 de fevereiro de 1630. Do livro de Pieter van der Aa, **Galerie Agréable du Monde** (1792).



Detalhe do quadro "Ruínas de Olinda", onde aparecem músicos negros, em primeiro plano, tocando atabaques e maracás, para outros dançarem. Ao fundo as ruínas do casario de Olinda, incendiada pelos holandeses em 24 de novembro de 1631. Óleo sobre tela (78 x 101 cm.) Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro). (Souza Leão, F. **Post,** 1973, nº 73).

Atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão

Pormenor de tela de Albert Eckhout, datada do Brasil, 1641, no qual apresenta uma negra com criança com trajes e adereços decorativos (270 x 160 cm.) doado pelo Conde João Maurício de Nassau ao rei Frederico III, da Dinamarca, em 1658. (Clarival do Prado Valladares), **Albert Eckhout**, 1981, p. 110).



Detalhe do quadro da página anterior com assinatura: A. Eckhout fez 1645. brasil.

Afirmam muitos historiadores que por onde se foi estendendo a cultura da cana-de-açúcar ia-lhe em seguimento o tráfico de escravos. Mostrou-nos Gilberto Freyre que, entre nós e em outras áreas da América em que predominou o açúcar, a cultura da cana não teria sido possível sem o esforço do escravo negro. É bem expressiva a frase do padre Antônio Vieira, ao dizer que "sem negros não há Pernambuco", isto é, sem negros não há açúcar. (1)

Ao chegarem a Pernambuco já encontraram os holandeses um tráfego intenso de navios negreiros entre essa Capitania e a África. Não nos é possível indicar a data da chegada dos primeiros escravos a Pernambuco. Mas talvez não estejamos muito longe da verdade ao afirmar que o tráfico deve ter sido iniciado, de forma regular, em meados do século XVI.

Somente no século XVII os holandeses passaram a enfrentar o problema do tráfico de escravos negros. Desde o século XVI navios flamengos freqüentaram a costa d'África. (2) A formação religiosa dos Países-Baixos acolheu com dificuldade e reserva a escravidão. Nos primeiros anos do século XVII Willem Usselincx — um dos mais decididos e pertinazes

---

(1) Vieira ao Marquês de Niza, em carta de 12 de agosto de 1648. Sobre o assunto ver entre muitos outros, Hermann Waetjen, "Der Negerhandel in Westindien und Sudamerika bis zur Sklavenemansipationen", separata da **Hansische Geschichtsblatter**, 1913, p. 420, João Lúcio de Azevedo, **Epocas de Portugal Economico**, Lisboa, 1929, pp. 236/237, Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**, citado e **Conferências na Europa**.

(2) S. P. L'Honoré Naber, **De Nederlanders in Guinee en Brasilie**, citado, p. 8 e segs., especialmente o capítulo "de Voorgeschiedenis"; S. van Brakel, "Bescheiden over den slavenhandel der West-Indische Compagnie", **Economisch-Historisch Jaarboek** vol. 4.º (Haia, 1918) pp. 47/89; W. S. Unger, "Nieuwe gegevens betreffende het begin der vaart op Guinea", Rev. cit., vol. 21.º (Haia, 1940) pp. 194/217.

propagandistas da expansão neerlandesa pelo mundo — mostrava-se contrário ao trabalho escravo. Dizia ele, sem invocar razões morais ou motivos religiosos, que "é um engano supor que os espanhóis com os seus escravos obterão maiores lucros nos seus negócios do que nós: diz-se comumente que com cachorros ruins não se pegam coelhos, do mesmo modo, o trabalho constrangido em pouco resulta. Um só homem deste país trabalha mais do que três negros, que custam muito dinheiro". (3)

Entretanto já em 1612 ocuparam os holandeses um trecho da Guiné e em Mouree levantaram o forte Nassau. (4) O grande comércio de escravos realizado na África por portugueses e espanhóis, há de ter facilitado aos flamengos a aceitação da escravatura, tendo eles se tornado, com o correr do tempo, um dos maiores participantes neste tráfico tão rendoso.

Ainda em 1630 a atitude de certos holandeses letrados — no caso os do Conselho Político de Pernambuco — ainda era de reprovação do comércio de escravos; também de repugnância em relação à imundície dos navios negreiros.

Em uma carta daquele ano dão conta os Conselheiros do aprisionamento de uma barca portuguesa, "sem outro carregamento senão de carne de homens negros, ao todo 280 pretos, inclusive mulheres e meninos". (5)

Naquele mesmo ano de 1630 verificaram os holandeses que, no Recife e Antônio Vaz, o número de negros em serviço era de 500 (6). E recomendava o Conselho dos XIX que fossem empregados os negros nos trabalhos mais penosos e os mais expostos ao sol, "porque é sabido que os pretos suportam o calor do sol melhor do que os nossos". (7)

---

(3) **Vertoogh hoe nootwendich, nut ende profijtelick het sij voor de vereenighde Nederlanden te behouden de Vryheyt van te handelen op West Indien**, citado. Asher, que transcreve o trecho aqui parcialmente referido, engana-se ao traduzir o texto, **Bibliographical and Historical Essay**, citado, pp. 80/81.

(4) J. K. J. de Jonge, **De Oorsprong van Neerland's bezittingen op de Kust van Guinea** (Haia. 1871); S. P. L'Honoré Naber, **De Nederlanders in Guinee en Brazilie**, citado. p. 11. Comandou a expedição o General Jacob Adriaansz Clantius. O forte foi perdido para os ingleses em 1872, p. 36.

(5) Carta do Conselho Político aos Diretores da Companhia, datada de Olinda, 26 de julho de 1630: "sonder eenighe ladinghe als alleene van swardt menschen vleesch".

(6) Carta do Conselho Político aos Diretores da Companhia, datada de Olinda. 23 de setembro de 1630.

(7) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Middelburg, 7 de setembro de 1630.

Retrato de um dos quatro enviados do Rei Dom Garcia II, do Congo, a João Maurício de Nassau no Recife em 1643. Atribuído a Albert Eckhout. Réplica da época do quadro que se encontra no Museu Nacional de Copenhague.

Serviram os negros desde então, ao lado dos holandeses, como soldados. Conta Richshoffer que não se acostumaram a atirar com armas de fogo (8). A muitos que prestaram leais serviços como soldados, guias, etc., foi concedida como prêmio a alforria. (9)

A guerra empreendida pelos holandeses no período 1630/1635 desorganizou completamente a vida da colônia. Muitos negros aproveitaram a oportunidade para fugir. Pela leitura dos documentos vê-se que parou quase completamente o trabalho nos engenhos. Uma relação dos engenhos existentes entre o rio das Jangadas e o Una, feita pelo conselheiro Schott, mostra-nos a verdadeira situação dessas propriedades, exatamente na zona mais rica da Capitania, a zona Sul. Eram canaviais queimados, casas-grandes abrasadas, os cobres lançados aos rios, açudes arrombados, os bois roubados ou abatidos, fugidos todos os negros. Só não haviam fugido os negros velhos e os molequinhos. Assim, no engenho Maratapagipe foram encontrados apenas João, Manuel, Mulemba, Maria Esperança, Catarina, Suzana e Adriana, "três negros e quatro negras, todos velhos e incapazes". Também no engenho São José, um casal de negros velhos; no Utinga, três negras velhas e um moleque. No engenho Sibiró de Riba o Conselheiro holandês encontrou somente dois negros velhos e dois bois velhos. No engenho Cucau a situação era melhor: encontraram-se 4 caldeiras grandes, 4 tachos novos e dois velhos, 8 bois, 2 vacas, 2 novilhos e, na senzala, Pedro Moleque, mulher e dois filhos, João, mulher e filho, Antônio Jacome com um moleque, Francisco Moleque com uma negra, a negra Manangona e mais dois negros, duas negras e dois moleques. No N. S. da Palma fo-

(8) Ambrosius Richshoffer, **Brasilianisch und West Indianische Reise Beschereibung**, citado.

(9) Dag. Notulen de 1 de maio, 5 de setembro de 1635 e 25 de maio de 1637. Nesta última diz-se: "desses negros que abandonaram por nós os seus senhores, alguns nos têm servido por 4, 5, 6 e mesmo 7 anos; muitos, também, trouxeram armas sob as nossas bandeiras, outros indicaram-nos caminhos descanhecidos no país e graças a eles pudemos viajar para o interior e finalmente conquistá-lo; alguns serviram de guia aos nossos em direção ao campo e conduziram-nos aos engenhos e casas dos portugueses que saqueamos e queimamos. Devemos nós agora entregá-los nas mãos dos senhores? Seremos grandes ingratos, se fizermos tal". E mostraram-se de fato agradecidos a tais guias e auxiliares. Aos três filhos de Calabar, a pedido de sua viúva "considerando os grandes serviços feitos à Companhia pelo seu falecido esposo", o Conselho Político concedeu uma pensão de 8 florins por mês a cada um: Dag. Notule de 13 de abril de 1636. Um destes tem o batismo registrado no Recife em 10 de setembro de 1634 e tinha o nome do pai: C. J. Wasch, "Een doopregister des Hollanders in Brazilie", **Algemeen Nederlandsch Familieblad**" vls. 5 e 6 (Amsterdam 1888-89) I. p. 141.

ram encontrados no roçado um negro velho e uma negra. Todos os demais haviam fugido. (10)

O estado anárquico em que viveu durante os cinco primeiros anos da conquista o interior do país, explica o rápido desenvolvimento de vários quilombos, além dos bandos de negros ("boschnegers", chamam-nos os documentos) que assolavam toda a colônia. Os campanhistas, os incendiários iam devastando o interior; os negros fugiam. Em 1638 um dos quilombos dos Palmares já era temível. Diz um documento que os negros estavam tão fortes e atrevidos que atacavam as residências dos moradores, feriam, deitavam fogo às casas e levavam os escravos, sendo que de uma só freguesia tinham levado 140 negros. (11)

Em contato com as necessidades da colônia e, em especial, dos engenhos os holandeses foram pondo de lado os escrúpulos no que dizia respeito à escravidão. É verdade que chegaram a pretender substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. O parecer do Supremo Conselho dizia: "achamos que os engenhos devem ser laborados por homens brancos, mas que da Holanda não há aparência que tais trabalhadores possam ser esperados, assim como de Portugal e por isto devemos servir-nos dos negros" (12). Em 1638 não se punha mais restrição à escravidão de negros; o Conselho Eclesiástico ao pretender educar os escravos na religião reformada, achou dispensável "cogitar-se atualmente se é lícito a um cristão comprar e vender negros para escravizá-los". E no mesmo ano já se diz: "sem escravos não é possível fazer alguma coisa no Brasil... e por nenhum modo podem ser dispensados: se alguém sentir-se nisto agravado, será um escrúpulo inútil" (13). E

(10) "Inventário dos engenhos", de autoria do Conselheiro Schott. Sem data, mas entre os documentos do ano de 1636, in **BPE** e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 28 de março de 1637.

(11) Dag. Notule de 26 de fevereiro de 1638. Para combater os negros mandou-se o capitão Lodij à frente de mosqueteiros e índios. No quilombo destruído por Jan Blaer foi encontrada uma negra fugida, de nome Lucrecia, que havia sido escrava de Gaspar van der Ley (a tradução de Alfredo de Carvalho, "Diário da Viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645", **RIAP** n.º 56, Recife 1902, p. 93, está errada neste ponto, pois o original diz "ritmeester Ley" e não "capitão Lij").

(12) Dag. Notule de 25 de maio de 1637.

(13) "A Religião Cristã Reformada", cit. (Classe de 5 de janeiro de 1638), p. 726, "Breve Discurso Sobre O Estado Das Quatro Capitanias Conquistadas", cit., p. 172. Esta opinião foi aceita por todos os cronistas e historiadores holandeses: vide Arnoldus Montanus. **De Nieuwe en Onbekende Wereld of Beschryving van America**, Amsterdam 1671. Também J. A. Gonsalves de Mello. "A Situação do Negro sob o Domínio Holandês" (trabalho apresentado ao 1.º Congresso Afro-Brasileiro, no Recife, novembro de 1934), in **Novos Estudos Afro-Brasileiros**, Rio 1937.

não se sentiram agravados, de modo nenhum, os holandeses. Pelo contrário, para atender às necessidades da indústria açucareira, procuraram, logo que vencidos os últimos focos da resistência pernambucana, em 1635, promover o tráfico de escravos africanos.

Em princípio de 1635 o Conselho dos XIX comunicava ao governo de Pernambuco que "já demos ordens aos da Costa d'África para negociar alguns negros; sabemos que eles são muito necessários no Brasil e que os portugueses não podem dispensá-los, assim como os partieulares da nossa nação que se dão ao cultivo da terra. Na primeira oportunidade daremos ordem ao nosso Comandante na costa da Guiné para enviar a VV. SSas. os negros comprados lá" (14). Em 1636 a importação, segundo Wätjen, foi superior a 1.000 negros e daí por diante foi crescendo ano a ano. A princípio os negros procediam da Guiné, servindo de entreposte o forte de Nassau, em Mouree. Também de Mouree é que veio a sugestão para a conquista da Mina; o general holandês na África (Claes van Yperen), enviou a João Maurício descrições e informações sobre o estado do castelo de São Jorge de Mina, que foi conquistado no ano de 1637 (15). Mas somente com a conquista de São Paulo de Luanda, em Angola (1641), é que o tráfico tomou um vulto considerável. (16)

Informações sobre a condição do tráfico de escravos surgem nos documentos que examinamos, com pormenores interessantes, apenas a partir de 1639. Sabe-se que esse tráfico era um dos monopólios da Companhia das Índias Ocidentais e uma de suas maiores rendas. E que a necessidade de escravos para repor as culturas e os canaviais na melhor for-

(14) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Amsterdam, 19 de abril de 1635. Ainda em 1635 o Conselho dos XIX (em carta ao Conselho Político, datada de Amsterdam, 12 de novembro de 1635) diz que "o negócio de escravos tem merecido toda a nossa atenção".

(15) Generale Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 28 de março de 1637 e 2 de junho de 1637 e carta de Claes van Yperen ao Conde de Nassau, datada da Guiné, do forte Nassau, 19 de abril de 1637.

(16) Waetjen apresenta os seguintes dados de importação de negros: 1636: 1031; 1637 (conquista da Mina): 1580; 1638: 1711; 1639: 1802; 1640: 1188; 1641 (conquista da Angola): 1497; 1642: 2312; 1643: 3948; 1644: 5565; 1645 (início da revolta): 2589. Total do decênio 1636/1645: 23.163: "Der Negerhandel", cit., p. 431. Os números relativos a 1642 e 1643 são inferiores aos mencionados por Nassau para alguns meses desses anos: ver abaixo a nota 23.

ma, era muito grande em Pernambuco (17). Donde o interesse em se fazer transportar para o Brasil o maior número possível de negros. As Dagelijksche Notulen indicam os enormes carregamentos de pretos transportados em naus e mesmo em simples *yachts*. O número de negros é verdadeiramente fantástico se considerarmos o tamanho desses navios e *yachts*, muitos deles de 100 toneladas. Os maiores, de 400. Em navios desse porte era comum serem embarcados 300, 400, 500 e mesmo 600 negros, além da tripulação, geralmente de 30 a 35 pessoas. *Yachts* como o "de Groote Gerrit", e "Heemstede", ou o "de Brack", aventuraram-se a cruzar o Atlântico levando a bordo 227, 250 e 300 negros, respectivamente. Navios de maior porte traziam de uma só vez 341, 349, 450 e 602, como fizeram os "de Leeuwinne", o "Matança", "de Witte Hoop", "de Swaen", e "de Goude Leeuw". (18)

Carregamentos tão grandes em navios de tão pequeno porte são de causar assombro ao leitor dos documentos. E não é de admirar a percentagem catastrófica da mortalidade entre esses negros. Era comum a mortalidade de 20% e 30% entre os assim transportados.

A distribuição de tão numerosos negros era feita com dificuldade a bordo, onde não havia espaço suficiente. Usavam-se os menores lugares, como as entrepontes e os castelos de popa, para acomodar os negros (19). Não é de admirar, portanto, que grande quantidade de pretos ali mesmo encontrasse a morte. Especialmente nas longas travessias desde o Golfo da Guiné a Pernambuco. E completaremos o quadro indicando que muitas vezes morria-se nos navios negreiros de pura inanição. Não havia víveres em quantidade suficiente. Era muito comum faltar água. Ainda em 1769 um médico de Vlissingen lembrava, entre outras coisas, que a mortalidade a bordo poderia ser reduzida se os capitães tivessem o cuidado de proverem-se melhor de víveres e água. (20)

(17) Na carta dos Escabinos de Olinda ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de dezembro de 1637 (e publicada por Varnhagen, **História das Lutas** etc., 1871, p. 324), reputa-se necessária a entrada anual de 2.000 escravos "que he o menos que cada anno deve meter a companhia nestas capitanias para se sustentar a lavoura".

(18) Dag. Notulen de 11 de março de 1642, 22 de agosto de 1644, 4, 15, e 21 de outubro de 1644, 19 de dezembro de 1644, 12 de janeiro e 10 de maio de 1645.

(19) Waetjen, "Der Negerhandel", citado, pp. 428/429.

(20) H. Gallandat, **Noodige Onderrichtingen voor de Slaafhandelaren**, Middelburg, 1769, apud Waetjen, "Der Negerhandel", cit. pp. 429/430.

Os documentos que dizem respeito ao tráfico com o Brasil são bem claros a respeito. Assim uma Generale Missive de 1644 conta "que os negros da costa da Guiné não alcançam maiores preços porque, em conseqüência da longa viagem, chegam mais doentes e mais magros do que os de Angola e muitas vezes por falta de pipas d'água a bordo são obrigados a usar e beber água do mar, em conseqüência do que muitos que são vendidos como sãos e sem achaques vêm a morrer depois, o que é causa de não serem procurados. Também não lhes é fornecida no caminho para cá aguardente alguma, que é muito própria para manter-lhes a saúde, pelo que muitos deles morrem em caminho. VV. Exas. se enviarem alguma provisão para esse fim para Angola e Guiné, em parte poderão evitar tantas mortes nas travessias" (21). Outro documento conta "que a escassez de víveres em Angola foi a causa de não ter sido provido convenientemente o *yacht* "de Groote Gerrit", pelo que muitos negros morreram em viagem". (22)

O mau alojamento, a falta de espaço suficiente para se moverem, o descuido pelos mais banais princípios de higiene, eram comuns nos navios flamengos usados no tráfico. Muitos navios com os nomes mais líricos do mundo, "A Donzela de Enkhuysen", "A Esperança Branca", ou o "Caridade" eram verdadeiros túmulos de pobres negros (23). E quando estes desembarcavam no Recife era de causar horror a fila de pretos, pretas e molequinhos esqueléticos, a caminho de armazéns na rua do Bode ou em Maurícia. Zacharias Wagener pintou e des-

(21) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1 de outubro de 1644.

(22) Gen. Missive ao Conselho das XIX, datada do Recife, 27 de junho de 1645.

(23) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 26 de julho de 1644. A falta mais constante em todas as travessias era d'água. Água para beber ou simplesmente para um banho sumário. É assunto repetido em inúmeras cartas. Entre outras citaremos a carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de Amsterdam, 24 de outubro de 1639 e Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 7 de maio de 1640, 12 de junho de 1643. Nesta última refere-se que dos 554 negros trazidos pelo "de Regenboge" faleceram até o dia da venda 172; de 350 do "Bruynvis" 109 faleceram; dos 250 de "Swarte Arent" 40 faleceram e do "de Brack" de 150 negros morreram 52. O próprio Conde de Nassau presta-nos uma informação precisa: "vejo pelos registros, que embarcaram para o Brasil 6.468 escravos, no período de 7 de fevereiro de 1642 a 23 de julho de 1643, dos quais 1.524 faleceram; aproximadamente uma quarta parte dos embarcados. Resultado das más acomodações e da falta do que se deve considerar indispensável": Relatório aos Estados Gerais (1644), in DH.

creveu um mercado de escravos no Recife. Apesar de "küchenschreiber", servia-se melhor do pincel do que da pena. Mais valiosa é a sua gravura do que o que nos conta no *Thierbuch:* "Sempre que sucede chegar algum navio daquelas paragens [África] aqui em Pernambuco, traz ordinariamente pelo menos uns 300 negros que são logo desembarcados e provisoriamente (até chegar o dia fixado para o leilão) aboletados em um velho casarão. No dia marcado esta pobre gente, meio morta de fome e sede, é obrigada a arrastar-se dali como os porcos ou carneiros à saída do curral, sendo os escravos conduzidos um por um ao mercado, onde negociantes portugueses e holandeses os examinam por todos os lados, verificando se são moços ou velhos, ou se padecem de escorbuto, sífilis ou outra moléstia grave". (24)

Providências foram tomadas para reduzir a mortalidade a bordo dos navios negreiros. Pieter Morthamer, nomeado diretor em Angola, sugeria aos chefes na Holanda que fosse aproveitada a experiência dos portugueses: "Os portugueses são muito melhores comerciantes de escravos do que nós. Eles conduzem em uma pequena caravela, com facilidade, 500 negros, ao passo que os nossos grandes navios transportam em uma vez apenas 300. À força de limpeza a bordo, uma boa alimentação, com o fornecimento de cobertas aos negros, os portugueses conseguem que nos seus navios as mortes sejam em muito menor número. Além disto eles acostumam os negros, na África, à vida de escravos, de modo que não se ressintam, no Novo Mundo, do estado de sujeição. Quando seguirmos estes exemplos, teremos melhores mercadorias, menor mortalidade a bordo e poderão atingir no Brasil maiores preços". (25)

É de crer na eficácia das providências, de vez que em 1645 a percentagem de mortalidade havia diminuído sensivelmente nas viagens de Angola. Não, porém, nas longas travessias desde o Golfo da Guiné, durante as quais grande parte dos negros embarcados morria; chegou mesmo a ser sugerido

(24) Paul Emil Richter, "Zacharias Wagener", **Festschrift zur Jubelfeier des 25 jahrigen Bestehens des Vereins für Erdkunde zu Dresden**, Dresden 1888, pp. 57/91. Alfredo de Carvalho extraiu desse trabalho as notas para o artigo "O Zoobiblion de Zacharias Wagner", **RIAP** n.º 60, Recife 1904, pp. 181/185.

(25) Relatório de P. Morthamer à Câmara da Zeelândia, datado de 29 de junho de 1643, apud Waetjen, "Der Negerhandel", cit., p. 434.

Detalhe da tela de Albert Eckhout (268 x 165 cm.), datado do Brasil, 1641, doado por João Maurício de Nassau ao Rei Frederico III da Dinamarca (1654), pertencente ao Museu Nacional de Copenhague, representando um soldado descalço, com túnica de algodão, poncho de baeta e arcabuz ao ombro, com espada à cinta pendente de um talim de pele de onça. Canas-de-açúcar e mamoeiros. Foz de um rio e navios no mar. (Catálogo, **Os Pintores de Maurício de Nassau**, Rio de Janeiro 1968, nº 63).

à Companhia que fossem abandonadas tais viagens para o Golfo. (26)

Os pretos eram adquiridos na África por quantias muito pequenas, a maioria das vezes em troca de gêneros ou de utensílios diversos. Conta Wätjen que no período de 1630/1650 os negros eram comprados na Guiné por quantias que variavam entre 12 e 75 florins e em Angola entre 38 e 55 florins. A Companhia vendia-os no Brasil por 200 a 300 florins por peça comum. Os negros e negras mais fortes ou vistosos alcançavam, às vezes, o dobro desses preços (27). É também verdade que as vendas, sendo feitas a prazo muitos compradores deixavam de pagá-los. A Companhia para evitar essas perdas determinou que os negros passassem a ser vendidos à vista; o que constituiu uma quase impedição para os lavradores e senhores de engenho que costumavam pagá-los em prestações com o produto de suas safras. Diziam os brasileiros que "negros se compram com duas caixas de açúcar". (28)

Talvez, porém, nem todos os negros valessem duas caixas de açúcar. Muitos deles eram subestimados, como os da Guiné, os Ardra, os de S. Tomé e os Minas. Preferidos a todos eram os procedentes de Angola. Os escabinos da "Cidade Frederica" e os de Goiana, em carta ao Conselho dos XIX, pediam isto: negros de Angola. Os primeiros alegavam que os de Ardra e São Tomé "são pouco produtivos" e os segundos que os Minas não são bons escravos (29). Outro documento diz

---

(26) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645. Por ela se verifica que em navios vindos de Angola a mortalidade decresceu muito. Dos 450 negros trazidos pelo "de Witte Hoop" somente 25 faleceram; de 427 do "Loanda" 14 faleceram; de 502 do "Overyssel" 30 faleceram, etc. Pelo contrário, nas viagens desde a Guiné a mortalidade continuou enorme: de 277 negros trazidos pelo yacht "de Groote Gerrit" 80 faleceram; de 290 trazidos pelo yacht "de Charitas" 92 morreram, etc. b

(27) Waetjen, "Der Negerhandel", cit., pp. 425/426 e 431. No Das holl. Kolonialreich, cit., há um engano em um trecho em que se reneteen informações do "Der Negerhandel": à p. 311 diz-se que os negros eram vendidos em Gênova por quantia que variava entre 12 e 75 florins; deve-se ler Guiné e não Gênova. Os negros eram adquiridos, também, por meio de "certo bunzinho" que tinha valor de dinheiro em Angola, onde eram chamados "sumba" (talvez o que os negros de Pernambuco chamam "ofás"): carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de Amsterdam, 4 de abril de 1640.

(28) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de abril de 1639.

(29) Carta dos Escabinos da Paraíba ao Conselho dos XIX, datada da Cidade Frederica, 18 de dezembro de 1637 e dos de Goiana ao mesmo Conselho, sem data, mas do ano de 1637, in BPB.

que os Ardra "são cabeçudos, tardos e difíceis de empregar no trabalho" e não suportam feitores rigorosos. A preferência de todos os lavradores e senhores de engenho ia para os Angolas "porque melhor se prestam ao trabalho e porque, sendo recém-chegados, são melhor instruídos pelos negros velhos". (30)

Foi durante o período da dominação holandesa que tiveram condição para se desenvolver vários quilombos. Desde 1638 há referência a quilombos que constituíam uma grave ameaça para as populações e os bens dos moradores. Havia, também, pequenos aldeamentos ou bandos de negros que roubavam e matavam pelos caminhos: os "boschnegers", contra os quais eram empregados capitães de campo brasileiros, já que os holandeses eram considerados incapazes para tal função. Recebiam esses capitães boa paga da Companhia (31). Se encontrassem algum guerrilheiro e pudessem apanhá-lo, receberiam ótimo prêmio. Por sugestão de Gaspar Dias Ferreira o Conselho Supremo fixou prêmios para a captura de Sebastião do Souto e Camarão: por qualquer dos dois receberiam 1.800 florins (32). Vários capitães de campo foram empregados a soldo dos holandeses. O próprie João Fernandes Vieira, então em plena ação para fazer fortuna, contratou com o governo holandês a captura de negros fugidos, "trazendo todos os que apanhar à presença dos membros deste conselho e lhe serão vendidos à razão de 130 reais a peça". (33)

O diário, muito valioso, da viagem do capitão Jan Blaer aos Palmares, em 1645, dá-nos informes interessantes a respeito de alguns quilombos. Assim é que se fica sabendo que nas imediações do quilombo que Blaer destruiu, tinham existido anteriormente mais dois outros. Para usarmos as expressões do autor do relatório houve um "velho Palmares" que os negros tinham abandonado por estar situado em "local muito insalubre" e do qual se passaram para o "outro Palmares" ou "grande Palmares", destruído por Roelof Baro e seus tapuias.

(30) "Breve Discurso Sobre o Estado das Quatro Capitanias Conquistadas", cit. p. 171. Também o relatório de van der Dussen datado de 10 de dezembro de 1639, in Baerle, Rerum per octennium, ed. holandesa, p. 164.

(31) Dag. Notule de 19 de dezembro de 1637.

(32) Dag. Notule de 30 de dezembro de 1637.

(33) Relatório de José Hygino, in RIAP n.º 30, cit., p. 30 e Dag. Notule de 21 de setembro de 1638.

Deste transferiram-se eles para o "novo Palmares", que Blaer atacou. (34)

Dos documentos do tempo surgem informações interessantes a respeito dos Palmares. Desde 1638 um deles causava sérias apreensões aos moradores de Alagoas, dos quais os quilombolas roubavam os escravos e incendiavam as casas. Foi, então, encarregado de perseguí-los o capitão Lodij, com mosqueteiros holandeses e com índios. Do resultado nada consta nos documentos (35). Parece que não foi de muito efeito o serviço do capitão Lodij, uma vez que em 1642 preparou-se nova expedição, desta vez chefiada por Manoel de Magalhães "pessoa conhecedora da região e respeitada pelos moradores portugueses", morador nas Alagoas. Concedeu-se-lhe autorização para a expedição, mas sobre o que posteriormente ocorreu, nada informam os documentos. (36)

Dois anos mais tarde, em 1644, Roelof Baro parte em direção ao interior do país. Desta vez ia com o fito de "descobrir a zona situada para os lados do sertão, onde se diz existirem belas e ricas terras". Levava uma tropa de índios brasilianos, e os holandeses, inclusive Baro, eram quatro. Os Mss. não dão pormenores do fato, mas o caso é que os índios amotinaram-se e Baro desistiu de prosseguir no objetivo. Reuniu à sua gente uns cem tapuias e resolveu atacar o que ele chamou de "Pequeno Palmares".

A 2 de fevereiro o Conde de Nassau recebia notícias de Baro, por carta datada de Porto Calvo de 25 de janeiro de 1644. Contava ele que pretendendo atacar o "pequeno Palmares" achou-se imprevistamente em frente ao "grande Palmares" que investiu em seguida. A luta pela posse do quilombo foi dura, tendo Baro contado cem negros quilombolas mortos. De seu lado houve um morto e quatro feridos. O sítio foi incendiado, tendo sido feitos ali 31 prisioneiros, entre os quais sete índios tupis (brasilianos) e alguns mulatinhos ("mulaetjens"). O quilombo estava cercado por duas ordens de estacadas e "era tão grande que nele moravam quase 1.000 famílias, além dos negros solteiros". Em volta da estacada "havia

(34) "Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645" in **BPB**, traduzido por Alfredo de Carvalho, **RIAP** n.º 56, Recife, 1902. p. 91/92 tradução que necessita de uma revisão, e também J. A. Gonsalves de Mello, "O negro no domínio holandês", citado p. 218.

(35) Dag. Notule de 26 de fevereiro de 1638.

(36) Dag. Notule de 20 de fevereiro de 1642; Johannes van Walbeeck e Hendrick de Moucheron, "Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643", **RIAP** n.º 33 (Recife, 1967) p. 165.

muitas plantações de mandioca e um número prodigioso ("wonderbaer") de galináceos, embora não possuissem qualquer outro animal de maior vulto", sendo que "os negros viviam ali do mesmo modo que viviam em Angola". Estas são as informações que Baro transmitiu ao Conde e que os documentos conservam. (37)

Da expedição de Blaer os dados são mais numerosos, já que se conservou o diário da viagem, no qual o autor acentua a adaptação dos negros ao meio brasileiro — com um verdadeiro complexo da palmeira — e refere-se às suas criações de animais e às suas roças, "uma verdadeira colônia agrícola de feição socialista". (38)

De fato, o diário refere-se várias vezes a roças "muito abundantes" ou "roças grandes", muita plantação de milho, "sendo a terra muito própria ao plantio de toda sorte de cereais pois é irrigada por muitos e belos riachos". (39)

Outros quilombos surgiram no período da dominação holandesa, mas são poucas as informações sobre eles. Um estava situado na "Mata do Brasil" e os seus elementos corriam a região, em bandos, roubando e matando. O governo holandês castigava exemplarmente os que conseguia capturar: eram enforcados ou queimados vivos. (40)

Aliás a atitude dos holandeses para com os escravos negros seguiu a dos brasileiros e portuguoses, que se pode afirmar ter sido humana. Com exceções, claro é, que não invalidam a afirmativa. Somente a atitude oficial ou a dos ministros protestantes destoou da adotada pelo governo português e pelos religiosos católicos. Procuraram os holandeses manter as populações, branca e de cor, afastadas, profilaticamente afastadas. Os próprios pregadores reformados, os predicantes, não demonstraram maior interesse pela sorte dos negros; mais de uma vez trataram da educação religiosa deles, mas nunca chegaram a realizar qualquer coisa de efetivo neste sentido.

(37) Dag. Notule de 2 de fevereiro de 1644 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644.

(38) Gilberto Freyre, Nordeste, Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil, Rio 1937, p. 180. O autor acentua o contraste da paisagem do quilombo com a dos engenhos, só canavial e resto de mata. "A dos Palmares tinha outra variedade e outra alegria". E também que "a vida da curiosa organização socialista estava baseada sobre a policultura, embora entre os quilombolas o complexo da palmeira tivesse assumido uma grande variedade de expressões".

(39) "Diário da Viagem do Capitão Blaer", citado.

(40) Carta do Conselho de Justiça do Brasil ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 1 de outubro de 1644 e outras.

Se bem que cada ministro protestante tivesse os seus negros, fornecidos pela Companhia, para serví-los, para fazer-lhes a comida ou pescar para eles, a maioria deles não revelou qualquer simpatia pela condição dos escravos. Parece que um dos raros a olhar com interesse pela educação religiosa dos negros foi predicante valenciano de origem, mas de formação francesa Vincent Joachim Soler, a quem nos temos referido no decorrer deste livro. Comprazia-se ele em ensinar a religião e batizar molequinhos. Descreve, também, os funerais dos negros e dá-nos um flagrante interessante dos pretos, nos dias de domingo, vestidos com as roupas dos seus senhores ou senhoras. (41)

Muitos flamengos, porém, deram mostras de verdadeira amizade para com alguns de seus escravos, de reconhecimento pelos seus serviços leais e pelo zelo no cumprimento de seus misteres. Assim é que uma senhora holandesa que queria partir para a Holanda com seu filho não o fez senão com a companhia de uma preta, perita ama-de-menino. A Companhia, a quem pertencia a negra, que tivesse paciência; que ela não se atrevia a embarcar sem a ama seca. A senhora — "esposa de um certo Otto Etthmeyer" — tanto insistiu que o Conselho "ainda que com relutância" consentiu no pedido "com a condição da senhora se obrigar a enviar a referida negra de volta por intermédio da Companhia, no primeiro navio que partir para cá". (42)

Elias Herckmans, "o poeta aventureiro" — como o chamou Alfredo de Carvalho com exagero, já que Herckmans teve uma vida pouco ativa para o seu tempo — demonstrou interesse e carinho pela sorte de alguns molecotes aprisionados nas Alagoas por um navio holandês. O poeta do *Elogio da Navegação* levou os negrinhos — um moleque e uma molequinha, de cinco a seis anos, "een negerinnetje en een negertjen, kinderen van 5 a 6 jaer", diz o documento — para a sua casa,

(41) **Cort en Sonderlingh Verhael**, citado. A descrição do funeral concorda inteiramente com a de Zacharias Wagener, no "Zoobiblion", cit., p. 193.

(42) Dag. Notule de 24 de janeiro de 1636. Não era incomum partirem holandeses do Brasil, de volta à pátria, levando consigo negros e negras: negros de confiança ou mucamas: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 9 de julho de 1648. Veja-se também Herbert I. Bloom, "A Study of Brazilian Jewish History, 1623-1654", cit., que se refere a um judeu, Abraham Ferreira, que levou para a Holanda, em companhia de sua família, uma mucama de nome Catarina (p. 87). Frans Hals, um dos grandes pintores holandeses (1580-1666), é autor de certo quadro no qual se vê uma alegre família de burgueses flamengos, tendo em sua companhia um molecote (coleção Otto Kahn, de New York: reprodução no catálogo da Exposição Holandesa, Paris abril-maio, 1921).

talvez a que ocupou por muito tempo na Heerestraet, no bairro do Recife, onde assim devia sentir-se em um ambiente um tanto patriarcal, embora que da porta da casa para fora a paisagem fosse ruidosamente urbana e cosmopolita. (43)

Mas foi o Conselheiro Supremo Johan Ghijselin quem nos deixou um depoimento tocante da amizade de um holandês com um molequinho, que ele trouxe da Holanda para o Brasil em 1637. O moleque, que tinha o nome de Jacques Guillardt, foi vítima de certo acidente a bordo e pela imperícia do barbeiro, teve de sofrer amputação das pernas. Ghijselin logo que chegou ao Recife narrou o fato ao Conselho dos XIX: "faço saber a VV. Exas. a minha extraordinária tristeza em conseqüência de ter o meu negrinho Jacques Guillardt perdido as suas perninhas". (44)

Outro Conselheiro Supremo, Hendrick Haecxs, apesar do seu coração duro de agiota, soube mostrar-se grato à negra Juliana que, por cerca de oito anos, serviu-o lealmente em sua casa. Como ela e sua filha Domingas pertenciam à Companhia, comprou-as por 200 florins e deu-lhes a alforria. (45)

Talvez a atitude dos holandeses para com os negros não tivesse sido sempre afetuosa; estavam interessados em enriquecer — e enriquecer o mais depressa possível — para olhar os escravos com humanidade. Para os escravos era quase um castigo trabalhar para os flamengos. Trabalhavam todos os dias da semana e nem aos domingos tinham licença para folgar ou para invocar seus orixás. Apesar da proibição do trabalho aos domingos, esta não era respeitada, sobretudo no interior, pelos holandeses. Daí, diz uma Generale Missive, procede a preferência dos negros pelos senhores portugueses, que nos seus dias santos, "que são muitos", não os fazem trabalhar. Como os

(43) Dag. Notule de 27 de abril de 1636. Herckmans era, então, Presidente do Conselho Político, Dag. Notule de 28 de abril de 1636. Quanto à casa do poeta ver Dag. Notulen de 25 de agosto de 1642 (n.º 11) e 15 de setembro de 1642 (n.º 20).

(44) Carta de Johan Ghijselin ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 20 de março de 1637. Textualmente: "omdat mijn cleyn negertje Jacques Guillardt beyde beentles hadde verlooren". É possível que Ghijselin tivesse levado o molequinho consigo para a Holanda quando deixou Pernambuco em 1634.

(45) Dag. Notule de 9 de fevereiro de 1654. Da mesma D. N. consta que o governo holandês do Recife alforriou o negro Simão Gonçalves "que trabalhava no estaleiro da Companhia à qual tinha servido fielmente pelo espaço de 18 anos e ao qual tinha sido prometida a liberdade". Certamente muitas outras provas de amizade entre holandeses e negros surgiriam se dispuséssemos de outro tipo de correspondência e documentos não tão estritamente oficiais.

Casa-grande e mocambos da escraveria negra e índios de serviço de um engenho de açúcar. Pormenor de uma tela de Frans Post (55 x 84 cm.), datada de 1660 (Souza Leão, F. Post,1973, nº 32)

holandeses não procediam do mesmo modo, os escravos destes "procuravam fugir dos seus senhores e meter-se pelos matos". Mas os senhores judeus, diz ainda a carta, eram os preferidos sobre todos, pois "não fazendo os seus negros trabalhar nos seus *sabbaths* são obrigados ainda a deixá-los livres aos domingos". (46)

Esta, a atitude dos particulares para com os escravos. O governo holandês demonstrou interesse pela sorte dos africanos. Permitiam aos senhores certos castigos corporais, como batê-los com chicote, vara e correia de couro, pô-los a ferros ou no tronco e acorrentá-los pelos pés e pelo pescoço, mas determinou que caberia à justiça, em todos os casos, decretar a morte, mutilações de membros e marcas de fogo (47). Proibiu, também, o trabalho aos domingos. (48)

Desde 1635 que o Conselho dos XIX havia dado ordem ao Conselho Político de Pernambuco para que os negros "nos domingos e dias feriados sejam instruídos na religião cristã, para o que medidas convenientes devem ser tomadas pelos servos do verbo divino e pelos mestres-escolas com relação aos jovens, proibindo-se terminantemente que os pretos sejam maltratados e brutalizados pelos seus senhores, para que esses pagãos sejam atraídos à igreja de Deus e suportem, entre nós, com boa vontade e paciência, o jugo a que estão sujeitos" (49). Vê-se da transcrição que havia no fundo dessa recomendação aparentemente cristã uma razão social para a instrução religiosa dos escravos: incutindo-se-lhes o verbo divino, procurar-se-ia, ao mesmo tempo, fazê-los aceitar "com boa vontade e paciência" a escravidão. Propósito tão pio nunca foi seguido pelos pregadores reformados.

---

(46) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642. Talvez haja exagero com relação à preferência pelos senhores judeus; os negros em serviço na cidade devem, realmente, ter gozado de certo descanso (já que o respeito ao domingo era vigiado segundo as Atas da Classe de 5 de janeiro de 1638, p. 734), embora alguns judeus fizessem os seus negros "trabalhar nas ruas, cortar madeira, etc., nos dias de domingo", segundo consta das Atas da Classe de 1646 (9 a 18 de janeiro), art. 31, in RIHB. Muitos judeus alugavam-nos para trabalhar no interior, nos engenhos, e nestes casos passavam a obedecer às instruções dos senhores que os contratavam.

(47) Dag. Notule de 25 de maio de 1637.

(48) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político ho Pernambuco, datada de Amsterdam, 19 de agosto de 1636. Vejam-se, também, as Atas das Classes de 3 de março de 1637, p. 717, 29 de outubro de 1638, p. 733, 30 de abril de 1640, p. 745, e 21 de novembro de 1640, p. 753.

(49) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Amsterdam, 19 de abril de 1636.

Pelas atas da "Classe de Pernambuco" percebemos que os ministros protestantes estavam voltados sobretudo para moralização da colônia e o ensino religioso dos escravos não lhes ocupava a atenção.

Não tiveram os flamengos plasticidade para transigir com certas situações, aceitando alguns fatos que na metrópole não seriam tolerados. Os portugueses, ao contrário, enfrentaram inteligentemente o problema, transigindo a ordem civil e "a própria ortodoxia católica", diz Gilberto Freyre. Homens como Jerônimo de Albuquerque, o torto, respeitado como um patriarca da colonização portuguesa do Brasil, teriam sido levados ao pelourinho no Brasil holandês e expulsos do país. O problema do povoamento, sob esse aspecto, foi encarado diversamente pelos lusitanos e pelos flamengos. Aqueles enviaram para o Brasil os indivíduos genesicamente fortes — que na metrópole dormiam com mulher casada, roubavam moças solteiras, atacavam conventos, etc., pois estava estatuído nas Ordenações do Reino, que tais delitos seriam punidos com expulsão para a colônia americana — ao contrário dos holandeses que, a qualquer transgressão das regras morais ou religiosas, propunham os ministros reformados a expulsão dos culpados para a Holanda. (50)

Procuraram impedir, também, todo contato sexual entre a população de cor (inclusive a indígena, como veremos) e a branca, considerada como tal a holandesa e norte-européia em geral. Parece-nos que aí está um dos aspectos menos fraternos da colonização holandesa: essa separação, esse distanciamento entre as classes dos dominadores e dos dominados. Os que ainda hoje lamentam, no Brasil, a derrota dos holandeses do Nordeste talvez não tenham reparado convenientemente para esse aspecto. As antigas colônias holandesas eram bem uma amostra do que teríamos que suportar dos flamengos: "uma minoria de louros explorando e dominando um proletariado de gente de cor", ao contrário do que nos legaram os portugueses:

(50) Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**, cit., capítulo "O colonizador português" e J. A. Gonsalves de Mello, "Duarte Coelho e a Colonização de Pernambuco" no **Diário de Pernambuco** de 9 de março de 1935. Os ministros reformados exerciam uma vigilância quase policial: todos os casais bem como as mulheres que chegassem desacompanhadas deviam ser submetidos a "rigoroso inquérito pela igreja, a fim de saber se são casados legalmente... exibindo provas e os papéis do casamento": "A Religião Cristã reformada", cit. (Classes de 3 de março de 1637, 5 de janeiro de 1638), pp. 713 e 726/727 e Classe de 7 de maio de 1648 (sessão 4.ª, art. 2.º), esta última in **BPB**.

"uma terra de brancos confraternizados com negros e índios". (51)

Decidiram os ministros protestantes em 1641 "que o casamento de negros com brancos deve ser impedido, tanto quanto possível", e só em 1644 é que examinaram a questão "se não se deve casar os negros com as suas negras". Ao que a Assembléia respondeu: "Sim". (52)

Quanto à instrução dos negros escravos na religião cristã, foi projeto que o Conselho Eclesiástico nunca levou com interesse, apesar de ter recebido ordens do Conselho dos XIX para que promovesse tal instrução "visto que os doutores cristãos opinam que o principal fim na aquisição dos negros é o de trazê-los ao conhecimento de Deus e à salvação". Os ministros protestantes no Recife foram de parecer que "se deve levá-los à igreja e instruí-los na religião cristã, quando as circunstâncias o permitirem, não importando de que religião sejam os donos, condição que deve ser imposta na venda dos negros"; mas não se esforçaram por tornar efetiva a determinação do Conselho dos XIX e por seguir a opinião dos doutores. (53)

Já em um antigo "Regulamento do povoamento e eultivo das terras e cidades conquistadas no Brasil", de 1634, estatuíam os Estados Gerais, por sugestão do Conselho dos XIX, que "se deve fazer o possível para levar os negros escravos ao conhecimento da palavra de Deus e da verdadeira religião cristã" (54). É certo, porém, que nem sempre havia facilidade para essa instrução. Soler, por exemplo, queixava-se que "je n'ay peu obtenir qu'on donnast ordre que 500 tant negres que brasiliens viennent au presche" (55). Outra dificuldade ora que a instrução religiosa dos escravos exigia pessoa com conhecimento da língua portuguesa, já que a maioria deles não entendia o holandês. Mas todas estas dificuldades foram superadas quando se tratou da instrução dos índios.

(51) Gilberto Freyre, **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**, Recife 1934.

(52) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classes de 17 de outubro de 1641 e 18 de julho de 1644), pp. 769 e 778.

(53) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 5 de janeiro de 1638), p. 726.

(54) "Ordre ende Reglement van de Ho: Mo: Heeren Staten Generael gearresteert bij advijs ende deliberatie van de Bewinthebberen van de WIC over het bewoonen ende cultiveren der Landen ende plaetsen in Brasil geconquesteert", datado de Haia, 26 de abril de 1634, in BSN.

(55) Carta de Soler aos Diretores da Camara da Zeelândia, datada do Recife, 8 de junho de 1636.

O Conselho Eclesiástico insistiu junto a Nassau e ao Conselho Supremo para que os negros fossem obrigados por meio de um edital, a freqüentar a igreja aos domingos, edital que o Conselho não quis expedir, lembrando que um mestre-escola talvez pudesse obter melhor resultado na instrução religiosa do que se esta fosse ministrada na igreja, durante as prédicas aos domingos. (56)

Em 1642 informava certa Generale Missive que se estudava então um meio eficaz de levar a palavra de Deus aos negros, mas que as sugestões dos pregadores reformados eram impraticáveis; dizia ainda que a instrução só poderia ser efetuada em português porque "os negros velhos não entendem o holandês" (57). Três anos depois, isto é, em 1645, outra Generale Missive esclarecia que "para instruir os negros não achamos ainda alguém que se revelasse capaz disto ou que espere obter algum resultado com a instrução, uma vez que os escravos são todos pessoas de pouca inteligência e sendo empregados em serviços domésticos têm pouco tempo para aprender a ler e a educar-se para, com esse princípio, iniciarem-se na religião cristã... Agora encontramos uma pessoa que conhecendo os portugueses e a língua deles, mostra-se inclinada a aceitar o encargo de instruí-los, de modo que em breve esperamos experimentá-lo" (58). O tal mestre mostrou-se mesmo interessado; em maio de 1645 tratava já de dispor um prédio para a escola e a reunir os livros (59). Não consta dos documentos que tivemos em mão qualquer notícia posterior sobre essa escola para negros escravos; é possível, entretanto, que com o início da insurreição pernambucana, exatamente no mês de maio de 1645, todos esses projetos tivessem sido abandonados. É ao que nos leva a concluir a ata da "Classe" de 1646, da qual consta que apesar de intentada a instrução dos pretos, por inoportunidade e por falta de pessoa competente, não pôde prosseguir; o Conselho Eclesiástico estava no propósito de que isto fosse levado a efeito, logo que possível (60). Na "Classe" de 1647 tornou-se

(56) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classes de 5 de janeiro de 1638, 29 de outubro de 1639, 30 de abril de 1640, 21 de novembro de 1640, 17 de outubro de 1641), pp. 726, 734, 745, 761, 764.

(57) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(58) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645.

(59) Dag. Notule de 18 de maio de 1645.

(60) "Ata da reunião ordinária de todas as classes do Brasil, realizada na cidade do Recife, começando a 9 de janeiro e terminando a 18 do dito mês de 1646", sessão 4.ª, artigo 25, in [illegible].

a falar no assunto — "que se devia promover com atenção a educação dos negros" — mas não se tomou qualquer outra providência. (61)

Do ano de 1648 é a última notícia sobre o projeto de instrução dos negros de Pernambuco. Já tendo os holandeses sofrido duras derrotas, no monte das Tabocas, na Casa Forte e nos Guararapes, mostravam-se receosos de que tais castigos lhes tivessem sido infligidos em conseqüência de não ter sido levado o conhecimento da palavra divina aos negros. Diz a ata da "Classe" de 1648: "o Conselho inclina-se a considerar que, entre outra causas, Deus se mostra irritado, por não termos neste país conseguido um modo ou tomado providências para fazer chegar ao conhecimento dos negros a existência de Deus e a do Seu filho Jesus Cristo, já que a alma dessas pobres criaturas, cujo corpo nós empregamos a nosso serviço, deviam ter sido arrancadas da escravidão do diabo, considerado que na opinião dos doutores isto é um requisito necessário para tornar justificável aos olhos de Deus o negociar com homens pretos. Tudo isto poderia ter sido facilmente remediado se algumas poucas pessoas bem instruídas em religião e de vida piedosa e honesta, tivessem sido enviadas para cá, onde aprenderiam a língua portuguesa e dedicar-se-iam ao ensino dos negros. Sobre este assunto dever-se-á escrever seriamente às igrejas com as quais nos correspondemos e ao Conselho dos XIX, solicitando-se aos Conselheiros Supremos que apoiem o nosso pedido junto aos XIX". (62)

Em certa ocasião tratou-se do ensino de ofícios aos negros; os mestres seriam os artífices holandeses empregados da Companhia, os quais deveriam, segundo determinação do Conselho dos XIX, "ensinar os seus ofícios a um ou mais negros", podendo-se prometer aos mestres "um prêmio quando tiverem ensinado a um suficientemente" (63). Muitos pretos certamente beneficiaram-se com o ensino, como é o caso daquele que servia com tanta habilidade no estaleiro que os holandeses, ao se retirarem, concederam-lhe a alforria. Outros, porém, eram tão estúpidos que nada aprendiam. Diz a Generale Missive que "para evitar despesas com holandeses pusemos negros para

(61) "Ata da Classe que, com a devida autorização do Alto Conselho, reuniu-se no Recife no ano de 1647, começando a 15 de janeiro e terminando a 22 do mesmo", sessão 9.ª, artigo 4.º, in BPB.

(62) "Ata da Classe reunida no Recife de 7 a 11 de maio de 1648", in BPB.

(63) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Conselho, datada de 24 de outubro de 1643.

trabalhar no estaleiro e nas ferrarias, para aprenderem ofícios. Mas a estupidez deles não permite que cheguem à perfeição nos trabalhos" (64). Em certa ocasião mulatos e negros pedreiros foram enviados de Pernambuco para São Paulo de Luanda a fim de lá levantarem uma fortaleza de pedra. (65)

Os documentos por nós examinados — na maior parte oficiais — silenciam sobre o interesse que holandeses teriam demonstrado pelas mulheres negras. Uma exceção: a Dagelijksche Notule, de 1 de outubro de 1641, registra que Jan Hellingh, soldado da companhia comandada pelo Major Crdey, pediu licença ao Alto Conselho para casar com "certa negra" escrava da Companhia, o que o Conselho permitiu, pagando ele 400 florins pela alforria dela. Acrescente-se que Alberto Eckhout pintou o retrato de uma bela negra, ao qual Thomas Thomsen, no seu estudo sobre esse pintor, deu merecido relevo. Não foram, pois, os holandeses de todo insensíveis à beleza negra, não obstante o silêncio dos manuscritos da época.

Que os flamengos usaram, como os portugueses, os serviços domésticos de negras e negros, é fato que consta da documentação Ms. e que vários cronistas confirmam. Um recenseamento levado a efeito em 1645 no Brasil holandês indica que no atual bairro do Recife e em Maurícia havia 1.962 negros escravos. E não somente em casas de particulares. No hospital do Recife, localizado no "Forte de Terra", como o chamam os documentos de origem portuguesa, havia vários empregados pretos. Talvez cozinheiras e lavadeiras. E com os seus molequinhos em volta. Molequinhos que talvez distraíssem os soldados e marinheiros ruivos feridos ou doentes do mal da terra, de disenteria, de escorbuto. (66)

Pelo que temos referido pode verificar-se que os holandeses, em geral, trataram os escravos com humanidade. O governo da colônia, sobretudo o Conselho Eclesiástico, procurou evitar relações mais próximas que as de escravos e senhor,

(64) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, data do Recife, 10 de maio de 1644.

(65) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Supremo, datada de 17 de setembro de 1644.

(66) Dag. Notule de 15 de julho de 1651. Medidas de economia no Hospital levaram o Conselho a reduzir o número de empregados bem como a decidir não dar mais sustento aos molequinhos filhos dos empregados. O negro Philipe, que arranjasse onde manter os seus pretinhos Domingos e Joseph e a negra Maria o seu filho Antônio. Veja-se também, o Relatório (2.ª parte) apresentado ao Conselho dos XIX por Servaes Carpentier, datado de 11 de junho de 1636, onde se diz que no Hospital havia "alguns negros na cozinha e servindo aos doentes".

dos holandeses com os negros. Muitos flamengos, como vimos, dedicaram verdadeira amizade a pretos, a quem, às vezes, davam nomes holandeses. Alguns surgem nos documentos chamando-se de Jan Claessen e Johan Harde. (67)

Não é, pois, para causar admiração que muitos negros tivessem pegado em armas para lutar ao lado dos defensores do Recife, como já haviam feito por ocasião da invasão do Brasil.

É sabido que no mesmo ano em que se inicia a insurreição, os holandeses arregimentaram todos os negros do Recife e de Maurícia. Certa Dagelijksche Notule conta que em Maurícia Gisberth de With e Jacob Hamel e no Recife o almirante Lichthardt e Bartholomeu van Ceulen andaram de casa em casa à procura de negros aptos para serem armados e ajudarem na defesa (68). Parece que só em 1648 os negros adquiriram um chefe: um mulato João de Andrade ofereceu os seus serviços à Companhia, com a condição de ser nomeado capitão de uma companhia de negros e mulatos. Sendo aceita a proposta, o capitão Andrade recrutou os elementos que iria comandar e entrou em ação contra os brasileiros. Com a infelicidade de ficar estropiado num de seus primeiros encontros. Ainda assim continuou chefiando os seus negros e mulatos até à rendição (69). Havia, também, do lado dos flamengos, um certo capitão Antônio Mendes, que tinha sob as suas ordens uma companhia de índios tupis, mulatos e negros. (70)

Os documentos referem uma tentativa de sublevação dos negros que se achavam em Fernando de Noronha. Para lá tinham sido remetidos os que haviam chegado da África depois de 1645. A situação da ilha era a pior possível. Pouco produ-

(67) Dag. Notule de 10 de julho de 1651

(68) Dag. Notule de 19 de agosto de 1645.

(69) João de Andrade ofereceu-se ao Conselho Supremo em 30 de abril de 1648 (Dag. Notule desta data) sendo aceita a sua proposta em 1 de maio (idem). Num encontro que se verificou próximo ao forte Altena, em 21 de maio de 1648, foi ferido, ficando estropiado. Requereu indenização à Companhia que, ouvidos os pareceres de doutores e do cirurgião-chefe, lhe concedeu a importância de 120 florins a título de indenização. Em pagamento entregou-se-lhe um negro do valor de 200 florins, entrando ele para os cofres da Companhia com a diferença, isto é, com 80 florins (Dag. Notule de 12 de agosto de 1650). Ainda servia em 1654 (Dag. Notule de 2 de janeiro de 1654).

(70) Dag. Notule de 6 de janeiro de 1654. Segundo os termos da rendição, Antônio Mendes e todos os índios, mulatos e pretos servindo com os holandeses, foram perdoados "mas não se lhes concede a honra de saírem com armas": art. 10 das "Condições sobre a Milícia".

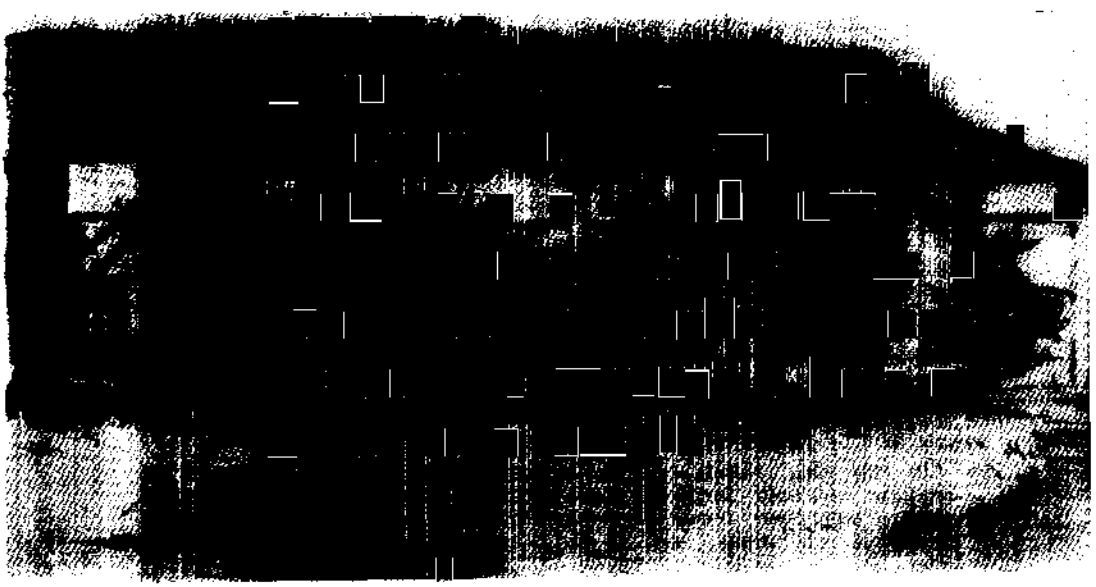
zia, diziam todos os "comandeurs" que lá estiveram. Willem Joosten Glimmer escreveu que a aridez da ilha "é causada pelo grande número de ratos, vermes e insetos que a infestam, de modo que em todo o tempo da minha estada ali, nunca pudemos obter o sustento necessário para viver" (71). O que mais tarde Gilles Venant confirmou (72). E com detalhes impressionantes: "em conseqüência da seca não se consegue fruta alguma nem se consegue pescar, de modo que os negros andam comendo tantos ratos que nem 2.000 gatos conseguiriam apanhar tantos" (73). A sublevação ocorreu em 1652, parece que causada pela fome. Projetavam os negros matar os poucos brancos que lá estavam. O governo holandês, avisado, aprisionou os cabeças, em número de seis, que foram condenados a serem esquartejados vivos. Dois deles foram mortos no Recife, dois em Itamaracá e dois em Fernando "para que o castigo servisse de exemplo". (74)

(71) Carta de Willem Joosten Glimmer ao Conselho dos XIX, sem indicação de local e data, mas entre os documentos de 1638, in BPB.

(72) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 27 de fevereiro de 1646.

(73) Dag. Notule de 6 de março de 1646.

(74) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 20 de dezembro de 1652, 2.ª desta data.



Atitude dos holandeses para com os índios e a catequese

Detalhe do quadro de Albert Eckhout (168 x 294 cm.) representando a dança dos Índios Tarairiu. Acervo do Museu Nacional de Copenhague.

Reparou Alfredo de Carvalho que uma das "preocupações constantes da política dos invasores holandeses do Brasil Oriental foi, sem dúvida, a aliança das tribos indígenas do país, aliança que procuraram angariar e manter por todos os meios". (1) Tem razão o ilustre historiador pernambucano. Agiram os flamengos, no caso, em obediência a uma política traçada pelo Conselho dos XIX, muito antes da invasão de Pernambuco.

Johan de Laet refere-se a vários encontros entre viajantes holandeses e índios da costa brasileira. Deles obtiveram informações sobre o país e suas riquezas minerais. (2) É possível que então alguns deles tenham sido conduzidos à Holanda, como aconteceu com alguns dos ameríndios com os quais Bou-

(1) Alfredo de Carvalho, "Um Intérprete dos Tapuias (1637-1647)", in **Aventuras e Aventureiros no Brasil**, Rio 1930, p. 165.

(2) J. de Laet. **Histoire du Nouveau Monde**, citado; aí refere-se a alguns navios holandeses que **andaram à fala** com índios da baía de "Moucuru", no Ceará em 1601: "**plusieurs Sauvages vindrent a bord de ses navires**, desquels il apprit qu'**assés prés de lá il y avoit une montagne** oú il se trouvoit beaucoup d'esmeraudes", montanhas que os flamengos exploraram achando "esmeraldas de um verde muito bonito". O aproximado da data e a coincidência do lugar levam a crer que de Laet se refere a Jan Baptist Syens, ao qual faz referência o Ms. de Hessel Gerritsz, "Journaux et Nouvelles", cit., **Anais da Biblioteca Nacional**. Outro navio andou em 1609 percorrendo as costas do **Ceará** e do **Maranhão**, tendo se detido em uma baía referida com o nome de **Arrekeytos**, a 3 graus da linha para o sul, tratando com uma nação de índios "**fort grands, laids de visage**". Aliás pesquisas sobre esses contatos de elementos não ibéricos com os índios e terras brasileiras, estão a tentar um estudioso pachorrento, que se não atenha, como o Sr. J.F. de Almeida Prado (**Primeiros Povoadores do Brasil**, São Paulo, 1935), à reprodução de informações contidas em livros; pesquisas em arquivos portugueses e espanhóis trarão, sem dúvida, alguma luz sobre a atividade desses estrangeiros.

dewijn Hendricksz entrou em contato na Baía da Traição, em 1625. (3) Não se sabe com segurança o número de índios então embarcados, mas é de presumir que alguns sejam os interrogados por Kiliaen de Renselaer em 1628 e aos quais Hessel Gerritsz se refere pelos nomes: Gaspar Paraupaba, então de 50 anos, André Francisco, de 32 anos, ambos do Ceará, Pieter Poty, Antônio Guiravassauay, Antônio e Luís Gaspar, todos da Baía da Traição. (4) A eles refere-se também o antuerpiano famoso, que os viu muitas vezes na Holanda: "nous avons veu souvent [os índios] en les Provinces Unies, apris en nostre langue, sçavoir escrire e estre instruicts aux principes de la Religion Chrestienne; nous avons reçeu en quelque façon d'eux la cognoissance de ces regions". (5)

O interesse pelo índio era geral na Europa de então; estava-se na época em que se iniciava o romantismo naturalista. Não é de admirar, pois, que uma Companhia de Comércio os sustentasse e educasse às suas custas; mas não só pelo prazer de trazer à civilizaçãe pobres silvícolas brasileiros, como também com o fito de se preparar para a conquista de algumas regiões americanas. Infelizmente os documentos não nos prestam auxílio para saber qual a vida desses índios na Holanda. Que eles andavam nos meios universitários e no mundo dos negócios — locais da atividade de De Laet — vê-se pelo trecho acima transcrito; que falavam o holandês e professavam a religião reformada é pormenor que também é referido.

No próprio ano em que a Companhia se apoderou de Pernambuco entraram a prestar serviço os índios brasileiros educados na Holanda. Diziam os membros do Conselho dos XIX, em maio de 1631, que já haviam enviado três deles para o Brasil, os quais "há algum tempo foram trazidos para cá da Baía da Traição e aqui, com grandes despesas, foi-lhes ensinado a ler e escrever", pelo que deveriam ser empregados como "intérpretes dos selvagens e outros serviços que se lhes possa pedir conforme a sua capacidade". E pouco depois diziam que os tais índios "receberam de nós muitas finezas e ficaram co-

(3) J. de Laet, **Iaerlyck Verhael**, ed. da Linschoten Vereeniging, vol. I, Haia 1935, p. 92.

(4) Hessel Gerritsz, "Journaux et Nouvelles", citado.

(5) J. de Laet, **Histoire du Nouveau Monde**, cit. Citamos a edição francesa de 1640 de preferência às edições holandesa (1625 e 1630) e latina (1633), porque é a mais completa e cuidada — e não simples tradução de qualquer das anteriores. Aliás um estudo baseado nas quatro edições do livro e nos demais da autoria de De Laet, ocupa-nos há algum tempo, no que se refere ao Nordeste brasileiro, como parte de um estudo sobre Pernambuco na obra dos cientistas, artistas e letrados holandeses.

nhecendo o nosso governo, a vida civil e a nação", pelo que "devem ser empregados a serviço da Companhia". (6) A ocasião apresentou-se logo: em outubro de 1631 um tapuia conseguiu chegar ao Recife e deu conhecimento ao governo que dois dos chefes tapuias do Rio Grande, Nhandui e Oquenou, estavam dispostos a ajudar os holandeses. Organizou-se logo o embarque dos índios para servirem de intermediários junto aos tapuias e outras tribos, a fim de atraí-las aos invasores. Eram eles, segundo de Laet, os índios Marcial, Andries Tacon, Ararova e Francisco Matauve. A expedição foi comandada por Elbert Smient e levava um judeu que de Laet diz ser português de origem, de nome Samuel Cohen. (7)

Pouco antes da invasão de Pernambuco proclamaram os holandeses o direito dos índios à liberdade, declarando-os isentos de qualquer sujeição. (8) Foi o reconhecimento desse direito com o que mais acenaram aos brasilianos e tapuias. Procuraram-nos para firmar pazes e amizade, considerando-os aliados contra o inimigo português. E como aliados foram elementos valiosos; Waerdenburch reconheceu-lhes o valor militar ao dizer que "os brasilianos não são cordeirinhos como os pintam certas histórias das Índias Ocidentais que li; são antes soldados valentes, prontos e audaciosos, como têm mostrado". (9)

(6) Cartas do Conselho dos XIX ao Cons. Político de Pernambuco, datadas de Middelburg, 30 de maio de 1631, in **BSN** e de Amsterdam, 30 de outubro de 1631.

(7) J. de Laet, **Iaerlyck Verhael**, Capítulo VIII; de Laet, deve ter tido presente, para a redação do trecho, algum relatório que desconhecemos. Quanto ao judeu Cohen — que de Laet chama Samuel Cochin — este seguiu na qualidade de "conselheiro" e recomendava-se a Smient que o tratasse bem e o acomodasse em um beliche. Cohen tomou parte na conquista de Curaçao pelos holandeses: J.H.J. Hamelberg, **De Nederlanders op de West-Indische Eilanden** cit., I p. 35; P.A. Euwens, "De eerste Jood op Curaçao", **De West-Indische Gids** ano 12 (Haia 1930) pp. 360/366; **Gedenkboek Nederland-Curaçao 1634-1934** (Amsterdam, 1934) p. 69; Bloom, **The Economic Activities of the Jews of Amsterdam** (Williamsport, 1937) p. 129. Sobre a expedição ao Rio Grande deve-se consultar: "Instruções para o capitão Albert Smient que segue como chefe do yacht Nieuw Nederland e de uma chalupa grande", sem local nem data, mas entre documentos de 1631 in **BPH**, onde também se encontram a carta do Cons. Político de Pernambuco ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 6 de novembro de 1631 e o "Extrato dos interrogatórios de Andries Tacon e dos outros brasilianos, sobre o que se passou na viagem deles e que notícias trasem", datado "de bordo do navio Nieuw Nederland, 12 de novembro de 1631".

(8) "Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais", tradução de José Hygino, in **RIAP** n. 31, Recife 1886, p. 292, item 10.

(9) Carta de Waerdenburch ao Conselho dos XIX, datada de 23 de julho de 1630. Cornelis van der Brande (carta aos diretores da Câmara da Zeelândia, datada de 16 de junho de 1635) diz dos índios que "não é gente para trabalho, mas com inclinação para as armas".

Durante todo o período da dominação holandesa no Brasil, uma das preocupações mais constantes de seu governo foi a de atrair e conservar a amizade dos brasilianos — assim chamados os tupis — e dos tapuias. Nassau reconheceu a importância de tais aliados e não se descuidou de procurar a sua amizade. Veremos como, mesmo na Holanda, não deixou de lhes enviar presentes e escrever-lhes cartas. (10) No seu relatório de 1644 diz que "da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhes permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei da Espanha caíram ou por qualquer meio foram constrangidos à escravidão, como eu próprio fiz, libertando alguns. Ordens devem ser dadas, também, para que não sejam ultrajados pelos seus 'commandeurs', ou alugados a dinheiro ou obrigados contra a sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário, deve permitir-se a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação". Só assim, com o reconhecimento desse direito, é que se poderia contar com eles, com o auxílio de 1.200 índios flecheiros: "se agirmos de modo contrário, mantendo-os como escravos, é de esperar que seguirão o exemplo dos do Ceará e das Salinas; atacarão os moradores do interior, tornarão os caminhos inseguros, sem que se possa impedí-los nisso". (11)

Nassau aqui não fez senão repetir a opinião de seus predecessores e reiterar o ponto de vista do Conselho dos XIX. Se, afinal de contas, nem sempre a política de aproximação e amizade com os índios foi estável, disto não se deve culpar o governo holandês, mas os seus prepostos, os "commandeurs", os encarregados das aldeias, os exploradores que contratavam o serviço dos índios; enfim, segundo palavras de Gedeon Morris de Jonge, pela "diabólica cobiça da inconstante riqueza" foram os índios brutalizados, conservados e mesmo vendidos como escravos. Não obstante tudo isto, o que nos mostram os documentos é que a política da Companhia foi sempre a de manter a todo o custo a amizade dos índios. Para isto empregou

(10) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Supremo, datada de Amsterdam, 4 de outubro de 1647.

(11) Relatório do Conde de Nassau aos Estados Gerais, sem lugar nem data, apresentado em sessão de 27 de setembro de 1644, in DH. Trata-se de um excelente relatório, que merece ser divulgado. É interessante observar que na memória que Nassau apresentou ao Conselho que o substituiu em 1644 — memória que José Hygino intitulou "Testamento Político" — não há referência aos índios, já que a política com relação a eles estava há muito definida.

Construções da área rural em taipa, cobertas de capim: serviam de morada aos escravos e aos índios de serviço dos engenhos. Pormenor de tela Frans Post, datada de 1660 (Souza Leão, F. Post,1973, nº 32)

o serviço de pessoas dedicadas e que se sentiam perfeitamente à vontade entre eles. Europeus que encontraram no seio das florestas do Brasil e na vida nômade dos índios o verdadeiro anseio de suas vidas: os Jacob Rabe, os Roelof Baro, os Pieter Persijn, os Jacob de Groot, os Johan Listry.

Nassau não foi menos interessado na amizade dos índios do que esses europeus. O seu interesse, além de corresponder a razões políticas, tinha raízes no seu espírito de homem curioso de coisas exóticas, comum no seu tempo. Sabe-se que foi quase um colaborador nos estudos de Marcgrave e que levou índios consigo para a Holanda, que apresentou aos seus amigos em uma "festa brasileira" na sua bela casa da Haia, conhecida como a Mauritshuis. Os documentos fazem ver um dos aspectos mais simpáticos do caráter do Conde: a sua lhaneza, a fidalguia do seu trato. Daí a admiração que lhe votavam os próprios brasileiros, os judeus e também os índios. Estes, em um momento de maior entusiasmo, chamaram-no de "irmão", título que Nassau há de ter aceitado com o mesmo prazer com que aceitou o que lhe ofereceram os brasileiros: o de patrono. (12)

Se bem que fosse conhecida a política dos holandeses com relação aos tupis — ou brasilianos, como são chamados nos documentos holandeses — a que dizia respeito aos tapuias ainda não era bastante clara em 1636. Pelo menos assim parecia ao "commandeur" Joris Garstman, que, cheio de escrúpulos, consultou ao Conselho Político "de que maneira devia tratar os tapuias, tanto os que já estavam a nosso serviço como os que viesse a admitir e se devia conservar-lhes a amizade ou não". Ao que o Conselho lhe respondeu que "deveria manter favoráveis a nós os tapuias, por todos os meios, devendo-se presenteá-los com alguns objetos nuremburgueses". (12a) Os tapuias foram, porém, aliados tão inquietos que para eles voltou-

(12) Dag. Notule de 15 de julho de 1639, que diz: "S. Exa. noticiou-nos como tinha convidado para permanecerem aqui alguns dias todos os capitães e principais dos brasilianos, os quais ontem reuniram-se, tendo-lhes S. Exa. dirigido a palavra para captar-lhes a afeição, que deveremos manter para benefício da Companhia, não só para o tempo de guerra como para nos serem fiéis. Responderam que se consideravam irmãos de S. Exa. "[Sijn Excellenties broeders te sijn"] e com ele querem viver e morrer e, em sendo chamados, imediatamente acorrerão com as suas armas para prestar-lhe auxílio".

(12a) Dag. Notule de 28 de janeiro de 1636. Nuremberg era importante centro fabril de quinquilharias.

se a maior parte da atenção do governo holandês em relação aos silvícolas brasileiros. (13) Mas sem esquecer nunca os tupis. Manter a amizade de uns e outros foi um dos constantes cuidados da Companhia.

Nassau procurou sempre conservá-los favoráveis aos seus. Tomou providências para aldeá-los e submetê-los à fiscalização de chefes holandeses. Assim em uma carta em português determinava a alguém que se achava em Alagoas: "encomendo a Vm. que com eles faça prática aos de sua nação, e aos outros que são goianases, e estes quereris, para que venham viver conosco, e os repartirei aqui pelas aldeias para viverem quietos e em paz e quando for necessário irem à guerra com a nossa gente por seu soldo como se paga aos mais, vão (*sic*, irão) também, e finalmente terão aqui tratamento como de amigos". (14)

Pode vislumbrar-se um plano militar, de defesa, no cuidado com que Nassau procurou atrair e manter a amizade dos índios do rio São Francisco, justamente os "quereris", aos quais se referiu na carta antes citada. Contando já com o apoio dos tapuias de Nhanduí no Rio Grande, mantidos assim postos avançados no extremo Norte da conquista, procurou as graças dos que poderiam defender a fronteira Sul, cujo limite natural era o rio São Francisco. Daí o interesse pelos cariris e goianases, aos quais prometia "tratamento como de amigos". E não satisfeito com isso fez visitar as tribos indígenas situadas a Oeste da colônia, "em direção ao sertão". Procurava assim dificultar aos campanhistas uma das suas vias de penetração em território holandês. Encarregou-se dessa missão um holandês de Amsterdam que se sentiu tão à vontade com os índios como Rabe, mas sem a dureza e ferocidade deste: Roelof Baro. (15)

(13) Talvez por isto, também, sobre eles é que possuimos as melhores observações feitas por holandeses (Herckmans, Baro) a respeito dos índios, fato já observado por José Honório Rodrigues, **A Civilização Holandesa no Brasil**, citado, p. 379, nota 19.

(14) Carta do Conde de Nassau, em português, sem indicação de destinatário, datada de Maurícia, 26 de fevereiro de 1642, in **DH**. Esses índios do São Francisco "são de várias nações de tapuias, como Cariris, Assoés, Canais, Perangés, Jacos e Ocos", diz o "Pequeno relatório e descrição sumária das terras, cidades e fortificações do Brasil" de autoria do Conselheiro Willem Schott, datado de Haia, 24 de setembro de 1639 in **RD**.

(15) Os documentos que examinamos estão cheios de valiosos dados sobre a vida e atividades do incansável Roelof Baro, auxiliar dos mais decididos com que contou o governo holandês. Identificou-se com o estilo e hábitos de vida dos selvagens brasileiros e deixou-nos do que viu alguns flagrantes de interesse, no seu jornal de viagem intitulado **Relation du voyage de Roulox Baro, interprete et ambassadeur ordinaire de la Com-**

Em 1643 Baro partiu em direção ao sertão para descobrir e procurar a amizade das nações dos indígenas Waipebas e Caripatous. Levou, como presentes, alguns machados e quinquilharias ("Neurenburgerie"). A sua viagem começou em 26 de abril, partindo da aldeia dos tapuias Cariris, alguns dos quais o acompanharam. Não levava mantimento algum "porque o uso deles 'tapuias' é procurar o sustento para cada dia, nas matas". Tendo atravessado a serra Capaova, deixou-a ao lado direito e seguiu ao longo do rio Paraíba 70 a 80 milhas, terra a dentro, não encontrando vivalma. Descobriu, porém, uma serra de cristal ("moscovisglas"). De volta, tomou o rumo sul, e chegou às aldeias dos Waipebas e Caripatous "que o receberam bem, do mesmo modo que aos seus tapuias". De cada uma delas recrutou alguns índios para trazê-los ao Recife, onde chegou em companhia de 40, os quais presenteados com machados, panos de algodão e pequenos objetos, foram mandados de regresso. (16) Pouco depois estava pronto para voltar ao

---

pagnie des Indes d'Occident... au pays des Tapuies dans la terre ferme du Brasil. Commancé le troisiesme Avril 1647 e finy le quatorziesme Iuillet de la mesme année. Traduict d'Hollandois en François por Pierre Moreau. Paris, MDCLI. Baro entrou a serviço da Companhia em 12 de agosto de 1643 (Dag. Notule dessa data), tendo porém, anteriormente prestado serviços à mesma como explorador de terras brasileiras referidas como "terras a oeste de Terra Nova" (Dag. Notule de 6 de agosto de 1643). A admissão ao serviço da Companhia foi naturalmente um prêmio às suas qualidades de desbravador: foi contratado com o soldo de alferes "para realizar novas explorações pelo interior": Dag. Notule de 12 de agosto de 1643. Baro chegou a interessar algumas pessoas nessa vida de aventuras: parece que Jacob de Groot iniciou-se com o auxílio e a companhia de Baro e com ele é que quis trabalhar certo polonês, Jan Stras: Dag. Notule de 11 de março de 1647. Serviu à Companhia até 1648 tendo realizado várias viagens ao "país dos tapuias", a cujo serviço se achava em 19 de agosto daquele ano, quando pediu demissão, o que lhe foi concedido (Dag. Notule dessa data). Para o seu lugar foi nomeado Pieter Persijn (Dag. Notule de 20 de agosto de 1648). Baro solicitou licença para ir criar gado no Rio Grande, o que o Conselho indeferiu. Em 1650 Baro já era falecido (Dag. Notule de 14 de dezembro de 1650) e a sua viúva, na Holanda, requeria o pagamento de seus soldos em atraso. O seu falecimento teria ocorrido no mesmo ano de 1648, como parece indicar a carta do Cons. dos XIX ao Conselho Supremo, datada de 30 de agosto de 1650. Baro nasceu cerca 1610 e casou em Amsterdam em 15 de outubro de 1644 com Lobberich Wijbrantsdochter.

(16) Dag. Notule de 6 de agosto de 1643, e Gen. Missive ao Conselho dos XIX datada do Recife, 31 de agosto de 1643. Esta acrescenta, com relação aos Waipebas e Caripatous: "Essas nações, segundo o seu relatório [de Baro] ocupam 14 aldeias, a maior parte situada terra a dentro, a Oeste; são habitantes do sertão ou zona montanhosa que separa o Brasil das outras terras da América. Aí eles vivem da caça, da pesca em alguns lagos e de mel silvestre e frutos vários. Mais para Oeste parece estar situada uma nação mais poderosa do que a destes com as quais estão em guerra; habitam uma planície que sucede a essa zona montanhosa ou sertão, e diz-se que correm grandes rios e há aí muita riqueza de mantimen-

sertão a visitar as tribus mais para oeste dos Waipebas; esta expedição, porém, não chegou a atingir os seus objetivos. (17)

Em 1645, procuraram os Conselheiros Supremos o auxílio dos Waipebas, Caripatous e Waiamas, "com os quais fizemos amizade por intermédio de Roelof Baro". Desta vez encarregaram de visitá-los certo Jacob de Groot, "com soldo de alferes". Deveria ele "verificar se tais índios poderiam vir para cá a fim de se juntarem aos nossos brasilianos". (18)

Entretanto os principais aliados dos holandeses foram os tapuias. A fama de sua ferocidade era geral e eram temidos pelos próprios flamengos. Os índios tupis foram aldeados e submetidos ao governo do Conselho Supremo. Não assim os tapuias. Estes tratavam os seus aliados brancos de igual para igual. Nhanduí de sua taba enviou ao Conselho planos e sugestões para vencer a revolta dos portugueses. (19) Eram, porém, aliados tão ferozes que às vezes mais pareciam inimigos; procurava-se sempre mantê-los o mais afastado possível das zonas habitadas; quando desciam do Rio Grande em direção a Pernambuco o governo movimentava-se imediatamente: com presentes iam pedidos para que tornassem às suas terras. Assim, por exemplo, em 1639, quando Nhanduí com 2.000 tapuias — homens, mulheres e meninos — aproximou-se do povoado do Rio Grande, causando grandes danos aos moradores. Com a maior sem-cerimônia iam arrancando as roças, novas e velhas, que encontravam. O Conselho despachou logo os filhos de Nhanduí que se achavam no Recife, recomendando-lhes que

tos de toda espécie. Nós contratamos esse Roelof Baro, que se propõe prosseguir a exploração dessa região, pagando-lhe soldo de alferes ["vaendrich"] e estamos dispostos a enviá-lo de volta àquelas aldeias para inquirir tudo o que for possível a respeito do sertão e das terras que com ele confinam e as nações que lá habitam porque com essas informações poderemos prosseguir e isto parece-nos coisa que dará resultado". Talvez os holandeses conjecturassem poder atingir o Peru e as suas minas, pelo interior.

(17) Dag. Notule de 14 de setembro de 1643. Nesta data Baro preparava-se para prosseguir a exploração, tendo se proposto a visitar as nações situadas acima dos Waipebas e Caripatous. Deram-lhe ordens para recrutar 60 brasilianos que, livremente, o quisessem acompanhar e lhe foram dados ainda 2 holandeses, empregados da Companhia, para que em caso de doença ou morte do chefe a expedição podesse ser conduzida a termo. Apesar de todos os cuidados não foi concluída: os índios amotinaram-se e Baro foi forçado a retroceder tendo atacado, saitão, os Palmares: Dag. Notule de 2 de fevereiro de 1644 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644.

(18) Jacob de Groot partiu de Itamaracá para o sertão: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de dezembro de 1645; não encontramos ulteriores informações a respeito.

(19) Carta de Jacob Rabe ao "Commandeur" Prevo. no forte Ceulen, datada de 4 de julho de 1645.

Retrato de Índio Tupi, de Albert Eckhout, do acervo do Gabinete de Estampas do Museu de Hermitage, Leningrado, URSS.

fizessem voltar os seus para o lugar donde haviam procedido; quando fossem necessários seriam chamados. (20)

Foi, porém, com os índios tupis que os flamengos conviveram mais estreitamente. Aldearam-nos, instruiram-nos e aproveitaram os seus serviços em expedições além-mar. Já referimos que uma das constantes da política da Companhia foi o reconhecimento da liberdade dos ameríndios, com a ajuda dos quais esperavam contrabalançar o perigo para a segurança do Estado, representado pelos brasileiros e portugueses. Várias vezes o reconhecimento dessa liberdade foi reafirmado. Um dos artigos do "Regimento das praças conquistadas ou que forem conquistadas" reconhecia-lhes tal direito, já em 1629. (21) Nenhum índio poderia ser mantido em cativeiro nem obrigado a trabalhar contra a sua vontade; assim, "os que quiserem servir e trabalhar para os moradores poderão fazê-lo, com a condição de que se lhes pague o salário do costume e de que não

(20) Dag. Notule de 26 de novembro de 1639. Essas incursões dos tapuias surgem várias vezes referidas nas nótulas. Em 1643 (Dag. Notule de 8 de janeiro) uns 800 a 900 aproximam-se de Mompabau, matando o gado e destruindo as roças. A Dag. Notule de 13 de fevereiro do mesmo ano dá conta que Joris Garstman e 2 escabinos compareceram perante o Alto Conselho do Recife queixando-se dos abusos e estragos que os moradores do Rio Grande sofriam dos tapuias conduzidos por Jacob Rabe, pelo que o pagamento a este dos seus vencimentos de empregado da Companhia foi suspenso. Rabe era acusado ainda de instigar os tapuias contra os habitantes: "hoje é sabido, diz Garstman, que o dito Jacob Rabe mandara os Tapuias saquear as casas dos moradores e trazer-lhe o produto do roubo"; essas acusações levaram o Alto Conselho a demiti-lo do cargo e autorizar a sua prisão: Dag. Notule de 19 de fevereiro de 1643. As acusações de Garstman e de dois escabinos — Estevão Machado e Manuel Rodrigues Pimentel — parecem fundadas à vista do que apurou o inventário post mortem dos objetos pertencentes a Rabe, que inclui objetos os mais variados, com um pequeno livro alemão, um cabeção de mulher, um traje portugues de pano escuro, um casaco para mulher, três camisas de criança, "um pequeno espelho octangular, com retrato, emoldurado em ouro, de fabricação parisiense", este encontrado em "um cofresinho selado" juntamente com moedas e ainda "uma caixa cheia de fitas de seda preta e de rendas". Alfredo de Carvalho, "Um Intérprete dos Tapuias" in Aventuras e Aventureiros no Brasil, citado, p. 201 e segs. Também Dag. Notulen, de 31 de outubro de 1644, 1 e 3 de abril de 1645.

(21) Segundo as "Instruções" de 23 de agosto de 1636 (citadas no Relatório de José Hygino, RIAP n. 30, p. 28, nota) "os brasilianos e naturais do país deverão ser deixados em liberdade e de modo algum escravisados, devendo ser governados como o são os demais habitantes". Ainda assim um Cavalcanti não identificado pediu licença em 1640, para manter como escravo um índio do Maranhão, o que o Conselho indeferiu: Dag. Notule de 22 de outubro de 1640 e despacho de Nassau à representação do Conselho Eclesiástico, "Classe de Pernambuco" de 21 de novembro de 1640

sejam forçados a trabalhar contra a sua vontade ou por tempo mais longo ou mais do que quiserem" (22)

Houve um momento, porém, em que se permitiu a escravização dos índios, permissão logo em seguida revogada. Tratava-se dos índios que faziam guerra aos que se haviam aliado aos holandeses: como castigo foram escravizados. Provinham na sua maioria do Ceará e foram vendidos pela própria Companhia. (23) Com a conquista do Maranhão foi que se permitiu a escravização à larga. Os documentos informam que ali não havia escravos negros, de modo que os flamengos viram-se na contingência de usar o índio, constrangendo-o ao trabalho. Houve, é certo, a princípio, certa relutância. Mas o Conselho dos XIX decidiu: "resolvemos e temos por decidido que brasiliano algum que anteriormente tenha sido escravizado pelos portugueses (por ódio pela guerra que lhes movemos ou por que tenham os brasilianos nos favorecido) deverá permanecer em escravidão, mas onde um for encontrado em tal situação deverá ser posto em liberdade. Entretanto no que concerne aos que em guerras no interior, entre brasilianos e tapuias, por uns ou por outros, tenham sido feitos prisioneiros e oferecidos à venda aos nossos, ou ainda no caso de correrem perigo de serem sacrificados, é decisão nossa que esses tais sejam comprados pela Companhia pelo menor preço possível e fiquem obrigados a trabalhar, para recuperar a liberdade, por sete anos, seja em serviços da Companhia ou alugados a terceiros, com a condição de, decorridos os ditos sete anos, serem libertados". (24) Mas poucos meses depois reformaram essa decisão, que tinha causado estranheza entre os demais índios aliados. Recomendaram, então, que "os índios e naturais do Maranhão deverão ser considerados livres, como o são os brasilianos", resolução cumprida imediatamente no Brasil. (25)

(22) Resolução do Conselho Supremo: Dag Notule de 16 de abril de 1638; os salários dos índios eram pagos em gêneros, especialmente em panos de algodão ("Ijwaat"): Dag. Notulen de 2 de fevereiro e 29 de agosto de 1636, 26 de fevereiro e 9 de novembro de 1638.

(23) Dag. Notulen de 21 e 25 de fevereiro de 1641. Eram tapuias e ainda jovens, e alcançaram 100 florins cada um. Compraram-nos Mathias Beck, Hugo Graswinckel, Hendrick van Ham, o Conselheiro Dirck van der Burgh e o almirante Lichthardt "para servirem de empregados domésticos".

(24) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de 18 de abril de 1642 e carta de Gedeon Morris à Câmara da Zeelândia, datada de S. Luiz do Maranhão, 7 de abril de 1642 e também Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(25) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de 10 de outubro de 1642 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datado do Recife, 2 de abril de 1643.

Apesar de todas as promessas e resoluções, muitos dos índios foram mantidos pelos holandeses em uma quase escravidão. A quase escravidão dos camponeses da antiga Rússia: explorados, maltratados, mal pagos. (26) E mesmo vendidos, como aconteceu com aqueles que Maxwel levou para São Cristóvão, nas Antilhas.

As aldeias dos indígenas aliados dos holandeses — na maior parte ou quase totalmente compostas de índios tupis, já que os tapuias nunca aceitaram a disciplina e a rotina de uma aldeia, nem mostraram paciência para ouvir de um ministro protestante as suas pregações (27) — eram chefiadas por "commandeurs" que se encarregavam do governo civil e da direção do serviço dos indígenas. Não é de admirar, pois, que isto tivesse facilitado abusos de toda espécie, já que tais chefes não eram pessoas recrutadas com requisitos especiais; muitos não tinham em mira senão enriquecer rapidamente. Parece constituir uma exceção o caso do "commandeur" Johan Listry, durante muitos anos chefe de todas as aldeias indígenas da colônia; o qual, preso no encontro da Casa Forte (1645) e remetido da Bahia para a Europa, voltou da Holanda, para reassumir as suas funções, com alegria dos índios. (28) É verdade que nem ele nem Nassau conseguiram evitar explorações e maus-tratos aos índios. Nassau sobretudo jamais se descuidou de reprimir tais excessos.

Os documentos referem, às vezes pelos nomes, os acusados de tais abusos. Alguns deles mal chegavam a assimir as funções logo revelavam as suas intenções; tal é o caso de Elto Beuningh que em um prazo de menos de dez meses foi no-

(26) Gedeon Morris diz dos índios: "os que são livres só têm o nome de livres e de fato são escravos, pois é bastante servo quem está obrigado a trabalhar um mês por três varas de pano, que tal é aqui o seu salário ordinário": carta à Câmara da Zeelândia, datada de São Luís do Maranhão, 7 de abril de 1642, traduzida por José Hygino, "Relatórios e Cartas de Gedeon Morris de Jonge, no tempo do domínio holandês no Brasil", **RIHB** tomo 58, parte 1.ª, Rio 1895, p. 292.

(27) E o que afirma Nieuhof — testemunho confirmado implicitamente pelas Atas das Classes da Igreja Reformada do Brasil ("A Religião Cristã Reformada" citada) que nada referem a respeito dos tapuias — dizendo: "diversas nações tapuias mantinham boas relações com os holandeses... conquanto não se submetessem a eles" e que "não aceitam instrução de qualquer espécie": **Memorável Viagem**, cit., p. 321.

(28) Listry, que foi aprisionado no encontro da Casa Forte (Dag. Notule de 28 de agosto de 1645) era "commandeur" de todos os brasilianos; foi substituído por Gaspar Honinckhuysen (Dag. Notule citada) e este por Cosmo de Moucheron (Dag. Notule de 29 de junho de 1646), tendo Listry reassumido em 1647 (Dag. Notule de 11 de março de 1647). A respeito do seu merecimento veja-se a carta do Conselho dos XIX ao Supremo Conselho, datada de Middelburg, 17 de outubro de 1646.

meado, submetidas a inquérito as suas atividades, e, acusado de desordens e falta de escrúpulo, exonerado. (29) Para evitar a repetição desses fatos Nassau nomeou um chefe geral para os brasilianos, o primeiro dos quais foi Wilhelm Doncker, casado, segundo refere Souto Maior, com uma índia. (30) A Doncker cabia dirigir tudo quanto dissesse respeito aos índios e ao governo das aldeias. A ele deve-se um recenseamento dos índios aliados dos holandeses, não incluídos os tapuias. (31) Mais tarde Listry o substituiu. Nassau redigiu uma espécie de regulamento pelo qual seriam regidas as aldeias e no qual foram estabelecidos os direitos e deveres dos indígenas. Esse regulamento — que os documentos referem sob o nome de "instruções" — não tivemos a sorte de encontrá-lo entre os Mss. examinados, nem a ele José Hygino ou Wätjen fazem referência como existindo em arquivos holandeses. (32)

É de Gedeon Morris de Jonge um dos testemunhos mais preciosos sobre a situação dos índios de certas aldeias, terrivelmente explorados por holandeses. É de presumir que o cuidado e interesse do governo flamengo e de Nassau em particular, tenham favorecido certo número de amerindios aldeados nas proximidades da capital ou em comunicação fácil com o Recife.

Assim seria o caso dos que se achavam em Alagoas, Goiana, Paraíba. Já no Rio Grande, no Ceará e no Maranhão

(29) Elto Beuningh foi nomeado "commandeur" dos índios da Paraíba e de Goiana (Dag. Notule de 22 de fevereiro de 1638) e demitido em 6 de novembro seguinte (Dag. Notule dessa data). Também: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639. Outros capitães de aldeias, como Jan Wouters, Gerardus Adolphi e vários outros, foram exonerados por acusação de explorar os índios em proveito próprio: Dag. Notulen de 16 de setembro de 1637, 5 e 12 de outubro e 6 de novembro de 1638.

(30) Pedro Souto Maior, **Fastos Pernambucanos**, cit., p. 145.

(31) Wilhelm Doncker foi designado "commandeur" em 1639, vencendo 200 florins por mês. Nassau opinava que por este meio poderiam evitar-se os abusos que se sucediam: "achamos necessários não olhar esta pequena despesa, mas que fosse posta ordem nessa questão de índios". E adiante: "ele [Doncker] partiu daqui em direção ao Norte para visitar todas as aldeias e registrar todos os homens válidos entre os brasilianos e nos enviar o resultado": Gen. Missive ao Conselho dos XIX datada do Recife, 5 de março de 1639. O recenseamento é sem dúvida o que consta do relatório de Adriaen van der Dussen, datado de "Bordo do Overyssel 10 de dezembro de 1639", in **DH**. A função de diretor dos índios não era nova: em 1636 exerceu-a Gerard Barbier; de Laet, **Iaerlyck Verhael** cit., IV p. 139. Mais tarde ele bandeou-se para os luso-brasileiros: **Documentos Históricos** (da Biblioteca Nacional) vol. 17 (Rio 1930) pp. 275/276.

(32) Referências a respeito na Dag. Notule de 11 de setembro de 1638 e também nas Atas da Classe da Igreja Reformada ("A Religião Cristã Reformada", citada).

as condições seriam outras. É claro que não fazemos uma distinção rígida de tratamento dos índios nessas duas zonas. Mas o afastamento e as dificuldades de comunicação com Pernambuco parecem ter facilitado todo gênero de exploração dos naturais. Em uma carta do Maranhão, Morris diz que procurou apurar as razões da aversão ali surgida entre os índios contra os holandeses, pelo que "em consciência estou obrigado a revelar a verdade: a origem de todo o mal é somente a diabólica cobiça da inconstante riqueza. Por cobiça foram explorados e constrangidos os pobres índios, homens e mulheres, a trabalhar para os portugueses, sem a devida remuneração, de modo que eles em vez de receberem de nós alívio, ficaram sujeitos a maior cativeiro". (33) Outros documentos referem, também, a exploração do trabalho — na verdade trabalho compulsório — dos índios nas salinas do Rio Grande e do Ceará. (34)

Para apaziguá-los e evitar a possibilidade de repetição da matança de holandeses que aconteceu no Ceará, obra de índios revoltados, no ano de 1644, o Conselho dos XIX reconheceu em documento escrito — "por provisão" dizem os Mss. — o direito dos índios, tupis e tapuias, à liberdade. O documento já se achava em poder dos índios em 30 de março de 1645, quando ocorreu na aldeia Tapissirica a grande reunião de indíge-

(33) A carta diz textualmente: "Ende dewijle S. Excie. ende haere Ed. mij recominandeeren te ondeiscecken waeruyt den afkeer tegen de onsen ontstaen is, soo ben ick in consientie verbonden de waerheyt bekent de maecken. Het is alleen de duyvelsche begeerlyckeyt van den ongestadigen rijckdom die den oorspronck is geweest van quaet; door begeerlyckeyt hebben sij de arme Brasilianen soo mans als vrouwen so getravaeert ende geconstringeert om voor de Portuguesen te wercken ende dat noch sonder behoorlycke betalinge, dat sij in plaetse van verlichtinge door ons te crijgen, sij meerder slavernij sijn subject geweest": carta de Morris ao Conde e Supremo Conselho do Recife, datada de São Luiz do Maranhão, 29 de janeiro de 1643.

(34) Os índios do Ceará acabaram por revoltar-se, trucidando os holandeses que encontraram, inclusive o próprio Morris. Procurou-se apurar as razões do acontecido e "não podemos inferir outra causa senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e litoral adjacente contra a nossa nação originaram-se do mau tratamento que lhes deram e sobretudo por não terem sido devidamente pagos pelos seus serviços nas salinas de Marituba e pelo carregamento dos barcos nas salinas e outras partes, conquanto tivéssemos enviado uma vez por outra, para esse fim, panos e outras mercadorias, bem como recomendado que mantivessem os índios em boa disposição, tratando-os cortezmente e pagando-lhes os serviços", diz a Dag. Notule de 21 de março de 1644 e a Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644. O predicante Johannes Eduard refere-se a esses quase trabalhos forçados impostos aos índios: "os índios estão sendo destruídos por incessante trabalho que lhes é imposto fora das aldeias": "A Religião Cristã Reformada" (Classe de 17 de outubro de 1641), cit., p. 767.

nas para a qual Pedro Souto Maior foi o primeiro a chamar a atenção, traduzindo para o português o que consta de certa Dagelijksche Notule. (35) Nessa ocasião foram escolhidos regentes índios para dirigir grupos de aldeias, bem como instituídas Câmaras do Escabinos para cada um desses grupos. Às Câmaras cabia dirigi-los, sendo que as resoluções de caráter geral somente poderiam ser tomadas depois de ouvidos o "commandeur" Johan Listry e o Supremo Conselho. (36)

Por mais estreita que fosse a amizade entre holandeses e índios nunca admitiram aqueles que se pudesse criar entre as duas raças laços mais firmes do que os da aliança militar. Nada de querer fazer das índias caseiras ou mesmo mulheres legítimas. Essas ligações não foram favorecidas ou mesmo vistas com bons olhos pelo governo flamengo. Se os "commandeurs", chefes de aldeias, mestres-escolas holandeses e aventureiros de vários tipos devem ser — como parece que são — responsáveis em parte pelos mestiços cuja presença Capistrano de Abreu registrou no Nordeste — esses tipos arruivados e de cabelo louro, que atestariam, segundo o historiador, a "possança da mestiçagem brasilo-galicana" — estas relações parecem ter merecido tanto do Supremo Conselho como do Conselho Eclesiástico e dos predicantes reprovação e mesmo oposição. Poderiam ser citados aqui diversos flamengos casados ou amigados com índias (o já citado Gerard Barbier, Rabe, Doncker, Jacob Kint); entretanto tais uniões foram causa até de deportação, como no caso de certo Gaspar Beem, ex-alferes, que, no Ceará, "contra expressa proibição que daqui mandamos", dizem os Supremos Conselheiros, "que ninguém se unisse com brasilianos, por ser um povo muito cioso ["jalours"] (o que

(35) Dag. Notule de 11 de abril de 1645. A maior parte dos nomes dos indígenas e aldeias na tradução de Pedro Souto Maior (Fastos Pernambucanos, pp. 161/164) necessitam de correção. O documento original em que se reconhecia o direito dos índios à liberdade foi enviado da Holanda com a carta do Conselho dos XIX ao Alto Conselho, datada de Amsterdam, 25 de novembro de 1644. Tal documento ficou em poder de Domingos Fernandes Carapeba: Dag. Notule de 12 de abril de 1645.

(36) Os regentes foram Antônio Paraupaba (aldeias do Rio Grande), Pedro Potí (aldeias da Paraíba) e Domingos Fernandes Carapeba (aldeias de Goiana e Itamaracá): Dag. Notule de 11 de abril de 1645. Pouco antes os índios haviam pretendido nomear para governá-los um rei, isentando-se da sujeição de capitães e "commandeurs" holandeses: Antônio Paraupaba, que acabava de voltar da Holanda, assegurou aos Supremos Conselheiros que o pensamento do Conselho dos XIX era que "holandês algum os governasse, mas que viessem a escolher entre os seus um chefe"; o Conselho com habilidade obteve que escolhessem não um chefe único, mas três regentes, um para cada Capitania, para governá-los, os quais deliberariam com a assistência do "commandeur" Listry: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 27 de junho de 1645.

já deu motivo à que os nossos fossem expulsos dali) apesar disto, amigou-se com uma índia, pelo que foi deportado". (37)

Outros flamengos do Ceará, menos afoitos do que Beem, dirigiram-se, em 1651, por intermédio do predicante Kemp, ao governo do Recife. A carta de Kemp "notificava que três dos da nossa nação que haviam chegado ao Ceará, estavam desejosos de casar com mulheres brasilianas, desejo também partilhado por diversos outros ["verscheyden anderen"] em serviço na mina e na fortaleza, mas que o receio os havia contido. Sua Reverendíssima é de opinião que isto trará más conseqüências, não sendo a nação brasiliana conveniente ["bequaem"] para se unir à nossa. Que eles holandeses manterão as mulheres como escravas, o que constituirá um abuso e poderá criar ódios entre as duas nações", pelo que pedia o parecer do Conselho. Este, depois de pesar os pró e os contra — embora reconhecendo que é "uma coisa melindrosa proibir alguém de contrair matrimônio" — resolveu que se escrevesse a Mathias Beck, que também se achava no Ceará, para que este com "meios suasórios procurasse adiar os tais casamentos" até que se recebessem instruções da Holanda. (38)

Muito interessantes são as medidas e a atitude adotadas pelos holandeses visando à educação e à instrução religiosa dos índios. Somente se iniciou de fato um movimento nesse sentido em 1638; anteriormente, tudo estava na fase de propostas e de estudos que não tiveram resultado. Assim, em 1635, o Conselho Político pediu autorização ao Conselho dos XIX para enviar 25 meninos índios a estudar na Holanda e sugeriu que igual número de órfãos holandeses fossem remetidos para o Brasil para aqui se aperfeiçoarem no estudo da língua portuguesa, difundindo por intermédio deles a religião reformada. (39) Mas no mesmo ano, o Conselho dos XIX lembrava o meio mais fácil para a catequese: que os predicantes estudassem o tupi para então instruirem os índios na sua própria língua, devendo, também, ensinar aos jovens brasilianos a língua holandesa e "as nossas maneiras civis". (40)

Pouco depois, em 1636, o Conselho de Pernambuco propunha medidas completas para a educação e a catequese; já

(37) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada de Recife, 29 de novembro de 1649.

(38) Dag. Notule de 24 de março de 1651

(39) Carta do Conselho Político ao Conselho dos XIX, sem local nem data (mas do Recife e entre as "Brieven" de 1638).

(40) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político, datada de Amsterdam, 1 de agosto de 1635.

não sugeria a ida dos índios à Holanda, mas lembrava que se deveria aplicar todo o cuidado na instrução dos meninos e não na dos índios adultos. Era a prática dos jesuítas que o governo flamengo adotava. Dizia o Conselho: "os brasilianos têm pouco conhecimento da religião cristã, a não ser recitar padre-nossos e ouvir missas" mas "como não temos quem lhes ensine a verdade e o único caminho para a salvação, eles vão sendo esquecidos e tornam às suas antigas superstições e idolatrias. Com os adultos pouco fruto é de esperar e como são estúpidos e desinteressados são pouco religiosos". A solução parecia ser a seguinte, sugeria o Conselho: retirar os meninos da companhia dos pais ou pelo menos afastá-los deles, com o que se evitaria aprendessem as superstições e os costumes bárbaros dos ascendentes e se encaminhar para o Brasil "um número regular de pessoas idosas, casadas, de quem se tivesse boas informações sobre o modo de vida, para que aqui se dedidassem ao ensino dos jovens, e se trouxessem filhos tanto melhor. Tais famílias seriam distribuídas uma para cada aldeia para aí manterem escolas, nas quais seriam admitidos todos os filhos dos brasilianos logo que contassem 5, 6 ou 7 anos". Assim as escolas seriam antes uns internatos: "nessas escolas eles teriam a alimentação e aí dormiriam, proibidas as saídas, exceto aos domingos, quando iriam à igreja, salvo se houvesse possibilidade de, no mesmo local, realizarem as suas práticas religiosas. Aos pais seria consentido visitar os filhos na escola uma vez por semana ou uma vez cada 14 dias. Todos os filhos dos brasilianos estariam obrigados a freqüentar essas escolas, sem exceções, e nelas às esposas e aos filhos dos mestres não seria permitido o uso de outra língua senão a holandesa, para que os educandos a aprendessem; também a língua dos índios poderia ser empregada para que os meninos holandeses adquirissem o conhecimento da mesma, sendo expressamente proibido o uso do idioma português. Ainda aí os meninos estudariam as letras do alfabeto, a soletrar e finalmente aprenderiam a ler e escrever; as orações ser-lhes-iam ensinadas desde o começo em holandês, a saber: agradecer a Deus, a profissão de fé e os dez mandamentos, as rezas da manhã e da noite e a cantar salmos antes e depois das refeições. Logo que estivessem mais desenvolvidos de entendimento e senhores da língua holandesa ser-lhe-ia ensinado o catecismo da igreja reformada com as suas perguntas e respostas e, em seguida, pelos mestres, iniciados nos fundamentos da verdadeira religião cristã". (41)

(41) "Instruções dadas a Servaes Carpentier por parte do Conselho Político, o qual vai em missão do mesmo Conselho ao Conselho dos XIX

Esta proposta viria a ser mais tarde relembrada e as medidas preliminares para a sua execução iniciadas, sem que, em conseqüência da insurreição de 1645, tivessem tido prosseguimento. Visavam os holandeses a um ensino leigo durante um certo período, no qual os meninos aprenderiam a ler e a escrever, aprendendo, também, os chamados "costumes civis". Teriam a instrução e educação de qualquer jovem holandês do seu tempo. Depois ser-lhes-ia ensinado o catecismo e, progressivamente, iria sendo formado o espírito religioso. A comunidade da língua usada — a holandesa — e da religião praticada — a cristã reformada — uniria firmemente aos flamengos as nações ameríndias. Quando, porém, procuraram pôr em prática este plano, verificaram que a execução não era tão simples como lhes havia parecido a princípio: os velhos brasilianos opuseram-se à separação dos seus filhos ou estes logo esqueceram as lições dos pedagogos flamengos e se revelaram tão bárbaros como dantes. É o que nos irão informando os documentos.

Algumas vezes referiu-se o governo ao ensino de trabalhos manuais ("hantwerken") e de artes úteis ("goede konsten"), o que parece teria sido a melhor política educacional a oferecer aos índios. (42)

Por outro lado o Conselho Eclesiástico obteve uma autorização especial para certa aldeia, cujos habitantes davam grande esperança de se transformar talvez em pregadores ou teólogos reformados: permitiu-se a tais índios não serem distraídos para quaisquer trabalhos fora da aldeia, de modo que o ensino religioso pudesse ser o mais intensivo possível. Mas voltemos aos documentos, aos quais nos antecipamos.

---

a expor a situação do Brasil", datadas do Recife, 20 de fevereiro de 1636. É pois um documento oficial, redigido pelos mais altos representantes da Companhia no Brasil e deve refletir o fruto das observações por eles acumuladas. Conclui o item 27 das Instruções, que vimos traduzindo: "Das escolas os meninos não sairiam antes — e só então — de saberem ler, escrever e falar o holandês e dar provas de estarem no caminho da salvação e no da verdadeira religião. Os jovens brasilianos que nunca se alimentaram senão de farinha e frutos silvestres, seriam alimentados, enquanto na escola, pelos seus próprios pais, os quais de preferência, devem trazer por mês a farinha de que os seus filhos necessitarem, assim como panos de algodão e outras coisas necessárias ao vestuário. Os meninos que ao fim se mostrarem mais ágeis de entendimento seriam escolhidos para prosseguir no estudo, ou seja em uma escola a ser criada no Brasil ou então enviados para a Holanda, de modo que nas suas próprias nações haja alguns que lhes falem de Cristo. Finalmente, por este meio uniremos firmemente a nós todos os brasilianos, não só pelo uso de uma mesma língua como pelo seguro laço da religião verdadeiramente compreendida".

(42) Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**, especialmente o capítulo "O indígena na formação da família brasileira".

Não consta dos Mss. examinados qual o acolhimento e solução que mereceu do Conselho dos XIX a proposta de 1636 dos Conselheiros Políticos de Pernambuco. O fato é que o projeto nunca chegou a ser praticado. A catequese prosseguiu lentamente, quase sem vontade. Os predicantes propuseram a solução mais cômoda para eles: em vez de procurarem os índios para instruí-los, pareceu-lhes mais fácil trazê-los para a cidade e aí ensiná-los. Soler, sempre cheio de zelo, ofereceu-se logo para a catequese. No caso, porém, que tal solução proposta por eles não merecesse ser aprovada, lembravam que se pusessem mestres-escolas nas aldeias. Na mesma ocasião decidiu-se que sem um catecismo não se poderia adiantar a instrução dos brasilianos. (43)

Somente em janeiro de 1638 é que se iniciou verdadeiramente a catequese quando, desaprovada pelo Supremo Conselho a proposta para serem trazidos índios para o Recife, onde seriam instruídos, ofereceu-se um jovem pregador — que re-

(43) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 3 de março de 1637), p. 714. Quanto ao "catecismo na língua espanhola" de cuja redação se encarregou Soler, depois de devidamente aprovado, foi enviado para a Holanda para ser impresso: "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 5 de janeiro de 1638) p. 722. Tratava-se, diz-se aí, de "um breve compêndio da religião cristã, com algumas orações", sendo já então esperados os exemplares. Como nada chegasse até outubro de 1638, a Classe mandou organizar novo catecismo, desta vez não em espanhol — que afinal não tinha razão de ser — mas em três línguas: holandês, português e tupi. Deveria ser um "breve, sólido e claro compêndio da religião cristã", tendo sido encarregados de redigi-lo Soler e Doorenslaer. A remessa para a Holanda foi feita ("A Religião Cristã Reformada" cit., Classes de 29 de outubro de 1638 e de 20 de abril de 1640, pp. 732 e 749), tendo sido iniciada a impressão em Enkhuysen, a qual, apesar dos esforços em contrário no Sínodo Sul-Holandês, não foi interrompida. A Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Eclesiástico de Pernambuco (carta sem indicação de local nem data, mas de 1641) indica que "o livrinho de perguntas nas três línguas para instrução da juventude que VV.RR. nos enviaram para impressão, está no prelo ["onder de parsen"]". Em novembro de 1641 (Atas da Classe de 21 de novembro de 1641), p. 754, o catecismo ainda não havia chegado ao Brasil; daí em diante as Atas nada mais referem a respeito, o que leva a crer tivesse sido recebido em Pernambuco devidamente impresso. É o que também permite supor a carta do Conselho dos XIX ao Conde e Alto Conselho (datada de 18 de abril de 1642) que enviava em apenso a resolução que havia sido tomada sobre o "uso do catecismo brasileiro" (veja-se, também, a Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642). Até a data presente, porém, nenhum autor a ele se referiu nem nos consta a existência de qualquer exemplar nas bibliotecas da Europa ou da América. O título de catecismo de Soler não é conhecido por inteiro, mas apenas as duas palavras iniciais: Kort Begrip, isto é, Breve Resumo, e está mencionado por G. J. Vos, Amstels Kerkelijk leven van de eerste zestig jaren der Vrijheid (Amsterdam, 1903) p. 309. O de Doorenslaer intitulava-se Corte onderwijsinge der Christelijcke Religie e está citado por Pedro Souto Maior, RIHB 75, 2.ª parte cit., pp. 263/264.

Detalhe de tela de Albert Eckhout (265 x 157 cm.) representando uma mulher tupi com uma criança, da mesma coleção do acervo do Museu Nacional de Copenhague.

velou verdadeira vocação de missionário — David van Doorenslaer, para levar às próprias aldeias a palavra divina; a pregação seria feita em português, cujo conhecimento, bem como do tupi, Doorenslaer possuía, além de possuir para tal "competência e zelo". (44) Resolveu-se mais que a catequese seria iniciada nas aldeias de Goiana e da Paraíba e que em um e outro lugar seriam colocados mestres-escolas. (45) Doorenslaer partiu em seguida para a sua missão. (46) Com o andar do tempo novo predicante passou a servir nas aldeias: "dominus" Johannes Eduard, que se encarregou das situadas em Goiana, enquanto a Doorenslaer coube as da Paraíba. (47) Havia também os predicantes do interior que realizavam, vez por outra, pregações nas aldeias das vizinhanças; Soler realizou algumas em certa aldeia próxima a Olinda, nos dias de domingo, bem como na aldeia Nassau. (48)

Não possuímos até agora dados completos para a localização das aldeias principais — as estáveis — dos índios aliados dos holandeses. Há várias referências a elas nas Dagolijksche Notulen, nas cartas, nas Atas das Classes e Sínodos e em relatórios. Mas a diversidade dos nomes e o estropiado das grafias confundem e embaraçam o pesquisador. (49) Como referimos acima, o "commandeur" Doncker ao assumir a chefia

(44) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 5 de janeiro de 1638), p. 723 e Soler, **Cort ende Sonderlingh Verhael**, citado. O nome aparece também como Dooreslaer ou Doreslaer. David seria filho do famoso Predicante Abraham à Dooreslaer (c. 1579-1655).

(45) Dag. Notule de 9 de janeiro de 1638, na qual os Conselheiros Supremos aprovam a escolha de Doorenslaer e a dos mestres-escolas, um dos quais era certa pessoa de Amsterdam (talvez Thomas Kemp) e o outro Dionisius a Biscarreto que, mais tarde, foi elevado a proponente e depois a predicante. "A Religião Cristã Reformada" cit. Classe de 18 de julho de 1644), pp. 773 e 774. Biscarretto ou Biscarreta era espanhol (como Soler) e natural de Valladolid.

(46) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 5 de janeiro de 1638), p. 729.

(47) Eduard entrou a serviço dos índios em 1640 e era conhecedor da língua portuguesa, "Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 20 de abril de 1640), p. 748. Aprendeu depois o tupi e foi tradutor das "cartas tupis dos Camarões" que Pedro Souto Maior transcreveu (**Fastos Pernambucanos**, cit., p. 148/156) e das quais o Instituto Arqueológico possui cópias (in **BPB**, 1646), bem como cópias dos originais em tupi, in **DH**. D. Cornelius van der Poel que em 1641 ofereceu os seus serviços para a catequese dos índios do Rio Grande. "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 17 de outubro de 1641), p. 770, parece que não levou a efeito a missão a que se havia proposto.

(48) Dag. Notule de 18 de maio de 1638. Mais tarde determinou-se que um holandês estudasse a língua dos tapuias para catequizá-los: Dag. Notule de 23 de janeiro de 1645.

(49) Assim, o nome da aldeia Orange aparece grafado Auranum, Auranium, etc.

dos índios brasilianos, em 1639, saiu a realizar um recenseamento dos índios válidos nas diversas aldeias. Não possuímos do próprio Doncker qualquer informação a respeito; entretanto, como o Conselheiro Supremo Adriaen van der Dussen apresentou no mesmo ano de 1639 uma relação que coincide inteiramente com o propósito de Doncker, somos levados a crer que ele apresentou o resultado do serviço do outro. (50)

Van der Dussen relaciona 21 aldeias, indicando os respectivos capitães (ora holandeses, ora índios) e o número dos homens existentes, ao todo 1.923, quantia insignificante. (51)

(50) O "Relatório ao Conselho dos XIX" está datado de "Bordo do Navio Overijssel, 10 de dezembro de 1639" e encontra-se in DH. S. P. L'Honoré Naber na tradução holandesa do livro de Baerle, Rerum per Octennium, etc., incluiu-o no texto, págs. 156/199. Por ser longo Naber deixou de transcrever as valiosas informações sobre os engenhos pernambucanos (compreendendo: o nome, proprietário, tipo de moenda, donos de partidos e os lavradores de tarefas, número dêstas por engenho, etc.), pp. 153, 155, 156 e o recenseamento das aldeias de índios, p. 163.

(51) Transcrevemos a seguir o trecho do relatório:

Aldeias em Pernambuco:		
Aldeia em Alagoas, capitão Hendrick Taffel	53	homens
Aldeia em Una, cap. Pieter Michielsz	44	"
Aldeia S. Miguel, em S. Lourenço, jurisdição de Olinda, cap. Duyklkercker	90	"
Aldeia próxima à casa de S. Exa., chamada Nassau	50	"
Aldeias em Goiana:		
Aldeia Aabaú, cap. Antônio Paraupaba	63	"
Aldeia Tapisserama, cap. Herma Heindrincksz	142	"
Aldeia Tapissarica, cap. Reynier Meins	332	"
Aldeia Caiamedi, cap. Floris Simonsz	215	"
Aldeia Butagui, cap. Henrich de Vries	91	"
Aldeias na Paraíba:		
Aldeia Tapua, cap. Jan Gerritsz	68	"
Aldeias Jaoqua, Pindauna e Maurícia, cap. Tonis Claesz	233	"
Aldeia Masurepe, cap. Pedro Potí	198	"
Aldeia Pontal, cap. Francisco Paleti	68	"
Aldeia Jaragoa, cap. Francisco Arandoia	53	"
Aldeias no Rio Grande:		
Aldeia Goina, cap. Jacob Pietersz	46	"
Aldeia Parari, cap. Willem Janssz	30	"
Aldeia Mompabu, cap. Davidt Loeman	56	"
Aldeia Tapupe, cap. Dirckmulder	40	"
Aldeia Tapiop, cap. Jan Aldera	51	"
TOTAL	1.923	homens

Os nomes das aldeias e o número delas variam de documento para documento; compare-se o que está acima com o que consta das Dag. Notulen de 28 de agosto de 1642 e 11 de abril de 1645. Em 1645 um recensea-

Uma delas merece especial referência: a aldeia Nassau, "próxima à casa de S. Exa." isto é, de Nassau. "By 't huys van Syn Exctie", diz van der Dussen. Aqui reataremos o fio partido no primeiro capítulo, quando nos referimos à casa La Fontaine que Nassau "usa para seu prazer". Os mapas mostram a localização da aldeia Nassau: estava situada entre São José do Manguinho e o antigo Sítio das Freiras, nos Aflitos. (52) O que nos surpreende é que, situada como nos parece estava, a aldeia Nassau, no local já dito, indique van der Dussen que ela ficava "próxima à casa de S. Exa." Já vimos que João Maurício habitou em Pernambuco quatro casas, segundo a documentação Ms., a saber: 1) a que estava próxima ao "terreiro dos coqueiros", 2) Vrijburg, 3) Boa Vista e 4) La Fontaine. Cremos que de nenhuma das três primeiras (todas situadas em Antônio Vaz, no atual Bairro de Santo Antônio) pode-se

mento indicava a seguinte população indígena (tupi) sob o governo holandês (segundo a "Lista de todo o povo da conquista do Brasil", in DH):

Indios (homens) brasilianos no Recife, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande	1.383
Mulheres e meninos brasilianos em Itamaracá; cerca de	1.000
Idem na Paraíba, cerca de	600
Idem no Rio Grande, cerca de	600
TOTAL	3.583

(52) No mapa que acompanha a monografia de Beringer, "O Porto de Pernambuco e a Cidade do Recife", cit., no qual se sobrepõe um mapa antigo a um recente, verifica-se a localização da aldeia Nassau entre a atual avenida Rui Barbosa e a Estrada dos Aflitos (ficando os extremos, um em S. José do Manguinho e o outro nas proximidades da igrejinha de N. S. dos Aflitos). O mapa de Baerle (Pernambuco em 1644, segundo Naber) indica a aldeia sob o nome "Pagus Brasilianorum", próximo a um viveiro de peixes ("Vivarina"). No mapa de Goliath (impresso em 1648) vê-se a indicação "Het Dorp Aldea hier is een Brouwerye en Suycker Pas" (isto é, "A vila Aldeia; aqui há uma fabricação de cerveja e um passo de açúcar"). Sobre a fábrica de cerveja sabe-se que em 1640 certo Direx Dicx, de Haarlem, foi autorizado pelo Conselho dos XIX a estabelecer uma fábrica de cerveja na Aldeia Nassau, utilizando a casa da Companhia que ali havia (era a La Fontaine, usada por Nassau); em abril de 1641 estava o fabricante para inaugurar a fábrica, constando em 1642 que a cerveja ali produzida era forte ("swaar"): Dag. Notulen de 11 de outubro de 1640, 13 de abril de 1641 e 13 de setembro de 1642; sobre o passo de açúcar há indicações valiosas: em maio de 1641 contratou João Fernandes Vieira a instalação de dois passos, em virtude da proibição da vinda de carros ao Recife e para maior comodidade, às margens dos rios Capibaribe e Beberibe. Segundo a Dag. Notule de 16 de maio o passo do rio Beberibe seria instalado em Olinda e o do rio Capibaribe "próximo à Aldeia de S. Exa.", como era também chamada a Aldeia Nassau: Dag. Notulen de 16 e 23 de maio de 1641. Os passos foram, de fato, estabelecidos; parece-nos, portanto, ser correta a identificação da aldeia de índios existente em São José do Manguinho com as tantas vezes referida na documentação, sob o nome de "Aldeia de S. Exa." ou "Aldeia Nassau".

afirmar estarem próximas à aldeia Nassau. Resta-nos a última: La Fontaine. Esta estaria, pois, no atual bairro da Capunga; conclusão que outras indicações parecem confirmar. (53)

Não há indicação nos documentos a que nação pertenciam os índios da aldeia Nassau; não há dúvida, porém, de que eram tupis e o seu chefe era índio e não holandês. (54) A aldeia destaca-se, ainda, pelo fato de que um dos seus predicantes ter sido o tantas vezes citado Vincent Joachim Soler. (55)

Doorenslaer trabalhou ativamente na catequese, ensinando orações e indicando aos índios o "caminho da salvação por meio da verdadeira religião". No mesmo ano em que começou o seu trabalho (1638), deu conta dos resultados até então obtidos: "tomando-se em consideração o espaço de tempo e a raça

(53) "Casa que S. Exa. usa para seu prazer", diz a Dag. Notule de 14 de maio de 1638. E se ficava na Capunga, como parece, a casa La Fontaine, bem escolheu Nassau: é um local onde se pode estar com prazer. Lugar, no século XIX, preferido para passamentos de festa, ao lado da Madalena, Caxangá, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos. Da Capunga diz o Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco, de Manoel da Costa Honorato (Recife 1883) que possuía "excelentes jardins... dois excelentes portos de desembarque, e o banho neste local é ótimo. Para aí se retiram muitas famílias pelo verão, a fim de gozar as delícias da terra". Outro elemento que parece indicar a "presença" do conde de Nassau é a existência de um viveiro de peixe. Já referimos que junto à aldeia — melhor: entre a aldeia e o Capibaribe — havia um viveiro, "vivarina" diz o mapa de Baerle. João Maurício construiu grandes viveiros junto a Vrijburg e ele próprio chama a atenção para eles recomendando aos seus sucessores a conservação dos mesmos. No chamado "Testamento Político" aconselhava: "entre outras cousas recomendarei a VV.SSas. o jardim de Vrijburg e os viveiros situados junto dele, não por causa do meu particular interesse, mas porque em tempo de penúria se pode tirar daí uma notável quantidade de refrescos, ao passo que em outras ocasiões foi necessário procurá-los alhures com grande perigo e perda de gente". (Revista, tomo LVIII, citado, p. 228). Trata-se de um viveiro enorme, como mostram as gravuras da época; um viveiro principesco. Não sei se por coincidência, o mapa de Golliath mostra o viveiro situado logo atrás de uma casa de aspecto mais de palácio do que de casa-grande e, em frente à casa, estende-se um arruado com casebres ou casinhas dos dois lados: não resta dúvida que o arruado é a Aldeia dos índios. Rio acima, com pouca distância do viveiro, 3 casas, 2 das quais compridas como armazéns: os passos de açúcar construídos por João Fernandes Vieira. O mapa de Vingboons — J. Vingboons fecit — da "Capitania de Pharnambocque" indica, somente, no local em que nos outros mapas se encontra a aldeia, um nome: "Nassau" (sic). Deve ser acentuado, finalmente, que em nenhum dos mapas examinados foi possível encontrar qualquer indicação a respeito da casa La Fontaine. E se esta possuía um nome ligado à existência de alguma fonte ou olho d'água, devemos reconhecer que tal coisa não existe no local onde supomos estivesse situada.

(54) Dag.. Notule de 11 de abril de 1645, traduzida por Pedro Souto Maior, Fastos Pernambucanos, citado, pp. 161, 163, 171.

(55) Dag. Notule de 10 de novembro de 1643.

o resultado é satisfatório, comparecendo o gentio às orações e cantos diários". (56)

Pouco a pouco os relatórios vão ficando mais otimistas: a obra de Doorenslaer ia dando frutos. Os seus esforços concentram-se em uma aldeia: a aldeia Maurícia, na Paraíba. Os índios aí pareciam mais capazes ou aceitavam com mais docilidade os cânticos e as orações diárias do predicante. Tanto foi o entusiasmo de Doorenslaer que ele pensou em fazer desses índios uns teólogos e da aldeia quase um seminário. Assim é que, em 1639, compareceu perante o Supremo Conselho do Recife e pediu fossem os seus catecúmenos dispensados do serviço nos engenhos e da obrigação de combater o inimigo, "mas que todos permanecessem na aldeia e se sustentassem com as suas roças e, ficando em casa, fossem também melhor instruídos no conhecimento de Deus e da Religião Cristã", o que foi concedido. (57) Autorização mais tarde (1643) ratificada quando Kemp substituiu a Doorenslaer: continuariam a receber a palavra de Deus "ficando desobrigados do cultivo da terra". (58)

É fato que a instrução dos índios foi dando algum resultado; em 1640, Doorenslaer anunciava "não se poder queixar do resultado dos seus esforços; que os meninos progridem bem regularmente na instrução; alguns já avançaram tanto graças ao ensino diário que já poderiam ter recebido a comunhão se não fossem as perturbações do país". (59) E, poucos meses depois, escrevia que a instrução chegou a "tal ponto que ele administrou a Páscoa a alguns índios". Eduard e Soler, por sua vez — este último fazendo referência à sua missão na aldeia Nassau — comunicaram que já havia catecúmenos com "o conhecimento de doutrina cristã e sabendo ler e escrever, aptos, portanto, para o ensino dos índios". Idêntica comunicação fizeram mais tarde Doorenslaer e Kemp. (60)

(56) "A Religião Cristã Reformada", cit. (Classe de 29 de outubro de 1638), p. 732.

(57) Dag. Notule de 10 de outubro de 1639.

(58) "Tot de landbouwerye souden mogen vaceren", diz a Dag. Notule de 15 de junho de 1643.

(59) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 20 de abril de 1640), p. 748.

(60) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 21 de novembro de 1640), p. 756. Os índios foram aceitos como mestres-escolas. O Conselho dos XIX mostrou-se admirado e satisfeito com o rápido progresso da instrução e com o fato de índios já exercerem as funções de mestres-escolas e recomendaram que a obra de Doorenslaer e Eduard merecesse

Mas, em geral, os progressos na catequese não eram tão satisfatórios como os primeiros entusiasmos e o fervor religioso indicavam. O trato com os índios não era tão fácil como havia parecido. Os missionários católicos já haviam observado que eles não "obedecem a outra lei que a de seu apetite". E começaram os predicantes a pensar em modificar a orientação da catequese: em vez de levarem a palavra de Deus e a instrução aos índios já adultos pareceu-lhes mais acertado instruir os jovens desde cedo: o espírito seria formado dentro dos preceitos da religião cristã e a aceitação dos "costumes civis" ("borgerlycke manieren") mais facilmente seria realizada. Em 1641 Doorenslaer — sempre tão interessado na sua obra de missionário — era obrigado a reconhecer que, embora tenha "feito algum progresso, não é tanto quanto desejava visto que os índios fogem e caem na selvageria". E pedia humildemente "que a Classe lhe dê algum escrito sobre isso", isto é, que a Classe lhe fizesse sugestões de como "pôr tudo em melhor ordem". (61) Em 1642, Doorenslaer, Eduard e Kemp submeteram ao Conselho Supremo uma exposição "a respeito da situação dos índios nesta conquista e na qual se pediam soluções para diversos assuntos; Suas Reverências, considerando as dificuldades que na mesma exposição estão referidas, informavam que eles examinarão se não será conveniente que se separem os filhos dos brasilianos, ainda jovens, dos seus pais, para instruí-los em algumas escolas, na religião cristã, artes úteis, ["goede consten"] e trabalhos manuais ["hantwerken"] para cujo fim pareciam ser muito apropriados os conventos de Ipo-

todo o apoio e ajuda. Recomendava que de uma coisa não se descuidassem: a língua usada entre os índios deveria ser sempre a holandesa: carta do Conselho dos XIX ao Consistório Eclesiástico, sem local nem data, mas de 1641. Mais tarde novos índios, alunos de Doorenslaer e Kemp, foram admitidos em idênticas funções: foram eles Belchior Francisco e João Gonçalves, versados ambos no tupi e no holandês: Dag. Notule de 12 de junho de 1642. Outros brasilianos com função de mestre-escola surgem referidos na Dag. Notule de 31 de agosto de 1651: Álvaro Jacó e Bento da Costa.

(61) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 17 de outubro de 1641), p. 767. Eduard queixou-se, na mesma ocasião, "contra um mal que encontra na sua aldeia, a saber: que os índios estão sendo destruídos por um incessante trabalho que lhes é imposto fora; que também o seu número vai diminuindo muito porque são levados à guerra no estrangeiro e por outros motivos" (art. cit.). O Conselho dos XIX haveria de proibir mais tarde o emprego de ameríndios em expedições além-mar (índios auxiliaram a conquistar colônias na África): "Vimos com desprazer que se empregam os brasilianos há tempos em viagens longas por mar para lugares de clima diverso do que a que estão acostumados, de modo que se vão reduzindo em número; volta às vezes a quinta parte dos que partiram", diz o Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho em carta datada de 18 de abril de 1642.

juca, Iguarassu e Paraíba". (62) Imediatamente o Supremo Conselho submeteu a sugestão ao Conselho dos XIX, manifestando-se favoravelmente ao projeto: "temos considerado", dizem os Conselheiros, "informados de quão pouco avançam os brasilianos adultos no conhecimento da religião cristã, se não seria mais conveniente e mais proveitoso, para o fim que temos em vista, aproveitar o zelo e o trabalho dos predicantes na instrução dos meninos brasilianos, de modo que separados estes dos adultos nas escolas estudassem juntamente a nossa língua, o exercício das armas e os fundamentos do cristianismo, de modo que, com o correr do tempo, pudessem nos acompanhar desconhecendo desde ntaninos tudo o que seja paganismo". (63) O Conselho dos XIX aplaudiu com calor a idéia. (64) No mesmo ano (1642) reuniram-se os predicantes dos índios para assentar as bases da nova política de catequese e redigir para ela um regulamento. (65)

Entretanto, não foram aceitos os conventos de Ipojuca, Iguarassu, ou Paraíba mas o de Maurícia, o convento de São Francisco, é que foi escolhido para escola dos índios. O velho convento, fundado em 1606, fazia parte, como se sabe, do forte Ernesto, servindo de alojamento e também de depósito de armas e munições. Aí, diziam os Conselheiros, é que ficaria convenientemente instalada a escola. (66) Havia, porém, uma difi-

(62) Dag. Notule de 5 de fevereiro de 1642.

(63) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 28 de fevereiro de 1642. Sugeriam aí os Conselheiros empregar como escolas dos jovens índios os conventos de Iguarassu e da Povoação (isto é, de Porto Calvo).

(64) Carta do Cons. dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de 14 de junho de 1642.

(65) Consideravam-se sem resultado ou de pouco efeito os trabalhos para instruir os brasilianos adultos "dados os seus vícios inveterados, prostituição, alcoolismo e preguiça", de modo que "não se pode esperar algum resultado senão dos meninos": Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 25 de junho de 1642. A Dag. Notule de 12 de junho de 1642 diz que é de pequeno resultado o ensino dos adultos da religião cristã, costumes civis ("borgerlicke manieren") e artes úteis ("goede consten"), parecendo que se tornam cada vez mais selvagens; conviria pois que se decidisse se era ou não bom e proveitoso preparar escolas para os índios jovens em Iguarassu, Ipojuca e Paraíba, onde seriam educados desde a juventude "na religião cristã, em todas as virtudes e em artes e ainda dessa maneira comunicar-lhes o conhecimento de nossa língua holandesa, a fim de que eles, por contínua comunicação com os nossos, possam civilizar-se sob todos os aspectos e ficar livres de sua negra dissolução".

(66) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642. A escola dos índios seria instalada no antigo convento juntamente com um internato para órfãos holandeses.

culdade: para preparar a escola seria necessário obter outro alojamento para os soldados da guarnição do forte. Pensou-se em construir um no terreiro dos coqueiros, isto é, fora do convento, de modo que este servisse tão somente para os meninos. (67) Mas "a situação atual em que se encontra a tesouraria da Companhia" não permitiu a construção dos alojamentos necessários, de modo que o projeto de transformar o convento em escola não prosseguiu. (68) Daí em diante os documentos pouco referem sobre o projeto; em outubro de 1643, por determinação do Conselho dos XIX, voltou-se a tratar do assunto: "para se realizar isto [a instrução dos jovens índios] da melhor maneira, devemos enviar cartas aos predicantes e mestres-escolas das aldeias indagando quais os meninos que, com o consentimento dos pais, poderão ser trazidos para serem instruídos e educados, remetendo-nos uma lista, para então prepararmos uma casa ou alojamento e dar outras ordens necessárias". (69)

Parece que o propósito de separação dos corumins dos respectivos pais, por parte do governo holandês, foi a gota d'água que fos transbordar a paciência e a resignação dos índios aos maus tratos e à exploração dos flamengos com relação a eles. Os do Ceará trucidaram (fevereiro de 1644) vários holandeses, entre os quais Gedeon Morris de Jonge. Em abril de 1644 o Conselho Supremo escrevia ao Conselho dos XIX: "a propósito deste caso dos índios do Ceará, não podemos deixar de advertir a VV.Exas., acerca dos índios desta capitania [Pernambuco] os quais são da mesma índole e condição e pouca confiança se pode depositar em seus propósitos para com este Estado, porque de ordinário não têm outro fito e intuito senão viver em liberdade e não em serviço; isto é, desejam uma vida ociosa e indolente, consumindo o resto de suas roças ou trabalho em aguardente, sem que por isso mereçam castigo. Quem nisto mais gosto lhes dá, pode fazê-los partidários seus. Pouca inclinação têm a que se separem deles os filhos e os mandem à escola, segundo propôs o Conselho Eclesiástico, para ensinar-lhes a religião cristã, artes úteis e trabalhos manuais. Para não criarem aversão a este Estado é melhor deixá-los estar como desejam e ordenar que os predicantes e enfermeiros das aldeias empreguem esforços para instruí-los na religião e na vida civil, tanto quanto possível".

(67) Dag. Notule de 4 de fevereiro de 1643.

(68) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 2 de abril de 1643.

(69) Dag. Notule de 5 de outubro de 1643.

Era a confissão da derrota: os holandeses abandonavam a obra de catequese. (70) E acrescentavam, desiludidos: "na verdade, acreditamos que Pieter Poti e Antônio Paraupaba, cuja educação na Holanda custou tanto dinheiro à Companhia, são mais perversos e selvagens na maneira de viver do que os outros brasilianos". (71) A instrução por meio de mestres-escolas, nas aldeias, prosseguiu "com regular progresso", diz um relatório de Kemp e van der Poel, comissionados pelo Conselho Eclesiástico para visitá-las. Achava-se necessário que fossem encaminhadas para o Brasil "algumas pessoas honradas para servir de mestres-escolas, não sendo pessoas inclinadas a bebidas já que os índios são muito chegados a esse vício. Quanto à separação dos jovens dos seus pais, para educá-los desde então na nossa língua e nos nossos usos, não se tentou mais, depois que compreendemos que isto era contrário ao desejo dos pais". (72)

Embora não tivesse se estendido por longo tempo o contato entre índios e holandeses e a instrução religiosa ter estado sujeita a tantas modificações, em uma época agitada por lutas e campanhas, nem por isto deixou a catequese dos predicantes de formar adeptos fervorosos da religião reformada e

(70) Gen. Missive ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 5 de abril de 1644, trecho também incluído por José Hygino no seu estudo "Relatórios e Cartas de Gedeon Morris de Jonge", citado, p. 319.

(71) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644. Aí dizem os Conselheiros: "a instrução dos jovens brasilianos não poderá ser levada a efeito sem ofender os pais como nos informaram o "commandeur" Listry e o predicante Kemp. Na última carta demos conta do morticínio do Ceará... o momento não é oportuno para desgostar esses brasilianos com a separação dos seus filhos e melhor será esperar que frutos conseguirão as pregações de Kemp e Biscarreta".

(72) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645. A observação de que os índios eram inclinados à prática de vícios, inclusive o do alcoolismo, não impedia que o Supremo Conselho lhes enviasse "presentes de aguardente": Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 9 de julho de 1648. Sobre o fornecimento de aguardente aos índios pelos holandeses leia-se, também, o "Diário de Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649", tradução de Alfredo de Carvalho (a cópia do Diário que José Hygino trouxe da Holanda e da qual se serviu Alfredo de Carvalho, não se encontra entre os Mss. por nós examinados, parecendo ter sido extraviada), publicado na coletânea **Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, 1603-1903, Ceará** 1303, pp. 350, 352, 361. Herbert I. Priestley relatando resultado idêntico na catequese dos indígenas da América do Norte pelos holandeses, na religião reformada, sugere que o minguado resultado desse esforço talvez se explique pelo fato de acharem os índios "hard to reconcile Dutch actions with their spiritual admonitions": **The Coming of the White Men** cit., p 331. Robert Southey propõe outra explicação: à religião reformada faltava a eficácia da liturgia católica: **History of Brasil** 3 vls. (Londres 1810-19) I p. 567.

mesmo quase teólogos calvinistas de Bíblia em punho. O padre Antônio Vieira referindo-se à sua missão da Serra de Ibiapaba, para onde afluíram os índios de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, em seguida à derrota dos holandeses, diz desses índios "nascidos e criados entre os Holandeses" que muitos dos índios doutrinados pelos holandeses "estavam tão calvinistas e luteranos como se nasceram na Inglaterra ou Alemanha" e que "por muitos deles saberem ler e trazerem consigo alguns livros foram recebidos e venerados dos Tabajaras como homens letrados e sábios e criam deles como de oráculos, quanto lhes queriam meter na cabeça". E não somente isto: também "admiravam-se os padres de ver as cartas escritas em papel de Veneza e fechadas com lacre da Índia; mas até destas miudezas estavam aqueles índios providos tanto pela terra dentro pela comunicação dos holandeses, de quem também tinham recebido as roupas de grã e seda, de que alguns vinham vestidos". (73)

Cristãos reformados de crença foram alguns dos índios brasileiros e estes revelaram-se prosélitos fervorosos. Dos que estiveram em mais prolongado contato com os flamengos, como os que foram instruídos na Holanda às custas da própria Companhia das Índias, chegaram até nós documentos significativos, alguns dos quais impressos, como as "Duas Exposições ou Demonstrações entregues aos Muito Poderosos Senhores Estados Gerais por Antônio Paraupaba, que já exerceu as funções de Regedor dos Brasilianos na Capitania do Rio Grande", etc. (74)

---

(73) Padre Antônio Vieira, **Obras Várias**, vol. II, pp. 61/62. Acrescenta: "desta maneira sabem os políticos de Holanda comprar vontades e sujeição desta gente passá-los da nossa obediência à sua, o que nós pudéramos impedir pelos mesmos fios, com muito menos custo, mas sempre as nossas razões de Estado foram vencidas da nossa cubiça, e por não darmos pouco por vontade vimos a perder tudo por força". Veja-se Serafim Leite, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, vol. III, pp. 15/20 e "Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649", cit., p. 361 onde se conta que um índio do Ceará apareceu perante Beck "trajando um fino gibão de vermelho escarlate acairelado de prata e com botões do mesmo metal".

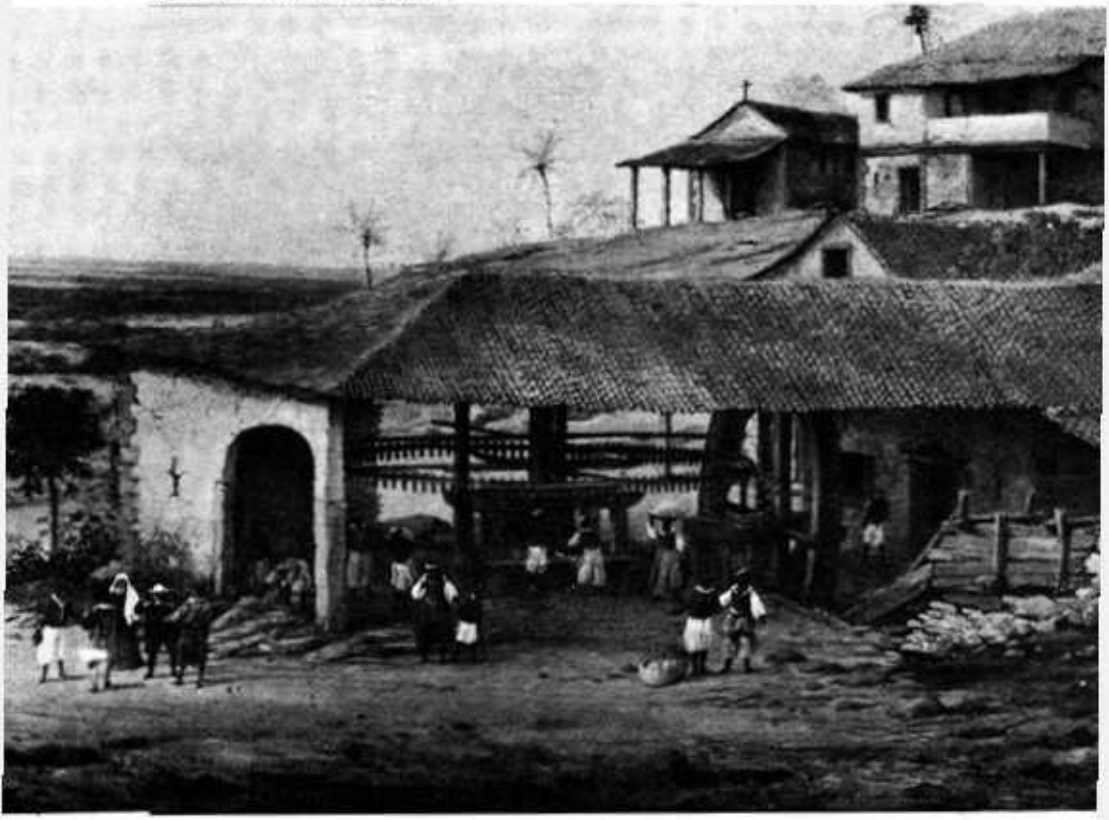
(74) **Twee Verscheyden Remonstrantien Ofte Vertogen, Overgegeven Aen Hare Ho. Mo. de Heeren Staten Generael der Vereenighde Nederlanden. Door Anthonio Paraupaba, In syn leven geweest Regidoor vande Brasilianen inde Capitania van Rio Grande... In's Graven-Hage, Gedruckt by Henricus Hondius, Woonende inde Hofstraet, inde Nieuwe Konste — ende Boeck-Druckery**, 1657. O impressor é o ex-lavrador de canas do Cabo de Santo Agostinho Hendrik Hondius (junior), genro de Dirk van Hoogstraten; talvez conhecido de Paraupaba dos seus tempos do Brasil e para os seus requerimentos sem despacho tenha chamado assim a atenção dos Estados Gerais. Tal publicação não a inclui E. F. Kossmann no seu artigo "Haagsche Uitgevers van de Zeventiende en Achttiende Eeuw. De Beide Haagsche Uitgevers Hendrik Hondius", publicado na revista **Het Boek**, vol. XXII, fasc. 3, Haia 1934. Também impresso por Hendrik Hondius, em

Aí o índio Antônio revela-se um calvinista às direitas, repetindo referências à religião reformada ("a única verdadeira"), aos Santos Evangelhos etc. Restam-nos, também, cartas de Pieter Poti. Pode conjecturar-se que não tenham sido eles os autores das cartas, mas em contrário dessa suposição há uma missiva do Conselho dos XIX que diz que "os [índios] que tivemos aqui [na Holanda], por falta de uso esqueceram a sua própria língua, usando a nossa como própria". (75)

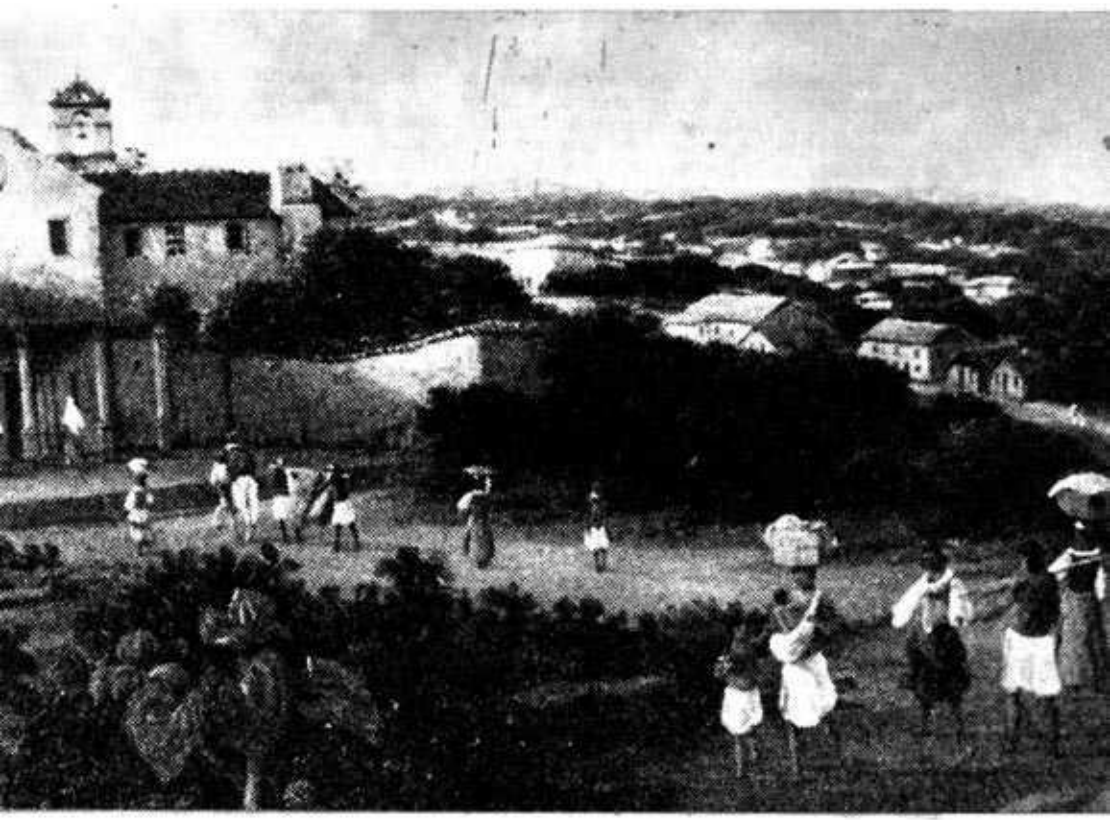
---

defesa do interesse de holandeses retirados do Brasil, é o panfleto Knuttel 7872. Os requerimentos de Paraupaba são datados de Haia, 6 de agosto de 1654, pp. 3/5 (traduzido por Pedro Souto Maior, **Fastos Pernambucanos**, cit., pp. 174/176) e o segundo, sem dúvida o mais interessante, de 6 de abril de 1656, pp. 6/18 (traduzido parcialmente pelo mesmo, livro cit., pp. 176/178).

(75) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Eclesiástico, datada de 9 de novembro de 1635.



Pormenor de Engenho (44 x 70 cm.), assinado por F. Post, datado de 1661, com detalhe da capela, casa-grande e fábrica. (Souza Leão, **F. Post**, 1973, nº 34).



Pormenor de quadro de Frans Post (48 x 70 cm.) representando a entrada do Convento Franciscano de Santo Antônio de Igaraçu (Souza Leão, **F. Post,** 1973, nº 84)

Atitude dos holandeses para com os portugueses e os judeus e as religiões católica e israelita

Detalhe das ruínas da Sé de Olinda, assinado por Frans Post, datado de 1662 (107,5 x 172,5 cm), apresentando as duas colunas geminadas da porta central e pessoas com trajes da época (Souza Leão, **F. Post,** 1973, nº 36).

Quando os holandeses chegaram a Pernambuco encontraram aí uma sociedade já formada e com características definidas. Como base econômica, a lavoura canavieira, abrangendo uma longa faixa de terra ao longo da costa e à "margem das ribeiras". Estendendo-se da Paraíba a Porto Calvo, ao sul. E com os seus núcleos principais no vale do rio Capibaribe — na zona já então chamada de "Várzea do Capibaribe" — e nas regiões de Goiana, Ipojuca, Serinhaém e Rio Formoso, a grande zona açucareira de Pernambuco, onde — pode afirmar-se — se formou a civilização brasileira. E, como base social, o patriarcalismo agrário e escravocrata. Os senhores de engenho os dominadores da vida econômica, social e política da Capitania. O velho Duarte Coelho sonhara sempre com isso; com as suas terras cultivadas e a população não um bando de aventureiros, mas composta de "homens bons" dados à agricultura. Nunca o seduziu qualquer vida de cigano. E se as notícias de ouro "esquentavam", vindas do interior, nunca se interessou muito em esmiuçá-las. Os pedidos que fez ao rei sempre tenderam para uma maior fixação dos seus colonos à terra, para o desenvolvimento da agricultura. Pediu escravos, pediu utensílios agrícolas, pediu isenção de impostos para os engenhos que fossem construídos.

Já no fim de sua vida Duarte Coelho referiu-se a si mesmo como quem durante toda a vida não tivesse desejado e agido senão no sentido de se fixar e fixar os seus à terra: fora ele "quem ganhou a terra e com tanto trabalho, gasto, fadiga e derramamento de sangue a pôs no estado em que está e que é o próprio pastor". Palavras quase bíblicas, diz Gilberto Freyre, de quem "parece lamentar as canseiras de esforço de sol-

dado que o desviaram tantas vezes de sua grande vocação: a de fundador de lavoura". E se os filhos do velho Duarte viveram grande parte da vida e morreram longe de Pernambuco, isto se verificou porque assim o exigiram os interesses de Portugal. Mas na terra que ajudaram a conquistar deixaram a grande figura de matrona que era D. Brites de Albuquerque — "que a todos tratava como filhos", diz Frei Vicente do Salvador — "capitoa e governadora da Capitania de Pernambuco", e a figura patriarcal do tio Jerônimo de Albuquerque — o "branco cisne venerando", como o chama Bento Teixeira — fundador de um dos primeiros engenhos da Capitania, o Nossa Senhora da Ajuda. E se outros descendentes, como Duarte de Albuquerque Coelho e Matias de Albuquerque, viveram afastados da Capitania, isto não foi causa para se sentirem desapegados dela. Em geral os descendentes do primeiro donatário e da pequena nobreza que o acompanhou na sua aventura, criaram firmes raízes na terra; um deles, diz Oliveira Lima, Jerônimo de Albuquerque Mello, "viveu tão satisfeito com a vida de campo que deu ocasião a ser conhecido com o apelido de carreiro fidalgo". (1)

Quando um visitador do Santo Ofício andou por Pernambuco em 1593, a Capitania já contava com um grande número de engenhos. E na cidade de Olinda e no Recife — em casas que não teriam de cantaria senão os marcos das portas e janelas, o mais de taipa — já habitava uma população variada: senhores de engenho em visita à cidade, padres, frades, cristãos-novos, mouros, negros. Artífices, marinheiros, raros funcionários da Coroa.

O governo da terra estava identificado com os interesses da classe agrária. O rei, por sua parte, havia conferido aos senhores de engenho privilégios, tais como o de isenção de pagamento de dízimos para os novos engenhos e canaviais, o de não lhes ser imposto nenhum tributo novo, o da proibição de penhoras nos bens dos engenhos, (2) etc. Esses senhores de engenho parecem ter dominado desde o século XVI o senado da Câmara de Olinda. Tinham assim a possibilidade de encaminhar a favor de sua classe o governo da Capitania. Já então muitos deles eram grandes devedores; de onzenas cruéis do cristão-novo João Nunes "púbrico onzeneiro", queixam-se

(1) M. de Oliveira Lima, "A Nova Lusitania", **História da Colonização Portuguesa do Brasil, III 360.**

(2) Dag. Notule de 25 de maio de 1637 e os "Documentos pela maior parte em português", **RIAP n.º 34, pp. 57/59.**

vários, segundo se vê das Denunciações do Santo Ofício em Pernambuco. (3)

Por este tempo da visita do inquisidor Heitor Furtado de Mendoça — que nos legou um dos mais importantes documentos para a história social do Brasil no século XVI e que ainda está por ser aproveitado — já eram numerosos os cristãos-novos residentes no Recife e em Olinda. Vários depoentes denunciaram a existência de uma "esnoga" ou sinagoga, que ficaria para as bandas de Camaragibe. Dela seria rabino Tomás Lopes, o Maniquete. Das denunciações surgem referências a vários cristãos novos suspeitos de professarem o judaismo. Mas as acusações muitas vezes não parecem provir senão da fantasia dos denunciantes, como aquela em que se narra que um cristão novo urinava diariamente sobre um crucifixo ou a história de outro cristão-novo que em certa procissão distribuía doces aos figurantes, favorecendo porém os que representavam os soldados romanos e o Judas e não o Cristo de cruz às costas. Surge, também, uma figura de cristão-novo que tudo faz crer deva ser identificada com a do autor da *Prosopopéia:* Bento Teixeira que se diz "mestre de ensinar moços o latim e ler e escrever e arismetica". (4) Cristão-novo, com muito sangue de judeu, foi Ambrósio Fernandes Brandão, a quem se atribui modernamente a autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* — uma das cópias dos quais foi encontrada na Biblioteca de Leyden na Holanda.

Com relação à tão repetida alegação de que foram os cristãos-novos do Brasil, e de Pernambuco em particular, os que solicitaram e favoreceram a invasão dessa Capitania pelos

(3) Por "pubrico onzeneiro e que tam publica e facilmente faz as onzenas e contratos onzeneiros", de que foram vítimas Filipe Cavalcanti, Cristovão Lins e outros, denuncia-o o senhor de engenho Cristovão Vaz. do Bom Jesus: **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denunciações de Pernambuco**, S. Paulo 1929, pp. 199/200. Ainda da mesma fonte há o testemunho sobre o poder dos ricos e senhores de engenho de Pernambuco: "porquanto nesta terra os oficiais fazem em seus ofícios muitos erros contra a justiça das partes por importunações e peitas dos poderosos", testemunho de um antigo "tabaliam do pubrico e judicial" (p. 41), que coincide com outro, do alcaide-mór de Pernambuco, Mateus de Freitas de Azevedo, que acusa João Nunes, de quem "é muito amigo, mas que tem dito a verdade", de que "fazia e desfazia quanto queria e as justiças e todos da terra faziam tudo o que ele queria a torto e através" (p. 69), depoimentos que confirmam o testemunho de Calado de que "os ministros da justiça como traziam as varas mui delgadas, como lhe punham os delinqüentes nas pontas quatro caixas de açúcar, logo dobravam e assim era justiça de compadres", **Valeroso Lucideno**, cit., I, 20.

(4) Depoimento de 21 de janeiro de 1594, **Denunciações de Pernambuco**, cit., p. 161. Bento Teixeira era então "morador nas terras de Joam Paes na freguesia de Santo Antônio no Cabo de Santo Agostinho"; talvez fosse o mestre dos filhos de Paes Barreto.

holandeses, é ponto ainda a estudar. Os autores que escreveram na época não deixam de repetir a acusação de que foram os judeus os principais instigadores da aventura brasileira da Companhia das Índias Ocidentais. Para mostrar que esta era a suposição dos católicos da Península Ibérica — já que os destinos de Portugal e Espanha estiveram unidos até 1640 — pode-se citar a peça teatral de Lope de Vega intitulada *El Brasil Restituido*. Sabe-se que Lope de Vega aproveitou em seu teatro assuntos e acontecimentos contemporâneos, exprimindo várias vezes a opinião popular sobre eles. *No El Brasil Restituido* Lope representa a invasão da Bahia em 1624 e a vitória de D. Fadrique no ano seguinte. Nela são os judeus apontados como tendo sido os que solicitaram e favoreceram a ocupação da Bahia. No ato I, diz Bernardo, um cristão-novo de Salvador:

"Teniendo que el Santo Officio
enuia un visitador,
de cuyo graue rigor
tenemos bastante indiçio,

. . . . . .

hauemos escrito a Olanda,
que con armada se apresta,
de quien tenemos respuesta,
que sobre suas águas anda,
juzgando será mexor
entregarnos a Olandeses,
que sufrir que portugueses
nos traten con tal rigor" (5)

Com relação a Pernambuco muitos dos autores repetem a mesma informação. Deixaram de referir, porém, que elementos estrangeiros residentes no Brasil ou aqui conservados como prisioneiros, revelaram notícias valiosas sobre o país. Tal o caso de Gedeon Morris de Jonge, Dierick Ruiters e Jo-

(5) Lope de Vega, **El Brasil Restituido, 1625**. O Ms. original, datado de Madrid, 23 de outubro de 1625 e assinado pelo autor, encontra-se na Biblioteca Pública de New York. A respeito devem ser lidos o estudo de Marcelino Menendez y Pelayo, Notas Preliminares, in **Obras de Lope de Vega Carpio** (edição da Real Academia de Espanha), vol. XIII, Madrid, 1902, p. 23/32, o artigo de Gino de Solenni, "On the source of El Brasil Restituído", **Revista de Estúdios Hispânicos, I, 1928** e a tese do mesmo autor intitulada **Lope de Vega's El Brasil Restituido, Together with a study of patriotism in his theater**, New York, 1929. Esse teatro de Lope é pouco conhecido no Brasil. A Academia de Espanha publicou-o no tomo já citado, pp. 76/106 e Solenni dá uma edição crítica, na sua tese, pp. 3/114, acompanhada de notas, pp. 115/146. Solenni chama ainda a atenção (pp. xxii/xxx) para certa peça de teatro de autoria de João Antônio Correia, intitulada **Perdida e Restauracion de la Bahia de Todos Santos** publicada na **Parte treynta y tres de doce comedias famosas de vários autores**, Valência, 1670.

han Maxwell. Possivelmente o de Joosten Glimmer. Outros hão de ter agido da mesma forma: é o que nos mostram panfletos ou brochuras dos dois primeiros decênio do século XVII. Informações que o comércio direto ou indireto entre Pernambuco e a Holanda ou de navios consignados a firmas estrangeiras na Península Ibérica, há de ter facilitado a propagação. Lope não deixa de referir que em mercadores estrangeiros escondiam-se figuras de espiões; *quinta columnistas*, seriam chamados hoje.

> "En forma de mercader
> Leonardo Vinse ha llegado
> a la Bahia"... (6)

Alguns desses mercadores ou técnicos, como Adriaan Verdonck e Pieter van Buren, passaram-se de imediato para o serviço dos invasores; muitos dos cristãos-novos judaizantes revelaram-se crentes da lei mosaica e se fizeram circuncidar. Calado conta que entre estes estavam "Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonseca e seu filho, Vasco Fernandes e seus filhos, Manuel Rodrigues Mendes, Simão do Vale e muitos outros". (7)

A invasão de 1630 veio tirar das mãos dos aristocratas da Câmara de Olinda e dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia — quase todos senhores de engenho — o poder político de que usavam em favor de sua classe. Poder e prestígio que muitos defenderam valorosamente até 1654; outros, porém, preferiram retirar-se ou acomodar-se com o invasor: os "ricaços de inchadas barrigas" aos quais Calado se refere várias vezes, quase com nojo; alguns dos que tratavam com o inimigo "não eram dos mais abatidos do povo" acrescenta ele. (8) E retirando das mãos desses aristocratas o poder político e o prestígio econômico, vinha a invasão ferir também

(6) Lope de Vega, **El Brasil Restituido**, ed. Solenni, p. 12. Já ficou referido no 1.º capítulo que as instruções dadas ao general Lonck revelam grande conhecimento do local a atacar; o modo de agir e a estratégia, vinham determinados da Holanda. Duarte de Albuquerque Coelho, que escrevia à raiz dos fatos e dispondo das melhores informações, dada a sua qualidade de donatário de Pernambuco, conta que os flamengos "por su guia especial traian a Antônio Diaz Papagrobalos, de la nacion Hebrea, que con la mercancia avia estado años en Pernambuco, i particularmente en la villa; i de poco se avia huido a Olanda", **Memórias Diárias**, citado.

(7) Calado, **Valeroso Lucideno**, cit. I, 116/117. Como se vê, Baltasar da Fonseca, o construtor da ponte do Recife, era pessoa de idade, com filho.

(8) Calado, **Valeroso Lucideno**, cit., I, 25 48, 72.

a igreja católica, posta, pelos seus representantes, a serviço do poder político e econômico. Muitas das ordens religiosas estavam identificadas profundamente com o Estado ou com a classe dominadora: todas recebiam ajudas ou subvenções, quando não eram possuidoras de grande número de escravos, de partidos de canas ou de engenhos inteiros, casos em que os interesses dos senhores de engenho e dos eclesiásticos ainda mais se identificavam. (9)

Em geral a população pernambucana levantou-se firmemente contra os invasores: durante 5 anos lutou para deter os flamengos, superiormente armados e adestrados. Nem lhes faltavam armas novas como aquele "artifício de fuego" a que se refere Duarte de Albuquerque Coelho: "de humo de tal hediondez que nadie podia llegar a defender el parapeto o parte adonde caia". (10) Apesar de tudo não desanimaram os defensores; arrostaram todos os sofrimentos com paciência. A sua própria tática preferida, a emboscada, era um verdadeiro martírio: "estar quatro dias e quatro noches emboscados adonde solamente los mosquitos son un formidable adversario... i lo sufrio tantos años". Mal alimentados: "muchas vezes se dió de racion una espiga de maiz". Nem por isto havia desânimo: o donatário rende uma homenagem ao escrever: "quien viere que con tan poca gente, como la que siempre tuvimos, peleamos cõ un enemigo de la Europa de los más formidables, no solo muchos años, muchas vezes i muchos dias, sino que en uno mismo lo haziamos en dos partes, no teniendo en ninguna igualdad para hazerlo, le parecerá justamente, que seria grande el descuido de quien no pusiese en memoria el valor, constancia, i circunstancias del como aqui se servia". (11)

(9) A igreja sempre esteve a serviço do Estado ou, como disse Unamuno, sempre foi "não um consolo para todos, bons e maus, mas garantia e estribo para a segurança da ordem civil, social, política e jurídica do reino — ou república — deste mundo". Antigamente dizia-se "cujus rex eius religio"; o serviço de Deus e o serviço do Rei eram muitas vezes dois aspectos de um só ato. Em Portugal o Rei era o mestre da Ordem de Cristo, isto é, o representante de Deus na terra: veja-se S. de Madariaga, **Hernán Cortés**, Buenos Aires, 1941.

(10) Duarte de Albuquerque Coelho, **Memórias Diárias**, cit. Raphael de Jesus dá notícia de que os flamengos construíram "sobre carros castelos de madeira, **des quais** avião de atirar com seguro & pontaria" (**Castrioto Lusitano**, cit., p. 488); seriam os precursores dos tanks modernos. Veja-se, também, Vicente Licínio Cardoso, **Pensamentos Brasileiros**, Rio, 1924, capítulo "Máquinas e Sociedades".

(11) Duarte de Albuquerque Coelho, **Memórias Diárias**, cit. É insubstituível o depoimento do donatário para o estudo do período da conquista, 1630/1635. Em certos trechos do seu jornal, como os dos anos de

Depoimento que o próprio inimigo confirma, com palavras que constituem verdadeiro louvor à constância e fidelidade pernambucanas: "a fidelidade dos moradores era tão grande — escrevia o tenente coronel Byma, em 1634 — que eles preferiam morrer ao pé das árvores do que abandonar os lugares onde viviam". (12)

De modo unânime, os documentos, tanto os de origem portuguesa quanto os de holandesa, mostram que nunca chegou a haver harmonia entre os brasileiros e os flamengos. Estes parece que nunca tiveram momentos de descanso: permaneceram sempre de sobreaviso, olhando desconfiados os movimentos dos da terra. Daí os conselhos e recomendações de Nassau quando a Companhia, em seguida às pazes com Portugal (1641), determinou a redução do exército estacionado na colônia; as suas palavras deixam claro que era uma insensatez confiar nos brasileiros. A atitude, parecia-lhe, deveria ser outra: cada vez maior cautela. E acrescentava que "não obstante o juramento de fidelidade que fizeram os portugueses, estes gloriam-se agora, afoitamente, de que possuem seu rei e senhor natural e dão por certo de que o rei sem o Brasil, o reino de Angola e a ilha de São Tomé não poderá subsistir e chegam a dizer que assim não merece o título de rei". (13) E mais

1632 e 1635, sente-se ainda o cansaço e a lassidão de tantas horas de trabalho, preocupação e luta. Depois de referir a rendição do Arraial, o donatário adia a notícia da perda do forte de Nazaré, para narrar a retirada dos habitantes para Alagoas: "Yo pensé huirme al dolor, con dilatar el referir la perdida del fuerte de Nazareth, refiriendo esta transmigracion de tanta gente, con tanta penalidad; i por librarme un poco de una lastima, vine a dar en otra; porque, a quien no será lastimoso este recuerdo?".

(12) E acrescenta: "Que a constância dos moradores foi muito grande, é coisa suficientemente reconhecida, pois eu penso que por constante deve ser considerado quem suportou tão dura guerra durante 5 anos e em tantas ocasiões viu queimar-se em navios e armazéns tudo quanto haviam acumulado. E quem viu uma tão bela cidade ser arrasada inteiramente, todos os negócios e o comércio suspensos e dificultados e finalmente expulsos de suas casas e fazendas; muitas vezes saqueados e espoliados, separados de esposos e amigos em conseqüência da guerra, sofridas tão terríveis prisões e exílios em ilhas distantes, tão grandes desgostos em ver as suas mulheres e filhos fugir pelos matos como bichos e que muitas vezes maiores sofrimentos suportavam em conseqüência das desordens dos soldados. Tudo isto é bem conhecido e constitui o elogio da sua constância". Diz mais que os soldados napolitanos e espanhóis e mesmo os portugueses vindos do reino não lutavam senão com boa paga e assim mesmo com má vontade. Os da terra foram os que verdadeiramente se esforçaram e "suportaram durante longo tempo os horrores da guerra": "Considerações de Baltasar Byma, ex-tenente coronel da WIC, a respeito da situação do Brasil", datadas de Amsterdam, 13 de outubro de 1634, in **BPB**.

(13) Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642.

tarde Nassau aconselhava que se procurasse atrair e tratar atenciosamente os portugueses da classe média, os lavradores, os feitores, os purgadores de açúcar, os artífices, porque sem eles de nada valeria o Brasil para a Companhia: "para as plantações são indispensáveis os portugueses, especialmente o povo miúdo ["de gemeine"]". E quanto à classe superior: "os portugueses poderosos e principais deveremos em tempo oportuno e com razão (que não deixarão de fornecer, com a sua falsidade) expulsá-los do país". (14)

O que os documentos e depoimentos da época mostram é que os senhores de engenho perderam o poder político que usavam para favorecer a sua classe. O poder passou para outros senhores, cujos interesses, sob muitos aspectos, eram diversos e até contrários aos daqueles. Muitos deles sofreram vexames em seus próprios engenhos, no qual antes dominavam como reis: onde as suas ordens eram cumpridas sem vacilações. (15) Ou eram desfeiteados por credores judeus. Ou constrangidos pelos flamengos a não agir tão livremente como dantes: proibidos de marcar os escravos, de derrubar cajueiros, de jogar bagaço de cana ao rio e, pior de tudo, obrigados a plantar mandioca. (16)

Nem era melhor a situação dos moradores no interior, dos plantadores de roças e lavradores de cana (que Nassau descreve "como pessoas de família numerosa"). (17) Sujeitos a vexames e explorações dos escoltetos, dos saques dos bandos de soldados, dos roubos dos "boschloopers" e dos ataques dos próprios patrícios, dos campanhistas vindos da Bahia. Uma situação idêntica à da população do sertão nordestino, suportando os ataques tanto dos bandos de cangaceiros quanto das volantes da polícia. Situação que José Lins do Rego fixou no

(14) Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Wezel, 29 de janeiro de 1646.

(15) Dessa insegurança é exemplo o caso acontecido a João Fernandes Vieira, que o descreve assim: "há cerca de três meses, por volta das 10 horas da noite, chegou à minha casa um grupo de soldados holandeses; ainda estava à mesa, ceando com minha mulher, uma irmã desta e com Alvaro Fragoso de Albuquerque. A tal tropa fez tamanho barulho que a irmã de minha mulher ficou tão assustada que caiu como morta; perguntei-lhes então o que desejavam e responderam-me que não queriam senão dormir, o que fizeram e sobre isto não me queixei". Carta de Vieira ao Conselho Supremo, datada da "Várzea, 6 de junho de 1645", in **BPB**.

(16) Diz Calado, **Valeroso Lucideno**, I, 315, que os senhores de engenho e lavradores de cana protestaram contra a ordem, alegando "que nunca em sua vida fizeram roças e só tratavam de beneficiar o açúcar"

(17) Relatório de 1644 aos Estados Gerais, in **DH**.

seu romance *Pedra Bonita*. Pois o sofrimento dessa população já vem de longe. É velho de trezentos e tantos anos. Que o diga Frei Manuel dos Óculos, referindo-se aos campanhistas luso-brasileiros: "muitas vezes saíam os soldados sem ordem dos seus capitães e roubavam aos moradores da terra portugueses, chamando-lhes de velhacos e traidores, e fazendo-lhes outras muitas moléstias, até romperam as orelhas das mulheres, para lhes tomarem os brincos de ouro, que nelas tinham, o que os capitães não podiam remediar". (18)

A insurreição de 1645 foi preparada não por elementos populares mas pelos senhores de engenho; dizia certo depoimento que "a conspiração tem lugar pelos engenhos". (19) Nos engenhos era onde, segundo outro manuscrito, se fabricavam "facas grandes chamadas falcons" (*sic*). E não se deve esquecer que a senha dos revolucionários mostra claramente a classe envolvida no caso: a senha era a palavra *açúcar*. (20)

Nassau enumera no seu relatório aos Estados Gerais as causas do malestar da colônia; os rumores de revolta já eram audíveis quando do seu embarque. Ele indica-lhe as razões: em primeiro lugar a pobreza, as dívidas e a falsidade da "nação portuguesa", em segundo, o mau rendimento das terras, em terceiro, a decadência dos negócios.

Nassau esclarece que a "nação portuguesa" — talvez dissesse melhor, os senhores de engenho — já estava bastante sobrecarregada de obrigações antes da invasão. Depois, parte emigrou e a outra parte, falta de tudo, contraiu novas dívidas com a compra de engenhos, partidos, negros, gado e outras necessidades. E, quando da chegada da armada do Conde da Torre, os moradores contavam como certa a vitória do almirante português. Todos confiavam no poder de tão grande frota e desadoraram-se a comprar tudo quanto lhes aparecia, contando escapar ao pagamento com a derrota dos holandeses: "com essa esperança eles fizeram novas compras de engenhos, partidos, negros, jóias, negócios de 30.000 a 40.000 florins, adquirindo tudo o que aparecia à venda, sem olhar o preço". (21) A frota na qual confiavam foi derrotada. E de repente viram-se os brasileiros e portugueses em face de uma terrível situação: haviam se empanhado além de suas posses. O Con-

(18) Calado, Valeroso Lucideno, I, 158.

(19) "Informações sobre a conspiração", sem assinatura datada do Recife, 29 de dezembro de 1644, in BPB.

(20) "Informações sobre a conspiração", sem assinatura datada do Recife, 11 de novembro de 1644, in BPB.

(21) Relatório de Nassau aos Estados Gerais, de 1644 in DH.

de diz que esses devedores não saldariam os seus débitos em toda a sua vida, tão grandes eram eles. E tudo isto a juros tão extorsivos que não havia mais possibilidades de se livrarem dos credores. O próprio Nassau desce a minúcias: narra de "um Cosmo de Oliveira, morador em Tejucupapo que, há quatro anos passados, comprou escravos no valor de 9.000 florins (como expuseram por escrito os moradores da Várzea) e depois de ter pago 12.000 florins ainda está devendo 15.000 florins; certo João Soares, da Muribeca, que pelo mesmo tempo obteve créditos que montavam a 36.000 florins e depois de ter pago 60.000 florins ainda é devedor de outra soma de 60.000 florins". (22)

A maioria dos devedores preferia fugir para a Bahia ou esconder-se pelos matos, a procurar, na justiça, a reparação de tais exorbitâncias. Pobre do morador que se atrevesse a pleitear qualquer coisa junto às Câmaras de Escabinos ou o Conselho de Justiça: as despesas, as espórtulas, as peitas eram tantas que de pouco valia o reconhecimento do direito. Quem o diz, ainda, é o próprio Nassau: "os salários ou emolumentos dos secretários, notários, procuradores, solicitadores, tradutores, meirinhos, mensageiros, executores e outros oficiais da justiça, elevam-se ["desborderen"] a tanto que duvido que haja lugar no mundo onde tanto se lhes pague, além das multas, percentagens, extorsões, comissões dos escoltetos e seus subordinados, que não se contentam com pouco" (23)

---

(22) Relatório de Nassau aos Estados Gerais, 1644, in **DH**. Nassau diz que havia tomado providências "para in futurum extirpar esse odioso cancro que é o juro ou ao menos, por meio de penas, multas, confiscação dos lucros excessivos e mesmo com castigos físicos, procurar obrigar a que se não empreste a juros maiores do que 8% ao ano". O fidedigno Calado refere-se também a tais explorações, **Valeroso Lucideno**, I, 266.

(23) Relatório de Nassau aos Estados Gerais de 1644, in **DH**. Nassau procurou mais de uma vez fixar os emolumentos e salários dos empregados da justiça, por meio de um regulamento de custas. Mas os rábulas e advogados — não fossem eles advogados e rábulas — sempre encontravam meios para burlar o estatuído. Os documentos — tanto os de origem portuguesa quanto os de holandesa — fazem ver uma venalidade geral no governo do Recife; tudo se obtinha por meio de propinas, peitas comissões. Abraham Tapper refere um dito de João Fernandes Vieira "que o repetia muitas vezes e que em substância era este: Leve o diabo os engenhos porque não dão nada, nem para peitar os Senhores": Depoimento datado do Recife, 14 de fevereiro de 1647, na Coleção de Interrogatórios sobre o procedimento de Hamel, Bullestrate e Bas, in **DH**. Nem o próprio Nassau parece ter saído de mãos limpas do governo, se bem que digam o contrário certos atestados que lhe passaram membros proeminentes da população holandesa e da nação judaica do Recife, nos quais se sente a admiração dos seus contemporâneos por ter recusado receber 16.000 florins para perdoar fraudes e crimes praticados por judeus (casos Abendana e Habil e Dag. Notule de 9 de julho de 1642, in **DH**).

Nada mais natural que a maioria, ou talvez a totalidade, dos moradores estivesse mergulhada em dificuldades. Senhores de engenho aparentemente ricos, como Jorge Homem Pinto, possuidor de nove engenhos, 1.000 bois e 370 negros, eram devedores de somas enormes. Na época da moagem os credores disputavam as caixas de açúcar na própria casa de purgar. A Companhia punha "olheiros", diz Calado, para fiscalizar a produção, de modo que os senhores "só feitorizavam sua fazenda para a desfrutarem Flamengos e Judeus". (24) Enormes eram, ainda, os impostos e taxas a que estavam sujeitas as caixas de açúcar. Diz Calado que "era necessário embarcar um morador seis caixas para lhe chegar uma livre à Holanda" (25)

Causas várias dificultaram a produção do açúcar. Logo em seguida à conquista muitos engenhos estavam arruinados e os moradores sem meios para restaurá-los. Surgiram depois os campanhistas, os incendiários, os bandos de soldados transformados em salteadores. E, também, diz Nassau, "as lagartas e outras pragas, as grandes secas e cheias dos rios, ratos e animais daninhos; tudo isto destruiu e inutilizou muitos canaviais". (26) A concorrência dos produtos levados à Holanda pela Companhia das Índias Orientais, sempre em quantidade crescente, causou ainda a diminuição dos preços do açúcar e do pau-brasil procedentes do Brasil. Nassau sugeriu, em 1644, que, como se aproximava o término do privilégio à dita Com-

(24) Calado, **Valeroso Lucideno**, I, 297.

(25) Calado, **Valeroso Lucideno**, I, 321. Diz ainda o padre, referindo as imposições que recaíam sobre o açúcar: "primeiramente os que mandavam caixas ao Recife em carros, logo à porta lhe saía uma tropa de mariolas, a quem eles [holandeses] tinham dado o tal ofício, os quais traziam carros de mão, por os quais puxavam com cordas, e tirando as caixas dos carros dos moradores as punham nos seus e as levavam à praça do mar, levando dois reales por cada caixa; logo levavam um tanto da balança, aonde se pesavam; logo outro tanto ao armador da tara e alvidrador do peso que podia ter a madeira de que a caixa era feita; logo um tanto da entrada e outro tanto da saída; logo um tanto de avarias e outro tanto da licença para poder embarcar; logo um tanto do tributo, a quem chamam recognicio; logo um tanto de uns panos breados com que estas caixas se cobriam enquanto as não embarcavam, por estarem resguardadas das inclemências do tempo; logo outro tanto aos trabalhadores que as chegavam a bordo; logo finalmente os fretes": idem livro e lugar citados. Documentos vários de origem holandesa confirmam direta ou indiretamente as afirmações de Frei Calado. Também é verdadeira a afirmativa de Calado de que a construção da ponte do Recife foi feita por finta "a um tanto por casal sobre todo o povo" com a promessa de passagem livre, promessa que, terminada a ponte, não foi cumprida: Calado, **Valeroso Lucideno**, I, 314/315 e **Dag**. Notulen de 27 de abril de 1643 e 31 de março de 1644.

(26) Relatório de Nassau aos Estados Gerais, de 1644, in **DH**.

panhia, não fosse ele renovado senão "com a desistência dos negócios de açúcar e sapão; por este meio os preços na Europa desses produtos aumentarão". (27)

A situação dos negócios no Recife, depois de uns rápidos momentos de esplendor, revela-se-nos, segundo ainda o relatório de Nassau, precária: "os comerciantes na metrópole, frustrados nos esperados lucros, começam a se retirar dos negócios; seus correspondentes são dispensados das comissões. O crédito está extinto em toda parte e ninguém empresta dinheiro a juros; as letras são a todo momento protestadas e uma falência é causa de outras falências. VV.Exas. não devem esperar senão uma ruína geral". (28)

Esta a situação em 1644, segundo a descreveu Nassau e que vários documentos confirmam. A Companhia havia falhado: não tendo sido capaz de uma verdadeira obra colonizadora, não pôde resistir à situação que ela própria havia criado. A exploração pura e simples das terras e da gente, a venalidade dos seus prepostos e a inépcia dos seus dirigentes, levaram-na à ruína. Com exceção de Nassau, nunca houve de parte da Companhia ou dos seus representantes no Brasil, interesse pela aproximação entre holandeses e brasileiros. Destes esperavam apenas que produzissem o açúcar, com o qual procuravam aqueles enriquecer. (29) Em alguns documentos pode per-

(27) Relatório citado.

(28) Relatório citado.

(29) Raros os momentos de confraternização entre brasileiros e holandeses. Raras as amizades como as de João Fernandes Vieira e Jacob Stachhouwer ("Peço-lhe que me considere seu amigo", escrevia-lhe ainda Vieira em 14 de fevereiro de 1647, do Arraial Novo do Bom Jesus), de Antônio Cavalcanti e o escolteto do Recife Paulo Antônio Daems ou como a de Rodrigo de Barros Pimentel, de Porto Calvo, e Gerard Crayenstein, da qual nos resta um documento comovente, a saber, uma carta daquele senhor de engenho ao "amigo e irmão d'alma e vida": "Ao Sr. Giraldo Crayenstein, Corregidor de Porto Calvo, Gde. Deus. Meu Sr. am.º e Irmão desta vida e alma: Muito me pesou não fallar com V. M. que foi um erro para eu ter tanto desgosto e paixão, como levo, porém quererá Deus que algum nos viamos [sic] e o mundo hé largo as pessoas se encontrão, quanto mais os homens e amigos, não tenho que encarecer a V. M. o favor e ajuda que espero V. M. face [sic] a dona Jerónima que Deus pagará a V. M.... pedindo de novo não se esqueça V. M. pelo amor de Deus queira passar pelo engenho de João de Souza e para a safra servirá a V. M., [illegible] V. M. uma mercê a este seu irmão e amigo d'alma e sabe Deus [illegible] são as lágrimas que destes tristes olhos boto com estas poucas [illegible] que bem de testemunhas estavão presentes e assim mesmo não [illegible] a mais hir por diante, Gde. Deus a V. M. e o livre de enemigos e lhe dê muito bem n'alma e corpo com as venturas que tal pessoa merece deste irmão d'alma oje 4 d'abril [illegible]. Rodrigo de Barros Pimentel. P. S., 3 [illegible] dos mais finos encomendo a V. M. se quer [sic] que nos vejamos athé quinta ou sexta póde vir". Documento in DH. Raras estas amizades: [illegible] que a atitude mais comum dos vence-

ceber-se uma atitude de superioridade de parte dos flamengos: superioridade que um maior desenvolvimento material da cultura dominadora em relação à dominada talvez explique. E não só material; o Padre Vieira chegou a temer a existência de uma outra superioridade: a de se sentirem amparados por uma divindade que lhes proporcionava tantas vitórias. Acentue-se que a essas superioridades os portugueses e brasileiros contrapunham outra: a de se considerarem adeptos da verdadeira religião. Também o fato de se adaptarem melhor às condições do país, de possuírem melhor conhecimento da técnica do fabrico do açúcar e dos ofícios a ele ligados, há de ter reforçado esse sentimento dos da terra. (30)

Foi, porém, no terreno religioso onde se azedaram terrivelmente as relações entre brasileiros e holandeses. Já acentuamos que as atividades dos padres e frades, responsáveis pela incessante propaganda contra os invasores, encontravam correspondência nos seus interesses econômicos ou nos das suas ordens. Também propugnar do púlpito ou lutar de armas nas mãos eram então dois aspectos de um só ato, já que naquela época Estado e religião se confundiam em tantos pontos. Lutar pelo serviço de Deus era lutar pelo Rei. (31) "Governadores da guerra em nome da liberdade divina", intitularam-se os chefes da insurreição de 1645. (32) Em certo título dizem Vidal

---

dores era de desatenção pelos vencidos, aos quais ultrajavam comumente com palavras e atos, chamando-os de "traidores, cães, cornudos" ou maltratando-lhes o gado estragando-lhes as plantações, como denunciaram os principais moradores da Várzea a Nassau, o qual, por edital, proibiu a flamengos e judeus tais injúrias: Dag. Notule de 23 de janeiro de 1643; ultrajes referidos quase com as mesmas palavras pelo fidedigno Calado, Valeroso Lucideno, I, 321. Veja-se, também, a carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642.

(30) Carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Wezel, 20 de janeiro de 1646. Van Goch no seu "Relatório" sobre a segunda batalha dos Guararapes acentua que uma das superioridades então demonstradas pelos brasileiros "foi a perfeita adaptação às condições do país, o que lhes facilitava entrar e sair, ir e voltar, subir e descer matas, alagadiços e montes... com uma notável rapidez e presteza, ao contrário dos nossos que lutam em batalhões, formados segundo o uso europeu, os soldados lentos e sem ânimo, não sendo aproveitada a experiência do país": "Relatório do qué se passou no encontro verificado a 19 de fevereiro de 1649 com o inimigo", datado do Recife, 22 de fevereiro de 1649, in BFB.

(31) Era portanto um ato político ao mesmo tempo que religioso o comparecimento de Dirk van Hoogstraten e Albert Gerritsz. Wedda, diariamente, à missa, depois da rendição do Pontal: "Depoimento" de Klaes Klaesz, datado do Recife, 15 de novembro de 1645.

(32) Como no edital assinado por Vieira e Antônio Cavalcanti, datado do engenho Massiape, 29 de junho de 1645 e no qual prometeram: "todos os que são devedores a flamengos ou judeus, desde que cumpram o seu dever [isto é, servir na guerra] estarão isentos de qualquer pagamento". in DH.

e Martim Soares Moreno que a guerra "tem por fim a honra de Deus, o aumento da religião católica romana, o serviço do Rei e conservar todas as liberdades e prerrogativas". (33) Vieira, em carta aos holandeses, refere o poder com que conta: temos 14.000 homens, além de negros e tapuias, Camarão tem 600 mosqueteiros, Henrique Dias 500 negros, 200 minas e 700 tapuias... e além disto temos Deus do nosso lado". (34)

Muitos documentos mostram-nos que os holandeses consideravam como inimigos não apenas os brasileiros ou portugueses em geral — já que contavam com o auxílio de vários deles "e não dos mais abatidos do povo" — mas, particularmente, os católicos, mesmo os de suas próprias fileiras. Encobertamente muitos franceses e ingleses — mas sobretudo franceses — católicos, alistaram-se no exército holandês e no Brasil recusaram-se a lutar contra os seus irmãos de credo Certa carta chega a declarar que os papistas eram aqui os piores inimigos dos holandeses, sem distinção de origem. (35)

Datam do mesmo ano da invasão as queixas contra os soldados franceses, que desertavam em grupos das fileiras holandesas para o inimigo. Outros documentos depois vão esclarecendo: os franceses desertores eram na maioria de religião católica. (36) Quando se iniciou a insurreição de 1645 voltou

(33) Depoimento de Cosmo de Moucheron sobre o que se passou em Serinhaém, datado de 15 de agosto de 1645, in **BPB**.

(34) Carta de Vieira aos comerciantes do Recife, datada do Arraial, 11 de setembro de 1646, publicada na brochura **Brand in Brasilien, Gedruct in 't Jaer ons Heeren 1648**. Também o início da revolta foi indicado por certo acontecimento de ordem sobrenatural: indo-se festejar o dia de Santo Antônio na igreja do engenho de Vieira "subitamente se despregou o sobre-céu a modo de dossel que estava sobre o altar e se pôs dobrado sobre o mesmo altar diante da imagem do Santo", sinal que o padre Calado interpretou como aviso do céu para que "cada qual dobrasse o seu fato e o pusesse em salvo e tratasse de estar desembaraçado e preparado para a guerra": **Valeroso Lucideno, I, 375 e 377.**

(35) Carta do capitão Joos Coecke a Paulo Serooskercke no Recife, datada da ilha de Itamacará, 14 de maio de 1631.

(36) Carta de D. van Waerdenburch ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 3 de abril de 1630, e também as cartas do Conselho Político de Pernambuco ao mesmo Conselho, datada de Olinda, 23 de setembro de 1630 ("não são poucos os soldados que fogem, principalmente os franceses e papistas") e de Servaes Carpentier ao dito Conselho, datada de Olinda, 25 de setembro de 1630 ("os franceses aqui não são úteis, porque os que são papistas se passam para o inimigo e os reformados queixam-se continuamente da comida e do trabalho"). O Conselho dos XIX decidiu enviar de preferência para o Brasil soldados holandeses e alemães, evitando os ingleses e franceses (carta de D. van Waerdenburch, datada de 17 de junho de 1630), mas parece que não cumpriu o prometido pois em 1642 Nassau informava que no exército "estão em maioria os ingleses, escoceses e franceses": carta de Nassau aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642, in **BSN**.

a repertir-se o caso. O Conselho Supremo queixava-se de que "francês algum deverá ser enviado, a não ser que seja de religião reformada, pois muitos deles são papistas e passam-se para o inimigo, de modo que em vez de virem como reforço, vêm causar prejuízo e expor a segurança do nosso Estado". (37)

Padres e frades, com o enorme prestígio de que gozavam, não esmoreceram no combate aos hereges. Os holandeses concederam aos habitantes do Nordeste liberdade de consciência. Mas essa liberdade pareceu-lhes tão prejudicial à segurança do Estado que não a incluíram nas cláusulas da capitulação do Maranhão. (38) Ou foram restringindo-a, como no caso das manifestações exteriores do culto, proibindo as procissões, de modo que à liberdade de consciência não correspondia a liberdade de práticas religiosas. As procissões foram permitidas até 1638, ano em que se proibiu a saída delas à rua, a pedido dos ministros protestantes, que não transigiam com "tais abusos de que não há precedentes na República". (39) Apesar

(37) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 4 de dezembro de 1646. E também: Gen. Missive ao mesmo Conselho, datada do Recife, 26 de fevereiro de 1647: aí refere-se que alguns dos trânsfugas aprisionados deram como pretexto da fuga o fato "da coroa de França estar aliada à de Portugal, de modo que não querem tomar arma contra o seu Rei".

(38) A liberdade de consciência para os cristãos e judeus concedeu-a o Conselho dos XIX nas "Instruções Secretas ao General Lonck", datadas de Middelburg, 18 de agosto de 1629, mas determinavam ao mesmo tempo que "todos os jesuítas, padres e frades e outros religiosos devem ser embarcados com suas bagagens". Veja-se, também, o "Traslado dos apontamentos e certidões que os Senhores governadores deste Estado do Brasil da parte do Ilmo. Snr. Príncipe de Orange... concederão ao povo do Brasil e em particular aos senhores dos engenhos, lavradores e mais moradores desta Capitania da Parahiba de qualquer condição ou nação que sejão", datado de 13 de janeiro de 1635, publicado por Varnhagen, **História das Lutas** (1871), cit., pp. 315/316. Quanto ao Maranhão vejam-se: carta do Supremo Conselho do Recife ao governo holandês do Maranhão, datada do Recife, 21 de janeiro de 1642, carta do Conselho dos XIX ao Supremo Conselho, datada de 18 de abril de 1642 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642. Os brasileiros queixavam-se, também, pelo fato de Tristão de Mendonça não ter incluído no tratado de paz entre Portugal e Holanda (1641) cláusula alguma sobre matéria de religião: carta de Nassau aos Estados Gerais datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642.

(39) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 5 de janeiro de 1638), pp. 725 e 733, e Dag. Notule de 22 de novembro de 1638 da qual consta a decisão proibindo a saída à rua de procissões: todas as manifestações do culto católico passariam a ser feitas exclusivamente no interior das igrejas. Parece, porém, que tal decisão não era cumprida à risca, pois em 1641 o Conselho dos XIX proibia novamente a saída de procissões e outras manifestações exteriores do culto: carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de Amsterdam, 10 de julho de 1641, Dag. Notule de 27 de janeiro de 1641 e Gen. Missive datada do Recife, 28 de fevereiro de 1642.

disto, as procissões continuaram. Em vários lugares, onde os brasileiros se sentiam em maior número, continuaram a levar à rua as suas imagens; às vezes, nos dias dos grandes santos do povo brasileiro, outras vezes por ocasião de enterros. Em várias ocasiões essas procissões não acabaram senão com muita gente surrada, algumas mortes. Como em certa procissão "do ídolo do Rosário" em Serinhaém onde, diz o ministro protestante Velthuisen, "bons cristãos que se achavam na rua vendo aquilo e recusando-se a fazer reverências, não somente foram insultados, mas também levaram pancada." (40) Mas são os próprios holandeses que reconhecem que algumas vezes a provocação partia dos seus. (41)

Nassau habilmente ia afastando as propostas mais ásperas dos ministros protestantes; disse ele que para tais propostas e queixas o "verdadeiro remédio deve ser o esquecimento com o qual fiz muite a bem da tranqüilidade deste Estado", pois ele reconhecia que "a tolerância e condescendência é mais necessária no Brasil do que a qualquer outro povo a que se tenha concedido a liberdade de religião". (42) Foi Nassau quem se mostrou favorável ao pedido dos Escabinos brasileiros de Maurícia para que lhes fosse permitido construir aí uma igreja. Pedido qte ao Conde pareceu justo, já que não possuíam um lugar onde pudessem ouvir missa, ocupadas que foram pelos holandeses a igreja do Corpo Santo, do Recife, e a do Convento dos Franciscanos, de Antônio Vaz. Pedido que foi indeferido por interferência dos protestantes de Amsterdam e Walcheren e do próprio Conselho dos Estados Gerais. (43)

(40) "A Religião Cristã Reformada" cit. (Classe de 17 de outubro de 1641), p. 769. Mortes às vezes ocorriam: art. cit. (Classe de 18 de julho de 1644), p. 774. Reclamando contra esses fatos "os servos da palavra de Deus, bem como os anciãos da comunidade de Cristo no Recife" entregaram vigoroso protesto ao Conselho Supremo, no qual solicitavam que enérgicas providências fossem tomadas para evitar "o progresso do reino do Anti-Cristo nesta terra", pois se vê que os católicos romanos não fazem "os seus serviços no interior das igrejas, segundo o acordo feito com S. Exa. o Conde, mas publicamente nas ruas, à frente de todo o mundo e acontece que alguns assistentes de suas idolatrias (que preferem adorar o seu Deus a respeitar ídolos) foram ameaçados e algumas vezes surrados": Dag. Notule de 11 de junho de 1641.

(41) "É certo que a insolência dos nossos nesta ou naquela ocasião foi muitas vezes tão grande que os portugueses não puderam deixar de reagir com palavras ou com atos": Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645.

(42) "Testamento Político", cit., pp. 234/235.

(43) Carta dos Escabinos brasileiros de Maurícia ao Conselho dos XIX, datada de Maurícia, 14 de setembro de 1642, nótula de 28 de março de 1643 dos Estados Gerais, in DH e carta do Conselho dos XIX ao Con. de e Supremo Conselho, datada de Amsterdam, 21 de maio de 1643. Para o indeferimento foram invocadas "razões religiosas e de Estado".

Foi, ainda, Nassau quem, encontrando Frei Manuel do Salvador e "apertando-lhe a mão, lhe disse em secreto que também lhe daria licença para dizer missa em sua casa às portas fechadas para sua consolação e de alguns católicos seus amigos". (44) Mas, se os brasileiros na cidade davam-se por felizes com ouvir missa "às portas fechadas", no interior eram arrogantemente exigentes. Brasileiro algum trabalharia em engenho de holandês ou judeu se não lhe fosse permitido ter a sua capela: ou então os senhores "correriam o risco de não ter os seus partidos de cana plantados". (45) Ainda ao interior eram os flamengos os que se queixavam de não ter igreja, possuindo-as os católicos. No Cabo, por exemplo, era do que ae lamentavam os calvinistas: apesar de serem muitos, "o predicante faz as suas pregações a céu aberto ou, algumas vezes, em uma ou outra casa arruinada". (46)

As poucas tentativas realizadas pelos ministros reformados para convencer os católicos do erro em que, segundo eles, se achavam, encontraram a mais obstinada intransigência: nem ao menos queriam ouvir as razões dos pregadores. Eram palavras pregadas em vão; em vão foram as prédicas em português do reverendo Soler.

Nas capelas dos engenhos e nas igrejas dos povoados do interior os padres e frades levaram a efeito uma constante campanha contra os hereges e os judeus. E não somente através do confessionário ou do alto do púlpito; muitas vezes, também, de arma na mão, como qualquer capitão de emboscada. Contra as "feras setentrionais" como Raphael de Jesus apelidou os flamengos, Calado prega quase uma cruzada: depois de enterrar "seus livros e papéis manuscritos... fez uma prática aos que ali se acharam para que fossemos logo a matá-los". O que de fato praticaram com uma frieza estranha. (47)

(44) Calado, **Valeroso Lucideno**, cit., I, 113. Calado diz ainda do Conde que os brasileiros se valiam dele como protetor contra os excessos dos holandeses: "era o seu Santo Antônio": livro citado, I, p. 272.

(45) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(46) Adriaen van Bullestrate: "Nótulas do que se passou na minha viagem ao Sul de Pernambuco", em data de 17 de dezembro de 1641. Em Una, no dia de São Gonçalo, reunia-se um grande número de brasileiros e portugueses para assistir à festa em honra do Santo: cerca de 2.000 a 3.000 pessoas. Tal ajuntamento era causa de grandes preocupações para o capitão holandês do lugar, de nome Cock; quando da passagem por Una, de Bullestrate, solicitou-lhe, para sua garantia e dos seus homens, dois pequenos canhões: "Nótulas" cit., dia 22 de dezembro de 1641.

(47) Calado, **Valeroso Lucideno**, cit., I, p. 60.

Entretanto agiram sobretudo na qualidade de agitadores. Pregando uma espécie de guerra santa contra os calvinistas e marranos. Reacendendo em toda parte o ardor contra os hereges. Raphael de Jesus acentua que "o mais religioso é o melhor soldado e será melhor soldado o que for mais religioso". E citava o exemplo das Ordens Militares, onde "acharás praticados, como equívocos, campanha e coro; breviário e lança; religião e milícia". (48)

Bem cedo compreenderam os holandeses o perigo que os eclesiásticos representavam para a segurança da colônia. Em 1635 o Conselho dos XIX recomendava ao governo de Pernambuco todo o cuidado com os religiosos, não se lhes permitindo manter correspondência para fora da conquista. Os jesuítas, sobretudo, não deveriam permanecer na colônia: "todos deverão ser mantidos à distância das nossas terras e proibidas a eles por todos os meios a comunicação com os moradores". (49) Em 1636 a ordem foi executada por Ippo Eijsens, sendo todos os jesuítas presos e embarcados para a Holanda. O Conselho Político, indicando as razões para a expulsão, informou: "verificamos, mais de uma vez, como não era de esperar deles outra coisa, que mantinham correspondência com o inimigo e informavam-no da nossa situação". A mesma fonte indica que o guardião do Convento dos Franciscanos da Paraíba, Frei Pedro Manuel de Santa Maria, havia dirigido uma carta a alguém que servia junto ao general D. Luiz de Rojas y Borja, transmitindo-lhe informes sobre o estado das fortificações holandesas da Paraíba e qual o melhor meio para a reconquista da capitania. Na carta, interceptada pelos flamengos, o guardião desculpava-se pelo fato de manterem os jesuítas maior correspondência com a Bahia do que os franciscanos e justificava-se alegando que aqueles "têm maior poder e possuem escravos". (50)

---

(48) Raphael de Jesus, **Castrioto Lusitano**, Prólogo.

(49) Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político datada de Amsterdam, 1 de agosto de 1635.

(50) Dag. Notule de 6 de fevereiro de 1636, "Rapport" (2.ª parte) de Servaes Carpentier, datado de 11 de junho de 1636. Carpentier refere-se às ordens religiosas: os jesuítas "a princípio não possuíam senão 1.000 ducados anuais dotados pelo Rei, mas agora possuem algumas casas, terras, currais etc. Os franciscanos não possuem qualquer bem, vivem de esmolas. Os carmelitas, do mesmo modo, pouco possuem mas os beneditinos estão em melhor situação, têm as suas terras, como na Paraíba, à foz do rio, a ilha na qual está o forte da Restinga, afora outras terras e alguns excelentes partidos de cana entre o Paraíba e o rio 'des Marez', pouco menos de uma milha ao norte da Cidade Frederica e em Pernambuco todo o engenho Mussurepe, além de currais de gado, muitos escravos, etc.".

Foi, porém, no ano de 1640 que se verificou a expulsão de grande número de frades. Os documentos mostram o terrível perigo por que passou o Brasil holandês com a chegada da armada do Conde da Torre. Nassau agiu com rapidez para evitar a derrota da colônia. Os brasileiros contavam como certa a vitória do conde português. Muitos enterraram todo o dinheiro espanhol que puderam obter para usá-lo em seguida à restauração. Uma das medidas de Nassau foi o aprisionamento dos frades de São Bento, de São Francisco e do Carmo, sob a acusação de que mantinham correspondência com outros conventos e com o bispo da Bahia. Foi-lhes designado como presídio a cidade Schkoppe na ilha de Itamaracá e mais tarde enviados para as Índias Ocidentais. (51)

A notícia do fato causou consternação no mundo católico, que se moveu a favor dos seus irmãos de credo de Pernambuco. Em dezembro do mesmo ano de 1640 chegaram ao Recife dois frades franciscanos trazendo carta de recomendação de nada menos que do rei de França, dirigida a Nassau. (52) Este nada quis resolver quanto aos frades, que vieram em trajes seculares, senão depois de ouvido o Conselho dos XIX. A documentação Ms. não nos indica o desfecho do caso. Em 1643 o rei de França enviou novos religiosos; desta vez quatro capuchinhos franceses. Apesar do soberano constituir-se fiador das ações dos frades "que não pregariam senão uma vida santa e respeito aos superiores", (53) o fato é que, em 1648, dois deles foram aprisionados em uma caravela pertencente a

(51) Dag. Notule de 3 de dezembro de 1639 (data em que se ordenou a prisão dos frades) e Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife. 2 de março de 1639 (sic, 1640) e 7 de maio de 1640. Nesta última informava-se que 20 dos frades haviam sido embarcados no navio "de Princesse" no dia 1 de maio, com destino às Índias Ocidentais.

(52) Dag. Notule de 22 de dezembro de 1640. A carta, datada de St. Germain, 13 de abril de 1640, está publicada in RIAP n.º 34, pp. 41/42. Também: Dag. Notule de 18 de janeiro de 1641.

(53) A carta do Conselho dos XIX ao Conselho Supremo, datada 15 de dezembro de 1644, informa-nos: "O Sr. Príncipe de Orange mandou-nos mostrar uma carta que lhe foi dirigida pelo Rei da França na qual solicitava que recomendássemos a VV. SSas. quatro capuchinhos, para que fossem mantidos no Brasil e aí protegidos, como havia acontecido no governo do Sr. Conde de Nassau, oferecendo-se S. Majestade como fiador dos ditos capuchinhos, afirmando que estes não pregariam senão uma vida santa e respeito aos superiores. Deliberamos escrever a respeito a VV. SSas. porque não temos conhecimento da chegada desses capuchinhos ao Brasil, solicitando que seja inquirido como eles aí chegaram, de que vivem e como se comportam e recomendamos que sejam mantidos fora dos lugares onde é pregada a religião reformada".

Vidal de Negreiros: iam "prestar informações ao rei de Portugal sobre a marcha da guerra". (54)

Outras vezes a atitude dos padres e frades era de desobediência às instruções e ordens do governo holandês: uma das mais comuns, a de casar sem proclamas. (55) Ou simplesmente recusavam-se a casar brasileiras com estrangeiros. (56)

Mas nem sempre a atitude era de firmeza e decisão: há como exemplo o caso do vigário Gaspar Ferreira, da Paraíba — acérrimo inimigo de Frei Manuel Calado, a quem excomungou — o qual aceitou determinações do governo holandês que feriam pontos da ortodoxia católica. (57) Ou, por meio de presentes, procuravam obter as boas graças ou os favores do Conde: como no caso dos jesuítas — sempre apontados pelos flamengos como indivíduos perigosos — os quais por intermédio de certo padre provincial não mencionado, ofereceram a Nassau "12 paus de jacarandá, 12 couçoeiras de pau-rei, 3 papagaios, 1 tuim, 2 bugios, 2 frascos de bálsamo, umas poucas de contas de cheiro, 1 rede lavrada com sua cama, 4 barris de conserva de mangaba". (58)

Um tema que tem merecido a atenção de vários estudiosos — sobretudo estrangeiros — é o que se refere à população judaica do Recife — a sua importância, as suas atividades intelectuais e econômicas. A documentação holandesa que vem sendo aproveitada no curso deste trabalho traz-nos alguma luz sobre a "nação judaica do Recife".

Em princípio, os estudiosos são unânimes em esclarecer que no mundo ibérico não é possível identificar os judeus pelo nome. Em todos os casos aqui referidos tivemos o cuidado de citar apenas os que eram ou são atualmente conhecidos como

(54) A caravela, sob a invocação de N. S. de Nazaré, pertencia ao próprio Vidal, bem como parte de sua carga, que se compunha de 380 caixas de açúcar e algum tabaco. Havia partido do cabo de Santo Agostinho quando foi aprisionada: Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 27 de outubro de 1648 e 11 de novembro de 1649.

(55) Dag. Notulen de 29 de outubro de 1643, 11 de dezembro de 1643, etc.

(56) Como no caso acontecido em Iguarassu; o noivo era um inglês: Dag. Notule de 12 de março de 1641.

(57) Dag. Notule de 18 de setembro de 1641. Esse vigário Ferreira em carta ao Conde de Nassau (datada da Paraíba, 26 de março de 1645, in DH) chama-o de "meu Sr., emparo e protector em todas as ocasiões".

(58) Coleção de Cartas pertencente ao Conde de Nassau, in DH. Não há indicação da data da oferta, mas a informação encontra-se entre documentos de 1642. Veja-se Padre Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil vol. V p. 280 nota 58.

tais; pelo que nos dizem os documentos ou pelo que nos ensinam os mestres no assunto: os Kayserling, os Oppenheim, os Kohut, os Baron, os Bloom, os De Castro, os Silva Rosa, os Vaz Dias e tantos outros. É igualmente difícil identificar os chamados judeus *ashkenazim* da massa dos habitantes holandeses. Os *ashkenazim* começaram a afluir para a Holanda, vindos da Polônia e Alemanha, em conseqüência da guerra dos Trinta Anos (1618-1648) (59) e vários deles passaram ao Brasil. É difícil identificá-los pelos nomes — salvo um ou outro inegavelmente judeu, como Simão Slecht, Judah bar Jacob, Jacob bar Simson ou Solomon ben Jacob — que muitas vezes soam como legitimamente holandeses, ou alemães; também os seus interesses coincidiram quase sempre com os dos holandeses, entrando em antagonismo com os dos judeus ibéricos ou *sefardim*. Em protestos coletivos contra judeus *sefardim* constam nomes de possíveis *ashkenazim;* um deles assinando-se "Daniel de Joode", isto é, Daniel Judeu.

Não possuímos informações exatas para fixar o início da imigração dos judeus para Pernambuco a partir de 1630. Alguns teriam vindo como soldados ou como empregados da Companhia; como alferes chegou Moisés Navarro, depois um dos mais ricos da colônia. (60) A outros foi concedida passagem gratuita. (61) Alguns, já moradores no Nordeste, cristãos-novos, revelaram-se, com o livre exercício da religião, marranos: circuncidaram-se e mudaram os nomes, passando a usar outros mais caracteristicamente israelitas. (62)

Conhecedores como eram os judeus *sefardim* das duas línguas usadas na colônia — a portuguesa e a holandesa — es-

(59) Koenen, **Geschiedenis der Joden in Nederland**. Utrecht 1843, pp. 191 e seguintes. A bibliografia é extensa e escapa ao tema — regional — deste trabalho.

(60) Dag. Notule de 24 de maio de 1635. Também **Essai Historique Sur la Colonie de Surinam... Avec L'Histoire de la Nation Juive Portugaise & Allemande Y Etablie... le tout redigé sur des pièces authentiques y jointes, & mis en ordre par les Régens & Representants de la dite Nation Juive Portugaise**. Parte I, Paramaribo 1788, p. 10.

(61) Herbert I. Bloom, "A Study Brazilian Jewish History, 1623-1654", citado, p. 54. A este excelente trabalho bem como ao estudo do mesmo autor, **The Economic Activities of the Jews of Amsterdam in the 17th & 18th Centuries**, Williamsport 1937, teremos de recorrer várias vezes no curso deste capítulo.

(62) Como certo judeu de nome Simon Lion que passou a usar o de Abraham Lion; a sua esposa Philipina da Fonseca adotou o de Sara da Fonseca, como consta de um interessante "Jornal da igreja da Paraíba iniciado no ano de 1635, a 12 de outubro, pelo pregador Jodocus a Stetten", in **BPB**.

tavam eles em condição de superar os flamengos no comércio e atividades correlatas. Uma delas, que exigia o conhecimento dos dois idiomas, tornou-se quase uma especialização ou monopólio dos judeus de Pernambuco: a corretagem. Ainda nos dias incertos de 1635 Moisés Navarro solicitou e obteve autorização para agir como corretor ("makelaer") no comércio do açúcar e do tabaco "no que é pessoa muito versada". (63)

Hermann Wätjen acentuou, também, que uma das causas que teria concorrido para criar um forte movimento antisemita no Recife do século XVII, ao lado de causas econômicas, foi a facilidade com que os judeus se aclimatavam, ao passo que os flamengos custavam a adaptar-se à vida nos trópicos. (64)

São de 1636 as primeiras referências à existência de uma sinagoga no Recife. (65) Se seria a da rua do Bode, é interrogação a que não podemos responder com segurança. Mas era já então poderosa a nação judaica do Recife. Em certa exposição de motivos dirigida em 1637 ao Conde e na qual era solicitada a abertura do comércio, muitos judeus assinam ao lado de antigos moradores da terra. O que parece demonstrar a importância desses elementos. (66) Com a chegada, no ano seguinte, dos colonos de Manuel Mendes de Crasto, judeu, é de presumir que a "nação judaica do Recife" tivesse tomado um grande incremento. Os documentos permitem afirmar a composição do bando de imigrantes trazidos por Crasto em dois na-

---

(63) Dag. Notulen de 6 de novembro de 1635 e 31 de março de 1636. Sobre o uso dos dois idiomas ver Calado, Valeroso Lucideno I, p. 115.

(64) Hermann Waetjen, Das Judentum und die Anfaenge der modernen Kolonisation, Berlim 1914, p. 38 e Gilberto Freyre, Casa-Grande & Senzala, cit., p. 8.

(65) Carta de P. Serooskercke à Câmara da Zeelândia, datada do Recife, 12 de agosto de 1636, da qual consta a informação de que os judeus construíam então a sua sinagoga. Também Dag. Notule de 23 de julho de 1636.

(66) O requerimento datado do Recife, 7 de maio de 1637, in BPR, está assinado por Gaspar da Silva, burgomestre, Bernardim de Carvalho, burgomestre, Pedro da Cunha Pereira, juiz, Fernão do Vale, Antônio Paes d'Azevedo, Balthazar da Fonseca, Simão do Vale, Balthazar Gonçalves Moreno, Miguel Roiz Mendes, Manoel Roiz Tavares, Antônio Roiz Tavares, Luiz Nunes, João de Barros Correia, Thomas Luiz, Gaspar Francisco da Costa, Manoel Rodrigues Cardoso, Manoel Gonçalves Diniz, João de Torre de Avila, Gabriel Soares, João Fernandes Vieira, Luiz Braz Bezerra, Pedro da Cunha de Andrade.

vios: "toda uma colônia de israelitas de 200 almas, ricos e pobres". (67) Crasto faleceu logo ao chegar ao Recife e os imigrantes dispersaram-se. (68)

O edital dos Estados Gerais, de janeiro de 1634, garantindo liberdade de crença religiosa aos católicos e judeus, "livres de investigações de suas consciências ou de suas residências", parece ter dado coragem aos marranos de Amsterdam para emigrar para Pernambuco. (69) Uma carta de 1637 dizia que "esta terra se vai enchendo de judeus, que em todas as naus passão desses estados para este". (70) O rápido incremento da comunidade tornou necessária a assistência de um rabino douto, para dirigir as cerimônias e pregar. Um rabino, então no começo de uma carreira já brilhante, Isaac Aboab da Fonseca, aceitou a incumbência de servir no Recife. Tinha ocupado a mesma função a princípio em uma das três sinagogas de Amsterdam, a "Beth Israel", a qual posteriormente foi reunida às duas outras. Com a união e segundo o regulamento, Aboab passou à qualidade de Haham, incumbindo-se do ensino da gramática e de temas religiosos, pelo que percebia os parcos proventos de 450 florins anuais. (71) Certamente para obter uma melhoria nos seus vencimentos foi que o rabino Aboab aventurou-se a cruzar os mares e a vir residir no Recife, onde passou a perceber 1.600 florins por ano. (72) Também para

(67) "Registro Contendo Resoluções da Câmara de Amsterdam", em data de 17 de novembro de 1636, in **DH**. Diz-se aí: "Manoel Mendes de Crasto gesint is een heel colonie van de hebreusche Natie in Brasil te brengen 200 zielen soo rycke als arme"... Pouco antes, a 8 de novembro, certo Manoel Nehemias "português de nação hebréia, pedia licença para estabelecer no Brasil uma colônia" em local onde nunca tivesse havido colonização, obedecendo as instruções expedidas concernentes às colônias. Pela Câmara foram deputados para conferenciar com Nehemias, o presidente da mesma e o Sr. de Vries. Manuel Mendes de Crasto e Manuel Nehemias eram a mesma pessoa.

(68) Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 19 de março de 1638 e 23 de maio de 1638.

(69) Bloom, "Brazilian Jewish History", cit., p. 54.

(70) Exposição dos Escabinos de Olinda ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de dezembro de 1637, em Varnhagen, **História das Lutas**, cit., p. 322.

(71) O regulamento das três sinagogas, ou melhor, as "Ascamoth pelas quais será governado o Kahal Kados de Talmud Tora de Amsterdam, que Deus aumente", está publicado por Mendes dos Remédios, **Os Judeus Portugueses em Amsterdam**, Coimbra 1911, pp. 189/191.

(72) J. S. da Silva Rosa, **Iets over den Amsterdamschen Opperrabbijn Isaac Aboab** (Amsterdam, 1913) p. 4 e, do mesmo autor, **Geschiedenis de Portugueesche Joden te Amsterdam, 1593-1925**, Amsterdam 1925, p. 75 e M. Kayserling "The First Jewish Author in America", no **Publ. American Jewish Historical Society**, n.º 5 (1897), pp. 125/136, e D. Henriques de Castro, **Keur van Grafstcenen op de Nederl.-Portug.-Israel. Begraafplaats te Ouderkerk aan den Amstel** (Leiden, 1883) pp. 67/16.

melhorar de situação e negociar foi que, em 1640, o famoso rabino Menasseh ben Israel esteve para partir para Pernambuco, onde já então se achava o seu genro Ephraim Soeiro. (73)

Menasseh não partiu, porém, mas em companhia de Isaac Aboab vieram letrados *sefardim* para a comunidade israelita do Recife: Moses Raphael de Aguilar, o *haham* Jehosua Velozino — talvez o pai de Isaac de Andrade Velozino — e um professor Samuel Frazão. (74) Aguilar era considerado um hábil gramático e tornou-se leitor da comunidade. (75) Foi um momento de grande brilho para a nação judaica do Recife. Nomes bem conhecidos no mundo judeu estavam reunidos na colônia: Aboab, Aguilar, Velozino, Dr. Abraham de Mercado, David Nassi, Eliahu Machorro, Jacob Lagarto. (76) Eram poetas e talmudistas dos quais ainda hoje os nomes são citados com admiração pelos estudiosos do assunto. (77)

Parece que foi no Recife que nasceu a literatura hebraica na América. Data de 1636 uma consulta em que alguns marranos, talvez do Recife, em dúvida sobre certos pontos da liturgia, solicitaram o parecer do Rabbi Sabbathai, de Salônica.

---

(73) "Não foi a ganância que impeliu a tal resolução o devotado servidor da ciência, mas a necessidade: ele não podia sustentar a família com o pequeno salário que lhe pagava a grande e rica Comunidade", diz M. Kayserling, "The **Earliest Rabbis and Jewish Writers of América**", **Publ. Am. Jew. Hist. Society**, n.º 3 (1895). Kayserling transcreve certo trecho de uma carta de Vossio a Grotius, na qual aquele diz que "Menasseh pretende emigrar para o Brasil, onde se dedicará principalmente ao comércio. Circunstâncias de família obrigaram-no a tomar essa resolução, pois se encontra sem meios de subsistência" (janeiro de 1640). Por essa ocasião, tendo sido publicado o **Conciliador**, Menasseh dedicou-o aos membros proeminentes da comunidade judaica do Recife: David Senior Coronel, doutor Abraham de Mercado, Jacob Mocata e Isaac Castanho.

(74) J. S. da Silva Rosa, **Geschiedenis**, cit., pp. 74/75. O haham Velozino percebia 400 florins por ano e o professor Frazão, 250 florins.

(75) Sobre Aguilar: M. Kayserling, "The Earliest Rabbis", cit. e George Alexander Kohut, "Early Jewish Literature in America", **Publi. Am. Jew. Hist. Society** n.º 3 (1895). A Aguilar, Daniel Levi de Barrios dedicou um soneto onde o chama de "aguila de excelsa cumbre... los ojos sabe aclarar, a la estudiosa esperança... primeiro ilustró al Brasil", etc.

(76) Sobre Nassi veja-se o artigo de Kohut cit. na nota anterior; de Machorro, Barrios fala dizendo: "Eliahu Machorro de apolinea cumbre. A Holanda y a Brasil dió clara lumbre". Quanto a Lagarto, rabino da comunidade de Itamaracá, veja-se Kayserling, art. cit. na nota anterior e a **Biblioteca Española-Portuguesa-Judaica**. Strasbourg 1890 (existente na Biblioteca Nacional), do mesmo autor.

(77) "In the middle of the 17th, century we find in Brazil poets and Talmudist who are well remembered in Jewish literature", diz Kohut, "Early Jewish Literature", cit., p. 106. Veja-se, também, G. A. Kohut, "Who Was The First Rabbi Of Surinam?", **Publ. Am. Jew. Hist. Society**, n.º 5 (1897), p. 119/124.

Segundo Kohut, a dúvida provinha do desencontro das estações, com a residência no hemisfério sul. A dúvida surgida era relativa ao momento próprio em que deveriam ser proferidas certas preces relativas à primavera e ao outono. (78)

Também no Recife foi que compôs poemas e orações o primeiro escritor israelita em terras das Américas: o já citado rabino Isaac Aboab da Fonseca. Conhecem-se dele duas orações compostas em Pernambuco. (79) E um poema sobre os sofrimentos dos judeus durante a insurreição pernambucana (1645-1654), publicado, juntamente com aquelas, por Kayserling. O poema intitula-se "Memorial dos prodígios de Deus e da grande bondade que Ele, na Sua compaixão e na Sua misericórdia, mostrou para com a casa de Israel no Brasil, quando surgiu a tropa de Portugal para destruir e exterminar tudo que se chama Israel, mulheres e meninos, em um dia". (80)

Os inimigos da religião judaica e dos judeus em geral não eram apenas os católicos brasileiros, mas também os holandeses reformados. Embora permitida a existência de sinagogas — uma das quais na Paraíba (81) — o culto somente poderia ser levado a efeito a portas fechadas. (82) E, sobretudo, nada de causar escândalos aos burgueses calvinistas. (83) Con-

(78) Segundo Kohut, a consulta e o parecer do rabino Sabbathai foram publicados integralmente nos seus **Reponses**, parte III, n.º 3, mas acrescenta que não os conhecia pois "the volume is exceedingly rare, and thus far the writer has been unable to find it. It would be interesting to have a copy of this earliest fragment of religious literature in America": "Early Jewish Literature" cit., p. 105.

(79) Apensos II e III do seu artigo "The First Jewish Author in America" cit.

(80) O Ms. é guardado na Livraria Montezinos do Portugueesch Israelietisch Seminarium Ets-Haim de Amsterdam, fundado em 1637, e está transcrito como Apenso I ao artigo citado antes. O rabino, que deve ter conhecido João Fernandes Vieira, chama-o de mulato, dizendo que o seu pai era de baixa categoria e sua mãe uma etíope. Em um depoimento de um casal de negros (dezembro de 1645) feito perante o governo holandês do Recife, ele, **Bastião Canha**, ela, **Lucrecia Bamba**, refere-se que "Vieira é um mulato": "Coleção de Interrogatórios", in **DH**. De mulato chama-o, também, Moreau, **Histoire des derniers troubles**, cit. Sobre as composições literárias de Aboab veja-se, também, G. A. Kohut, "Les Juifs Dans Les Colonies Hollandaises", **na Revue des Études Juives** n.º 31, especialmente p. 293.

(81) Dag. Notule de 28 de setembro de 1638.

(82) Dag. Notulen de 15 de janeiro e 22 de novembro de 1638 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 28 de fevereiro de 1642

(83) Proibiu-se aos judeus realizarem comédias: Dag. Notule de 17 de outubro de 1642. Também carta do Conselho dos **XIX** ao Alto Conselho, datada de Amsterdam, 10 de julho de 1641.

cedeu-se-lhes, porém, o respeito ao *sabbath*, (84) devendo ser respeitado por eles também o dia de domingo. (85)

A congregação israelita do Recife, a chamada Santa Comunidade Tszur Yisrael, já estava organizada ao tempo da chegada de Aboab a Pernambuco (que os autores fixam em 1642). (86) Foram redigidos em 1648 os estatutos da Santa Comunidade pelo *Mahamad* do Recife, isto é, pelo conselho dos anciãos da nação judaica, que era então composto do Dr. Abraham de Mercado, Abraham de Azevedo, Jacob Drago, Jacob Navarro e David Dias, juntamente com "quatro senhores práticos do Judaísmo" que elegeram e que foram Isaac Atias, Abraham Israel Dias, Jacob Valverde e Benjamin de Pina. Estipulava-se aí que todos os judeus do Nordeste brasileiro ocupado pelos holandeses, seriam obrigatoriamente membros da Comunidade do "Resiphe" — isto é, do Recife — "ainda que suya assistencia seja na Parahyba ou em outra qualquer parte". Criava-se, também, um imposto ou taxa sobre mercadorias e negros adquiridos pelos membros da Comunidade o qual se destinava a fazer frente às despesas da Sinagoga, da escola e com as obras de beneficência. (87)

Como se viu, desde cedo a colônia israelita estava organizada e obedecia às determinações de um certo número de regedores, os chamados "anciãos da nação judaica". A união dos interesses judaicos sob a direção dos "anciãos" e a solidariedade que é uma das características das comunidades judaicas, teriam facilitado a rápida infiltração dos elementos e do capital dos israelitas no comércio, na corretagem e na exploração agrícola. Embora tivessem existido marranos como senhores de engenho — como Duarte Saraiva, Moisés Navarro, Diogo Dias Brandão — temos de reconhecer que são casos raros. À atividade agrícola, os marranos preferiram sempre a

(84) Nos dias de sábado os judeus estavam isentos do serviço de guarda, como membros das companhias de burgueses. Pela isenção pagavam determinada multa: Dag. Notulen de 14 de fevereiro de 1637, in **DH** e 13 de maio de 1644.

(85) O respeito ao domingo nunca era por eles observado; faziam abrir a escola, as lojas e muitos eram vistos fazendo trabalhos manuais nesses dias: Dag. Notulen de 1 de maio de 1645, 5 e 15 de fevereiro de 1646.

(86) Entre outros H. Graetz. **Volkstümliche Geschichte der Juden**, Berlim 1923, vol. III, p. 360.

(87) Os Estatutos da Congregação Tszur Yisrael ainda não foram publicados. Estão redigidos em português; este e o espanhol foram sempre as línguas usadas entre os marranos provenientes da Península Ibérica: **Essai Historique sur la Colonie de Surinam**, cit., parte I, p. VII e parte II, p. 82. Também R. Menendez Pidal, **El Cancioneiro Español**, New York, 1905. Sobre as obras de beneficência veja-se a Dag. Notule de 31 de outubro de 1648.

aventura comercial, o financiamento das lavouras. Mesmo Navarro e Saraiva, senhores de engenho, parecem indicar os documentos que residiram no Recife e não nas casas-grandes dos seus engenhos. (88)

Contesta com razão Gilberto Freyre a opinião de João Lúcio de Azevedo, de que sendo os judeus portugueses meros refugiados, livres, pela fuga, da Inquisição, não possuíam o cabedal necessário para levantar engenhos. Alega Gilberto Freyre que "entre os da família hebréia dispersos por vários países e em todos eles entregues a formas diversas, mas entrelaçadas, de mercancia e de usura existia então uma como maçonaria" que funcionava "com particular eficiência nos momentos de grande adversidade". (89) No que parece ter razão. A comunidade judaica do Recife manteve estreita ligação com a de Amsterdam, que era uma espécie de parente mais velho e mais forte; a do Recife recorria a ela quando surgiam momentos mais penosos para os marranos de Pernambuco. A de Amsterdam entendia-se com o Conselho dos XIX e obtinha-se sempre uma solução para as dificuldades ou para a crise.

Pois que a comunidade do Recife não era composta de judeus sem importância, mas de figuras de letrados distintos entre os *sefardim*, bem como de elementos de grande prestígio econômico; de membros de famílias judaicas poderosas de Amsterdam. Umas memórias curiosas redigidas por antigos membros dessa comunidade, informam-nos que os judeus do Brasil "etoient la plupart des gens de condition, & trés versés dans le commerce & l'agriculture". (90) Os israelitas que, em

(88) Ambos possuiam casas na rua do Bode (depois, dos Judeus): **Inventário das Armas... e dos Prédios**, cit. §§ 13, 19, 20, 21. **Saraiva** era corretor (**Dag. Notule** de 14 de maio de 1638) e **Navarro** contratador da cobrança dos maiores impostos da colônia, como os dízimos e pensões do açúcar.

(89) J. Lúcio de Azevedo, **Épocas de Portugal Econômico**, cit., pp. 274/276 e Gilberto Freyre, **Sobrados e Mocambos**, cit., pp. 39/41.

(90) **Essai Historique sur la Colonie de Surinam**, cit., parte I, p. 11. E acrescenta que em 1644 após a partida de Nassau, "David Nassy, sa famille et ses compagnons, accoutumés déjà au climat du Brésil, & aux travaux de l'agriculture, prirent la resolution de s'établir dérechef en Amerique", passando a residir em Surinam. E adiante: Ceux qui sont nés dans la colonie [Surinam] sont en général d'une taille haute & avantageuse, les teints des visages conservent encore avec quelques modifications les couleurs des pais qui ont vu naitre leurs ancêtres... les hommes y sont à peu prés comme partout ailleurs, avec la difference encore qu'à l'age de 12 à 14 ans ils connoissent le talent de faire leurs semblables", pp. 59/60, da parte II. **O Essai Historique** é tido na maior conta entre os estudiosos de assuntos judaicos. Veja-se, também, o excelente estudo de **Samuel Oppenheim**. "An Early Jews In Surinam, Cayenna And Tobago", **Publ. Am. Relations To The Jews In Surinam, Cayenne And Tobago", Publ. Am. Jew. Hist. Society** n.º 16 (1907), pp. 95/186.

conseqüência da insurreição de 1645, abandonaram Pernambuco, dispersando-se por muitas das ilhas das Antilhas, pelas Guianas ou pela América do Norte, nunca deixavam de referir nos documentos da época a sua qualidade de antigos habitantes do Brasil: era como uma espécie de título que era citado com orgulhoso. (91) Um deles, David de Mercado, vindo certamente do Brasil — onde residiram outros Mercado, como o Dr. Abraham e Luiz de Mercado — "pela sua longa residência nas Índias Ocidentais, depois de muito estudo, trabalho e despesa, atingiu a perfeição no fabrico e montagem de engenhos de açúcar, por um sistema novo". (92)

Data de 1637 o primeiro protesto em Pernambuco contra as atividades dos judeus, "por serem gente inclinada a enganos e falências... e odiosa a todas as nações do mundo", gente de que "esta terra se vai enchendo". (93) São, porém, de 1641 os protestos mais veementes contra os marranos; uma verdadeira campanha a que não faltaram manifestações ruidosas de rua, nem entreveros rudes. Dizem os documentos desse ano que a população israelita do Recife aumentava rapidamente: "a maioria dos imigrantes que chegam aqui são judeus e em pouco tempo chegarão a exceder em número os cristãos" (94) e que "os judeus de todos os recantos do mundo estão se mudando para aqui". (95)

Pois esses judeus de todos os recantos do mundo estavam açambarcando os negócios e o comércio de Pernambuco. Gozavam eles no Brasil holandês de direitos que não possuíam em Amsterdam, como seja o "pequeno comércio" ou comércio a retalho. (96) Sendo israelitas os principais corretores — Abra-

(91) Sobre a dispersão dos judeus do Brasil holandês após a rendição da Campina do Taborda em 1654, há artigos diversos nas **Publ. Am. Jew. Hist. Society**.

(92) S. Oppenheim, "An Early Jewish Colony", cit.; um comandante inglês, major John Scott, que visitou em 1665-1666 várias colônias das Índias Ocidentais habitadas por judeus emigrados do Brasil, refere que eles eram "experienced planters": S. Oppenheim, art. cit.

(93) Carta da Câmara de Escabinos de Olinda ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de dezembro de 1637, in Varnhagen, **História das Lutas**, cit., p. 322/323.

(94) Informação oficial constante da Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de janeiro de 1641.

(95) Depoimento de Mathias Beck e Samuel Halters, em nome da comunidade holandesa do Recife, in Dag. Notule de 26 de junho de 1641.

(96) Bloom, "A Study of Brazilian Jewish History", cit., p. 79. Veja-se também o estudo do mesmo autor: **The Economic Activities of the Jews of Amsterdam**, cit., e o "Concept bij het Collegie van Scholteth ende Schepenen geformeert en aen de Hooge Regeringe overgebracht", datado de Maurícia, 3 de agosto de 1652 in **BPB**.

ham Cohen, Elias Burgos, Jacob Nunes, Abraham Aboaf, Daniel Dormido e muitos outros — todos os negócios de vulto passavam-lhes pelas mãos. Os próprios holandeses preferiam-nos aos corretores flamengos. (97) Contavam eles com facilidades inegáveis: todos falavam o português e muitos o holandês e possuíam ativos correspondentes na Holanda, em geral membros da própria família. Não opunham escrúpulos de servir de testas-de-ferro aos membros corrutos do governo. (98)

A Câmara de Escabinos de Maurícia referindo-se aos interesses dos burgueses holandeses, repetiu em 1641 o seu protesto de 1637: Samuel Halters e Mathias Beck, em nome da comunidade holandesa, solicitaram do Alto Conselho que se proibisse aos judeus manter lojas e vender a retalho bem como exercer funções de corretor. Os cristãos que procediam corretamente nos seus negócios, não podiam competir com os judeus que lançavam mão de todos os gêneros de fraudes. Assim todos os negócios e transações iam passando para as mãos deles, sendo que os cristãos reformados "pelo desconhecimento da língua portuguesa e pela seriedade no comércio não podem subsistir ao lado deles, vendo-se privados das oportunidades de se poderem manter nesta conquista". E entregaram um requerimento "concebido em estilo rude" a fim de ser enviado ao Conselho dos XIX, o qual, entretanto, não foi aceito, determinando-se que deveriam redigir um outro em "melhor estilo e forma". (99)

(97) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642.

(98) A respeito veja-se a interessante "Coleção de Interrogatórios sobre o procedimento dos Srs. do Supremo Conselho Hamel, Bullestrate e Bas, feitos no governo dos seus sucessores" (datados de 1646/47), in **DH**. Há depoimentos valiosos como o de Nieuhof, Huybert van Beveren, Abraham Tapper, Jan Moris, Fernando Martins da Silva. Em poder de Jooste van Bullestrate, filho do Alto Conselheiro Adriaen, Moris viu em uma "caixa preta muitas peças de baixela de prata... com o emblema ["merck"?] de Moisés Navarro". Veja-se, também, o documento: "Nomes das pessoas que, como testemunhas, deverão ser ouvidas sobre os negócios do Brasil, contra o Alto Conselho que lá governou" (1654), in Von.

(99) Dag. Notule de 26 de junho de 1641. Em julho de 1641 reclamaram os moradores holandeses contra "a excessiva liberdade dos judeus que mantêm lojas e pediam que isto lhes seja proibido ou, de outro modo, não será possível a eles reclamantes manter os seus negócios no Brasil por muito tempo": Dag. Notule de 2 de julho de 1641. Reclamação que repetiram pouco depois, por intermédio dos Escabinos, solicitando que fosse proibido aos judeus manter lojas e exercer as funções de corretor: Dag. Notule de 11 de julho de 1641. Do mesmo modo queixavam-se os flamengos residentes na Paraíba da concorrência que se verificava tanto na ca-

Esse requerimento não deve ser outro senão o célebre protesto contra as atividades dos judeus, assinado por sessenta e seis holandeses (e talvez por algum judeu *ashkenazi*, cujos interesses nem sempre coincidiam com os dos *sefardim*, que se davam por de ascendência nobre). (100) Principiava dizendo: "A comunidade cristã que se acha no Brasil faz saber a VV. Excias, com toda a humildade, como os suplicantes com uma grande paciência, há muito têm suportado a enorme tirania dos judeus no que toca aos negócios e que dia-a-dia cresce, de modo que cristãos passaram a meros espectadores dos negócios dos judeus". E adiante: "a grande razão da preferência que os judeus têm sobre os nossos nesse particular, é que eles usam da mesma língua que os naturais do país", de modo que não têm dificuldade em obter emprego ou em realizar negócios "que passam todos pelas suas mãos" e só o que não lhes interessa é que permitem que seja entregue aos holandeses. Sugeriam que se usasse com eles aqui, das mesmas restrições a que estavam sujeitos na Holanda, onde não se lhes permitia abrir lojas e vender a retalho "o que também se usa em outras terras onde possuem ainda menos liberdade, trazendo chapéus vermelhos ou marcas amarelas ao peito e outros sinais distintivos, pelo que todos podem se prevenir para não serem roubados ou enganados por eles". Também os cristãos, "pessoas de consciência", não podem competir com os judeus no comércio, pois é sabido por todos que eles usam de falsidades, como mentiras, enganos, pesos e medidas falsos, "de modo que um cristão não pode competir e se retira ou então segue-lhe o exemplo". Também os judeus indo vender as suas mercadorias no interior para pagamento em prestações cobram juros de 4, 5 e 6% ao mês, o que absorve todas as economias dos particulares, que não podem satisfazer por isso ns dívidas contraídas com a Companhia ou com holandeses, "de modo que são uma verdadeira peste neste país". Também não se compreende que os acionistas da Companhia tenham invertido os seus capitais para que "essa corja de judeus enriqueça, como aqui acontece, vindos da Polônia, Espanha, Itália, Turquia, Barbaria, Alemanha, etc., voltando com o que ajuntam, prejudicando a

pital quanto no interior, por onde iam os marranos vendendo as mercadorias "cujos direitos devidos à Companhia haviam sonegado, pelo que podiam fazer menor preço do que os neerlandeses": Dag. Notule de 2 de julho de 1641, suplemento.

(100) Ver a respeito o livro intitulado: **Lettres De Quelques Juifs Portugais, Allemands et Polonais, a M. de Voltaire, Avec un petit commentaire, extrait d'un plus grand, à l'usage de ceux qui lisent ses oeuvres;... 12ème Edition**, 3 vols. Lyon 1822 especialmente vol. 1º.

nossa Pátria, com cujo sangue e dinheiro esta terra foi conquistada", com a ajuda de Deus, cujo santo nome eles vivem a profanar grosseiramente todos os dias. Nem ao menos prestam auxílio nos momentos de perigo, pois com a armada do Conde da Torre próxima ao litoral, obtiveram isenção da guarda por respeito do *sabbath*. E depois de larga exposição solicitavam que fossem os judeus "proibidos de manter lojas abertas e vender a retalho". (101) Mas a campanha anti-semita não ficava só nos protestos verbais ou escritos, por mais rudes que fossem de linguagem. Tomava, também, outros aspectos. Protestava-se contra a inclusão de elementos judeus na Câmara de Escabinos. Em 1637, na lista de eleitores da qual seriam escolhidos os Escabinos de Olinda, foram incluídos alguns marranos. Foi o bastante para que Jacob Stachhouwer, em plena sessão, pedisse a palavra: "levanta-se o Sr. Stachhouwer, diz a ata, e a respeito dos nomes de alguns que ele tinha ouvido anunciar esclareceu que entre os eleitores referidos estavam três pessoas que, em virtude de alguma incapacidade ["inhabiliteyt"], não poderiam ser toleradas no Colégio nem em cargo de direção, porque eram de origem judaica, a saber Pedro Lopes de Vera, Fernão do Vale e Gaspar Dias Ferreira. Pedro Lopes de Vera não estava presente e Fernão do Vale, declarando-se judeu, retirou-se. Gaspar Dias Ferreira, porém, afirmando não ser verdade que ele seja de origem judaica e que os seus ascendentes eram cristãos velhos e de tão nobre linhagem como qualquer um dos presentes, o que provou, nenhuma justificativa de incapacidade poderia ser alegada contra ele e que era evidente que se tratava somente de uma perfídia, foi declarado capaz pelos delegados. Por esse motivo retiram-se (em protesto) os Srs. Stachhouwer e de Ridder, recusando-se a prestar juramento". (102)

Em 1641 Paulo Antônio Daems, escolteto de Maurícia, pediu a expulsão de um rico judeu, Gaspar Francisco da Costa, "porque ele se tinha feito circuncidar, segundo o uso judaico",

(101) A Representação encontra-se in **BPB**. É uma longa exposição — escrita sem cuidados literários, ainda mais alinhavadamente do que a maioria das cartas do tempo. Além dos trechos mais interessantes que resumimos, para dar uma idéia desse "panfleto anti-semita", como o chamou **Waetjen**, ainda são tratados diversos outros pontos; **Waetjen, Das Judentum**, cit., dá uma versão livre da Representação, pp. **37/38**.

(102) Dag. Notule de 21 de setembro de 1637. Parece ficar certo que Gaspar Dias Ferreira não tinha sangue de judeu. Veja-se, também, Varnhagen, **História das Lutas**, cit., p. **322**.

bem como que todos os seus bens fossem confiscados. (103) Em 1642 ocorreu outro fato que ilustra também a forte odiosidade contra os israelitas: um judeu, Moisés Abendana, cheio de dívidas, enforcou-se. Foi uma agitação geral entre os seus credores, muitos dos quais holandeses. A Câmara de Escabinos tomou, então, uma resolução inesperada: proibiu o enterro do judeu e determinou que o corpo fosse posto em exposição em uma forca. Era uma tentativa de desprestigiar os marranos e alertar os moradores contra a nação judaica. (104) No mesmo ano de 1642 um judeu blasfemador foi torturado, o que causou revolta entre os seus correligionários. (105)

Todos estes fatos repercutiram na Holanda; a Comunidade Israelita de Amsterdam protestou contra isso declarando que os "escabinos do tribunal de Maurícia estavam introduzindo uma espécie de inquisição" em Pernambuco. (106) Os judeus do Recife fizeram também o seu protesto contra a violenta campanha que lhes moviam os flamengos. O Alto Conselho achou oportuno fazer publicar um edital no qual declarava que vinha empregando todos os meios para que os holandeses e os judeus conduzissem em paz e tranqüilidade os seus negócios, sob a obediência de uma autoridade comum; não obstante isto indivíduos turbulentos de uma e outra parte vinham contribuindo não somente para lançar uns contra os

(103) Dag. Notule de 22 de fevereiro de 1641: os moradores judeus protestaram por escrito contra o fato, que vinha "contrariar os privilégios e favores concedidos à nação judaica pelos Muitos Poderosos Snrs. Estados Gerais, Sua Alteza o Príncipe de Orange e os Nobres Srs. Diretores da WIC", tendo sido mandado sustar o processo intentado por Daems.

(104) Dag. Notulen de 5 e 6 de agosto de 1642. Pelo débito, de Abendana, de 12.000 florins, responsabilizaram-se os seguintes judeus: Duarte Saraiva, Jacob Senhor, Mardochai Abendana e João da Fonseca: ver a respeito o requerimento dirigido a Nassau por comerciantes holandeses, datado de Maurícia, 6 de agosto de 1642 e o atestado também assinado por comerciantes holandeses, datado do Recife, 19 de agosto de 1642, ambos in DH. Nassau reformou a decisão da Câmara de Escabinos, uma vez que foram satisfeitos os credores flamengos. Sobre a prática em questão: L. Febvre, **Le Problème de l'Incroyance au 16e. Siècle** (Paris, 1942) pp. 311/312.

(105) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de Amsterdam 14 de junho de 1642. **Waetjen, Das holl. Kolonialreich** p. 233 escreveu, por se ter enganado na leitura do texto holandês, que o judeu em questão fora apedrejado. As Dag. Notulen de 14, 19 e 21 de fevereiro de 1642 indicam, sem qualquer dúvida, que fora torturado, de ordem da Câmara de Escabinos de Maurícia, para se obter dele uma confissão acerca de uma acusação de blasfêmia. O nome do judeu não está mencionado.

(106) Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de 14 de junho de 1642. Os Conselheiros verificaram que os Escabinos condenavam à morte os judeus blasfemadores, quando tal decisão não poderia ser tomada por um tribunal inferior. A decisão em questões desta natureza, exatamente como na Holanda, só poderia ser tomada pelo Conselho de Justiça.

outros e criar ódios, como, também, por meio de palavras injuriosas e afrontas, instigar desforços pessoais, com o que não se poderia esperar para a colônia senão desordem e malestar. Tendo verificado que conselhos e avisos nestes casos poucos frutos haviam produzido, determinava no edital que ninguém, de qualquer condição que fosse, empregado ou não da Companhia, continuasse a injuriar, com palavras ou atos, qualquer pessoa de qualquer nação, religião ou condição, ou ainda a fazer injuriar por meio de negros ou escravos, ou ainda a dar ocasião a isso, sob pena de serem os perturbadores do sossego público castigados fisicamente. (107)

Mas é fato que os judeus iam, inegavelmente, apoderando-se dos principais negócios da colônia: o comércio a retalho, a venda de açúcar, os contratos para cobrança de impostos, a venda dos negros, a corretagem. No Brasil gozavam eles de direitos que em Amsterdam não lhes eram concedidos, como manter lojas ou ter solicitadores seus no foro. (108) Uma eficiente organização de correspondentes na Holanda permitia aos judeus do Recife agir com presteza; despachos de açúcar ou remessas de víveres eram nas mãos dos marranos que prontamente eram solucionados. (109) Em momentos em que a colônia se aper-

(107) O edital acima resumido está incluído na Dag. Notule de 22 de novembro de 1641. Uma das afirmativas destinadas a criar rancor pela nação judaica do Recife era de que os seus membros haviam feito circuncidar cristãos e possuíam empregadas e concubinas cristãs. É ponto muitas vezes referido. Os judeus acharam necessário desmentir o fato, esclarecendo que não haviam circuncidado senão alguns portugueses que, com a liberdade de religião, puderam professar livremente a crença dos seus maiores. Que nenhum dentre eles tinha empregados cristãos, a não ser dois casais que têm, cada um deles, 9 ou 10 filhos e que vivem em muita paz: Dag. Notule de 31 de janeiro de 1645. O Alto Conselho, transmitindo ao Conselho dos XIX estes esclarecimentos, confirma as declarações dos judeus: "não nos consta que os judeus tenham empregados cristãos consigo, muito menos concubinas ou prostitutas cristãs, nem nunca ouvimos que algum holandês ou pessoa de outra nação tenha sido por eles circuncidada, mas alguns portugueses de ascendência israelita, que no tempo dos espanhóis se diziam cristãos, fizeram-se circuncidar, depois que publicamente se declararam de religião judaica, como aconteceu com muitos dentre os moradores portugueses": Gen. Missive datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645.

(108) Bloom, "Brazilian Jewish History", cit., pp. 66 e 102. Os Escabinos de Maurícia solicitaram que as restrições impostas aos judeus em Amsterdam fossem estendidas ao Brasil: "Concept bij het Collegie van Scholteth ende Schepenen", datado de Maurícia, 3 de agosto de 1652, in **BPB**.

(109) Há denúncias de que os judeus usavam de suborno para obter preferência no embarque de suas caixas de açúcar ou das de seus fregueses. Vejam-se a respeito a Dag. Notule de 27 de janeiro de 1642, a Coleção de Interrogatórios sobre a conduta do governo de Hamel, Bullestrate e Bas — onde se incluí o depoimento de Nieuhof — e o "Aenwijsinge van diversche personen", in **DH**.

tava de fome, eram em navios fretados por judeus que chegavam os primeiros víveres, muito antes que a Companhia tivesse tomado qualquer iniciativa. (110)

Cobrança de impostos sempre foi uma das atividades preferidas dos judeus. Não deixou de sê-lo em Pernambuco. É interessante verificar como, pouco a pouco, os contratos para cobrança de impostos foram passando para as mãos dos israelitas. Esta atividade criou-lhes terríveis antipatias de parte dos lavradores e senhores de engenho. (111)

Os documentos consultados transmitem-nos ainda as queixas do tempo contra o açambarcamento do comércio de escravos por parte dos judeus. Nisto foram auxiliados pela própria Companhia, que preferia vender os negros à vista do que a prazo, o que não beneficiava aos senhores de engenho e lavradores. A venda à vista não favorecia a classe produtora, geralmente endividada. Este assunto, de como deveriam ser realizadas as vendas de escravos, é dos que surgem com freqüência nas páginas das Dagelijksche Notulen ou das Brieven. (112) Nassau abordou a questão longamente em um relatório aos Estados Gerais, quando de seu regresso à Holanda. (113) Alegava o Conde que a venda em leilão, com pagamento à vista, "não

(110) Vejam-se os exemplos citados por Bloom, "Brazilian Jewish History", cit., pp. 67/68.

(111) Com dados colhidos das Dag. Notulen de 30 de julho de 1636, 12 de agosto de 1638, 11 de agosto de 1639, 31 de julho de 1641, 31 de julho de 1642, 31 de julho de 1643, 2 de agosto de 1644 e 31 de julho de 1645, pudemos resumir:

Anos	Totais dos contratos Florins	Participação de judeus	Percentagens
1636	5.650	5.650	100%
1637	200.216	97.000	48,4%
1638	280.900	206.800	73,6%
1639	226.100	180.300	80%
1641	292.100	28.200	9,7%
1642	357.850	192.400	54%
1643	298.200	246.100	82,5%
1644	206.700	189.000	91,6%
1645	228.086	282.191	80%

(112) Entre outras, as Dag. Notulen de 4 de maio e 22 de setembro de 1643, 29 de julho e 24 de outubro de 1644 as cartas do Conselho dos XIX ao governo de Pernambuco, datadas de 18 de abril de 1642, 3 de agosto e 24 de outubro de 1643, 31 de agosto de 1644, as Gen. Missiven ao Conselho dos XIX, datadas do Recife, 12 de junho de 1643 e 26 de julho de 1644.

(113) Relatório dirigido aos Estados Gerais, de 1644, in DH.

atraía outros compradores senão alguns judeus, que sabem manejar o dinheiro, com o que resulta, de um lado, que sendo eles os únicos concorrentes fazem baixar o preço de arrematação segundo os seus desejos, sendo a Companhia obrigada a vender pelo melhor lance, e por outro lado não são favorecidos os lavradores — em contrário à vossa intenção — de vez que a estes os judeus entregam os negros por três vezes o preço que lhes custaram". Outros documentos confirmam as palavras de Nassau, que sempre toca com lucidez os problemas brasileiros do seu tempo — alguns, ainda, problemas do nosso tempo. A Companhia, sempre ávida por dinheiro, com a sua caixa permanentemente vazia — como consta de documentos oficiais — dava preferência à venda à vista. Chegou a vender lotes ou carregamentos inteiros de escravos a judeus, como se o comércio negreiro fosse um simples negócio, não se atentando à necessidade que o fizera surgir. (114) Em certa ocasião adiou-se um leilão de escravos considerando-se que coincidia com um dia de festa dos judeus, que não poderiam, por isto, comparecer. (115)

Desta forma não é de admirar que em alguns partidos a cana começasse a ser abafada pelo mato; (116) que alguns senhores de engenho preferissem abandonar as suas terras a se deixar explorar tão cruelmente pelos judeus. (117)

Foram também como corretores que os judeus dominaram a vida comercial da colônia. Especialmente o corretor judeu *sefardi*, pode-se precisar. O que manejava as línguas holandesa e portuguesa. Este conhecimento proporcionou-lhes uma enorme superioridade sobre os concorrentes flamengos. Já é fato salientado pelos próprios holandeses: "a grande superioridade que os judeus têm sobre os nossos é que eles usam a mesma língua dos naturais do país", de modo que os principais negócios lhes passavam pelas mãos, observação que não passou despercebida a Frei Calado. Por isto os serviços deles eram

(114) Dag. Notule de 12 de fevereiro de 1643.

(115) Dag. Notule de 20 de outubro de 1644. O dia da festa era a sexta-feira, 21 de outubro. Veja-se, também, a Dag. Notule de 27 de maio de 1644.

(116) Dag. Notulen de 21 de outubro de 1641 e 4 de maio de 1643. O Alto Conselho reconhecia que os negros eram vendidos "cada dia a maiores preços e a maiores juros".

(117) Nótulas da viagem de Adriaen van Bullestrate, especialmente a nótula de 18 de dezembro de 1641.

preferidos aos dos corretores holandeses, conforme indica um documento da época. (118) Os Mss. permitem-nos organizar uma pequena lista dos principais corretores judeus, o mais antigo dos quais parece ter sido Moisés Navarro (119)

Entre eles incluiam-se alguns dos membros mais ricos da capital do Brasil holandês: os que se davam ao luxo de construir casa na Rua do Bode. Os que desejaram contratar os serviços do Dr. Piso, quando da partida do Conde de Nassau, como médico da nação judaica do Recife. (120) Os que ofereceram a João Maurício uma contribuição anual de 3.000 florins se quisesse permanecer no governo da colônia. (121) Mas a nação judaica era grande (122) e havia no seu seio muito

(118) Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642. Nela informava-se que os moradores holandeses desejavam ver coibidas as atividades dos judeus "de vez que todo o comércio está a passar para as mãos deles". Reconhecem, porém, que "diminuir o número de corretores judeus não trará senão uma pequena melhoria para a situação, de vez que os da nossa própria nação servem-se comumente deles sem que empreguem os serviços dos corretores patrícios". Aliás é fato a sallentar que os israelitas **sefardim** usavam entre si no Recife a língua portuguesa; alguns documentos que nos restam desta procedência demonstram isto. Como a carta do judeu Bento Henrique ao Conde de Nassau, datada do Recife, 19 de maio de 1630 (sic), existente na Coleção de Cartas pertencentes ao Conde de Nassau, in **DH** e o requerimento redigido em holandês e assinado por várias instituições da colônia — a Câmara de Escabinos de Maurícia, o Conselho de Guerra dos burgueses, a Curadoria de Orfãos, pelos comissários, o Conselho Eclesiástico — e também por Abraham de Azevedo e Jacob Navarro que fazem constar do documento em língua holandesa, a sua qualidade de "Cometidos por anasão Judaiqa" (sic): Dag. Notule de 31 de janeiro de 1650; Frei Calado, **Valeroso Lucideno** I, pp. 115/116.

(119) Dag. Notule de 6 de novembro de 1635. Corretores judeus foram também, entre outros: Isaac de Lafaia, Abrahão de Tovar, David Lopes, Simão Vaz da Fonseca, Daniel de Crasto, Isaac Nahamias, Simão Drago, Jacob Henriques, Abrahão Aboab, Abrahão Cohen, Daniel Dormido, Elias Burgos e Jacob Nunes.

(120) Dr. Piso, porém, não aceitou a oferta: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 10 de maio de 1644. Esta Gen. Missive refere-se a um médico judeu que voltou à Holanda, mas não lhe indica o nome. Médico era o Dr. Abraham de Mercado, cuja atividade científica não o impedia, porém, de comerciar: Dag. Notulen de 4 de agosto e 17 de setembro de 1647. Diversos autores referem também que os judeus quiseram adquirir o palácio Vrijburg para transformá-lo em sinagoga, mas não é fato que surja nos documentos que examinamos.

(121) Carta dos representantes da nação judaica a Nassau, sem data, mas de 1641, in **BSN**.

(122) Com a documentação Ms foi-nos possível organizar uma lista de membros da nação israelita residentes em Pernambuco: Abraham Aboaf ou Aboab, Abraham Abeneha, Abraham de Azevedo, Abraham Calvo, Abraham Cohen, Abraham da Costa, Abraham Gomme ou Gama, Abraham Jacob Rodrigues, Abraham Martins, Abraham de Mercado, Abraham Re-

judeu pobre. Judeu que se enforcava para escapar aos credores. (123) Ou fugia, pelo mesmo motivo. (124) Em 1645, pouco depois do início da revolução, Moisés Navarro pediu ao Alto Conselho que adiasse a cobrança das dívidas dos seus correligionários, alegando "a extrema pobreza da nação judaica, tão grande que mesmo pessoas de importância viam-se na contingência de viver de esmolas". (125)

---

dondo, Abraham Solam, Antônio Mendes Dias, Aron Navarro, Aron de Pina, Baltasar da Fonseca, Benjamin de Pina, Bento Henriques, Daniel Dormido, Daniel Gabilho. David Alvares, David Atias, David Brandão, David Gabai de Maris, David Israel, David Jeseron Coelho, David Parede. David Rodrigues, David Senior Coronel, David Torres, Diogo de Mesquita. Duarte Saraiva, Elias Burgos, Elias Machorro, Emanuel Abendana, Efraim Soeiro, Fernando Martins da Silva, Fernão do Vale, Francisco Faria, Gabriel Castanho, Gaspar Francisco da Costa, Gil Corrêa, Isaac Aboab, Isaac de Aguiar, Isaac Castanho, Isaac da Costa, Isaac Franco Drago, Isaac Gracel, Isaac Navarro, Isaac Pacheco, Isaac Russon, Isaac Senah, Jacob Aboab Jacob Baruch, Jacob Carrillo, Jacob Cohen, Jacob Drago, Jacob Franco. Jacob Fundão, Jacob Gabay Corrêa, Jacob Henriques, Jacob de Lemos, Jacob Levi Pereira, Jacob Mocata, Jacob Mose Aaron, Jacob Navarro, Jacob Nunes, Jacob Rosel. Jacob Senhor, Jacob Serrano, Jacob Valverde, Jacob Zacuto, Jacque Franco, Jehosua Velozino, João Fonseca, João Torres, Josef Abenaca, Josef Alvares, Josef Athias, Joseph Frances, Luis Guimarães, Luiz de Mercado, Manuel Martins, Manuel Peres da Mota, Mardochai Abendana. Michael Cardoso, Miguel Roiz Mendes, Moisés Aaron, Moisés Abendana. Moisés Aboab, Moisés Cohen Henrique, Moisés da Cunha, Moisés de Leon. Moisés Menees, Moisés Navarro, Moisés Nehemias de Castro, Moisés Neto. Moisés Nunes, Moisés d'Oliveira, Moisés Rafael de Aguilar, Moisés Zacuto. Salomon Abinum, Salomon Dormido, Salomon Mosafia, Samuel Frazão Simon Pinto, Simão Rodrigues Vila Real. Documento valioso, se o possuíssemos, seria a lista de todos os elementos judeus do Recife, que o governo holandês organizou a pedido de Francisco Barreto de Menezes, conforme consta da Dag. Notule de 21 de fevereiro de 1654.

(123) O caso de Moisés Abendana: Dag. Notulen de 5 e 6 de agosto de 1642 e requerimento e atestado assinados ambos por diversos holandeses (documentos in **DH**) e datados de 6 e 19 de agosto de 1642, respectivamente.

(124) Luiz de Mercado fugiu, sendo devedor à Companhia de 11.824 florins: Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 26 de fevereiro de 1648. Com dívidas aparecem, também, outros judeus: Moisés e Israel da Cunha: Dag. Notule de 5 de fevereiro de 1644.

(125) Dag. Notule de 4 de outubro de 1645.

Reverendo Frederico Kesseler, pastor no Recife entre 1637 e 1643

Memoire

Detalhe do retrato do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), pintado por Miguel Miereveld (1567-1641) e gravado por Guilherme Delff (1580–1638), datado do ano de sua chegada a Pernambuco: 1637.

Comme le Prince Maurice de Nassau par la longue experience et observation a trouvé le moyen de replanter toute sorte d'arbres tant grands que petits, a sçavoir les grands de 30 a 40 pieds d'hauteur, et de grosseur à proportion, et cela non pas seulement en Europe, mais aussy en l'Afrique, au Brasil, oú il a planté dans son jardin plusieurs sortes d'arbres, principalement des cocos, de 60 et 70 pieds d'hauteur, et d'espesseur d'un tonneau, avec les feuilles et les fruicts, bien 2.000, sans qu'un seul en soit mort, à l'admiration de tout le monde, et touts les habitants, qui n'avoient jamais vû replanter un arbre, principalment de cette sorte, et grandeur, outre cela une quantité d'oranges, citrons, granades et autres fruitiers de ce pais lá, des resins qui portent du fruit trois mois aprés qu'ils avoient esté plantés, et cela 4 fois l'année. Les oranges et touts autres aprés avoir coupé toutes leurs branches, pour les replanter, ils avaient en six sepmaines de temp des feuilles et branches longues d'un aune et demy.

Les derniers arbres qu'il a planté l'anne 1677 dans son petit parcq à sa demeure en Bergendael proche de Cleves, il a fait faire la longeur des allées un fossé de 4 pieds geometriques de largeur, et 4 pieds de profondeur; il fait couper toutes les branches de l'arbre, hormis tout en haut, ou il laisse um petit bouquet, car en laissant plus de bois au l'arbre, la racine auroit trop a nourrir, les grandes blanches il fait couper à la longeur de 4 pieds, et les met au fond du fossé la hauteur d'un pied et demy, continuant cela aussy long que le fossé est, lá raison en est que quand les jeunes racines de l'arbre, qu'on plante, trouvent de l'ouverture, elles avancent plus d'un an,

qu'autrement en trois ou quatre, au contraire la où elles trouvent de la terre ferme et dure, laquelle jamais a esté remuée, elles demeurent longtemp a avancer, mesme elles se meurent, et comme cela ou perd le temps, le plaisir, et l'utilité de son travaille. Aprés avoir mis les faschines susd. en croissant les unes sur les autres, on prend la melieure et la plus fine terre, et on la fait tomber entre les blanches, afin que les jeunes racines trouvent de l'ouverture et nourriture, aprés cela on met la bonne terre à l'hauteur d'un pied et demy sur les faschines.

Quant a l'arbre mesme, on luy laisse tant de racines qu'il est possible, 5 ou 6 pieds de longeur, a sçavoir de chaque costé de l'arbre trois pieds, et le plantont dans le fossé sur cette terre, où on a mis la terre de la hauteur d'un pied et demy; on tourne fort facilement l'arbre d'un costé à l'autre, pour accomoder et ranger les racines, pour tout il faut observer qu'on ne met la racine profond sous terre. Nous avons dit cy devant, que le fossé n'a que 4 pieds de profondeur, et asteur rempli des faschines d'hauteur d'un pied et demy, et de la bonne terre aussy d'un pied et demy, en sorte qu'il ne reste pour la racine de l'arbre un pied, sur lequel il faut planter l'arbre, et afin qu'il ne tombe pas, ou couvre la racine avec de la bonne terre, ou de la melieure qu'on trouve, en forme d'une buté de terre, à l'hauteur comme il a esté cy devant en terre, et pas d'avantage, car la racine a aussy bien necessité de soleil que de l'humidité.

Il faut sçavoir qu'avec le temps les faschines pourissent et la terre fresche, avec laquelle les faschines sont couvertes, s'abaisse, l'arbre s'enfonce tout doucement, quant es quant egal au terrein, si s'enfonce pas tout a fait egal au terrein, n'importe, qu'il y demeure une hauteur ou une bute.

La raison porquoi il faut planter les arbres dans les fossés, et non pas dans les trous, est, qu'on peut mieux abesser l'arbre d'un costé et d'autre, afin qu'avec des batons on peut mieux fouler la bonne terre parmis les racines. N. B. car il ne faut pas qu'aucune concavité demeure sous l'arbre parmi les racines. Et puisque tous les fossés sont accomodés et preparés comme susdit, les arbres ont l'espace d'avancer leurs racines l'une parmi l'autre. On plante le grands arbres l'espace de 20 pieds l'un de l'autre, et trois petits ou jonnes ou autant qu'on veut, mesme une haie entre deux.

En ce paia cy on plante ordinairement au mois d'Octobre jusques au mois de Frevier, selon que la gelée, niege et temp le permet, mais le Prince de Nassau [ne?] s'attache point

aux mois d'hyver là où on est accostumé de planter, mais il y a dix ans passés, qu'il a planté a Cleves des fruitiers avec leurs fleurs, et des autres arbres au mois de juin, et que sont tout revenus, et ont porté leur fruit, jusques à present. Et comme les plantages, qu'il a fait au Brasil, lá où il fait tousjours été, et un temp chaud, tousjours ont bien reussis ce que luy a fait prendre la resolution, de planter avec de l'eau. Ce qui est dit cy desus, c'est des arbres communs, mais pour replanter des arbres rares et fruitiers, il a observé l'ordre suivante.

Si on veut planter des arbres rares dans un jardin, ou a un autre lieu, où le terrein est le plus meschant, qu'on se peut imaginer, mesme sur un roché, il faut suivre l'ordre suivante. On fait un trou de 8 ou 9 pieds de large en diametre, pour donner de l'espace à la racine, et 5 pieds de profondeur, au fond ou met du fumié des chevaux, qui est bien pourri, l'hauteur d'un pied et demy bien trampé avec les pieds, sur le fumié on met la hauteur d'un demy pied de la bonne terre, et couvre avec cela tout le fumié, sur la terre on met des fagots, ou toute sorte de bois en croisant, et mesme des pierres parmy, melant ou jettant la plus fine terre parmy ce bois et pierres, afin que la jeune racine, comme susdit, trouve de l'ouverture et nourriture, sur ce bois on met un pied de la bonne terre, et l'arbre avec sa racine desus, l'accomodant comme susdit, afin qu'il ne tombe point, et qu'il croisse tout mieux, il faut observer, qu'on otte au l'arbre les plus grands branches, et luy laisse une mediocre ou petite couronne.

Si on veut planter les arbres fruitiers ou rares en forme des allées, il faut faire un fossé, de la longeur comme l'allée doit estre, et large de 6 pieds, et 5 pieds de profondeur, et y mettre du fumié, et accomoder les fossés comme susdit. Pour bien tirer les arbres avec leurs racines, afin qu'ils croissent indubitablement, il faust sçavoir que c'est une petite science et observation particuliere, dont il n'est pas possible de pouvoir s'expliquer par la plume, mais il faut necessairement estre present et voir comment on travaille, et afin qu'il ne se passe point des fautes ou abus en tout ce qui est dit au regard des plantages, le Prince Maurice envoyera son jardinier où bon on trouvera, luy mesme pourra enseigner la façon du chariot, sur lequel on a transport ces grands arbres avec les grandes racines.

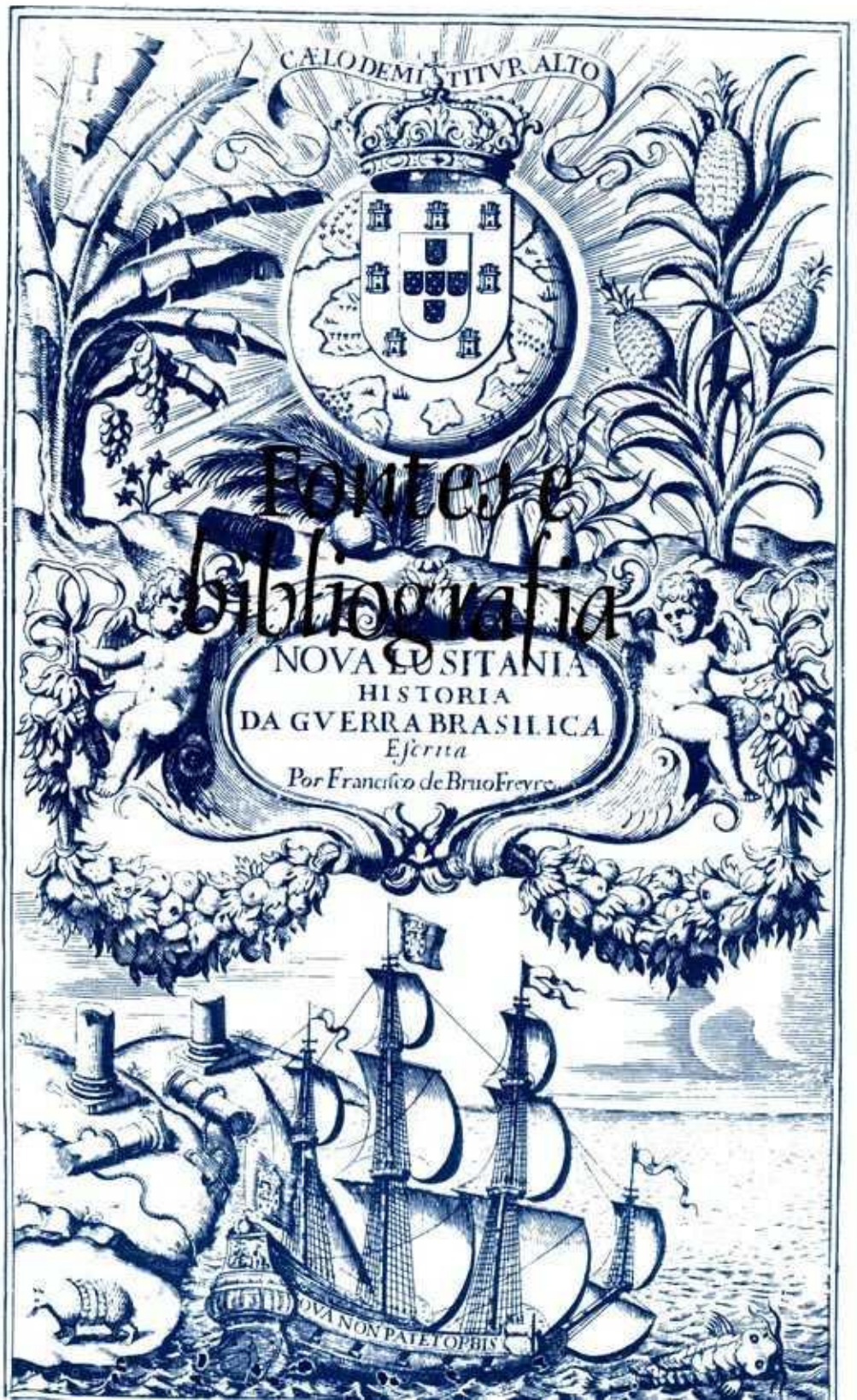
Et afin qu'on donne foi au Memoire cy dessus, le Prince Maurice, qui a planté de sa vie plus de 400.000 arbres de toute sorte, hormis un nombre innumerable de plus communs, dont ses gens n'ont point tenu compte, mais bien des principaux

arbres, à sçavoir au Brasil, à Cleves, à sa Comte de Siegen en Allemagne, à Lonnenbourg, la residence du maistre de l'ordre de St. Jean à Wesel, lá où il a esté autrefois gouverneur, et à la Haye, par quelle quantité il a trouvé l'expedient de reussir aux plantages, mesmes des grands arbres, et comme cela il peut avec plus de seureté verifier la susdite Memoire avec sa propre subscription.

Fait a Bergendael proche de Cleve ce 24 d'Avril 1679.

Esta memória era destinada ao Marechal d'Estrades em Nimegue, a qual Nassau fez acompanhar de uma carta sua, onde diz: ..."j'envoys icy une memoire, en quelle façon j'ay planté les arbres en l'Afrique au Brasil et en l'Europe, ...craignant toutefoys que je ne me suis pas ásses bien et clairement explique icy, car il y a des fort petits choses à observer au reguard des racines, ce qui est impossible de pouvoir expliquer par la plume,...". A carta tem a mesma data da Memória.

Vista de Olinda, de autoria de Frans Post para o livro de Gaspar Barlaeus (1647).



Fonte e Bibliografia

Folha de rosto do livro **Nova Lusitânia História da Guerra Brasílica**, de Francisco de Brito Freire, impresso em Lisboa em 1675.

Este livro foi escrito utilizando-se a documentação copiada na Holanda em 1885-86 sob a direção de José Hygino Duarte Pereira (1846-1901) e de propriedade do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que promoveu a pesquisa. Para facilitar o confronto do material aqui utilizado, a partir das cópias referidas, com os textos (em boa parte conservados em originais) existentes no **Algemeen Rijksarchief** da Haia, onde José Hygino realizou a maior parte do seu trabalho, indico abaixo os maços do referido Arquivo onde podem ser encontrados os documentos aqui citados.

I — FONTES MANUSCRITAS

West-Indische Compagnie (Oude ou Eerste Compagnie)

Uitgaande Brieven	livro	8,	1629-42
	"	9,	1642-47
	"	10,	1644-57
Brieven en Papieren uit Brazilie	maço	46,	Relações diversas
	"	49,	1630-32
	"	50,	1633-35
	"	51,	1636
	"	52,	1637
	"	53,	1638
	"	54,	1639
	"	55,	1640
	"	56,	1641
	"	57,	1642
	"	58,	1643
	"	59,	1644
	"	60,	1645
	"	61,	1646
	"	62,	1646
	"	63,	1647
	"	64,	1648
	"	65,	1649
	"	66,	1650-51
	"	67,	1652-55

Dagelijkse Notulen " 68, 27.iii.1635-5.i.1641
" 69, 1.i.1641-12.iii.1643
" 70, 13.iii.1643-7.ix.1645
" 71, 8.ix.1645-22.viii.1647
" 72, 23.viii.1647-3.xii.1648
" 73, 3.xii.1648-6.xii.1649
" 74, 6.xii.1649-15.xii.1651
" 75, 16.xii.1651-9.iv.1654

II — FONTES IMPRESSAS

Andrade, Antônio Galvão de — **Arte de Cavalaria de Gineta e Estardiota, bom primor de serrar e alveitaria** (Lisboa, 1678)

Baerle, C. — **Nederlandsch Brazilie Onder Het Bewind van Johan Maurits Grave van Nassau** etc., (Haia, 1923). Cita-se, também, a tradução brasileira, intitulada **História dos Feitos Recentemente Praticados ...no Brasil... sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau,** etc. (Rio, 1940) tanto a edição **in folio** quanto a in 4.º

Baers, João — **Olinda Conquistada. Narrativa do Padre... traduzida do holandês por Alfredo de Carvalho** (Recife, 1898)

Baro, Roelof — **Relation du Voyage de... au Pays des Tapuies, dans la Terre-Ferme du Brasil,** etc. (Paris, 1651)

Brandt in Brasilien. Gedruct in 't Iaer ons Heeren 1648

Brandão?, Ambrósio Fernandes — **Diálogos das Grandezas do Brasil** (Rio, 1930)

Brasilsche Breede Byl; Ofte T'Samen-Spraek tussehen Kees Jansz. Schott ...en Jan Maet... 1647

Brasilsche Gelt-Sack... Gedruckt in Brasilien op 't Recliff 1647

Brasyls Schuyt-Praetjen... 1649

Breve Relaçam dos Ultimos Sucessos da Guerra do Brasil (Lisboa, 1654)

Calado, Frei Manuel — **O Valeroso Lucideno ou Triunfo da Liberdade** 2 vls. (Recife, 1942)

Castro, D. Henriques de — **Keur van Grafsteenen op de Nederl. — Portug. — Israel. Begraafplaats te Ouderkerk aan den Amstel.** (Leiden, 1883)

Coelho, Duarte de Albuquerque — **Memórias Diarias de la Guerra del Brasil** (Madrid, 1654)

"Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes, 1608-1612", **Anais da Biblioteca Nacional** vol. lviii (Rio, 1939)

"Deductie vervattende den oorspronck ende progres van de vaert ende handel op Brasil uyt dese Landen" em J. W. IJzerman, **Journal van de reis naar Zuid Amerika... door Hendrik Ottsen** (Haia, 1918)

Denunciações de Pernambuco. Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (São Paulo, 1929)

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (em curso de publicação)

Essai Historique sur la Colonie de Surinam... Avec l'Histoire de la Nation Juive Portugaise & Allemande y Etablie... le tout redigé sur des pièces authentiques y jointes & mis en ordre par les Regens & Representants de la dite Nation Juive Portugaise (Paramaribo, 1788)

Freyre, Francisco de Brito — **Nova Lusitania. História da Guerra Brasílica** (Lisboa, 1675)

Graeff, Nicolaus de — **Reysen van... na de vier gedeels des Werelds** (Hoorn, 1701)

Hakluyt's Collection of the Early Voyages, Travels and Discoveries of the English Nation, 5 vls. (Londres, 1809-12)

Hemmersam, Michael — **West-Indianische Raisebeschreibung** (Nürnberg, 1663) incluído na coleção **Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegsleuten im dienst der Niederlaendischen West-und Ost-Indischen Kompagnien** vol. I (Haia, 1930)

Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram em Pernambuco e dos Prédios Edificados ou Restaurados até 1654, 2a. ed. (Recife, 1940)

Jaboatão, Frei Antônio de Santa Maria — **Novo Orbe Seráfico Brasílico** 4 vls. (Rio 1858-62)

Jesus, Frei Raphael de — **Castrioto Lusitano** (Lisboa 1679)

"Journaux et Nouvelles tirées de la bouche de Marins Hollandais et Portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil". **Anais da Biblioteca Nacional** vol. xxix (Rio, 1913)

Laet, J. de — **L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales** (Leiden, 1640)

— **Iaerlyck Verhael van de Verrichtingen der Geoctryeerde West-Indische Compagnie** 2.a ed., 4 vls. (Haia, 1931-37)

— **Nieuvve Werelt ofte Beschrijvinghe van VVest-Indien** (Leiden, 1630)

Leupe, P. A. — **Inventaris der Verzameling Kaarten berustende in het Rijks-Archief** (Haia, 1867)

Lyste van 't ghene de Brasil jaerlijcks can opbrengen.

Melo, D. Francisco Manuel de — **Epanáforas de Vária História Portuguesa** 3.a ed. (Coimbra, 1931)

Moerbeeck, Jan Andries — **Redenen, Waeromme de VVest-Indische Compagnie dient te trachten Het Landt van Brasilia den Coninck van Spangien ontmachtigen**, etc. (Amsterdam 1624)

Montanus, Arnoldus — **De Nieuwe en Onbekende Wereld: of Beschrijving van Amerika en Zuid-Land** (Amsterdam, 1671)

Moreau, Pierre — **Histoire des Derniers Troubles du Brésil entre les Hollandois et les Portugais** (Paris, 1651)

Nieuhof, Joan — **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil** (São Paulo, 1942)

Relaçam Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife (Lisboa, 1654)

Reys.boeck van het rijcke Brasilien, Rio de la Plata ende Magallanes.. alles met copere platen uytghebeelt... 1624

Richshoffer, Ambrosij — **Brasilianisch und West Indianische Reisses Beschreibung** (Strasburg, 1677) incluído na coleção **Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegsleuten im Dienst der Niederlaendischen West-und Ost-Indischen Kompagnien** vol. I (Haia, 1930)

Salvador, Frei Vicente do — **História do Brasil**, 3.a ed. (São Paulo, s.d.

Soler — **Cort ende Sonderingh Verhael van eenen Brief van Monsieur... inde welcke hy... verhaelt verscheyden singularieteyten van 't Landt** (Amsterdam, 1639)

Sousa, Antônio da Silva e — "Relação dirigida ao Rei de Portugal", **Anais da Biblioteca Nacional** vol. lviii (Rio, 1939)

Sousa, Gabriel Soares de — **Tratado Descritivo do Brasil em 1587** 3.a ed. (São Paulo, 1938)

Twee Verscheyden Remonstrantien ofte Vertogen. Overgegeven aen... de Heeren Staten Generael... Door Anthonio Paraupaba (Haia, 1657)

Usselinx, Willem — **Vertoogh, hoe nootwendich, nut ende profijtelijck het sij voor de Vereenighde Nederlanden te behouden de Vryheyt van te handelen op West Indien**, etc.

Vieira, Padre Antônio — **Obras Várias**, 2 vols. (Lisboa, 1856-57)

— **Sermões** (Lisboa, datas diversas)

Vilhasanti, Pedro Cadena de — **Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638** (Lisboa, 1941)

Wasch, C. J. — "Een doopregister der Hollanders in Brazilie", **Algemeen Nederlandsch Familieblad** vls. 5 e 6 (Amsterdam, 1888-89)

Wieder, F. C. — **Monumenta Cartographica** 5 vls. (Haia, 1925-33) especialmente vls. II e IV

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Documentos e estudos aí publicados (citada RIAP):

— Abreu, J. Capistrano de — "Memórias de um Frade" nº 65, Recife, 1907, pp. 47-63;

— "Atas da Assembléia Geral" nº 31, Recife, 1886, pp. 173-238;

— Béringer, Emile — "O porto de Pernambuco e Cidade do Recife no século XVII", nº 60, Recife, 1904, pp. 37-60;

— "Breve Discurso sobre o estado das quatro Capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande", nº 34, Recife, 1887, pp. 139-196;

— Carvalho, Alfredo de — "Os brazões d'armas do Brasil Holandês, 1638", nº 63, Recife, 1905, pp. 574-589;

— — "O Zoobiblion de Zacharias Wagner", nº 60, Recife, 1904, pp. 181-195;

— "Corsário (O) James Lancaster em Pernambuco, 1595" documento traduzido por Alfredo de Carvalho, nº 73, Recife, 1908, pp. 441-463;

— Costa, F. A. Pereira da — "As portas da Cidade do Recife, o Arco e Capela do Bom Jesus", nº 42, Recife, 1891, pp. 285-299;

— — "Vocabulário Pernambucano" nº 159-162, Recife 1937, pp. 7-763;

— "Diário ou Breve Discurso acerca da rebelião... dos portugueses do Brasil" etc., nº 32, Recife, 1887, pp. 121-225;

— "Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645". nº 56, Recife, 1902, pp. 87-96;

— "Documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos" nº 34, Recife, 1887, pp. 33-138;

— Herckmans, Elias — "Descrição geral da Capitania da Paraíba" nº 31, Recife, 1886, pp. 239-286;

— "Pareceres e Cartas de Gaspar Dias Ferreira", nº 31, Recife, 1886. pp. 323-352;

— Pereira, José Hygino Duarte — Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886, nº 30, Recife, 1886, pp. 7-110;

— "Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Indias Ocidentais" nº 31, Recife, 1886, pp. 289-310;

— Verdonck, Adriano — "Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande", nº 55, Recife, 1901, pp. 215-227.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Documentos e estudos aí publicados (citada RIHB):

— Almeida, Cândido Mendes de — "Notas para a História Pátria. 3º artigo", nº 40, Rio, 1877, pp. 277-373;

— "Batalha Naval de 1640", nº 58, Rio, 1895, pp. 1-58;

— "Cópia Fiel de algumas verbas do testamento com que faleceu o Governador João Fernandes Vieira", nº 23, Rio, 1860, pp. 387-398;

— Jaboatão, Frei Antônio de Santa Maria — "Catálogo Genealógico" nº 52, Rio, 1889, pp. 5-405;

— "Processo de Manuel de Morais" nº 70, Rio, 1908, pp. 1-165;

— "Religião (A) Cristã Reformada no Brasil no século XVII" Anais do Congresso de História vol. I Rio, 1914, pp. 709-780;

— Santiago, Diogo Lopes de — "História da Guerra de Pernambuco" nº 36, Rio, 1875, pp. 249-336;

— Souto Maior, Pedro — "Discurso" nº 75, Rio, 1913, pp. 247-266;

— "Testamento Político do Conde João Maurício de Nassau", nº 58 Rio, 1895, pp. 223-236;

— "Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil", nº 58, Rio, 1895, pp. 237-319.

III — MATERIAL SUBSIDIÁRIO

Amaral, F. P. do — **Excavações. Fatos da História de Pernambuco** (Recife. 1884)

Andrade, Goulart d' — **Algumas Notas sobre Domingos Fernandes Calabar** (Maceió, 1897)

Arni, Walter — **Das Eindringen des Niederlaendischen Elementes in der Kolonisation Brasiliens** (Tese da Universidade de Berne) (Biel. 1918)

Asher, G. M. — **A Bibliographical and Historical Essay on the Dutch Books and Pamphlets** (Amsterdam, 1854-67)

Azevedo, João Lúcio de — **Épocas de Portugal Econômico** (Lisboa. 1929)

Bello, Julio — **Memórias de um Senhor de Engenho** (Rio, 1938)

Block, P. J. — **History of the People of the Netherlands** (Londres e Nova York, 1896)

Bloom, Herbert I. — "A Study of Brazilian Jewish History, 1623-54". **Publications of the American Jewish Historical Society** nº 33 (1934) pp. 43-125

— **The Economic Activities of the Jews of Amsterdam in the 17th & 18th Centuries** (Williamsport, 1937)

Brakel, S. van — "Bescheiden over den slavenhandel der West-Indische Compagnie", **Economisch-Historisch Jaarboek** vol. 4 (Haia, 1918) pp. 47-83

Brandão, Moreno — **Monografia do Município de Penedo** (Maceió, 1936)

Brodhead, J. R. —**History of the State of New York** 2 vls. (Londres, 1853)

Cardoso, Joaquim — "Observações em torno da história da Cidade do Recife no período holandês", **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** vol. 4 (Rio, 1940) pp. 383-406

Carvalho, Alfredo de — **Aventuras e Aventureiros no Brasil** (Rio, 1930)

— **Estudos Pernambucanos** (Recife, 1907)

Casal, Manuel Ayres do — **Corografia Brasílica** 2 vols. (Rio, 1817)

Caseudo Luiz da Câmara — Discurso proferido em 12 de dezembro de 1933 perante o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, **Diário de Pernambuco** de 19 de dezembro de 1933

Costa, F. A. Pereira da — "A Basílica de N. S. do Carmo do Recife", **Diário de Pernambuco** de 21 de setembro de 1922

— "Histórico sobre o Carmelo Pernambucano", MS do arquivo do Convento do Carmo do Recife

Costa, Lúcio — "A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil", **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** vol. 5 (Rio, 1941) pp. 9-100

"Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649", **Comemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, 1603-1903** (Fortaleza, 1903)

Driesen, Ludwig — **Leben des Fuersten Johann Moritz von Nassau Siegen** (Berlim, 1849)

Edmundson, George — "The Dutch on the Amazon and Negro in the 17th Century", **The English Historical Review** vol. 18 (Londres, 1903)

— "The Dutch Power in Brazil. I. The struggle for Bahia, 1624-27", **idem** vol. 11 (Londres, 1896) pp. 231-259

— "The Dutch Power in Brazil. II. The First Conquest", **idem** vol. 14 (Londres, 1899) pp. 676-699

Elias, Johan E. — **Het Voorspel van den eersten Engelschen Oorlog** 2 vls. (Haia, 1920)

Euwens, P. A. — "De eerste Jood op Curaçao", **De West-Indische Gids** ano 12 (Haia, 1930) pp. 360-366

Exposição Holandesa (Paris, 1921)

Febvre, Lucien — **Le Problème de l'Incroyance au 16e Siècle** (Paris, 1942)

Ferraz A. L. Pereira — **Terra da Ibirapitanga** (Rio, 1939/41)

Ferreira, Júlio Pires — **Institutos Jurídicos Coloniais, Influência Holandesa** (Recife, 1895)

Fonseca, A. J. V. Borges da — **Nobiliarquia Pernambucana** 2 vls. (Rio, 1935)

Freyre, Gilberto — **Casa-Grande & Senzala** (Rio, 1933)

— **Conferências na Europa** (Rio, 1938)

— "Cozinha Pernambucana", **Espelho** nº 22, ano III (Rio, 1937) pp. 10-12

— **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife** (Recife 1934)

— **Nordeste** (Rio, 1937)

— **Sobrados e Mucambos** (São Paulo, 1936)

Gallandat, H. — **Noodige Onderrichtingen voor de Slaafhandelaaren** (Middelburg, 1769)

Gedenkboek Nederland-Curaçao, 1634-1934 (Amsterdam, 1934)

Graetz, H. — **Volkstuemliche Geschichte der Juden** 3 vls. (Berlim, 1923)

Hamelberg, J. H. J. — **De Nederlanders op de West-Indische Eilanden** 4 vls. (Amsterdam, 1901-09)

Henderson, James — **A History of the Brazil** (Londres, 1821)

Hollanda, Sérgio Buarque de — **Raízes do Brasil** (Rio, 1936)

Honorato, Manuel da Costa — **Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco** (Recife, 1863)

Jonge, J. K. J. de — **De Oorsprong van het Neerland's bezittingen op de Kust van Guinea** (Haia, 1871)

Kadletz, Theodor — **Die Alten Festungswerke von Pernambuco** (Recife, 1937)

Kayserling, M. — **Biblioteca Española-Portuguesa-Judaica** (Strasbourg, 1890)

— "The earliest Rabbis and Jewish Writers of America", **Publications of the American Jewish Historical Society** nº 3 (1895), pp. 13-20

— "The first Jewish Author in America", **idem** nº 5 (1897) pp. 125-136

Koenen, H. J. — **Geschiedenis der Joden in Nederland** (Utrecht, 1843)

Kohut, G. A. — "Early Jewish Literature in America", **Publications of the American Jewish Historical Society** nº 3 (1895) pp. 103-147

— "Les Juifs dans les Colonies Hollandaises", **Revue des Études Juives** nº 31 pp. 293-297

— "Who was the First Rabbi of Surinam?", **Publications of the American Jewish Historical Society** nº 5 (1897) pp. 119-124

Kossmann, E. F. — "Haagsche Uitgevers van de Zeventiende en Achttiende Eeuw. De beide Haagsche Uitgevers Hendrik Hondius", **Het Boek Nieuwe Reeks** vol. XXII fasc. 3 (Haia, 1933-34) pp. 275-288

Leite, Serafim — **História da Companhia de Jesus no Brasil** 4 vls. (Lisboa, 1938 e Rio, 1943)

Lettres de Quelques Juifs Portugais, Allemands et Polonais a Mr. de Voltaire 3 vls. (Lyon, 1822)

Lima, M. de Oliveira — "A Nova Lusitânia", **História da Colonização Portuguesa do Brasil** vol. III (Porto, 1924) pp. 287-323

Lino, Raul — **L'Architecture Domestique au Portugal** (Lisboa, 1937)

Lopes, David — **A Expansão da Língua-Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII** (Barcelos, 1936)

Madariaga, Salvador de — **Hernán Cortés** (Buenos Aires, 1941)

Mello, Antônio Joaquim de — **Biografias de Alguns Poetas e Homens Ilustres da Provincia de Pernambuco** 3 vls. (Recife, 1856-59)

Mello, José Antônio Gonsalves de — "A Situação do Negro sob o Domínio Holandês", **Novos Estudos Afro-Brasileiros** (Rio, 1937)

Naber, S. P. l'Honoré — **De Nederlanders in Guinee en Brazilie** (Haia, 1931)

Navorscher, De Ano 48 (Utrecht, 1898) pp. 557-561

Oppenheim, Samuel — "An Early Jewish Colony in Western Guiana, 1658-66", **Publications of the American Jewish Historical Society** nº 16 (1907) pp. 95-186

Pelayo, M. Menendez y — **Obras de Lope de Vega Carpio** ed. da Real Academia de España vol. XIII (Madrid, 1902)

Pidal, R. Menendez — **El Cancionero Español** (New York, 1905)

Prado, J. F. de Almeida — **Primeiros Povoadores do Brasil** (São Paulo, 1935)

Priestley, Herbert I. — **The Coming of the White Men** (New York, 1930)

Quelle, Otto — "Zacharias Wagner und sein Brasilien Werk", **Ibero-Amerikanisches Archiv** ano X nº 1 (Berlim, 1936)

Remédios, Mendes dos — **Os Judeus Portugueses em Amsterdam** (Coimbra, 1911)

Ribeiro, João — **O Fabordão** (Rio, 1919)

Richter, Paul Emil — "Zacharias Wagner", **Festschrift zur Jubelfeier des 25 jaehrigen Bestehens des Vereins fur Erdkunde zu Dresden** (Dresden, 1888) pp. 57-91

Rodrigues, José Honório (e Joaquim Ribeiro) — **Civilização Holandesa no Brasil** (São Paulo, 1940)

Rosa, J. S. da Silva — **Geschiedenis der Portugueesche Joden te Amsterdam 1593-1925** (Amsterdam, 1925)

— **Iets-over den Amsterdamschen Opperrabbijn Isaac Aboab** (Amsterdam, 1913)

Sellers, Edwin Jaquett — **Genealogy of the De Carpentier Family of Holland** (Philadelphia, 1909)

Sluiter, Engel — **The Dutch Archives and American Historical Researon** (Haia, 1928)

Solenni, Gino de — **Lope de Vega's El Brasil Restituído** (New York, 1929)

Southey, Robert — **History of Brazil** 3 vls. (Londres, 1810-19)

Souto-Maior, Pedro — **Fastos Pernambucanos** (Rio, 1913)

Souza Leão, J. de — **Frans Post Seus Quadros Brasileiros** (Rio, 1937)

Unger, W. S. — "Nieuwe Gegevens betreffende het Begin der Vaart op Guinea", **Economisch-Historisch Jaarboek** vol. 21 (Haia, 1940) pp. 194-217

Varnhagen, F. A. de — **História das Lutas com os Holandeses no Brasil** (Viena, 1871)

— **História Geral do Brasil** 3a. ed., 5 vls. (São Paulo, s.d.)

Veegens, D. — **Historische Studien** (Haia, 1885)

Vos, G. J. — **Amstels Kerkelijk Leven van de eerste zestig jaren der Vryheid** (Amsterdam, 1903)

Warnsinck, J. C. M. — "Christoffel Arciszewsky" in J. de Laet, **Iaerlyck Verhael van de Verrichtingen der... WIC** vol. IV (Haia, 1937) pp. xxv-lxxiii

Waetjen, Hermann — "Brazilie", **Gedenkboek van het Algemenn Nederlandsch Verbond, 1898-1923**

— **Das Hollaendische Kolonialreich in Brasilien** (Gotha, 1921)

— **Das Judentum uhd die Anfaenge der modernen Kolonisation** (Berlim, 1914)

— "Der Negerhandel in Westindien und Suedamerika bis zur Sklavenemanzipation", **Hansische Geschichtsblaetter** (1913) pp. 417-443

Westenbaker, Thomas Jefferson — **The Founding of American Civilization** (New York, 1938)

Índice onomástico

MAGNANIMUS VIR, D. HENRICUS CORNELIUS LONGKIUS, ROSENDALIENSIS BRABANTUS, SOCIETATIS INDIÆ OCCIDENTALIS PERMISSÆ A PROVINCIIS CONFOEDERATIS PRÆFECTUS CLASSIS STRENUISSIMUS.

Detalhe do retrato do Almirante Henrique Cornélio Lonck (1568– c 1637), pintado por Isaac Mijtens e gravado por Guilherme Hondius (c 1597 - c 1658), datado de Haia 1630.

Letra A

Aaron (Jacob Mose), 263
Aaron (Moisés), 263
Abenaca (Josef), 263
Abedana (Emanuel), 263
Abedana (Mardochai), 236, 258, 263
Abedana (Moisés), 236, 258, 263
Abeneka (Abraham), 262
Abinum (Salomon), 263
Aboab (Abraham), 262
Aboab (Jacob), 263
Aboab (Moisés), 172, 263
Aboaf (Abraham), 255, 262
Abreu (Francisco Esteves de), 106
Abreu (Gregório Lopes de), 30
Abreu (J. Capistrano de), 31, 38, 144, 210
Admirael (Elizabeth, apelidada), 124
Adolphi (Gerardus), 208
Agniet, 124
Aguiar (Isaac de), 263
Aguiar (Manuel Pacheco de), 167, 168
Aguiar (Marquês de), 95
Aguilar (Mose Raphael de), 250, 263
Alberti (Daniel), 152
Albuquerque (Álvaro Fragoso de), 234
Albuquerque (Beatriz), 30
Albuquerque (Brites de), 228
Albuquerque (D. Catarina de), 162
Albuquerque (Duarte de), 39, 228
Albuquerque (Jerônimo de), 190, 228
Albuquerque (Matias de), 39, 47, 228
Alders (Jan), 216
Almeida (Cândido Mendes de), 143
Almeida (Manuel d'), 138
Almeida (Maria d'), 37
Almeida (Paulo d'), 138
Alphen (Paulus van), 89
Alrichs (Jacob), 83
Álvares (Belchior), 70, 115, 161
Álvares, (Cristóvão), 82 93, 94
Álvares (David), 263
Álvares (Josef), 262
Álvares (Pedro), 25, 39, 40
Amaral (F.P. do Amaral), 95
Amorim (João), 30
Andrade (Antônio Galvão de), 158
Andrade (Goulart d'), 39
Andrade (João de), 195
Andrade (Pedro da Cunha de), 161, 248
Andrews (Philip), 116
Andriessen (Jan), 53
Arandoia (Francisco), 216
Ararova (199),
Araújo (Nicoláu de), 170
Arciszewsky (Chrestoffle), 24, 25, 31, 35, 36, 59, 72, 82, 100, 127, 131
Arni (Walter), 37
Aragon (David), 159
Aragon, (Jean), 115, 119, 155, 159
Asher (G.M.), 27, 28, 176
Assene (Jacob de), 142
Athias (David), 263
Athias (Isaac), 252
Athias (Josef), 263
Atsenborn (David), 98
Auton, 115
Ávila (João de Torre de), 248
Azevedo (Abraham de), 252, 262, 263
Azevedo (Antônio Paes d'), 248
Azevedo (João Lúcio de), 175, 253
Azevedo (Mateus de Freitas de), 229
Azevedo (Paulo de Araújo de), 64

Letra B

Bac, (Pieter), 53
Bacelar (Antônio Barbosa), 157
Backer, (Jan den), 51
Baerle (Caspar), 28, 29, 31, 50, 51, 56, 84, 86, 90, 91, 103, 104, 105, 121, 134, 146, 184, 216, 217, 255
Baers (Johan), 41, 77
Bagnoli (Conde de), 25, 26, 39
Baijer (Cornelis), 92, 99
Bamba (Lucrécia), 251
Banckert, 35
Batista, S.J. (Pe. João), 37
Batista (Capitão Manuel), 31
Barbier (Gerard), 206, 210
Baro (Roelof), 105, 144, 158, 184, 185, 186, 201, 202, 203, 204
Baron (Salo W.), 247
Barreto (Filipe Paes), 161
Barreto (João Paes), 78, 229
Barrios (Daniel Levi de), 250
Barrosa (Maria), 30
Bas (Pieter Jansen), 25, 236, 255, 259
Basto (Conde de) — Vide Coelho (Duarte de Albuquerque)
Baruch (Jacob), 263
Batselaer (Samuel), 116
Baven (Pieter Jansen), 115
Bayart (Cornelis), 167
Beaumont (Simon van), 155
Beck (Mathias), 89, 135, 155, 206, 211, 223, 224, 254
Beem (Gaspar), 210, 211
Bello (Júlio), 140
Beuningh (Elto), 206
Benning (Dr. Joham Bodecheer), 25
Berchem (Hendrick van), 81
Berenguer (Francisco), 161
Béringer (Émile), 71, 72, 90, 99, 217, 255
Beveren (Huybert van), 255
Bezerra (Francisco Monteiro), 30
Bezerra (Luís Barbalho), 24
Bezerra (Luís Braz), 64, 248
Biscarreto ou Biscarreta (Dionisius a), 215, 223
Blaer (Jan), 178, 184, 185, 186
Block (P. J.), 80
Blonde (François), 155, 158
Bloom (Herbert I.), 112, 162, 164, 187, 247, 249, 254, 259, 260
Bluteau (Pe. Rafael), 157
Boeckholt (Alexander), 145
Bondam (E.J.), 37
Bon Garçon — vide Godlad (John).
Bonjour (Pierre ou Pieter), 102, 105
Borja (Luiz de Rojas y), 82, 244
Bos (Joris), 46
Bonet (Capitão), 52
Bouwensen (Joos), 26
Brae (Francisco de), 142
Bradle (Nicolaes), 57
Brakel (S. van), 175
Brandão (Ambrósio Fernandes), 38, 229
Brandão (David), 263
Brandão (Diogo Dias), 131, 252
Brandão (Luciano), 143
Brandão (Moreno), 44
Brande (Cornelis van der), 197
Breme (Ernest van), 167
Brest (Huybrecht), 149, 157
Broodhead (J.F.), 44
Broun, 81
Bruijnsvelt (Hendrick), 89
Bruyn (Hans Leonard), 155, 159
Bulhões (Antônio de), 64
Bullestrate (Adriaen), 137, 143, 243, 259, 261
Bullestrate (Joost van), 81, 119, 255
Bueren (Pieter van), 97, 47, 237
Buijsksloot (de), 53
Burgh (Alberto Coenradsz.), 149
Burgh (Dirck Codde van der), 103, 114, 139, 206
Burgos (Elias), 255, 262, 263
Byma (Balthasar), 233

Letra C

Cabeljau (Abraham François), 69
Cabral (Filipe Paes), 149
Cadena (Jerônimo), 137
Calabar (Domingos Fernandes), 39, 177
Calado (Frei Manuel), 28, 31, 39, 96, 97, 103, 104, 106, 131, 138, 146, 151, 156, 157, 158, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 243, 246, 248, 261, 262

Calvo (Abraham), 262
Camarão (Antônio Filipe), 184, 240
Camelo (Francisco), 138
Campen (Jacob van), 56, 101
Canha (Bastião), 251
Canha (Francisco Soares), 162
Carapeba (Domingos Fernandes), 155, 210
Cardinael (Jan), 91
Cardoso (Agostinho), 159
Cardoso (Joaquim), 50, 84
Cardoso (Manuel Rodrigues), 248
Cardoso (Michael), 259
Cardoso (Vicente Licínio), 232
Carlos Quinto (Imperador), 29
Caron (Cornelis), 156
Carpentier (Gerard), 44, 59
Carpentier (Johannes),
Carpentier (Roelandt), 148
Carpentier (Servaes), 39, 44, 46, 50, 52, 59, 60, 71, 114, 116, 130, 131, 132, 141, 143, 146, 154, 194, 210, 240, 244
Carreiro (Domingos da Cruz Porto), 121
Carrilho (Jacob), 263
Carvalho (Alfredo de), 19, 22, 23, 27, 36, 37, 40, 41, 42, 52, 64, 113, 130, 131, 146, 153, 178, 182, 185, 187, 197, 205, 223
Carvalho (Bernardim de), 161, 248
Casal (Manuel Ayres do),
Cascudo (Luís da Câmara), 143
Castanho (Gabriel), 263
Castanho (Isaac), 250, 263
Castro (D. Henrique de), 249
Castro (Manuel Mendes de), 247
Castro (Moisés Nehemias de), 263
Cavalcanti (Antônio), 165, 229, 238, 239
Cavalcanti (Filipe), 229
Ceulen (Bartholomeu van), 69, 89, 195
Ceulen (Mathias van), 40, 52, 58
Claessen (Jan) 195
Claesz (Tonis) 216
Clantius (Jacob Adriaansz.) 176
Cluyt (Capitão Claes Adriaensen), 37
Cock (Capitão), 243
Codde (Jan), 127
Codde (Pieter), 71, 113
Coecke (Joos) 240
Coelho (David Jesurun), 263
Coelho (Duarte), 190, 227, 228
Coelho (Duarte de Albuquerque), 28, 30, 231, 232
Coets (Jacob), 89, 118, 140
Cohen (Abraham), 255, 262
Cohen (Jacob), 263
Cohen (Samuel), 199
Coes (de la), 145
Cop (Hendryck Hendrycksen), 37
Cornelissen (Willem), 92
Coronel (David Senior), 250, 263
Correo (F.), 145
Correia (Gil), 263
Correia (Jacob Gabay), 263
Correia (João Antônio), 230
Correia (João de Barros), 248
Cortês (Hernán), 232
Costa (Abraham da), 262
Costa (Bento da), 220
Costa (Francisco Augusto Pereira da), 106, 110, 111, 157
Costa (Francisco da), 119
Costa (Gaspar Francisco da), 95, 231, 248, 257, 263
Costa (Isaac da), 263
Costa (Lúcio), 77
Costa (Manuel da), 93
Costa Júnior (Olímpio), 32
Coymans (Jan), 46
Craey (major), 194
Craij (Cornelis), 194
Crasto (Daniel de), 262
Crasto (Manuel Mendes de), 53, 120, 248, 249
Crayenstein (Gerard ou Giraldo), 238
Cruz (Dolhingos da), 121
Cruze (Wyburch van den), 124
Cryspyns (Elbert), 131
Croix (David de la), 26
Crol (Gillis), 89, 118
Cunha (Israel da), 263
Cunha (Moisés da), 171, 263

Letra D

Daems (Paul Antoni), 89, 118, 145, 238, 257, 258
Danielsz. (Cornelis Metsu), 51
Daultrij (Andries), 92
Deterson (Christoffel), 46
Dias (Abraham Israel),

Dias (Antônio Mendes), 263
Dias (Bento), 138
Dias (Cícero), 109
Dias (David), 252
Dias (Henrique), 138, 240
Dias (Israel), 252
Dias (Vaz), 247
Dicx (Direx), 217
Diniz (Manuel Gonçalves), 248
Dirckmulder, 216
Dircsen (Jan), 53
Domborch, 56
Doncker (Wilhelm), 64, 131, 140, 208, 210, 216
Dooreslaer (Abrahan), 215
Dooreslaer (David van), 214, 215, 219, 220
Dormido (Daniel), 255, 262, 263
Dormido (Salomão), 119, 263
Dortmont (Balthazar van), 98, 155
Douwaerts (Sara), 124
Drago (Isaac Franco), 263
Drago (Jacob), 252, 263
Drago (Simão), 262
Drewisch (Andreas), 47, 50
Driesen (Ludwig), 26, 115
Duarte (Pedro), 138
Dussen (Adriaen van der), 86, 133, 134, 184, 208, 216, 217
Duurcoop (Abraham), 45, 127
Duyinkerker — vide Taelbom (Jan), 216
Dyck (Charles van), 167

Letra E

Eckhout (Albert), 105, 194
Edmundson (G.), 36
Eduard (Johannes), 209, 215, 219, 220
Eijssens (Ippo), 57, 133, 244
Elias (Johan E.), 149
Ellert (Capitão), 46
Els (Adolph van), 41, 43, 46, 49, 52
Els (Martin van), 167, 169
Empereur (Theodosius l'), 69
Engremont (Anthony d'), 119
Ericeira (Conde da), 135
Ernesto (João), 71
Estrades (Marechal d'), 268
Etthmeyer (Otto), 187
Euwens (P.A.), 199
Eyerschettel (Christoffel), 56, 64, 89

Letra F

Falloo (Andries), 99
Faria (Francisco de), 144, 263
Febvre (L.), 258
Fernandes (Vasco), 231
Fernandes (Domingos), 210
Ferraz (A.L. Pereira), 109, 147
Ferreira (Abraham), 187
Ferreira (Vigário Gaspar), 246
Ferreira (Gaspar Dias), 25, 51, 64, 69, 85, 93, 119, 134, 151, 160, 168, 184
Ferreira (Júlio Pires), 40, 118
Ferro (Ana de), 125
Fonseca (A.J. Vitoriano Borges da), 140, 144
Fonseca (Balthazar), 94, 95, 96, 144, 148, 231, 248, 263
Fonseca (Isaac Aboab da), 27, 74, 249, 250, 251, 252
Fonseca (João), 258, 263
Fonseca (Philipina da), 247
Fonseca (Sara da), 247
France (Menso), 137
Francês (Joseph), 119, 263
Francisco (André), 198
Francisco do Ceará (Antônio), 37
Francisco (Belchior), 220
Francisco (Manuel), 70
Franco (Jacob), 263
Franco (Jacque), 263
Frazão (Samuel), 250, 263
Freitas (Antônio de), 171
Freyre (Francisco de Brito), 28, 29, 30, 54,
Freyre (Gilberto), 33, 75, 76, 107, 109, 116, 123, 124, 132, 140, 145, 156, 157, 175, 186, 190, 213, 227, 248, 253, 257
Fruin (R.), 19
Fundão (Jacob), 263
Furtado (João de Mendonça), 100

Letra G

Gabilho (Daniel), 263
Gallandat (H.), 180
Galrão (Antônio), 29
Galvão (Ramiz), 21
Gama (Abraham), 262
Garcia (Emanuel), 45
Garcia (Rodolfo), 38, 142
Gartsman (Joris), 131, 143, 201, 205
Gaspar (Antônio), 198
Gaspar (Luiz), 37, 198
Gendre (Pierre), 145
Gerritsz (Hessel), 36, 37, 40, 49, 197, 198
Gerritsz (Jan), 216
Gerritsz (Juriaen), 53
Gerritsz, (Samuel), 53
Ghijselin (Johan), 25, 58, 61, 74, 82, 92, 147, 187
Glimmer (Willem Joosten), 196, 231
Goch (Michael van), 41, 23.
Gockinga (Eppo), 89
Gôes (Hans van der), 118, 159
Golijath (Cornelis Sebastianszoon), 217
Gomme ou Gama (Abraham), 262
Gomes (Pedro), 37
Gonçalves (João), 220
Gonçalves (Dr. Rodrigo), 45, 127
Gonçalves (Simão), 188
Goodlad — Bon Garçon — (John), 116
Gracel (Isaac), 263
Graeff (Nicolaes de), 32
Graetz (H.), 252
Graswinckel (Hugo), 119, 206
Grausius (Dr. Mathias), 127
Grevingh (J.), 51, 52, 80, 81, 103. 104, 105
Groot (Siecke), 81
Grotius (Hugo), 250
Guillardt (Jacques), 188
Guimarães (Luís), 262
Guiravassauai (Antônio), 37, 198

Letra H

Habil (Daniel), 236
Hack (Jacques), 64, 131, 163
Haecx (Hendrick), 31, 119, 161, 188
Haen (Nicolaes de), 51
Hagen (Johannes van der), 43
Hagen (Pieter van der), 43, 164
Hagenau (Herman), 98
Hals (Frans), 187
Halters (Samuel), 64, 89, 118, 254
Ham (Hendrick van), 206
Hamel (Hendrick), 139, 255, 259
Hamel de Jonge (Hendrick), 89, 236
Hamel (Jacob), 195
Hamelberg (J.H.J.), 149, 199
Harde (Johan), 195
Hardy (Pieter), 53
Harink (Frei Bonifácio), 32, 105
Harmens (Christinaszinha), 124, 125
Harrison (John), 53, 120
Hartman (Christiaen), 105
Hasselt (Jan Cardinael van), 56
Haus (Hendrick van), 105, 166
Hauthain — vide Soet (Guillaume de)
Heck (Jan), 140, 143
Heindricksz (Herma), 216
Hellingh (Jan), 194
Hemmersam (Michael), 32
Henderson (James), 103, 116
Hendrick (Frederick, aliás Mansveld), 89
Hendricksz (Boudewyn), 37, 198
Hendricx (Jannetgien), 124
Hendricx (Sara), 125
Henriques (Jacob), 262, 263
Henriques (Moisés Cohen), 263
Herckmans (Elias), 53, 102, 114, 187, 188, 202
Hogeveen (Sebastiaen van), 25
Holanda (Arnau de), 161
Holanda (Sérgio Buarque de), 116. 122
Hondius (Heyndrick), 141, 224
Hondius (Willem), 35
Honinckhuysen (Gaspar), 207
Honorato (Manuel da Costa), 218
Hoogenhouck, 101
Hoogstraten (Dirck van), 145, 224, 230
Hoorn (Jacob), 107
Houtebeen — ver Jol (Cornelis Cornelisz)
Houwater (Ritschart), 107
Huden (Pieter van), 97
Huijgens (Constantyn), 101, 149

Letra I

Ijersman (Eduwart), 145
Ijzerman (J.W.), 36
Inácio (Padre), 170
Israel (David), 263
Israel (Menasseh ben), 250
Ita (Pieter Adriaensz.), 35

Letra J

Jaboatão (Frei Antônio de Santa Maria), 142
Jacó (Álvaro), 220
Jacob (Judah bar), 247
Jacob (Salomon ben), 247
Jacques (mestre), 127
James (Pierre), 115
Jans (Janneken), 124
Jansz. (Claes), 53
Jansz. (Hendrick), 53
Jansz. (Jan, de Dort), 53
Jansz. (Jan, de Leyden), 53
Jansz. (Willem), 216
Jesus (Frei Rafael de), 28, 31, 143, 144, 157, 158, 232, 243, 244
João IV (D.), 166, 170, 172
Jonge (Gedeon Morris de), 200, 206, 207, 208, 209, 222, 223, 230
Jonge (J.K.J. de), 176
Jongknecht (Cornelis Adriaensz.), 133
Jol (Cornelis Cornelisz.) 35, 82
Joode (Daniel de), 247
Joosten (Jacques), 32

Letra K

Kadletz (Theodor), 84
Kahn (Otto), 187
Kat (Hendrick Jacobsz.), 35
Kayserling (M.), 27, 247, 249, 250, 251
Keijzers (Frei Agostinho), 130
Kemp (Thomas), 211, 215, 219, 220, 223
Keye (Otto), 156
Keyser (Lucas de), 89
Kint (Jakob), 210
Klaesz. (Klaes), 145, 239
Knuttel (W.P.C.), 225
Koek (Gaspar), 79
Koenen (H.J.), 247
Kohut (George A.), 247, 250, 251
Koin (Hans van), 151
Koninck (Samuel de), 82
Kossmann (E.F.), 224
Krack (Maria), 124

Letra L

Laet (J. de), 28, 30, 31, 36, 49, 104, 146, 148, 150, 197, 198, 199, 256
Lafaia (Isaac de), 262
Lagarto (Jacob), 268
Lancaster (James), 36
Leão Filho (Joaquim de Sousa), 146
Leite (Padre Serafim), 36, 224, 246
Lemos (Jacob de), 283
Lemos (Paulo Gomes de), 30
Leon (Moisés de), 268
Ley (Gaspar van der), 25, 64, 130, 140, 141, 143, 144, 178
Leyden (A Senhorita de), 124
Lichthardt (Jan Cornelisz.), 35, 54, 71, 75, 82, 104, 195, 206
Lima (M. de Oliveira), 228
Lindenau (Christopher), 105
Lino (Raul), 77
Lins (Cristóvão), 229
Linschoten (Balthazar van), 105
Lion (Simon, aliás Abraham), 247
Lip (Hans van der), 105
Lissebon (Jan), 105
Lister, 36
Listry (Johan), 155, 201, 207, 208, 210, 223
Lodewicks (Philips), 105
Lodij (capitão), 178, 185
Loeman (Davidt), 216
Loenen (Anna), 124
Lonck (Hendrick C.), 35, 38, 45, 46, 241

Lopes (David), 262
Lopes (Tomás, o Maniquete), 229
Lormiére (Jean), 43
Louisen (Hans Willem), 46, 131
Luffel (Gillis van), — vide Uffelen, (Gillis van)
Luís (Tomás), 248

Letra M

Machado (Ambrósio), 50
Machado (Estêvão), 205
Machorro (Eliahu), 250, 263
Madariaga (Salvador de), 232
Magalhães (Manuel), 185
Mansveld — ver Hendrick (Frederick)
Marcgrave (Georg), 84, 91, 103, 104, 105, 126, 146, 201
Marcial, 199
Mariz (David Gabai de), 269
Mariz (João Carneiro de), 64, 161, 162
Marissing (Pieter), 119, 155
Marroquim (Mário), 33
Mars (Sr. la), 55
Martensen (Cornelis), 105
Martins (Abraham), 262
Martins (Manuel), 262, 263
Mast (Jan), 44
Matauve (Francisco), 197
Mateus de São Francisco (Frei), 170
Matthuijsen (Berent), 105
Maxwel (Johan), 207, 231
Meins (Reynier), 216
Mello (Antônio Joaquim de), 144
Mello (Francisco Manuel de), 144
Mello (Jerônimo de Albuquerque, 228
Mello (J.A. Gonsalves de), 178, 185, 190
Mello (Manuel Gomes de), 140, 144
Mendes (Antônio), 195
Mendes (Manuel Rodrigues), 231
Mendes (Miguel Rodrigues), 248, 263
Mendoça (Heitor Furtado de), 229
Mendonça (Antônio Pinto de), 138
Mendonça (Gaspar de), 33
Mendonça (Tristão de), 241
Menedeth (Dr. Carolus), 127
Menezes (Francisco Barreto de), 24, 111, 142, 158, 170, 172, 262
Menees (Moisés de), 263
Menezes (Diogo de), 129
Mercado (Dr. Abraham de), 250, 252, 254, 262
Mercado (David de), 254
Mercado (Luiz de), 254, 263
Mesquita (Diogo de), 263
Mesquita (Francisco), 78
Mevart (Marten van), 91
Michielsz. (Pieter), 216
Mijtens (Isaacq), 35
Miranda (Quintino José de), 21
Mocata (Jacob), 250, 262
Moerbeck (Jan Andries), 38
Mols (Hans), 147
Monchy (René de), 108, 109
Montalvão (Marquês de), 139
Montanus (Arnoldus), 178
Montenegro (Caetano Pinto de Miranda), 95
Moraes (A.J. de Mello), 30, 157
Moraes (ex-Padre Manuel de), 31, 144, 148, 165
Moreau (Pierre), 28, 31, 43, 54, 126, 203, 251
Moreno (Martim Soares), 171, 240, 243
Moris (Jan), 255
Morthamer (Pieter), 182
Mota (Manoel Peres da), 263
Moucheron (Cosmo de), 142, 207, 240
Moucheron (Hendrick de), 153, 155, 185
Moura (Antônio de Sousa) 131
Muller (Frederick), 88
Musafia (Salomon), 265

Letra N

Naber (Samuel Pierre l'Honoré), 36. 41, 44, 134, 175, 176, 216. 217
Nahamias (Isaac), 262
Nassau (Conde de), 24, 29, 44, 46, 48, 49, 51, 52, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 77,

79, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 133, 134, 135, 133, 137, 139, 142, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 179, 181, 185, 186, 192, 193, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 217, 218, 220, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 253, 258, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 268
Nassau (João Ernesto de), 114
Nassy (David), 256, 253
Navarro (Aron), 263
Navarro (Isaac), 263
Navarro (Jacob), 252, 262, 263
Navarro (Moisés), 52, 119, 131, 247, 248, 252, 253, 255, 262, 263
Negreiros (André Vidal de), 137, 167, 168, 170, 171, 172, 239, 246
Nehemias (Manuel), 249
Neto (Moisés), 263
Netscher (Pieter-Marinus), 21, 26, 46, 52, 146
Nhanduí, 199, 202, 204
Nicolaes (Hans), 138
Nieuhof (Johannes), 28, 31, 108, 120, 170, 297, 255, 259
Nieuwenhuysen (Ludolf), 46
Niza (Marquês de), 175
Nunes (Jacob), 172, 255, 262, 263
Nunes (João), 228, 229
Nunes (Luís), 248
Nunes (Manuel), 37
Nunes (Moisés), 263

Letra O

Olferdi (Nuno), 121
Oliveira (Cosmo de), 121
Oliveira (Moisés de), 269
Ool (Jan van), 131
Oppenheim (Samuel), 247, 253, 254, 258
Oquendo (D. Antônio de), 47, 48
Oquenou, 197
Orange (Príncipe de), 47, 48, 72, 73, 97, 118, 159, 241, 245
Osquer, ou Osquis (Duarte), 36
Ottsen (Hendrik),
Oudijn (Philip), 56

Letra P

Pacheco (Isaac), 263
Paes (D. Anna), 24, 142, 144
Paleti (Francisco), 216
Palladio, 101
Paparrobalos (Antônio Diaz), 231
Paraupaba (Antônio), 28, 210, 216, 223, 224
Paraupaba (Gaspar), 37, 198
Parede (David), 263
Parent (Jan), 159
Pater (Adriaen J.), 29, 48
Pauw (Michiel de), 44
Pedro (André), 37
Pelayo (Marcelino Menendez y), 230
Penha (Simão Alvares de la), 169, 170
Pereira (Francisco de Brito), 64
Pereira (Jacob Levi), 263
Pereira (José Hygino Duarte), 21, 22, 23, 24, 73, 86, 88, 89, 123, 134, 142, 151, 160, 184, 199, 200, 205, 207, 208, 223
Pereira (Pedro da Cunha), 248
Persijn (Pieter), 105, 144, 201, 203
Pestana (Manuel Correia), 138
Petit, 27
Pfiltz (André), 105
Pidal (R. Menendez), 27, 252
Pieter (Opken), 53, 115
Pietersz. (Jacob), 216
Piloot (Pieter), 136
Pimentel (Manuel Rodrigues), 205
Pimentel (Rodrigo de Barros), 161, 238
Pina (Aron de), 263
Pina (Benjamin de), 252, 263
Pinto (Jorge Homem), 161, 162, 164, 237

Pinto (Simon), 263
Pires (Jorge), 145
Piscator (Nicolau Ioannis), 49, 50, 91
Piso (Doutor Willem), 105, 126, 127, 169, 262
Pistor (engenheiro), 75, 84
Plante (Francisco), 105, 125
Platman (Abraham), 138, 171
Plos (Gerrit), 105
Poel (D. Cornelius van der), 215, 223
Points (Sedneum van), 146, 167, 168
Post (Frans), 83, 84, 86, 88, 102, 105, 115, 145, 146
Post (Matheus), 115
Post (Maurits), 100
Post (Pieter), 84, 90, 100, 101, 115
Poty (Pieter), 37, 198, 210, 216, 223
Prado (J.F. de Almeida), 197
Pretorius (Johannes), 127
Prevô ("Commandeur"), 204
Priestley (Herbert I.), 119
Pudsey (Cuthbert), 32

Letra Q

Quadenau (Christopher), 105
Quelle (Otto), 83

Letra R

Rabe (Jacob), 22, 144, 201, 202, 204, 205
Rabelo (Padre Amador), 36
Rasiére (Isaac de), 53, 55, 131, 137
Rechter (Jan den), 89
Redondo (Abraham), 262
Rego (Francisco de Barros), 30
Rego (José Lins do), 230
Reissel (D.), 109
Rembach, 46
Remédios (Mendes dos), 249
Renselaer (Killiaen de), 198
Ribeiro (João), 38, 130
Richshoffer (Ambrósio), 41, 42, 49, 177
Richter (Paul Emil), 182
Ridder (Nicolaes de), 131, 162, 163, 257
Ridders (Rachel), 100
Riviere (la), 115
Rodrigues (Abraham Jacob), 262
Rodrigues (David), 263
Rodrigues (J.C.), 27
Rodrigues (José Honório), 27, 32, 35, 130, 145, 202
Rodrigues (Pe. Manuel), 172
Roeloffsz. (Jan), 53
Roiz (Alberto), 37
Roothaer (Maria), 124
Rosa (Jacob S. da Silva), 27, 247, 249, 250
Rosel (Jacob), 263
Ruiters (Dierick), 230
Russon (Isaac), 263
Ruychver (Symon Cornelisz.), 91

Letra S

Sá (Antônio Rodrigues de), 138
Sá (Miguel Fernandes de), 162
Salvador (Frei Manuel do), 25, 31, 36, 84, 118, 131, 238, 243
Santa Maria (Frei Pedro Manuel de), 244
Santiago (Diogo Lopes de), 158
Saraiva (Duarte), 55, 100, 119, 131, 252, 253, 258, 263
Schaep (Johan), 56
Schagen (Daniel), 131
Schetski (Christopher), 105
Schilder, (Michiel Pietersen, ou Michel Pietersz), 81
Schilt (Hendrick), 41, 131
Schkoppe (Sigemundt von), 36, 44, 60, 72, 111, 191, 143, 158
Schott (Willem), 78, 131, 132, 178, 202
Scott (major John), 254
Sellers (Edwin Jacquett), 59, 141
Senah (Isaac), 263
Senhor (Jacob), 258, 263
Serooskerche (Paulo), 37, 58, 144, 240, 248
Serrano (Jacob), 263
Sickes (I.), 35
Silva, "Diabinho" (da), 138

Silva (Antônio Telles da), 167, 172
Silva (Fernando Martins da), 255, 263
Silva (Gaspar da), 248
Silva (Ignácio Accioly de Cerqueira e), 98
Silva (Joaquim Caetano da Silva), 21, 22
Silveira (Duarte Gomes da), 137, 161
Sijtgen, 125
Slecht (Simão), 247
Sluiter (Engel), 32, 37, 157
Simon, (Lorenz), 32
Simon, ou Salomon ben Jacob (Jacob bar), 247
Simonsz. (Floris), 216
Smient (Albert), 199
Smient (Elbert), 199
Smith (Robert), 32
Snyder (Killaen), 89
Soares (Gabriel), 248
Soares, da Muribeca (João), 236
Soeiro (Ephraim), 250, 263
Solam (Abraham), 263
Solenni (Gino de), 230
Soler (Vincent Joachim), 25, 26, 28, 63, 115, 123, 126, 131, 144, 146, 147, 168, 187, 191, 214, 215, 218, 243
Southey (Robert), 223
Souto (João de), 137, 161
Souto (Sebastião do), 184
Souto-Maior (Pedro), 22, 31, 143, 144, 208, 210, 214, 215, 218, 225
Souza (Dr. Antônio da Silva e), 141, 142
Souza (Gabriel Soares de), 36
Souza (João de), 238
Souza (Maria de), 30
Stachhouwer (Jacob, 54, 130, 131, 162, 163, 165, 238, 257
Stembor (Fredrich), 105
Stetten (Jodocus a), 25
Stras (Jan), 208
Studart (Barão de), 143
Syens (Jan Baptist), 37, 197
Symonsen (Dirk), 37

Letra T

Taborda (Antônio Gomes), 138
Taelboom, ou Duynckercher (Jan), 216
Tacon (Andries), 199
Taffel (Hendrick), 216
Tapper (Abraham), 143, 144, 236, 255
Tavares (Antônio Rois), 248
Teixeira (Bento), 228, 229
Teixeira (João), 49
Tenório (Juan), 78
Terbeeck (Gerrit), 159
Thiboul e Cia. (Jacob), 26
Thijssen (Almirante Marten), 41, 43, 44
Thomsen (Thomas), 194
Tiele (P.A.), 27
Toledo (D. Fadrique de), 46, 230
Tolner (Karel), 101
Tongeren (Willem van), 159
Torre (Conde da), 235, 245, 257
Torres (David), 263
Torres (João), 262
Torres (Manuel), 171
Tour (François de la), 145
Tourlon (Charles de, o Moço), 142
Tovar (Abrahão de), 262

Letra U

Uchôa (Gaspar de Souza), 70
Uffelen, ou Gillis van Luffel (Gillis van), 89
Uijtegeest (Sijmon Jansaen), 108
Unamuno (Miguel de), 232
Unger (W.S.), 175
Usselincx (Willem), 38, 129, 175
Uytenhoven (Anthony), 105

Letra V

Valadares (Antônio Carreira), 137
Valckenburg, 81
Vale (Fernão do), 95, 248, 257, 263
Vale (Gonçalo do), 138

Vale (Simão do), 231, 248
Valverde (Jacob), 262, 263
Varnhagen (Francisco Adolpho de), 21, 26, 28, 31, 36, 135, 142, 180, 241, 249, 254, 257
Vaux (Gilbert de), 115
Vaz (Christovão), 229
Vaz (Lopez), 150
Veegens (D.), 101, 149
Vega (Lope de), 151, 230, 231
Velho (Gonçalo), 30
Velozino (Isaac de Andrade), 250
Velozino (Jehosua), 250, 263
Velthuisen, 242
Venant (Gillis), 149, 196
Vera (Pero Lopes de), 257
Verdonck (Adriano), 37, 49, 153, 231
Vianas (Os irmãos), 30
Vieira (Antônio), 70
Vieira (Padre Antônio), 24, 97, 123, 126, 135, 139, 143, 175, 224, 239
Vieira (João Fernandes), 25, 137, 148, 162, 164, 165, 171, 184, 217, 218, 234, 236, 238, 239, 240, 248, 251
Vila Real (Simão Rodrigues), 233
Vila Real (Vicente Rodrigues), 131
Vilhasanti (Pedro Cadena de), 145
Vilhete (Antônio), 37
Vingboons (Johannes), 90, 103, 218
Vinze (Leonardo), 231
Visscher (Claes Jaens), 49, 50, 91
Voltaire (M. de), 256
Voorde (Balthazar van de), 132
Vossius (Isaac), 250
Vries (Abraham de), 119
Vries (capitão Henrich de), 216
Vroe (Pieter de), 41, 42, 43, 47, 51, 82
Vroom (Jeuriaen Jansz.), 53
Vuirberg (Frederick), 119

Letra W

Waerdenburch (D. van), 25, 26, 37, 39, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 53, 54, 199, 240
Wagener (Zacharias), 32, 70, 76, 84, 99, 102, 113, 181, 182, 187
Walbeeck (Johannes van), 41, 43, 50, 141
Warsingh (Albert), 89, 118
Warnsinck (J.C.M.), 36
Watjen (Hermann Julius Eduard), 22, 23, 26, 31, 32, 36, 75, 79, 147, 148, 159, 175, 179, 180, 182, 248, 257, 258
Wedda (Albert Gerritsz.), 145, 239
Wegevart (Henderyck), 40
Wegevart de Jonge (Hendrick), 40
Wertenbaker (Thomas Jefferson), 76, 101
Wieder (F.C.), 49
Wielen (Dr. Jacob Stalpaert van der), 51
Wijntges (Balthazar), 131
Wijnants (Jan), 143
Wijbrantsdochter (Lobberich), 203
Willhelmsen (Wilhelm), 105
Witbergen (Hendrick van), 105
With (Gijsbert de), 24, 102, 142, 195
With (Jan de), 145
Withrington, 36
Witte (With Cornelisz. de), 161
Wouters (Jan), 208
Wulp (J.K. van der), 27

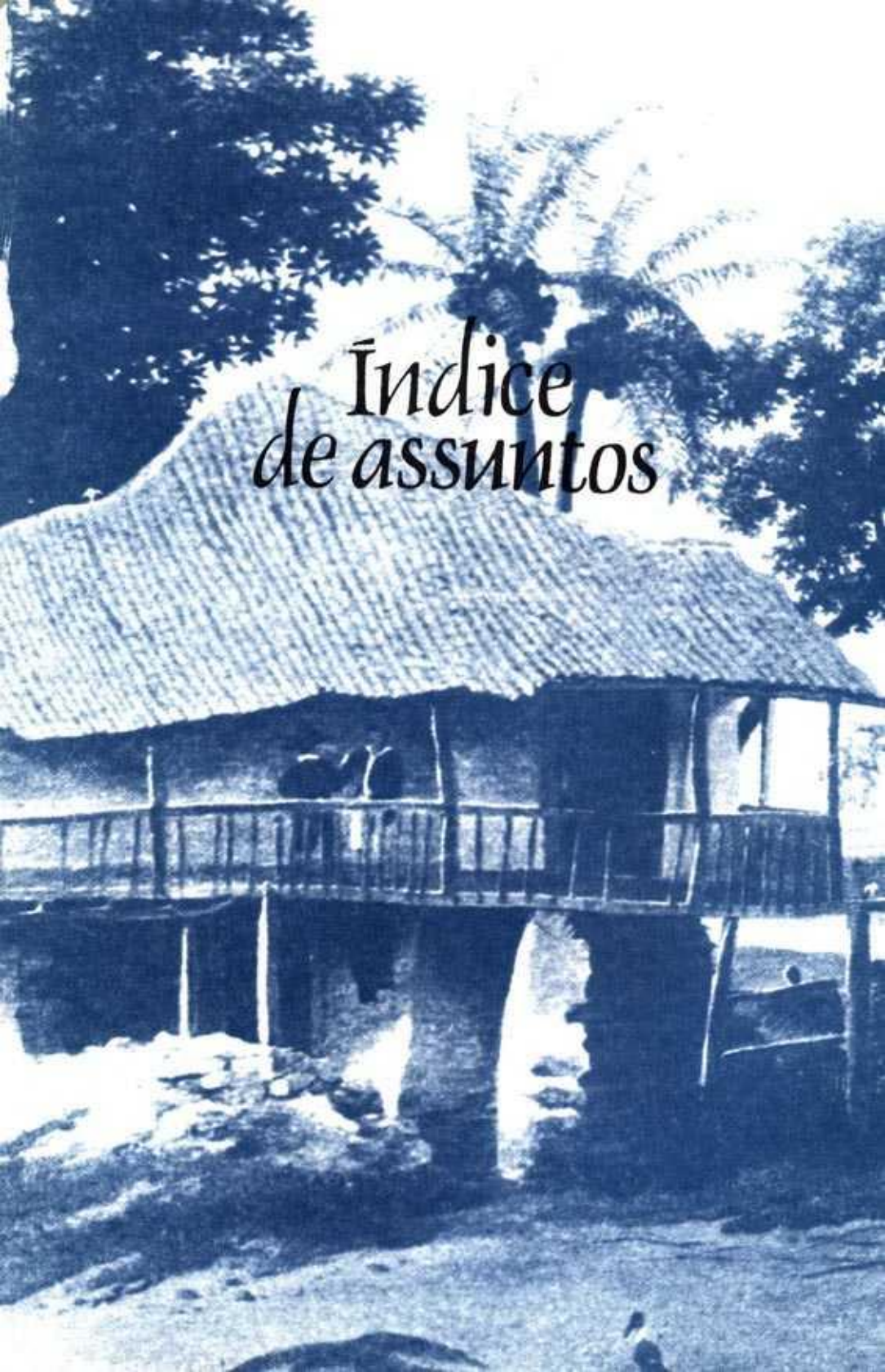
Letra Y

Yperen (Claes van), 179

Letra Z

Zacuto (Jacob, 263
Zacuto (Moisés), 119, 263
Zeecamp de Bremen (Hendrick), 105
Zevi (Sabbathai), 27, 250, 251

Engenho Real (detalhe), óleo sobre madeira, (71,5 x 91,5 cm.), assinado por F. Post, onde se vê o rio, a casa-grande, pormenor da fábrica, moenda e negros pilando o açúcar bruto saído das formas. (Catálogo da Exposição **Os Pintores de Maurício de Nassau**, Rio de Janeiro 1968, nº 27)



Índice de assuntos

Pormenor de quadro de Frans Post (47 x 62,7 cm.), datado de 1655, onde aparece uma casa (de um lavrador de cana-de-açúcar ?) com dois homens a conversar na varanda (Souza Leão, **F. Post,** 1973, nº 22)

AÇÚCAR

Conhecimento da indústria do, pelos holandeses, 129.
Decadência da indústria e do comércio do, 237.
Em troca da evacuação de Pernambuco, 39.
Inabilitação dos holandeses para o cultivo dos engenhos, 132
Interesse dos holandeses pelo, 130.
Na formação de Pernambuco, 227.
Senha dos revolucionários de 1645, 171.

ALIMENTAÇÃO

Deficiência alimentar entre os invasores, 41, 159.
E a colonização de Alagoas, 153
E a colonização de Itamaracá, 154.
E monocultura, 150.
Escassez de farinha, 150.
Predominância da dieta holandesa, 123.
Produtos holandeses e europeus em geral na dieta pernambucana, 156.

CASA

Arquitetura holandesa; sua influência no sobrado, 76, 100, 105.
De taboado e terreiras, 80.
Dificuldade de obtenção de, no Recife, 55, 70, 82.
Prefabricada, 80.
Tijolo (uso do) nas construções, 77.
Tipos de casa; o sobrado, 75.

COLONIZAÇÃO

Casamentos de brasileiras com holandeses, 142.
Escassa colonização rural, 120.
Holandeses que se fixaram na vida rural, 140.
Imigrantes israelitas, 52.
Instabilidade na vida rural, 137.
Predominância da urbana, 52, 117.
Predomínio do nativo na vida rural, 135, 160.

ESCRAVIDÃO

Atitude dos holandeses para com a, e os negros, 186, 188, 194.
De africanos, 175.
De indígenas, 205.
E ensino de ofícios, 193.
E instrução religiosa, 189, 191.
Formação dos Palmares, 184.
Tráfico de negros escravos, 179.
Vida sexual e de família sob a, 190, 194.

INDÍGENAS

Aldeias de, 216.
Catequese dos, 211, 218, 223.
Colaboradores dos holandeses, 198, 202.
Escravidão de, 205.
Garantias da liberdade dos, 209.
Instrução de, na Holanda, 198.
Ministros reformados e os, 218.
Na vida sexual e de família dos holandeses, 210.
Política dos holandeses para com os, 196, 201.
Sua educação e instrução religiosa pelos holandeses, 211, 213

Trabalho forçado de, 207.
Tupis e tapuias e os holandeses, 204.

JUDEUS

Askhenazim e sefardim, 247.
Documentação judaica, 27.
E a invasão de Pernambuco, 230.
E especialização comercial, 247.
E poder econômico, 253, 258.
E campanha anti-semita, 254.
Imigração de, para Pernambuco, 52, 249.
Judeu construtor da ponte do Recife, 94.
Letrados e talmudistas ilustres em Pernambuco, 249, 252, 253.
No início da colonização de Pernambuco, 228.
Religião israelita em Pernambuco, 248, 251.

PERNAMBUCO

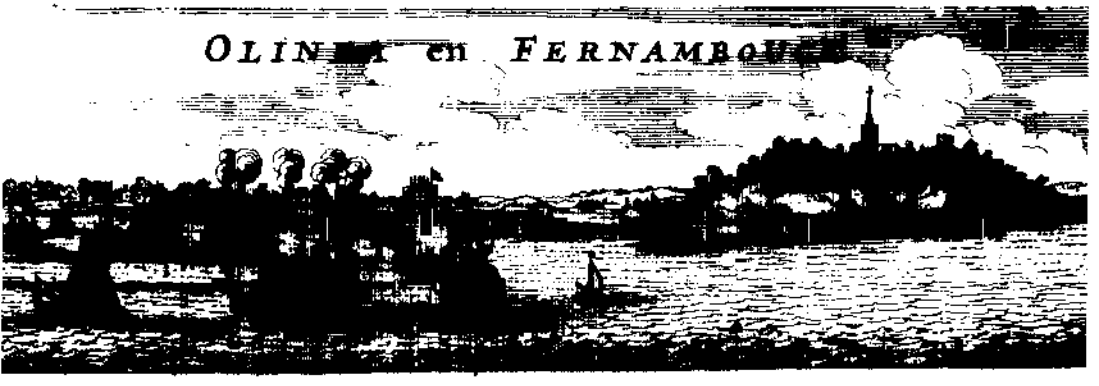
Aspectos do interesse por, manifestado pelos holandeses, 146.
Causas da decadência da colônia holandesa de, 235.
Fontes para a história da revolução de, de 1645, 165.
Documentos para a história de, 21, 26, 27.
Informes sobre, reunidos pelos holandeses, 36, 129.
Na luta contra a invasão, 232.
Pau-brasil e madeiras de, 147.

RELIGIÕES

A católica e a luta contra os holandeses, 239, 240, 242.
A israelita e os holandeses, 248, 251.
Expulsão de padres e frades, 244.
Jesuítas, 246.
Padres e frades na luta contra os invasores, 241, 243, 246.

VIDA URBANA

A cidade Maurícia, 85.
Aspectos da vida urbana, 107.
Construção de pontes, 50, 71, 91, 98.
E prostituição, 124.
Igrejas do Recife, 113.
Indefensabilidade e incêndio de Olinda, 45.
Mercados do Recife, 112.
Mudança do governo holandês de Olinda para o Recife, 48, 60, 63.
Palácio do Alto Conselho, 56.
Palácios do Conde de Nassau, 100, 217.
População urbana, 72.
Portas do Recife, 97, 109.
Projeto de reconstrução de Olinda, 59, 69.
Ruas do Recife, 74, 111.
Serviços públicos urbanos, 56, 107.
Urbanização de Antonio Vaz, 50, 67, 87.
Urbanização rápida do Recife, 49, 53, 58, 84.



Mameluca, óleo sobre tela assinado e datado: A. Eckhout fec. 1641 Brasil. Museu Nacional de Copenhague (269 x 170 cm.).

Albert Eckhout, detalhe do quadro **Mameluca** (269 x 170 cm), onde aparece uma composição com cajus vermelhos e amarelos.

Obras do Autor

1. **Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil.** Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1947, e em segunda edição, Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1978.
2. **Antônio Dias Cardoso.** Recife, Universidade do Recife, 1954.
3. **D. Antônio Filipe Camarão.** Recife, Universidade do Recife, 1954.
4. **Henrique Dias.** Recife, Universidade do Recife. 1954.
5. **Filipe Bandeira de Melo.** Recife. Universidade do Recife, 1954.
6. **Francisco de Figueiroa.** Recife, Universidade do Recife. 1954.
7. **Frei Manuel Calado do Salvador.** Recife, Universidade do Recife, 1954.
8. **João Fernandes Vieira.** Recife, Universidade do Recife, 1954. 2 volumes.
9. **Antônio Fernandes de Matos.** Recife, Edição Amigos do IPHAN, 1957, e em segunda edição, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
10. **A Universidade do Recife e a pesquisa histórica.** Recife, Universidade do Recife, 1959.
11. **A Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira.** Recife, Edição Amigos do IPHAN, 1959.
12. **Azulejos Holandeses no Convento de Santo Antônio do Recife.** (em colaboração com João M. dos Santos Simões) Recife, Edição Amigos do IPHAN, 1959.
13. **Estudos Pernambucanos.** Recife, Universidade do Recife, 1960.
14. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** 1ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962, e em segunda edição, Recife, 1966.
15. **Três Roteiros de penetração do território pernambucano.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1966.
16. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei.** (em claboração com Cleonir Xavier de Albuquerque), Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
17. **A Igreja de Guararapes.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
18. **Confissões de Pernambuco** (1593-95), Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
19. **Ingleses em Pernambuco.** Recife, IAHGP, 1972.
20. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste.** Rio de Janeiro, Diário de Pernambuco, 1975. 2 volumes.
21. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes.** Recife, IPHAN/MEC, 1976.
22. **A Cartografia Holandesa do Recife.** Recife, IPHAN/MEC, 1976.
23. **A Rendição dos Holandeses no Recife.** (1654). Recife, IPHAN/MEC, 1979.
24. **Fontes para a História do Brasil Holandês I.** A. Economia Açucareira. IPHAN/MEC, 1981.
25. **Arruda da Câmara – obras reunidas.** Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Recife v.XXIII).
26. **Diario de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado.** Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.
27. **Fontes para a História do Brasil Holandês II.** A Administração da Conquista. Recife, MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Pró-Memória, 1985.
28. **Adriaen van der Dussen. Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos holandeses, suas condições econômicas e sociais** (1639) (tradução do Holandês). Rio de Janeiro, IAA, 1947.
29. **Adriaen Verdonck e Adriaen van Bullestrate. Dois relatórios holandeses** (Tradução do Holandês). Recife, Arquivo Público do Estado, 1949; 2 edição, **Revista de História.** São Paulo, 1978.

Índio Tupi, aculturado, óleo sobre tela (269 x 170 cm.), assinado por Alberto Eckhout, do acervo do Museu Nacional de Copenhague.

tempo dos flamengos
e a crítica nacional:

"Levanta-se neste trabalho, e com base em abundante documentação, na sua maioria ainda inédita, verdadeira revisão do que foi o período holandês no Nordeste, através dos seus elementos mais duradouros, ou sejam aqueles que se fixaram na paisagem humana e social da região" **Manuel Diègues Júnior,** Diário de Notícias (Rio) 13.4.1947.

"A documentação consultada pelo autor representa o que há de melhor em fontes a respeito do tema estudado. Percorreu-a o autor com um cuidado severo, minucioso e arguto, reduzindo-as a uma série de observações do mais alto interesse e fortemente conclusivas em torno dos aspectos capitais da dominação holandesa, cujo caráter geral ele compreende com muita clareza" **Nelson Werneck Sodré,** Correio Paulistano , 16.4.1947

"O livro de Gonsalves de Mello, neto é do princípio ao fim de leitura apaixonante. Vem cheio de informações e de observações muito justas. Modesto na interpretação e documentado sempre na afirmação, merece um lugar de realce entre os novos historiadores, os que passaram pelas escolas de sociologia e de economia, os que adquiriram uma cultura geral bastante para imprimir a suas obras um rumo novo. Com elas sai-se mais uma vez da cronologia para entrar na historia viva". **Sérgio Milliet,** Estado de S. Paulo. 3.5.1947.

"Seu estudo é bem composto, a sua maneira de dizer, para não dizer seu estilo, que ainda não está amadurecido, é agradável e corrente. Sente-se

de começo o investigador paciente, senhor do assunto, como se a ele tivesse dedicado quase toda a sua atividade mental. Um espírito que se abasteceu sempre com o mesmo elemento. Logo a seguir a leitura das primeiras páginas o leitor sente que tem diante dos olhos uma obra séria, e que seu autor pretendeu escrevê-la com dignidade e firmeza. Conquista assim, para quem o lê, o título de autoridade no assunto. **Cândido Mota Filho,** O Jornal (Rio) 17.5.1947.

"O livro é muito mais do que uma obra de erudição. É uma obra de interpretação também, se bem que incompleta ainda, traçando o programa para uma obra mais vasta, não apenas histórica mas sociológica ou psico-sociológica de indagação sistemática da influência holandesa na vida e na cultura do Brasil". **Tristão de Athayde,** Gazeta do Povo (Curitiba) 25.5.1947.

"Dos fatos que se narram no livro não haverá decerto um leitor que os ponha em dúvida, tal o rigor documental com que o jovem autor os certifica a cada passo aos olhos do leitor. Fica-se com efeito espantado de tanta probidade intelectual, de tanta seriedade de espírito, tanto decoro profissional em autor assim jovem". **Olívio Montenegro,** Diario de Pernambuco, 17.5.1947.

"Com o livro que o sr. J.A. Gonsalves de Mello, neto acaba de fazer publicar pela Livraria José Olympio, a inteligência pernambucana reafirma e renova alguns dos seus melhores títulos. É um trabalho magnífico de pesquisa, fazendo-nos penetrar na mais íntima existência daquela parte do Brasil que os holandeses dominaram, muito especialmente a existência do Recife" **Luiz Delgado,** Jornal do Commercio (Recife) 15.6.1947.

"É uma surpresa, depois de tanta improvisação no plano cultural e tanta sentença sem exame prévio, encontrar-se um livro forte, digno de várias leituras, limpo e honesto, para qualquer citação, dizendo serenamente verdades, expondo e comentando com segurança e nitidez os elementos mais sugestivos do domínio flamengo no Brasil pernambucano". **Luiz da Câmara Cascudo,** Diário de Natal, 2.7.1947.

"Sobre 'Tempo dos Flamengos' o sr. Sérgio Milliet falou em 'leitura apaixonante'. Em realidade o livro prende o leitor com o interesse e o encanto de um belo romance" **Amâncio de Oliveira Costa,** Diário de Natal, 22.6.1947.

"Das fontes examinadas com tanto vagar e tanto cuidado pelo autor, nenhuma massa de fatos desconhecidos apareceu. Nos capítulos sobre a vida urbana e rural apenas minúcias, detalhes, fatos pequenos são novos. [...] Já não se pode dizer o mesmo dos três capítulos finais. Aí, ao lado das contribuições documentais novas, aparece um sentido, uma interpretação que alçam o livro a alturas realmente pouco atingidas. Traz então uma contribuição notável, pelo saber erudito, pela riqueza de documentação, pela novidade da matéria". **José Honório Rodrigues,** O Jornal (Rio), 10.8.1947.

Esta edição de **tempo dos flamengos** teve como assinantes:

Abigail Silva Monteiro
Achille Leonardo Schuler
Adauto Barreto da Silva Nen
Adil Ferreira Lima
Agenor Mendes Filho
Airon Carlos da Silva Rios
Albertina Otávia Lacerda Malta
Aldo Ribeiro Ramos Filho
Alexandrino Rocha
Alfredo Maurício Fernandes
Alga Francesca Bardelli de Siqueira
Álvaro Batista Neves Filho
Amorim Primo S/A
Anna Maria Lucena de Oliveira Cavalcanti
Anathir Martins Philippini
Antônio Aguiar
Antônio Alves Pimentel Filho
Antônio Correia de Oliveira Andrade Filho
Antônio de Brito Alves
Antônio José A. Magalhães
Antônio Ventura
Arabela Pessoa Guerra
Arthur Eduardo Loureiro Basto
Ascendino Cavalcante
Augusto da Silva Telles
Aylson Druck Barros
Carlos Alberto Ataide de Almeida Lopes
Carlos Antônio de Souza Ferraz
Carlos Pessoa de Mello
César Calvo Kindodro
Cheops Teixeira Cavalcante
Cláudio Renato Pina Moreira
Clícia de Lemos Vasconcelos
Clidenor de Moura Lima Júnior
Denis Antônio de Mendonça Bernardes
Edison de Souza Leão Santos
Edson Wanderley Neves
Eduardo Cabral de Melo

Eduardo Martins da Silva
Eleumar Martorelli
Etério Ramos Galvão
Eugênio Bandeira dos Santos
Evaldo Cabral de Mello
Evandro Mauro Maciel Chacon
Everardo Arraes de Alencar Norões
Everaldo de Azevedo Pontes
Fernando Alfredo Guedes Pereira de Mello Freyre
Fernando Antônio Dantas Ponce de Leon
Fernando Antônio Domingos Lins
Fernando da Cruz Gouvea
Fernando de Albuquerque Maranhão Filho
Fernando de Barros Borba
Fernando de Figueiredo Porto
Fernando de Vasconcelos Coelho
Fernando José Cavalcanti Carneiro
Fernando Maranhão
Fernando Spencer Hartman
Francisco Alberto Carneiro da Cunha
Galba Marinho Pragana
George Meira Trigueiro
Geraldo de Souza Coelho
Gilberto da Trindade
Grupo Nove-Assessoria de Comunicação
Guilhermina da Trindade
Guilherme Jorge Paes Barreto Neto
Gyzia Dias Pimentel
Hamilton Araújo
Haroldo Carneiro Leão
Hélio Cavalcanti Barreto
Hélio Moreira Dornellas Câmara
Hélio Vidal Campos
Hélvio Azevedo de Queiroz
Hely José de Farias
Isaac Gondim Filho
Isaac Schachnik
Ivan Gomes Marinho
Ivan Macedo Melo
Jandira Ferreira Lopes
Jarbas Maranhão
João Alfredo dos Anjos Júnior
João Amorim
João Cabral de Melo Neto
João de Carvalho Vaz
João de Souza Beltrão
João Francisco de Assis Filho
João Pereira dos Santos

João Pinheiro Lins
João Sélva
Jonas Borba da Costa
Jorge de Castro Silveira
Jorge Francisco de Macedo
Jorge Joaquim Pereira Peixoto
José Aguiar e Silva
José Aguinaldo Viana Valadares
José Alexandre Ribenboim
José Barreto Campello
José Carlos de Barros Borba
José Cavalcanti Neves
José de Souza Pimentel
José Eustáquio de Queiroz
José Ferrão Castelo Branco
José Geraldo Gomes Cavalcanti
José Luiz da Mota Menezes
Josenildo Vieira da Silva
José Paulo Soriano de Souza
José Portela
José Roberto Melo
José Tarcíso de Lemos Villaça
Jovaldo Gomes Nunes
Kepler Amaro de Moraes
Laurênio Lins de Lima
Lucilo Jordão Batista de Oliveira
Lucilo José Machado Montenegro
Lucinete Jordão Batista de Oliveira
Luiz Carlos Oliveira Diniz
Luiz Cruz Cunha
Luiz Fernando Bayma Almeida
Luiz Gonzaga Pessoa de Souza
Luiz Ignácio de Andrade Lima
Luiz Vital Duarte
Lupércio Gonçalves Ferreira
Manoel Firmo da Cunha Neto
Marcelo de Andrade Lima
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Maria Betânia Selva Torre
Maria Elisa Borba Schuler
Maria Isabel Melo dos Anjos
Maria José Coelho do Couto Soares
Maria Liberman
Mário Rodrigues
Marizete Dantas Fagundes
Marliete de Lira Pessoa
Mauricy do Carmelo Silva
Maviael Pontes

Melaço Nassau Ltda.
Miguel Dalia
M.M. Propaganda
Moacir de Novais Lima Ferreira
Narciso Felix de Araújo
Nazira Abib Oliveira Vargas
Ned Cavalcanti Lima
Odilon Ribeiro Coutinho
Onestaldo Wanderley
Ormindo Barros de Azevedo
Oscar Frederico Raposo Barbosa
Osvaldo Martins Furtado de Souza
Osvaldo Meira Trigueiro
Paulo André Sampaio Dias da Silva
Paulo Brossard de Souza
Paulo Cavalcanti de Rangel Moreira
Paulo Ferreira Gomes
Paulo José Duarte
Paulo Rodolfo de Rangel Moreira
Paulo Rogério Rodrigues de Freites
Paulo Rosas
Paulo Soriano de Souza
Pesquise–Pesquisas de Sergipe
Petronio Raymundo G. Muniz
Plácido Soares Lima Verde
Potyguar Figueiredo Matos
Prefeitura Municipal de Pesqueira
Raimundo Faoro
Reinaldo José Carneiro Leão
Renato Telles Moreira
René Ribeiro
Ricardo José Priori Dalla Nora
Rildo Meira Pordeus
Rivaldo Pereira de Souza
Roberto Brito Veiga
Roberto de Melo Porto
Roderick Jordão de Vasconcelos
Romero Antunes Duarte Ribeiro
Romero Maranhão
Ronald Teixeira Cavalcante
Rui Carneiro Cunha
Ruy Bezerra de Oliveira
Ruy Herman de Araújo Medeiros
Ruy dos Santos Pereira
Saler Talge
Simão Berenbuein
Simone Argoud
Sjoerd Nienhuys

Sílvio Campos Paes Barreto
Taís Mota Maranhão
Tânia Maria Soares de Amorim
Ubiraci Barbosa
Valdeci Teixeira de Vasconcelos
Valter Peleus Todt
Vicente de Farias Machado
Waldemar do Rego Pires
Waldir de Oliveira Pereira Lyra
Zilda Monteiro Fonseca

PERNAMBUCO
E
H

Esta edição comemorativa do 40º aniversário de **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**, foi produzida na Editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco, e impressa na Companhia Editora de Pernambuco – CEPE em novembro de 1987, ano do centenário de Heitor Villa-Lobos, José Américo de Almeida e Gilberto Amado, do Sesquicentenário de fundação do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, Centenário de criação do Corpo de Bombeiros do Recife, Ano Nacional do Turismo, Ano Internacional dos Sem Teto e dos 450 anos da Cidade do Recife.

FERNAMBUC